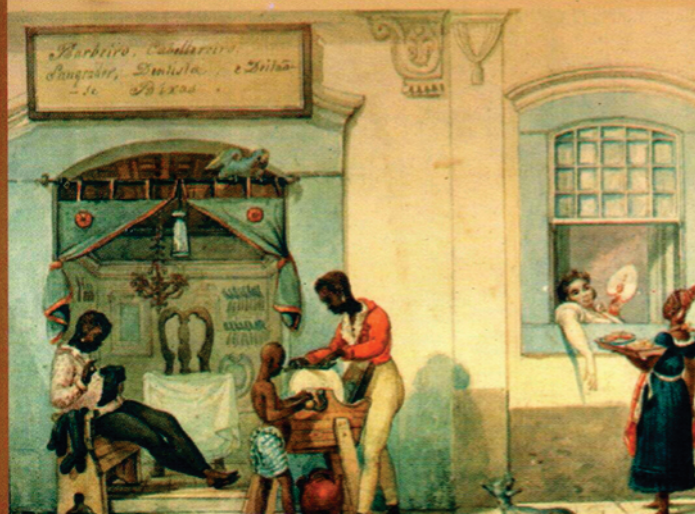


Artes de Civilizar

Medicina, Higiene e Educação
Escolar na Corte Imperial

JOSÉ
GONDRA



Artes de Civilizar

Medicina, Higiene e Educação Escolar na Corte Imperial



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Reitor

Nival Nunes de Almeida

Vice-reitor

Ronaldo Martins Lauria



EDITORA DA UNIVERSIDADE DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Conselho Editorial

César Benjamin

Ferreira Gullar

Francisco Caruso Neto

José Augusto Messias

Lúcia Bastos (*Presidente*)

Luiz Bernardo Leite Araújo

José Gonçalves Gondra

Artes de Civilizar

Medicina, Higiene e Educação Escolar na Corte Imperial



Rio de Janeiro
2004

Copyright © 2004, José Gonçalves Gondra
Todos os direitos desta edição reservados à Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
A reprodução integral ou parcial do texto poderá ser feita mediante autorização da editora.



EdUERJ
Editora da UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Rua São Francisco Xavier, 524 – Maracanã
CEP 20550-900 – Rio de Janeiro – RJ
Tel./Fax: (21) 2587-7788 / 2587-7789
www2.uerj.br/eduerj
eduerj@uerj.br

<i>Editora Executiva</i>	Lúcia Bastos
<i>Supervisão Editorial</i>	Dau Bastos
<i>Coordenação de Publicação</i>	Renato Casimiro
<i>Coordenação de Produção</i>	Rosania Rolins
<i>Projeto Gráfico e Capa</i>	Heloisa Fortes
<i>Diagramação</i>	Gilvan F. Silva
<i>Revisão</i>	Fernanda Machtyngier, Paula Toledo e Viviane Godoi
<i>Apoio Administrativo</i>	Maria Fátima de Mattos

A pesquisa que resultou neste livro contou com um amplo apoio institucional, no qual se destacam o PICDT/CAPES, a UERJ, a ANPED e os arquivos e bibliotecas em que o autor trabalhou.

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/PROTEC

G657 Gondra, José Gonçalves.
Artes de civilizar : medicina, higiene e educação escolar na Corte imperial / José Gonçalves Gondra. – Rio de Janeiro : EdUERJ, 2004.
562p.

ISBN 85-7511-072-1

1. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro – Teses – Avaliação.
2. Teses – 1850-1890. 3. Medicina social – Rio de Janeiro (RJ).
I. Título

CDU 378.245:378.661(815.3)

A Vânia, Thales e Vinícius

Muita gente querida esteve presente nesta longa jornada.

Exprimo meu agradecimento a todos por intermédio das pessoas que interferiram formalmente na tese, durante os exames de qualificação e defesa: Maria Lucia Spedo Hilsdorf, João Adolfo Hansen, Luciano Mendes de Faria Filho, Clarice Nunes e Rogério Fernandes.

Ao longo de todo o trabalho, a companhia atenta e interessada de Marta Maria Chagas de Carvalho fez-me perceber aspectos, encontrar alternativas, desconfiar de caminhos e tornar mais aguda as indagações.

Por fim, lembro que este livro também é fruto de um sonho, talvez inimaginável, de José Medeiros e Erotides.

Sumário



Prefácio	11
<i>Marta Maria Chagas de Carvalho</i>	
Introdução	17
1. A construção do campo médico no Rio de Janeiro	23
1.1. A presença dos profanos	29
1.2. Um tempo de inaugurações e o processo de autonomização do campo médico	39
1.3. As organizações legitimadas e legitimadoras do saber médico	50
1.4. Sujeitos da racionalidade	74
2. A Corte degenerada	85
2.1. Escrita, sujeitos e práticas discursivas dos médicos	108
2.2. Nos domínios da medicina	118
2.3. Ordem médica e modelo escolar	131
3. Modelo higiênico e forma escolar da educação	159
3.1. <i>Circumfusa</i> – localizar e construir escolas	165
3.2. <i>Applicata</i> – cobrir, proteger, modelar e limpar o corpo	183
3.3. <i>Ingesta</i> – nutrir e hidratar	191
3.4. <i>Gesta</i> – exercitar e robustecer o corpo	200
3.5. <i>Excreta</i> – eliminar os resíduos corporais	201
3.6. <i>Percepta</i> – moldar os sentidos	217
4. A utopia de uma educação integral	223
4.1. Higiene: ciência integral, ciência da infância, ciência da escola ...	230
4.2. O corpo educado	284

4.3. A inteligência disciplinada	350
4.4. A ginástica das vontades	384
5. Considerações finais	481
Referências bibliográficas	489
Anexos	507

Prefácio

Marta Maria Chagas de Carvalho

A matéria deste livro são as teses escritas e defendidas por médicos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, entre 1850 e 1890. O autor as estuda como dispositivos de institucionalização da ordem médica no Brasil do século XIX, mobilizando documentação variada para reconstituir o que chama, com algum humor, “ilustração tropical” do II Reinado. No campo dos estudos de história da educação brasileira, a abordagem do tema é especialmente original, não só por se tratar de um objeto pouco conhecido, mas porque produz instrumentos analíticos valiosos para a compreensão histórica desse tempo e de suas práticas educativas. A expressão “prática educativa” admite, no caso, duas acepções gerais e, como demonstra Gondra, complementares: de um lado, aplica-se à prática médica de escrita e defesa de teses na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, no século XIX, para uma corporação julgadora. Examinando-as, Gondra reconstitui os condicionamentos materiais e institucionais da formação dos médicos no Império, além dos códigos retóricos e científicos aplicados por eles para inventar os discursos da profissão em uma forma canônica, que reproduzia a autoridade da instituição, orientando-lhes o sentido como intervenção cientificamente fundamentada. As teses são, dessa maneira, o produto de uma prática específica de homens cujos nomes aparecem nelas como tipos sociais – “médicos” – que escrevem autorizados pela instituição à qual pertencem e à qual as destinam. O exame dos modos como essa circularidade de código mobiliza categorias e classificações, usando-as como critérios científicos para ratificar a autoridade da enunciação, é fundamental para especificar a formação do campo médico como um campo doutri-

nário no qual a crença alardeada no poder da razão aliava-se a uma incipiente medicina social patrocinada pelo Estado.

Empreendendo um exame minucioso das organizações que então legitimaram o saber médico – a Academia Imperial de Medicina e a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro – e dos cursos, do ensino das disciplinas, do corpo docente, dos preparatórios exigidos para o ingresso, dos periódicos divulgadores da ciência médica etc., Gondra afirma: “Interessamos analisar a perspectiva de uma escola enquanto lugar de cura para uma sociedade descrita sob os marcos da incivilidade, desordem, feitiçaria, curandeirismo, práticas mágicas, curiosidade e desrazão. Interessamos debater a tese de que a própria invenção da educação escolar no Brasil se deu a partir de uma matriz médica, bem como os efeitos decorrentes da apropriação do objeto educacional pela ordem médica”.

Desse modo, a expressão “prática educativa” também se aplica à população carioca do século XIX, que é referida, nas teses, como objeto de intervenção da ciência médica mobilizada no tratamento dos temas. Ou seja: a população em geral e os alunos dos colégios em particular são os objetos a serem tratados – em sentido médico – pelos modelos e preceitos científicos mobilizados para expor matérias propriamente médicas. Os modelos e preceitos são irradiados, por assim dizer, em uma operação que perspectiva o social pelo crivo da doença, prescrevendo a saúde do corpo e sinônimos da mesma para a alma, como a moral, por meio da ordenação racional do espaço urbano, da organização metódica do tempo e saneamento físico ou higiênico como ação civilizatória. Considerando-se essa dupla acepção da expressão “prática educativa”, este texto pode ser lido como um trabalho sobre a institucionalização da medicina e a educação dos médicos, sumarizadas pelas teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e como uma reconstituição de medidas políticas preconizadas pelas teses como educação higiênica das populações no combate às trevas da incivilidade pelas luzes da “ilustração tropical”.

O autor partilha o pressuposto foucaultiano de que as instituições produzem a perversão como dispositivo de legitimação de si mesmas e naturalização das medidas que adotam. Nesse sentido, uma das teses centrais do livro é a de que, no Brasil do século XIX, o discurso da medicina foi constituído como ciência por meio da exclusão de outras práticas do corpo caracterizadas como falta de legitimidade, carência de cientificidade, ignorância, superstição, incompetência e erro. Evidenciando que as teses

propunham “educar” e “civilizar” como sinônimos, Gondra demonstra que o uso de um léxico disfórico – como “curandeirismo”, “feitiçaria”, “curiosos” – aparece nelas como dispositivo de exclusão de saberes anônimos e populares, vigentes principalmente na população pobre, constituídos na mesma exclusão como saberes não-autorizados e sem competência científica. Complementarmente, o saber médico se autoconstituía como autoridade por meio da aplicação do par saúde/doença, que excluía outras práticas curativas como alienação. Assim, o discurso médico interveio socialmente, prescrevendo medidas educacionais que pretendiam conformar o social para fins determinados, como o de higienizar as práticas escolares. Recusando-se a ler as teses como meios neutros que veiculam informações sobre uma realidade exterior ou anterior a elas, o autor as lê como dispositivos de construção da realidade que tematizam, sendo importante considerar a simultaneidade das práticas médicas e educacionais. Não se trata, assim, de estabelecer uma relação causal entre as práticas discursivas dos médicos e as práticas de medicalização social; tampouco, como bem pontua Gondra, de negar a existência dos problemas graves identificados pelos médicos na cidade do Rio de Janeiro, bastando lembrar as várias epidemias e os altos índices de mortalidade da população. Trata-se, antes, de analisar as representações produzidas em nome da racionalidade médica, especificando-as como práticas que põem em cena concepções de educação e propostas de intervenção social.

É interessante observar, como faz Gondra, que muitas vezes as defesas de teses foram acompanhadas pelo imperador D. Pedro II. Onde situar essa prática? Na interseção de uma prática científica com uma prática cortesã, como um resíduo das tertúlias e certames letrados das academias e salões portugueses do século XVIII? Provavelmente sim, como uma “ilustração tropical” que, semelhante à ilustração católica de Pombal, mantém costumes tradicionais ao inovar. A Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a Academia Imperial de Medicina e as várias modalidades discursivas e impressas – como as teses, os jornais, os periódicos e os livros médicos – tiveram o apoio do Estado, principalmente porque a institucionalização da medicina cruzou a instituição do direito, constituindo o cruzamento de ambas as instituições uma espécie de código consensual em que política, legalidade, doença, criminalidade e moral se confundiram como hierarquização das populações. Assim, ao demonstrar a relação do discurso médico com outros discursos do tempo, como o do direito,

torna patente que a medicina propunha dispositivos de normalização dos corpos que punham em cena distinções jurídicas, como as de *legal e legítimo*, relacionadas ao tema do *crime* e da *lei*. O periodismo foi um dos principais meios de dar visibilidade ao “modo médico” de intervir legalmente e interpretar legitimamente a saúde e a doença, divulgando as novidades da medicina para públicos não-especializados. Obviamente, como se pode ler na ficção contemporânea às teses analisadas por Gondra, essa unidade científica divulgada pelos periódicos era atravessada por tensões. Por exemplo, em *A Moreninha*, de 1844, o autor, o médico Joaquim Manuel de Macedo, tematiza a querela da medicina alopática e homeopática, no Rio de Janeiro do tempo, evidenciando que o tema tinha suficiente relevância social para ser proposto como objeto de representação do romance. Essas tensões não escapam às análises deste livro, que evidencia a particularidade da prática médica.

O pressuposto foucaultiano de Gondra permite pensar a constituição do campo médico como uma história de medidas impessoais e anônimas, ativadas no micro do cotidiano das práticas e no macro das instituições. Analisando as teses como produtos de indivíduos empíricos, demonstra que o princípio autoral delas é efetivamente supra-individual, funcionando como regra discursiva que unifica a disparidade de objetos a que se aplicam com a marca da ciência. Operando com o recorte cronológico 1850-1890, em que ocorreram modificações sociais, políticas e culturais relevantes no país, Gondra demonstra que o enunciado médico permanece sob as variações de um texto de tese escrito em estilo patético, nos anos 1850, que lembra o sublime romântico que então se praticava, e de textos marcados pelo determinismo, propondo “ordem e progresso”, em 1890. Assim, se as representações legíveis nas teses são evidentemente importantes para a reconstituição do campo médico e do ensino na Faculdade de Medicina no II Reinado, mais decisivo é o próprio ato discursivo que constitui a higiene como uma evidência científica que naturaliza a intervenção. Por outros termos, Gondra demonstra que cada uma das teses é uma variação particular de um mesmo enunciado médico, que absorve a autoria individual ou os estilos em uma estrutura que articula e atravessa outras práticas do tempo como intervenção civilizatória.

Trabalhando sistemicamente, Gondra produz homologias estruturais, formais e funcionais que lhe permitem reconstruir o que se poderia chamar de “forma mental médica” do século XIX. No caso, a unidade de

doutrina, pensamento e ação dos indivíduos-médicos que escreveram os textos aparece evidenciada pelo uso de preceitos científicos, de nomes de autoridades, de exemplos abalizados, de terminologia biológica obscura para leigos, de formas expositivas, gêneros e estilos retóricos convencionais, pelos quais organizam os discursos com a mesma disposição básica de introdução, argumentação e conclusão. Termos biológicos e médicos – como as categorias *circunfusa*, *applicata*, *ingesta*, *gesta* – delimitam formalmente as matérias tratadas, evidenciando a partilha comunitária de campos de saber onde a escrita foi colher os pressupostos doutrinários das categorias, os modos corretos de realizar recortes temáticos e estratégicos no corpo da doença e, ainda, as aplicações de medidas saneadoras de “educação integral”. É no *corpus* discursivo assim constituído que Gondra recorta o que chama de “utopia de uma educação integral”. Nos preceitos de disciplinarização dos corpos e das almas infantis que essa utopia põe em cena, impera, soberana, a Higiene, essa “ciência integral” que é, ao mesmo tempo, “ciência da infância” e “ciência da escola”. Nela, rotinas escolares são prescritas, o tempo das atividades de aula é organizado e o espaço escolar da educação é instituído. Ativada como disciplinarização do corpo, da inteligência e da vontade, essa “educação integral” desdobra-se, neste livro, em múltiplos dispositivos de constituição das práticas educativas. E é nesses dispositivos que uma pedagogia se constitui como “educação do corpo”, “ginástica da vontade” e “disciplina da inteligência”.

O agricultor pródigo, e intelligente não se limita simplesmente a semear em terra virgem e erriçada de sarças os escolhidos grãos, que lhe promettem fertil e proveitosa messe. Sabedor da grande vantagem, que resulta da propriedade, e do amanho do terreno, escolhe-o, rasga-o com o pesado arado, liberta-o de tudo quanto contém de daninho, prepara-o enfim; e então, cheio de esperanças, deposita em seu seio sadias sementes, das quaes brotão verdejantes ervinhas, que, nutridas por um solo benéfico, e auxiliadas pelas continuadas sollicitudes, que lhes ministra o lavrador, afastando todas as cousas destructivas, que as poderião emmurchecer, e definhar, ganhão pouco á pouco, força e vigor e lhe offerecem depois em recompensa de seu insano, e desvelado trabalho agglomeradas medas, que aprovisionão seos vastos celleiros.

Dr. Joaquim Pedro de Mello, 1846.

Introdução

Sebastianópolis!

A religiosidade presente nesta designação supõe a possibilidade de ela se desdobrar em outros níveis. No nome, as marcas de uma crença, de uma vontade, de uma verdade que desejava não apenas fundar e inaugurar um espaço físico e social, mas também converter e submeter tudo e todos ao modelo exigido pela fé, ouvindo, intervindo, controlando, exortando, prometendo e ameaçando.

No entanto, a destruição de Sebastianópolis foi se tornando necessária. Em seu lugar, abandonando a tradição de espaço social da colônia, que lhe imprimira traços de uma vila colonial, emergia a necessidade de erigir uma cidade e, neste sentido, sua demolição foi, pouco a pouco, configurando-se como inevitável. Demolição política. Demolição simbólica. Demolição física. E, também, econômica e cultural.

O século XIX pretendeu deixar o legado de Sebastianópolis destruído, erguendo em seu lugar uma cidade moderna. Menos São Sebastião, mais Rio de Janeiro. Mais ainda, Corte Imperial. Neste longo, complexo e descontínuo projeto de construção do passado colonial, objetos foram inscritos em diferentes ordens discursivas: da “fé”, das “ciências”, do povo comum, dos destituídos de “ordem” e de “discurso”. Múltiplas representações foram engendradas acerca do modo de edificar o futuro grandioso que se queria para a nova cidade, o que supunha, dentre outras medidas, formar uma nova população e novas condutas.

Os anos oitocentos foram, portanto, um tempo propositivo. Sobre o que se queria superar, a incidência do discurso negativo, da crítica; e

sobre o que se queria constituir, discursos positivos, de projetos. E as iniciativas foram se sucedendo.

Afastar-se de Portugal, aproximar-se de um mundo ilustrado e que caminhava a passos largos rumo à industrialização caracterizaram as primeiras medidas. Fim do pacto colonial e aproximação com Inglaterra e França, convertidas, então, em ícones da civilização. A primeira pela força industrial, a ponto de fazer com que o século XIX, sob este ângulo, tivesse sido designado de “o século inglês”. A segunda pela ilustração, a ponto de, sob este ponto de vista, o século XIX ter sido chamado de “século francês”. Já o Brasil e, mais particularmente, Sebastianópolis eram posicionados à distância daquele tempo representado, então, sob os signos da indústria e da razão.

Neste sentido, o século XIX brasileiro pode ser caracterizado como um tempo de desafios que supõem a realização de alguns deslocamentos. De colônia a Estado nacional independente. De anexo de Portugal a Brasil. No caso do Rio de Janeiro, o grande desafio foi transformar uma cidade colonial, sucessivamente, em sede do governo português, sede do Estado imperial e sede da República. Isto é, promover uma alavancagem de vila colonial a cidade. Em outras palavras, passar de Sebastianópolis a Corte.

O referido deslocamento supunha transformações das mais variadas ordens: de infra-estrutura urbana (água, iluminação e esgotamento sanitário, por exemplo), transporte (arruamentos, carruagens, bondes e trens, dentre outros), economia (instalação de fábricas e de estabelecimentos comerciais), política (organização de partidos e sistema eleitoral), comunicação (imprensa, correios e telégrafos), segurança (guarda nacional, polícia e sistema judiciário) e cultural (biblioteca, jardim botânico, escola de belas-artes, faculdades, escolas de primeiras letras e secundárias).

A estada compulsória da sede do governo português em Sebastianópolis representou um momento decisivo no projeto de demolição da vila colonial. O acréscimo populacional exigia, além de moradia, novos equipamentos urbanos, comerciais, industriais e culturais, fazendo com que se projetassem deslocamentos nessas direções. Ao lado do impacto demográfico, outros ocorreram em diferentes esferas, inclusive a educacional. Tornava-se necessário formar quadros para gerir e produzir o passado e o futuro, no que se refere às questões urbanas, industriais, comerciais e culturais. Necessidade de formação que, ao lado da manutenção do modelo escolar das aulas régias e de ensino secundário, propunha uma

formação local de nível superior, fora do domínio da Igreja, de modo a abastecer o país de médicos, engenheiros, bacharéis e de homens das artes. Formação esta a ser criada e mantida pelo Estado, que tinha nesta medida uma estratégia para amparar e constituir o próprio aparelho estatal.

No longo tempo compreendido entre 1822 e 1889, portanto entre a Independência, o Primeiro Reinado, o Período Regencial e, finalmente, a administração central de mais longa duração de nossa história – o reinado de D. Pedro II –, foi-se consolidando um projeto de Estado nacional: o Estado imperial. Esse processo exigiu intervenções em diferentes esferas, sendo que no presente estudo a ênfase incidiu na reflexão acerca dos aspectos vinculados ao âmbito educacional.

No que se refere à formação em nível superior, buscou-se selar a vontade de atender aos interesses do Estado e, simultaneamente, fomentar o culto à razão. Isso posto, tornou-se necessário pensar e examinar o processo de construção e o modo como o projeto de ilustração tropical foi regido. No entanto, este trabalho se fixou no exame de uma fração da configuração brasileira oitocentista, formada no Rio de Janeiro à época: detive-me no exame da constituição do campo médico, restringindo-me à análise das representações aí produzidas acerca dos projetos de formação dos próprios médicos e da população de um modo geral. Assim sendo, duas indagações preliminares foram delineadas e percorridas: como a medicina se institucionalizou no século XIX? Que estratégias os médicos articularam para obter e manter legitimidade política e social?

A dupla interrogação me levou a estudar a institucionalidade da ordem médica na Corte ao longo do século XIX. Com isto, procurei analisar o projeto de educação escolar formulado pela intelectualidade médica formada na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Nesse sentido, privilegiei a reflexão acerca dos lugares de formação dos médicos: o de formação escolar inicial, que habilitava ao exercício da profissão, bem como o de formação continuada, proporcionado por intermédio das atividades promovidas pela sociedade científica da ordem médica, a Academia Imperial de Medicina.

Ao caracterizar essas duas instituições, vali-me de um conjunto de estudos sobre a história das mesmas, da representação destas nas teses e na legislação correlata, bem como da leitura de memórias da faculdade, com a intenção de entrecruzar as representações de modo a poder perceber aproximações, alianças, tensões e privilégios contidos em umas e outras. Além de estabelecer uma ancoragem institucional relacionada aos discursos

analisados, procurei olhar para a coleção organizada como um material construído a partir de lógicas a serem necessariamente tematizadas. Nessa direção, problematizei a própria concepção de autoria que atravessa o *corpus* documental examinado, tomando como base a auto-representação que os médicos fazem de si, do assunto que abordam e da própria escrita da tese.

Em seguida, procurei discutir como os médicos representavam a cidade e seu povo. Com relação ao espaço da Corte Imperial, busquei identificar os modos diferenciados de representá-lo, presentes tanto nos discursos de viajantes e de médicos, como no texto das teses. Na diversidade das narrativas, sobressalta a incidência da exposição de uma cidade partida. Quando observada do alto ou de longe, a superposição dos elementos topográficos, botânicos, climáticos e celestes desenhava um quadro de rara beleza. No entanto, os mesmos narradores, ao ingressarem no espaço físico da cidade, recobriam-na com novos adjetivos: feia, suja, fétida, insegura, doente, negra, imoral e iletrada. É, pois, vivendo e estudando em um espaço no qual natureza e cultura digladiam, que os médicos tropicais são formados, de modo a encontrar fórmulas para aproximar a cidade que recusavam de um mundo natural idealizado. Para vincular a cidade vista do “alto e à distância” àquela percebida em seu cotidiano, a racionalidade médica procurou elaborar um projeto de formação a ser desenvolvido na rede escolar, o qual supunha a necessidade de escolarizar em sintonia com uma espécie de “prontuário” oferecido pela ciência médica.

Finalmente, detive-me na análise das representações acerca da educação escolar que esse tipo específico de discurso constituía. Esse último esforço tornou possível perceber que a perspectiva civilizatória com que a educação foi considerada configura uma tônica do argumento médico.

Educar e civilizar são aí representados como atos solidários. Dupla ação a convergir para um único fim: eliminar os fatores adversos e produzir um futuro novo, regenerado, sem vícios, grandioso para os indivíduos, para a sociedade e para o Estado, tal como sugerido na metáfora agrícola utilizada em 1846 pelo Dr. Mello. No entanto, esta finalidade só seria atingida caso a educação escolar funcionasse como um verdadeiro decalque do projeto construído em nome da racionalidade médico-higiênica. Assim planejado, medido, controlado, integrado e hierarquizado, esse modo de intervenção funcionaria como um efetivo programa civilizador, instituindo nos trópicos uma réplica complexa do que então era considerado como padrão civilizatório a ser disseminado, imposto e adotado no mundo ocidental.

Juro aos Santos Evangelhos que no exercicio da medicina serei sempre fiel aos deveres da honra, da Sciencia e da caridade.

Prometto sobre as obras de Hippocrates que, penetrando no interior das familias, os meus olhos serão cegos, e minha lingua calará os segredos que me forem confiados; nunca de minha profissão me servirei para corromper os costumes, nem para favorecer o crime.¹

¹ Trecho do juramento a ser proferido durante a cerimônia de colação de grau realizada por ocasião da conclusão do curso de medicina, conforme padrão instituído pela reforma dos estatutos das faculdades de medicina de 1884. Nesse ato, o juramento deveria ser feito com o doutorando de joelhos, tendo as mãos sobre um livro dos Santos Evangelhos. A promessa seria feita com o doutorando em pé e com as mãos sobre as obras de Hipócrates.

A construção do campo médico no Rio de Janeiro

A atividade médica nem sempre ocorreu a partir de uma formação especializada. Até 1808, no Brasil, os cuidados com a saúde e as estratégias de cura eram atividades partilhadas por diversos sujeitos: físicos, cirurgiões, curiosos e feiticeiros. Cada um deles recorria a um conjunto de experiências diferenciadas. Aqui, procuro inventariar brevemente essas diferentes orientações até a criação dos primeiros cursos de cirurgia e anatomia no Rio de Janeiro e em Salvador, ambos no ano de chegada da Corte Imperial Portuguesa ao Brasil. Em seguida, detenho-me em uma reflexão acerca do processo de construção da autonomia do campo médico, procurando examinar como as tarefas relativas à manutenção e ao prolongamento da vida constituem um campo de saber autônomo e como conquistaram autoridade e legitimidade, até então inexistentes, para dispor sobre saúde, doença, corpos, vida social e escolar, pelo menos na forma como passou a se apresentar a partir do século XIX.

Para realizar esse movimento, tomo como ponto de partida um livro de história da medicina brasileira, publicado pelo médico Santos Filho em 1991,² de modo a pensar o processo de constituição da ciência

² Trata-se de *História geral da medicina brasileira*, livro que, como o próprio autor afirma na introdução à edição de 1991, constitui uma revisão de trabalho publicado pela primeira vez em 1947, sob o título *História da medicina no Brasil*, pela Editora Brasiliense, como parte integrante da coleção “Grandes Estudos Brasileiros”, volumes III e III-A. Santos Filho registra que seu primeiro trabalho se esgotara inteiramente, atribuindo tal fato não ao “tratamento” dispensado ao tema, e sim ao ineditismo do assunto e à “copiosa soma de fatos,

médica no Brasil, bem como o de suas organizações, agentes, estratégias e práticas. Com base nessa obra, é possível observar que o conjunto diverso de práticas desenvolvidas no Brasil em nome da preservação e prolongamento da vida foi gradativamente modificado. Nesse processo, tanto os cursos de formação de médicos como o lugar de organização da sua corporação desempenharam ações decisivas no sentido de reconhecer os procedimentos, condutas, instrumentos, lugares e práticas que deveriam compor o repertório das representações e práticas médicas legitimadas no âmbito dessas duas instituições/organizações. Com isso, assistiu-se, no processo de construção do campo médico na Corte do Rio de Janeiro, a um movimento que procurou unificar aquilo que genericamente designava-se como “medicina”, implicando, portanto, o estabelecimento de regras, em seleções e expulsões, de modo a produzir um ordenamento institucional que unificasse internamente os “médicos” e, ao mesmo tempo, construísse a legitimação deles para o ambiente externo às suas instâncias de formação e organização.

Ao investigar o processo de institucionalização e legitimação da medicina, Santos Filho problematizou seu esforço em estabelecer-lhe uma determinada periodização, chamando a atenção para a impossibilidade do emprego de divisões rígidas e fixas para aquilo que considerava como “fruto da marcha evolutiva, sem limitações e nem barreiras ou cercas demarcadoras” (op. cit., v. I, p. 6). Alertava ainda que a diversidade existente na história – no caso, a da medicina brasileira – complicava em demasia a questão da periodização, pelo perigo de se incorrer em generalizações inconseqüentes ou na aglutinação de idéias e fatos contraditórios.

Finalmente, ao explicitar os problemas que percebeu no estabelecimento de períodos na história, procurou expor sua própria técnica de objetivação, o que, segundo Bourdieu (1990), constitui critério de rigor e exatidão no processo de elaboração do conhecimento, possibilitando uma aproximação e um diálogo mais fecundo entre os sujeitos e o objeto da pesquisa e dos sujeitos entre si. Ao que parece, essa foi a perspectiva a que

dados e documentação”, o que, segundo ele, fez com que a obra se assemelhasse aos “antigos compêndios, um livro composto segundo a antiga maneira de se escrever história. Foi essencialmente documentária, típico exemplar da velha historiografia”. O autor considerava o texto de 1991 como uma nova obra, em virtude da operação por ele realizada de refundir o tema, acrescentar novas partes e expurgar o que havia de incorreto. A edição de 1991 foi publicada em sistema de co-edição, envolvendo as editoras Hucitec e Edusp, integrando a coleção “Estudos Brasileiros”.

Santos Filho aderiu, o que fica mais evidenciado quando acrescenta: “Qualquer solução apontada provocará críticas. Não importa. Que venham e contribuam para o deslindamento do problema” (op. cit., v. I, p. 6). O que se observa é que, ao empreender um esforço de periodização da história da medicina brasileira, ele investe na desnaturalização das classificações existentes até então, fazendo ver que essa empresa nada mais é que fruto de um esforço interpretativo e da produção de uma classificação mais ou menos arbitrária. A pertinência e a necessidade desse movimento desnaturalizador são reforçadas por Bourdieu, quando afirma:

Mesmo as classificações mais naturais apóiam-se em traços que não têm nada de natural, sendo, em ampla medida, o produto de uma instituição arbitrária, quer dizer, um estado anterior da relação de forças no campo de lutas pela delimitação legítima. [...]. A ciência registra um *estado* de luta entre classificações, ou seja, um estado da relação das forças materiais ou simbólicas entre aqueles envolvidos com um ou outro modo de classificação, os quais freqüentemente invocam, à maneira do que faz a ciência, a autoridade científica para fundar na realidade e na razão o recorte *arbitrário* que pretendem impor (1996, p. 110, grifos do autor).

Nesse sentido, não se tratava mais de considerar os períodos como fases ou ciclos, o que suporia a presença de determinadas características em um dado espaço e tempo, e seu completo desaparecimento em outros; ao contrário, o registro de modificações gradativas pelas quais passou a ciência médica ao longo de sua história deve ser considerado como o de um estado de luta entre as classificações. No caso da periodização formulada por Santos Filho, são sugeridas inflexões ao longo do tempo que apontam para a presença de forças materiais e simbólicas diferenciadas, em momentos distintos do processo de construção do campo médico no Brasil. Refletindo sobre o critério que deveria adotar, o médico procurou deixar claro seu envolvimento com um ou outro modo de classificação, aprofundando a explicitação dos critérios adotados:

Quanto ao critério a perfilhar-se, afastado deve ser, em parte, o cronológico, de centúrias, pois não reúne sucessos homogêneos, nem engloba fases de evolução uniforme. [...]. A solução mais simples e também de

cunho mais amplo [...] residiria na apreciação das influências, delimitando-se uma fase ibérica, uma francesa, e a última, talvez, nacional. Considerando-se, entretanto, que nos primeiros séculos além da ibérica, ter-se-ia que avaliar a medicina no Brasil-holandês, a arte exercida pelos jesuítas, a prática indígena entre os índios e os negros africanos, tendo-se em vista que no panorama geral sobressai um sucesso significativo, de relevo, qual seja, a fundação do ensino médico em 1808, logo transparece o inconveniente, não tanto da demarcação, mas da designação dos períodos apenas pelas influências (op. cit., p. 6).

Com isto, Santos Filho apresenta os critérios com os quais não trabalhou no registro da história da medicina no Brasil (o cronológico e o das influências). Ao mesmo tempo, abre caminho para apresentar e justificar o critério escolhido, designando-o, então, como critério “científico”:

Assim posto, e sob o critério científico, de menor ou maior conhecimento, tomando-se como balizas divisórias a fundação do ensino médico e a inauguração de trabalhos experimentais assinalados, tenta-se a metodização da evolução da medicina brasileira da maneira agora exposta, a qual, se não for a melhor, valerá pelo menos como um ensaio, a aguardar outros de mais justa conceituação (op. cit., p. 7).

Sua opção interpretativa fica, desse modo, explicitada. Ela privilegia a presença do discurso da “ciência” e de seus modos de funcionamento como critério para a periodização estabelecida. Com base nesse critério, ele procura discutir como e por quem a medicina brasileira foi exercida ao longo do tempo, acreditando, com isso, poder capturar acontecimentos internos à medicina que melhor funcionam para orientar sua narrativa. Tal opção se encontra ratificada quando se depara com a dificuldade em nomear as primeiras atividades médicas ocorridas no Brasil entre 1500 e 1808. Então pergunta:

Como nomear englobadamente a medicina dos físicos e cirurgiões de formação ibérica e batava, a arte médico-cirúrgica dos índios e negros (onde a prática uniu-se à feitiçaria, à magia e ao sobrenatural), e mais o exercício da medicina por parte dos padres jesuítas e outros curiosos, entendidos, curandeiros?

Em seguida, responde:

Na falta de uma palavra significativa que abarcasse a Medicina dos físicos e cirurgiões, curiosos e feiticeiros, adotou-se então essa mesma definição para o período. [...]. Situa-se dentro do critério seguido e abrange ou contém em seus limites a Arte Médico-cirúrgica como foi e por quem foi praticada (op. cit., p. 8).

Tomando essas reflexões como ponto de partida, cabe-nos perguntar em que consistiram as primeiras atividades desenvolvidas em nome da medicina, quem as praticava e como eram exercidas. Ato contínuo, interessa entender como tais atividades concorreram ou não para a constituição da chamada ciência médica em território nacional, particularmente no Rio de Janeiro.

1.1. A presença dos profanos

A medicina no Brasil, em seu início, abrange a história de todas as práticas voltadas para os cuidados com a saúde e daquelas voltadas para a cura propriamente dita, ocorridas desde o início da colonização branca até a fundação dos primeiros cursos de anatomia e cirurgia, em Salvador e no Rio de Janeiro, procurando também reconhecer os sujeitos que exerciam tais atividades. Até o século XIX, a medicina é aquela relacionada à cirurgia rudimentar e à precária clínica dos físicos, cirurgiões aprovados, cirurgiões barbeiros, aprendizes, sangradores, boticários, curandeiros, pajés, padres jesuítas, feiticeiros, curiosos e outras denominações atribuídas aos ativistas da época, conforme reconhecem Machado et al. (1978), Costa (1989), Schwarcz (1995) e Patto (1996), além do próprio Santos Filho (op. cit.). Sobre esse aspecto, Patto afirma:

Em terras brasileiras, os médicos propriamente ditos (os físicos e licenciados) eram, até 1808, poucos e estrangeiros, e estavam a serviço dos representantes da Coroa nas cidades mais importantes. O grosso da medicina era praticado por cirurgiões-barbeiros (aprovados sumariamente em exames realizados pelos comissários do físico-mor do reino), barbeiros, boticários, aprendizes, anatômicos, algebristas, curandeiros, entendidos etc. Quando não da própria terra (escravos, mestiços e pobres livres), eram cristãos-novos oriundos da Península Ibérica (1996, p. 188).

A autora acrescenta que precariedade similar era igualmente reinante nas instalações e nos procedimentos utilizados pelos ativistas da medicina:

A situação dos hospitais não era diferente: raros e carentes de recursos materiais e humanos, eram ao mesmo tempo enfermarias, hospícios, asilos e orfanatos, nos quais se praticava a caridade segundo os mandamentos da Irmandade de Misericórdia de “curar os enfermos, remir os cativos, visitar os presos, cobrir os nus, dar de comer aos famintos, dar de beber a quem tem sede, dar pouso aos peregrinos e enterrar os mortos”. Na falta de boticas e medicamentos, as mezinhas, os amuletos, as rezas e os benzimentos eram freqüentes em todos os segmentos sociais (1996, p. 188).

Para assegurar um tratamento mais especializado à questão do modo de trabalhar dos “ativistas da medicina”, Santos Filho reconhece a existência de cinco grandes presenças: a medicina indígena, jesuítica, africana ou negra, holandesa e ibérica. Contudo, outra vez adverte para a impossibilidade de demarcar rigidamente o período e a ação dessas diferentes “medicinas”, afirmando que, antes da preponderância dos efeitos do estabelecimento do ensino especializado,

por muito tempo serão os mesmos o pensamento e as situações decorrentes, em todos os setores da medicina, na clínica médico-cirúrgica, na defesa da saúde, nos nosocômios, na farmácia. 1808 é apenas um marco [...] de futuras e consideráveis *conseqüências*, donde sua escolha (op. cit., p. 11).³

³ Em Portugal, Crespo (1990) também verifica o processo de afirmação da medicina enquanto campo específico se deu entre 1772 e 1836, enfrentando questões semelhantes. Para ele, esse processo representa uma luta não apenas contra um pensamento religioso que “tanta persistência revelava, mas igualmente em relação aos curandeiros, que, na sua palavra fácil e num verbo excepcionalmente bem adaptado às mentalidades populares, não tinham dificuldades em penetrar nos complexos meandros das doenças e dos doentes” (p. 20). No entanto, fica a interrogação: que práticas eram incluídas no rol da curanderia? Para Crespo, de acordo com o vocabulário utilizado, esse grupo era integrado por cirurgiões, boticários, barbeiros, sangradores, algebristas, alveitares, soldados, ciganos, judeus, idiotas, ladrões, estrangeiros, alquimistas, mezinheiros, benzedores, parteiras, beatas, feiticeiras, enfim, todo um conjunto designado de “pseudo-médicos” que “circulavam com grande facilidade entre a população”. Circulação e aceitação explicadas pelas “circunstâncias degradantes que envolviam os doentes”, sendo estas “as grandes responsáveis pelas múltiplas oportunidades dadas às intervenções de curiosos, que sempre aproveitavam as situações

Desse modo, o autor aponta para a continuidade das práticas e das condições de exercício das atividades “médicas”, não obstante terem tido início, em 1808, os cursos formais de anatomia e cirurgia. Todavia, esse marco não implica ruptura imediata e completa com a cultura médica e com as condições em que tais práticas eram desenvolvidas até aquela data. Tal fato pode ser explicado por uma conjugação de aspectos, dentre os quais poderíamos destacar a legitimidade dos profanos, a incapacidade da chamada “medicina oficial” em responder a demandas complexas e a quantidade insuficiente dos sagrados representantes da ciência médica para atender a um quadro nosográfico acentuado pelas epidemias e pela pobreza. A criação do curso de formação escolar de médicos na Bahia e no Rio de Janeiro funciona, pois, como indicador de uma nova orientação da – e para a – área de medicina, passando então a chamar para si a responsabilidade, autoridade e legitimidade para dispor sobre os corpos, a saúde, a doença, a morte e a vida, recobrando também a preocupação dos mesmos com as relações entre medicina e sociedade, como é possível perceber nos discursos dos médicos enunciados dentro e fora do ambiente de formação oficial. Ao demonstrar tais preocupações, esses homens tinham e expressavam o objetivo de tornar especializado o domínio da medicina, desautorizando e desqualificando outros discursos e outras práticas, de modo a se projetarem nos diferentes estratos da sociedade como autoridades portadoras de um conhecimento suficiente e necessário para regular tanto a vida do indivíduo como a ordem social.

O curso de formação superior representaria, então, uma espécie de laboratório desse tipo de mentalidade, porém sem apresentar resultados imediatos, até porque a extrema precariedade das condições – econômicas, sociais e culturais – não possibilitou sua rápida emergência e domínio. O discurso da ciência médica não se estabeleceu de forma articulada e uniforme nem mesmo depois de se institucionalizar a formação oficial para o exercício da medicina. Entretanto, a esta tarefa os médicos se dedicaram de forma regular, sistematizada e intensa. A presença marcante de um discurso com características científicas foi sendo forjada gradativamente no âmbito dos cursos superiores e, paulatinamente, procurou-se disseminá-lo por todo o tecido social; das academias às casas-grandes, às senzalas e às cidades.

complexas para as suas generosas ofertas de auxílio ou se limitavam a responder à ansiedade da procura por parte dos que não tinham outra alternativa” (p. 107).

Até o século XIX, as atividades médicas foram exercidas por generalistas, e as práticas médicas eram uma das funções por eles desempenhadas. Nesse sentido, de acordo com Santos Filho (op. cit.), “Mestre João” é uma figura emblemática para que se possam compreender as práticas da medicina no século XVI. Foi um dos principais membros da armada de Pedro Álvares Cabral, sendo reconhecido como físico, cosmógrafo e astrólogo, o que reflete bem o estado da medicina à época. Conforme carta endereçada por Cabral ao el-rei de Portugal, os conhecimentos de “Mestre João” eram insuficientes para curar sua perna e uma chaga que possuía na palma da mão.⁴ Santos Filho argumenta que, em um primeiro momento, a ciência médica se encontrava influenciada pelas

potestades celestes, dependia dos influxos dos astros, valia-se da alquimia medieval e dirigia-se por princípios que provinham da Antiguidade greco-romana acrescidos de teorias árabes, recompostos todos pela escolástica. E o empirismo presidia a prática da Arte (op. cit., v. I, p. 59).

Além disso, certas práticas procuravam traduzir muito fielmente alguns dos princípios orientadores da atividade médica, como o dos semelhantes – *similia similibus curantur* –, sobre o qual, a título de exemplo, Salles (1971) descreve o caso de Antonio Mendes, que no século XVII preconizava a ingestão de “pescoço de galinha torrado e moído no tratamento das inflamações da garganta”, querendo com isso aplicar o princípio dos semelhantes, já que “pescoço curaria pescoço”.

A ação dos ativistas constituía um conjunto de práticas sem apoio e sem cobertura do discurso da “ciência”. Nesse sentido, o combate promovido pela e em nome da razão médica deveria não somente alcançar religiosos e curiosos, como ser travado internamente contra uma medicina considerada arcaica, podendo ser caracterizada por focalizar os sintomas, hostil a um diagnóstico centrado na contribuição das novas descobertas oriundas da química, anatomia, fisiologia, física e geografia, por exemplo. Tratava-se também de erigir a ciência médica sobre novas bases, cujos funda-

⁴ Salles (1971) se refere a esse personagem (João Faras – bacharel em artes e medicina), reconhecendo-o como o primeiro médico a colocar os pés em terras brasileiras e afirmando que, em seus registros, há muito pouco de medicina e mais de astronomia e cosmografia (p. 32). O autor enumera os médicos nomeados para exercer suas funções no Brasil a partir do século XVI.

mentos deveriam ser a definição das causas das doenças, a descoberta de seus efeitos e as conseqüências resultantes, a fim de se escolher o procedimento terapêutico adequado e eficaz.

No caso do Brasil, parte dos cronistas que descreveram a nova terra não pouparam elogios ao clima e aos ares, ao mesmo tempo que reconheciam a existência de poucas doenças. A constatação de se ter descoberto uma terra agradável e sem enfermidades pode ser confirmada pelo reduzido quadro nosográfico da época. De acordo com Santos Filho (1991, v. I), muitas das chamadas “doenças tropicais” eram, até então, completamente desconhecidas. Os que adoeciam logo saravam. Os brancos descreveram os indígenas como indivíduos sadios, bem adaptados e conformados que, ao adoecer, recorriam ao pajé, uma espécie de feiticeiro-curador que conjugava práticas mágicas e místicas com as “virtudes” de espécimes da flora nativa e, nesse sentido, pode ser considerado o primeiro “ativista da medicina” no Brasil, já que desenvolvia técnicas voltadas para o restabelecimento e manutenção da saúde.

O quadro da “terra saudável”, no entanto, foi alterado com a chegada dos brancos e negros, modificando-se, com essa “nova gente”, as estratégias e procedimentos utilizados no trato das doenças. A nova composição da população do Rio de Janeiro produziria, do ponto de vista nosográfico, demandas até então desconhecidas, o que, de sua parte, impôs a necessidade de “profissionais” da “arte de curar”, de modo a responder aos novos problemas de forma mais rápida, eficiente e eficaz.⁵

Os primeiros “profissionais da medicina”⁶ chegaram ao Brasil a partir da terceira década do século XVI, trazendo consigo rudimentos da ciência ibérica e carregando, como arsenal terapêutico, instrumentos de lancear, sangrar, cortar e serrar, além dos remédios, os simples, acondicionados nas caixas de botica, onde se deterioravam com o tempo, caso não se esgotassem pelo uso. A solução encontrada pelos chamados “profissionais

⁵ Salles (op. cit.) apresenta um razoável mapeamento das doenças decorrentes da colonização portuguesa, atribuindo a tal fenômeno a “modificação profunda no quadro nosológico brasileiro”, o que fez com que “males contagiosos” – como gripe, varíola, sarampo e sífilis – se propagassem “assustadoramente em face da ausência de imunidade natural dos habitantes locais” (p. 24).

⁶ O termo “profissional” é adotado por Santos Filho (1991) para designar aquele que desenvolvia práticas médicas. No entanto, adoto a denominação de “ativistas da medicina” por entender que a profissionalização formal do médico no Brasil tem início em 1808, com a chegada de D. João e da Corte portuguesa.

da medicina” foi, também, a de aproveitar as “virtudes” da flora local para fabricar “remédios”. Esses “profissionais”, os pioneiros da medicina oficial, eram os cirurgiões barbeiros, os barbeiros, os boticários e seus aprendizes.

Os “ativistas da medicina” possuíam condição humilde, sendo quase todos judeus, cristãos-novos ou meios-cristãos. Nômades, como era hábito na Europa, perambulavam de vila em vila, de povoado em povoado. Caminhavam léguas e léguas até chegar aonde não houvesse outro concorrente. Desse modo, a clientela afluía e eles ganhavam algum dinheiro. Permaneciam na localidade até que, passado o sabor da novidade, os pacientes/fregueses rareavam e, então, partiam para outro lugar. Uns tantos se empregavam no serviço dos donatários, dos capitães-gerais, dos senhores-de-engenho. Não passavam de criados e de serviçais de seu ofício. A exceção, nesses casos, é atribuída aos licenciados, que podiam desempenhar o cargo de físico-mor, pois tinham diploma, possuíam carta de licença e por isso gozavam de certo prestígio e consideração, embora também fossem cristãos-novos e tivessem sido acusados pela Inquisição no final do século XVI.

Os negros também podem ser considerados como ativistas da medicina, pois desenvolveram práticas voltadas para a manutenção e prolongamento da vida. Sabidamente, concorreram para o trabalho e enriquecimento de seus donos, tendo sido freqüentemente representados pelos brancos como organicamente fortes, sem degenerescência de monta e com fácil adaptação ao trabalho duro. Além dessa presença, de caráter mais econômico, também participaram com suas crenças no combate aos males de que eram acometidos. Para tanto, recorriam aos orixás, aos seus deuses, às danças, aos cânticos, às ervas e ungüentos, como formas de afastar doenças e obter a cura.

Além dos indígenas, dos brancos e dos negros, outro grupo teve participação relevante em atividades preocupadas com a conservação da saúde e da vida: os padres jesuítas. Para a conversão do gentio, por meio da catequese, dedicaram especial atenção aos corpos, tratando de prevenir, curar e vestir, de modo que os indígenas pudessem ingressar nos rituais católicos e comungar da fé cristã. O socorro aos corpos tornou-se um mecanismo cuja finalidade era amparar a alma daqueles indivíduos considerados selvagens. Eminentemente missionários, os jesuítas também se tornaram médicos, boticários e enfermeiros. Num país marcadamente representado pelo signo da falta, puderam preencher múltiplas funções, assistindo igualmente índios, brancos e negros, o que implicava cuidar

dos doentes, hospitalizar, fornecer e ministrar medicamentos, lancetar, sangrar, sarjar e partejar.

Nos primórdios da catequese, todos os jesuítas partilhavam a fé com as atividades da medicina e da cura, visto que alguns tinham estudado medicina ou tinham noção da arte, e os que a ignoravam aprenderam com a prática. Posteriormente, em cada colégio jesuíta contava-se com a presença permanente de irmãos enfermeiros e irmãos boticários, suficientemente instruídos no noviciado. A assistência prestada pelos jesuítas, que de início era gratuita, passou a ser realizada mediante a cobrança de uma quantia módica pela internação na enfermaria e pelo aviamento de receitas. Com isso, os jesuítas cuidaram de ocupar a nova terra atendendo à população local física e espiritualmente, impondo-lhe, assim, os códigos cristãos, brancos, europeus e masculinos no que se refere ao corpo e ao espírito.⁷

De acordo com Santos Filho (op. cit.), os jesuítas colaboraram decididamente para o conhecimento do quadro de doenças existentes na nova terra porque detinham o domínio das técnicas e instrumentos de registro, isto é, a escrita.

Através de cartas enviadas pelos padres aos provinciais europeus, desde o início da obra missionária, levantou-se a nosografia do Brasil no primeiro século [de sua colonização]. Epidemias de varíola e de sarampo, epidemias de malária e disenteria, além de todos os outros males que vitimaram os habitantes nessa época: sífilis, afecções hepáticas, pulmonares, gástricas, cardíacas, renais, nervosas, vêm descritas nas crônicas inicianas.

A medicina jesuítica rivalizou, nos séculos XVI e XVII, com a desenvolvida pelos profissionais da Arte de Curar, sobrepujando-a nos sentidos de maior eficiência, mais caridade no trato e melhores conhecimentos. Os padres de Santo Inácio, além de condição social superior, possuíam mais instrução e mais cultura do que os físicos e cirurgiões-barbeiros que imigraram para o Brasil (v. I, p. 62).⁸

⁷ Neves (1978) analisa com competência o caráter aculturante da ação dos jesuítas no Brasil.

⁸ Salles (1971) destaca também o papel desempenhado pelos holandeses no desenvolvimento da medicina no Brasil, lembrando que o primeiro livro acerca da “história natural” brasileira, no qual são tratados aspectos da flora e da fauna nativas, foi escrito pelo naturalista J. Marcgrave e pelo médico Guilherme Piso, tendo sido publicado em Amsterdã em 1648. Além dos holandeses, o autor destaca a própria contribuição de médicos portugueses na redefinição da medicina brasileira a partir do século XVII.

Outras instituições também se destacaram no paulatino desenvolvimento das atividades médicas, como as que podem ser vistas no quadro dos nosocômios, acompanhadas de suas respectivas funções.

Quadro 1 – Nosocômios e suas funções.⁹

Nosocômios	Funções
Santas casas de misericórdia	Assistir desvalidos, quando doentes, e pobres e afortunados em tempos de epidemia.
Hospitais militares	Assistir a tropa, sendo mantidos pela administração reinol.
Lazaretos ou leprosários	Recolher leprosos e portadores de males deformantes.
Isolamentos	Dar assistência aos doentes em quarentena e portadores de moléstias contagiosas.

A existência dessas instituições foi marcada por um quadro de penúria de meios de subsistência, escassez de medicamentos e de uma precária assistência técnica. O hospital constituía mais um depósito de doentes, funcionando como a própria antecâmara da morte. Além dos índios, negros e jesuítas, alguns brancos, com características distintas, mais ou menos especializados, também desenvolveram práticas médicas, como se pode verificar no quadro 2.

Quadro 2 – Ativistas da medicina e suas atividades.

Ativistas da Medicina	Atividades
Físicos ou licenciados	Médicos da época que ocuparam os cargos de físicos da Coroa, do Senado, da Câmara, do “partido” e da tropa.
Cirurgiões-barbeiros ou cirurgiões- aprovados ou cirurgiões- examinados	Deveriam exercer unicamente a cirurgia, no entanto praticavam toda a medicina, dada a escassez dos físicos.
Barbeiros	Submetiam-se a exames para os atos de sangria, sarjação, aplicação de ventosas e arrancamento dos dentes. Arvoravam-se em médicos, quando podiam.
Aprendizes de barbeiros e cirurgiões-barbeiros	Praticavam a medicina em função da inexistência de profissionais habilitados.
Boticários e seus aprendizes	Praticavam a medicina em função da inexistência de profissionais habilitados.

⁹ No século XIX, Salles (op. cit.) destaca a contribuição dos hospitais para alienados, que participam do processo de invenção da loucura como doença mental.

De forma sintética, o quadro 2 configura um mapeamento dos primeiros ativistas da medicina no Brasil, bem como das suas respectivas atividades. Além deles, podem ser reconhecidos como ativistas os anatômicos, algebristas, curandeiros, entendidos e curiosos. O exercício da prática médica por parte de diferentes sujeitos foi facilitado também pela ausência de fiscalização, tanto da profissão como do comércio de drogas.

Os representantes das autoridades reinóis aqui examinavam candidatos a “cartas de examinação” para o exercício da profissão de cirurgião-barbeiro e barbeiro, cassavam diplomas e licenças, inspecionavam as boticas, interferiam nos preços das drogas, vistoriavam hospitais, preconizavam medidas de defesa sanitária em tempos de epidemia e fiscalizavam o exercício da profissão por parte dos físicos, cirurgiões-barbeiros, barbeiros e parteiras. Regiam-se por meio de regulamentos, avisos e alvarás periodicamente expedidos.

Dado que eram poucos os comissários, resultava aleatória a ação dos mesmos e, quando sobrevinham epidemias, eram os “bandos” dos capitães-generais que regulavam as questões de higiene e saúde, determinando providências como limpeza de ruas e casas, isolamento, fechamento de portos, prescrição de medicamentos tidos como preventivos e prisão para recalcitrantes na obediência (Santos Filho, *op. cit.*, v. I, p. 64).

A ausência de delegados ou comissários do físico-mor e do cirurgião-mor justificou a entrada de outro sujeito na conformação do campo médico, ao fazer com que as questões de saúde/doença fossem transferidas para a alçada da polícia. Seus homens, em casos de presença de epidemias e ausência de médicos, ocupavam o lugar de agentes da medicina, prescrevendo, punindo e prendendo.

Em Portugal e na França, a associação entre medicina e polícia também foi verificada, conforme afirmam Crespo (1990), Donzelot (1986) e Rosen (1980 e 1994). Para Crespo, na transição do século XVIII para o século XIX, em Portugal, a consciência do enorme perigo das doenças, em especial das epidemias, em uma sociedade à procura de um mundo civilizado, era um fator cada vez mais preponderante na transformação das mentalidades, desencadeando novas esperanças. Nesse panorama, a polícia surgia, com sua autoridade e capacidade de intervenção, como “a grande alternativa na luta contra a violência da dor e do sofrimento. Nos com-

plexos processos implantados no sentido de esquadrihar a sociedade e controlar os corpos, a polícia transformava a doença num verdadeiro delito” (op. cit., pp. 18-9). O ingresso dos policiais na vida social não poderia se dar desprovido de princípios orientadores, que foram buscados junto à ordem médica:

Entretanto, a polícia sentia que sua ação não podia deixar de ser provisória se intervisse sem emoção e na carência de uma idéia. Assim, na falta de um pensamento religioso que pudesse suportar a sua atuação, volta-se para a medicina, nela encontrando os fundamentos e a justificação para a sua prática (ibidem).

Tal prática consistia em isolar o perigo das doenças e dos doentes, travando uma verdadeira guerra contra eles. Para Crespo, na “polícia médica”, autoridades e médicos tornaram-se cúmplices de uma nova ordem. O combate dessa polícia às edificações condenadas no Rio de Janeiro por não atenderem aos critérios da higiene pode ser entendido como uma atuação conjugada do emprego dos princípios da medicina com a ação policial, visando ao controle de um mundo descrito como perigoso.

Foi, pois, nesse cenário de falta de condições, de conhecimento e de recursos, e de presença de múltiplos saberes e práticas, com características e procedimentos muito distintos, que a medicina tentou se estabelecer enquanto campo de conhecimento especializado, arvorando-se em único revestido de competência para lidar com questões relacionadas à vida no âmbito individual e coletivo. A estratégia para desautorizar os demais ativistas da medicina a desempenhar essa função caracterizava-se por produzir crença no poder sem fronteiras do discurso científico, criando organizações que, concomitantemente, patrocinassem, divulgassem e fiscalizassem o exercício de tal crença. Nesse caso, instado pela corporação médica que pouco a pouco se organizava, o Estado cumpriu um papel decisivo na circulação da crença no poder da razão, criando a escola de formação oficial na Corte e na Bahia, juntamente com o patrocínio de iniciativas sob a direção dessa incipiente corporação. Medidas estas que, no limite, colaboraram para fortalecer e estimular a constituição de ambos: do Estado e da medicina oficial. Cabe, então, proceder ao exame do processo de autonomização do campo médico, refletindo sobre os dispositivos acionados, ora pelo Estado, ora pelos médicos, para que o mesmo fosse bem-sucedido.

1.2. Um tempo de inaugurações e o processo de autonomização do campo médico

No Brasil, o início do século XIX, que pode ser identificado pelo signo da inauguração e da abertura, é marcado por um conjunto de iniciativas ocorridas após a chegada da Corte Imperial. Nesse sentido, o movimento provocado com a chegada do príncipe regente, D. João, é responsável por uma ação local, denominada de europeização, ocorrida especialmente na cidade do Rio de Janeiro. Esse movimento compreende o ingresso e a instalação de hábitos, costumes e equipamentos urbanos típicos da Europa, evidenciando a existência de um descompasso entre a vida em Lisboa e no Rio de Janeiro, sendo que o modelo a ser adotado encontrava-se na capital lusitana, cuja cópia deveria ser estabelecida nos trópicos. Com isso, as preocupações com vestimenta, alimentação, comportamento e com a própria organização do espaço urbano assumem dimensões até então não vistas. No que diz respeito aos equipamentos urbanos, verifica-se que a chegada da Corte impulsiona aberturas de instituições como banco, imprensa, jardim botânico, biblioteca, teatro e cursos superiores.

Considerando-se o conjunto dessas intervenções, é possível reconhecer um movimento que objetivava provocar uma aproximação entre a “capital dos trópicos” e a capital lusitana e, de modo mais geral, a Europa. Um dos desdobramentos dessas intervenções pode ser visto na construção de um horizonte mental que passou a fazer circular uma profunda crença no poder da ciência. Nesse sentido, o Jardim Botânico, enquanto lugar de pesquisa da flora nativa, e os cursos superiores, enquanto lugares de formação de nossos letrados, constituiriam lugares privilegiados no sentido de engendrar e fortalecer a construção deste “regime de verdade”.

Crer – e fazer crer – no poder da ciência funcionou, então, como requisito necessário para a construção, em um segundo momento, de campos científicos mais específicos e mais autônomos, forjando o que atualmente se designa de campos disciplinares. Foi, portanto, sobre esse ponto de vista que apoiei minha reflexão acerca do processo da autonomização do campo médico, que, de sua parte, conduziu à formulação de um discurso específico, implicando regras e modos de funcionamento próprios, conduzindo igualmente ao reconhecimento dos espaços de legitimação desse discurso e das práticas por ele autorizadas. Assim, com o investimento nes-

sa crença, a medicina foi estabelecendo critérios para estruturar uma determinada racionalidade científica:

A medicina é duplamente pioneira da racionalidade científica: através de suas teorias e conceitos – ligados ou não ao mecanismo – e através de seus profissionais, os médicos, que, mais que práticos da arte de curar, serão teóricos da ciência moderna das doenças. [...]. A disciplina das doenças é, portanto, parte integrante e produtiva da racionalidade moderna. Através de categorias de: *doenças, entidade mórbida, corpo doente, organismo, fato patológico, lesão, sintoma* etc. Elaborada no período clássico, a medicina instaurar-se-á como um discurso sobre *objetividades*, discurso que institui: a *doença* e o *corpo* como temas enunciados, positivos, *científicos* (Luz, 1988, pp. 91-2, grifos da autora).

Com isso cabe interrogar: que teoria os médicos estariam fundando? Como estavam definindo a própria idéia de medicina? Para responder a estas indagações, parece-me imprescindível refletir acerca do próprio processo de construção do conceito de medicina, sendo que, preliminarmente, pode-se antecipar que tal conceito se tornou dominante ao longo do século XIX, quando saberes e práticas voltados para a recuperação e manutenção da saúde configuraram um campo disciplinar autônomo, que chamava para si, com exclusividade, *a responsabilidade e dever* de responder às questões da vida individual e social, bem como as da morte. Tal movimento criou condições para que se pronunciasse um discurso cientificamente estruturado sobre o indivíduo. Assim, a explicação para a doença – individual e social – foi ganhando cunho e tratamento racionais, constituindo passo decisivo para que a medicina se estabelecesse, assumindo o estatuto de um campo autônomo de conhecimento. A partir dessa inflexão, segundo Foucault (1994), o que passou a definir o ato de conhecimento do médico em sua forma concreta não foi mais apenas o encontro do médico com o doente, nem o confronto de um saber com uma percepção, mas o cruzamento sistemático de uma série de informações homogêneas, porém estranhas umas às outras, tais como o clima, a geografia e a história, por exemplo. Enfim, várias séries que envolviam um conjunto infinito de acontecimentos separados, mas cujas interligações faziam surgir, em sua dependência isolável, o fato individual, no (e do) indivíduo. Nesse movimento, a consciência médica se desdobra:

vive em um nível imediato, na ordem das constatações imediatas; mas se recupera em um nível superior, onde constata as constituições, confronta-as e, refletindo sobre conhecimentos espontâneos, pronuncia com toda soberania seu julgamento e seu saber (p. 33).

Julgamento e saber que, entre os anos setecentos e oitocentos, deslocam-se *do indivíduo* para serem aplicados *à sociedade*:

A medicina já não deve mais ser apenas o *corpus* de técnicas da cura e do saber que elas requerem [...]. Na gestão da existência humana, toma uma postura normativa que não a autoriza apenas a distribuir conselhos de vida equilibrada, mas a reger as relações físicas e morais do indivíduo e da sociedade em que vive (p. 39).

No entanto, a normatividade da medicina, aplicando-se ao indivíduo e à sociedade, distribuindo e regendo as relações físicas e morais de ambos, não ficaria circunscrita a essa generalização. Essa normatividade será desdobrada em outros níveis, agindo inclusive sobre as outras ciências e afetando, particularmente, as chamadas ciências humanas. Sobre a influência da medicina nas ciências do homem durante o século XIX, vale retomar o trabalho de Foucault, que, ao examinar esse aspecto, assinala:

O prestígio das Ciências da Vida, no século XIX, o papel de modelo que desempenharam, sobretudo nas Ciências do Homem, está ligado originariamente não ao caráter compreensivo e transferível dos conceitos biológicos, mas ao fato de que estes conceitos estavam dispostos em um espaço cuja estrutura profunda respondia à oposição entre o sadio e o mórbido. Quando se fala da vida dos grupos e das sociedades, da vida da raça, ou mesmo da “vida psicológica”, não se pensará apenas na estrutura do ser organizado, mas na bipolaridade médica do normal e do patológico. As sociedades vivem, na medida em que existem algumas, doentes, que se estiolam, e outras, sadias, em plena expansão (p. 40).

A partir de então, tem-se a conformação de um vocabulário e conceitos médicos orientando a compreensão do funcionamento das sociedades e justificando *cientificamente* intervenções, com vistas *a curar* a sociedade patológica e torná-la normal e sadia, colocando-a, portanto, em plena

expansão.¹⁰ Este conceito de medicina ganhou contornos bastante abrangentes, definindo, conforme afirma Laplantine (1991), uma espécie de onipresença das preocupações médicas na sociedade, deslocando-se como segmento de cultura para ocupar o lugar de cultura global, causando impacto sobre a moral social e apresentando-se como uma outra espécie de “religião”, só que, dessa vez, revestida de um caráter objetivo e neutro, podendo comprovar tanto o que percebia como a validade da clínica prescrita.¹¹ Sobre essa questão, Laplantine observa com propriedade que

a medicina ocidental não pode ser considerada como a aplicação de um procedimento científico. [...]. Não buscando apenas o que é verdadeiro, mas enunciando o que é bom, ela é o Saber por excelência, tornada diretriz de nossas condutas e estendendo seu monopólio bem além dos limites do domínio biológico. É ela que *ordena* (a “disposição médica”), *prescreve* (a “prescrição médica”), *certifica* (a “certidão médica”), é solicitada pelos tribunais nos casos em que a própria Justiça se acredita incompetente (a “avaliação médica”), *promete* (a esperança suscitada, como vamos ver é imensa, uma vez que induz muitos a acreditarem que todas

¹⁰ A construção das categorias “normal” e “patológico” é analisada em profundidade por Canguilhem (1990). O autor percorre o debate sobre as noções de normal e patológico na filosofia, discutindo a possibilidade de existência de ciências que cuidem do “normal” e do “patológico”, abordando conceitos correlatos como os de doença, cura e saúde, por exemplo.

¹¹ O caráter religioso da medicina também é apontado por Crespo (op. cit.) quando analisa o processo de nobilitação dos médicos: “Os educadores participavam no enobrecimento dos médicos não deixando de integrar, nos livros que dirigiam às crianças, diálogos como, por exemplo, o seguinte: ‘He preciso honrar ao Médico? Deos assim o manda, e que lhe pagassemos, pois diz, honra ao Médico por causa da tua necessidade’. Ao mesmo tempo, advertiam os meninos sobre as mistificações de ‘falladores e mentirosos’ que sem qualquer autoridade e preparação tinham a audácia de assistir os doentes. A medicina equiparava-se, pois, à religião, ainda que de acordo com uma escala hierárquica que não permitia confusões. A questão punha-se assim: com falta de religião, havia o risco de se perder, para sempre, a felicidade eterna; com falta da medicina, eram a saúde e a vida, os maiores bens do homem mortal, que se desvaneciam” (p. 92). Essa semelhança também poderia ser evidenciada na conduta do ato médico, pois, para esse autor, o que se pedia aos médicos, afinal, não era mais do que aquilo que sempre fora reclamado como a orientação mais adequada ao comportamento dos sacerdotes: uma conduta austera, esforçada, dominada por severos princípios morais, que fossem capazes de sustentar o controle sobre si próprio e ter uma grande atenção a seus semelhantes (pp. 103-4). Assim, a repartição dos domínios de atuação entre a religião e a ciência médica não implicava a adoção de condutas diferenciadas, o que fez com que não fosse evidenciada propriamente uma oposição entre essas duas práticas. A partilha dos domínios parece ter selado uma aliança entre ambas, sendo que a uma caberia cuidar do domínio celestial e à outra, do domínio na Terra, adotando, para tanto, procedimentos semelhantes.

as doenças poderão ser vencidas). É ela também que *ameaça*, provocando a angústia de todos que se dão conta de que não obedecem aos comportamentos-padrão que garantem a saúde e a longevidade, e alimenta o terror do que é visto como flagelo dominante de nossa sociedade: o câncer (p. 237, grifos do autor).

Laplantine continua sua reflexão a respeito da normatividade da medicina e da analogia que estabelece com a religião, desenvolvendo um pouco mais estes aspectos:

Essa nova normatividade, que permite, ao mesmo tempo, medir a ignorância, recompensar a obediência, punir a transgressão, lutar contra o “charlatanismo” (ou seja, as medicinas não-oficiais) e intervir permanentemente em domínios cada vez mais extensos da vida cotidiana de cada um de nós, parece-nos poder ser qualificada de religiosa, não de modo vagamente analógico, mas no sentido exato do termo. Mostrar que a medicina (ou antes a hipertrofia de uma tendência dessa prática social que acabou se creditando a uma pretensão decididamente totalizante) é *nossa religião*, e que, se hoje existem “Luzes” no sentido do século XVIII, trata-se de “Luzes” médicas, consiste em evidenciar que a saúde ocupa rigorosamente o lugar exato que antes era ocupado pela salvação e que a fé médica preenche em grande parte o vazio deixado pelo desencanto com as grandes religiões em que não mais cremos (p. 238, grifos do autor).

Assim, fundamentado nas operações de ordenar, prescrever, certificar, avaliar, prometer e ameaçar, um conceito foi sendo construído de modo que a medicina pudesse se apresentar como legítima ciência no processo de regramento da vida individual e do ordenamento social. Constituída nesses termos, passou a exigir para si uma autoridade e poder até então só experimentado pelo discurso de matriz religiosa, o que não implica e não nos autoriza a falar de uma renúncia ao modelo religioso. Pelo contrário, trata-se de adotar o modelo da religião, revestindo-o com os elementos da ciência, mantendo-se conservado o lugar de quem ouve, analisa, avalia, julga, prescreve e ameaça. Foi, pois, essa concepção de medicina que se tornou preponderante ao longo do século XIX, tempo em que, não é demais recordar, estavam sendo inauguradas no Brasil as

primeiras instituições oficiais voltadas para a formação oficial e profissionalizada do médico.

No caso do Brasil, mais precisamente da Corte, é possível reconhecer três dispositivos complementares ativados pelos médicos no sentido de construir o campo da ciência médica ou da vida de forma cada vez mais autônoma: a instituição de formação (a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro – FMRJ), a organização da corporação (a Academia Imperial de Medicina – AIM) e a produção escrita dos médicos, com seus respectivos suportes materiais e modalidades narrativas (teses, livros, jornais, periódicos e literatura, dentre outros). Em conjunto, a Faculdade, a Academia e o impresso médico concorreram para criar, identificar e combater o charlatanismo e o ocultismo, ao mesmo tempo que procuravam apresentar alternativas ao modo de intervenção dos cirurgiões, curiosos e feiticeiros existentes, representados pela ordem médica como charlatães. Com isto buscavam também constituir uma certa unidade no pensamento e na ação dos médicos e, desse modo, tornar especializado e unificado o discurso acerca do funcionamento desse campo do conhecimento. Sobre o processo de institucionalização e legitimação social do conhecimento científico, e particularmente da medicina no Brasil, Schwarcz considera que,

misto de descobridores e missionários, esses cientistas ora encontravam uma nova nação para admirar, ora se debruçavam com temor sobre o país, propondo reformas e saídas que dependiam da atuação deles. Visto sob esse prisma, talvez o debate tenha se concentrado mesmo entre as escolas de direito e medicina. Instaurada uma espécie de disputa pela hegemonia e predomínio científico, percebem-se dois contendores destacados: de um lado o remédio, de outro a lei; o veneno previsto por uns, o antídoto na mão dos outros. Se para “os homens de direito” a responsabilidade de conduzir a nação estava vinculada à elaboração de um código unificado, para os profissionais médicos somente de suas mãos sairiam os diagnósticos e a cura dos males que assolavam a nação. Enquanto os pesquisadores médicos previam a degeneração, constatavam as doenças e propunham projetos higienistas e saneadores, bacharéis acreditavam encontrar no direito uma prática acima das diferenças sociais e raciais (1995, p. 241).

Medicina e direito, portanto, apresentavam-se à sociedade como campos de conhecimento autorizados a dispor sobre os problemas da na-

ção. De certo modo, ambos se arvoraram em possuidores do “antídoto” para os males sociais e, com isso, procuraram impor sua legitimidade para dispor sobre a vida individual e social; um com a *Lei*, outro com o *Remédio*.

Quanto à formação dos bacharéis, o trabalho de Adorno (1988) problematiza a preocupação com a formação científica dos nossos “homens da lei”. Ao analisar a estrutura curricular, práticas de ensino-aprendizagem, mecanismos burocrático-administrativos, composição e relação entre corpo docente e corpo discente, produção e práticas de qualificação intelectual dos acadêmicos da Faculdade de Direito de São Paulo, entre 1825 e 1883, conclui que as salas de aula não constituíram o único espaço responsável pela profissionalização dos bacharéis. Nesse sentido, afirma:

Conquanto os princípios lapidares da ciência do Direito fossem transmitidos em sala de aula, o aprendizado foi caracterizado pelo autodidatismo, não consolidou a formação de discípulos e sequer foi dotado de padrões mínimos uniformes no desempenho de suas atribuições pedagógicas. A diversidade na composição do corpo docente revela contradições relacionadas quer a uma conformação ideológica que buscou conciliar, no mesmo espaço institucional, fundamentos filosóficos de distintas origens, quer às ambivalências decorrentes do contraste entre academia formal e academia real. Essas contradições desnudam, por sua vez, uma conclusão profundamente intimidativa e, a um só tempo, perturbadora: o “segredo” do ensino jurídico no Império foi, justamente, o de nada ou quase nada haver ensinado a respeito de ciências jurídicas (pp. 236-7).

Considerando-se que a Faculdade de Direito de São Paulo não foi o lugar em que os bacharéis se instrumentalizaram para a espécie de contenda a que Schwarcz se refere, como analisar a presença desses homens no processo de constituição do Estado nacional e na direção do mesmo? O próprio Adorno cuida de deslindar este aparente paradoxo. Para ele, foi no espaço extra-escolar que uma efetiva profissionalização dos bacharéis se processou, sobretudo na ação desenvolvida junto ao “periodismo” e à literatura. Em sua opinião, o periodismo representou a ante-sala dos gabinetes executivos, da tribuna parlamentar, dos tribunais judiciários, além de ter promovido a institucionalização da estética literária, sendo, do mesmo modo, responsável pelo aprendizado da demagogia, já que proporcio-

nou ao bacharel a oportunidade de burilar a linguagem falada e escrita, instrumentos fundamentais da atividade política.

A assinalada precariedade na formação dos médicos na Corte e a ação dos mesmos na imprensa e na literatura nos levam a perceber condições semelhantes no processo de formação e no tipo de ações adicionais que desempenharam com vistas a credenciar a ciência que representavam, a corporação que integravam, as ações que desenvolviam e a si próprios como autoridades investidas de poderes múltiplos. Estratégias assemelhadas não apenas nesse aspecto, mas também em ações desenvolvidas conjugadamente entre médicos e bacharéis, nomeadamente as voltadas para a moralidade pública e as questões da medicina legal.¹² Sobre esse ponto, em epígrafe de sua tese, Dr. Fonseca (1845) desenvolve uma formulação e uma afirmação lapidares. Para ele, a medicina legal e a jurisprudência seriam os “dois olhos da Justiça”, pois sem ambos ela não moveria o passo. Sem um deles ou com ambos anuviados ela “vacilaria, tropeçaria, cairia e nunca sem os prejuízos dos direitos do homem”. Desse modo, reforça a tese da existência de uma zona de interseção entre a medicina e o direito, defendendo, com isso, a necessidade de aliança entre os homens da razão, como mecanismo de criação e de combate daquilo que eles consideravam como “desrazão”. Com relação à moralidade pública, Adorno (op. cit.) considera que, nesse terreno, foi possível a constituição de um código cultural comum, o que, segundo ele, configura um trânsito necessário entre força e consenso, lugar privilegiado de convergência entre política e moral e fundamento último da obediência política:

Albergando questões de diversa natureza – criminalidade, prostituição, loucura, lazer, etc. –, representou o espaço onde era viável disciplinar os contatos, estabelecer regras de sociabilidade e de permuta de experiências, sanear as zonas de circulação, prevenir focos “patológicos” de agrupamento populacional (p. 243).¹³

¹² Com relação a esse último aspecto, recomendo a leitura do trabalho de Antunes (1999), no qual ele analisa a repercussão na imprensa de casos que podem ser incluídos no ainda impreciso campo da medicina legal.

¹³ A preocupação com a moralidade pública não pode ser considerada como uma exclusividade dos bacharéis, conforme pode ser visto nas teses de caráter social defendidas pelos médicos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro entre 1831 e 1900 (anexo 1).

Para ele, a moralidade pública possibilitava, notadamente, hierarquizar a proximidade e a distância entre pessoas, famílias, grupos e classes sociais.

Ações que se conjugavam também naquilo que explica a própria liturgia do ofício, conforme evidenciado pela gramática que a definia: ordenar, prescrever, certificar, prometer e ameaçar. Nesse sentido, a contenda a que Schwarcz (1995) se refere deu-se, por vezes, solidariamente e não negativamente, posto que o mundo perigoso da rua, da morte, da doença, da prisão, da prostituição, dos vícios e da pobreza, por exemplo, sugeria, nesses casos, menos disputa do que aliança entre os intelectuais, estrategicamente unificados em torno de uma cruzada a ser empreendida como exigência para organizar o Estado Nacional independente, moderno e civilizado.

A hipótese da presença do “periodismo” como agente controlador das regras internas de um campo intelectual e de intervenção no mundo exterior é partilhada por Ferreira (1996). Referindo-se à institucionalização, legitimação e difusão do saber médico, destaca o papel exercido pelo periodismo médico, aspecto que analisa em sua tese de doutorado, ao examinar as estratégias utilizadas pelos médicos na primeira metade do século XIX, chamando a atenção para o papel desempenhado pela imprensa médica, especialmente a que teve como suporte material os periódicos.¹⁴ Em seu trabalho, identificou seis periódicos que foram produzidos e que circularam entre 1813 e 1843, conforme o quadro 3.

Segundo ele, o periodismo médico cumpriu papel decisivo na institucionalização, popularização e legitimação da medicina no Brasil. Com essa estratégia, procuraram convencer a população da positividade do conhecimento médico e da negatividade dos outros discursos e práticas culturais que se voltavam para o alívio do sofrimento humano, cura dos males e prolongamento da vida. Procuravam construir uma legitimidade que os elevasse à condição de “salvadores e construtores” da nação. Ainda segundo Ferreira, em determinadas situações históricas, os periódicos – como foi o caso dos periódicos médicos brasileiros no século XIX – podem assu-

¹⁴ A presença do discurso médico na grande imprensa pode ser aquilatada pelo trabalho de Antunes (1999), em sua análise dos casos médicos (1870-1930) que mereceram ocupar, alguns por um tempo significativo, as páginas dos jornais, despertando o interesse dos editores e dos leitores.

mir uma dupla função no processo de institucionalização da ciência, funcionando, ao mesmo tempo, como instância interna de regulação e estratificação da comunidade científica e como meio de comunicação com a sociedade envolvente. Dupla função que, na opinião dele, foi fundamental para legitimar social, institucional e cientificamente a razão médica, pois, como qualquer outra atividade social, a ciência médica precisava conquistar uma audiência bem mais ampla do que aquela circunscrita aos especialistas da área.¹⁵

Quadro 3 – Lista dos periódicos médicos (1813-1843).¹⁶

Periódicos Médicos	Circulação
<i>O Patriota</i>	1813
<i>O Propagador das Ciências Médicas</i>	1827 – 1828
<i>Semanário de Saúde Pública</i>	1831 – 1833
<i>Diário de Saúde</i>	1835 – 1836
<i>Revista Médica Fluminense</i>	1835 – 1841
<i>Revista Médica Brasileira</i>	1841 – 1843

O periodismo médico procurou, de um lado, estabelecer uma certa padronização interna por intermédio do reconhecimento daqueles sujeitos mais ou menos autorizados para indicar a direção mais adequada à medicina, buscando deixar claramente identificados os que não participavam do campo e, do mesmo modo, aqueles deslocados e postos à margem, no seu limbo.¹⁷ De outro lado, buscou o apoio social para suas intervenções. Segundo Ferreira (1996), esse dispositivo foi bastante eficiente à época, pois concorreu para autonomizar o discurso médico e enraizá-lo no meio social como expressão de um saber natural e universal. Além dessa instituição – o periódico médico –, o autor reconhece a presença de outras que, ao mesmo tempo, colaboraram no processo de construção de representações dominantes da medicina no Brasil.

¹⁵ No que se refere ao direito, isso pode ser verificado no citado trabalho de Adorno (1988). No tocante à educação, recentemente alguns trabalhos – como os de Catani (1989), Catani & Bastos (1998) e Gondra (1997) – têm incidido sobre os periódicos educacionais.

¹⁶ Uma listagem mais detalhada da imprensa médica especializada pode ser encontrada em Ribeiro (1992) e nas teses de Mascarenhas (1852) e de Veiga (1851).

¹⁷ Como, por exemplo, os adeptos ou simpatizantes da homeopatia. A esse respeito, conferir Luz (1996).

A criação das primeiras instituições médicas no Brasil nos primeiros trinta anos do século XIX foi um capítulo específico da institucionalização das atividades científicas, processo este marcado pelo pragmatismo e pelo papel protagonista desempenhado pelo Estado. Na cultura ilustrada da época, a medicina estava incluída no campo das ciências, do qual também faziam parte a história natural, o direito, a economia e a filosofia. Nesse contexto cultural, a medicina era tida como a mais social das ciências, isto é, aquela que mais se imbrica na vida quotidiana de uma sociedade. Portanto, a institucionalização da medicina implicava o questionamento da vida social como um todo; as relações humanas em todas as suas dimensões eram, por princípio, objeto da medicina (p. 50).

Como se pode verificar, a medicina buscou, no século XIX, ocupar um lugar central no seio da sociedade, com vistas a projetar seus princípios e métodos e, desse modo, obter reconhecimento e respaldo social. Para atingir tal fim, recorreu à estratégia do periodismo,¹⁸ de modo a autonomizar-se e, com isso, passar a ditar regras para o funcionamento da vida dos indivíduos e da ordem social. Buscava-se, portanto, construir e legitimar um “modo médico” de interpretar e intervir nas individualidades e coletividades. Nessa direção, considero relevante identificar as regras que ordenaram o funcionamento dos lugares de formação escolar e de organização da corporação médica, com o objetivo de procurar perceber, no funcionamento dessas instituições, o movimento de abertura do leque de

¹⁸ Como já foi indicado, essa estratégia ocorreu associada a outras, como a criação da “escola”, da “sociedade” e dos hospitais, por exemplo. No que se refere ao uso do impresso, alguns médicos procuraram, em suas teses, reunir e sistematizar os diferentes tipos de escrita médica que vinham sendo produzidos em nome da medicina. Refiro-me, a título de exemplo, à tese do Dr. Veiga (1851), intitulada *Ensaio da Bibliographia Medica do Rio de Janeiro posterior á criação da Escola de Medicina. Resenha das obras de Medicina ou Cirurgia que se tem publicado nesta cidade ou tem sido dadas á luz em outras partes por Médicos ou Cirurgiões seus*. Ao final deste trabalho, apesar de reconhecer que não esgotara o assunto, afirmava: “Houve tempo em que o Brasil esteve isolado das mais nações; esse tempo felizmente já longe vai: já não existe no Brasil a escassez de meios de estudos que succedeu a esse primeiro periodo da nossa existencia. Debaixo de um governo sabio e amante do paiz, á sombra da arvore da liberdade que plantada alfim entre nós, parece ir perfeitamente vigorando e dando fructos, que o Brasileiro mesmo sem sahir de sua patria póde cultivar as diversas sciencias: já professores abalisados entre nós existem” (p. 25). Os “meios de estudos” referidos e disponíveis à época compreendiam não apenas os periódicos, mas também os livros, folhetos, manuais, compêndios, memórias, formulários e opúsculos. Um levantamento bibliográfico correspondente ao período anterior à criação da Escola de Medicina pode ser encontrado em Mascarenhas (1852).

ação desses homens e o ingresso do tema educacional no interior dessas organizações. Para tanto, trabalhei com outros dois lugares que tiveram papel decisivo nesse movimento de autonomização da ciência médica no Brasil: a Sociedade de Medicina e as Escolas de Cirurgia e Medicina.

1.3. As organizações legitimadas e legitimadoras do saber médico

Além do periodismo médico, é importante ressaltar que a popularização e legitimação da medicina no Rio de Janeiro esteve ancorada em outras duas organizações; uma de caráter mais corporativo/associativo e outra de caráter mais formativo, embora muitas vezes tais características se encontrem imbricadas, cruzadas e/ou amalgamadas. A própria história do periodismo médico encontra-se visceralmente entrelaçada com a desses dois espaços organizacionais. Uma reflexão sobre a estrutura e funcionamento, tanto da Academia Imperial de Medicina como da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, pode ser verificada com detalhes e profundidade na extensa obra de Santos Filho (1991). Além dele, outros autores procuraram reconhecer o papel dessas instituições no desenvolvimento da ciência médica no Rio de Janeiro. Schwarcz (1995)¹⁹ se dedica a mapeá-las, com a intenção de analisar o papel que desempenharam na formulação da questão racial, bem como as representações que procuraram instituir e legitimar a esse respeito no Brasil. Ferreira (1996), por sua vez, analisa o papel da FMRJ e da AIM na produção e circulação do discurso médico com base nos periódicos. Costa (1989) se remete, fundamentalmente, à FMRJ, tomando por base a produção dos médicos nesse espaço institucional – as teses –, na qual e a partir da qual, segundo ele, estrutura-se um discurso médico voltado para a vida social, especialmente para a normatização do tipo de família desejada pela ordem médica.²⁰

¹⁹ A autora, ao examinar a questão racial no final do século XIX no Brasil, desenvolveu uma pesquisa nas instituições que participaram da produção de uma determinada cultura acerca do fenômeno racial. Nesse sentido, percorreu o Brasil de norte a sul, pesquisando diversas instituições, tais como o Museu Nacional (Rio de Janeiro), o Museu Paulista (SP), o Museu Paraense Emílio Goeldi (PA), os Institutos Histórico e Geográfico localizados no Rio de Janeiro, em Pernambuco e em São Paulo, as Faculdades de Direito de Recife e de São Paulo e, finalmente, as Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro. Com isso, desenvolveu um trabalho profundamente sustentado na ancoragem institucional, procedimento metodológico que funcionou como uma referência importante para essa etapa da pesquisa.

²⁰ Os trabalhos de Lobo (1964), Machado et al. (1978), Magalhães (1932), Maia (1995), Nascimento (1929), Salles (1971), Sanderson (1986) e Singer, Campos & Oliveira (1981) constituem referências básicas para a compreensão de aspectos da história da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e da Academia Imperial de Medicina.

Considerando como referência esse conjunto de trabalhos, alguns dispositivos legais voltados para reformar tanto a Faculdade de Medicina como a Academia Imperial de Medicina e sete “memórias da FMRJ” escritas entre 1855 e 1902, além dos registros das teses consultadas, procurei analisar alguns aspectos da história dessas duas organizações, de modo a poder agregar informações que concorressem para explicar o comportamento médico, bem como os sentidos da atuação e os da sua produção escrita. Além desse esforço, procurei analisar outras estratégias de poder por eles utilizadas, bem como o ingresso da questão educacional na agenda das preocupações médicas naquele momento da história da medicina na cidade do Rio de Janeiro.

Uma confraria dos homens da ciência: a Academia Imperial de Medicina

A compreensão do funcionamento da Academia Imperial de Medicina poderia ser inicialmente desenvolvida em torno de sua própria designação, sendo que a cada um dos nomes adotados corresponderia uma das fases pelas quais passou essa sociedade, pelo menos em termos gerais. Os diferentes nomes da agremiação representam momentos e concepções distintas que marcaram sua história, principiada em 1829, quando ainda não era uma organização oficializada, não possuindo, portanto, a nobre designação de “Academia Imperial”, situação que perdurou por seis anos, já que a opção pela oficialização foi se constituindo paulatinamente no interior da corporação médica, tornando-se dominante e vencedora, como podemos acompanhar no mapeamento de aspectos relevantes da história dessa organização.

Em 28 de maio de 1829, um grupo de médicos²¹ fundou, no Rio de Janeiro, uma Sociedade Médica que se propunha, de acordo com Lobo

²¹ Esse grupo era constituído por cinco médicos, a saber: Luiz Vicente De-Simoni, médico italiano que viera para o Brasil em 1817; José Martins da Cruz Jobim, que foi diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro entre 1842 e 1872; Joaquim Candido Soares Meirelles, mineiro que, em 1822, tirara o curso na antiga Academia Médico-Cirúrgica e que posteriormente se doutorara pela Faculdade de Medicina; José Francisco Xavier Sigaud, natural de Marselha e que se formara em medicina pela Faculdade de Strasbourg; e mais um outro médico francês, Jean Marie Faivre (Maia, 1995). Em sua tese de doutorado, Ferreira (1996) apresenta um resumo biográfico bastante esclarecedor de cada um dos médicos que fundaram a SMRJ, no qual mapeia o perfil sociocultural e a carreira profissional desses fundadores, examinando, principalmente, os efetivos compromissos dos mesmos com o ideal higienista. Reconhece, ainda, o francês José Francisco Xavier Sigaud

(1969), a tratar dos interesses médico-sociais e do ensino da medicina, tudo isto sob os auspícios do governo. Nessa primeira reunião estabeleceram-se alguns fundamentos para a futura sociedade, os quais ficaram registrados em uma ata lavrada e redigida pelo Dr. De-Simoni, na qual consta que a SMRJ se destinaria a promover a ilustração, progresso e propagação das ciências médicas. A referida sociedade deveria se dedicar, também, a socorrer gratuitamente, com seus conhecimentos e conselhos, os pobres nas suas enfermidades e a beneficiar a humanidade de modo geral, favorecendo a conservação e melhoramento da saúde pública. Tudo, evidentemente, “debaixo da autorização e proteção do governo”, que para isso deveria ser solicitada.²² Essa iniciativa objetivava, também, consolidar a medicina enquanto atividade diversa daquela até então praticada por barbeiros, sangradores e práticos.

De acordo com Schwarcz (1995), essa sociedade foi organizada nos moldes da Academia Francesa, tendo como primeira tarefa proceder a uma análise das diferentes propostas referentes à reforma do ensino médico que, naquela oportunidade, encontrava-se em discussão. No início do ano seguinte, 1830, a “sociedade” dos médicos obteve autorização para funcionar, e seus estatutos foram aprovados por intermédio do decreto datado de 15 de janeiro, rubricado pelo imperador e assinado pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império, o marquês de Caravelas, no Palácio do Rio de Janeiro.²³ O breve decreto indica simultaneamente as razões da autorização e os traços de oficialidade com que se revestia o ato de criação, igualmente visíveis na fala do imperador:

Tendo subido á Minha Augusta Presença uma representação de alguns médicos, e cirurgiões desta Côrte, que, para o importante fim de promoverem uma associação com o título de – Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro – pedindo-me a graça de autorizá-la com o Meu Imperial Beneplacito; e reconhecendo Eu que desta fundação muitas vantagens devem resultar pelos esforços reunidos de seus membros, para a forma-

(1796-1856) como o principal higienista deste grupo, responsável pela disseminação deste ideário no interior da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro (SMRJ), bem como no seu exterior.

²² Cf. Nascimento, 1929, apud Maia, 1995, p. 43.

²³ Cf. Coleção de Leis do Brasil (CLB), 1830.

ção de regulamentos sanitarios, estabelecimento de hospitaes, e reforma dos existentes, e também pela propagação de conhecimentos uteis levados a todas as partes do Império, por meio das correspondencias da Sociedade sobre os differentes ramos da mesma sciencia: Hei por bem Approval-a, e igualmente os seus estatutos.

Submetida, portanto, à “Augusta Presença” e ao “Imperial Beneplácito”, a SMRJ ingressou na ordem oficial, o que implicou o estabelecimento de partilhas entre a “sociedade” e o Estado, as quais encontram-se expressas nas “vantagens” que tal corporação deveria propiciar, formando regulamentos sanitários, estabelecendo e reformando hospitais e propagando conhecimentos úteis por todo o Império. Partilhas que ficaram ainda melhor definidas no texto dos estatutos ao se explicitar que a SMRJ se instituía para tratar de todos os objetos que poderiam contribuir para o progresso dos diferentes ramos da arte de curar, para responder às questões do governo, sobretudo no que dizia respeito à saúde pública, principalmente sobre as epidemias, casos de medicina legal, doenças reputadas como contagiosas e capazes de ser importadas de países estrangeiros, sobre a propagação da vacina, o exame de remédios novos e secretos, de descobertas que poderiam ter resultados vantajosos ou nocivos na sua aplicação à medicina, sobre águas minerais, naturais ou artificiais e epizootias, dentre outros. Programa científico que objetivava amarrar a finalidade maior da “sociedade”, que era de melhorar o exercício da medicina e esclarecer as numerosas questões que diziam respeito à salubridade das grandes cidades e do interior das províncias do Império. Programa científico profunda e estatutariamente vinculado ao progresso da razão médica, entrecruzando-o com os problemas urbanos e do campo.

Composta fundamentalmente por médicos, a SMRJ estabelecia contrato obrigatório entre os associados, que deveriam comunicar aos colegas tudo o que cada um obtivesse com a prática, pela leitura e por intermédio de suas “meditações particulares”, procurando, desse modo, estabelecer um “meio de união entre os homens da arte”, o qual contribuiria para excitar e entreter entre eles “a emulação, o amor à ciência e uma amizade fraternal”. Ao se constituir corpo científico, de acordo com os estatutos, a referida “sociedade” se tornaria um guarda vigilante da saúde pública, sem esperar o pagamento de salário para cumprir dignamente seu dever, oferecendo, ainda, nas ocorrências difíceis, um apoio salutar ao governo,

assinalando as causas que ameaçavam a saúde pública, traçando as regras por ocasião da invasão e marcha das epidemias, propondo leis sanitárias em harmonia com o estado dos conhecimentos médicos, das relações comerciais e com as instituições constitucionais do Brasil.



Hospital da Ordem Terceira de São Francisco de Paula, situado à Travessa de São Francisco. Local em que, a 24 de abril de 1830, foi realizada a sessão pública de instalação da SMRJ.



Casa do Consistório da Igreja do Rosário – Sede da AIM entre 1830 e 1861.

Figura 1 – Academia Imperial de Medicina

Na questão do espaço, índice de aproximação entre a ciência médica e a religião católica.²⁴

²⁴ Imagens do acervo da Academia Nacional de Medicina.

Contudo, a delimitação do campo de ação dos médicos é melhor definida nos estatutos quando se indica aquilo que *não* estaria na esfera de suas competências. O ganho financeiro era descartado, na medida em que a SMRJ deveria se guiar por sentimentos filantrópicos; do mesmo modo, descartava-se a participação no ensino ou formação regular, bem como a pretensão de instituir um monopólio sobre a ordem médica. Pelo contrário, reafirmava-se que a SMRJ se estabelecia para promover o adiantamento das ciências médicas e o melhoramento da higiene pública (objeto principal das solicitações), assim como para atender ao interesse da humanidade, sobretudo o da “classe pobre”, a quem prestaria o “socorro de seus conselhos” em dias determinados para consultas gratuitas.²⁵ Ciência, higiene, humanidade e assistência demarcavam o perfil da “sociedade”, que, atuando privilegiadamente nessas quatro frentes, almejava unir os homens da arte e a própria arte de curar, como condição necessária para destituir outras “artes e artistas” igualmente voltados para o objeto da cura.

As marcas da oficialidade atravessam os estatutos, reaparecendo, por exemplo, na definição da “mesa da sociedade”, no ato de sua instalação e na previsão de reformas estatutárias. No primeiro caso, a “sociedade” reconhecia, como presidente honorário perpétuo, o ministro do Império,²⁶ que poderia estar presente em todas as sessões públicas e particulares da entidade. No segundo caso, a instalação da SMRJ deveria ser feita em uma sessão pública, em uma grande sala, na presença do ministro do Império e de um auditório convocado por “cartas de convite”. A esse respeito, vale registrar que a instalação oficial dessa “sociedade” se deu em 24 de abril de 1830, de modo solene, com o nome de Sociedade de Medicina e Cirurgia, em sessão realizada no salão da Ordem Terceira de São Francisco de Paula, presidida pelo ministro dos Negócios do Império, o marquês de Caravelas,²⁷ confirmando-se, desse modo, o caráter oficial da sociedade. Marca que fica reforçada pela presença de outros ilustres na ceri-

²⁵ Essa disposição se encontra definida no artigo 9º, título VI, dos Estatutos de 1830: “Uma ou duas vezes por mez a Sociedade dará consultas gratuitas aos pobres durante uma hora”. Nesses termos são descritos os compromissos da SMRJ com o aspecto da assistência social, o que funciona unicamente como indicativo de que esta não era a grande função da referida sociedade. A presença de tal traço objetivava reforçar o caráter filantrópico dela e, com isso, obter reconhecimento e legitimidade social.

²⁶ Instituído pela Constituição do Império (leia-se, pelo próprio imperador) na direção da instrução pública e de tudo que dissesse respeito às “associações sábias e industriais”.

²⁷ Cf. Pacheco, 1986, p. 108.

mônia de instalação formal da SMRJ: nomes como os de José Bonifácio de Andrada e Silva, Martins Francisco Ribeiro de Andrada, Manoel Jacyntho Nogueira da Gama (marquês de Baependy) e Maurício José Pereira da Fonseca (marquês de Maricá). A presença desses homens, ministros do Império e desde então acolhidos como sócios honorários da sociedade, constituiu forte indício do caráter oficial da entidade que os médicos criavam. Não bastasse isso, esse traço seria acentuado com a sua transformação, em 1835, em Academia Imperial de Medicina.²⁸ Assim, se afirmava cada vez mais o caráter de órgão que organizaria a corporação médica em torno de temas considerados candentes e também assessoraria o governo imperial no entendimento dos referidos temas e na formulação de prescrições para os mesmos.

Finalmente, modificações e reforma dos estatutos também eram competências da “sociedade”, que poderia fazê-las sempre que lhe conviesse, embora estas devessem ser participadas ao governo. Marcas de oficialidade que buscavam assegurar uma existência de longa duração para a entidade que almejava organizar o “corpo científico” da medicina.

Diferentemente das efêmeras sociedades científicas criadas no Brasil no final do período colonial, como por exemplo a Academia Científica do Rio de Janeiro (1771-1772) e a Sociedade Literária do Rio de Janeiro (1786-1790), a SMRJ tinha um projeto institucional e científico bastante definido, moldado segundo concepções políticas e epistemológicas do movimento higienista europeu do final do século XVIII, particularmente o francês, conforme assinala Ferreira (1996, p. 69).²⁹ O autor acrescenta que

²⁸ Acontecimento ocorrido durante sessão pública presidida pelo regente Francisco de Lima e Silva, na qual se encontrava o imperador D. Pedro II, à época com apenas nove anos de idade (Pacheco, 1986, p. 108).

²⁹ Um significativo conjunto de trabalhos apontam na mesma direção, reconhecendo a França como “madrinha” das iniciativas na área médica, como os de Machado et al. (1978), Costa (1989) e Schwarcz (1995 e 1998). A forte presença francesa na cultura brasileira no século XIX pode também ser percebida no romance *A Moreninha*, escrito pelo médico Joaquim Manuel de Macedo. Publicado pela primeira vez em 1844, pela Livraria Garnier, o livro é repleto de termos e expressões francesas, como se constata na própria capa – da qual consta uma epígrafe em francês –, assim como na literatura médica citada pelos quatro personagens masculinos do romance, todos estudantes de medicina na Corte. Alencastro (1998) também reconhece a presença francesa na filosofia, na religião e na divulgação de um padrão alternativo da medicina com o positivismo, o kardecismo e a homeopatia, respectivamente. De acordo com Crespo (1990), o molde francês também seduzia os portugueses à época, o que fica evidenciado nos manuais escolares, nos currículos e nas viagens de estudos à França que os médicos portugueses realizavam com financiamento oficial.

o maior êxito da SMRJ/AIM consistiu em traduzir princípios higienistas para o contexto natural e social brasileiro, o que não deve ser caracterizado como um movimento de ampla repercussão política e mobilização social, mas como invenção dos problemas médicos sanitários do país a partir da avaliação das relações entre sociedade, natureza e doenças brasileiras. Segundo ele, a “ação desta associação médica foi fundamental para a elevação do *status* acadêmico do ensino médico e, principalmente, para a legitimação social da medicina, na medida em que foi sua prioridade a definição do papel social do médico” (p. 59), tendo igualmente colaborado para superar a distinção entre médicos e cirurgiões, já que aceitava ambos em seu quadro social. Desse modo, procurou construir uma unidade entre os praticantes da medicina que apresentavam uma maior semelhança e aproximação entre si – no caso, os médicos e cirurgiões. Com isso, constituíram-se elementos necessários para o reconhecimento da corporação médica, da qual expeliram aquele conjunto de sujeitos e práticas descritos e identificados como “charlatães e perigosos”, já que não atendiam e não correspondiam às exigências estabelecidas por tal ciência.

De acordo com Pacheco (1986), o modelo associativo deve ser entendido como uma estratégia adotada para que os médicos dispusessem de “tribunas médicas”, nas quais deveriam ser patrocinadas discussões amplas, pois, para o autor, “as associações de médicos eram, são e serão sempre os instrumentos necessários às reciclagens de seus conhecimentos, isto é, meios para permanente atualização” (p. 108). A despeito do caráter técnico com que o Dr. Pacheco procurou revestir a “Sociedade Científica”, não se pode deixar de perceber a dimensão política e pedagógica das atividades por ela desenvolvidas no sentido de legitimar o discurso e as práticas em franco processo de oficialização. O traço da oficialidade seria, desse modo, um dos aspectos da ação política da entidade representativa dos médicos.³⁰

Outra evidência do caráter oficial dessa “tribuna médica” pode ser percebida nas encomendas que o Estado fazia a essa “sociedade”. Destaco

³⁰ A manutenção desse traço é perseguida pela entidade e uma das evidências é a própria redesignação da mesma por ocasião do fim do regime imperial. Demonstrando sua perspectiva de associação ao poder público, o nome Academia Imperial de Medicina é imediatamente abandonado (seis dias após a proclamação da República, em 21 de novembro de 1889), em favor de Academia Nacional de Medicina. Exprime seu posicionamento ao lado do “novo” governo quando elimina do nome o vestígio do “antigo” regime que mal acabara de ser substituído.

apenas a primeira delas, na qual se tratava da preocupação com a formação dos futuros médicos, ficando explicitado o consórcio estabelecido entre o governo e a “Sociedade dos Médicos”. Trata-se da solicitação da Câmara dos Deputados à SMRJ para que emitisse parecer sobre a reforma das duas academias médico-cirúrgicas que se encontravam em funcionamento no Brasil, tendo em vista os debates infrutíferos que, até aquela ocasião, haviam ocorrido no ambiente da referida câmara e, do mesmo modo, o “movimento de opinião suscitado fora da câmara” (Lobo, 1964, p. 29). Esse pedido foi formalizado por intermédio de um ofício³¹ do secretário da Câmara dos Deputados à “sociedade”, solicitando que emitisse sua opinião acerca da reforma que se pretendia realizar na formação escolar dos médicos. Após ser trabalhado em dezoito sessões da SMRJ, o projeto foi remetido à Câmara dos Deputados em julho de 1831 e, após ligeiras modificações, deu origem ao Decreto de 3 de outubro de 32, transformando as Academias Médico-Cirúrgicas em Faculdades de Medicina (Rio de Janeiro e Bahia). Assim, ao desempenharem a primeira tarefa oficial para a qual foram convocados, os médicos da “sociedade” se opuseram à criação de uma terceira escola de medicina e à formação diferenciada de médico e cirurgião. Além disso, asseguraram aos alunos das escolas que seriam extintas com a criação das duas faculdades de medicina o direito de obter o título de doutor, bastando prestar o exame das matérias não cursadas, sem necessidade de freqüentar as aulas. Procedimento semelhante deveria ser adotado para os que já houvessem concluído o curso e obtido o título de “cirurgião aprovado” ou de “cirurgião formado”. Fica evidente que, com essa defesa, os membros da “sociedade” buscavam construir um curso com maior ancoragem institucional, ao mesmo tempo que previam a inclusão daqueles que, a princípio, não poderiam ter acesso ao título de doutor e ao exercício da medicina. Tal estratégia visava a um duplo fim: incorporar e unificar o corpo médico. Esses e outros serviços prestados pela “sociedade” terminaram por credenciá-la à condição de aliada privilegiada do governo, o que, em parte, explica sua transformação, em 1835, em Academia Imperial de Medicina.

Cabe lembrar que o controle que a Academia Imperial de Medicina exercia junto à comunidade médica incluía outros dispositivos, além de

³¹ Ofício acompanhado dos diversos planos de reforma apresentados àquela casa, podendo ser nomeados os dos deputados Lino Coutinho, apresentado em maio de 1828, e Paula Araújo, apresentado em junho de 1831.

sua posição e alinhamento oficial. Os processos de incorporação dos sócios, os temas postos em discussão, os rituais das reuniões e das comemorações realizadas sob os auspícios da referida corporação, associados aos dispositivos editoriais próprios, da ação na chamada “grande imprensa” e na literatura, assim como a presença de seus sócios e representantes no ambiente parlamentar e no exercício de cargos executivos, todos se constituem elementos que auxiliaram no processo de unificação da medicina oficial, produzindo partilhas conceituais em seus procedimentos e na própria doutrina da racionalidade médica que se pretendia oficial. Dessa forma, mais que “tribuna médica”, essa entidade dispôs-se a funcionar como núcleo formulador, articulador, organizador, divulgador e legitimador da ordem médica.

O primeiro sinal de reconhecimento do poder acadêmico e político da SMRJ foi a aprovação do plano de reforma do ensino médico por ela apresentado à Câmara dos Deputados e posteriormente ao Senado, quase sem alteração, conforme salienta Ferreira (1996). Vitória que deve ser creditada às ações políticas e científicas da corporação, que, ainda incipiente, já apresentava visíveis sinais de força.³² Vitória que não se distribuiu de forma homogênea e bem-sucedida por todos os aspectos que a “sociedade” desejava atingir, como, por exemplo, os higiênicos.

O projeto higienista gestado no interior da SMRJ enfrentou dificuldades para se materializar na primeira metade do século XIX, pois não encontrou condições econômicas, científicas, culturais e sociais para sua efetivação. Assim, nesse período, antes de terem sido os agentes de um pretenso processo de medicalização da sociedade, as ações da SMRJ foram mais importantes como estratégia de legitimação social da própria medicina e, para tanto, transformou-se em meta a aproximação com o Estado. Aproveitando-se do clima de suspeição que rondava todo e qualquer tipo de associação por ocasião da crise política que envolvia o governo do imperador D. Pedro I, a “sociedade” dos médicos fez questão de deixar claro de que lado se encontrava: ao lado da Coroa imperial. Com isto, logo após obter reconhecimento por parte da Coroa, foi transformada em Academia Imperial de Medicina, recebendo inclusive subsídios da Coroa para seu funcionamento e publicação de periódicos. De organização “extra-oficial”,

³² Nesse início, a ação política e científica da SMRJ esteve a cargo de um reduzido número de homens, os fundadores, que formavam o núcleo intelectual e dirigente da entidade.

a SMRJ trilhou o caminho da oficialidade definitiva, terminando por entregar-se aos braços do Estado, posição a que não mais renunciou. Com isto, a SMRJ encontrou um porto seguro de onde pôde fazer a propaganda da ciência, da higiene e da necessidade de construir uma verdadeira civilização³³ nos trópicos. Em discurso proferido na sessão pública de 24 de abril de 1830, o jovem médico José Martins da Cruz Jobim³⁴ (1802-1878) teceu, de forma nítida, uma articulação entre esses três aspectos que identificavam a SMRJ:

Se a saúde pública é o resultado de uma civilização já avançada, ela é também seu mais certo início, e que todas as vezes que virmos um povo doentio, sujeito a epidemias e endemias, ou a um número excessivo de moléstias esporádicas, podemos logo concluir que ele é ignorante, mal governado, sujeito a leis tirânicas e inaplicáveis, e que quando mesmo alguma causa natural se opõe à sua saúde, se a tirania não sufoca no coração do homem este desejo que lhe é natural de melhorar, nada há que ele não possa vencer com assiduidade e constância (Jobim, 1830, p. 17, apud Ferreira, 1996, p. 94).

Civilizar requereria, na perspectiva de Jobim, um cuidado com a saúde pública, isto é, com a higiene da população, desde que devidamente

³³ O conceito de civilização encontra-se detalhado nos livros de Norbert Elias (1990, 1994). Para efeito deste estudo cabe explicitar os problemas que existem na descrição do conceito. Para Elias, o conceito de “civilização” se refere a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às idéias religiosas e aos costumes. Pode se referir ao tipo de habitações ou à maneira como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos. Rigorosamente falando, nada há que não possa ser feito de forma “civilizada” ou “incivilizada”. Daí ser sempre difícil reduzir a algumas palavras tudo o que se pode descrever como civilização. Mas se examinamos, continua Elias, o que realmente constitui a função geral do conceito de civilização e que qualidade comum leva todas essas várias atitudes e atividades humanas a serem descritas como civilizadas, partimos de uma descoberta muito simples: esse conceito expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo. Poderíamos até dizer: a consciência nacional. Ele resume tudo no fato de que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas “mais primitivas”. Com essa palavra a sociedade ocidental procura descrever o que constitui seu caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou visão do mundo, e muito mais (1990, v. I, p. 23).

³⁴ Jobim foi o médico do príncipe D. Pedro II e de suas irmãs, tornando-se, em função disso, homem de confiança do futuro imperador, que procurou agraciá-lo com títulos, cargos e nomeações.

te baseada no conhecimento científico. Concebido nesses termos, um projeto civilizatório não poderia e não deveria estar ausente da pauta de todo governo que pretendesse ser reconhecido como “bom”. Esse discurso sugeria também um deslocamento estratégico por parte da SMRJ. Ao invés de produzir uma imagem restrita, vinculada diretamente às questões da corporação médica, procurou alargar o horizonte de preocupações e compromissos dos médicos, associando as doenças não exclusivamente à etiologia, mas também à ignorância e à tirania. Assim, ao demonstrar preocupação com a construção de uma ordem civilizada e saudável, deixava indicado que, para o alcance da mesma, tornavam-se necessárias a presença e a adesão aos argumentos e orientações da medicina. Desse modo, a SMRJ procurou se apresentar como uma organização necessária para a consecução de um projeto civilizador, buscando com isso obter maior legitimidade social e evitando ser vista como mais um agrupamento a defender interesses partidários, particulares ou opostos aos interesse maiores da Coroa.

Fazendo uso dessa estratégia, os médicos se confundiram paulatinamente com os interesses do trono, que, diante da necessidade de parceiros para intervir na vida social e desenvolver processos civilizadores, fez a corte aos médicos, transformando-os em aliados. Contudo, esse movimento de oficialização da SMRJ foi criticado por pelo menos um de seus membros mais ativos: o Dr. Sigaud, que, em artigo de 24 de outubro de 1835, censurou seus colegas por terem aceitado passivamente a “extinção” da SMRJ, para transformá-la numa instituição oficial: a Academia Imperial de Medicina (AIM).³⁵

Ferreira (1996) observa que essa transformação vinha sendo ensaiada desde 1833, quando a SMRJ solicitou auxílio financeiro ao governo para publicar um novo periódico. Nessa mesma solicitação, o Dr. Meirelles, à época presidente da SMRJ, teria proposto a transformação da “sociedade” em uma Academia de Medicina, semelhante à de Paris. Como essa proposta não foi imediatamente aceita, a crise financeira e política fez com que a instituição entrasse em estado de vida latente, não lhe restando outro caminho senão insistir na luta pelo patrocínio estatal como alternativa ao encerramento de suas atividades.

³⁵ Cf. Ferreira, 1996.

Em 1835, por iniciativa do ministro dos Negócios do Império, Antônio Pinto Chinchorro da Gama, enviou-se ao legislativo um projeto de lei que propunha a transformação da SMRJ. Em 8 de maio de 1835 foi assinado o decreto oficial convertendo a SMRJ em Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro, dando-lhe inclusive novos estatutos. Tal operação ocorreu sem que os deputados tivessem se pronunciado a respeito.³⁶ A vocação ou tendência governista dessa organização, que se encontra expressa no discurso do Dr. Jobim, confirma-se, por exemplo, no momento em que se proclamou a República no Brasil (15/11/1889), como já foi adiantado. Imediatamente a Academia Imperial de Medicina tratou de alterar sua denominação, por demais identificada com o regime que acabara de ser formalmente substituído; e, para não deixar margem a dúvidas sobre de que lado estava e com quem desejava se alinhar, a antiga SMRJ foi imediatamente renomeada como Academia Nacional de Medicina, designação que permanece vigorando até os dias atuais. Com o novo “batismo”, buscavam-se apagar os vestígios de um passado imperial, subtraindo do próprio nome aquilo que poderia indicar apego e vínculo com o “velho regime”, a monarquia. Novo nome, novo signo, novas relações; desde que posicionada ao lado do governo e mantido o traço de oficialidade. Entretanto, como informa Costa (1989), a relação entre a medicina e o Estado não se deu sem atritos e divergências, muito embora, no limite, essa vinculação tenha sido estratégica e proveitosa para ambos:

A medicina que, desde o início do século XIX, lutava contra a tutela jurídico-administrativa herdada da Colônia, deu um largo passo em direção à sua independência, aliando-se ao novo sistema contra a antiga ordem colonial. Este progresso fez-se através da higiene, que incorporou a cidade e a população ao campo do saber médico. Administrando técnicas antigas de submissão, formulando novos conceitos científicos, transformando uns e outros em táticas de intervenção, a higiene congregou harmoniosamente interesses da corporação médica e objetivos da elite agrária.

É quase supérfluo notar que não houve intencionalidade finalista no manuseio recíproco desses interesses. Medicina e Estado convergiram,

³⁶ Cf. Ferreira, 1996.

mas também divergiram, por vezes, tática e estrategicamente. Nem sempre os dois poderes reconheceram o valor da aliança que haviam estabelecido. Só historicamente é possível perceber que em meio a atritos e fricções, intransigências e concessões, estabilizou-se um compromisso: o Estado aceitou medicalizar suas ações políticas, reconhecendo o valor político das ações médicas (pp. 28-9).

Essa aliança selou, portanto, um compromisso no qual as ações do Estado e as formulações da medicina deveriam concorrer para o fortalecimento de ambos. Essa cooperação mútua ficaria especialmente evidenciada através das estratégias de incorporação (e de submissão) da cidade e de sua população às prescrições médico-estatais. Nesse sentido, a aproximação da SMRJ/AIM em relação ao governo deve ser considerada como um dos elementos que explicitam os mecanismos de colaboração e de sobrevivência adotados pelos médicos em sua relação com o aparelho estatal. Estar próximo do Estado representou, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência e de conquista de poder por parte dessa organização.

Ao capturar (e se deixar capturar) pelo aparelho oficial, a corporação médica obteve visibilidade, publicidade e apoio para seu projeto de legitimação social. Com isso, a SMRJ/AIM foi sendo reconhecida como organização legítima dos interesses e do saber médico, em função do que se tornou também legitimadora dos mesmos. No entanto, não foi a única. Isso, aliás, parece ter sido efetivamente o que motivou a criação do associativismo médico no Brasil, mas não exclusivamente.³⁷ Em nosso território, além do “tribunal da medicina”, uma outra organização desempenhou indiscutível papel no processo de legitimação social dessa ciência. Trata-se da organização responsável pela formação mais sistematizada e profissionalizada dos futuros doutores: a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, cuja trajetória, nos aspectos que interessavam mais de perto a esta pesquisa, procurei rever e analisar.

³⁷ A Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa, formada em 1822, representa, para Crespo, o grande momento de ruptura com o passado da medicina em Portugal, na medida em que se transformou na grande associação dos médicos portugueses, interessada em defender para sempre o ato médico e um pensamento considerado de muita importância para a vida humana: “Os médicos tinham encontrado, pois, um espaço de acção e reflexão, virado simultaneamente para a defesa e a justificação de seus actos e contra os perigos das medicinas oficial e popular” (op. cit., p. 118).

O templo e o tempo de formação escolar: a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro

O combate aos ativistas da medicina identificados como curiosos, feiticeiros e curandeiros se tornou mais incisivo por ocasião do início da profissionalização dos médicos no Brasil. Essa formação profissional procurava atingir um duplo objetivo: unificar os conhecimentos e práticas médicas e desautorizar discursos e práticas amparados na metafísica, magia e teologia. O início da profissionalização dos médicos no Brasil pode ser considerado como um outro marco no processo de institucionalização e legitimação social deste campo do conhecimento, embora não represente uma ruptura plena com o estado de coisas que pautava as ações médicas no início do século XIX, havendo indícios de que o estado deficitário e frágil com que se dava a formação médica ainda esteve presente por todo o século, assim como os procedimentos de seleção para ingresso nesses cursos. Sobre este último aspecto, o trabalho de Haidar (1972) analisa criticamente os “exames preparatórios” exigidos para a matrícula nos cursos superiores durante o Império, sobretudo as práticas vigentes para assegurar a obtenção destes exames, as quais indicavam, em parte, ausência de rigor e seriedade na aplicação dos mesmos, especialmente nas províncias menos populosas e submetidas a um controle deficitário. No entanto, apesar desses importantes reparos, a criação dos primeiros cursos de formação de profissionais de medicina se constitui pedra angular, a partir do que a autorização para dispor sobre a vida, a saúde, a doença e a morte requereria a posse do certificado de formação escolar que representava, desse modo, signo de autoridade, saber e poder.

A formação escolar foi elevada, portanto, à condição de uma segunda arma no combate travado contra os “charlatães” e, nesse sentido, cabe pensar o processo de escolarização a que os futuros médicos passaram a ser submetidos de modo a conquistar o direito ao exercício profissional.³⁸ Sen-

³⁸ Para Machado et al. (1978), tanto a SMRJ como a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro foram inspiradas nas experiências francesas, chegando a afirmar que os Estatutos de 1832 “são uma cópia dos da Faculdade de Paris” (p. 192). A presença da França, a meu ver, não se circunscreve aos desenhos institucionais das organizações médicas implementadas no Brasil ao longo do século XIX. Essa presença também comparece no ensino médico, o que pode ser comprovado pela lista das disciplinas de formação, livros utilizados e também autores citados pelos médicos brasileiros em suas teses.

do mais preciso: a escola integra um complexo projeto desenvolvido pela corporação médica para obter e manter o controle exclusivo sobre os processos de formação, seleção, organização e fiscalização da medicina, isto é, para garantir o monopólio da “arte de curar”.

Antes da criação das faculdades de medicina no Rio de Janeiro e na Bahia, em 1832, a questão da formação regular dos médicos no Brasil pode ser percebida por intermédio de um conjunto de iniciativas oficiais que datam da chegada da Corte portuguesa ao Brasil, em 1808. Na Bahia (18/02/1808) e no Rio de Janeiro (05/11/1808), o príncipe-regente, D. João, autorizou a instalação de uma Escola de Cirurgia no Hospital Real e uma Escola de Anatomia, Medicina e Cirurgia no Hospital Militar,³⁹ respectivamente. De acordo com a sinopse da legislação do ensino médico realizada por Magalhães (1932, pp. 405-31), um conjunto de modificações foi sendo introduzido na formação e regulamentação do exercício da medicina no Brasil. Tais motivações integram a disposição de constituir as instituições, discursos e práticas que deveriam ser reconhecidas como legítimas, e aquelas outras que deveriam ser expelidas por serem consideradas como expressões de atividades destituídas de razão e de ciência.⁴⁰ Dessas iniciativas, até 1832, destaco a de 9 de setembro de 1826, que procurava disciplinar o direito de expedição dos diplomas para a prática médica. Esse ato representa um fortalecimento da escola dos médicos, na medida em que deslocava para os seus diretores a competência de emissão das “cartas de licença de cirurgião e de cirurgião formado”, o que, do ponto de vista estratégico, concorria para instituir o monopólio das referidas escolas no que se referia ao controle do ingresso na ordem médica, pois determinava que:

Art. 1º – Haverão cartas de cirurgião ou cirurgião formado todos aqueles que nas escolas de cirurgia do Rio de Janeiro e Bahia já tem concluído com aprovação ou concluíram em diante o curso de cinco ou seis anos na conformidade dos seus estatutos.

³⁹ Os historiadores da medicina não localizaram a carta-régia que autoriza a criação da Escola do Rio de Janeiro, atribuindo-se esta dificuldade ao incêndio que consumiu o Hospital Militar. Quanto à da Bahia, ela se encontra reproduzida na obra de Maia (1995, p. 30).

⁴⁰ Iniciativas relacionadas ao ensino e formação médica no Brasil, anteriores a 1808, são examinadas por Salles (1971, pp. 141-4).

Art. 2º – As cartas serão passadas pelos diretores das escolas ou pelos lentes que suas vezes fizeram, escritas em linguagem vulgar, assinadas pelos lentes de prática Médico-cirurgica, subscritas pelos secretarios, impressas em pergaminho e seladas com selo pendente de fita amarela (apud Lobo 1964, p. 40).

Contra o modelo de inscrição na ordem médica até então adotado em Portugal e seguido no Brasil, cuja competência para avaliar ficava circunscrita à figura do físico-mor ou cirurgião-mor (entre 1392 e 1782), da Junta do Protomedicato (entre 1782 e 1808) e, outra vez, sob a responsabilidade do físico-mor (entre 1808 e 1826), produziu-se uma norma que reforçava a exigência de uma longa formação escolar, a ser fiscalizada pelos procedimentos regulares adotados nas escolas médicas, tanto no ingresso, permanência e conclusão dos cursos, como na diplomação. Assim, por intermédio da formação escolar, os médicos prosseguiram na empresa de conquistar o monopólio sobre a formação e o exercício profissional da “arte de curar”. Nos artigos 5º e 6º dessa mesma lei, normatiza-se a prática da medicina, subordinando-a à obtenção do diploma legal, dispondo, respectivamente: a) os que conseguirem a carta de cirurgião poderão livremente curar de cirurgia em qualquer parte do Império depois de, com ela, apresentarem-se à autoridade local; b) os que obtiverem a carta de cirurgião formado poderão igualmente exercitar a cirurgia e medicina em todo o Império, desde que feita a apresentação na forma do artigo antecedente.

Ao definir a escola como lugar de formação e o diretor como o responsável pela emissão do diploma – este último sendo visto como o documento que credenciava ao exercício da arte –, verifica-se uma vitória dos “credencialistas” sobre a liberdade na atividade de curar. Essas medidas visavam romper não apenas com a cultura médica desenvolvida por aqueles chamados genericamente de “charlatães”, mas também com uma espécie de subprofissionalização evidenciada no próprio meio dos médicos, o que fica emblematicamente posto em alguns dos exemplos recolhidos por Maia (1995, pp. 26-8). Dentre esses, destaco apenas um caso. Segundo o autor, contava-se que um dos cirurgiões aprovados antes da reforma de 1826, desejando em certa ocasião prescrever “16 grãos de tártaro emético”, escreveu “88” porque “oito e oito somam 16”. No exemplo, a comprovação da necessidade de se controlar o exercício da medicina e, sobretudo, a necessidade de submeter os candidatos a uma longa forma-

ção, de modo a evitar o amadorismo e/ou ignorância que o exemplo deixa transparecer.

O marco inicial da profissionalização médica no Rio de Janeiro⁴¹ ocorreu quando D. João VI, expulso de Portugal pela tropas de Junot no final de 1807, chegou ao Rio de Janeiro, desembarcando em 8 de março de 1808 em meio a ruidosas festas populares e cerimônias oficiais. Encontrava-se acompanhado por cerca de 15.000 portugueses, o que correspondia à terça parte da população local naquela data. Em 2 de abril desse mesmo ano, um decreto de D. João VI estabeleceu uma cadeira de Anatomia no Hospital Real Militar da Corte – antigo Colégio dos Jesuítas –, para a qual nomeou como “lente” o cirurgião Joaquim da Rocha Mazarém. Pelos termos desse decreto, além de lecionar anatomia, deveria o mestre, para merecer “os pingues vencimentos, ministrar ainda o curso de ligaduras, partos e operações de cirurgia”.⁴² Iniciava-se, desse modo, a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro, como muitas vezes é chamada, e cuja designação reflete as cadeiras que nela se lecionam.⁴³

A urgência da instalação revela o caráter pragmático da decisão, conforme sustenta Lobo:

É de absoluta necessidade que no Hospital Militar e da Marinha dessa Corte se formem cirurgiões que tenham também princípios de medicina, mediante os quais possam convenientemente tratar os doentes a bordo das naus e os povos daqueles lugares em que hajam residir nas distintas povoações do vasto continente do Brasil (1969, p. 13, apud Schwarcz, 1995, p. 194).

A ausência de cirurgiões formados, a chegada da Corte e a grandeza do território explicam a rapidez da medida que criou os primeiros estabelecimentos de ensino profissionalizante no Brasil. Logo após a nomeação de Mazarém, o cirurgião José Lemos de Magalhães foi designado lente de Terapêutica Cirúrgica e Particular, recebendo o ordenado de 200\$000

⁴¹ Ao passar por Salvador, em 18 de fevereiro de 1808, por intermédio de carta-régia e por sugestão do cirurgião-mor do reino, José Correia Picanço, D. João VI criou a “Escola Cirúrgica”, a primeira do Brasil.

⁴² Mazarém percebia a quantia de 600\$000 anuais.

⁴³ Luis Otávio Ferreira adota como data de fundação dessa escola o mês de novembro de 1808, apoiando-se no resumo histórico do Dr. Moreira de Azevedo, não especificando o porquê desta adoção.

anuais, além do direito de cobrar taxas de matrícula e certidões de frequência às aulas, que correspondiam ao valor de 6\$40 na admissão e igual quantia pela certidão. Em seguida, em 12 de abril de 1809, criou-se por decreto real uma terceira cadeira, a de Medicina Clínica Teórica e Prática e Princípios Elementares da Matéria Médica e Farmacêutica, para a qual foi nomeado o médico José Maria Bomtempo.

De acordo com Santos Filho (1991, v. II, p. 49), é incompleto o conhecimento que se tem da Escola Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro em virtude da ausência de documentos, ressaltando, contudo, que ela foi mais bem aquinhoadada pelo governo real do que a congênere da Bahia: “Possui maior número de cadeiras e assim pode oferecer um curso mais amplo, com aulas de Cirurgia e de Medicina”. Esse tratamento diferenciado talvez pudesse ser explicado pela proximidade com a Corte e pelo tamanho da população que aqui aportou com o príncipe. Em 1813, essa escola foi reorganizada e seus estatutos foram alterados, tendo sido transformada em Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro (AMCRJ), encerrando, assim, a curta existência de cinco anos da escola que sucedera. Essa reforma se deu após uma disputa entre os projetos de reformulação das escolas cirúrgicas, em que, de um lado, encontrava-se a proposta de Navarro de Andrade e, de outro, a do Dr. Manuel Luis Carvalho de Andrade, tendo prevalecido o projeto deste, embora menos elaborado. Credita-se às rivalidades profissionais e intrigas políticas a não-aprovação, por D. João VI, do Plano de Navarro, considerado mais abrangente, já que previa critérios mais rigorosos para ingresso no curso, associado a uma grade curricular mais extensa e variada. Para efeito deste estudo, cabe sublinhar que nesses dois projetos percebe-se a incidência de preocupações comuns, como a inclusão de anatomia, fisiologia, cirurgia, patologia, farmacologia, obstetrícia e terapêutica, sendo igualmente verificado, já em 1813, a presença do tema da higiene nos dois projetos. Desse modo, é possível perceber a existência de um projeto de medicina preocupado em recobrir as questões da ordem social e que deveria ser desenvolvido junto aos acadêmicos de medicina.

A AMCRJ foi instalada no mesmo ano de 1813 em duas salas recém-construídas junto ao Hospital da Misericórdia do Rio de Janeiro,⁴⁴ tendo

⁴⁴ Digno de registro é o fato de que a SMRJ também começou a se organizar no interior da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, donde é possível reconhecer a condição de nucleadores desses hospitais no processo de organização da medicina no Brasil.

sido a da Bahia instituída dois anos depois, iniciando-se, assim, no Brasil, de acordo com Santos Filho (1991, v. II, p. 57), a benemérita ação das Santas Casas em prol do ensino médico. Ainda segundo ele, não eram muito severas as exigências para a matrícula no primeiro ano do curso. Os candidatos deveriam ler e escrever correntemente, observando-se que “bom será que entendam as línguas francesa e inglesa”, podendo, entretanto, efetuar exames dessas duas línguas no decorrer do curso, que se completava em cinco anos.⁴⁵ Com isto, o plano do Dr. Carvalho recebeu o jocoso cognome de “Bom Será”.

A transformação das duas escolas em academias implicou, na ótica de Schwarcz, uma maior institucionalização dos cursos médicos. O programa foi reformulado e ampliado, e novas regras foram implementadas. Dentre elas, a mais relevante diz respeito ao estatuto profissional dos alunos recém-formados: terminados os exames do quinto ano, os aprovados recebiam a carta de “cirurgião aprovado”, sendo que os bons estudantes que desejassem repetir as matérias do quarto e quinto anos receberiam o registro de “formados em cirurgia”, correspondendo a uma espécie de bacharelado na área.

Criava-se, dessa maneira, uma nova rede de hierarquias, na medida em que o cirurgião gozava de uma série de regalias que não se estendiam ao cirurgião aprovado, mas ambos deviam se submeter à avaliação e licença outorgada pelo cirurgião-mor do reino (1995, p. 195).

Com relação ao projeto de reforma do ensino médico, cabe uma dupla observação. Primeiramente, nota-se que a transformação no processo de formação do médico, ainda nesse momento, não sugeria que as academias tivessem autonomia para diplomar seus alunos. Tal tarefa permanecia sob o controle da Corte. No entanto, a hierarquização dos saberes já se insinuava nessa primeira reforma, quando no interior mesmo da formação médica instituíam-se duas classes de profissionais: o cirurgião e o cirurgião formado. Em segundo lugar, observa-se que a transformação no ensino médico não implicou a alteração substantiva no quadro de falta de cirurgiões, nem no quadro da precariedade das condições de formação.

⁴⁵ Uma comparação entre os dois planos de reformulação das escolas cirúrgicas pode ser vista no anexo 2.

Com isso, seja pela subordinação da AMCRJ à Corte, seja pela insuficiência dos profissionalizados, as pressões por novas reformulações ganharam força. No final da década de 30, a SMRJ, já constituída, teve participação decisiva nesse processo, conforme registramos. Esse novo movimento culmina com a transformação da AMCRJ em Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (FMRJ), ocorrida em 1832, a partir de projeto elaborado e apresentado pela SMRJ. No entanto, de acordo com Santos Filho,

pode-se concluir que para seu tempo, e para o meio no qual se desenvolveu, [a AMCRJ] bem que cumpriu a sua missão. Formou cirurgiões que alcançaram posição relevante e profissionais que se espalharam pelas povoações interioranas. Formou mestres que transmitiram o que aprenderam às novas gerações (1991, p. 72).

Com a criação da FMRJ, pela lei de 3 de outubro de 1832, seus cursos de “medicina, de farmácia e de partos” instalaram-se nas mesmas acomodações da Santa Casa, na praia de Santa Luzia, onde até então funcionara a AMCRJ.⁴⁶ É possível reconhecerem-se linhas de continuidade nas três fases iniciais pelas quais passou o processo de profissionalização da medicina no Brasil, assim como uma maior ancoragem institucional, o que ampliou a capacidade de formação e de pressão no sentido de se superar a precariedade das condições nas quais o ensino médico se desenvolvia à época. Percebe-se uma preocupação dos médicos em criar melhores condições para a qualificação dos que queriam ingressar na carreira e, dessa forma, obter maior legitimação da parte dos que demandavam a profissão, dos destinatários do saber e intervenção médicos – a população em geral – e, também, dos profissionais que já se encontravam em atividade.

A FMRJ adotou inicialmente os estatutos da escola de Paris e os modificou nos anos seguintes à sua criação. Com essa alteração, o curso foi estruturado em três seções: ciências acessórias, medicina e cirurgia,

⁴⁶ As instalações da Santa Casa de Misericórdia foram utilizadas para o funcionamento da FMRJ ao longo de grande parte do século XIX. Uma das tentativas de transferência para um espaço próprio se deu com o aluguel de uma casa situada na rua Santa Luzia e, outra, foi com a transferência para a rua dos Borbonos, 66 (atual rua Evaristo da Veiga, onde funciona um batalhão da polícia militar). Essa medida não encontrou apoio junto aos membros da congregação, que achavam o local distante, impróprio e de dispendiosa adaptação (Maia, 1995, p. 56).

totalizando catorze cadeiras, cada uma com um regente e dois substitutos, reservando-se aos lentes o direito de jubilação (aposentadoria) aos 25 anos de trabalho. O novo currículo previa também a ampliação e valorização da cadeira de higiene, que no final do século viria a ser uma das principais áreas de pesquisa, sobretudo na FMRJ.

Às congregações foi garantida autonomia nas decisões e na elaboração de regras internas à faculdade. A duração do curso, por sua vez, foi estendida para seis anos. Para efetuar a matrícula, os candidatos deveriam comprovar conhecimentos de latim, francês, lógica, aritmética e geometria. Os exames passaram a ser anuais e, para a obtenção do título, o aluno deveria defender tese em português ou latim,⁴⁷ conforme Schwarcz (1995, p. 196), evidenciando-se, contudo, a escrita em língua portuguesa e a presença do latim nas epígrafes, citações e aforismos. Verifica-se também o uso da língua francesa nos outros elementos presentes nos discursos das teses sustentadas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro entre 1822 e 1900.



Um dos lugares em que a FMRJ funcionou. Casa da rua dos Barbons, 66 (1850). Reconstituição de acordo com a litogravura de Ciceri e Benoist dos fundos da casa e a cromolitografia de Emile Bausch (ambos de meados do século XIX). Desenho do professor A. Memória (Magalhães, 1932, p. 5).

Figura 2 – Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro

O problema do espaço físico (inadequação, improvisado e transferências frequentes) também esteve presente no funcionamento da FMRJ.

⁴⁷ De acordo com o estudo de Crespo (1990), na Faculdade de Medicina de Coimbra somente a partir de 1858 foi concedida aos acadêmicos a oportunidade de escreverem as teses em língua portuguesa.

Desse modo, o diploma passava a funcionar como uma credencial e não mais apenas uma carta ou licença para o “fazer médico”. Diploma como atestado de acúmulo cultural, de uma longa formação e de posse de um saber fundado na razão. Enfim, como um documento oficial e oficializador que, recoberto por essa tripla representação, concorreria para desautorizar um outro conjunto de discursos, procedimentos e práticas, sendo simultaneamente um documento que indicava a composição de uma maquinaria do poder médico, sujeita a reparar tanto as práticas dos profanos como a medicina dos físicos e cirurgiões. Composição que visava constituir aquilo que viria a ser reconhecido como um campo de práticas e saberes especializados: o chamado campo médico. A partir da reforma de 1832, esse processo recebeu um estímulo decisivo com a extinção das Academias Médico-Cirúrgicas e com a criação das Faculdades de Medicina.

Nessa reforma, nascida do consórcio governo/SMRJ/AIM, as regras para a formação dos médicos foram detalhadas ao longo de seus 35 artigos. Entre as competências das novas organizações escolares, encontrava-se discriminada a de concessão dos títulos de doutor em medicina, farmacêutico e parteira, ao mesmo tempo que se eliminava a concessão do título de sangrador.⁴⁸ Tal reforma estabelecia ainda que os diplomas seriam passados pelas faculdades, em nome das mesmas, no idioma nacional, e seus portadores poderiam exercer, em todo o Império, indistintamente, qualquer dos ramos da “arte de curar”. Não bastasse essa disposição, explicitava também os impedimentos, definindo que, sem o título conferido ou aprovado pelas faculdades, ninguém poderia curar, ter botica ou partejar enquanto disposições particulares a respeito da regulamentação

⁴⁸ Essa medida representa uma alteração nos procedimentos terapêuticos até então em vigor, constituído pelo uso de “bichas e sangrias”, de acordo com Maia (op. cit., p. 26). Nesse sentido, a terapêutica médica ensinada no interior das faculdades deveria estar amparada em outros métodos, menos empíricos, e combater os abusos cometidos em nome da medicina. Em 1848, o farmacêutico Dr. Sebastião Vieira do Nascimento ainda demonstrava preocupação com a questão dos abusos cometidos pela ciência médica, em tese que sustentou junto à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, intitulada *Breves considerações sobre os abusos da Sciencia em Geral, em particular sobre os da Medicina*. Ao final da tese, afirma: “Esta sciencia, cantada e endosada no culto Egypto, onde houve templos, sacerdotes, e altares, he entre nós o fóco da immoralidade, e o flagelo do genero humano! Ao veneno, ao punhal, e ao ouro ouvimos muitas vezes dar o nome de Medicina! Á um ascaroso covil o de templo da Medicina. Tal he a nossa illustração” (p. 11). Cabe registrar que a indignação desse médico-farmacêutico coloca, no horizonte de combate, o charlatanismo e a homeopatia.

do exercício da medicina não tratassem desse aspecto, excluindo-se do efeito dessa norma aqueles que já tivessem obtido autorização pela legislação anterior.

No que concerne às disposições referentes ao ensino, é possível evidenciar o ingresso das “luzes das ciências” naquilo que hoje designaríamos como grade curricular do curso médico. Ciências que, associadas, produziram um conhecimento do homem e do meio suficiente para derrotar as ameaças naturais (produtos de um clima, geografia, vegetação, umidade e temperatura tropicais, por exemplo) e artificiais (produtos das guerras, rebeliões e de um ambiente urbano inóspito). Ciências como a física, botânica, química, zoologia, mineralogia, história da medicina, partos e medicina legal,⁴⁹ além daquelas mais imediatamente vinculadas à ação médica e que já integravam o currículo das academias – como anatomia, patologia, fisiologia, medicina operatória, higiene, clínica e anatomia patológica –, integrariam a formação do “médico tropical”. No total, catorze cadeiras distribuídas ao longo de seis anos. O ano letivo deveria ser iniciado no dia primeiro de março e finalizado no último dia de outubro, o que não significava término das atividades escolares, visto que estas incluíam os exames anuais, a serem realizados até o dia 20 de dezembro. Nesse calendário estavam previstos “feriados” apenas nos dias santos e nos de festa nacional, excetuando-se dessa disposição o funcionamento das clínicas, para as quais não haveria feriado.

Conhecimentos ou matérias médicas mais especializadas, elevação do seu número, fixação da necessidade de uma formação de longa duração, estabelecimento de professores-médicos especializados para cada uma das disciplinas, distribuição do tempo escolar, de regras de avaliação, separação de competências entre o médico, o farmacêutico e a parteira, bem como a proibição da atividade dos leigos – desde então, posta em uma região não mais apenas de ilegitimidade, mas também de ilegalidade – produziam uma nova arquitetura para a medicina no Brasil. Em conjunto, tais procedimentos concorriam para a constituição de um monopólio sobre a “arte de curar”. Tudo isso contribuía para que as faculdades passassem a ser reconhecidas como um espaço de saber específico, como um

⁴⁹ Embora a reforma de 1820 já tivesse contemplado os estudos de botânica e química, estes passam a ter um tratamento mais destacado com a reforma de 1832.

templo do saber e da racionalidade médica. Este princípio, a despeito das reformas que se sucederam, jamais foi alterado. Como pedra fundamental na edificação do templo da racionalidade médica, a formação escolar é critério, exigência e condição necessária para o pleno exercício da medicina, embora isto não seja suficiente para assegurar o pleno êxito do ensino⁵⁰ e das intervenções médicas, como admitia, em 1848, o Dr. Nascimento.

1.4. Sujeitos da racionalidade

A manutenção de um templo se encontra condicionada à existência de projetos, sujeitos e práticas. Portanto, cabe investigar os agentes que integram a ordem e a institucionalidade médica, principais responsáveis pelas continuidades, acomodações, desaparecimentos, inflexões e rupturas que marcaram (e marcam) o processo de constituição da ordem médica no Brasil. No templo da razão médica, há dois personagens a serem destacados dos demais, em relação aos quais caberia reconhecer os mecanismos que possibilitaram seu ingresso no espaço privilegiado da formação, assim como os dispositivos acionados para que aí permanecessem integrados. Isto é, caberia indagar: quem são eles? Como ingressam na faculdade? Que regras deveriam atender para permanecer no interior desse espaço institucional? Trata-se, portanto, de refletir acerca das representações produzidas em torno de professores e alunos dos cursos médicos, de modo a testar a hipótese de que na configuração das atividades desses sujeitos é possível encontrar indícios que colaboram na construção e legitimação do projeto da medicina no Brasil.

Os professores

De um tempo em que inexistia a figura do professor de medicina propriamente dito ao tempo em que esta figura foi instituída, é muito nítido o deslocamento no exercício do magistério médico. Com a legitimação

⁵⁰ Diferentes autores da história da medicina do Brasil salientam a fragilidade das condições em que a formação médica se dava. No caso do Rio de Janeiro, o problema do espaço físico da faculdade é, por exemplo, algo que permanece indefinido até 1918, quando se inaugurou o edifício próprio na Praia Vermelha. Até então, por esse motivo, a parte de clínica e de anatomia enfrentava problemas para que tais disciplinas fossem ensinadas de modo satisfatório.

do processo de formação, da faculdade e dos próprios professores, a atividade docente foi submetida a algumas transformações, já não tão nítidas e de visualização não tão imediata. O que provocou o primeiro deslocamento e quais os seus efeitos? E os demais? Que representações se procurou instituir com as modificações pelas quais passaram as regras de acesso, permanência e jubilação (aposentadoria) dos professores? Que impactos isto pode ter tido na constituição da razão médica? Esse rol de indagações é o que procuro explorar em seguida.

Integrar o quadro docente da faculdade de medicina representava a possibilidade de intervir diretamente na formação dos futuros médicos, seja por intermédio das aulas, seja dos compêndios selecionados e recomendados. Significava, nesse sentido, a tentativa de unificar os conhecimentos médicos, contribuindo para a produção de doutrinas e da racionalidade médica, as quais permitiriam, de acordo com Foucault (1996a, p. 42), que apenas um conjunto de discursos pudesse ser partilhado por indivíduos, tão numerosos quanto se queira imaginar, definindo, desse modo, um sentimento de pertença recíproca no interior de uma indefinida e imprecisa comunidade.⁵¹

Podem ser percebidas, ao longo do século XIX, duas grandes modalidades de acesso aos quadros do magistério da Faculdade de Medicina. A primeira constitui processo de indicação e nomeação por parte das autoridades governamentais; a segunda corresponde ao acesso por intermédio de um concurso, procedimento instituído a partir de 1832.

No primeiro caso, a seleção era restrita à Corte palaciana, como fica exemplificado pela nomeação, em 23 de março de 1808, do Sr. José Manuel Estrella por parte do cirurgião-mor, Dr. José Corrêa Picanço.⁵² No segundo, a decisão era da congregação de professores em exercício na

⁵¹ A esse respeito, nos Estatutos das Academias Médico-Cirúrgicas de dezembro de 1820, o artigo quinto, que trata dos conhecimentos a serem ensinados, é intitulado “Das doutrinas”. Na reforma de 1832, o capítulo com teor semelhante é intitulado “Do ensino”, designação acompanhada pelos Estatutos de 1837. Nos Estatutos de 1884, o capítulo que trata desse aspecto intitula-se “Dos cursos da faculdade”. A designação adotada em 1820 sugere, portanto, que as disciplinas realmente objetivavam doutrinar os alunos em torno dos objetos recobertos pelas disciplinas escolares que estruturavam o curso do ponto de vista acadêmico, de modo que um exercício profissional unificado fosse assegurado e, com isso, a suposta homogeneidade da própria ciência médica.

⁵² Conselheiro do príncipe regente, fidalgo da Corte, professor na Ordem de Cristo, médico e primeiro cirurgião da Real Câmara e lente jubilado na Universidade de Coimbra, com doutoramento na Faculdade de Medicina de Montpellier.

faculdade, sob as ordens do diretor. Esse procedimento desloca o poder do governo central para o governo do estabelecimento escolar, cabendo à comunidade docente definir os critérios a serem aplicados na seleção de seus professores. Há aí traços que indicam ser esta uma estratégia eficaz para imprimir direção acadêmica e política à faculdade e, conseqüentemente, aos saberes que ela procurava não apenas representar, mas também constituir e difundir.

Ao emitir, em 1830, um parecer acerca do projeto de reorganização das academias médicas, Dr. Jobim sustenta o conteúdo do projeto apresentado pela SMRJ. No que se refere ao processo de seleção de professores, é enfático ao defender mudanças nas regras:

Quanto à maneira por que são nomeados os lentes, ela é mui prejudicial à prosperidade das escolas, pois que o governo só, e por seu beneplácito, nomeia quem lhe parece por uma reputação popular, que em medicina é muitas vezes bem fácil de capacitar-se, ou por seu título acadêmico, que supõe, mas não dá sempre a capacidade necessaria. Portanto, os concursos, que na criação de uma escola é impossivel de estabelecerem-se, são indispensaveis daí em diante, logo que já há quem possa julgar (apud Lobo, 1964, p. 48).

Essa posição, forjada pela comissão da SMRJ, da qual Dr. Jobim fez parte, tornou-se vitoriosa com a promulgação da reforma de outubro de 1832, admitindo-se a nomeação no momento de se criar a faculdade, impondo-se, desde já, a condição de que todos os catorze professores deveriam ser da “profissão médica”. As necessidades de novos professores que surgissem a partir desse primeiro quadro, seja por aposentadoria (jubilação), afastamento por motivos variados (enfermidade, mudança de atividade profissional) e até mesmo falecimento, deveriam, a partir de 1832, ser supridas por intermédio de concurso. De acordo com o sexto artigo dessa “lei”, para “entrar em concurso” seria necessário atender, inicialmente, a uma dupla condição: ser brasileiro e apresentar título legal de médico ou de cirurgião. Definia também que, passados quatro anos, ninguém mais seria admitido no quadro docente se não apresentasse o título de doutor em medicina.

Além disso, houve uma crescente complexificação no corpo docente, afirmação que fica evidenciada pelas diferentes categorias de professor

criadas com o aumento no número de disciplinas e da hierarquia imposta entre as categorias. O corpo docente da faculdade, definido pelas matérias lecionadas, foi submetido a uma segunda diferenciação, dessa vez entre os responsáveis pelo ensino de uma mesma disciplina, com a criação da figura do “professor ou lente proprietário” e a do “substituto”. Estes seriam auxiliares e preparadores das cadeiras correspondentes às seções às quais se encontravam vinculados,⁵³ e só eles poderiam concorrer à sucessão nas cadeiras vagas. Tal processo seria desenvolvido pela própria faculdade, que indicaria aquele “julgado mais hábil”. Vale registrar que o exercício dos cargos de diretor, secretário e tesoureiro, também criados nessa reforma, eram de competência exclusiva dos médicos.⁵⁴

Modificações nas regras de acesso à carreira e internas a ela própria integraram o complexo processo de especialização do saber médico, no qual os conhecimentos cresceram em especificidade, marca que também foi sendo incorporada na própria estrutura dos cursos médicos. Desse modo, produziram-se condições para que a razão médica se estabelecesse como um saber para poucos, em uma propriedade privativa daqueles que integravam sua corporação; ou seja, a disposição de cuidar, minimizar e, quem sabe, eliminar os sofrimentos do ser humano foi aos poucos ganhando um continente mais definido, do qual curiosos e charlatães deveriam ser banidos e impedidos de freqüentar. Nesse sentido, um maior controle sobre a carreira docente da Faculdade de Medicina se articulou íntima e indissolúvelmente com a instalação do projeto de monopólio sobre a razão médica. Entretanto, tal controle não deveria ser exercido exclusivamente sobre o magistério; deveria também recobrir a figura dos futuros médicos, isto é, dos estudantes de medicina.

⁵³ A faculdade se encontrava organizada em torno de três seções: Ciências Acessórias, Ciências Cirúrgicas e Ciências Médicas, cada uma com dois substitutos.

⁵⁴ O artigo oitavo da referida reforma explicita os cargos e as regras para o preenchimento dos mesmos. Os empregados das faculdades serão: “1º – Um diretor nomeado trienalmente pelo governo sobre lista tríplice, proposta pelas Faculdades, dentre os seus membros. 2º – Um secretário, que será da profissão médica, nomeado pela Faculdade com o ordenado de oitocentos mil réis. 3º – Um tesoureiro, que será um dos substitutos, sem vencimentos, nem propinas, eleito anualmente pela Faculdade”. O artigo nono estabelece uma equiparação entre os professores das faculdades de medicina e os que trabalhavam nos cursos jurídicos, assegurando também que nenhum deles poderia ser demitido por faltas que houvessem cometido como lentes ou substitutos, sem que a respectiva faculdade fosse ouvida.

Os discípulos

Ingressar na ordem médica supunha um processo de formação que habilitasse o candidato ao exercício da “arte de curar”, na medida em que tal processo inseriria o pretendente nos segredos e mistérios da cura dos males e sofrimentos do ser humano, com vista a manter e prolongar a vida, autorizando-o a desenvolver a chamada prática médica. Inicialmente, a instalação desse processo no Brasil pode ser percebida por intermédio de uma “instrução” emitida pelo cirurgião-mor, José Corrêa Picanço, para reger os cursos de anatomia e cirurgia, cujo funcionamento autorizou em 1808, na Bahia e no Rio de Janeiro. Nas “instruções” que a 23 de fevereiro de 1808 encaminhou para o lente de cirurgia da Bahia, detalhou alguns aspectos que merecem ser destacados.

Primeiramente, definiu que o professor de cirurgia deveria ter um livro em que registrasse a matrícula de “seus praticantes”, no qual havia de constar o nome, filiação, naturalidade, dia, mês e ano da dita matrícula. Informações que, no início do século XIX, no Brasil, já representavam um certo nível de seleção e controle sobre os prováveis candidatos, visto que inexistia o registro civil e tais informações só poderiam ser comprovadas pelos documentos emitidos pela Igreja, como, por exemplo, o registro de batismo. Mas esse ainda me parece ser um controle menor.

Em seguida, proibiu a admissão de “praticante” sem conhecimento de língua francesa, como se exigia no Hospital de Lisboa, além de impor um pagamento de seis mil e quatrocentos réis ao professor. A adição de tais exigências denota o caráter seletivo dessa regra, que conjugava a posse de “conhecimento” e de bens materiais, sobretudo em uma colônia de Portugal com a qual a metrópole vinha mantendo uma relação fundamentada na extração de riquezas da terra. Além disso, instruía sobre a frequência escolar, dispondo que os estudantes eram “obrigados à sua respectiva aula” e, no caso de faltas motivadas por moléstia, deveriam dar parte ao professor para que ele não as registrasse, o que só seria feito mediante apresentação de “certidão de seu médico ou cirurgião-assistente”. O abono, contudo, não era ilimitado, pois se a moléstia fosse longa e obrigasse o aluno a “fazer sessenta faltas”, ele “perderia o ano”. Essa tolerância seria reduzida para vinte faltas, caso as mesmas fossem motivadas por negligência do aluno. Obrigatoriedade que, outra vez, implicava condições para que os alunos pudessem comparecer todos os dias ao longo de quatro

anos⁵⁵ e impunha o acesso a uma “assistência médica” no caso de uma eventual necessidade de justificar faltas motivadas por doença.

O mecanismo de seleção interno ao curso, porém, não se extinguiu com essas determinações, pois por ocasião da conclusão do curso o aluno teria de despende, outra vez, a quantia de seis mil e quatrocentos réis para obtenção da certidão competente, autorizando-o à realização do exame final, após o qual poderia “dignamente encarregar-se da saúde pública, tudo com o juramento dos Santos Evangelhos”. Para finalizar, é possível observar uma reafirmação da capacidade financeira do candidato à “profissão médica”, bem como o traço da religiosidade que os homens da ciência tinham de possuir, em nome do que deveriam exercer o seu ofício, o que nos faz suspeitar de interpretações que polarizam dicotômica e rigidamente razão e fé. A meu ver, em uma cultura profundamente marcada e controlada pelo elemento religioso, a ciência, por não encontrar respostas para todas as perguntas que o homem já conseguia formular, fazia concessões à ordem religiosa oficial, jurando desenvolver sua “arte” em conformidade com a palavra divina. No entanto, esses são mecanismos iniciais de controle sobre os que pretendiam legalmente exercer a medicina.

Como venho indicando, a normatização do curso médico foi se tornando cada vez mais complexa ao longo dos anos, fato que também fica evidenciado nas exigências para o ingresso dos alunos, sua permanência e conclusão do curso. Nesse sentido, cabe insistir na interrogação: que elementos foram adicionados nesse processo de sofisticação das normas de controle para a entrada e a continuidade no templo e na própria ordem médica? Para retomar essa pergunta, começarei indicando as regras que passaram a presidir o acesso dos alunos ao curso médico por ocasião da última reforma realizada no período imperial, materializada na elaboração de estatutos publicados em 25 de outubro de 1884 e estruturados em numerosos artigos (565), excetuando-se as “fórmulas” apresentadas em anexo.

⁵⁵ Nessa “instrução” prevê-se que, no verão, o professor de cirurgia dará as lições às sete horas e, no inverno, às oito horas, as quais deveriam durar uma hora e meia, sendo 45 minutos dedicados à tomada de lições do dia anterior e os outros 45 minutos para a nova explicação. A quinta-feira seria feriado e, durante os sábados, haveria repetição do que fora ensinado ao longo da semana, sendo o professor obrigado a dissolver as dúvidas propostas pelos “praticantes”, que deveriam fazê-lo de “modo respeitoso e sem animosidade e com o fim somente de se instruir, pois que de outra sorte será pela primeira e pela segunda admoestado e pela terceira, excluído da aula” (apud Maia, 1995, p. 36).

Para se ter uma ligeira idéia do processo de especialização a que chegava a formação médica, nessa reforma o número de disciplinas já atingia o quantitativo de 26 para a área de medicina e cirurgia, sem contar com aquelas oferecidas especificamente para as habilitações em farmácia, obstetrícia e ginecologia e odontologia. A faculdade deveria contar também com catorze laboratórios diferentes. No que diz respeito aos alunos e à rotina, dispõe-se que a matrícula seria aberta entre o dia primeiro e 14 de março, com exceção da primeira série, que seria estendida até o último dia do mês, facultando-se à congregação aprovar admissão de alunos que, por “justo impedimento”, não tivessem feito matrícula no prazo estipulado, desde que qualquer aula da série a que o aluno estivesse se candidatando não houvesse atingido quarenta sessões.⁵⁶ A matrícula na série inicial estava condicionada também à apresentação de certidões de aprovação nas “matérias preparatórias”, conforme pode ser verificado no quadro seguinte:

Quadro 4 – Exames preparatórios exigidos para o ingresso nos cursos das faculdades de medicina (1884).

Cursos	Preparatórios Exigidos
Medicina	Português, latim, francês, inglês, alemão, filosofia, história, geografia, aritmética, álgebra até equações do 2º grau, geometria, trigonometria retilínea e elementos de física, química e história natural.
Farmácia	As mesmas matérias, exceto inglês, alemão e trigonometria.
Obstetrícia	Português, francês, aritmética, elementos de física, química e história natural.
Odontologia	Português, francês, inglês, aritmética e geometria.

A aceitação dos exames preparatórios por parte da faculdade se encontrava subordinada à avaliação do lugar em que os mesmos eram obtidos, de modo a assegurar uma espécie de “controle de qualidade” por intermédio da verificação de “atestado de procedência” dos referidos exames. Medida apoiada nas denúncias da existência de corrupção na emissão desses certificados.⁵⁷ Juntamente com as competências intelectuais, avaliadas nos referidos exames, os candidatos à matrícula na primeira série de-

⁵⁶ A convocação para matrícula seria anunciada por editais afixados nos lugares mais freqüentados da faculdade e publicados na imprensa oito dias antes da época determinada nos estatutos, conforme determina o artigo 374 da Lei de 1884.

⁵⁷ Esse aspecto se encontra bem explorado no estudo desenvolvido por Haidar (1972). Ver também o livro de Silva (1969).

veriam atender a outras exigências: a de vacinação, nunca anterior a cinco anos, e a de pagamento de taxa de inscrição no valor de cinqüenta e um mil réis (51\$000), sendo facultada a matrícula a “pessoas do sexo feminino”. Dos candidatos à matrícula nas séries seguintes, seria exigido atestado de aprovação nas matérias da série anterior e o pagamento da taxa de 51\$000, valor cobrado anualmente. Em seguida, define-se uma série de protocolos formais a serem realizados pela secretaria, indo da escrituração dos inscritos, modo de fazê-la, emissão de lista dos matriculados e validade nacional da mesma, até a previsão das rotinas para acesso às aulas.

Cabe destacar que, na listagem final dos matriculados por série, deveriam constar a filiação e a naturalidade dos mesmos; e, após a impressão, as listas deveriam ser remetidas “sem demora” para os lentes, alunos e Ministério do Império. Ao dispor sobre a validade da inscrição, os Estatutos de 1884 também tratam da situação em que a mesma seria invalidada, considerando-a nula quando efetuada com documento falso e estabelecendo as restrições decorrentes de tal ato ao normatizar que o candidato perderia a importância das taxas pagas, ficando sujeito às penalidades previstas no código criminal em vigor e impedido, pelo prazo de dois anos, de se matricular ou de prestar exame em qualquer estabelecimento de ensino superior.

Como se pode perceber, decorridos 76 anos das “instruções” de 1808, o acesso se tornou mais controlado, tanto quanto a permanência dos alunos ao longo dos seis anos do curso. Por exemplo, em 1884 previa-se a realização de exame anual, de cujo resultado dependia a progressão no curso, isto é, a aprovação na série em que o aluno se encontrava matriculado. Para que esse exame pudesse ser realizado, os alunos deveriam atender às seguintes exigências:

1. Apresentar certidões de aprovação nas matérias exigidas segundo a ordem do programa oficial;
2. Provar a identidade “de pessoa”;
3. Pagar a importância de 51\$000 para os regularmente matriculados e de 102\$000 para aqueles que não estivessem matriculados;
4. Apresentar atestado de vacina nunca anterior a cinco anos.

Além dessas regras gerais, instituíram-se regras adicionais para cada série, referentes às práticas laboratoriais, variáveis também entre as

habilitações que a faculdade se dispunha a oferecer. Previa-se igualmente a inscrição para os exames fora do prazo estabelecido, sujeita à avaliação e aprovação do diretor. Sendo admitido a exame, o candidato deveria pagar algumas taxas extras aos lentes que tomassem parte no exame (30 réis) e ao secretário (5 réis), pelo fato de este ser considerado um serviço extraordinário. Quanto ao reprovado, ficaria impedido de prestar exames por um prazo de quatro meses. Findo o prazo e após pagar a taxa respectiva (51\$000), poderia repetir o exame, até o máximo de duas vezes.

Accepta a inscrição, o candidato era avaliado por uma banca de examinadores acerca dos aspectos teóricos e práticos das disciplinas que havia cursado. Avaliação que consistia em uma prova escrita e outra oral, precedidas da prova prática. Os estatutos especificam ainda como deveriam se processar os exames práticos, o exame teórico (tanto a prova escrita como a oral) e o exame de clínicas. Esse detalhado e extenso roteiro exprime uma disposição normativa que traça um meticuloso plano de controle dos alunos ao longo dos seis anos, visando assegurar a implementação eficaz dos imperativos que marcam e constituem a ordem médica. Esses não são, contudo, todos os dispositivos de controle do processo de formação. Ao término do curso, a obtenção do título de doutor estava condicionada à escrita, aceitação, sustentação e aprovação de uma tese sobre os saberes ensinados ao longo do curso, que deveria ser registrada e tornada pública. A tese é, portanto, o documento que funciona como atestado de competência do candidato à condição de sujeito da racionalidade médica. Enfim, esse documento e a participação do doutorando no evento que a ele se encontra associado representam as últimas exigências para se tornar proprietário da insígnia de doutor.

Como se vê, ao longo do século XIX, ingressar e permanecer no interior das faculdades de medicina no Brasil supunha o bom e continuado cumprimento de um meticuloso roteiro de exigências. Atendido tal roteiro, o candidato se encontrava habilitado a entrar na ordem médica, exercendo, a partir de então, as atividades autorizadas pela posse da credencial de doutor em medicina. Mas que ações poderia efetivamente exercer? Essa indagação sugere que se compreendam os objetos que a ciência médica procurava colocar sob seu domínio e o modo como os descrevia e representava, bem como aquilo que atribuía a cada um deles.

Para efeito de síntese, pode-se afirmar que as novas faculdades de medicina, durante os primeiros anos de seu funcionamento, serviram para

complementar a formação intelectual dos cirurgiões, sendo que o ato de conclusão constituía uma espécie de rito de passagem, encontrando-se revestido de um grande simbolismo, pois assegurava o título de doutor e as prerrogativas adstritas a tal titulação. Ao fazer um balanço das quatro décadas iniciais do ensino de medicina no Brasil, Schwarcz (1995, p. 197) identifica esse período pela presença de um esforço de institucionalização em detrimento de um projeto científico original. Vigorava a benevolência nos exames, a pouca capacitação dos mestres, a constante reclamação quanto à falta de verbas e dotações e as queixas em relação ao desrespeito por parte dos alunos. A despeito de tudo isso, os médicos ocuparam um papel relevante na orientação das intervenções sociais ao longo do século XIX, até porque, se para os poucos que conseguiam fazer um curso superior a situação era de falta, para o restante da população – em grande parte, escrava – a situação era de uma penúria incomparável. Diante desse quadro, os médicos habilmente moldaram e conjugaram a gramática do *ordenar, preservar, certificar, prometer e ameaçar*, a partir do que a med

icina foi alçada a uma espécie de *religião natural*, estatuto também evidenciado nos estudos de Machado et al. (1978), Costa (1989), Ferreira (1996), Schwarcz (1995), Chalhoub (1996) e Antunes (1999).

Interessa-nos pensar o modo como, nessa gramática, repertoriou-se e conjugou-se a questão da instrução, da escolarização, da escola e de suas rotinas, bem como a questão da seleção dos conteúdos e dos modos de desenvolvê-los no interior da organização escolar. Interessa-nos examinar a intervenção que os médicos realizaram na vida social, via escola, bem como as estratégias forjadas para assegurar a sua efetivação. Interessa-nos investigar a produção de um vocabulário e uma gramática educacionais integrados ao campo da medicina. Interessa-nos analisar a perspectiva de uma escola enquanto lugar de cura para uma sociedade descrita sob os marcos da incivilidade, desordem, feitiçaria, curandeirismo, práticas mágicas, curiosidade e desrazão. Interessa-nos debater a tese de que a própria invenção da educação escolar no Brasil se deu a partir de uma matriz médica, bem como os efeitos decorrentes da apropriação do objeto educacional pela ordem médica.

Para tanto, o exame das práticas desenvolvidas no interior das organizações médicas constitui recurso extremamente fecundo para refletir sobre o conjunto de preocupações que orientaram esta investigação. Daí um interesse muito especial pelos discursos autorizados pela FMRJ e pela

AIM. O primeiro, lugar de formação inicial, e o segundo, lugar de articulação dos interesses e projetos da comunidade médica e do governo, bem como de formação continuada dos doutores.

A Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, organizada em virtude da lei da Reforma das Academias Médico-Cirurgicas de 03 de outubro de 1832, tendo presentes o termo de aptidão ao Grão de Doutor, que obteve o Sr, F [...] pela approvação que conseguiu em todos os Exames do Curso Medico que frequentou como Discipulo desta Escola, e pela sustentação de sua These, em que ostentou saber; e o de lhe haver ella, no dia [...] solememente conferido o dito Grão, na conformidade da referida Lei, e dos Estatutos, dá o presente diploma ao dito Sr. F [...] filho de [...] nascido no dia [...] na Provincia de [...] para que com elle goze, tanto na ordem Civil, como na que respeita as funcções desta Escola, a que possa concorrer, de todos os direitos e prerrogativas, attribuidas pelas Leis do Imperio. E eu F [...] Secretario, subscrevi.¹

¹ Fórmula do diploma de doutor em medicina integrante dos estatutos de 1837. O diploma conteria, além desses termos, o selo e as assinaturas do chanceler, do diretor, do secretário e do impetrante.

A Corte degenerada

Ao longo do século XIX, a medicina no Brasil, e particularmente no Rio de Janeiro, avançou em seu processo de legitimação social, seja pela ancoragem institucional, seja pelas estratégias de aprofundamento e de vulgarização do conhecimento médico postas em ação, possibilitando, com isto, que ela também ampliasse o arco do seu campo de competências. Nessa direção, procurou ultrapassar uma perspectiva de intervenção limitada à vida individual, tomando por base a formulação de interferências a serem aplicadas a diversos estratos do tecido social. Tal movimento, realizado pela ordem médica, sugere e autoriza um triplo questionamento: a) Que condições possibilitaram a ampliação do leque de competências dos médicos?; b) Quais os dispositivos acionados pela medicina para assegurar o sucesso dessa ampliação?; c) O que representou esse alargamento do horizonte do saber médico, do ponto de vista dos objetos que passavam a ser por ele recobertos e descritos?

Estas interrogações conduziram, inicialmente, à biblioteca e aos arquivos da Academia Nacional de Medicina (ANM) e da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (FMRJ). Nesses lugares, obtive um contato inicial com as teses que os médicos escreviam ao final do curso de formação, como requisito para conquistar ou confirmar o título de doutor. Elas, por sua vez, apresentam um discurso preocupado com questões específicas da medicina (estudo de patologias, de técnicas de intervenção clínica e cirúrgica, farmacologia e obstetrícia, dentre outros), mas também indicam um discurso voltado para outras questões e objetos, tais como o problema da moralização, dos cemitérios, do aleitamento, do casamento, das práti-

cas de infanticídio, puberdade, prostituição, higiene militar, pobreza e alienação, dentre outros.² Tais objetos, dentre os quais destaco a presença – vinculada ao aspecto central do problema aqui investigado – de uma preocupação com os colégios e com sua higienização, encontram-se embutidos sob o amplo rótulo de “higiene”.

Nesse último conjunto de teses, encontram-se dispostos registros envolvendo o tema da educação escolar, o que os torna um documento extremamente fértil para a pesquisa, porque, ao indicar as articulações produzidas pela ordem médica entre medicina e educação, fornecem pistas para que as representações do tema educacional forjadas pelo campo médico sejam discutidas. Essa é, pois, uma hipótese de trabalho reforçada pelo estudo desenvolvido por Herschmann (1993), que reconhece, no processo de constituição do saber médico, a ocorrência de um movimento de intervenção em diversas outras áreas do saber e atividades humanas, promovida em nome e em favor desta ciência: “A chamada medicalização da sociedade, identificada por estudiosos do período, sugere-nos uma intervenção social intensa, autoritária e sem fronteiras” (p. 20), acrescentando que o saber médico procurava se tornar cada vez mais complexo e abrangente, o que pode ser percebido pelo fato de haver uma diversificação de suas linhas de atuação, o que criou especializações tais como a criminologia, medicina legal, saúde, psicologia e higiene. Como já indicado, é nos domínios desta que o debate em torno do tema educacional se encontra sediado.³

Esta ampliação no leque de interesses da medicina pode ser interpretada como um movimento de invenção da dimensão médico-sanitária dos problemas sociais, o qual colaborou para o sucesso do projeto de popularização e de legitimação do saber médico, pois, transformar as respostas aos problemas sociais em uma das competências da medicina colaboraria para redefinir seu próprio conceito, prestígio e poder. Entretanto, tal movimento não deve ser entendido como algo decorrente exclusivamente da ambição dos médicos. Os homens e a medicina se encontravam

² O anexo I permite perceber detalhadamente a dispersão dos objetos que a medicina procurou transformar em questões da ordem médica.

³ Essa hipótese, explorada por Herschmann (1993, 1996 e Herschmann & Pereira, 1994) em um período mais recente (virada do século XIX até os anos 30 do século XX), encontra validade em um período mais recuado, como foi possível perceber por intermédio deste estudo.

diante de graves problemas sociais e de saúde que se alastravam no Rio de Janeiro oitocentista, os desafiavam e efetivamente exigiam soluções. Os médicos procuraram, então, criar repostas científicas para tais questões. Uma observação de Chalhoub (1996) reforça esta idéia, pois, segundo ele,

os intelectuais-médicos grassavam nessa época como miasmas na putrefação, ou como economistas em tempo de inflação: analisavam a “realidade”, faziam seus diagnósticos, prescreviam a cura, e estavam sempre inabalavelmente convencidos de que só a sua receita poderia salvar o paciente. E houve então o diagnóstico de que os hábitos de moradia dos pobres eram nocivos à sociedade, e isto porque as habitações coletivas seriam focos de irradiação de epidemias, além de, naturalmente, terreno fértil para propagação de vícios de todos os tipos (p. 29).

Não se trata, portanto, de negar a existência dos problemas identificados pelos médicos na Corte, visível nas epidemias que assolaram a cidade, nos índices de mortalidade da população, na própria expectativa de vida e no nível do conhecimento e da tecnologia médica disponível para combatê-los. Trata-se de discutir as respostas que a medicina apresentou para equacioná-los e a produção de uma espécie de crença na inevitabilidade de sua adoção para que se obtivesse sucesso na superação das inadequadas condições de vida da população da Corte, do ponto de vista médico-higiênico. Logo, trata-se de analisar as representações construídas em nome da racionalidade médica contra os males que identificavam e que procuravam resolver. Neste sentido, torna-se necessária uma breve descrição das condições do Município da Corte no século XIX para sustentar o argumento que acabo de apresentar. Como ponto de partida, valho-me das informações recolhidas por Mattos (1994, pp. 72-6) para destacar, em primeiro lugar, o crescimento populacional e, em seguida, os problemas de urbanização, saúde, segurança e aqueles decorrentes da expansão das funções da cidade. Do ponto de vista do crescimento da cidade, entre 1830 e 1872, este aspecto pode ser verificado no quadro 5.

Em 1830, o número de habitantes da cidade que viviam nas freguesias urbanas atingiu 89.293 pessoas, sendo que o restante residia nas freguesias suburbanas. A concentração populacional no núcleo urbano se acentuou nos anos seguintes. A população, em 1834, era constituída de homens livres (57,3%) e de escravos (42,7%). Em 1843, tem-se que, de

Quadro 5 – Crescimento da cidade do Rio de Janeiro (1803-1843).⁴

Ano	População
1803	46.944
1830	124.978
1834	134.078
1843	170.000
1872	274.972

forma aproximada, 60.000 eram brasileiros por nascimento ou adoção (35%), 25.000 eram estrangeiros de diversas nações (15%) e 85.000 (50%) eram escravos de toda cor e sexo. Além disto, é importante destacar que a cidade, nesses treze anos, aumentara seu contingente populacional em 25%, sem que se verificasse semelhante incremento de infra-estrutura para suportar tamanho aporte e adensamento demográfico. Os reclamos pela urbanização parecem ter se acentuado nos 29 anos seguintes, período em que houve um aumento de 61% da população da Corte, a qual, do ponto de vista das relações de trabalho, era constituída por 17,8% de escravos, e, numa perspectiva étnico-racial, era uma cidade negra, pois contava com 44,4% de “pardos” e “negros” (55.906 e 63.344, respectivamente). As reclamações, ao que parece, não residiram exclusivamente na instalação dos equipamentos urbanos – iluminação, águas, esgotamento sanitário, edificação, distribuição de ruas, transporte de pessoas e de produtos, controle das doenças e cemitérios, por exemplo –, incidindo, do mesmo modo, sobre os equipamentos culturais, tais como museus, observatórios, jardins,

⁴ Quadro construído a partir de consulta às obras de Mattos (1994), Fausto (1996) e Alencastro (1997). O recenseamento da população não era feito com precisão, como admite Dr. Meirelles, em tese escrita em 1855. Segundo ele, “a população da cidade do Rio de Janeiro, se bem não tenha sido ainda determinada com todo o rigor, muito aproximadamente mostra que tem tido constantemente um acrescimento eminentemente progressivo”. A imprecisão por ele assinalada fica comprovada se compararmos os números que apresenta com os do quadro 5. De acordo com os dados disponibilizados por Dr. Meirelles, tem-se o seguinte panorama: 1807 = 50.000 “almas”, 1817 = 100.000, 1837 = 138.000, 1843 = 210.000, 1849 = 266.466 e 1855 = 300.000. Note-se o quantitativo de trezentas mil almas já no ano de 1855, enquanto que no quadro 5 este número não é atingido nem mesmo quase vinte anos depois. Isso indica que não devemos tomar esses números de modo absoluto, mas apenas aproximativamente, como já sugeria o médico. Nesse movimento, o que vale destacar é o efetivo aumento populacional e o crescimento da cidade, o que agravava as exigências de urbanização.

imprensa, literatura e escolas. Como um indicador dessa “falta”, podem ser considerados os dados referentes à leitura e à escrita na província do Rio de Janeiro, tida, por sua posição política e econômica no cenário das cidades brasileiras, como foco e pólo irradiador de cultura e de civilização para o restante do país. Nesta cidade “ilustrada” ou com “arroubos de ilustração”, o censo de 1872⁵ informava haver 29,8% de indivíduos que dominavam a tecnologia da leitura e da escrita, indicando a existência de 70% da população excluída do domínio dessas duas ferramentas.

No dizer de historiadores como Mattos (1994) e de inúmeros viajantes,⁶ a população permanecia habitando uma “cidade feia”, que pouco diferia da sede colonial. As ruas eram estreitas, escuras e imundas. Como nas demais cidades do Império, a remoção de lixo, das coisas podres e dos excrementos humanos era feita em pipas ou barris, carregados nas cabeças dos escravos e derramados em certas partes da Baía da Guanabara todas as noites, de modo que não era só inseguro, mas desagradável andar pelas ruas depois das dez horas, de acordo com depoimento de Thomas Ewbank,⁷ que visitou o Rio de Janeiro em 1846. Os primeiros serviços públicos de saneamento e água surgiram poucos anos depois, e deles se encarregaram, principalmente, os engenheiros franceses e técnicos ingleses. De acordo com Alencastro:

Cupim, mofo e insetos, pululando em muito maior quantidade e variedade do que na Europa, atacavam os móveis, as roupas e os homens. Disseminadas pela mosquitada e as chuvas de verão,⁸ as febres alastra-

⁵ Segundo Alencastro (1997), as estatísticas do Censo de 1872 foram extraídas das informações coletadas nas paróquias do Império pelos recenseadores da época.

⁶ A respeito, sugiro a leitura da coletânea organizada por Taunay (1947), que analisa livros e relatos de dez viajantes (4 franceses, 5 belgas e 1 italiano). O foco da análise é a descrição do Rio de Janeiro no século XIX. Uma comparação com o Rio de Janeiro colonial pode ser feita por intermédio da antologia de textos organizada por França (1999). Além destes, sobre o Rio de Janeiro no século XIX, vale a indicação dos livros de Macedo (s.d. e 1991) e dos relatos de viajantes publicados pela Editora Itatiaia/Edusp, na coleção “Reconquista do Brasil”, dentre os quais destacaria os de John Luccock, João Mauricio Rugendas e Maria Graham.

⁷ Cf. Thomas Ewbank. *Vida no Brasil*. Rio de Janeiro, 1976, p. 322 (apud Mattos, 1994).

⁸ O verão português também registrava uma elevação dos problemas de saúde da população, evidência que levou os médicos a se interessarem pela climatologia, nutrição e topografia, por exemplo, como forma de combater esse inimigo – o verão. Para Crespo (1990), “tendo em consideração a importância dada nas contas dos médicos às diversas estações do ano, poderá deduzir-se que as grandes preocupações estavam concentradas no verão. Com efeito, de um modo geral, tudo começava quando as águas estagnadas sob a influência do

vam-se pelo centro do Rio, já bastante povoado e com poços contaminados ou salobros. Malgrado os vários riachos, a falta de água potável constituía um problema crônico na cidade [...]. Com o verão, tudo piorava, na ausência de uma rede de esgotos que só começa a ser construída em meados dos anos 1860. [...].

Ao longo do século XIX, quem dançava no Rio em fevereiro e março era a morte, a Grande Ceifeira (1997, p. 67).

Quanto ao problema da saúde, “a morte sitiava a cidade”: epidemias de febre amarela ocorreram em 1850, 1852, 1853 e 1854, vitimando, sobretudo, os estrangeiros; 1856 foi, principalmente, o ano do cólera, que matou os escravos em maior quantidade. No que diz respeito aos efeitos das epidemias e de outras causas de mortalidade, Dr. Meirelles, em 1855, lamentava a falta de regulamentos convenientes para que fosse possível “colher dados próprios á poder levar-nos á apreciação verdadeira da mortandade da cidade”. Nesse sentido, reclamava dos corpos enterrados sem o conhecimento da causa da morte, bem como de atestados emitidos por médicos de “forma disparatada, que só uma supina ignorancia dos conhecimentos medicos, pôde produzir!”.

Diante desse panorama negativo, ele apresenta três quadros estatísticos referentes ao ano de 1854. No primeiro, aborda a mortandade das pessoas livres, de acordo com o sexo e o estado civil – solteiro, casado, viúvo e sem declaração de estado. No segundo, distribui os dados de acor-

calor se transformavam em fonte de miasmas pútridos, infectando o ar circundante. Nos pântanos formados com as águas depositadas em estações anteriores, as febres intermitentes encontravam, com facilidade, a semente de seu desenvolvimento e de rápida propagação. Entretanto, o tempo seco e a irregularidade dos ventos eram fatores que contribuíam para o agravamento da situação, dinamizando inquietações. As causas das febres intermitentes eram várias: a deficiente alimentação em qualidade; a carência de proteínas e a continua utilização de vegetais; o excessivo consumo de frutas sem estarem completamente maduras; a assinalável falta de medicamentos e do vinho que na maior parte dos casos entrava nas terapêuticas; a vivência alternada do calor e do frio e da humidade; as perturbações mentais resultantes de certas calamidades, desde a guerra até as crises de subsistência; os esforços físicos prolongados, etc.” (pp. 127-8). O entendimento do verão como inimigo pode ter sido um dos fatores utilizados para a definição das férias escolares de verão prolongadas, que, nesse sentido, seria uma estratégia para evitar aglomerações populacionais em um mesmo espaço – os colégios – já reconhecidamente necessitado de higienização. Deixar passar o verão pode ter sido, assim, um dispositivo de higienização dos colégios, o qual ganhou forma com a definição de férias escolares mais extensa.

do com a nacionalidade das pessoas livres.⁹ Finalmente, no terceiro, expõe as estatísticas das diversas “moléstias”.¹⁰ A falta de “números” e das causas que levavam à mortalidade são reclamações desse médico e supõem uma exigência: a de controle sobre os mortos, como forma de subsidiar a razão médica e de orientar seus investimentos. Para tanto, tornava-se necessário estabelecer um protocolo a ser seguido antes da sepultura, de modo a controlar tanto os procedimentos médicos como a população, naquilo que interessava mais diretamente à ordem médica.

A insegurança também preocupava, o que fica nítido na frase com que Ewbank se refere aos policiais: “são considerados eficientes e tanto quanto eles, os ladrões” (apud Mattos, 1994, p. 73). A este respeito, em 1885, o médico italiano Alfonso Lomonaco¹¹ frisa que muitos dos que integravam o corpo de polícia do Estado haviam sido recrutados, em geral, junto a grupos de capoeira. Para ele, a polícia carioca era a “mais despótica, arbitrária e cruel do Globo, recrutada na escória da cidade, relaxada e violenta e, ao mesmo tempo, exercendo inteiramente o oposto de uma tutela e vigilância sobre a vida e a segurança dos cidadãos” (Taunay, 1947, p. 213). Neste sentido, seja pelo modo como o corpo de polícia foi sendo formado, seja pelos procedimentos policiais adotados, a cidade era descrita como um território da insegurança,¹² característica agravada pelo funcionamento da própria justiça, conforme alerta o viajante inglês John Luccock (1975): “Por esse tempo ocorreram vários fatos que indicaram a conveniência de aumentar o efetivo, a vigilância e a severidade da polícia”

⁹ Na seqüência, em ordem decrescente, aparecem os brasileiros, portugueses, franceses, africanos, ingleses, espanhóis, alemães, russos, chineses, holandeses, uruguaios, italianos, norte-americanos, sucos, suíços, oriundos de Hamburgo, irlandeses, belgas, e oriundos da Baviera, da Sardenha e de Maltez.

¹⁰ Apresenta o quadro repartido pelas moléstias dos aparelhos do corpo humano: do aparelho respiratório (tísica, pneumonia, catarro pulmonar, por exemplo), circulatório (hipertensão, dilatação e ruptura do coração, por exemplo), nervoso (congestão cerebral, apoplexia e meningite, dentre outras) e digestivo (inflamação do tubo digestivo, cólicas e cancro do estômago, dentre outras), seguidas das febres, moléstias da pele e do tecido celular e as moléstias diversas.

¹¹ Trata-se da obra *Al Brasile*, publicada em 1889, em Milão, pela Casa Vallardi e, de acordo com Taunay (1947), é um livro de grande formato, com 447 páginas, feito pelo autor “geralmente bem inspirado sob o império da boa fé” (p. 204).

¹² Sobre a instituição da polícia como um braço do poder do Estado no complexo processo de invasão do espaço público, visando ao controle e à direção do comportamento das pessoas, e sobre as reações aos usos deste tipo de poder no Rio de Janeiro, no século XIX, recomendo a leitura do livro de Holloway (1997).

(p. 92).¹³ Luccock deixa claro que tais medidas seriam incompletas ou insuficientes caso não se enfrentasse aquilo que designou de “imperfeição das leis” ou aplicação das mesmas com “tamanha imperfeição”, na medida em que, segundo sua ótica, as pessoas brancas se achavam acima das leis, acreditando que muito poucos “dessa classe tivessem sido presos”. Chamava a atenção ainda para o fato de que os mulatos gozavam das mesmas “isenções, à proporção que seu tom se aproximava do moreno ou claro” (p. 92). Desta forma, o traço de uma cidade insegura funde-se e associa-se ao de uma cidade sem lei, por intermédio de um uso distinto dos códigos legais em função da cor da pele dos sujeitos, como lembra este viajante. Nesse sentido, a cidade passava a ser descrita, de modo geral, sob o par da insegurança e impunidade.

Esse conjunto de elementos anteriormente apontados será acionado para produzir uma representação da Corte montada em quatro dimensões: da saúde (uma cidade doente), da estética (uma cidade feia), da cultura (uma cidade iletrada) e da justiça (uma cidade insegura). Mas não é só.

Uma quinta dimensão da cidade e de sua população é apontada por Dr. Meirelles em sua tese: a dimensão da moral. Em sua opinião, os fluminenses eram viciados, desde o berço, por “sordidas escravas, devassas e de organizações contaminadas pelos vícios syphilitico, bobatico e escrophuloso”, além de viciados, eram rapidamente “arrastados pela torrente da corrupção moral”, perdendo, deste modo, o resto de vigor e energia que herdaram. Esta situação ficava agravada pelo sobrecarregamento dos estudos fatigantes, desproporcionais às forças dos jovens, e pela falta de exercícios, tão necessários ao desenvolvimento do físico. Para ele, os fluminenses eram lançados, sem guia e sem precauções, no meio “desse mundo de depravação que cerca a nossa mocidade”¹⁴ e, por tudo isso, não era raro encontrá-los “decrepitos aos 25 e 30 annos”.

¹³ Cf. suas notas de viagem, nas quais registra vários aspectos da cidade do Rio de Janeiro, no período compreendido entre 1808 e 1818.

¹⁴ Dr. Meirelles é contundente ao se referir ao papel da educação: “inteiramente descuidada a educação physica, entre nós só se cuida da educação intellectual. Entre nós, onde tudo tende ao enfraquecimento corporal, inclusive o desenvolvimento precoce da intelligencia, nem sequer se attende á necessidade de uma organização capaz de alimentar esse desenvolvimento intellectual. É assim que inteiramente entregues ao domínio do systema nervoso, bem depressa por elle incitados; o onanismo, a masturbação e a prostituição os recebem como mais a tantas outras victimas a immolar!”. O tema educacional, anunciado por ele, encontra-se mais desenvolvido nos capítulos 3 e 4 deste trabalho.

Ao se referir às fluminenses, o diagnóstico não é menos cáustico, embora reconhecesse que elas eram “mais felizes na sua educação”, sem, contudo, detalhar os argumentos que o levavam a se pronunciar nesses termos. No entanto, seja por terem bebido “o veneno com o leite”, seja pelo fato de serem atormentadas pelo inimigo “assaz e importuno e desconhecido”, que, segundo ele, eram o luxo e a moda, as mulheres não cumpriam adequadamente seu dever maior: a geração de uma prole saudável e robusta. Aliás, o que o médico verificava era a produção de filhos fracos e caquéticos, cujas causas, em sua ótica, poderiam ser encontradas, dentre outras, no seio da escrava, nos bailes, nas danças, na suspensão forçada da menstruação, na alimentação debilitante, no desenvolvimento precoce da puberdade e na leitura imprudente de certos romances.

Escravidão, educação, vícios, moda, bailes e leituras imprudentes configuravam práticas que conduziam a população ao mergulho na imoralidade. Ao traçar esse diagnóstico, Dr. Meirelles procura indicar os riscos e desvios a que a população do Rio de Janeiro estava submetida e, ao mesmo tempo, o caminho para evitá-los, isto é, o caminho da razão médica e o caminho da razão higiênica, capazes de reordenar a saúde, a estética, a cultura e a moral da Corte.

No que se refere às funções tradicionais da cidade colonial, evidencia-se que estas foram expandidas. De um lado, a predominância do capital mercantil; de outro, a supremacia das funções administrativas, as quais, no essencial, buscavam viabilizar a circulação do capital mercantil. Segundo Mattos, a expansão da cidade não transformara o seu caráter; reafirmara-o, embora em um quadro novo. Nela, “burocratas, negociantes e plantadores entrecruzavam seus interesses, urdindo uma preponderância” (1994, p. 75). Assim, ainda de acordo com ele, com a expansão das atribuições da cidade e com a preponderância que nela foi se estabelecendo, procurou-se fazer com que na Corte fossem reconhecidos os interesses de todo o Império.

Para se ter uma idéia da densidade de atividades concentradas na cidade do Rio de Janeiro, considere-se que sua renda tributária municipal – referente aos impostos e taxas recolhidos pela Câmara – superava, em 1858, a renda municipal do conjunto de cidades de qualquer uma das províncias do Império, lembra Alencastro (1997). No plano externo, continua ele, convém lembrar que o porto fluminense – numa época em que o comércio internacional fazia-se apenas por via marítima – se apresentava

como escala obrigatória dos navios que singravam do Atlântico Norte para os portos americanos do Pacífico e vice-versa. No plano inter-regional, o Rio de Janeiro constituía-se o ponto de encontro e redistribuição da economia nacional. Durante o século XIX, metade do comércio exterior brasileiro passava pelo cais carioca. Esse quadro de “opulência e vigor” do município da Corte pode, entretanto, ser retocado por intermédio da ótica de um viajante francês,¹⁵ que descreveu alguns aspectos da cidade no ano de 1862:

Não existe viajante algum que, tendo visto o Brasil, não fale com admiração do magnífico espetáculo proporcionado pela Baía do Rio. [...]. Que decepção, meu Deus, quando se sai do ancoradouro! [...] em primeiro lugar a ausência de qualquer desembarcadouro para receber o viajante. [...]. Escadas rotas, podres, onde o pé resvala ligando o mar à terra firme. Ao mesmo tempo em que o olho se entristece com essa pobreza não esperada, o olfato é desagradavelmente afetado por um odor nauseabundo, penetrante que o assalta com violência. [...]. Pergunta-se sem querer se a peste assola a cidade, mas ao mesmo tempo tem-se a explicação de tal corrupção atmosférica; ela é proporcionada pelos negros que se dirigem para a praia carregando um barril sobre a cabeça. [...]. O ponto da praia onde diariamente são feitos os despejos é próximo do palácio do imperador do Brasil (apud Patto, 1996, p. 190).

O contraste entre a cidade que encanta o olhar dos viajantes ao ser vista de longe, do navio, e a vida em seu cotidiano provoca uma decepção que também fica evidenciada,¹⁶ vinte anos depois dos registros do viajante francês, no relato de uma educadora alemã que, nas cartas escritas a uma amiga da Alemanha, entre 1881 e 1883, narra a experiência que teve no Brasil na condição de preceptora em fazendas pelo interior e na sua brevíssima condição de professora em um colégio para moças da Corte, onde ficou aproximadamente um mês. Seu primeiro contato mais prolongado com a cidade ocorreu na véspera do dia de Natal, tendo sido por ela

¹⁵ Trata-se das impressões de viagem de Charles Expilly.

¹⁶ Essa me parece ser uma marca presente nos relatos dos viajantes. A cidade de longe e do alto, encanta, surpreende e maravilha pelas cores, pela natureza, pela topografia, pela enseada, pelas águas, animais e pela cor do sol, por exemplo. No entanto, colocar os pés em terra, faz surgir uma cidade que agride o olhar, o olfato, a audição e, até mesmo, o paladar e o tato dos estrangeiros.

registrado em uma carta datada de 24 de dezembro de 1881, na qual destaca, já em seu início, a temperatura da cidade (25º Celsius à sombra!), adicionando os adjetivos de colorida e barulhenta. Quente, colorida e barulhenta, pois.

Do quarto do hotel em que se encontrava instalada, Ina von Binzer descreve, na carta endereçada à amiga Grette, suas impressões da cidade, elegendo alguns pontos: o ar quente, o céu estrelado, as palmeiras do Corcovado, a topografia, as águas e o barulho. Com relação a este último aspecto, exclama: “nem Londres achei tão ruidosa!”; e, Berlim, comparada ao Rio, seria uma estação de veraneio para acalmar os nervos, acrescenta. Ina ainda detalha um pouco mais o traço ruidoso da cidade:

Passam com estrondo os bondes de burro, tocando repetidamente os sinais de alarme; pequenos carros ingleses de um só assento denominados tílburis estrepitosamente correm a galope sobre o mais horrível dos calçamentos que você possa imaginar. Os cavaleiros também tocam sem piedade seus cavalos a galope e diversas vezes nestes últimos dias cheguei à janela pensando que algum animal tivesse disparado. Vendedores de água, vendedores de jornal (estes justamente são tão intoleráveis como os papagaios de fazenda), vendedores de balas, de cigarros, de sorvetes; italianos apregoando peixe; realejos e outros instrumentos, não se levando em conta os inúmeros pianos soando janelas afora, tudo isso atoa pelas ruas estreitas, onde sons estridentes se prolongam indefinidamente (1991, p. 53).

Com isso, Ina demonstra seu estranhamento com o excesso de barulho e de movimento nas ruas e com a inexistência de uma vida privada na Corte. Ainda nesta mesma carta, escrita na noite de Natal, ela assim se refere a esse aspecto:

Se, segundo o princípio sustentado por um famoso professor de Berlim, todo homem culto procura viver recolhido em sua casa, chegaremos à conclusão de que, em matéria de cultura, nos encontramos aqui em condições idênticas às de Abraão em relação aos justos, em Sodoma. Os pretos desocupados não se encontram senão na porta da rua fumando e cuspiendo; as crianças rolam na rua de manhã à noite; o pequeno negociante e até mesmo o melhor comerciante da rua mais distinta pos-

tam-se na porta quando não há freguesia, tagarelando com quem passa; quando o sol permite, cada sacada e cada janela fica ocupada por basbaques ociosos.

A casa parece não possuir força de atração suficiente, nem utilidade, pois em caso contrário ninguém se divertiria em bisbilhotar sempre como novidade o movimento da rua.

Essa vida plebéia de rua exerce uma terrível influência sobre a vida na intimidade. [...].

Compreendo agora a razão de não possuírem ainda os brasileiros nenhuma obra notável sobre assuntos científicos, esse mesquinho gênero de vida não permite que se forme o raciocínio lógico (p. 54).

Desse modo, a preceptora conclui, em parte, a sua análise acerca do cotidiano da Corte, encontrando aí razões para explicar a inexistência de trabalhos científicos no Brasil, já que, com a vida que aqui se levava, tornava-se impossível a formação do raciocínio lógico e, conseqüentemente, do desenvolvimento científico. No dia 8 de fevereiro de 1882, em outra carta remetida à amiga, o encanto com a cidade reaparece em seu discurso:

Grette – é preciso confessar que este Rio é fantasticamente lindo e maravilhoso, visto da baía, como o vi na minha chegada e novamente agora, na minha volta de Petrópolis.

Como num conto de fadas, ele surge aos nossos humildes olhos alemães do norte, a cidade apresenta-se em “terrasses” nas montanhas da costa brasileira, dentro da suntuosa enseada, formada por um mar de luz resplandecente, apenas interrompido, ou melhor, ainda ampliado pela variedade de palmeiras esbeltas e das bananeiras largas espalhadas por toda parte. [...].

À primeira vista, a parte interior da cidade corresponde à exterior: meridional, estranha, fantástica, magnificamente encantadora! (p. 59).

Tratava-se, como ela mesma ressaltou, de um olhar à “primeira vista”, já que, observando com mais detalhes os aspectos internos, a sua decepção com a cidade ficava evidente. Decepção que desliza pelos aspectos urbanos, ruas, habitantes, comércio, bairros, artes plásticas, monumentos, jardins, pela própria casa do imperador, pelos alimentos e pelas práticas que observava no cotidiano da Corte. Decepção que se acentua com

seu trabalho como professora de alemão, inglês e piano, com a tarefa, segundo ela, de iniciar as filhas “deste país” nos segredos das duas línguas e do piano; e da qual abre mão antes mesmo de completar o primeiro mês de atividade, quando, a 21 de fevereiro de 1882, proclama sua renúncia:

Oh! Grete, ando com este colégio por cima da cabeça!

Acho sinceramente que sou péssima professora! Não aprendem nada comigo e, se houver inspetores escolares por aqui, vou ficar desmoralizadíssima! Não consigo habituar-me a este ensino superficial; mas quando começo a aprofundar-me ainda é pior: fico completamente desanimada.

A respeito da disciplina, então! Só essa palavra já me faz subir o sangue à cabeça. [...].

Reconheço ser indispensável adotar-se uma pedagogia aqui, mas ela deve ser brasileira e não alemã, calcada sobre moldes brasileiros e adaptada ao caráter do povo e às condições de sua vida doméstica. As crianças brasileiras, em absoluto, não devem ser educadas por alemães; é trabalho perdido, pois o enxerto da planta estrangeira que se faz à juventude daqui, não pegará (p. 65).

Acumulando decepções com o cotidiano da cidade, apesar do seu cenário maravilhoso, a alemã se despede da Corte rumo a São Paulo, reconhecendo a sorte de não se “firmarem contratos, nem de se multarem rescisões no Brasil”, o que fazia com que pudesse, pelo menos, fazer as “trouxas” quando julgado que o trabalho era “demais”. E foi exatamente isto o que a ela fez, ao buscar trabalho como preceptora na casa de uma família paulista, tendo embarcado para a “capital espiritual do Brasil” em 03 de março de 1882, não sem antes confirmar seu desencanto com o Rio: “Aliás, meu entusiasmo pelo Rio tem esfriado bastante. A vida no colégio não tem grande encanto, e passear pelas ruas é um suplício, devido à excessiva cortesia dos homens”,¹⁷ (p. 66) além dos mosquitos, moscas, formi-

¹⁷ “– Comment ça va-t-il, Mademoiselle? – Mas où allez-vous si vite, mon enfant? Estas e outras frases já consigo suportar sem lágrimas, ignorando-as simplesmente. Mas que me diz você sobre isto? Ao sair de uma luvaria, um dia destes, um brasileiro comprido e secco plantou-se diante de mim e murmurou com a cara mais cínica deste mundo: ‘Pas décidément jolie, mais gentile, très gentile’. Afastei-me furiosa, o que parecia divertilo imensamente”. Conclui, indicando que a decepção com a cidade maravilhosa tinha chegado ao limite, restando-lhe tentar a “sorte” em São Paulo.

gas, lagartixas e baratas que invadiam seu quarto e devoraram suas roupas. Cotidiano que, deste modo, também devorou o seu fascínio pela cidade.

Marcada pela visão, audição, olfato e paladar, vai sendo construída uma representação da cidade em que natureza e cultura são colocadas como polaridades. Uma que encanta e outra que assusta. Uma seduz e a outra afasta. Uma postal, outra horror. Uma cidade que deveria ser vista de fora e do alto, porque a cidade que se via nestas condições não era a que se sentia quando os pés tocavam seu chão.

Outras descrições da cidade do Rio de Janeiro, com conteúdos semelhantes aos que até esse momento foram referidos, podem ser encontradas nos trabalhos de Ferreira (1996), Freyre (1996 e 1998), Herschmann (1993) e Mattos (1994).¹⁸ No geral, em que pesem as focalizações e abordagens diferenciadas, esses trabalhos confirmam a existência de um quadro de infra-estrutura urbana absolutamente deficitário na Corte Imperial, bem como a adoção de hábitos ao mesmo tempo decorrentes e produtores dessa falta, tanto da parte da população negra e pobre, como da parte da elite branca e rica. Além desses aspectos, clima, topografia, nutrição, vestimentas, exercícios, cuidados com o corpo e a habitação concorriam para agravar os riscos de adoecimento dos indivíduos.¹⁹

Em conjunto, essas condições produziam um ambiente favorável à degeneração social e uma “cidade degeneradora” dos homens, mulheres, crianças, escravos e libertos. Produziram, enfim, uma Corte degenerada, que precisava urgentemente – por motivos políticos, econômicos, científicos e culturais – ser regenerada. Diante dessa urgência, a tarefa de ordenar

¹⁸ Além destes, podem ser registrados também os trabalhos de Machado et al. (1978), Costa (1989), Schwarcz (1995), Chalhoub (1996) e Antunes (1999), além da própria descrição da cidade presente nas teses médicas, nos romances e nos relatos dos viajantes estrangeiros, compondo estes últimos uma literatura a que Taunay (1947) chama de “xenobibliografia”.

¹⁹ Temas assemelhados e transformações ocorridas ao longo do século XIX podem ser percebidas em obras literárias ambientadas na Corte do Rio de Janeiro como, por exemplo, em parte expressiva das obras de Machado de Assis. Ao analisar a obra deste autor, Muricy afirma que “O romance de Machado de Assis, mais do que uma fotografia da sociedade carioca oitocentista, é a lente requintada que revela, quase sempre em negativo, a inteligibilidade dessas mudanças. Se com a pena da galhofa relativiza ‘o século das maravilhas’ rindo-se das certezas do cientismo, de seu culto ao progresso, não é sem melancolia que o autor olha para ‘a diferença e vulgaridade do [...] século’. Seu ceticismo em relação ao pensamento liberal e à racionalidade burguesa é o filtro crítico com que acolhe a entrada dos calores da modernidade européia no Brasil. O caminho feliz desta crítica passou muitas vezes pela ironia às inovações da medicina. Passagem inevitável já que a medicina foi, entre nós, o veículo da modernização” (1988, p. 14).

o espaço, de civilizar os homens e de regenerar a cidade foi reivindicada pela medicina, tarefa esta evidenciável na orientação dos trabalhos acadêmicos, na publicação dos periódicos, nas relações instituídas com o Estado, nas disciplinas escolares, nos temas debatidos na AIM, na presença dos médicos no ambiente público, bem como nas relações estabelecidas com a sociedade de modo geral. Com base no uso destes dispositivos, os médicos procuraram ocupar lugar de destaque na formulação de projetos de ordenamento, regulação e civilização dos homens e da cidade. Transformaram o quadro de uma cidade sitiada pela morte, insegurança, insalubridade, ignorância, feiúra e vícios em uma demanda por mudança, a ser determinada pelos imperativos do discurso médico. Assim, buscaram construir e legitimar o “império dos médicos” no espaço de uma “cidade febril”.²⁰

A descrição do Rio oitocentista, nesse traçado ambíguo que faz ressaltar os aspectos negativos da cidade, não aparece exclusivamente nos registros de viajantes e dos contemporâneos que viviam na Corte. Afastados, vivendo na França, alguns brasileiros que lá foram fazer seus estudos definiram como objeto de suas teses o desenvolvimento de análises sobre a cidade do Rio, como foi o caso do Dr. João Fernandes Tavares,²¹ em trabalho apresentado à Faculdade de Medicina de Paris em 27 de novembro de 1823.²² A tese, intitulada *Considérations d’Hygiène Publique et de Police Médicale Applicables à la Ville de Rio-Janeiro, capitale de l’Empire du Brésil* (figura 3), é iniciada com aquilo que podemos considerar como uma declaração de amor ao Rio, já que, para o autor, a cidade

est la plus belle des villes de l’empire brésilien. Participant déjà à la douce influence des zones tempérées, tous les dons d’un climate heureux se sont réunis pour faire de cette contrée le séjour le plus agréable et le plus salubre. Rien n’égale la beauté majestueuse de son

²⁰ Designação utilizada por Chalhoub (1996) para se referir ao Rio de Janeiro, no século XIX.

²¹ Outro caso é o do Dr. Amaro Baptista Pereira, que apresentou tese na Faculdade de Medicina de Montpellier em 1809, na qual desenvolve um ensaio sobre a erisipela crônica que reinava de maneira endêmica na cidade do Rio de Janeiro. Um estrangeiro, Dr. Palasne Champeaux, médico de marinha, em 18 de abril de 1874 sustentou tese nessa mesma Faculdade em que estuda a patologia e a topografia do Brasil (centrando-se na Bahia, Rio de Janeiro e Santos) e dos países que integram a Bacia do Plata (centrando-se em Montevideo).

²² Na capa da sua tese consta que ele era ex-professor “royal de langue latine, Bachelier ès lettres, Membre émérite de la Société d’instruction médicale de Paris”.

ciel, la pompe de ses horizons, fiers des brulants nuages de l'orient, et la lumière éblouissante qui remplit la voûte azurée (p. v).²³

A natureza generosa da cidade – com sua temperatura agradável e céu majestoso – contrasta com quatro aspectos que ele examina ao longo do trabalho: a influência dos mares e das águas paradas sobre a “economia animal”, isto é, sobre a saúde pública, as prisões, os cemitérios e as inumações. Ao examiná-los, vale-se de um roteiro higienizador em que, identificando problemas na Corte que afetavam a “economia animal”, formula prescrições a serem seguidas de modo a manter as qualidades naturais da cidade maravilhosa.

O modo de descrever o Rio de Janeiro, no século XIX, encontra-se impregnado por preocupações de ordem higiênica, como estamos tendo a oportunidade de registrar. Tal evidência nos reenvia para a questão do lugar e do papel que a medicina desempenhou naquele momento, bem como faz refletir acerca das estratégias utilizadas pelos médicos para tornar efetivas as prescrições que estabeleceram para a desordem urbana. Comportando-se e atuando como intelectuais-cientistas (nas condições a que já tive oportunidade de aludir), não estabeleceram limites rígidos para sua ação social. Segundo Herschmann (1993), os médicos sugeriam que se fizesse do conhecimento técnico-científico o ponto de partida para um diálogo com outras áreas do conhecimento, de modo que todas elas pudessem, juntas, viabilizar o progresso da “nação”. Ele reconhece, ainda, que uma das estratégias de consagração dos membros do campo médico foi a inserção, sempre que possível, no campo da literatura.²⁴ Na ausência de

²³ “É a mais bela das cidades do império brasileiro. Recebendo a doce influência das zonas temperadas, todos os dons de um clima feliz encontram-se reunidos para fazer da região a mais agradável e a mais salubre. Nada se iguala à beleza majestosa de seu céu, à pompa de seus horizontes, cheios de ardentes nuvens do oriente, e à luz deslumbrante que preenche a abóbada azulada” (tradução livre).

²⁴ No século XIX podemos citar o exemplo de Joaquim Manoel de Macedo, com o romance *A Moreninha*, de 1844, mesmo ano em que conclui o curso de medicina, sustentando a tese *Considerações sobre a nostalgia*. Além desse livro, escreveu: *O moço loiro* (1845), *Os dois amores* (1848), *Rosa* (1849), *Vicentina* (1853), *A carteira do meu tio* (1855), *O forasteiro* (1855), *Os romances da semana* (1861), *O culto do dever* (1865), *Memórias do sobrinho do meu tio* (1868), *O rio do quarto* (1869), *A luneta mágica* (1869), *As vítimas algozes* (1869), *Nina* (1869), *A namoradeira* (1869), *As mulheres de mantilha* (1871), *Um noivo e duas noivas* (1871), *Os quatro pontos cardeais* (1872), *A misteriosa* (1872), *A baronesa do amor* (1876), ao lado de poesias, peças para teatro, crônicas e biografias. Participou como redator e fundador de revistas, integrou o Instituto Histórico e Geográfico exercendo as funções de

uma “tradição” própria da atividade científica, consolidavam também sua condição de intelectuais inserindo-se em espaços tradicionais do campo intelectual, afirma (p. 188).

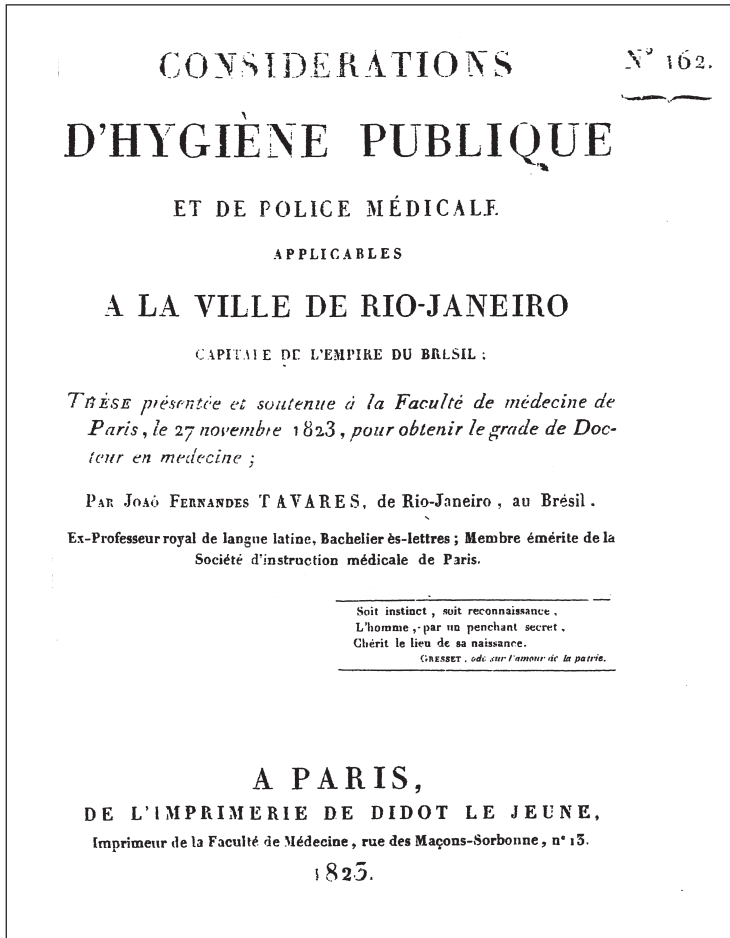


Figura 3 – Capa da tese do Dr. Tavares (Paris, 1823).

secretário e orador, participou da política na qualidade de deputado provincial e geral pelo Partido Liberal, foi professor do Colégio de Pedro II, preceptor dos netos do imperador e colaborador em jornais do Rio. Um outro médico que pode ser lembrado é Manuel Antonio de Almeida, com seu livro *Memórias de uma sargento de milícias*, também formado pela FMRJ.

É importante notar que o reconhecimento da múltipla militância dos médicos²⁵ não significa dizer que eles não tivessem mecanismos de consagração e de exclusão próprios de seu campo: por exemplo, a dinâmica instituída pela FMRJ (ingresso, permanência e posse do título de doutor) e pela SMRJ/AIM (mecanismos de ingresso, qualificação diferenciada dos associados, e sua ação na imprensa médica especializada e no conjunto de periódicos publicados). Tais instituições, além de demarcarem o campo das relações pessoais e de alianças, eram também os principais espaços de atuação política para a afirmação desse (e nesse) campo intelectual. A inserção dos médicos no universo das elites é descrita com precisão quando Santos Filho (1991, v. II) se refere ao corpo docente da FMRJ:

Relacionar os professores da FMRJ, a partir de 1833, é o mesmo que enumerar os mais prestigiosos nomes da Medicina, da política, da nobreza, e da sociedade, no Brasil, seja no período imperial, ou mesmo por todo o decorrer da chamada Primeira República, que findou em 1930. Entre os catorze catedráticos de 1833, havia dois barões, um senador do império e seis deputados. E, o que é mais significativo, havia cinco formados pela faculdade de Paris e um pela de Montpellier. E, ainda, cinco deles, diplomados pela Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro. Os seus sucessores foram outras tantas figuras de escol. Eram todos de excelente nível profissional e cultural (p. 113).

Dessa forma, Santos Filho reconhece que, durante um século, a FMRJ contou com a presença dos mais ilustres membros da política, que por sua vez atuavam no sentido de usar aquele espaço como *locus* de reprodução das doutrinas por eles compartilhadas. Entrecruzavam-se, deste modo, no interior da FMRJ, os interesses do Estado com os da medicina. Nesse caso, um funcionou para prestigiar e fortalecer o outro. Acerca do impera-

²⁵ A presença dos médicos na grande imprensa pode ser percebida no livro de Macedo *Memórias da Rua do Ouvidor*, que originariamente havia sido publicado em folhetins semanais no *Jornal do Commercio*. O trabalho de Pinheiro Guimarães *O ensino público – elementar, integral e técnico*, de 1907, também é um exemplo da participação desse médico como redator do *Jornal do Commercio*. Ambos são coletâneas de artigos/folhetins inicialmente publicados na grande imprensa e posteriormente reunidos em livros. Outro exemplo, fora do campo médico, de adoção do mesmo procedimento é a obra do advogado Raul Pompéia *O Ateneu – crônica de saudades*, publicada como folhetim no jornal *Diário de Notícias*, em 1888, e nesse mesmo ano transformada em livro.

tivo dos discursos médicos, Herschmann (1993) lembra que, apesar de não ser monolítico, encontrou as bases para uma posição mais conciliadora, em torno do consenso de que aquele era o momento do “salto”, de “virada” do país “rumo à civilização”:

As diferenças e os conflitos são tratados, portanto, com muita discrição. Isto é, se, por um lado, o discurso médico se posiciona bastante coeso quando se refere à importância de “modernizar”, “preparar”, ou melhor, de “educar” o país, por outro, é importante enfatizar que o mesmo não ocorria quando se tratava de temas periféricos (p. 189).

E continua:

Ao mesmo tempo que em suas narrativas aparecem temas consagrados à história e ao passado, todo o argumento é elaborado e direcionado no sentido de introduzir o “novo”, o “moderno” como único caminho “redentor”. Procuravam, com o apoio do Estado, argumentar junto à sociedade que aquele era um momento “histórico”, de “fundação” ou “re-fundação” do país, um momento oportuno para que o “povo e a nação se regenerassem”, sendo necessário, a fim de alcançar esse objetivo, “intervir”, “curar” e “educar” [...]. A questão era “regenerar a sociedade”, encontrar “remédios” que fortificassem o corpo e o espírito (pp. 189-90).

Aqui cabe uma observação referente a este trabalho de Herschmann. Embora ele tome como base para suas reflexões o final do século XIX e início do século XX, a perspectiva dos médicos é muito semelhante à que pode ser evidenciada ao longo do século XIX, momento inicial da institucionalização desse campo no Rio de Janeiro. O diagnóstico de uma sociedade em degeneração na primeira metade do século XIX, por vários motivos, como venho apontando, e a formulação de um conjunto de prescrições elaboradas pelos médicos para resolver os problemas e sanear a cidade fazem com que o discurso de que “é chegada a hora do salto”, da “virada” rumo a uma nova era, torne-se presentificado em um período anterior ao trabalhado por Herschmann.

Contudo, a participação dos médicos na primeira metade do século XIX não se encontra restrita às estratégias acionadas no interior do próprio campo, tampouco na área da literatura. Eles também atuavam no

jornalismo e na política, como é o caso de Joaquim Manuel de Macedo, utilizando essas instâncias como palanques para divulgar e convencer todos de que as estratégias por eles previstas assegurariam a regeneração social que tanto almejavam.

Esta múltipla participação dos médicos teve um rebatimento para os aspectos educacionais, que até então ainda não estavam submetidos a um tratamento oficial e institucionalizado, isto é, a educação sob o manto do Estado nacional se encontrava pouco desenvolvida. As experiências de escolarização ocorridas até aquele momento eram as patrocinadas pela Igreja e pela população rica, que instituía preceptores para cuidar de parte da educação de seus filhos, como ficou evidenciado nos registros da alemã Ina von Binzer. Tomar a educação como uma das atribuições do Estado independente teve início, no Brasil, com os cursos superiores, desenvolvendo-se posteriormente nos demais níveis de ensino: o médio e o de primeiras letras. Entretanto, como registra Haidar (1972), a realidade do ensino médio oficial era extremamente precária, excetuando-se, em parte, o Colégio de Pedro II, fundado em 1837 no município da Corte.²⁶

As escolas de primeiras letras, por sua vez, funcionavam dinamizadas pela iniciativa privada ou pelas províncias. Como estas eram extremamente pobres, e como a escolarização inicial ficou a seu cargo após o Ato Adicional de 1834, verifica-se que houve pouco desenvolvimento nesse nível de ensino. Diante desse quadro, resta procurar os problemas de caráter

²⁶ Em seu *Passeio pela cidade do Rio de Janeiro* (1991), Dr. Macedo leva seus leitores ao Colégio de Pedro II, fazendo questão de mostrar aos mesmos as origens do colégio e as transformações e dificuldades pelas quais passou, recuando o início da história desse colégio ao ano de 1733, deslocando, portanto, o marco oficial e predominantemente divulgado que corresponde ao aniversário do imperador D. Pedro II (2 de dezembro) e ao ano de emissão do decreto que instituiu o Colégio Imperial (1837). Ao fazer isso, o médico e professor do colégio do imperador procura recuperar aspectos freqüentemente esquecidos da história dessa instituição, pois, para ele, “assim como há grandes e caudalosos rios que em sua nascente são apenas tênues arroios, assim também se vêem belas e consideráveis instituições, cujo berço modesto e pobre mal deixara adivinhar seu futuro e brilhantismo”. O recuo ao “berço modesto e pobre” é uma estratégia adotada para denunciar práticas clientelistas e fisiológicas nas matrículas dos alunos nos anos 50 do século XIX, sobretudo quando se tratava daquelas vagas destinadas à população pobre. Segundo ele, os estudantes pobres foram os responsáveis pela edificação de um valioso patrimônio, posteriormente incorporado pelo Estado imperial, sendo que não estavam se beneficiando de uma restrita reserva de vagas a que tinham direito. “Devo dizer a verdade, e hei de dizê-la. É um erro supor que esses mal chamados doze primeiros lugares internos gratuitos têm sido sempre dados a pobres órfãos e por esses aproveitados. Desde longa data, desde os primeiros tempos do imperial Colégio de Pedro II, o patronato arrancou lugares dos pobres órfãos para dá-los de presente a meninos que não eram órfãos, e que muitas vezes nem eram pobres” (pp. 145-80).

educacional enfrentados nesse tempo de “invenção de escola”, o modo como os mesmos foram apresentados/descritos e as estratégias acionadas no sentido de equacioná-los. Para tanto, torna-se necessário identificar algumas destas ao longo do Império, dentre as quais destaco a dos médicos, pois, a despeito daquele estado de coisas, ou por conta dele, a medicina articulou um cuidadoso discurso de regeneração, no interior do qual caberia aos colégios exercer um papel decisivo. A educação foi, portanto, outro objeto para o qual os médicos estenderam o seu discurso, procurando delinear-lo a partir de sua perspectiva. Isto é, a educação em sua forma escolar também foi pensada a partir de um discurso originário da medicina, cuja preocupação maior estava centrada na necessidade de regeneração do social.²⁷ Dessa forma, seja na identificação, seja nas alternativas propostas, podem-se perceber traços do modo médico no desenvolvimento dessa dupla operação de apontar aquilo que requereria cuidados/tratamento, bem como os modos de resolver os problemas identificados. Cumpre, então, examinar a amplitude e características desse corpo discursivo e, com isto, refletir acerca da tradição que, segundo a hipótese deste trabalho, a partir daquele momento foi sendo gerada. Como bem assinala Costa (1989), por meio dessas diferentes “entradas” a medicina foi se institucionalizando:

Apossou-se do espaço urbano e imprimiu-lhe as marcas de seu poder. Matas, pântanos, rios, alimentos, esgotos, água, ar, cemitérios, quartéis, escolas, prostíbulos, fábricas, matadouros e casas foram alguns dos inúmeros elementos urbanos atraídos para a órbita médica. A higiene revelava a dimensão médica de quase todos estes fenômenos físicos, humanos e sociais e construía para cada um deles uma tática específica de abordagem, domínio e transformação (p. 30).

²⁷ Lembro que a perspectiva de regeneração dos homens e de sua salvação constitui uma forte marca do discurso religioso. No entanto, neste estudo, limitei-me a trabalhar com a idéia de regeneração concebida e/ou reapropriada pela ordem médica. A dimensão religiosa na formação escolar pode ser percebida nos colégios organizados pelas ordens religiosas e pela presença da obrigatoriedade do ensino de religião nas escolas públicas, ainda que de matrícula facultativa, como prescrito em algumas recentes reformas da educação brasileira (Lei 4024/1961 e Lei 9394/1996, por exemplo). O estudo de Margotto (1997) possibilita perceber o funcionamento de uma instituição escolar mantida pelas irmãs da ordem Sacré-Coeur de Marie, no Espírito Santo, e a concepção de “formação feminina” aí desenvolvida, na qual evitar o risco da degeneração é uma das metas. O trabalho de Manoel (1996), ao analisar o caso dos colégios mantidos pela ordem das Irmãs de São José de Chamberry, em São Paulo, também admite a presença deste componente na organização dos colégios mantidos por aquela ordem.

Ao se referirem à educação, colocando as escolas e os temas educacionais na órbita da medicina, os representantes dessa ciência procuraram definir um detalhado grupo de aspectos como, por exemplo, a localização física, a arquitetura, as rotinas escolares – inserindo-se aí o tempo, conteúdos e horários de estudo –, as vestimentas, a alimentação, o recreio, o sono, os banhos e os princípios morais que deveriam ser cultivados nos colégios. Acompanhando este roteiro, seria possível ao Estado instalar escolas higienizadoras, desde que modeladas de acordo com os princípios da higiene. Nesses termos, em uma guerra contra o mundo perigoso da doença e da ignorância, via escola, o poder público poderia instituir uma nova ordem, edificando-se com ela.

Encontra-se aqui posta, de forma breve, a rede que os médicos teceram para poder ocupar seu centro e, dada a admissão da mesma, poder fazer circular e reproduzir os objetos que deveriam estar submetidos a seu poder, bem como o melhor modo de abordá-los.

2.1. Escrita, sujeitos e práticas discursivas dos médicos

Os médicos formularam um conjunto de intervenções, tanto para a vida individual como para a social, que se encontram registradas em seus periódicos e dicionários, como e também dispostas nas teses que os mesmos eram obrigados a defender ao término do curso superior para terem direito à obtenção do título de doutor. Era, pois, nesse momento de final de curso, nesse momento de passagem, em uma espécie de ritual no qual se entrava revestido da qualidade de acadêmico e se saía com o estatuto de doutor, sob a audiência, aquiescência e, de certo modo, aprovação de D. Pedro II e da imperatriz,²⁸ que a tese era oficialmente tornada pública, o discurso era testado e, caso aprovado pelos examinadores, autorizava o emprego do distintivo de “doutor”.

Nessa cerimônia, os estudantes deveriam demonstrar, em sessão pública, algumas das competências adquiridas ao longo de sua formação acadêmica. Pode-se dizer que o cumprimento do requisito final para ob-

²⁸ Consta que uma das rotinas do imperador D. Pedro II consistia em freqüentar os exames do Colégio de Pedro II e as sessões de defesa de tese da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (cf. Schwarcz, 1998). Ver figura 4, na qual consta o registro da presença do imperador na sessão de sustentação da tese.

tenção de tão valioso certificado funcionava como ponto de corte na trajetória profissional dos médicos, pois tal ato permitia o ingresso do aprovado em uma seleta elite intelectual, a ter destacada atuação na direção da nação, da cidade e dos indivíduos.

Portanto, os médicos representam os sujeitos que formulam, avaliam e fazem circular os discursos aqui examinados. No entanto, se a categoria “médicos” funciona como identificadora dos autores, ela é insuficiente para fazer um reconhecimento preciso dos sujeitos que essa identificação, pelo tipo de ofício, recobre. Tal posição me fez insistir na interrogação acerca da categoria, no século XIX, no espaço da Corte. Em busca de resposta, observei que se trata, no caso, de homens,²⁹ em sua quase totalidade, oriundos de diferentes províncias do Brasil ou, até mesmo, de homens provenientes do exterior,³⁰ que se deslocavam para o Rio de Janeiro de modo a poder realizar os estudos superiores em medicina.

Na tentativa de caracterizar melhor esses homens, procurei responder a uma segunda pergunta: afinal, a que grupo social pertenciam esses médicos? Coradini (1997) realizou um mapeamento dos membros da AIM e descobriu que, de um total de 38, aqueles nascidos no período compreendido entre 1835 e 1850 eram: cinco filhos de médicos, cinco de militares de alta patente, um de farmacêutico, um de magistrado e o último de um indefinido “doutor”.

Além desse indicador, Coradini afirma que as famílias dos futuros médicos possuíam em comum a característica de terem relações diretas com o poder político central e com o poder militar – ou serem originárias deste. Com isso, pode-se afirmar que os futuros médicos haviam nascido em “bons berços” e que a titulação em um curso superior fazia com que obtivessem a posse de mais um critério de classificação social,³¹ facilitando e favorecendo, assim, a reprodução de sua condição na sociedade, enquanto membros da elite imperial.

²⁹ A primeira médica a se formar na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro foi Josephina Pires Ramos, do Rio Grande do Sul, em 1881.

³⁰ Trata-se dos casos de revalidação dos diplomas obtidos no exterior por alguns imigrantes que, para terem o direito de exercer a medicina, deveriam ser submetidos a um processo de avaliação no âmbito da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

³¹ Nesse caso, me aproximo da posição de Coradini, que reforça a idéia de que o pertencimento ao universo da elite no Império ocorria menos pela titulação e mais por intermédio das relações personificadas com base na reciprocidade, embora o certificado do saber funcionasse cada vez mais como um documento que atestava ou confirmava a “limpeza do sangue” de seus portadores.



Figura 4 – Capa da tese do Dr. Machado (1875).

Observe-se o registro da presença de “S. M. o Imperador”.

Nas capas das teses são encontradas especificações, dentre as quais cabe destacar a origem geográfica e social dos “doutorandos”. Com relação a este último aspecto, a informação que consta na capa é a de que o aluno “é filho legítimo de” um determinado casal. Eis, portanto, um outro indício de que os alunos da FMRJ eram aqueles oriundos das “boas famílias”, na medida em que nas capas de seus trabalhos finais do curso de medi-

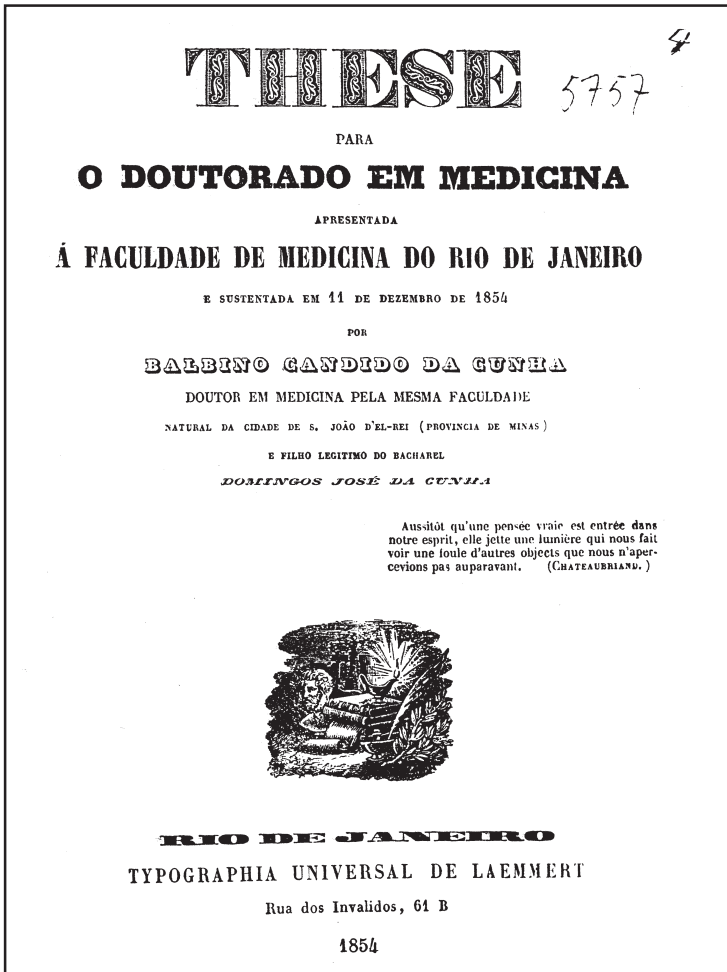


Figura 5 – Capa da tese do Dr. Balbino Candido da Cunha (1854).

Na capa da tese, as marcas da instituição de formação, do autor (com sua origem geográfica e familiar), de autoridade (via emprego das epígrafes), as editoriais (a tipografia), bem como as temporais (o ano da publicação).

cina constava a legitimidade da paternidade e maternidade, o que nos faz refletir sobre o grande valor, à época, da origem familiar e o poder das famílias legítima e moralmente constituídas. Tais características podem ser verificadas na capa da tese que se encontra reproduzida na figura 5.

Não é possível extrair das teses informações precisas no que se refere aos aspectos étnicos e raciais dos estudantes e dos próprios médicos.

No entanto, em uma sociedade escravocrata, com percentuais elevadíssimos de analfabetismo especialmente junto à população pobre e negra, é possível imaginar que os sujeitos que integravam os grupos social, cultural, material e etnicamente excluídos não tivessem acesso aos estudos superiores. Dessa forma, o grupo dos sujeitos do discurso médico no século XIX era constituído por homens, brancos e membros integrantes da elite material e cultural da sociedade da Corte. Feito este reconhecimento, interrogo-me acerca das operações que esses homens realizaram, das marcas e dos testemunhos que deixaram, no sentido de poder compreender os projetos nos quais trabalharam e o mundo que procuraram criar na sede do poder imperial. A ação, aqui examinada, refere-se aos produtos do ato de escritura desses homens, de seus discursos transformados materialmente em textos, isto é, da prática de produzir representações acerca da experiência e das expectativas diante das questões de seu tempo e lugar.

Um primeiro movimento que realizo diz respeito à tentativa de perceber como esses jovens se auto-representaram nessa situação de escrita obrigatória para obtenção do título de doutor e, ao mesmo tempo, como eles descreveram o próprio ato de escrever.

Uma tentativa de caracterização geral das teses médicas pode ser encontrada em Antunes (1999) que, de modo a generalizar, afirma em seu trabalho: “até as congregações docentes de ambas as faculdades constataram, em diferentes ocasiões, que esses trabalhos tinham reduzida repercussão em meio à categoria” (p. 164). Nesse comentário, demonstra preocupação com o impacto dos trabalhos dos acadêmicos junto à corporação, concluindo que as teses se restringiam à leitura e avaliação das bancas examinadoras, ou, em poucos casos, à publicação de resumos na imprensa especializada. Podemos observar que, na ótica de Antunes, a tese não deveria ser vista como um fim em si mesma, mas como expressão de um projeto de intervenção e de constituição de médicos para uma nova ordem – ou, como diria Corrêa (1998), “anjos tutelares da sociedade”, ou ainda “heróis civilizadores” como designa Reis (1997), e até mesmo “poetas do progresso”, segundo Herschmann (1993). Assim, seja como tutela da sociedade, como agente privilegiado de um processo civilizatório ou ainda de um progresso desejado, estes sujeitos foram constituídos, inclusive, via formação escolar.

Entendida nesses termos, a tese deve ser vista como documento que exprime uma pauta de preocupações em torno das quais os sujeitos

deveriam ser formados e para as quais algumas sensibilidades precisavam ser construídas. Além disso, no comentário de Antunes outras questões emergem sobre o próprio processo de constituição, leitura e avaliação das bancas examinadoras, e também sobre “os poucos” que tiveram seus resumos publicados nas revistas especializadas. Quantos? Em que periódicos? Quais os temas que aí comparecem? Como são tratados? Tais interrogações, contudo, não foram objeto das preocupações de Antunes e, para tratar da circulação e apropriação desses discursos, parece-me necessário enfrentar tais indagações.

Na tentativa de caracterizar as teses, Antunes considera um segundo aspecto, referindo-se, no caso, à idade dos autores. Para ele,

durante todo o século XIX, as teses de graduação em Medicina foram elaboradas por jovens ávidos de reconhecimento profissional e vontade de acertar, mas ainda dotados de pouco domínio sobre o repertório de habilidade ao qual o diploma lhes daria acesso. Para lembrar apenas um exemplo, Oscar Freire, graduou-se médico em 1902, na Bahia, com dissertação sobre a “Etiologia das formas concretas de religiosidade no norte do Brasil”, um tema bastante audacioso para alguém que completara vinte anos de idade no dia 3 de outubro daquele ano (1999, pp. 164-5).

Aqui, ao que tudo indica, esse autor comunga da idéia de autoria individual e original, sem levar em consideração os dispositivos de controle presentes na seleção, abordagem, construção e avaliação desses discursos. Desconsidera, do mesmo modo, a institucionalização dos mesmos em, pelo menos, dois níveis: o dos sujeitos que escrevem³² e o do lugar/instituição que exige a escrita. Parece-me que levar em conta tais aspectos suaviza a observação severa que faz em relação à idade dos autores. A simplifica-

³² Observar as teses de revalidação de diploma para estrangeiros, as quais supõem uma formação prévia e, talvez, o próprio exercício profissional, o que nos faz supor que nem todos fossem tão jovens assim. Nesse sentido, parece-me que a questão da idade dos médicos no momento de sustentação das teses mereceria um estudo mais cuidadoso. Ainda com relação à suposta audácia do exemplo trazido, parece-me que também deveria ser tematizado na medida em que há um significativo número de teses que incidem sobre os temas de ordem moral, no interior dos quais a religiosidade é tratada, como podemos ver nas 2.916 teses defendidas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, entre 1831 e 1899, cuja presença fica mais evidente no rol daquelas 487 em que os temas sociais se encontram tratados, como pode ser verificado no anexo 1.

ção no modo de analisar este documento fica presente mesmo quando Antunes (1999) considera o “seu valor intrínseco para a pesquisa histórica”, pois, segundo ele, sabe-se que esses textos não primavam pela originalidade nem pela expressão de conceitos representativos do conhecimento médico então acumulado, acrescentando ainda que

tampouco se lhes atribui, salvo algumas exceções, precisão ponderável no diagnóstico de aspectos problemáticos da realidade nacional. De modo geral, esses textos foram escritos sob a égide da obrigação acadêmica e da inexperiência, muitos deles comunicando apenas convicções de época ou idéias difusas apreendidas durante o curso (p. 165).

É possível, pois, evidenciar uma oscilação do autor entre aquilo que supõe como ideal – uma crença na autoria individual – e a certeza de que o trabalho da tese se constitui expressão de “convicções de uma época ou de idéias apreendidas durante o curso” – isto é, dos constrangimentos institucionais que integraram a construção desses discursos. Para tanto, Antunes (op. cit.) busca apoio em Nina Rodrigues para criticar a “falta de cientificidade” presente nas teses do século XIX sem, outra vez, considerar o lugar do sujeito da enunciação – ou seja, por exemplo, das concepções de indivíduo, sociedade e de ciência partilhadas pelo autor com quem decidiu dialogar – para reafirmar os limites do discurso médico nelas.

No entanto, a caracterização feita por Antunes pode ser explicada pela necessidade de justificar a seleção documental por ele desenvolvida na execução de seu trabalho. Neste sentido, o descarte das teses, em que pesasse o reconhecimento de seu “valor intrínseco para a pesquisa histórica”, deu-se em favor do uso do periodismo médico que, para o autor, possui “maior poder de representação para o estudo da intervenção médica no campo da moral”, contra a “fragilidade das teses de graduação como via de acesso ao pensamento médico brasileiro no período delimitado” (p. 165).³³

³³ Ainda nesse esforço de valorização das fontes com as quais trabalhou, o autor também realiza uma crítica com relação ao trabalho de Costa (1989), por haver se fundamentado “apenas em levantamento bibliográfico sobre a época e nas teses de graduação apresentadas às Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, material decerto insuficiente para fundamentar as conclusões aventadas” (p. 164). É, pois, preocupado com a necessidade de “aprofundar o conhecimento histórico sobre a inserção social da Medicina no país” que Antunes procura incorporar “maior volume de informações primárias” sobre essa questão. Com esse intuito, ele se utiliza daquilo que admite ser “o registro de seus principais e

Por entender que as teses médicas não se constituem documento único a exprimir o debate, ou parte dele, no qual a comunidade médica se encontrava envolvida no século XIX; por entender que o discurso presente nessas teses não são expressões de sujeitos individuais; por entender que a tese aponta para existência de uma rede complexa de diálogo, seja indiretamente, por meio da formação escolar, seja diretamente, pelos autores lidos e indicados pelos médicos na própria tese; e por entender que essa escrita não representa a única modalidade de intervenção na ordem médica e social, é que considero imprescindível tomá-la não apenas como fonte – o que, ademais, consiste no procedimento mais recorrente dos estudos que trabalham ou se remetem a esse *corpus* documental –, mas também como objeto a ser estudado.³⁴ Nessa direção, cabe o registro de que as teses com as quais trabalho se encontram dispostas em uma série informada pelo recorte temático, incidindo diretamente sobre o tema educacional.³⁵ Entretanto, procurei levar em consideração o espaço, o tempo e os sujeitos, isto é, os homens e as circunstâncias envolvidos na produção desses discursos, fazendo com que seu entendimento pudesse ser visto menos como uma produção rigorosamente individual, mas, diferentemente dessa perspectiva, como uma prática cultural controlada e controladora de outras ações, como tento demonstrar em seguida.

Assim, faz-se necessário ressaltar que a compreensão com a qual estou trabalhando é a de que a ação discursiva é, ela mesma, uma prática social como outras tantas, mas com algumas particularidades que devem

mais dinâmicos veículos de divulgação: a imprensa médica, os anais de congressos, as atas de reuniões científicas, as memórias, as comunicações e as aulas publicadas. Secundariamente, procuramos também incorporar as teses de graduação, livros, compêndios e folhetos editados no período” (p. 28). Com esse vasto material, procura reconstituir o pensamento médico no que se refere ao ramo da medicina legal, apresentando “alguns episódios que marcaram a história da medicina legal no país” (p. 35). As questões médico-legais a que se dedica giram em torno de três grandes núcleos: o crime, o sexo e a morte. O primeiro é desdobrado em seis pontos: infância e crime; loucura e responsabilidade civil; loucura e responsabilidade penal; medicina e modificação da responsabilidade penal; identificação judiciária e suicídio. O segundo núcleo é desdobrado em quatro pontos: libertinagem; casamento, lesões do hímen e aborto. O terceiro e último núcleo se encontra desdobrado em cinco pontos: verificação da morte; autópsias; atestados de óbito; inumação e cremação de cadáveres; conservação de cadáveres e desinfecção terminal.

³⁴ Um primeiro esforço de caracterização desse *corpus* foi feito ao longo do capítulo 1, quando trabalhei com os procedimentos institucionais de sustentação das teses médicas.

³⁵ Realizei também incursões tópicas em teses que contemplam prioritariamente outras temáticas, quando isso se fez necessário para testar hipóteses vinculadas tanto às características das próprias teses como à presença do tema educacional nesse outro conjunto.

ser consideradas. Algumas das especificidades do discurso escrito foram cuidadosa e atentamente assinaladas por Certeau (1982) – ao refletir sobre a escrita da história, seus problemas, desafios e caminhos –, dentre as quais destacaria o deslocamento por ele salientado “da prática ao texto”, advertindo com isto, para a irredutibilidade da primeira ao segundo, tendo em vista que as regras que presidem as práticas são distintas e, por vezes, opostas às que presidem a escrita.

Com esse tipo de observação, Certeau adverte para o emprego da idéia de ser possível encontrar, no discurso escrito, uma completa descrição do real ou, poderíamos dizer, uma verdadeira descrição do real que, no limite, se confundiria com o próprio real. Contra essa posição, ele alerta para as características de “fechamento” e de “terminalidade” da escrita, o que lhe confere a impossibilidade de “esgotar” e “dar fim” à totalidade das experiências e práticas culturais. Nessa direção, enquanto prática social controlada pelo conjunto de práticas das quais resulta, o discurso escrito confere, ao seu autor e a seus leitores, lugares bem determinados, visto que o primeiro toma para si a tarefa e competência de (re)distribuir referências simbólicas, cabendo aos últimos apropriarem-se das mesmas. Aqui, torna-se necessário frisar que a existência de uma ordem nos discursos, aplicável também no caso do discurso escrito, não implica afirmar que os mesmos sejam passíveis de uma circulação e apropriação verticais, convertidas, pois, em imagens especulares por seus leitores, conforme advertem o próprio Certeau, em outra obra (1994), e Chartier (1988, 1991 e 1994c).

A condição de atividade dos leitores e o conseqüente entendimento da leitura como uma construção não implica, contudo, negar o caráter e ação modeladora das práticas discursivas, o que se encontra bem explorado por Foucault no texto *A ordem do discurso* (1996a). Nessa obra, que consiste no discurso de ingresso de Michel Foucault no Collège de France, pronunciado em 02 de dezembro de 1970, ele toma o discurso como o objeto de sua aula inaugural, discorrendo sobre o caráter dessa prática no momento em que ele mesmo encontrava-se instituído no “lugar de fala”, oportunidade em que explora a tese de que

em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de proce-

dimentos³⁶ que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (p. 09).

O terceiro e último grupo de procedimentos de exclusão que permitem o controle dos discursos remete às condições de seu funcionamento e de imposição de regras aos indivíduos. Com isto, não permite que todo mundo tenha acesso aos discursos. Trata-se daquilo que Foucault denomina de princípio da rarefação:

Rarefação, desta vez, dos sujeitos que falam; ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo. Mais precisamente: nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis; algumas são altamente proibidas (diferenciadas e diferenciantes) enquanto outras parecem quase abertas a todos os ventos e postas, sem restrição prévia, à disposição de cada sujeito que fala (1996a, p. 37).

O discurso médico parece adotar vários dos procedimentos de exclusão a que Foucault faz referência, sendo as instituições de formação, de organização da corporação e de veiculação dos projetos médicos instâncias que controlam o atendimento de certas exigências, definindo, com esses procedimentos, que alguns poucos podem falar em nome da ciência médica, cabendo aos demais atender às orientações prescritas em seu nome. Tais agências também modelam e modulam os temas incorporados ou associados à racionalidade médica.

Ao tomar o discurso médico como uma fonte para pensar a produção e as próprias representações acerca da educação escolar no século XIX, na Corte, é necessário percorrer e considerar esse conjunto de observações sobre os discursos e sobre a escrita, de modo a poder trabalhar com

³⁶ Os procedimentos a que Foucault se refere são os de exclusão, presentes, segundo ele, na construção dos discursos e que podem ser discriminados em três grupos ou categorias. Um primeiro tipo é aquele que age externamente ao discurso propriamente dito, correspondendo, portanto, aos procedimentos de interdição (a palavra proibida), de segregação e a vontade de verdade, sendo este último aquele ao qual Foucault dedica mais atenção. Um segundo grupo agiria internamente no processo de construção discursiva, sendo, em sua perspectiva, o princípio autoral, o comentário e a disciplina à qual o discurso se vincula.

o discurso médico compreendendo as operações que redundaram em sua produção na forma escrita, as condições que participaram de sua construção, os procedimentos de exclusão que os referidos discursos refletem e refratam, bem como os sentidos que procuraram imprimir ao fenômeno educacional ou escolar. Em outras palavras, trata-se de ler a escrita dos médicos sobre o objeto educacional como uma prática cultural controlada por outras práticas, que ao mesmo tempo diagnostica e prescreve.

2.2. Nos domínios da medicina

A constituição da medicina enquanto campo disciplinar autônomo ocorreu no século XIX, de acordo com os estudos de um amplo rol de autores, incluindo, por exemplo, Costa (1989), Crespo (1990), Foucault (1994), Laplantine (1991), Machado et al. (1978), Pereira & Pitta (1993) e Santos Filho (1991). No processo de construção e de consolidação do campo médico, uma das estratégias acionadas para obter e produzir a legitimação social desse saber foi a ampliação dos horizontes desta ciência. Com essa operação, os médicos procuraram submeter ao raio de ação da medicina objetos, práticas e disciplinas até então com existência e funcionamento independentes do saber médico, conforme aludido anteriormente.

Essa independência foi, inclusive, utilizada pelos médicos para atribuir a tal estatuto a condição de crise que se verificava em um conjunto de práticas e disciplinas, como no Rio de Janeiro,³⁷ na área do direito, do urbanismo, da política, da moral, da educação e da medicina propriamente dita. Além das práticas vinculadas a essas áreas, os médicos elegeram temas e áreas igualmente distantes da medicina. Nesse sentido, o ar, as águas, os mortos, os alimentos, a circulação das pessoas, a criança, a mulher, os escravos, o homem, as fábricas e a geografia foram estabelecidos como problemas da medicina, redefinindo, portanto, sua aceção para além das patologias, cirurgias e farmacologia. Com isto, as instituições vin-

³⁷ Em Portugal, de acordo com o estudo de Pereira & Pitta (1993), as práticas, objetos e campos disciplinares submetidos à doutrina médico-higienista se assemelham bastante àqueles que foram postos sob o manto da mesma doutrina no Rio de Janeiro, ao longo do século XIX, o que é confirmado no minucioso estudo desenvolvido por Crespo (1990). Um conjunto de teses apresentadas às faculdades de medicina de Paris e de Montpellier ao longo dos oitocentos aponta nessa mesma direção, conforme pode ser verificado na listagem das fontes, ao final deste estudo.

culadas às práticas anteriormente enumeradas, bem como às disciplinas e objetos, também foram transformadas em objeto da atenção e intervenção dos médicos. Assim, o hospital, os cemitérios, a escola, o quartel, a prisão, o bordel, a fábrica e o hospício foram, no discurso médico, descritos como carentes, insuficientes, atrasados e produtores de doença, o que, no limite, demandava uma intervenção baseada no saber médico.

Desse modo, o domínio da medicina foi se estendendo a tudo o que se relacionava ao ambiente urbano e ao bom funcionamento da ordem burguesa, a ponto de Machado et al. (1978) afirmarem que “nada que é urbano” lhe deveria ser estranho. A incorporação de práticas, disciplinas e objetos fez com que, ao mesmo tempo que configurava uma ampliação dos domínios da medicina, fosse fortalecida a crença no saber-poder médico que, esquadrinhando o espaço público e privado, procurava produzir um novo homem e uma nova cidade, ambos devidamente higienizados.

A crença que se procurava gestar com essa estratégia de alargamento de horizontes era a de que o triunfo da sociedade carioca (e brasileira, por extensão) estava diretamente subordinado ao triunfo da medicina. Um modelo discursivo com tal estrutura foi bastante eficiente para hierarquizar saberes e poderes no interior da vida social.

Uma segunda estratégia para consolidação do campo disciplinar da medicina foi a de forjar uma doutrina que identificasse os sujeitos autorizados a discursar em seu nome, excluindo os demais. Trata-se da conjugação do princípio da interdição e disciplina com o princípio da rarefação, na medida em que define não apenas o que dizer, mas também quem pode dizê-lo.

De acordo com Foucault (1996a, p. 42), “a doutrina deve ser compreendida como uma partilha de um só e mesmo conjunto de discursos que indivíduos, tão numerosos quanto se queira imaginar, definem sua pertença recíproca”. Acrescenta, ainda, que “a doutrina liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe, conseqüentemente, todos os outros; mas ela se serve, em contrapartida, de certos tipos de enunciação para ligar indivíduos entre si e diferenciá-los, por isso mesmo, de todos os outros”, concluindo que “a doutrina realiza uma dupla sujeição: dos sujeitos que falam aos discursos e dos discursos ao grupo, ao menos virtual, dos indivíduos que falam” (p. 43). No caso da medicina na Corte imperial, os sujeitos da cidade deveriam estar subordinados aos discursos dos sujeitos-

médicos, sendo que estes, por sua vez, deveriam estar subordinados ou consorciados aos seus parceiros, fossem os da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, fossem os da Academia Imperial de Medicina, locais onde se formavam e se reuniam os sujeitos que podiam discursar no e pelo mundo médico. Eis, portanto, na doutrina médica, um caso exemplar da dupla sujeição a que Foucault se referia.

O processo de construção e de autonomização da ciência médica deve ser compreendido, em virtude do que foi posto, no caso da Corte, a partir de uma chave de leitura que considere a união entre o alargamento dos seus domínios e a partilha de seus enunciados como eixos estrategicamente articulados. Assim sendo, interessa-me refletir sobre o movimento de concepção e produção do fenômeno educacional a partir do corpo doutrinário da medicina, investigando as heranças e testamentos originários dessa formulação. Como já assinalado, privilegiei uma modalidade de discurso médico sobre o objeto educacional, entendendo que ela pertence a uma das instituições legitimadas e legitimadoras do saber médico na Corte imperial: a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Nesse sentido, não expressa exclusivamente posições e perspectivas individuais, pois estava submetida ao controle de práticas adotadas nessa instituição.

A preocupação dos médicos com o aspecto educacional comparece no interior de sua produção discursiva, de dois modos distintos. O primeiro modo de se referir à educação articula-se com outras preocupações mais específicas. Por exemplo, a febre amarela foi um objeto tratado por um contingente significativo de alunos de medicina, sendo o tema principal das teses que escreviam ao final de seus cursos. Nesses casos, a educação da população era colocada como um dos requisitos necessários para eliminar o flagelo que abatia a Corte. No entanto, ela não constituía o foco central da atenção dos médicos, sendo apontada como uma das medidas a serem adotadas para eliminar aquela doença e seus surtos epidêmicos. O binômio educação-saúde, entretanto, mereceu uma tematização privilegiada por parte da corporação médica, seja dos formandos, seja dos que já se encontravam no exercício da profissão.³⁸ Os documentos analisados (as teses) são exemplares, pois os discursos aí inscritos demonstram o interesse privilegiado da medicina/higiene pelo tema educacional, elegendo-o

³⁸ Sobre a presença do tema educacional na Academia Imperial de Medicina, conferir Gondra (1998) e Antunes (1999).

como o principal aspecto a ser observado no sentido de se produzir um homem e uma sociedade regenerados.

Ao trabalhar com um *corpus* documental específico, é necessário, como nos alerta Faria Filho,³⁹ produzir uma inteligibilidade das fontes com as quais o pesquisador dialoga, pois

se a escolha de um determinado documento nunca é destituída de uma certa teoria, a utilização mesma do documento não pode prescindir de produzir, ou estabelecer uma teoria particular de cada *corpus* documental utilizado (1997, p. 112).

Acompanhando essa observação naquilo que se refere ao *corpus* documental constituído para a realização deste estudo, cabe assinalar que o interesse médico pelas questões educacionais, constatado na escrita das teses, poderia nos levar a crer que esse era o espaço no qual tal interesse se manifestava de modo exclusivo, o que não corresponderia ao que efetivamente ocorreu. Um exemplo de que o interesse médico no ordenamento dos colégios ultrapassa o espaço de formação pode ser evidenciado na análise de uma questão sobre a qual a AIM se debruçou. Trata-se, por exemplo, da interrogação posta em discussão em 21 de dezembro de 1871: “Concorrerá o modo por que são dirigidas entre nós a educação e instrução da mocidade, para o benéfico desenvolvimento physico e moral do homem?”⁴⁰ A seleção de um de seus membros titulares para desenvolvê-la e respondê-la é indicadora tanto de uma dinâmica do funcionamento cotidiano dessa organização, como também aponta para os objetos que a mesma privilegia e sobre os quais quer se posicionar, revelando, assim, os discursos que no interior dessa corporação poderiam e deveriam ser produzidos.

Temos aí, portanto, um tema, um tempo, um espaço, uma organização e procedimentos de produção discursiva que indiciam os sentidos que a corporação médica procurou impor à questão educacional. Esses elementos estão dispostos em uma interrogação que não quer calar, escondendo

³⁹ Reflexões instigantes sobre a questão das fontes e a pesquisa em história da educação podem ser encontrados em Nunes (1996a) e Nunes & Carvalho (1992).

⁴⁰ De acordo com Ribeiro (1992), o Barão do Lavradio (José Pereira Rego), que foi presidente da AIM, comendador, médico da Imperial Câmara, membro correspondente de várias sociedades científicas, presidente da Junta Central de Higiene Pública, inspetor de saúde, vereador por três legislaturas e membro do IHGB, também discorreu sobre o tema educacional, em 1872, em sessão magna da AIM.

der e mascarar uma dúvida que incomoda os médicos e por eles é perseguida. Interrogação, por sua vez, dirigida pelos médicos e para os médicos, colaborando, com essa estratégia, para definir o campo médico e produzir enunciados a serem orgânica e corporativamente partilhados, em um primeiro momento, e, posteriormente, junto a um auditório social mais amplo.

A pergunta imposta pela academia é desenvolvida e respondida por Dr. Luiz Corrêa de Azevedo, sendo publicada no Boletim da AIM em 06 de abril de 1872, aproximadamente quatro meses após sua “imposição”. A pergunta não ficou sem resposta. Ao respondê-la, Dr. Corrêa constrói um discurso em que os argumentos médicos avaliam a organização social e a escolar, estabelecendo um diagnóstico desanimador. A prescrição que acompanha a ação avaliadora do médico faz uso, outra vez, de preceitos oriundos da medicina como forma de curar os males que identificava. O modelo da pergunta-resposta e a forma como o mesmo é estruturado no interior da AIM concorria, decididamente, para por os médicos no centro da cena, como portadores de uma verdade que anuncia a redenção dos problemas educacionais e sociais, desde que submetidos à sua ordem. Essa estratégia colabora para produzir uma medicina do social e uma educação medicalizada, reforçando, assim, o saber-poder da corporação médica no espaço da Corte.

Ainda nessa mesma direção, e contra a perspectiva de monumentalização do *corpus* documental com o qual se trabalha neste estudo, seria possível reconhecer o tratamento médico do objeto educacional por intermédio da ação dos mesmos na grande imprensa, no periodismo médico, na literatura, nos manuais, materiais, mobiliário e edificações escolares, bem como no debate metodológico travado ao longo do século XIX nos cursos de formação médica e nos de formação de professores, além da legislação e dos relatórios dos ministros dos negócios do Império (aos quais as questões educacionais se encontravam vinculadas) e presidentes de província, para enumerar alguns. Com isso, é possível reafirmar que a intenção não foi a de “esgotar” o discurso e suas representações, mas de sistematizá-los, incorporando, para isso, o lugar bem determinado a partir dos quais o mesmo foi enunciado: o curso de formação dos médicos na Corte e um de seus produtos, as teses.

Com relação às teses, cabe insistir no registro de que para a obtenção do título de doutor em medicina, exigia-se que os alunos selecionas-

sem três ou mais assuntos dentre aqueles propostos pela FMRJ, e a escolha deveria apresentar uma diversidade temática, de modo a contemplar todas as áreas de concentração curricular do curso.⁴¹

O ato de diplomação, pelo que se encontra disposto na reforma de 1884, deveria ter uma significativa visibilidade, já que esse dia era anunciado por editais e também nas folhas de maior circulação. Além disso, juntamente com os membros da congregação, os lentes jubilados e os doutorandos, seriam convidadas “pessoas distintas por títulos científicos ou litterarios ou por sua posição social para assistirem á solemnidade” (artigo 474). Ousaria dizer que a sustentação, posta nesses termos, encontra-se revestida de um caráter espetacular e a FMRJ como um teatro. Um espetáculo! Espetáculo de acumulação de capital cultural, um espetáculo do saber, um efetivo espetáculo protagonizado pela ciência, em que era posto em cena tudo aquilo que essa arte (ou artista) possibilitava conhecer, controlar e predizer. O aspecto teatral da FMRJ fica ainda mais evidenciado por ocasião da solenidade de “collação do grau”, a qual tinha público rigorosamente definido (o diretor, os membros da congregação, os doutorandos e pessoas distintas da sociedade), escolha de padrinho, salas ornamentadas, bandas de música (às expensas dos doutorandos) e uso de vestes doutorais. O ingresso cênico dos doutorandos nas dependências da faculdade é bastante ilustrativo dessa dimensão teatral:

Art. 477 – Cada candidato deve ter suas vestes doutoraes, e ao chegar á porta principal do edificio da Faculdade será recebido pelo porteiro e pelos bedeis e continuos, que o acompanharão até a sala onde deverá esperar com os outros doutorandos pela hora marcada para a collação de grau.

Art. 478 – Á hora designada dirigir-se-hão para aquella sala o Director e todos os lentes, precedidos do porteiro, bedeis e continuos, do secreta-

⁴¹ De acordo com a última reforma dos estatutos das faculdades de medicina, referente ao período analisado, haveria distinções nos graus e títulos conferidos pelas faculdades. Assim, o capítulo V, artigo 451 do Decreto 9331, de 25 de outubro de 1884, determina: “Aos que tiverem sido approvados em todas as materias do curso de ciencias medicas e cirurgicas e na defesa de theses será conferido em dia designado pelo director e em sessão solemne da Faculdade o grau de doutor em medicina”. No artigo seguinte, determinam-se os outros títulos que as faculdades poderiam conceder: “Os que tiverem sido approvados em todas as materias do curso de pharmacia receberão o titulo de pharmaceuticos; os que o tiverem sido em todos os exames do curso de cirurgia dentaria receberão o de dentistas, e a alumna que tiver sido approvada em todos os exames do curso de obstetricia receberá o de parteira”.

rio e mais empregados das Faculdades. Os doutorandos os receberão á porta e incorporados seguirão para a sala do grau.

A coreografia tem continuidade no interior da sala de colação de grau, com posições diferenciadas marcadas pelo lugar ocupado, pelo mobiliário utilizado, pelas vestes, pelo uso da palavra e pelo silêncio. Tudo isso disposto nos estatutos de 1884, nestes termos:

Art. 481 – Tendo todos tomado assento, fará o secretario a leitura do termo de aprovação, e em seguida serão chamados um a um todos os doutorandos para prestarem juramento. O primeiro a quem isto fôr deferido, o prestará por extenso, dizendo os outros somente – Assim o juro. O grau de doutor será conferido a cada um pela ordem dos dias das defesas de these.

Art. 482 – Durante o juramento e a collação do grau, os lentes e os espectadores conservar-se-hão de pé e guardarão silencio.

O diploma não constitui o único distintivo. Outros símbolos marcam os corpos dos novos doutores, emoldurando-os, ornamentando-os e informando sua condição de homens de ciência: um anel com pedra de esmeralda, a borla (barrete doutoral) e o capelo (espécie de murça utilizada pelos doutores em certas solenidades). O farmacêutico, por sua vez, seria reconhecido pelo anel de topázio. No ato de entrega desses emblemas, o doutorando também receberia um exemplar dos aforismos de Hipócrates das mãos do diretor que, na ocasião, fazendo uso das palavras que “actualmente se costumam empregar e ornando-lhe o dedo com o anel”, dizia: “Podeis praticar e ensinar a medicina”. Esse momento é seguido, no cerimonial, pelos discursos do aluno comissionado pelos doutorandos e do padrinho, nessa ordem, sendo que o discurso pronunciado pelo estudante já teria passado pela censura do diretor, cuja autorização para leitura só seria dada caso o mesmo fosse julgado “conveniente”, mesmo com o protocolo de escrita presente nos estatutos especificando que o orador deveria ler um discurso alusivo à solenidade do dia, terminando por agradecer a seus mestres os esforços que empregaram para sua instrução. No encerramento dessa solenidade, feito pelo diretor, os novos doutores seriam acompanhados até a porta do edifício da faculdade pelo “mesmo préstito com que tiverem ido da sala de espera para a do grau”.

A reforma de 1884 apresenta, ainda, um conjunto de regras referentes a esse momento da formação, como pode ser verificado no anexo 4, dentre as quais destacaria o calendário, o valor a ser pago pelo candidato como “propina” para os examinadores, o processo de avaliação, o processo de escolha dos pontos, da impressão, a quantidade de exemplares a ser providenciada pelo candidato antes e depois da sustentação e uma hierarquia dos resultados.

A tramitação da tese também era regulada, devendo passar por um duplo referendo: um primeiro, de aceitação e admissão ao exame, por uma banca constituída por três professores-médicos “opositores” (um lente e dois adjuntos) nomeados pela congregação, sendo cada um deles oriundo de uma das áreas de concentração do currículo: ciências acessórias, ciências cirúrgicas e ciências médicas. Cada uma, por sua vez, enfeixava um conjunto de questões e disciplinas mais específicas e a elas mais diretamente relacionadas.⁴² No entanto, o que a reforma de 1884 procura ressaltar é a competência dessa comissão para verificar se as teses eram compatíveis com os estatutos e se não continham doutrina, frase ou palavra inconveniente ou desrespeitosa colocando, desta forma, em um mesmo nível de exigência prévia os aspectos formais, os doutrinários e aqueles que poderíamos designar de “morais”, executando, por intermédio desses procedimentos, um efetivo papel e poder de polícia – polícia discursiva, como diria Hansen (1992).

O segundo referendo ao qual a tese era submetida ocorria por ocasião da sustentação da mesma,⁴³ a ser realizada perante banca constituída de cinco lentes indicados pelo diretor da faculdade e aceitos pela congregação. A defesa consistia em uma argüição iniciada pelo lente mais “moderno” e concluída pelo lente mais “antigo”, que presidiria essa sessão, sendo que cada lente ficava proibido de argüir mais de duas teses em um mesmo dia. Cada examinador disporia de um tempo máximo, regulado por ampulheta, de vinte minutos para fazer as perguntas, e a data desse ato deveria ser previamente anunciada em editais, com antecedência mínima de oito dias.

⁴² A relação das disciplinas que os alunos cursavam ao longo dos seis anos do curso da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em vigor no ano de 1872, encontra-se indicada no anexo 3 deste trabalho.

⁴³ Após a entrega de 36 exemplares da mesma à faculdade, entre 30 de outubro e 1º de março.

A conclusão da cerimônia consistia em uma sessão secreta, com voto secreto. Se aprovado, o candidato teria ainda de imprimir, às suas custas, mais cem exemplares de seu trabalho. Essa sessão secreta pode ser entendida como ato final do longo e controlado processo da formação médica, cujo resultado poderia desdobrar-se de quatro formas: aprovado com distinção, com rodada dupla da totalidade das “esferas brancas”; aprovado plenamente, com apenas uma rodada plena de “esferas brancas”; aprovado simplesmente, para os que, no jogo das esferas, obtivessem a maioria de esferas brancas; e para aqueles que obtivessem a maioria de esferas pretas ou a sua totalidade, restava a possibilidade de jogar mais uma vez o jogo das “esferas”, devendo, para tanto, aguardar de 3 a 12 meses, prazo este a ser concedido pela congregação. Os elementos do *teatro da defesa* se encontravam, dessa forma, concluídos: os atores, o roteiro a ser seguido, o tempo de cada cena e de cada ato, uma apreciação do público qualificado e o cerrar das cortinas.

Do ponto de vista estrutural, um dos pontos da tese deveria ser desenvolvido na forma de dissertação, sendo seguido pelos demais, desenvolvidos em formato de proposições e, por último, uma lista de seis aforismos de Hipócrates ou de algum “tratado clássico”.⁴⁴ O primeiro tipo era uma reflexão sistematizada sobre um determinado assunto sorteado pelo aluno, organizado em um texto dissertativo. O segundo tipo seria constituído por um conjunto de informações sobre um determinado tema, dispostas em itens isolados, em número variável de tema para tema.⁴⁵

⁴⁴ A exigência da presença dos aforismos de Hipócrates nos leva a concordar com Crespo (1990) que constatou, em Portugal, no final do século XVIII e início do XIX, uma espécie de retorno àquele que é considerado como pai da medicina ocidental: “A Medicina portuguesa tinha, pois, a consciência de que a lição de Hippocrates devia ser bem ponderada, tendo em vista as novas condições sugeridas pelo avanço da ciência. A tendência surgida para não esquecer os ensinamentos daquele médico antigo tinha, no entanto, uma raiz mais profunda, que se pode entender na medida em que se tiver consciência das inseguranças da época que se vivia, no limiar de uma fase em que a Medicina precisava urgentemente de enfrentar, com eficácia, os males da colectividade” (p. 61). Nesse sentido, ainda de acordo com Crespo, o autêntico laboratório dos médicos deveria estar, pois, na natureza, e de modo algum, no quadro artificial composto por fenômenos físicos e químicos parcelares, sem ligação com a realidade. A doença, portanto, deveria ser integrada em um quadro mais amplo, exigindo, para isso, a construção de um quadro conceitual diferenciado que justificasse categoricamente o ingresso da natureza e da sociedade no leito escavado pelo saber médico. Nesse sentido, regressar cuidadosa e estrategicamente a Hipócrates se configurou como uma alternativa nesse movimento de redefinição conceitual da medicina.

⁴⁵ A tese do Dr. Armonde, de 1874, por exemplo, já foi apresentada com um conjunto de três “proposições”: 1 – *Dos animas parasytas do homem* (14 itens); 2 – *Quaes as modificações*

As teses deveriam ser encerradas com a apresentação de um conjunto de aforismos de Hipócrates, elevado à condição de pai da medicina ocidental, também variável em qualidade, mas não em quantidade, pois, mesmo antes da reforma de 1884, as teses já apresentavam invariavelmente seis aforismos como é o caso, por exemplo, dos trabalhos dos Drs. Cunha (1854), Armonde (1874) e Machado (1875). O controle, contudo, não se esgota no atendimento a esse procedimento formal, estendendo-se ao momento da defesa, como assinalado anteriormente.

A tese vem acompanhada de uma nota explicativa, ao término da relação de disciplinas e de seus respectivos professores, na qual se afirma que “a faculdade não aprova nem reprova as opiniões emitidas nas theses que lhe são apresentadas”, atendendo à disposição estatutária. Ao final, em sua última página, há uma breve nota em que se informa que “Esta these está conforme os Estatutos”, datada e acompanhada de uma relação dos três médicos-professores, “os opositores”, que avaliaram as formalidades, doutrinas e moralidades do referido texto. O ritual de sustentação era freqüentemente assistido pelo imperador, por membros de sua família e por pessoas a ele diretamente vinculadas, provavelmente porque os futuros médicos e suas famílias possuíam relações próximas com o trono, como assinalou Coradini (1996). Tratava-se, dessa forma, de uma continuação de relações de reciprocidade baseadas na personificação, que eram anteriores mesmo ao momento em que se estaria, formalmente, adquirindo o certificado de posse do saber médico – de certo modo, uma autorização para ingressar na ordem das “pessoas distintas” ou, então, a confirmação de seu pertencimento à mesma.

Essa dinâmica, a meu ver, é suficiente para se afirmar que os discursos produzidos por ocasião da tese se encontram visceralmente presos à estrutura do curso, aos temas e questões que o mesmo elege como prioritários, estando, portanto, integrados àqueles aos quais a FMRJ quer atribuir legitimidade e sobre os quais quer assegurar um sensível nível de interferência e controle. Pode-se afirmar, seguindo as reflexões de Foucault, que as práticas pedagógicas, políticas, médicas e teórico-metodológicas

impressas no esqueleto humano pela idade, sexo e profissão (13 itens); e 3 – *Da dôr* (14 itens) e seis aforismos. A quantidade de três pontos a serem desenvolvidos no formato propositivo, bem como a apresentação de seis aforismos de Hipócrates foi confirmada na reforma de 1884.

estabelecidas na FMRJ controlam as práticas discursivas forjadas em seu interior, o que nos faz interrogar acerca da suposta autonomia sugerida na nota de que “a faculdade não aprova nem reprova as opiniões emitidas nas theses que lhe são apresentadas”.

Um outro elemento que nos faz problematizar a autonomia insinuada nessa nota é a própria concepção de autoria. Hansen, ao sintetizar a compreensão de Foucault sobre o conceito de autor e de função autoral, identifica a existência de quatro características que se imbricam na função-autor:

Primeiramente, liga-se ao sistema institucional que determina e articula os discursos; em segundo lugar, não se exerce de maneira uniforme e com a mesma forma em todos os discursos, em todas as épocas e em todas as culturas; em terceiro, não se define pela atribuição espontânea de um discurso a seu produtor, mas por operações específicas e complexas; finalmente, não remete, pura e simplesmente a uma individualidade empírica, pois pode dar lugar, simultaneamente, a muitos “egos”, a muitas posições-sujeito que diferentes classes de indivíduos podem vir a ocupar (1992, p. 37).

Partindo-se dessa compreensão, as teses participam de um sistema institucional que envolve desde a seleção de questões que compõem o que vai ser ensinado aos alunos e os modos como isso se processa, até a definição de como e em que conteúdos (os pontos) o aluno vai ser avaliado. Temos, assim, esse discurso sensivelmente controlado e determinado pelas regras institucionais. Além disso, o caráter polifônico⁴⁶ dos discursos relativiza a função-autor, problematizando sua redução a uma unidade empírica identificada pelo nome próprio do sujeito. Assim, a escrita de um

⁴⁶ O trabalho de Bakhtin (1992) explora esse caráter do discurso de forma exaustiva. Ao refletir acerca dos mecanismos de interação verbal, ele afirma que o “mundo interior e a reflexão de cada indivíduo têm um auditório social próprio bem estabelecido, em cuja atmosfera se constroem suas deduções interiores, suas motivações, apreciações, etc.” (p. 112). Nesse sentido, para ele, não é possível pensar em um discurso exclusivamente centrado no indivíduo, mas, diferentemente disto, o discurso deve ser pensado como produto de uma complexa interação entre indivíduos socialmente organizados, que produzem enunciados com base no horizonte social ao qual se encontram integrados e ao auditório social ao qual dirigem seus discursos. Esse dois aspectos são aqueles que, no limite, modelam o enunciado produzido ou, nos termos de Foucault (1996a), são aspectos que participam do controle dos discursos.

sujeito-empírico está carregada de outras vozes e de outros discursos que, nesse caso, referem-se, sobretudo, aos discursos ouvidos, lidos, escritos, refletidos e examinados durante a longa formação de seis anos do curso de medicina. Esse aspecto é reforçado por Hansen (op. cit.), quando acrescenta uma função autoral àquelas descritas por Foucault. Para Hansen, a função autoral consiste na

presença, no discurso particular, de enunciados ou regras geradoras de enunciados tidos como válidos por uma corporação intelectual que, na repetição dos mesmos, constitui-se como um sistema de referência que ratifica sua autoridade, como uma “polícia discursiva” (1992, p. 37).

Isso posto, é possível trabalhar, seja com o discurso oficial da Academia Imperial de Medicina, presente em seus boletins, seja com o discurso das teses, que estruturam um projeto para o funcionamento do campo médico, elegendo objetos e modos de abordá-los. Nenhum dos dois tipos de discurso, aqui tomados como fontes para refletir sobre representações médicas acerca da forma escolar da educação na Corte, podem ser tomados como isolados e/ou genuinamente originais, pois ambos integram um projeto de organização de um tipo de saber e suas estratégias e táticas de conquistar legitimidade científica e social, ou seja, poder.

Finalmente, apesar da presença institucional nos dois discursos e das diferenças que isso implica, tanto do ponto de vista daquilo que provocou a sua produção como de suas possíveis utilidades, ambos significam uma resposta da medicina aos problemas sociais e educacionais da Corte; uma resposta reclamada pelos médicos. Resposta que hierarquiza saberes e sujeitos, subordinando “tudo e todos” aos fundamentos de uma ciência que assim se conforma e se afirma como “a ciência do social”. Uma ciência que se apresenta e quer ser reconhecida como uma “nova religião”, capaz de salvar do “aniquilamento este povo que vos admira e que crê em vós”.⁴⁷ Admiração e crença originárias e sustentadas porque os médicos seriam homens diferentes, recobertos de um “mais” que marcaria tal diferença, autorizando-os a pleitear a condição de regeneradores do social. Um “mais” que funciona como um indicativo da forma pela qual desejavam ser reco-

⁴⁷ Conjunto de expressões utilizadas pelo Dr. Corrêa, em 1872, ao responder à questão colocada no interior da AIM, ao se dirigir aos médicos presentes à sessão.

nhecidos, isso é, como homens “mais educados e ilustrados”. Essa condição e esse lugar fez com que procurassem produzir o mundo à luz e à própria imagem e semelhança da medicina, fazendo uso das práticas de representação escrita, dentre outras.

A escrita dos médicos constitui, portanto, a base empírica a partir da qual se procura pensar a educação como problema na sociedade imperial e o modo como este foi sendo formulado, projetado, construído, pensado e dado a ler, compreendendo que a operação da escrita se encontra determinada pelos constrangimentos e interesses da ordem médica e que a percepção de seus representantes acerca do social não são, de forma alguma, discursos neutros, pois, segundo Chartier, as percepções

produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (1988, p. 17).

Ou seja, as percepções sociais dos sujeitos são representações do mundo, construídas com base nos projetos aos quais se filiam, sendo que, para lidar com elas, é necessário considerar dois aspectos ressaltados por Chartier.

O primeiro deles se refere à inexistência de uma representação contínua e universal de um dado objeto, pois o que ocorre é uma permanente “luta de representações” no sentido de gerar uma mais “representativa” que, então, deveria se estabelecer como a que efetivamente mereceria ser legitimada.

O segundo se refere à necessidade de atentar para as próprias práticas de representar, aos modos de produzir aquele objeto que funciona como passaporte para um outro tempo, outra condição e/ou outra cultura, pois, para Chartier, a compreensão das práticas de representação constitui ferramenta poderosa no ofício de produzir conhecimentos acerca dos objetos apresentados. Essas duas observações funcionam como uma espécie de advertência, no sentido de que o pesquisador deve recusar uma “ida direta ao objeto”, por intermédio das representações a que teve acesso, excluindo, desse modo, as mediações que produziram e aquelas outras existentes no momento mesmo em que se quer conhecer os referidos objetos.

2.3. Ordem médica e modelo escolar

As teses são, portanto, um documento precioso uma vez que dão a ler os discursos legitimados ao longo do século XIX no interior da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Nesse material é possível perceber o que tais discursos procuravam inventar e debater, os objetos sobre os quais incidiam, bem como os procedimentos recomendados para enfrentar os problemas identificados e constituídos pelos médicos.

O trabalho com esse *corpus* documental foi desenvolvido em cinco fases: I – localização; II – levantamento quantitativo (ver quadro 4); III – seleção das teses que tratam de problemas vinculados a aspectos sociais (ver anexo 1); IV – seleção das que tratam das questões educacionais; e V – leitura, análise e sistematização das que abordam os problemas educacionais.

Quanto à localização, o conjunto das teses com que trabalhei foi encontrado nas bibliotecas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e na da Academia Nacional de Medicina, encadernadas em grossos volumes, reunindo, cada um, de 10 a 20 teses em média. Esses volumes se encontram identificados pelos anos em que as teses foram apresentadas/sustentadas/publicadas, contendo, em seu início, um índice de títulos e autores feito pela equipe das duas bibliotecas.⁴⁸

Com base no quadro 6 é possível perceber a existência de uma grande irregularidade na quantidade de teses defendidas nos diferentes anos, variando desde o mínimo de uma tese, no ano de 1843, até o máximo de 112 no ano de 1886, não havendo informação, nesse período, que colabore para esclarecer o que provocou tal dispersão. É possível, do mesmo modo, observar que em alguns anos não se verifica o registro de “sustentação” de tese,

⁴⁸ Essa encadernação não apresenta um ordenamento cronológico progressivo, o que pode ser exemplificado pela tese do Dr. João da Matta Machado, que não se encontra encadernada nos volumes 145, 146, 147 e 148, correspondentes ao ano de 1874, ano de sua apresentação. Esta tese se encontra encadernada no volume 90 do acervo da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, no qual se encontram encadernadas uma tese de 1872, duas de 1874, duas de 1875, uma de 1859 e uma de 1876. Um outro tipo de observação se refere ao fato de que nem todos os volumes foram encontrados na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, como por exemplo os volumes 45 e 46, correspondentes ao ano de 1857. Esses volumes foram localizados na Academia Nacional de Medicina e, dessa forma, pude ter acesso às teses de Candido Teixeira de Azeredo Coutinho e de Joaquim Francisco de Paula Souza. Uma terceira observação se refere ao fato de haver volumes sem numeração, volumes mistos (contendo teses de anos distintos e teses de doutoramento e de concurso), além de, em alguns casos, não estarem dispostos em seqüência cronológica.

Quadro 6 – Quantitativo das teses da FMRJ (1831-1899).⁴⁹

Ano	Quantidade	Ano	Quantidade	Ano	Quantidade
1831	04	1854	33	1877	74
1832	Sem registro	1855	47	1878	73
1833	09	1856	40	1879	29
1834	07	1857	30	1880	78
1835	05	1858	48	1881	54
1836	07	1859	41	1882	67
1837	08	1860	24	1883	108
1838	19	1861	13	1884	96
1839	22	1862	15	1885	88
1840	28	1863	23	1886	112
1841	31	1864	27	1887	94
1842	12	1865	24	1888	70
1843	01	1866	17	1889	58
1844	34	1867	20	1890	69
1845	41	1868	24	1891	59
1846	32	1869	44	1892	61
1847	31	1870	44	1893	11
1848	34	1871	45	1894	53
1849	Sem registro	1872	79	1895	41
1850	34	1873	107	1896	35
1851	32	1874	49	1897	31
1852	53	1875	88	1898	54
1853	48	1876	81	1899	46

$\Sigma = 2.916$ teses

como, por exemplo, nos anos de 1832 e 1849. Também neste caso não localizei informações que auxiliassem na explicação da lacuna.

Do total de teses apresentadas à FMRJ, a partir dos títulos das mesmas procedi à seleção daquelas que indicavam vinculação com as questões sociais, pois trabalhei com a hipótese de que, nesse subconjunto, poderia encontrar uma tematização mais ou menos direta dos temas e desafios

⁴⁹ Quadro montado a partir das fichas bibliográficas do setor de obras raras da FMRJ, do Catálogo de Teses da FMRJ e da consulta ao acervo de obras raras. Observei que todos os dois instrumentos consultados e o próprio acervo apresentam pequenas lacunas e, nesse sentido, esse quadro deve ser considerado como uma tentativa de levantamento quantitativo mais aproximado.

educacionais da época, bem como do tratamento dispensado aos mesmos. Assim, cheguei a uma série composta por 487 teses, como consta no anexo 1. Isso feito, desenvolvi uma segunda seleção, desta vez procurando especificar ainda mais o recorte temático. Nesse caso, me interessava trabalhar com aquelas que, diretamente, indicavam uma preocupação com o tema educacional. Com este último movimento, localizei 16 teses, apresentadas no quadro 7, que, já em seu título, indicavam a eleição de tal assunto como ponto privilegiado a ser abordado.

Com isso, cheguei à definição do *corpus* documental que constitui a fonte nuclear a partir da qual desenvolvo as reflexões acerca das representações médicas das questões educacionais. Isto pode ser visualizado na lista apresentada no quadro 7, no qual constam o ano, o título da tese e seu respectivo autor. Na organização dessa série, como já foi dito, considereirei como principal critério o fato de se referirem explicitamente ao tema da educação já no próprio título. Juntamente com esse critério, trabalhei com o corte temporal, selecionando aquelas que foram escritas e sustentadas no período do Império e/ou aquelas de alunos que realizaram a maior parte do curso nesse período.⁵⁰ Assim, chegou-se ao total das 16 teses, sendo que, nessa relação, é possível perceber que a primeira a abordar especificamente o tema da educação o faz a partir da “educação *physica*”, tendo sido apresentada por Manoel Pereira da Silva Ubatuba em 1845.

Esse modo de se referir aos problemas educacionais reaparece em 1846, 1852, 1853 e 1892, nos trabalhos apresentados, respectivamente, por Joaquim Pedro de Mello, Antonio Francisco Gomes, Antonio Nunes de Gouvêa Portugal e Severino de Sá Brito. Nas demais teses, a preocupação com a educação do físico tem presença obrigatória, embora sem a centralidade que recebe nas anteriormente referidas. Em todo esse conjunto, contudo, o enfoque dado às questões educacionais se encontra recoberto pelas contribuições da “Hygiene”, como já indicado de modo explícito em alguns títulos. Esse ramo da ciência médica foi o que mais intensiva e prolongadamente colaborou para unificar as prescrições médicas, no que diz respeito às representações acerca da escola e dos sujeitos escolarizadores e escolarizáveis; respectivamente, professores e alunos.

⁵⁰ Este segundo aspecto do critério temporal justificou a inclusão da tese de Severino de Sá Brito, sustentada em 1891 e publicada em 1892, já no regime republicano.

Quadro 7 – Lista nominal das teses médicas sobre educação.⁵¹

Ano	Título	Autor
1845	<i>Algumas considerações sobre a educação physica (D)</i>	Manoel P. S. Ubatuba
1846	<i>Generalidades a cerca da educação physica dos meninos (D)</i>	Joaquim Pedro de Mello
1852	<i>Influencia da educação physica no homem (D)</i>	Antonio Francisco Gomes
1853	<i>Influência da educação physica do homem (D)</i>	Antonio N. G. Portugal
1854	<i>SM (Esboço de uma hygiene dos collegios applicavel aos nossos; regras tendentes á conservação e ao desenvolvimento das forças physicas e intellectuaes, segundo as quaes se devem regular os nossos collegios.) (D)</i>	Balbino Candido da Cunha
1855	<i>Esboço de uma hygiene dos collegios applicavel aos nossos... (D)</i>	José Bonifacio Caldeira de Andrada Junior
	<i>Esboço de uma hygiene de collegios, applicavel aos nossos... (D)</i>	Joaquim José de Oliveira Mafra
1857	<i>Esboço de uma hygiene de collegios, applicavel aos nossos... (P)</i>	Joaquim Francisco de Paula Souza
	<i>SM (Esboço de uma hygiene dos collegios,...) (D)SA (Do ar atmospherico...)</i>	Candido Teixeira de Azeredo Coutinho
	<i>SM (Esboço de uma hygiene dos collegios applicavel aos nossos...) (P)</i>	José de Souza Pereira da Cruz Junior
1858	<i>Dissertação sobre a hygiene dos collegios... (D)</i>	Antenor A. R. Guimarães
1863	<i>Dissertação sobre a utilidade dos exercicios gymnasticos nos paizes tropicaes... (D)</i>	Wilhelm Naegeli ⁵²
1874	<i>Da educação physica, intellectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influencia sobre a saúde (D)</i>	Amaro Ferreira das Neves Armonde
1875	<i>Da educação physica, intellectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influencia sobre a saúde (D)</i>	João da Matta Machado
1888	<i>Hygiene Escolar (D)</i>	Carlos R. de Vasconcellos
1892	<i>Educação physica (D)</i>	Severino de Sá Brito
$\Sigma = 16$ Teses		

⁵¹ Teses sustentadas entre 1845 e 1892, com seus respectivos autores e formato (D – Dissertação e P – Proposições).

⁵² Tese de revalidação do curso. De acordo com a reforma dos estatutos da FMRJ, esse processo supunha o atendimento a uma série de exigências especificadas no capítulo VI do Decreto 9311, de 25 de novembro de 1884. A possibilidade de revalidação dos diplomas obtidos no exterior já se encontrava presente nas reformas de 1837 e 1854.

Uma outra observação necessária e já apontada na relação anterior diz respeito ao formato da tese [formato de *Proposição (P)*⁵³ ou formato de *Dissertação (D)*⁵⁴], o que indica a ocorrência de um tratamento menos aprofundado do tema no caso do formato propositivo, e um outro, mais desenvolvido, no caso do formato dissertativo. Além desse, um segundo aspecto merece ser levado em consideração. Referindo-se à finalidade da tese, conforme o quadro 8, estas poderiam cumprir três finalidades distintas: de conclusão do curso, de revalidação de diploma⁵⁵ ou, ainda, de ingresso na carreira do magistério da FMRJ.⁵⁶

Como pode ser visto nesse quadro-síntese, no caso desse conjunto de teses, cuja finalidade era a conclusão do curso, há uma predominância do formato dissertativo (14 em um total de 16), o que sugere uma preferência por um tratamento mais aprofundado das questões educacionais, em oposição ao formato propositivo, que sugere um tratamento mais superficial dispensado ao tema.

Quadro 8 – Teses médicas sobre educação sustentadas entre 1852 e 1891: formato e finalidade.

Formato/Finalidade	Dissertação	Proposição	Σ
Conclusão de curso	12	02	14
Revalidação de diploma	01	-	01
Concurso para professor da FMRJ	01	-	01
Σ	14	02	16

Quanto à finalidade da tese, não é de surpreender que a maior parte delas incida exatamente no objetivo de “conclusão do curso”, uma vez que, de acordo com o regulamento do curso, de 1837, a apresentação de um trabalho com essas características era uma exigência para obtenção do diploma de médico, e também para que o acadêmico tivesse direito ao

⁵³ Trata-se de um conjunto de afirmações sobre os diferentes aspectos educacionais, no formato de uma lista, variando entre 10 e 20 assertivas/proposições.

⁵⁴ Trata-se de um texto dissertativo em que o candidato discorre de forma sistematizada sobre um ponto. É estruturado em partes distintas, com subitens, indicando o modo como o autor desenvolveu o tema.

⁵⁵ Um outro exemplo de revalidação de diploma, a fim de exercer a profissão no Império, é a tese apresentada pelo Dr. Kupfer em 1858. Trata-se de médico formado pela Faculdade de Iena, natural da Prússia.

⁵⁶ Os procedimentos de apresentação e de sustentação das teses encontram-se detalhados nas reformas da FMRJ, ocorridas nos anos de 1837, 1854 e 1884.

distintivo de “doutor”.⁵⁷ A escrita, por sua vez, passou a ser cada vez mais dirigida pela FMRJ. De acordo com os Estatutos de 1837, as teses deveriam versar sobre qualquer das matérias que fossem objeto do curso médico, podendo ser desenvolvida “em fôrma de proposições ou dissertação, e terão no fim, ao menos, seis aphorismos”.

Nos Estatutos de 1854, as regras para apresentação dos trabalhos finais são modificadas, dispondo-se que a tese, cuja defesa era necessária para que o estudante obtivesse o grau de doutor, consistiria em proposições concernentes a três questões, sendo cada uma relativa a cada seção do curso médico. A definição dessas questões passava por um processo em que, no princípio do ano letivo, os lentes em exercício deveriam enviar ao diretor uma lista de dez questões sobre as matérias de sua cadeira. Depois de aprovadas pela congregação e lançadas na ata da sessão em que foram adotadas, elas seriam “pelo secretario numeradas e escriptas em livro proprio para cada secção”. Do conjunto de questões, o doutorando fazia a escolha de três, uma de cada área, sendo que uma delas deveria ser desenvolvida em formato dissertativo. Ao final, os seis aforismos de Hipócrates deveriam estar presentes.

Na reforma de 1884, fica mantido o controle da congregação da faculdade sobre os pontos que os candidatos poderiam abordar e desenvolver em sua tese, que deveria versar sobre “doutrinas importantes das sciencias professadas na faculdade”, e o doutorando deveria apresentar uma dissertação, três proposições sobre cada cadeira do curso e seis aforismos médicos. Note-se, nesse aspecto, que a prática da escrita passa por um processo de controle mais intenso, entre 1837 e 1884, o que fica indicado tanto no número de pontos a serem desenvolvidos como na forma de seleção dos mesmos. Nas duas últimas reformas, a definição das

⁵⁷ O capítulo VII dos Estatutos de 1837 trata especificamente “Do Grau de Doutor em Medicina”, e no artigo 121 dispõe que “este grão de honra litteraria será solenemente conferido pela Faculdade, depois de outros actos escolares, ou no decurso do anno lectivo e sem elle o candidato não terá direito ao diploma”. No artigo 122, define que “o candidato que o pretender requererá ao director, para lhe assignar dia e hora, ajuntando certidão do acto de sustentação de sua these, e recibo do thesoureiro de que conste ter entrado com a quantia de 50\$000 réis, a que por estes estatutos fica sendo obrigado, e cujo destino vai determinado nas Disposições Geraes. E o director o despachará segundo a antiguidade da sustentação da sua these”. Os recursos aqui referidos seriam destinados à compra de objetos úteis à escola e às despesas feitas com os impressos, medalhas e com o próprio ato de colação de grau, conforme artigo 193.

questões supõe uma decisão institucional. O controle, contudo, não se encerra nesse procedimento, prosseguindo com a constituição da banca examinadora, que verificava a adequação das questões aos desígnios estatutários, e da banca de sustentação que, por intermédio da arguição, avaliaria a capacidade de sustentação e de defesa do candidato.

O processo de indicação e avaliação das questões também pode ser considerado como um dispositivo para controlar as atividades docentes, já que, no início do ano letivo, cada professor elaborava uma síntese do programa de sua matéria, traduzida nos 10 pontos encaminhados ao diretor e, posteriormente, avaliados pela congregação. Essa dezena de pontos possibilitava um controle por parte da faculdade, no que concerne ao efetivo tratamento dispensado aos mesmos nos cursos desenvolvidos pelos docentes. Possibilitava, igualmente, um segundo nível de controle, referente ao próprio programa a ser ensinado, na medida em que a congregação poderia sugerir alterações nos pontos inicialmente apresentados pelo professor e, desse modo, procurava assegurar uma diretriz quanto aos temas a serem desenvolvidos em cada um dos programas ensinados no âmbito da FMRJ. Esse procedimento talvez fosse ao encontro das reclamações acerca da falta dos professores ao longo dos cursos ministrados e ao desenvolvimento insuficiente dos programas de ensino, como aparece na introdução das “memórias históricas” de 1855 e 1856, escritas pelo professor de higiene, Thomas Gomes dos Santos. Quando se refere ao redator dessas memórias, Lobo (1958) assinala que fora da faculdade ele desempenhara várias funções, tendo sido médico da Casa Imperial, conselheiro do Império, deputado pela província do Rio de Janeiro, diretor da Academia de Belas-Artes, e que recebera várias condecorações e títulos honoríficos. Afirma que Dr. Thomas era muito apreciado pela sua cultura, inteligência e dotes de oratória, ressaltando, contudo, que “suas aulas, sempre brilhantes, eram, entretanto, escassas. Jobim, diretor da faculdade à época, referiu-se a ele em relatório dizendo que era mestre esquivo às lições, mas que compensava as falhas pelo seu notável saber”.⁵⁸ Na memória histórica redigida em 1859, tendo como ano base o de 1858, Dr. Martins defendeu a liberdade na escolha dos pontos da tese por parte dos alunos com base no seguinte argumento:

⁵⁸ Sem página.

E enquanto a Faculdade não pôde formar senão meios medicos, e enquanto é tão difficil dar uma soma igual de conhecimentos aos alumnos em todos os ramos das materias de que se compoem os variados cursos, não os esforcemos a escreverem theses sobre pontos formulados pelos lentes, entre os quaes pontos podem alguns doutorandos não achar questões que se refirão aos assumptos que mais são do pendor de seu espirito e vocação, em relação aos quaes tenham melhor pensado e mais acurada e profundamente estudado.⁵⁹

Ao tornar livre a escolha dos pontos para os alunos, os professores também seriam, automaticamente, liberados da responsabilidade de programar seu curso em torno de, pelo menos, 10 pontos e de submetê-los à apreciação coletiva ou a uma censura prévia. Na defesa da liberdade dos alunos talvez estivesse embutida a defesa da própria condução dos cursos por parte dos professores, cabendo à congregação, apenas, um controle na ponta final, no momento de avaliar se a tese poderia ser aceita para efeitos de sustentação. O controle na ponta inicial, que representa uma direção curricular mais rígida, era então rechaçada pelo médico, o que significaria, ao mesmo tempo, uma defesa da liberdade dos professores em relação a esse dispositivo de controle acionado na reforma de 1854 e mantido na de 1884. Nessa linha, a instituição e a manutenção desse dispositivo devem ser entendidas como uma estratégia que objetiva padronizar, ao mesmo tempo, os cursos e a escrita das teses.

Indicadas as exigências oficiais, caberia perguntar se os candidatos referem-se a esses procedimentos, e que representações os mesmos faziam deste momento final, do ato de escrita e de defesa pública da tese. Por isso, percorri alguns discursos enunciados em torno desse aspecto.

No prefácio de sua tese,⁶⁰ intitulado “Ao Leitor”, Dr. Carlos Francisco Xavier da Veiga registra: “Devendo apresentar trabalho inaugural e

⁵⁹ Dr. Martins trata também de rebater uma possível objeção contra sua argumentação em favor da liberdade de escolha dos pontos da tese por parte dos alunos: “E se contra isto surgir a objeção de que já um ou outro, prevalecendo-se de tão ampla liberdade, tem escripto sobre objectos sem immediata nem mesmo remota applicação á nossa sciencia, como se deu com uma these, que constára de simples considerações zoologicas respectivas á abelha, ahi está a comissão de censura prévia, creada pela lei, que, cumprindo o seu dever, evitará taes abusos”.

⁶⁰ Tese sustentada em 1887.

defendel-o, o nosso espirito vacillou na escolha de um dos pontos propostos pela Illustrada Congregação desta Escola”. Com isso, inicia sua justificativa pela escolha do ponto sobre a “Sclerose Hepatica”, objeto de sua dissertação. Os outros três pontos selecionados foram apresentados em formato de proposição. Dr. Amaro Ferreira das Neves Armonde, no prefácio de sua dissertação, sustentada em 1874, sobre a educação física, intelectual e moral da mocidade do Rio de Janeiro, também se refere à delicada decisão de escolha dos pontos que seriam objeto de um discurso que, posteriormente, se tornaria público:

Eis-nos, joven timido, intelligencia pobre de illustração, espirito pouco affeito ás lidas que occupão os animos superiores e consummados pensadores, encetando um escripto publico sobre assumpto do mais palpitante interesse, a synthese de todos os problemas sociaes – a educação. Eis-nos, talvez demasiadamente cêdo, não preparado de certo, para commettimento da altura deste, passando ao papel as apoucadas reflexões que nos suggeriu no espirito a observação de algumas cousas relativas á educação na Côrte.

Reflexões despretenciosas, e que a nenhum alvo se propõem além do de corresponder ao enunciado do ponto que escolhêmos, levados mais por sympathia ao seu objecto do que pela convicção de possuirmos todas as habilitações necessarias ao seu cabal desenvolvimento.

Ao reconhecer que o tema da educação era um assunto “do mais palpitante interesse” e confessando sua simpatia por ele, Dr. Amaro justifica a escolha desse ponto, abordado no formato dissertativo. A escolha dos pontos constitui uma suposta liberdade e faz compreender, nesse aspecto, o funcionamento da FMRJ e a direção que a mesma procurou imprimir em seu curso, visto que os pontos oferecidos à escolha dos alunos indiciam os temas que, muito provavelmente, eram os mais caros à própria Faculdade. O conjunto de pontos apresentado pela congregação da FMRJ, por sua vez, guardava uma íntima relação com a subdivisão em três áreas do próprio curso de medicina em “Sciencias Medicas (SM), Sciencias Cirurgicas (SG) e Sciencias Accessorias (SA)”.⁶¹ Em torno dessas áreas encontrava-se

⁶¹ Pode ser encontrada a designação de “Secção Medica, Secção Accessoria e Secção Cirurgica” para as três áreas do curso de medicina da FMRJ.

articulado o conjunto de disciplinas que compunham a estrutura curricular do curso, sendo o aluno obrigado a escolher um ponto referente a cada uma das áreas, definindo, a partir de sua escolha, aqueles que seriam tratados em um formato ou em outro. Essa estratégia tornava compulsório para o aluno o recobrimento das três áreas que constituíam o “tronco” do curso de medicina, de modo a demonstrar competências mínimas nas mesmas, habilitando-o à posse do diploma de médico, transformado em exigência mínima para o exercício profissional.

Recuando cerca de 28 anos, pode-se verificar na tese do Dr. Moraes e Valle, de 1846, que no último parágrafo se encontra explicitado o vínculo do autor com o tema. Após declarar o “aproveitamento das idéas do digno lente de pathologia interna”, Dr. Joaquim José da Silva, sobre a natureza das moléstias a que se referiu ao longo de seu texto, o autor finaliza reconhecendo a “bondade” com que Dr. Silva aceitara a presidência da tese e a prontidão do mesmo em fornecer qualquer esclarecimento que lhe fosse solicitado. Neste parágrafo aparecem elementos que ajudam a confirmar a hipótese de que o discurso produzido nas teses é controlado previamente, tanto na seleção dos pontos a serem postos em situação de sorteio como no desenvolvimento da tese que, nesse caso, contou com a presença e participação ativa e intensa de um professor da faculdade, conforme afirma o próprio doutorando. Associados, esses dois elementos fortalecem a hipótese de que o agradecimento presente no último parágrafo da tese do Dr. Valle não deve ser considerado como uma mera formalidade ou como expressão de um protocolo da “boa educação”. Ele indica procedimentos típicos da comunidade acadêmica, em que o discurso enunciado não deve ser atribuído exclusivamente à rubrica de um sujeito individual, devendo-se levar em conta, no mínimo, os pertencimentos institucionais, as sociedades e os conhecimentos partilhados no interior dos campos disciplinares.

Recuando ainda um pouco mais no tempo, em 1840, em sua dissertação, Dr. Leitão explicita os limites e articulações que estiveram presentes em seu ato de escrita:⁶²

⁶² Trata-se de uma tese que aborda a higiene da primeira infância, que para o autor compreende o período entre o nascimento e o aparecimento da segunda dentição. Ao justificar sua escolha, ele afirma: “A Hygiene d’esta época de nossa vida merece muita consideração; porquanto he ella, que vai plantar os alicerces de huma existência feliz, he ella que fará gozar hum lisonjeiro porvir”. Com esse recorte, Dr. Leitão não focaliza diretamente o tema da educação em sua forma escolar, voltando-se para os banhos, vestimenta, aleitamento

Aqui terminamos a nossa tarefa; a carencia de conhecimentos, a pequena capacidade intelectual, e a nossa acanhada penna serão justos motivos para nos fazer recuar, se huma lei não nos forçasse a apresentar hum trabalho escripto, para conseguirmos o grão de Dr. em Medicina: o cabal desenvolvimento do objecto he tão util, como superior ás nossas forças; porém como nos constituimos autor para dar cumprimento a hum dever, a que não podemos subtrair, contamos com a benevolencia dos leitores [...].

Aproveitamos o ensejo para darmos os agradecimentos ao Ilmo. Sr. Dr. Joaquim Vicente Torres Homem, pelo bom acolhimento com que sempre se dignou tratar-nos, e pelos conhecimentos chimicos, que tão generosamente nos suggerio, sendo a bondade de sua alma o único motivo, que o empenhou a tanto. Também não podemos deixar de patentear quanto o nosso coração se acha penhorado pelas bellas e seductoras maneiras com que fomos acolhidos pelo Ilmo. Sr. Dr. Thomaz Gomes dos Santos: a nossa amizade e gratidão lhes serão eternas.

Limitações pessoais foram superadas em nome de constrangimentos institucionais, aspecto este que, de acordo com Dr. Leitão, tornou-o autor/escritor. Condição que foi exercida devido aos apoios que recebera, no acolhimento e nos conhecimentos sugeridos pelos professores da faculdade, mas que aí não se esgotava, pois ele não se eximiu de requerer a benevolência dos leitores.

Ao descrever o processo que o levava à posição de autor, Dr. Leitão permite promover uma associação com o debate provocado por Foucault, que, ao problematizar esse conceito, renuncia àquilo que Miranda e Cascais designam de “monarquia do autor”.⁶³ Em seu movimento de refletir acerca da idéia de autor, Foucault (1997a) afirma que a ligação do nome próprio com o indivíduo nomeado e a ligação do nome de autor com o que nomeia não são isomórficas e não funcionam da mesma maneira. Para ele, o nome de autor não é um nome próprio como os outros. As diferenças

materno, escolha de uma ama, aleitamento artificial, princípio e término do aleitamento e o leito do recém-nascido, por exemplo. Visa sobretudo à educação das famílias e das mulheres, no espaço privado, sendo um discurso que também se projeta para os asilos, rodas dos esposos e instituições assemelhadas.

⁶³ “A Lição de Foucault”, prefácio da edição portuguesa do livro *O que é um autor?*, de Michel Foucault (1997a).

entre o nome do autor e os demais se deveriam ao fato de que o nome de autor não é simplesmente um elemento de um discurso, ele exerce relativamente aos discursos um certo papel: “assegura uma função classificativa; um tal nome permite reagrupar um certo número de textos, delimitá-los, selecioná-los, opô-los a outros textos” (pp. 44-5). Além desses fatos, ele afirma que o nome de autor faz com que vários textos se relacionem entre si. Em suma, para Foucault, o nome de autor serve para caracterizar um certo modo de ser do discurso: para um discurso, ter um nome de autor, o fato de se poder dizer “isto foi escrito por fulano” ou “tal indivíduo é o autor” indica que esse discurso não é um discurso cotidiano, indiferente, um discurso flutuante e passageiro, imediatamente consumível, mas que se trata de um discurso que deve ser recebido de certa maneira e que deve, numa determinada cultura, receber um certo estatuto. Ao concluir suas reflexões sobre a idéia de autor, ele afirma:

Chegaríamos finalmente à idéia de que o nome de autor não transita, como o nome próprio, do interior de um discurso para o indivíduo real e exterior que o produz, mas que, de algum modo, bordejando os textos, recortando-os, delimitando-os, tornando-lhes o seu modo de ser ou, pelo menos, caracterizando-lhe. Ele manifesta a instauração de um certo conjunto de discursos e refere-se ao estatuto desses discursos no interior de uma sociedade e de uma cultura. O nome de autor não está situado no estado civil dos homens nem na ficção da obra, mas sim na ruptura que instaura um certo grupo de discursos e o seu modo de ser singular. Poderíamos dizer, por conseguinte, que numa civilização como a nossa, uma certa quantidade de discursos são providos da função “autor”. [...]. A função autor é assim, característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior de uma sociedade (1997a, pp. 45-6).

No que se refere à função autor, Foucault identifica e discute quatro aspectos. Ao resumi-los, admite que: 1) a função autor está ligada ao sistema jurídico e institucional que encerra, determina e articula o universo dos discursos; 2) não se exerce uniformemente e da mesma maneira sobre todos os discursos, em todas as épocas e em todas as formas de civilização; 3) não se define pela atribuição espontânea de um discurso ao seu

produtor, mas através de uma série de operações específicas e complexas; e 4) não reenvia pura e simplesmente para um indivíduo real, podendo dar lugar a vários “eus” em simultâneo, a várias posições-sujeito, que classes diferentes de indivíduos podem ocupar.

Considerando-se essas observações, torna-se pertinente pensar e trabalhar com o discurso das teses, evitando sua individualização. Operação que fica facilitada pelos reconhecimentos e pelos indícios presentes nas regras que instituem a tese como o último exercício escolar dos médicos, na estrutura da mesma e nas representações que os médicos fazem desse exercício, o que fica visivelmente reforçado pelo modo como Dr. Leitão assume que foi a “lei” que o constituiu autor, que sua escrita se encontra rubricada pela própria figura da FMRJ e que a mesma estava associada à utilidade que a ela pudesse ser dada. Daí sua preocupação com os leitores oficiais e virtuais, por ele antecipada na “prefação” de sua tese, ao registrar:⁶⁴

Oxalá a nossa curta capacidade não se opozesse ao perfeito desenvolvimento da materia! Possa ao menos este meu pequeno trabalho servir de excitante a genios elevados! Mui feliz se ele granjear os suffragios dos meus Sabios Juizes, e a estima dos meus Concidadãos.

Autor instituído por lei, matéria em determinado estado de desenvolvimento e endereçamento aos juízes e leitores configuram-se marcas que permitem pensar os discursos sob a forma de tese como um exercício da função autor, em aproximação aos destaques realizados por Foucault em torno da idéia de obra, autor e função autor.

Promovendo um deslocamento espacial, atravessando o Atlântico, no sul da França, às margens do Mediterrâneo ou na capital desse país – ou mesmo, com diria Benjamin, na capital do século XIX –,⁶⁵ é possível perce-

⁶⁴ Um procedimento assemelhado a este é desenvolvido pelo Dr. Flores (1840). Ao término de sua tese, desenvolvida em torno de 50 “proposições”, ele registra: “Aqui termina a prova que em cumprimento da lei, nos impôzemos. Com confiança a sugeitosamos ao julgamento de nossos sabios juizes, e comquanto seja imperfeito nosso trabalho, elle marca bem quanto era possivel a nossa mediocridade. Cumpre, antes de abrir mão da penna, dirigirmos a todos os nossos mestres cordiaes agradecimentos pelo bom tratamento e benevolencia que sempre lhes merecêmos. Ao Sr. Dr. Gomes dos Santos, presidente de nossa these, a quem devemos as provas da mais honrosa amizade, nós protestamos a mais grata e respeitosa estima”.

⁶⁵ Cf. Benjamin, 1991.

ber que o modo de estruturação da tese ou a “fórmula das teses” nas faculdades de medicina francesas, no final do século XVIII e ao longo do XIX, é muito semelhante ao das teses apresentadas nas faculdades brasileiras: capa, dados institucionais, agradecimentos, texto propriamente dito e aforismos de Hipócrates ou proposições. Assemelhados também são os temas tratados.⁶⁶ No entanto, a auto-representação dos doutorandos e da própria tese faz-se ausente no discurso dos médicos franceses.⁶⁷ Contudo, na vinculação institucional, na lista dos professores e de suas matérias, e também na seção de agradecimentos, encontram-se dispostos elementos que desautorizariam qualquer afirmação de um trabalho produzido exclusivamente pelo indivíduo. Tal constatação leva a trabalhar com a hipótese da existência de um padrão material, de um repertório de temas e de funcionamento do campo intelectual. Tais marcas, características das teses médicas, auxiliam a refletir acerca de aproximações estruturais, temáticas e operacionais evidenciáveis nas teses escritas no âmbito das faculdades de medicina de Paris, de Montpellier e do Rio de Janeiro. Sinais, portanto, de procedimentos e de uma agenda adotados e que funcionam como estratégia para assegurar controle sobre o que ingressava na ordem médica e o modo como, no interior daquela ordem, os diversos objetos deveriam ser constituídos.

Quanto ao modo de organizar o discurso no corpo das teses, a principal distinção foi anteriormente assinalada e concerne ao formato da mesma. No caso daquelas desenvolvidas em formato de “proposição”, o tratamento dispensado ao ponto se dá na forma de uma lista de afirmações, na qual o aluno indica a compreensão dos problemas educacionais com a qual compartilha,⁶⁸ sem desenvolver uma reflexão sistematizada acerca das mesmas, conforme pode ser verificado no anexo 5.

A estrutura física e a ordenação dos pontos desenvolvidos no formato dissertativo são bastante semelhantes, apresentando: capa, identificação das autoridades instituídas, dedicatórias – aos pais, outros familiares,

⁶⁶ Nas teses francesas também se evidencia uma concentração temática nas etiologias, patologias, cirurgias e farmacologia, verificando-se, contudo, uma incidência significativa de teses que tratam de aspectos sociais e que se vinculam ao ramo da higiene. Alguns desses exemplos, selecionados por remeterem ao tema educacional, encontram-se na listagem das fontes.

⁶⁷ Nas primeiras teses dos brasileiros apresentadas à Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro, de 1831, esse aspecto também não é verificado.

⁶⁸ Entendo que a compreensão presente nas proposições do aluno é partilhada pela FMRJ, devendo a mesma ter sido trabalhada ao longo do curso, especialmente na cadeira de Higiene e História da Medicina, cursada no sexto ano de formação.

amigos e autoridades; mortos e vivos –, título, corpo do texto propriamente dito e parecer da FMRJ, nesta seqüência, conforme “fórmula” prevista a partir dos estatutos de 1837. As teses encontram-se editadas no formato “quarto grande” (16 cm de largura por 24,5 cm de comprimento, aproximadamente), com número variável de páginas, conforme pode ser atestado no quadro 9.

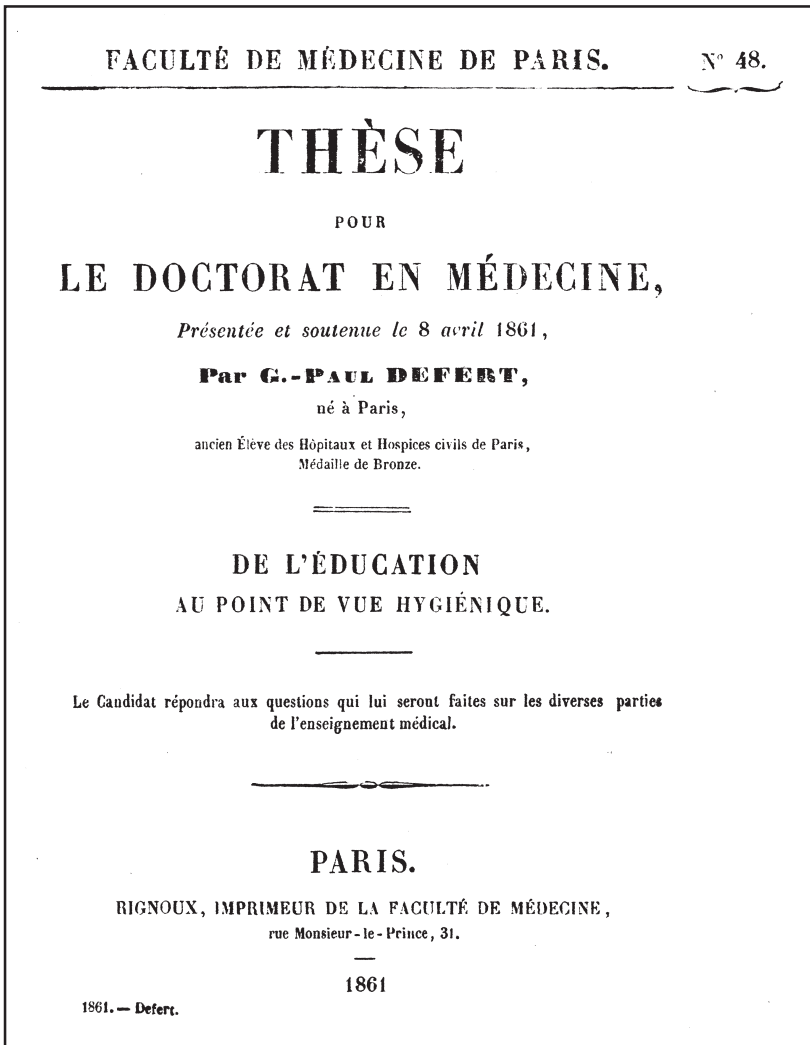


Figura 6 – Tese do Dr. Paul Defert (Paris, 1861).

Na França, ao longo do século XIX, o tema da educação também constituía objeto de interesse da medicina.

A materialidade das teses da FMRJ é outra evidência da vontade de unificar o campo médico, já que aí também se encontra um determinado tipo de “modelo material” a funcionar como suporte para os discursos dos acadêmicos; materialidade esta que, segundo Chartier (1994b), também participa do processo de produção de sentido.

Quadro 9 – Volume das teses médicas sobre o tema educacional.⁶⁹

Ano	Título	Nº de Página
1845	<i>Algumas considerações sobre a educaçam physica (D)</i>	29
1846	<i>Generalidades a cerca da educação physica dos meninos (D)</i>	43
1852	<i>Influencia da educação physica no homem (D)</i>	21
1853	<i>Influência da educação physica do homem (D)</i>	22
1854	<i>SM (Esboço de uma hygiene dos collegios applicavel aos nossos; regras tendentes á conservação e ao desenvolvimento das forças physicas e intellectuaes, segundo as quaes se devem regular os nossos collegios.) (D)</i>	39
1855	<i>Esboço de uma hygiene dos collegios applicavel aos nossos... (D)</i>	42
	<i>Esboço de uma hygiene de collegios, applicavel aos nossos... (D)</i>	10
1857	<i>Esboço de uma hygiene de collegios, applicavel aos nossos... (P)</i>	05
	<i>SM (Esboço de uma hygiene dos collegios,...) (D)</i>	
	<i>As (Do ar atmospherico...)</i>	
	<i>SM (Esboço de uma hygiene dos collegios aplicavel aos nossos...) (P)</i>	07
1858	<i>Dissertação sobre a hygiene dos collegios... (D)</i>	76
1863	<i>Dissertação sobre a utilidade dos exercicios gymnasticos nos paizes tropicaes... (D)</i>	16
1874	<i>Da educação physica, intellectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influencia sobre a saúde (D)</i>	99
1875	<i>Da educação physica, intellectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influencia sobre a saúde (D)</i>	73
1888	<i>Hygiene Escolar (D)</i>	144
1892	<i>Educação physica (D)</i>	80

A capa, como um ícone privilegiado, apresenta alguns destaques que merecem ser considerados: a indicação da presença do imperador em algumas defesas (sustentação),⁷⁰ a procedência geográfica do candidato. No caso, acompanhando a ordem cronológica de apresentação da teses,

⁶⁹ As páginas correspondentes aos aforismos de Hipócrates e aprovação da tese não se encontram numeradas e por esse motivo não foram computadas. A paginação irregular e o fato de ter duas teses digitadas fizeram com que optasse por não referir as páginas das teses, quando as mesmas são citadas. Há, contudo, indícios precisos da localização do fragmento citado no interior da respectiva tese.

⁷⁰ Santos Filho (1991) informa que tanto o imperador como a imperatriz comparecem em todas as sessões de “sustentação” das teses. Schwarcz (1998) também registra esse hábito

temos: Porto Alegre, Paracatu (MG), Piraí (RJ), Bahia, São João d’El Rey (MG), Santa Catarina, Itabira do Campo (MG), Itu (SP), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, São João d’El Rey (MG), Zurique (Suíça), Diamantina (MG), Espírito Santo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Continuando, aparecem os registros referentes ao reconhecimento de uma paternidade legítima, local da publicação, tipografia responsável pela impressão do texto, seguida do endereço e ano de publicação, nesta seqüência.

Na maioria das teses que tratam da educação, a capa contém uma epígrafe que, de certa forma, funciona como um mote que antecipa e introduz o leitor ao tema e ao modo como o mesmo foi tratado pelo autor, como pode ser visto no quadro 10.

Quadro 10 – Epígrafes em circulação.

Título	Epígrafes ⁷¹
<i>Algumas considerações sobre a educaçam physica (D)</i>	“A melhor educação não é aquela que dá ao espírito e ao corpo toda a força, toda a beleza e toda a perfeição que eles podem adquirir?” (Platão) “Se é possível aperfeiçoar-se a espécie humana, é preciso buscar-se os meios na medicina.” (Descartes)
<i>Generalidades a cerca da educação physica dos meninos (D)</i>	“Nós fazemos as plantas pela cultura e os homens pela educação.” (J.-J. Rousseau)
<i>Influencia da educação physica no homem (D)</i>	“Dirija todas as vossas ações de maneira à atender, tanto quanto possível, ao último termo de vossa profissão que é o de conservar a vida, de restabelecer a saúde e de aliviar os sofrimentos do próximo.” (Hufeland)
<i>Influência da educação physica do homem (D)</i>	“Miseris succurre disco.” (Virgílio) ⁷²
<i>SM (Esboço de uma hygiene dos collegios applicavel aos nossos; regras tendentes á conservação e ao desenvolvimento das forças physicas e intellectuaes, Segundo as quaes se devem regular os nossos collegios.) (D)</i>	“Assim que um pensamento verdadeiro entrou dentro de nosso espírito, ele joga uma luz que nos faz ver uma multidão de outros objetos que nós não nos percebíamos antes.” (Chateaubriand)
<i>Esboço de uma hygiene dos collegios applicavel aos nossos... (D)</i>	“Quicquid eris... Da facilem cursum, atque audacibus annue coeptis; Ignarosque viae mecum miseratum agrestes, Ingredere....” (Virgílio – Georgica – Lib. I) ⁷³

do imperador, sem afirmar sua presença em *todas* as defesas, o que parece corresponder ao que efetivamente ocorreu, já que em alguns anos o monarca, à época da “solenidade”, encontrava-se em viagem ao exterior.

⁷¹ Ortografia atualizada e tradução livre.

⁷² “Aprenda a socorrer os miseráveis.”

⁷³ Trata-se do final de um poema de Virgílio, no qual ele fala da terra, das plantas, das abelhas etc.: “Serás tudo isso.... Dá um curso perfeito, e aprova planos audazes; vem, feliz, comigo aos campos desconhecidos e agrestes do caminho....”.

Título	Epígrafes
<i>Esboço de uma hygiene de collegios, applicavel aos nossos... (D)</i>	“Ut alimenta sanis corporibus agricultura sic sanitatem aegris Medicina promittit.” (Cornelio Celso) ⁷⁴
<i>Esboço de uma hygiene de collegios, applicavel aos nossos... (P)</i>	“Miseris succurrere disco.” (Virgilio) ⁷⁵
<i>SM (Esboço de uma hygiene dos collegios,...) (D)</i>	Sem epígrafe
<i>SM (Esboço de uma hygiene dos collegios applicavel aos nossos...) (P)</i>	“O meu trabalho é cheio de imperfeições, qual o primeiro quadro de um artista principiante. Falta-lhe tudo quanto há de belo e sublime e, por isso, despido de orgulho, aceitarei, humilde, a necessária correção para os meus erros.” (Do autor)
<i>Dissertação sobre a hygiene dos collegios... (D)</i>	Sem epígrafe. ⁷⁶
<i>Dissertação sobre a utilidade dos exercicios gymnasticos nos paizes tropicaes... (D)</i>	Sem epígrafe.
<i>Da educação physica, intellectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influencia sobre a saúde (D)</i>	Sem epígrafe. ⁷⁷
<i>Da educação physica, intellectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influencia sobre a saúde (D)</i>	Sem epígrafe. ⁷⁸
<i>Hygiene Escolar (D)</i>	Sem epígrafe. ⁷⁹
<i>Educação physica (D)</i>	Sem epígrafe. ⁸⁰

Ao dar visibilidade a uma autoridade que goza de prestígio junto à comunidade médica (o autor do mote), as epígrafes funcionam também como um atestado de autoridade, do qual se vale o autor da tese para constituir legitimidade em relação ao tema que aborda. É também um procedimento para atrair o leitor, pois, sintetizado em poucas linhas nesse breve texto, encontra-se disponível um conjunto de informações e posições que buscam, via de regra, conquistá-lo, integrando, familiarizando e convencendo-o acerca da relevância do tema e da pertinência do tratamento

⁷⁴ “A agricultura tem a intenção de usar os alimentos para formar os corpos sadios, como a medicina usa a saúde para cuidar dos doentes.”

⁷⁵ “Aprenda a socorrer os miseráveis.”

⁷⁶ Apresenta item intitulado “Considerações Geraes”.

⁷⁷ Apresenta epígrafe de Hippéau antes de iniciar a dissertação propriamente dita: “Está na razão da educação recebida ou que lhe foi dada que um povo é capaz de dirigir seu destino, de se governar e de se mostrar, assim, de ser digno da liberdade, ou que está condenado a lhe faltar iniciativa e a não ter outra preocupação que não seja a escolha dos mestres que disputam a honra de pensar e agir em seu nome”.

⁷⁸ Apresenta “Prefácio”.

⁷⁹ Apresenta “Introdução”.

⁸⁰ Apresenta prefácio intitulado “Ao Leitor”.

que a ele é dispensado, ao dar visibilidade a uma autoridade do assunto tratado. É, pois, na eleição de uma dessas causas ou na conjugação delas entre si que podem ser encontrados os motivos para a presença da epígrafe nas capas, constituindo-se um padrão ou modelo dominante, ao menos nessa pequena série com a qual trabalhei mais detidamente.

Outro elemento que comparece nas capas é uma ilustração localizada imediatamente antes dos créditos da tipografia, o que nos faz concluir que se trata de uma espécie de logomarca da casa tipográfica, variável entre as teses editadas por tipografias diferentes e, também, entre aquelas publicadas em uma mesma casa.

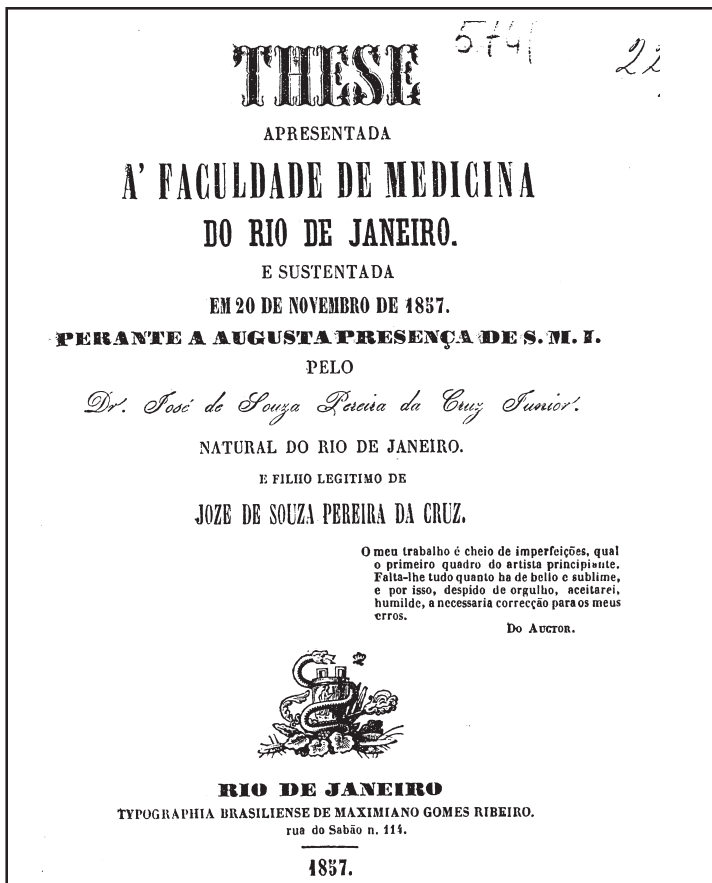


Figura 7 – Capa da tese do Dr. José de Souza Pereira da Cruz Junior (1857).

Uso das epígrafes: síntese e autoridade. Uso de logomarcas: sinais de identificação da tipografia.

Com relação à procedência desses alunos da FMRJ, pode-se observar que são originários da região Sudeste-Sul, com exceção de um aluno proveniente da Bahia. O caso do aluno baiano se torna instigante na medida em que havia uma faculdade de medicina naquela província. Talvez a transferência tenha sido provocada pela procura da instituição que, mesmo com toda a precariedade à época, ainda apresentava melhores condições do que a congênere nordestina, conforme avalia Santos Filho (1991). Essa hipótese pode funcionar para explicar os deslocamentos de outros baianos para o Rio de Janeiro, como foi o caso, também, de Abílio Cesar Borges, que em 1846 transferiu-se para a Corte visando à conclusão do curso iniciado na Faculdade de Medicina da Bahia.

Outro elemento do conjunto de dezesseis teses a ser aqui examinado diz respeito aos seus títulos. Nesse caso, procurei estar atento, na leitura e na estratégia de agrupamento, para aquilo que se repete nos mesmos e a possível representação dos objetos, conteúdos e abordagens sugeridas pelos títulos.

Quadro 11 – Classificação das teses sobre educação.

Grupo	Título	Nº de Teses
I	<i>Influencia da educação physica no homem.</i> ⁸¹	6
II	<i>Esboço de uma hygiene dos collegios applicavel aos nossos; regras tendentes á conservação e ao desenvolvimento das forças physicas e intellectuaes, segundo as quaes se devem regular os nossos collegios.</i> ⁸²	8
III	<i>Da educação physica, intellectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro e da sua influencia sobre a saúde.</i>	2

⁸¹ Considerei os títulos *Algumas considerações sobre educação physica*, de 1845, *Generalidades acerca da educação physica dos meninos*, de 1846, e *Educação physica*, de 1892, como títulos que guardam uma grande aproximação entre si por focalizarem de forma central o tema da educação física e, nesse sentido, poderiam ser considerados como uma repetição, apesar das pequenas variações que apresentam.

⁸² A tese *Hygiene Escolar*, do médico Carlos Rodrigues de Vasconcellos, apresentada em 1888, foi incluída nesse grupo, pois, apesar do título distinto, a sua ênfase recai sobre a higiene ou é por ela inspirada. Essa tese visou atender uma das exigências para o ingresso na categoria de “lente” da FMRJ, um dos mais altos postos da carreira acadêmica, inferior apenas ao de lente catedrático e ao de diretor. Esse concurso, já regido pela reforma estatutária de 1884, exigia que o candidato se submetesse a seis provas: defesa de teses e dissertação, prova escrita, prova oral estudada, prova prática e prova oral de improviso. Além disso, a prova escrita deveria ser lida em público pelo candidato, constituindo-se desse modo, a meu ver, na demonstração, por parte do candidato, de mais uma competência: a da “boa” leitura.

Há, na série com a qual trabalhei, três títulos que se repetem e dois que não se repetem.⁸³ A repetição encontra explicação nos próprios estatutos, quando estes passam a submeter a lista dos pontos à chancela e consequente legitimação por parte da congregação da faculdade, a partir do que o aluno poderia escolhê-los, com base nas regras impostas pelos estatutos em vigor. Supõe-se que tais pontos eram transformados nos próprios títulos das teses, o que ajuda a compreender a incidência de títulos repetidos ou assemelhados.⁸⁴ Os títulos repetidos da série de 16 teses foram agrupados no quadro 11.

As seis teses que integram o grupo I deste quadro indicam uma preocupação central com a questão da educação física no lar e nos colégios. Seus autores defendem vivamente a adoção dos seus princípios e práticas como modo de elevar as habilidades e capacidades do ser humano, por entendê-lo como “a mais bella producção da Divindade, o gigante da criação” (Gomes, 1852), ponto de vista que procuram fartamente demonstrar ao longo do discurso. Entretanto, articulam o trabalho a ser desenvolvido do ponto de vista da educação do corpo com os aspectos morais e intelectuais, como o próprio Gomes indica:

Mas, para que elle [o homem] possa elevar-se á posição excelsa para que fôra destinado, incessantes cuidados em prol de seu desenvolvimento physico, da perfeição de seu moral, e da cultura de sua razão e intelligencia são altamente necessarios. Dirigir o physico, aperfeiçoar o moral, e cultivar a razão e intelligencia, tal é o triplice fim á que se propõe a educação. O homem será um rachitico e fraco, robusto e forte, um demonio ou anjo, um ignorante ou um sabio, conforme a educação que se lhe tiver dado. Tratar da educação, no que diz respeito ao physico do homem, tal é a tarefa de que nos encarregaram. [...].

Ao conjugar a preocupação com o físico, a moral e com o aspecto referente ao intelecto, ele aponta para a relevância do esforço educativo, indicando os pares opostos que podem resultar do positivo interesse ou da

⁸³ A não-repetição dos títulos não implica em deslocamento temático, podendo ser explicada pela própria finalidade da tese. No caso das que não apresentam títulos repetidos, uma objetivava a revalidação do diploma (Dr. Naegeli) e a outra se constituía em requisito do concurso para ingresso no magistério da FMRJ (Dr. Vasconcellos).

⁸⁴ Outros casos de repetição de títulos podem ser verificados no anexo 1.

negligência na tarefa educativa do homem (rachitico e fraco, robusto e forte, um demonio ou anjo, um ignorante ou um sabio). No conjunto das três teses que elegem a educação física como núcleo central, esta aparece associada às dimensões moral e intelectual do ser humano, embora a ênfase recaia sobre o corpo. No entanto, vale ressaltar que, nestes discursos, a compreensão da medicina acerca da educação física é bastante ampla, envolvendo, de início, a própria conduta dos pais, em especial, a sua conduta moral pois, para Gomes (1852), “o futuro dos filhos está ligado à vida anterior dos paes”. O conceito de educação física abrange, também, no caso, uma preocupação com a gravidez, criticando-se os procedimentos que as mulheres grávidas tinham, ao mesmo tempo que se prescrevia os recomendáveis, do ponto de vista da ciência médica e da higiene. Nesse sentido, para o autor, a indiferença cercava por toda a parte as mulheres grávidas e, esquecidas estas do importante papel que representam na sociedade, bem como da sublime posição a que seu estado as elevava, procuravam ocultá-lo, levadas por “falsos preconceitos e mal entendidos prejuízos dos desarranjos e modificações que a gravidez imprimia a seu talhe esbelto”. Os falsos preconceitos e a indiferença faziam, então, com que as mulheres grávidas fizessem uso de “arrochantes colletes” e se entregassem com “excessiva prudencia ao canto, á dansa, nessas salas onde sorviam divinaes prazeres no meio de uma atmosphaera viciada, quente, e por demais elastica”.

Gomes descreve outros comportamentos usuais e condenáveis por parte da mulher grávida, dentre os quais destaca o enclausuramento e a questão da alimentação. Tal diagnóstico funciona, então, como fundamento para o conjunto de prescrições que estabelece. Por exemplo:

Assim, os vestidos largos, o moderado exercicio em ar livre, consistindo em passeio a pé, longe do calor, frio e humidade excessivos, que podem debilitar ou matar o feto, o uso de alimentos nutrientes e de facil digestão, a abstinencia de alimentos e condimentos excitantes, de bebidas alcoolicas, o uso moderado do chá e do café, a conservação regular de suas evacuações, etc. taes são os preceitos que a mulher deve impor durante sua gravidez (Gomes, 1852).

A palavra que marca essas prescrições é “moderação”. Moderação nas vaidades, no lazer, no exercício, na alimentação e nas evacuações, den-

tre outros hábitos e práticas femininas. Moderação, pois, constituía o lema e o fim a que os médicos objetivavam, de modo a assegurar a saúde do novo ser, já no interior do útero materno. Associavam, conseqüentemente, boa saúde a modos de comportamento moderados, os quais eram definidos e defendidos pela medicina e higiene. O conceito de educação física, na perspectiva médica, à época, abrangia, igualmente, recomendações sobre o parto e cuidados com o recém-nascido, englobando o trabalho das “aparadeiras e parteiras” e os cuidados com a vestimenta, leito, asseio, banhos, vacinação e nutrição dos bebês. Tal concepção remetia, também, aos cuidados a serem tomados durante a primeira infância que, para ele, correspondia ao período compreendido entre o nascimento e os 18 meses de vida. Após esta idade, recomendava um conjunto de atividades que deveriam ser realizadas pelas crianças, tais como a natação, a esgrima, a dança, o jogo de malha e de ginástica, de modo a preencher o tempo das mesmas com atividades que as livrassem de males. Finalmente, ele enfoca o tratamento da educação física no interior dos colégios, cujo início, segundo o argumento médico, deveria ocorrer aos sete anos de idade – que, de resto, segundo a defesa da medicina, seria a idade adequada para que a criança iniciasse seu processo de escolarização. Do mesmo modo que no lar, as prescrições acerca da educação física na escola eram abrangentes, envolvendo, por exemplo, a alimentação, tempo de estudos, seleção e adequação dos exercícios físicos em função das idades, asseio, vestuário e castigos corporais.

O segundo conjunto de teses apresentado no quadro 11 possui, como núcleo central, o tema da higiene, a partir do qual se articula um amplo e cuidadoso discurso sobre os colégios. Há oito teses integrantes desse grupo, intituladas *Esboço de uma hygiene de Collegiios applicavel aos nossos; regras principaes tendentes á conservação da saúde e ao desenvolvimento das forças physicas e intellectuaes, segundo as quaes se devem regular nossos collegios*, havendo ligeira variação na pontuação, na diagramação dos títulos e no uso do último verbo (regular e reger). O conteúdo, apesar de ser distinto na ordem de tratamento de temas e questões, além de apresentar diferenças de estilo e estrutura, é muito semelhante. Seus autores, com base em um diagnóstico negativo sobre a educação escolar, formulam prescrições sobre: 1) Localização dos estabelecimentos colegiais, dimensão dos estabelecimentos e sua arquitetura. Nesse ponto, a preocupação maior era construir a escola longe de qualquer foco de infecção e dentro dos preceitos de

higiene tão caros à medicina da época; 2) comunicação entre meninos de idades diferentes, sendo assinalada uma severa proibição desse tipo de contato; 3) tempo, tipo de aula e o tempo de recreio; 4) alimentação: quantidade, qualidade e rotinas; 5) vestimentas; 6) os sentidos e as excreções; 7) o quarto e o sono; 8) os banhos; 9) a natureza do trabalho físico e intelectual; e 10) princípios morais e disciplinares.

Como é possível constatar, apesar da tríplice articulação entre saúde, desenvolvimento físico e intelectual, um quarto aspecto se destaca na agenda dos médicos e remete à dimensão moral, especialmente quando tratam da relação entre meninos e meninas, quarto, sono, princípios morais e disciplinares.

Nesse segundo conjunto de teses prevalece a contribuição oriunda da higiene, tida por muitos médicos como o principal ramo da ciência médica,⁸⁵ na medida em que esta ramificação seria propriamente aquela da qual se originaria um programa suficientemente eficaz para equacionar os problemas do mundo social, de suas instituições e de seus sujeitos, interessando-nos particularmente discutir a representação acerca da organização escolar construída por meio deste discurso, bem como a que é feita dos sujeitos da escola: professores, alunos, diretores e familiares.

O terceiro grupo apresentado no quadro 11, de duas teses, pode ser considerado como uma variação do segundo, embora o título seja distinto daqueles que compõem o grupo II, o que fica explicitado no discurso do Dr. Armonde, em 1874:

Vamos, pois, descrever, de uma maneira geral o estado da educação physica, moral e intellectual da juventude, nesta grande e importante cidade.

À medida que discorrermos, fallaremos das relações existentes entre esse estado e a saúde dos habitantes, procurando mostrar que molestias

⁸⁵ Uma evidência dessa afirmação se encontra presente no discurso do médico Coutinho, que em sua tese, de 1857, constrói um amplo panorama para sustentar essa posição: “Desde tempos remotos até nossos dias, a conservação e o aperfeiçoamento da espécie humana são considerados uma necessidade indispensavel; nos esplendores da civilização actual, nos desertos da Arabia, no centro da Grecia bellicosa e no tempo das grandezas da Roma antiga, embora se revista do espirito religioso, ou se ostente no patriotismo espartano, tome a forma de principio humanitario, é sempre a hygiene dictando os preceitos para a conservação e o aperfeiçoamento das forças humanas”.

ha entre nós, cujo desenvolvimento é devido á imperfeita educação; concluindo que, com o aperfeiçoamento desta, muito ganharão o nosso estado sanitario e a nossa civilização, a nossa futura grandeza, seja material ou moral.

A educação, todos o sabem, comprehende tres ramos: educação physica, moral e intellectual. Tão intimas são as relações que entre si guarda esta triplice ramificação, que muitas questões não podem ser completamente classificadas [...].

O discurso presente nesse terceiro subconjunto de teses se encontra visceralmente comprometido com as contribuições da higiene, que toma para si a causa educacional, relacionando-a com a questão da saúde, base para melhorar o estado sanitário, a civilização, o engrandecimento moral e material da Corte e de seus habitantes.

A partir deste mapeamento, apesar da titulação distinta dos três conjuntos, pude trabalhar com a compreensão de que os discursos registrados nas teses dos médicos, ao longo de 47 anos (1845-1891), encontrou inspiração primeira nos preceitos da doutrina higienista. Assim sendo, a repetição dos títulos cumpre a função de identificar temas priorizados pela FMRJ e de assegurar uma produção e circulação do modo médico de encará-los. A variação de títulos que remetem ao mesmo tema, no caso, o educacional e o da higiene escolar, possibilita abrir o interesse pela leitura, ao mesmo tempo que sugere uma certa redefinição de objetos recobertos pelo saber médico.

Um outro aspecto observado nesse levantamento diz respeito ao comparecimento de autores/autoridades no interior do discurso médico, sendo evidenciada aí uma dupla operação, cuja ocorrência se dá, por vezes, de forma conjugada. Os médicos brasileiros se referem a grandes personagens da história da humanidade, buscando nos mesmos, modelos a serem seguidos ou a serem evitados. Assim, comparecem no discurso do Dr. Andrada Junior referências às escalas zoológica e das sociedades – “desde as selváticas das primeiras idades, até as industriosas e esclarecidas sociedades dos tempos modernos” –, como argumento que justifica a presença do *instinto de conservação*, o qual era responsável pelo combate aos “insultos da dôr, e firmar o império do bem estar”. Nessa linha de raciocínio, o *instinto de conservação* teria sido, também, constituidor das primeiras regras da higiene. Cruzando-se com essa estratégia, o médico enumera aque-

les que, de seu ponto de vista, colaboraram decididamente para conservar os homens, criando as regras da higiene pública: Moyses, Lycurgo, o “ve-lho Cós”, Esculápio, Hipócrates, Diocles Celso, Caristo, Plutarco e Galeno, dentre outros.

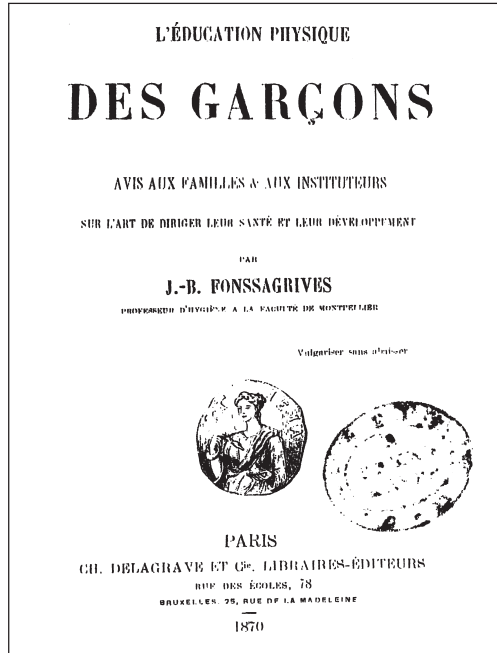


Figura 8 – Capa da obra do Dr. Fonssagrives (1870).

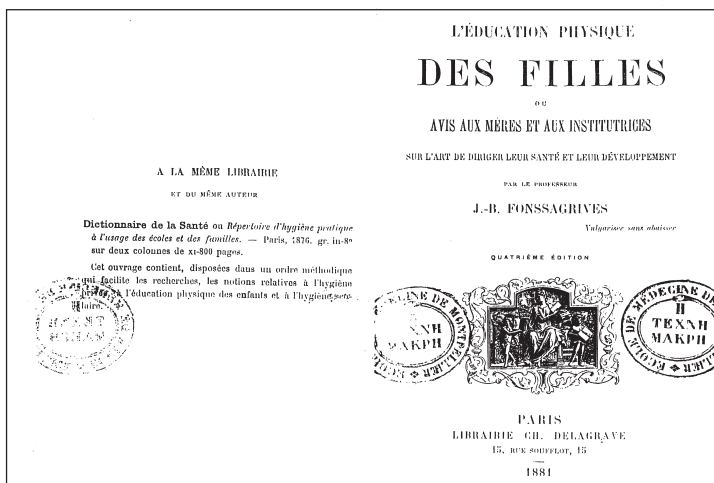


Figura 9 – Capa da obra do Dr. Fonssagrives (1881).

De um e de outro lado do Atlântico, a preocupação com a formação das novas gerações se encontrava no horizonte da medicina, de modo a possibilitar uma modelação dos novos sujeitos à ordem urbana que se queria forjar, para o que um novo repertório se tornava necessário, de modo a fundar e erigir novas organizações e novas práticas consoantes com as prescrições da ciência médica, da racionalidade e da ordem burguesa.

Outra modalidade de interlocução presente no discurso das teses consiste em articular o seu enunciado com as posições de outros médicos e/ou autores que colaboraram para o desenvolvimento da compreensão da medicina e da higiene, notando-se, neste caso, um privilégio concedido aos autores franceses, conforme pode ser verificado no anexo 6, no qual figuram os autores/personagens citados nesse conjunto de discursos analisados.

Em comum, essa dupla operação procura fazer uso do argumento de autoridade, presente tanto na erudição demonstrada pelos exemplos trazidos da história da humanidade, como pela rede discursiva tecida com autores contemporâneos aos médicos, especialmente os franceses.⁸⁶ Nesse sentido, mais do que autores individualmente, a autoridade é dada pelo país adotado como modelo e pela ciência dele originária, possibilitando, desse modo, a partilha de um ideal de Estado e de ciência igualmente modernos.

Os autores referidos, por sua vez, indicam que o tema da higiene também freqüentava as preocupações dos médicos franceses, como pode ser evidenciado em um conjunto de teses defendidas nas faculdades de medicina de Montpellier e de Paris entre 1807 e 1888.⁸⁷

⁸⁶ Secundariamente, temos a presença de autores ingleses, nomeadamente John Locke e Herbert Spencer. Note-se que se trata de uma outra nação que também empreendera bem-sucedida revolução de caráter burguês, inspirando e embalando os sonhos de modernidade que capturaram parte de nossos acadêmicos nos anos oitocentos.

⁸⁷ Cf. listagem de fontes.

O que seria do homem sem o conhecimento do que pudesse lançar mão para contentar as suas necessidades? Seria como o baixel açoutado e corrido pelos ventos, o ludibrio das ondas, fugindo de uma para soçobrar na outra.

Dr. Ubatuba, 1845.¹

¹ Trata-se da epígrafe utilizada no capítulo 1 da tese desse médico. Como as demais epígrafes por ele utilizadas se encontram identificadas, é possível que esta seja de autoria do próprio Dr. Ubatuba.

Modelo higiênico e forma escolar da educação

A análise que desenvolvo a partir daqui tem como referência um modelo adotado pela medicina para discorrer sobre os problemas educacionais, o qual se encontra presente, de forma explícita, na estrutura de três das teses que integram a série documental referida; nomeadamente as de Andrada Junior (1855), Azeredo Coutinho (1857) e Matta Machado (1875). No entanto, o modelo a que me refiro funciona como um efetivo organizador do discurso médico no que diz respeito às representações acerca da educação e, nesse sentido, é possível percebê-lo insinuado ou atravessando o discurso das outras teses, embora em alguns casos, ele sequer seja nomeado. Mesmo nestes casos, é possível identificar que o discurso expreso recobre objetos sugeridos pelo modelo médico-higiênico tomado como padrão pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, o qual se encontra baseado na classificação de Michel Levy e Becquerel,² autores de tratados de higiene, conforme informação de Andrada Junior (1855):

² Machado (1875), em sua tese, indica que esse modelo classificatório foi formulado por Royer Collard e adotado por Becquerel: “Assim, a bem do methodo e da clareza, estudaremos a hygiene dos internatos, applicando a esta parte da sciencia a divisão de Royer Collard, adoptada por Becquerel na exposição geral de hygiene; assim estudaremos: 1^a – o objecto, neste caso particular, o menino. Em suas diferentes modificações individuaes; 2^a – o objecto em suas relações com os modificadores extrinsecos: materia da hygiene”. Com base nesse modelo, Machado subdivide a segunda parte da “Secção primeira” de sua tese, que trata da “Hygiene dos internatos”, em dois capítulos: I – Objecto da Hygiene e II – Materia da Hygiene. No capítulo I, ele trata da idade, sexo, temperamentos, constituição e idiosyncrasias dos meninos. No segundo capítulo, toma por base o modelo higiênico já utilizado por Andrada Junior (1855).

Nessa segunda parte da nossa pequena dissertação compreenderemos o resumo das regras tendentes á conservação e ao desenvolvimento das facultades *physicas*, *intellectuales* e *affectivas* nas *circumstancias* de que falla o nosso ponto. Para maior facilidade de exposição, adoptaremos a classificação seguida por MM. Levy e Becquerel nos seus tratados de hygiene, como a mais simples e precisa, afastando-nos sómente naquillo que fôr incompativel com a especialidade de que tratamos. Assim, teremos successivamente a tratar: 1º dos modificadores comprehendidos sob a denominação de *Circumfusa*; 2º, dos *Applicata*; 3º, dos *Ingesta*; 4º, dos *Gesta*; 5º, dos *Excreta*, 6º, dos *Percepta* (grifos do autor).

A clara, forte e explícita inspiração médico-higiênica presente nas teses desses três médicos formados pela FMRJ impeliu-me ao uso desse modelo classificatório como estratégia para proceder à análise de seus discursos e, assim, refletir acerca de parte das representações de “colégio” que, com o auxílio desse modelo, a ordem médica buscou forjar. Entendo, portanto, que esse modelo circulou no interior da comunidade médica e, à época, foi apropriado por outros médicos, embora não tenha sido por eles utilizado na estruturação dos discursos de suas teses, como aparecerá sublinhado em alguns momentos da reflexão. Assim, como estratégia de leitura e análise, passo a fazer uso da classificação que Andrada Junior (1855) atribuiu aos higienistas Michel Levy e Becquerel, para examinar o discurso dos médicos brasileiros formados no âmbito da FMRJ e, nesse sentido, tentar entender elementos desse projeto de conformação do discurso pedagógico e da organização escolar para o Brasil e, de modo mais específico, para a Corte, ao longo do século XIX.

O uso desse modelo como estrutura discursiva em três teses e sua presença insinuada no restante da coleção com a qual trabalhei sugerem que o mesmo constituía objeto de estudo no ambiente da FMRJ, o que se confirma na leitura das “memórias históricas” desse estabelecimento. Ao escrever a “memória” do ano de 1855, Dr. Thomas Gomes dos Santos (1856), em determinado momento, analisa o andamento dos cursos referentes a esse ano letivo. Ao abordar o curso de hygiene e história da medicina, realizado no sexto ano, ele noticia que o curso fora completo, servindo-se o professor³ do *Tratado elementar de hygiene privada e publica*, de Becquerel.

³ Cabe registrar que o redator da memória era, à época, o lente de hygiene da FMRJ.

Da história da medicina, afirma que só fora exposta a da higiene, fazendo-se em três lições um rápido esboço da escola hipocrática. Na “memória” de 1858, escrita pelo Dr. Martins, encontra-se transcrito um trecho do relatório produzido pelo professor de higiene (Dr. Thomas G. dos Santos), o qual se intitula “Breve Relação do Curso de Hygiene de 1857”. Por intermédio do fragmento a seguir, torna-se possível perceber como Dr. Gomes dos Santos descrevia o curso sob sua responsabilidade:

Não sendo sufficiente o anno lectivo para nelle se professar com a devida extensão a história da medicina, e a hygiene privada e publica, e sendo esta ultima parte do meu curso indispensavel no ensino elementar da medicina, foi aquella quasi completamente sacrificada no anno que relato, como o tem sido nos que o precederão. Apenas, quando tratei da historia da hygiene, e comparando com as da escola de Cos as doutrinas da de Guido, mostrei os pontos cardeaes donde procedem as diferenças que distinguem o vitalismo do organismo, cujos berços se achão nessas duas antiquissimas escolas (apud Martins, 1858).

Admitindo a prioridade atribuída ao tema da higiene, o discurso do Dr. Santos possibilita perceber uma hierarquia nos saberes do curso que ministrava. Assim, na impossibilidade de um tratamento mais equilibrado, ele define a higiene como o conteúdo que deveria ser efetivamente desenvolvido e trabalhado. Feito um primeiro mapeamento do curso, Dr. Santos passa a descrever os recursos que mobilizava no curso de higiene e os limites do mesmo.

Ajudado pelo muito digno lente que rege hoje a cadeira de pathologia interna, o Sr. Dr. Antonio Gabriel de Paula Fonseca, e seguindo a ordem traçada por Becquerel no seu tratado elementar de hygiene, expus e discuti todas as questões da sciencia, exceptuando-se aquellas que se referem aos exercicios e sentidos externos, para as quaes me faltou tempo. Não dei, porém, igual importancia a todas as materias de que tratei: nas questões já resolvidas pela sciencia, ou que não se referem ao nosso Brasil com particular interesse, fui elementar; a outras, cujo estudo não se acha ainda sufficientemente adiantado, ou que têm relações especiaes com o presente e futuro do paiz, dei muito maior amplitude, julgando que para combater erros physiologicos, de que nascem prevenções

perigosíssimas na nossa sociedade, e resultão falsas applicações da hygiene, me era até permitido invocar factos estranhos á medicina (apud Martins, 1858).

Em seguida, Dr. Santos indica as questões que, do seu ponto de vista e da hygiene, mereceriam um tratamento menos elementar. Na seqüência de sua exposição aparecem a questão da raça, do desenvolvimento moral e físico, climas, aclimatação e colonização, em torno das quais ele realiza um conjunto de observações. Ao finalizar, enumera alguns outros objetos que julgava de particular interesse para o Brasil: os hospitais, cemitérios, escoamento de águas pluviais das ruas, canalização nos subúrbios da cidade, emprego de luz de gás no interior das casas, modificações nos alimentos, bebidas e hábitos alimentares que, segundo ele, “tem trazido nestes últimos quarenta annos nosso trato com os estrangeiros”. Tudo isso serviu de matéria para discussões especiais, em “seguimento das noções que lhes erão respectivas”. Lamenta, contudo, não poder relatar a maneira com que encarou tais questões, nem a solução que lhes dera, pois, se o fizesse, exorbitaria demasiadamente o que lhe havia sido prescrito, e “bastão os erros deste genero, que, segundo me diz a consciencia, já tenho comettido”, conclui.⁴

A presença de tais conteúdos no curso de formação e o uso do manual de Becquerel como um dos suportes para o ensino da hygiene ajudam a explicar a presença desse autor na organização dos discursos de teses vinculadas à cadeira de hygiene, na medida em que era um compêndio apresentado e adotado pelo professor da cadeira, o que lhe revestia de uma autoridade exemplar, fazendo com que funcionasse como um guia autorizado pela FMRJ. Desse modo, o uso dos tratados de Levy e Becquerel é legitimado e controlado pela própria faculdade e, nessa direção, indica uma partilha que ultrapassa a individualidade dos sujeitos que assinam as teses, e até mesmo de seus examinadores. Trata-se, portanto, de um discurso que representa um campo científico cioso de poder e que faz uso da

⁴ Em 1858, esse mesmo professor era o responsável pela cadeira de hygiene e história da medicina. Na “memória histórica” de 1859 também há uma referência explícita ao manual de Becquerel. Nas memórias de 1859, 1873, 1892 e 1901 não se faz referência a esta cadeira. No entanto, ainda se percebe o uso do referido tratado de hygiene em 1875, indicativo de que ainda gozava de legitimidade e se constituía em objeto de leitura por parte dos alunos.

estratégia de padronização discursiva como forma de produzir a identificação dos membros da ordem médica e de discriminar aqueles que dela não fazem parte. No caso, a apropriação dos compêndios importados do mundo civilizado termina por funcionar como um mecanismo eficaz para modelar a ordem do discurso típico da razão médica. Nesse sentido, fazer uso dos modelos presentes no tratado de higiene de Becquerel significava a demonstração de se estar apoiado em um corpo doutrinário legitimado e a disposição de integrá-lo.

O modelo dos higienistas franceses estrutura, de modo explícito, parte significativa das três teses referidas, definindo as seis partes já enumeradas: *Circumfusa*, *Applicata*, *Ingesta*, *Gesta*, *Excreta* e *Percepta*. Esse modo de classificar os objetos inscritos no campo da higiene é utilizado pelos médicos por ser, segundo eles, *simples* e *preciso*. A partir dele definem um amplo programa de regras para o funcionamento dos colégios, compreendendo a localização e arquitetura dos edifícios escolares, organização da rotina, das práticas e hábitos que deveriam ser desenvolvidos junto aos alunos, alimentação, exercícios corporais, cuidados com as excreções dos organismos e com a educação dos sentidos, de modo a conservar e desenvolver as faculdades físicas, intelectuais e afetivas ou morais dos alunos. Representações produzidas a partir daquilo que os médicos estudam, lêem, enunciavam, registram e sustentam por ocasião da adesão ao referido padrão recolhido nos manuais de higiene.

3.1. *Circumfusa* – localizar e construir escolas

Nesse primeiro item, encontramos um conjunto de observações referentes à localização dos estabelecimentos escolares apoiadas em argumentos que remetem a um discurso baseado em um certo determinismo geográfico e climático, a partir do que as questões sociais são explicadas, determinados projetos são elaborados e as intervenções neles previstas são legitimadas. A Corte descrita pelos médicos é muito semelhante à que aparece na análise desenvolvida por alguns autores a quem já me referi como, por exemplo, Costa (1989), Chalhoub (1996), Freyre (1990), Machado et al. (1978) e Patto (1996). O núcleo urbano da Corte, então, descrito como lugar inadequado à vida moral, intelectual e fisicamente sadia, não poderia e não deveria, segundo os argumentos médicos, abrigar os colégios, pois a influência geográfica e climática era tida como perniciosa e

desaconselhável às organizações que iriam cuidar dos “frutos e do futuro da nação”, sendo essa a perspectiva que orientou o olhar médico sobre a cidade, bem como sobre a localização dos estabelecimentos escolares, como podemos acompanhar no minucioso discurso do Dr. Coutinho:

O ar que se respira nas cidades não é certamente saudavel; a cidade do Rio de Janeiro reúne ás causas que vicião grandes centros de população, a sua topographia sem duvida em más condições; edificada em um extenso valle, circumdada de altas cordilheiras, com differentes collinas semeadas em sua área, em um terreno outr’ora paludoso, não offerece á saude um estado permanente. Se até hoje a mortalidade não é para atemorizar, talvez isto seja devido ás bellas florestas que corôão as montanhas da cidade, as quaes contribuem para a purificação do ar atmospherico. A muralha de granito, que cinge a nossa cidade, confina o ar viciado pelas emanções diversas que abundão nas grandes cidades; os paúes da cidade nova, as ruas estreitas não niveladas, as collinas que embaração a livre circulação de ar, e que despejão de envolta com as aguas das chuvas detritos vegetaes, são causas capazes de destruir a mais forte organização (1857).

Considerando a topografia, aspectos arquitetônicos, urbanísticos e da flora, o médico não vacila na emissão de um diagnóstico no qual julga ser o Rio de Janeiro uma cidade “destruidora”, posição que sustenta baseando-se nos elementos que arrola ao longo de seu discurso. Se a cidade é representada como imprópria, como então apostar em sua ocupação, desenvolvimento e civilização? Ele mesmo médico apresenta o “remédio” no que concerne à instalação dos colégios:

Assim julgamos conveniente que os collegios fossem situados nos arrabaldes, os quaes são entre nós admiraveis, quer pela belleza da situação, quer pela salubridade.

As boas condições da localidade consistem na sua exposição aos raios solares, e aos ventos em um terreno enxuto e elevado, isento de paúes, ou afastado de sua influencia deleteria; um terreno recentemente derubado é inconveniente por causa do humus, materia constituida por um detrito vegeto-animal que serve de nutrição aos vegetaes, o qual se apodera do oxygenio do ar e expelle o acido carbonico; o terreno areno-

so é inconveniente pelo calor que retém, e que está avaliado de 59 a 60 do thermometro centígrado; o terreno argiloso não é também conveniente, porque, segundo o sr. Vellermi, dá nascimento ás febres paludosas. Do que fica dito sobre terrenos, conclua-se que o terreno calcario ou os terrenos compactos, impermeaveis á humidade são os melhores.

A plantação e cultivo de grandes arvoredos presta-se ao recreio dos educandos, e purifica o ar ambiente; entretanto a immediata proximidade de arvores á habitação a torna humida, pela sua evaporação propria, pelas aguas das chuvas, que ellas retém, pelas alternativas de condensação noturna e pela evaporação diurna da humidade atmospherica; a pequena vegetação deve ser destruida, porque o seu detrito em escavações mais ou menos profundas do terreno com as aguas da chuva formão pequenos paúes nocivos á saude.

A proximidade do mar apresenta o grave inconveniente de entreter a humidade do solo, e quando varrido pelos ventos, são estes humidos; os rios tem o mesmo inconveniente e mais ainda o deixar nas marés baixas as suas margens descobertas, mas a existencia de um rio pouco distante e com margens escarpadas convém aos collegios, quer para banho, quer para o exercicio de natação dos alumnos (1857).

O afastamento do mundo urbano a partir da busca de um ar saudável, é tido como um critério a cuja obediência deveria ser submetida a decisão de se construir “casas de educação”. Para tanto, argumentos climáticos, geográficos, geológicos, topográficos e botânicos são articulados de modo a sustentar a defesa de que educar requereria, naquele momento, um certo isolamento da cidade, um certo enclausuramento, conforme termos de Ariès (1981), especialmente ao se tratar de colégios-internatos. Entretanto, proteger-se das febres e das doenças oculta uma outra proteção que tal medida representava: a proteção contra o mundo das ruas, dos vícios e paixões que a vida da rua poderia despertar.⁵ Enfim, tratava-se de pensar o estabelecimento de uma casa de educar que assegurasse, ao mes-

⁵ Um desses riscos, presente inclusive em outras teses apresentadas à FMRJ no século XIX, refere-se à prostituição. O comércio do amor/sexo, público e clandestino, foi objeto do estudo de Soares (1992), que explora essa questão em sua variante feminina e masculina, percorrendo, sobretudo, os registros médicos (teses e livros) e policiais (relatórios dos chefes de polícia do município da Corte) do século XIX. A propósito da prostituição feminina, confira também o estudo de Rago (1991).

mo tempo, condições de salubridade, tanto do ambiente físico como do ambiente humano. Com isso, se estariam preparando sujeitos moral, física e intelectualmente sadios; primeiro e último sonho acalentado pela ciência da higiene.

A descrição da Corte como ambiente inadequado para a construção de “casas de educação” não comparece apenas nesse discurso; ele é partilhado por outros médicos, em outros períodos, como se pode verificar em tese escrita dois anos antes, a do Dr. Andrada Junior. Segundo ele, o edifício escolar, como todos aqueles que tinham de receber temporária ou permanentemente grande número de pessoas ao mesmo tempo, deveria ser colocado em lugar bastante arejado, a uma certa distância de habitações privadas, longe de qualquer foco de infecção. Infelizmente, para ele, contávamos com um grande número de colégios no coração mesmo de nossa cidade,

em ruas acanhadas e tortuosas, pela maior parte pouco assejadas, o que, á vista das nossas condições hygrometricas e de temperatura, e da pouca elevação do sólo em que repousamos, não póde deixar de exercer uma influencia fatal sobre a saúde dos educandos (1855).

Vinte anos depois, contudo, o modo de descrever a Corte e outras capitais da província mantinha muitos dos traços contidos nesses dois discursos, como se pode verificar na tese do Dr. Machado:

Nos climas tropicaes as planicies ao nivel do mar, excessivamente quentes, banhadas quasi sempre por estensos pantanaes são muito insalubres; é por isso que as cidades do littoral são tristemente celebres pelas mortíferas epidemias que tantas vezes as tem assaltado, e, pelas varias endemias que reinam durante todo o anno.

A insalubridade do littoral do Brazil contrasta de um modo notavel com a amenidade do clima do interior, principalmente das provincias de Minas, Paraná, S. Paulo e Rio Grande; entretanto, graças a centralisação administrativa, que nos opprime com seu guante de ferro, os grandes estabelecimentos de instrucção secundaria e superior se acham nas grandes capitaes do littoral – Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, exactamente aquellas que são mais insalubres (1875).



Figura 10 – Planta da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, 1817.⁶

Agglomerado urbano e estreiteza das ruas; entre os oceanos, pântanos e montanhas; uma geografia e um povo a serem higienizados.

A insistência no argumento climático e geográfico, também presente nesse discurso, indica que seu uso possuía legitimidade, no sentido de convencer os administradores e governantes da pertinência dos princípios defendidos pelos médicos por ocasião da definição dos locais em que se pretendia construir e pôr em funcionamento as escolas que, como estou querendo provar, freqüentaram, por um longo tempo, o discurso médico. Essa preocupação, traço de um determinismo geográfico, pode ser eviden-

⁶ In: Macedo, 1991, p. 36.



Figura 11 – Vista panorâmica da cidade do Rio de Janeiro.⁷

A cidade não planejada desobedecia aos princípios do planejamento urbano-higiênico. Desobediência evidenciável na estreiteza das ruas, nas edificações acanhadas, no inadequado uso do espaço. A cidade do Rio de Janeiro, na ótica dos médicos, constituía-se uma aglomeração desordenada, agravada pelo crescimento populacional e ausência de intervenções educativas junto à população e ao espaço urbano.

ciada, outra vez, na *Tese de concurso* do candidato a professor da FMRJ, Dr. Vasconcellos, de 1888, na qual são dedicadas quinze páginas ao problema do “Local do Estabelecimento (escolar)”. Neste discurso, dois pontos são privilegiados: a topografia do terreno e a natureza do solo. Com relação a este último ponto, apóia-se no estudo do Dr. Azevedo Pimentel, o qual descreve os “diversos valles desta cidade”, a saber: 1) Lagoa Rodrigo de Freitas e Gávea; 2) Copacabana; 3) Botafogo; 4) Vale das Laranjeiras; 5) Catete; 6) Vale da Cidade; 7) Catumbi; 8) Rio Comprido; 9) Fábrica das Chitas; 10) Valongo, Valonguinho, Saúde, Gambôa, Saco do Alferes e São Diogo; 11) São Cristóvão; 12) Caju e Pedregulho; 13) Andaraí-Grande; 14) Andaraí e Tijuca; e 15) Engenho Novo. No entanto, as observações específicas sobre os “valles da cidade” não eram suficientes para determinar com

⁷ Aglomeração e arquitetura anti-higiênicas, fatores provocadores e/ou agravadores das doenças no espaço urbano. Fotografia realizada por Georges Leuzinger do alto do morro do Castelo, na década de 1860.



Figura 12 – Colégio Thomas Price Hitchings – Um modelo de estabelecimento de ensino higiênico voltado para a educação das meninas.⁸

Afastadas do núcleo urbano, em ambiente arborizado, arejado e iluminado, as filhas da “boa sociedade” adquiriam conhecimentos escolares no prédio higienicamente construído à beira da praia.

precisão o lugar mais adequado para se fixar uma “casa de educação”. Para tanto, ele adiciona uma reflexão sobre os pântanos da Corte: “Para completar a parte topográfica da zona do Município Neutro (Côrte), a que mais especialmente nos referimos, vejamos o que se passa em relação á distribuição dos pantanos quer actuaes, quer os que foram aterrados e sobre os quaes a cidade se edificou...”. Com isso, especializa ainda mais o discurso acerca dos cuidados com a seleção do lugar em que os “collegios” deveriam ser construídos.

A higiênica escolha dos lugares para construção dos colégios não encerrava a preocupação dos médicos com essa instituição, mas representa, apenas, o primeiro aspecto sobre o qual eles se debruçaram. Não é

⁸ In: Macedo, 1991, p. 178.

nem o único, muito menos o principal dos elementos integrantes do receituário médico acerca das “casas de educação”, pois, para eles, havia um conjunto de questões a ser observado, de modo a poder assegurar a fundação de uma educação e sociedade melhores. Na ordem do discurso médico, o segundo elemento que aí comparecia era uma preocupação em torno daquilo que estou designando como “arquitetura escolar”. O esforço médico, nesse momento, voltava-se para construção de um edifício que funcionasse especificamente como colégio,⁹ devendo, em virtude dessa funcionalidade, ser edificado segundo as cuidadosas orientações da higiene, como pode ser percebido no discurso do Dr. Andrada Junior. Inicialmente, chama a atenção para os materiais a serem adotados na construção dos colégios, bem como para a orientação geográfica dos mesmos:

O edifício deverá ter destino para collegio se fôr construido de materiaes refractarios á humidade, de um andar quando menos, e deve ter exposição conveniente ao sol e aos ventos: nos parece que em geral a exposição de N.O. seria vantajosa, por ser essa a direcção das altas cordilheiras dos Andes, e trazer um vento fresco; a exposição S.O. tem em geral no inverno o inconveniente de ser humida atravessando as vastas pampas e os mares do sul, são além disto os ventos d'esta direcção no Rio de Janeiro acompanhados de chuvas que humedecem a parte do edificio que se acha nesta exposição (1855).

⁹ Documentos localizados no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ) apontam para a problemática da instalação de escolas em prédios alugados, sugerindo a presença de, pelo menos, dois complicadores: 1 – a existência de edifícios com instalações adequadas; 2 – o preço dos aluguéis, cuja elevação impunha mudança freqüente das “casas de educação”, conforme consta em documentos encontrados, por exemplo, nos códices: *33.4.16* – trata da mudança da primeira Escola Feminina do 5º Distrito do prédio 365 da rua Itapiru para o número 254 da mesma rua no ano de 1914; *10.4.2* – contém documentos referentes à mudança de escolas, dentre outros, referentes ao período compreendido entre 1832 e 1872; *10.4.26* – dentre os requerimentos, portarias e avisos que podem ser encontrados nesse código relativo ao ano de 1855, destaco a lista de “móveis” considerados indispensáveis para o funcionamento da Escola Pública do Sexo Feminino da Freguesia da Nossa Senhora da Glória, remetida pela professora substituta Francisca Albina Ferreira ao delegado da Instrução Pública Primária e Secundária do primeiro distrito do município da Corte, Marcos Cardoso de Paiva. Nessa lista consta a aquisição de uma imagem do Senhor crucificado, uma tabuleta com as armas imperais, um relógio de parede e um armário para guardar utensílios; e, no código *10.4.30* há uma série de documentos referentes ao ano de 1855 acerca das escolas de primeiras letras, professores e outras questões do ensino público nas freguesias de Sant’ana, São Cristóvão, Engenho Velho, Inhaúma, Irajá, Jacarepaguá, Campo Grande, Guaratiba, Santa Cruz, Ilha do Governador e Ilha de Paquetá. Esses códices integram o acervo do Setor de Documentação Escrita do AGCRJ.

Selecionar materiais e dispor o edifício adequadamente, segundo tais argumentos, demonstrava o objetivo de controlar o perigo representado pela umidade do ar, cujo descontrolado poderia favorecer o surgimento e proliferação de doenças. Ao prosseguir, chama a atenção para as dimensões da construção, aspecto decisivo para definir o número de alunos a serem atendidos em uma determinada escola, insistindo no aspecto material da mesma e de algumas práticas de higienização a serem adotadas. Para ele, o edifício deveria ter capacidade para admitir uma quantidade determinada de educandos; as pinturas a óleo deveriam ser banidas, dada a aderência de matérias orgânicas; as paredes deveriam ser caiadas anualmente; e o pavimento, conviria que fosse encerado, não só porque era regra de asseio que agradava mas também porque, com a cera, o piso não absorveria líquido ou miasma. O teto deveria ser liso e de madeira unida, sem relevos e nunca estucado, pois em suas anfractuosidades poderiam acumular-se os miasmas que ali ficariam retidos pela impossibilidade de uma completa ventilação. Continuando, ele prescreve que as escadas deveriam ser largas e feitas de madeira, de modo a não deixar espaço inútil, e que as janelas deveriam ser numerosas e abertas até a cimalha, para que fosse possível a entrada do ar exterior e da luz solar.

Em seguida, o médico dispõe sobre a repartição interna, chamando a atenção para os tipos de cômodos que deveriam compor o edifício escolar: salas de estudo, salas de aula, rouparia, dormitórios, refeitório, enfermaria e latrinas; deixando muito evidente que ao se referir aos colégios trabalhava, especificamente, com o modelo do internato para meninos. É necessário acompanhar a detalhada descrição que faz do interior dos colégios, que consiste, no limite, da apropriação e defesa do emprego dos princípios defendidos pela higiene:

Dividido o collegio em salas de estudo, aulas, rouparia, dormitorios, e refeitório devem ser estas as divisões conservadas em rigoroso asseio; e ter a capacidade necessaria para conter um numero sufficiente de alumnos; os dormitorios especialmente devem ser espaçosos e limpos, arejados durante o dia, e não admittir mais do que um numero sufficiente de camas segundo a sua capacidade; os cortinados não devem ser usados. A enfermaria deve ser afastada da contiguidade das salas ordinarias do edificio, e servir nas enfermidades dos alumnos quando não fôrem contagiosas. Um medico encarregado da parte hygienica da educação deve

inspeccionar semanalmente o collegio e os educandos, e estes não devem entrar para o collegio sem serem previamente vaccinados: esta condição deve ser indispensavel para a matricula; os resultados da vaccina abonão exuberantemente esta pratica racional.

O refeitório conviria que fosse estabelecido em uma sala de pavimento terreo mantido em severo asseio.

As latrinas devem occupar um lugar remoto do mesmo edificio e ser construidas pelo systema inglez, dando prompto esgoto ás materias estercoraes, e ser providas de aguas para a lavagem incessante. Comprehende-se que não caberão aqui as poucas linhas supra escriptas, mas a influencia que as materias excrementicias exercem, nos obrigou a esta pequena digressão (1855).

Ressalta-se, nesse fragmento do discurso do Dr. Andrada Junior, a defesa da inspeção higiênica de modo a monitorar o espaço escolar, bem como os escolares, procurando, por intermédio de uma vigília constante, assegurar a manutenção de uma organização higienizada e higienizadora.

A preocupação com o espaço interno dos colégios permanece no interior do discurso médico e no de suas instituições. Em 1888, o médico e candidato a professor da FMRJ, Dr. Vasconcellos, retoma as preocupações com os aspectos internos dos estabelecimentos escolares, entre as quais reaparecem alguns elementos que já se encontravam presentes no discurso do Dr. Andrada, como as classes e as latrinas, por exemplo. No entanto, em 1888 tem-se um novo elemento, visto que o médico-professor trabalha com um modelo de colégio misto – aquele que deveria ter pavilhões separados para cada sexo –, e não mais o de internato para meninos, o que traz novas implicações para a organização e funcionamento dos referidos estabelecimentos.

Inicialmente, o professor desenvolve uma severa crítica em relação à arquitetura dos edifícios escolares intencionalmente construídos para servir de escolas, afirmando que “entre nós, os aposentos ressentem-se de graves defeitos”. Antes de examinar propriamente os graves defeitos que observa, posiciona-se com relação ao estilo arquitetônico que deveria marcar e ser adotado em tais instituições. Concorde que o estabelecimento escolar não deveria, nas “formas architecturaes”, apresentar uma grandeza e ornamentação palaciana, mas sim um estilo elegante, pois “a fôrma simples mas ornada com gosto e seriedade, mesmo imponente, desenvolve

o gosto do aluno para os objetos de arte e infunde-lhes desde logo o respeito, a primeira condição de disciplina”. Desse modo, o médico conjuga argumentos estéticos e morais para se opor a uma espécie de descuido verificado na escolha e edificação dos prédios escolares. Contra este descuido, ele acentua que “estabelecer, porém, como nesta capital, um collegio em um pardieiro,¹⁰ em um predio de porta e janella, é fazer do templo sagrado da educação um prolongamento do cortiço e quiçá da mansarda infecta donde muitas vezes sahe o menino”. Subtrair o menino de seu ambiente e mundo miseráveis, de modo a melhor discipliná-lo, é o objetivo que orienta a defesa de uma arquitetura escolar imponente por fora, cujo princípio disciplinador deveria encontrar rebatimento na disposição interna do prédio e nos usos do mesmo, levando-nos, portanto, a concordar com Frago (1993-1994), quando afirma que o espaço escolar diz e comunica, possuindo uma pedagogia que lhe seria própria. Nesse sentido, o espaço escolar seria também um componente educativo.

Ao esquadrinhar o espaço interno dos colégios, Dr. Vasconcellos relata os graves defeitos que percebia na organização das “classes” e na incidência da luz natural, iluminação artificial, aquecimento, número de alunos, mobília escolar, dormitórios, recreios, latrinas, mictórios, entrada, escadas, corredores, vestiário e água potável, nesta seqüência. Quanto ao problema das “classes” (entenda-se, salas de aula), ele lembra que a entrada da criança na escola representava um deslocamento para o qual se deveria estar atento, o que justificava, em sua ótica, a adoção do princípio de que deveriam reunir condições tais que o aluno não se sentisse privado ou destituído de sua liberdade. Para ele, era preciso ter muito em vista que a criança trocava “a vida simples e descuidosa, os brincos próprios dessa época, os carinhos da família pela vida disciplinar, pela aprendizagem mais ou menos severa, pelos rigores fictícios ou reais do sistema escolar”. O ingresso na escola fazia com que o aluno passasse da liberdade em toda sua plenitude para uma vida mais concentrada, mais ou menos sedentária, e para a aplicação mais acurada de sua inteligência aos primeiros elementos de sua educação. Vê-se, portanto,

¹⁰ Em estudo recente, Luciano Mendes de Faria Filho (1996) também observou um deslocamento “dos pardieiros aos palácios”, na cidade de Belo Horizonte, nos finais do século XIX e início do século XX. Na Corte, a denúncia dos colégios como pardieiros é um pouco anterior, talvez pelo fato da mesma ser uma cidade mais antiga, de ter sido sede do governo imperial e de ter iniciado seu projeto de escolarização mais cedo.

que o ingresso no cotidiano escolar, nessa ótica, deveria inaugurar uma ruptura na vida dos meninos e meninas, já que implicava passar do ambiente da liberdade plena ao ambiente da disciplina mais ou menos severa. Para sustentar esse princípio como orientador das construções escolares, ele dialoga com Arnould,¹¹ que afirmava:

a um cerebro mal acabado pede-se um trabalho já sustentado; a um corpo em via de desenvolvimento, impõe-se a imobilidade e a vida em commum; a órgãos ainda delicados, impressionaveis, offerece-se um exercicio continuado que na primeira ocasião torna-se uma solicitação excessiva.

Em função de tais argumentos, Dr. Vasconcellos defende a necessidade de uma sala cuja capacidade fosse correspondente ao número de alunos admitidos, fazendo então alusão a diversos estudos de higienistas acerca das dimensões adequadas de uma sala de aula, sendo que todos procuravam chegar a medidas que assegurassem uma capacidade atmosférica, por aluno, suficiente para a manutenção de um ambiente com salubridade.

Os higienistas, segundo Dr. Vasconcellos, considerando que a renovação do ar ocorria pelas portas, janelas e corredores, por exemplo, fixavam em 10 metros cúbicos a quantidade de ar por cabeça, mas é necessário lembrar que o problema não se resumia apenas à quantidade de gás carbônico na atmosfera, sendo talvez mais relevante o problema da quantidade de matéria orgânica no ar respirado, o que ficou comprovado no exame da atmosfera de uma escola depois da saída dos alunos. Com esse exame, observou-se que dois litros de ar deram lugar à germinação, sobre gelatina, de 37 colônias de bactérias e 33 de cogumelos.¹²

¹¹ *Traité de Hygiene Publique et Privée*. As indicações bibliográficas presentes nas teses aparecem de modo irregular, ora acompanhada apenas pelo nome do autor citado ou de um personagem da história, ora pelo nome da obra, acompanhado ou não da página correspondente à citação. Em todas, o padrão utilizado é muito diferente daquele recomendado pelas regras atuais. Por exemplo, a tipografia/editora responsável pela publicação das obras citadas não se encontra referida, tampouco o lugar da publicação. A relação dos autores citados pode ser verificada no anexo 6, indicando ao mesmo tempo as leituras de formação, sua dispersão e incidência, o que possibilita perceber os textos/autores que circulavam no ambiente acadêmico da medicina ao longo do século XIX.

¹² Estudo encontrado no livro de Gernil e Babes: *Les Bactéries*, p. 25, que por ele é referenciada.

No cálculo da metragem cúbica deveriam ser levados em consideração o espaço ocupado pelo mobiliário, o sistema de ventilação natural – janelas, portas e corredores – e forçado – aparelhos de aspiração e de propulsão do ar –, bem como as características da criança da Corte. Com relação a este último ponto, Dr. Vasconcellos adverte que “no nosso clima a criança, cujos movimentos inspiratórios são mais numerosos até a idade de 13 annos do que nas idades subsequentes, regulando entre 20 e 22 movimentos thoracicos por minuto”, necessitava de uma atmosfera “pura e abundante” em oxigênio, a fim de que esse elemento pudesse “offerecer materiaes mais activos para as activissimas trocas moleculares que se processam n’este organismo” (1888).

Outro aspecto caro à medicina era a iluminação interna do edifício escolar, já que ela se articulava diretamente com a função da respiração e poderia, com a inobservância de princípios médicos, provocar doenças. Tais princípios condenam a iluminação artificial baseada no uso do gás, das velas de sebo, dos óleos não-purificados e da estearina. Ao proscurem o uso dos referidos comburentes, indicam que os mesmos deveriam ser substituídos pelos óleos purificados, de modo a banir o “ar viciado” das casas e dos colégios. Para Dr. Azeredo Coutinho, a iluminação nas salas de estudo dos colégios e, sobretudo, nos dormitórios deveria merecer especial atenção, já que a luz artificial que substitui a luz sideral mudava consideravelmente a proporção dos princípios constituintes do ar ambiente, produzindo novos princípios nocivos à saúde, alterando-os e elevando a temperatura. A luz a gás, no Rio de Janeiro, merecia primeiro lugar da “nossa atenção”, pois era empregada de forma inconcebivelmente abusiva, passando das ruas para as casas particulares, para os quartos de dormir; salas de hospitais e dormitórios de colégios, afirma. Na continuação, ele diz que seria curioso saber a quantidade de gás produzida no gasômetro, a quantidade consumida pela combustão e a quantidade perdida anualmente, pois, talvez, “as febres adynamicas pela sua frequencia expliquem mais tarde a quantidade de gaz que altera o ar atmospherico”. As fugidas de gás, argumenta, trariam graves inconvenientes à saúde quando ocorressem em lugares onde não fosse possível uma boa ventilação; já em um dormitório, poderiam ser fatais. Contudo, para que um aposento qualquer se tornasse viciado, não seria preciso que o gás escapasse sem ser queimado, pois os produtos de sua combustão eram suficientes para alterar o ar em um lugar limitado, porque “consumindo o oxigênio produz o ácido carbonico, óxi-

do de carbono, hidrogeno carburetado, etc.”.¹³ Finalmente, acerca do uso do gás, exclama que o mesmo era capaz de destruir a mais robusta organização no dormitório para educandos, onde tantas causas se reúnem para destruir a saúde, “vem ainda o espírito de economia introduzir o gaz de iluminação!”. Em seguida, procura trazer uma evidência empírica de modo a reforçar seus argumentos:

Consideremos o que se passa em uma sala onde dormem quarenta educandos, – é um espaço limitado e fechado onde o ar exterior não penetra senão escassamente; – a respiração d’estes individuos, a combustão do gaz, a transpiração cutanea e pulmonar e os productos organicos d’esta transpiração; – a respiração e a transpiração apoderão-se do oxygenio do ar; um individuo adulto exhala 4 por 100 de acido carbonico, a transpiração cutanea e pulmonar, que fornece materias organicas, accumulando-se, é por si sufficiente para produzir principios deleteres; reunindo-se tantas causas, perguntaremos: – será possivel que o organismo resista a influencias tão perniciosas? Não certamente. Se a sua acção não é notavel é porque lenta e insensivelmente ella exerce insidiosamente a sua influencia malefica (1857).

Ao concluir seu discurso, volta-se para o exame de outros modos de iluminação artificial utilizados nos colégios, igualmente condenáveis do ponto de vista médico-higiênico:

As vélas de sebo, os oleos não purificados, a stearina, dão pela combustão productos variados, predominando o carbono, os acidos stearico, margarico, oleo empyreumatico, oleona, etc., os quaes levados pela respiração nas divisões bronchicas, podem ahi ser absorvidas e modificar a oxygenação do sangue, e alguns destes productos por suas qualidades acres e fumaça irritão as superficies mucosas e provocão tosse.¹⁴ A

¹³ Aqui tudo indica a existência de uma aproximação entre a medicina e a química, confirmando o que Foucault (1996b) percebera para o caso da medicina social urbana francesa que, segundo ele, foi por intermédio desta medicina que a profissão médica se pôs em contato com outras ciências afins, fundamentalmente, a química: “Y fue precisamente el análisis del aire, de la corriente del aire, de las condiciones de vida y de la respiración lo que puso en contacto a la medicina y a la química” (p. 99).

¹⁴ Aqui, outra vez, pode-se perceber um diálogo entre a medicina e a química.

iluminação dos dormitórios convinha ser feita em lampadas contendo oleos purificados, os quaes pela sua completa combustão, os productos que se desenvolvem são pouco nocivos (1857).

Como se pode perceber, a higiene se preocupava em definir tanto o espaço exterior como o espaço interior dos colégios, para que, com essa dupla combinação, pudessem ser construídos edifícios capazes de abrigar uma grande população de estudantes, impondo-lhes o modelo de “bom ambiente”, considerado então como o ambiente civilizado, porque higienizado. Assim, ao tratarem dos arredores do colégio, ou *Circumfusa*, os médicos dedicam especial atenção às condições do local nos quais as escolas deveriam ser edificadas, prescrevendo que a preferência deveria ser dada aos lugares afastados da cidade, altos, arejados, bem iluminados, isto é, defendiam a construção de colégios nos arrabaldes e colinas da cidade, sugerindo, com isso, critérios para a higiênica expansão do espaço urbano e, conseqüentemente, para a escolarização. Nesse sentido, torna-se extremamente pertinente a observação de Escolano (1993-1994), que afirma ser não apenas o espaço-escola, mas também sua localização e disposição na trama urbanística de povos e cidades, um elemento curricular, pois para ele “la producción del espacio escolar en el tejido de un espacio urbano determinado puede generar una imagen de la escuela como centro de un urbanismo racionalmente planificado o como una institución marginal y excrecente” (p. 101). No caso da Corte, no Brasil, a produção do espaço escolar esteve amalgamada com a construção do espaço da cidade, sendo aquele um componente decisivo para fundar a clássica idéia de cidade-educadora, conforme defendera Rousseau e muitos higienistas, o que, segundo Escolano, também se processou na Espanha ao longo do século XIX e princípio do século XX. Ele afirma ainda que, para o caso espanhol, pode-se assegurar que o esforço, levado a cabo pelos políticos e técnicos do regeneracionismo do último período entre séculos, em definir o modelo (ou os modelos) de arquitetura escolar cumpriu não apenas uma função pedagógica, mas também um compromisso cultural de primeira magnitude, ao criar um dos símbolos que melhor aglutina a consciência coletiva dos povos e sua própria identidade. Não deve surpreender-nos esse aspecto, continua Escolano, pois foram precisamente os regeneracionistas que propiciaram a criação e difusão destes símbolos que transmitem um certo *ethos* em favor da modernização nacional.

No caso do Brasil, e particularmente da Corte, percebe-se um fenômeno semelhante. Aqui, a construção de colégios em edifícios próprios, para funcionarem como lugar de ensino a partir das prescrições da higiene, certamente funcionou como um emblema e um ícone do amplo projeto de modernização – entenda-se, de higienização nacional. A Corte como um laboratório¹⁵ e a escolarização como fundamento de uma cidade higiênica representavam os grandes objetivos de nossos higienistas, daí que prescreviam orientações não só voltadas para ordenar os arredores dos futuros colégios, como também os seus interiores.

A reflexão acerca dos critérios de edificação escolar abarca, por sua vez, uma ampla e rigorosa proposta de modelação de seu espaço interno, absorvendo então os temas referentes aos materiais de construção civil, divisão interna e práticas que aí deveriam ser instituídas, tais como as de matrícula de alunos a serem aceitos pelo colégio, de higiene pessoal, de controle sanitário, de acompanhamento da saúde dos educandos e de iluminação. Como afirma Escolano (1993-1994), a materialidade do modelo médico de colégio é uma expressão do próprio discurso dessa ciência e de seus representantes, pois, ao definirem critérios para localização e construção das organizações escolares da Corte, deixam aí presentes elementos de sua cultura.

É necessário ressaltar que a entrada dos elementos da localização e edificação dos colégios na agenda médica, isto é, a presença do espaço escolar no interior da ordem médica, torna-se reveladora do minucioso projeto de intervenção da medicina, pois, segundo Escolano (op. cit.), o espaço-escola não é só um espaço no qual se assenta a educação institucional, ou seja, um cenário desenhado a partir desse pressuposto quase que exclusivamente formal onde se situam os atores que intervêm no processo de ensino-aprendizagem para executar um repertório de ações. Para ele, a arquitetura escolar é também, por si mesma, um programa, uma espécie de discurso que institui em sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância, marcos para a aprendizagem sensorial

¹⁵ A tese de que a província do Rio de Janeiro funcionou como um laboratório em que eram testadas políticas que, posteriormente, ganhariam alcance nacional, é defendida por Mattos (1994). Aqui, observamos que esta perspectiva pode ser aplicada ao caso da Corte, pelo menos no que se refere à matéria educacional. Esta hipótese é fortalecida com as reflexões de Neves (2003) acerca da função cenográfica das cidades-capital.

e motora, e toda uma semiologia que recobre diferentes símbolos estéticos, culturais e, ainda, ideológicos.

O edifício escolar, nessa perspectiva, deveria ser duplamente emblemático. O exterior deveria ser identificado por todos como um espaço de educação, devendo o interior, por sua vez, traduzir os princípios de ordem, vigilância, disciplina e moral, tão caros aos nossos higienistas. Dessa forma, deve-se entender a inclusão da arquitetura escolar na ordem médica como um aspecto do amplo, rigoroso e cuidadoso programa curricular contido nas representações dos médicos acerca do espaço escolar, que, por sua vez, integrava um projeto mais ambicioso, que era o de intervir na própria arquitetura da cidade, um dos traços, segundo Foucault (1996b, pp. 92-101), do projeto de medicina urbana instaurado em fins do século XVIII e início do XIX, sobretudo na França.

Para esse autor, a medicina urbana possuía três objetivos centrais: 1) analisar os lugares de concentração, acumulação e agrupamento de tudo o que no espaço urbano poderia provocar enfermidades, lugares que geravam e difundiam fenômenos epidêmicos ou endêmicos, daí o interesse pelos cemitérios e matadouros, por exemplo; 2) controlar a circulação, não dos indivíduos, mas de coisas ou elementos, essencialmente a água e o ar, daí a preocupação com as dimensões da rua, já que estas eram tidas como as “veias e artérias” do corpo urbano, as dimensões dos ambientes públicos e privados e a proteção das fontes de água, por exemplo; e 3) organizar um sistema de captação e distribuição de águas, bem como o de esgotos da cidade.

Na Corte, os médicos incorporam esses objetivos da medicina urbana, a partir dos quais a inclusão dos colégios na agenda da higiene se justifica, pois estes se constituem lugares de aglomeração e formação de sujeitos, do mesmo modo que o espaço físico associa os problemas do ar, das águas e do tratamento dos dejetos, donde a inclusão e elevação dos mesmos como uma das prioridades dos médicos no reordenamento físico e humano da cidade. Logo, é necessário compreender e articular o projeto de intervenção higiênica nos colégios da Corte como parte de um projeto mais global de medicalizar o urbano, o que fica claramente explicitado nas teses de conclusão do curso médico na FMRJ, mas que, do mesmo modo, comparece no discurso de um futuro professor dessa organização, em sua tese de concurso de ingresso à carreira do magistério da faculdade. Dr. Vasconcellos (1888), após abordar o problema da topografia do terre-

no e natureza do solo, aspectos a serem observados na definição dos locais para construção de edifícios escolares, inventaria outras três causas que concorriam para a insalubridade¹⁶ dos estabelecimentos de educação: 1) especificidades e dimensões dos prédios escolares; 2) iluminação; e 3) ventilação. Ao abordar essas causas, as relações com o urbano ficam vincadas. Com relação à primeira causa, afirma que a maior parte dos estabelecimentos de instrução funcionavam em prédios que não haviam sido edificadas para esse fim especial; os da cidade, principalmente, ressentiam-se desse grave defeito, pois os prédios, encravados entre outros, às vezes mais elevados, não tinham capacidade para o número de alunos que recebiam, nem estavam divididos convenientemente – ou, antes, o eram pessimamente. Aqueles construídos especialmente para esse fim, continua Dr. Vasconcellos, apresentavam dimensões muito acanhadas para a grande quantidade de estudantes que os freqüentavam.

Ao se referir à causa da iluminação, o professor diagnostica que a luz que penetrava nos estabelecimentos de ensino pela frente ou pelos fundos se dava em pequena quantidade e por pouco tempo, “algumas horas apenas e não invadindo toda a sala, tudo devido não só aos defeitos da construção, como a má orientação de todas as ruas entre nós, e a grande altura dos prédios em relação a largura das ruas”. O problema da ventilação era, para ele, pior que os anteriores, já que as ruas estreitas e mal orientadas, em sua maior parte, eram um grande obstáculo ao regular arejamento da maior parte dos prédios da cidade. Discorre também sobre aspectos da arquitetura dos prédios escolares, que, para ele, interferiam na ventilação: as janelas subdimensionadas, a grande altura dos prédios, a deficiência de aberturas, as longas escadas e extensos corredores e a inadequada exposição dos prédios no que diz respeito à direção dos ventos. Além disso, apregoa que os prédios escolares deveriam estar distantes dos cemitérios e das grandes fábricas e seguir determinados critérios na construção – terreno, topografia, elevação do prédio em relação ao solo, por exemplo – e na escolha dos materiais a serem neles utilizados – pedra,

¹⁶ Para Foucault (1996b), é preciso assinalar que salubridade não é o mesmo que saúde, mas se refere ao estado do meio ambiente e aos seus elementos constitutivos que permitem melhorar esta última: “La salubridad es la base material y social capaz de asegurar la mejor salud posible a los individuos” (p. 100). Este, ao que tudo indica, parece ser o conceito de salubridade do qual os médicos brasileiros se aproximavam.

tijolo,¹⁷ argamassa de barro, cal, areia, madeiras, telhas, zinco, dentre outros. É possível perceber, com tudo isso, que a crítica que o médico-professor da FMRJ desenvolve em relação aos prédios escolares, bem como o projeto que a partir daí formula e defende, representam um aspecto da crítica e do projeto traçado para o espaço urbano incorporando marcos e fundamentos médico-higiênicos, inserindo-se aí os dispositivos que visavam ao ordenamento da organização escolar.

3.2. *Applicata* – cobrir, proteger, modelar e limpar o corpo

Nesse segundo item do modelo de Becquerel, os médicos se referem ao problema do vestuário e da chamada higiene pessoal,¹⁸ incluindo os banhos, os cuidados com os dentes e o uso de cosméticos, por exemplo. Na questão do vestuário, remetem para o desafio que a humanidade enfrentava desde os tempos primitivos, no sentido de minimizar adversidades do meio ambiente, dentre as quais podemos destacar o problema de como proteger e vestir o corpo nu. Nessa linha de raciocínio, descrevem, inicialmente, a origem das matérias-primas utilizadas no fabrico de tecidos, sendo as mesmas oriundas dos reinos animal e vegetal.¹⁹ O tecido é representado, então, como uma forma de opor barreira às influências físicas do mundo exterior, e o uso dos seus diferentes tipos deveria variar segundo o clima e as estações. Em seguida, analisam as características de quatro tipos deste material – a lã, a seda, o linho e o algodão – no que diz respeito à condução de calor.²⁰ Esse preâmbulo possui um duplo funcionamento no

¹⁷ A preocupação com os tijolos e seu efeito na construção é bastante expressiva do modo bastante minucioso com que os médicos procuram intervir na arquitetura escolar: “O tijolo entre nós é da pior espécie; muito poroso, cheio de vacuolos, absorve e retém grande quantidade de humidade, dissolvendo-se pela exposição á chuva em grande parte; vimos amostras que absorviam 40% a 60% de agua; dever-se-ia, tanto nos predios cujas paredes são de cantaria, como nos construidos de tijolos vitrificados em revestimentos interno ou externo, ôcos, porque assim a livre circulação do ar atmosferico constituiria uma medida de alto valor hygienico [...] pode-se adoptar para esse fim o systema de Eassie ou o de tijolos unitivos de Jennings”. Ao se referir a esses dois sistemas, o autor faz referência ao livro de Arnould: *Traité de Hygiene Publique et Privée* e ao de Parkes: *Manual of Practical Hygiene*.

¹⁸ Dr. Andrada Junior (1855) inclui, neste item, um tópico sobre o contágio e outro sobre os castigos corporais, os quais serão tratados no próximo capítulo deste trabalho.

¹⁹ Dr. Machado (1875) insere também o reino mineral, afirmando que o amianto era a única substância mineral utilizada na confecção de vestidos.

²⁰ O modo de tratar as características dos tecidos é muito semelhante, indiciando haver uma partilha entre os médicos e remetendo, portanto, à própria formação recebida no âmbito

interior do discurso médico, sendo o primeiro voltado para ordenar as vestimentas dos educandos e o segundo para regular o modo de vestir das mulheres.

Com relação aos educandos, os médicos prescrevem o uso das roupas de lã batida e encorpadas no inverno, devendo, contudo, se dar preferência ao uso do algodão nas demais estações, pois, para Dr. Coutinho,

o algodão pelas boas qualidades de seu tecido deve ter preferencia á lã, não só por ser elle producto nosso, como tambem porque a lã sobre a pelle a excita de modo a produzir inflammações e erupções. Não queremos proscriver a lã, o seu uso é conveniente, mas não serve para todo o anno sem distincção de estações como o algodão (1857).

A autoridade do argumento médico é, portanto, invocada como critério decisivo na escolha do tecido adequado para o vestir.

As características das vestimentas dos educandos figuram como uma das preocupações destacadas pelos médicos, na qual constam a qualidade e cuidados com a manutenção da roupa diurna e noturna, como pode ser verificado no discurso do Dr. Coutinho:

O vestuario dos educandos deve ser folgado de maneira a permittir o livre jogo dos membros, a acção muscular e o rhythmo normal das funcções; um vestuario apertado equivale a uma cadêa que tolhendo o desenvolvimento do corpo, póde predispôr a enfermidades; a razoavel amplidão do vestuario permite uma conveniente renovação do ar contido nas malhas do tecido do vestuario entre este e a pelle, o que entretem

da FMRJ. Assim, Dr. Coutinho se refere a este aspecto: “Antes da puberdade o menino produz menos calorico, entretanto pelos jogos proprios da idade, pelos movimentos que elle executa, a produção do calorico é sufficiente; segundo a diversidade das estações fazem-se necessarios vestuarios diversos, assim estabeleceremos: no verão os alumnos devem usar roupas de linho ou algodão, porque os tecidos destes vegetaes recebem e perdem o calorico rapidamente; no inverno devem usar roupas de lã, porque recebem lentamente e guardão o calorico por mais tempo, e alem d’isto isolão o corpo da influencia dos agentes esternos e conservão melhor a caloricidade do corpo. A lã tem outras vantagens, e o algodão, bem que em menor escala, participa d’ellas; estes tecidos não se impregnão promptamente de humidade como o linho, o que depressa molha-se, condensa o producto da transpiração cutanea e resfria o corpo; os tecidos de lã e algodão deixão escapar pelas suas malhas os vapores aquosos, – não condensam a humidade, que molhando apenas o tecido logo se evapora” (1857).

uma temperatura agradável e activa a evaporação dos fluidos perspiratorios (1857).

No que se refere à conservação da limpeza, adequação e tipo de roupa a ser utilizada nas atividades promovidas na/pela escola, ele estabelece que:

Duas vezes semanalmente devem os educandos mudar de roupa; os tecidos de qualquer natureza retêm sempre em suas malhas productos de secreção cutanea: – estes productos alterados estimulam a pelle e produzem erythemas. O vestuario para dormir deve ser especial e mudado, bem como os lençoes uma vez por semana. Nos passeios convém que os alumnos usem de bonetes que não cinjam fortemente o craneo; as meninas de chapéos de palha leves: a quédia dos cabellos talvez se explique pelo uso de nossos chapéos feios e ridiculos. As gravatas de fita ou seda baixa podem ser toleradas, mas que não comprimam o pescoço, obstando a circulação e permittindo accumululo de calor e incommodo nessa região (1857).

Alinhado no combate à moda, assim ele se pronuncia:

A moda não deve entrar nas casas de educação; não, a fórmula dos vestidos deve-se attender sobretudo que as funções do organismo não sejam impedidas; a sua largura e feitio se regularão pelos preceitos hygienicos, e não pelos caprichos da moda; cessem nos porticos dos lyceos as vaidades e ostentações: – seja sempre o talento e applicação as unicas distincções para os educandos (1857).

Para os médicos, o respeito aos imperativos da boa saúde deveria funcionar como critério para a escolha do tipo de tecido, características das roupas, rotina e uso de acessórios nos liceus da Corte (e do Brasil), posicionando-se, desse modo, contra o imperativo da moda importada, sobretudo a da França. Depreende-se daí a forte presença de um argumento que prevê o respeito à natureza biológica e ao ambiente local como modo de atender às funções do organismo definidas pela ordem médico-higiênica.

No entanto, o preâmbulo objetiva igualmente condenar o culto da moda, das vaidades e da ostentação, que, do ponto de vista médico, era algo que concorria para a produção de doenças. Nesse sentido, Dr. Coutinho é enfático ao afirmar que o sexo feminino tributava à moda um culto incessante. Para ele, ainda antes da puberdade, o luxo invadia o vestuário das jovens, e os defeitos nas formas dos vestidos, que se agravavam pelos caprichos da moda, teriam inconvenientes mais graves, pois protegiam menos que o vestuário masculino:

Os vestidos não preservão o collo, as espadoas e os membros da influencia da humidade e do frio: d'ahi as bronchites, as affecções dos órgãos da geração, a phthisica que são enfermidades freqüentes no sexo feminino, e o vestuario deixa descoberta parte do corpo, sacrificando-se o pudor, forte baluarte da virtude que separa a mulher honesta do mundo de lascivias.

Continua seu discurso defendendo a condenação do uso dos coletes, afirmando que o uso desta peça por parte das senhoras era, sobretudo, prejudicial:

Comprehende-se que se use de collete como correctivo a um physico mal aquinhoado pela natureza; mas um ente perfeito cingir-se de um circulo de aço ou barbatanas com o frivolo pretexto de tornar-se mais encantadora, é intoleravel.

Conclui sua pregação de forma veemente contra o uso do colete (corpete ou espartilho), ao comparar os hábitos das brasileiras com o das orientais:

As orientaes que primão pelo luxo do vestuario e que passão por terem os mais lindos seios do mundo, usão apenas uma facha para cingirem o peito. Nas educandas este uso não deve ser tolerado: o collete desfigura o corpo, comprimindo o thorax, o figado, impede a respiração e circulação, oppondo ao livre jogo dos pulmões, do coracção e da acção muscular, graves inconvenientes que pódem occasionar a phthisica pulmonar; o completo desenvolvimento do corpo e tolhido nas meninas, que ficam perfeitamente fracas e pallidas (1857).

Repete-se, mais uma vez, a ênfase de que o respeito ao corpo assegura o bom funcionamento de seus órgãos. No caso, a condenação ao uso do colete (corpete) é emblemática da idéia de que moda e medicina não comungavam dos mesmos critérios, e que a escola – no caso, as escolas femininas – deveria proibir a adoção de um vestuário baseado na moda que, conforme o olhar médico, adoecia, tolhia e deformava. Ao contrário, seria nos fundamentos da medicina e da higiene que a escola deveria se basear para vestir meninos e meninas. Hábito este que deveria cumprir apenas a função de vestir e proteger o corpo de modo adequado, renunciando, dessa forma, à perspectiva de sua modelação pelo uso de recursos artificiais. A moda deveria ser considerada como uma grande inimiga da saúde, sobretudo da saúde feminina, já que as mulheres, segundo Dr. Coutinho, eram as que mais facilmente sucumbiam aos seus apelos, caprichos e artigos, tão combatidos pela ordem médica.

O segundo ponto tratado pelos médicos, nesse item, refere-se aos banhos e a outros aspectos da higiene pessoal. A questão da limpeza pessoal e de sua história foi estudada profundamente por Vigarello (1996), que, ao longo de seu estudo, alerta para a existência, entre os séculos XVII e XIX, de diferentes práticas de higiene, isto é, diferentes modos adotados para o sujeito se manter limpo. Tais práticas encontravam justificativas em representações que se tinham do corpo – poroso e não poroso – e da água – que adoecia e que limpava. O deslocamento da primeira para a segunda representação fez, então, com que uma higiene íntima pudesse ser alavancada a um posto relevante. Para Vigarello, tal movimento produziu repercussões amplas nas cidades, com suas arquiteturas, comunicações e fluxos: “os cuidados com o corpo implicam aqui uma reestruturação total do mundo subterrâneo e do mundo aéreo das cidades” (p. 255). Ele considera que a limpeza envolveu o imaginário das cidades, sua tecnologia e sua resistência, e que a recodificação do próprio conceito de limpeza teve, na burguesia emergente, um agente decisivo por intermédio da multiplicação dos tecidos leves e do branco, tomados como expressões da boa saúde. Nesse caso, contra a tradição da “aparência”, o discurso da higiene, apropriado pela burguesia, procurou realçar a “saúde” desdobrável na resistência e no vigor dos corpos: “é visando uma nova força que a burguesia do final do século XVIII teoriza uma limpeza da pele. Desobstruir os poros para melhor dinamizar o corpo, até mesmo utilizar a água fria para melhor firmar as fibras” (p. 252). Vigarello acrescenta ainda que

a pele deve ser atingida por um líquido encarregado de estimular: lavar as regiões encobertas pelo vestuário, decerto, mas para fortalecer. Representação da água, representação do corpo são agora exploradas segundo a física do enrijecimento. Imagens intuitivas, mais uma vez, que revelam o quanto, nesse lento processo do íntimo, a higiene pode ser objeto de racionalizações. Parece até mesmo simbólica a diferença entre a limpeza do século XVII, amplamente feita de aparências, e a do final do século XVIII, que cultiva forças secretas. Tão simbólica quanto pode ser a diferença entre uma aristocracia ligada às táticas do parecer e uma burguesia que inventa vigores. Um código cênico contra um código de forças (1996, p. 253).

Apesar de o autor se referir ao caso francês, é intrigante a presença dessa luta de representações no discurso dos médicos no Brasil oitocentista. Não estariam expressos na crítica à moda traços da luta contra as “táticas do parecer” e em favor dos vigores corporais sufocados pela moda – aliás, moda francesa? Outra semelhança nesse processo diz respeito à introdução desse debate no interior dos colégios: lá e cá os colégios foram constituídos em objeto da higiene, de modo a instaurar e reproduzir nesse espaço o “código de forças” contra o “código cênico”.²¹ Processo de instauração evidenciável, também, quando os médicos brasileiros fazem alusão à questão da limpeza pessoal, recorrendo a fatos históricos para apontar a existência de uma certa tradição nesse aspecto, como o faz, por exemplo, Dr. Andrada Junior (1855). Ao iniciar o tópico em que aborda essa questão, lembra que a necessidade de deixar a superfície do corpo em permanente asseio é por tal modo palpável, que o uso dos banhos, os quais remontavam à mais “subida antiguidade”, era consagrado por quase todas as religiões antigas, indo dos egípcios aos árabes e maometanos. A necessidade da adoção do hábito de se banhar era ainda maior nos países de temperatura

²¹ “A escola primária é outro foco, mais importante ainda, em que se divulgam as normas criadas para os indigentes. Os manuais do professor, após 1830, retomam regularmente os princípios essenciais dos manuais de higiene da época. Alguns manuais destinados aos alunos também os retomam. O *Réglement de l’Instruction Primaire de Paris* recomenda, em 1836, que sejam lidos regularmente e até decorados pelos alunos das seis primeiras séries. O manual de higiene torna-se um texto de estudo. Não é de surpreender que tal aprendizado seja associado essencialmente à instrução moral e religiosa. Trata-se mesmo de uma catequese. A higiene só faz confirmar seu status de saber oficial e didatizado” (Vigarello, 1996, p. 215).

elevada, como ele lembra, de modo a reforçar seus argumentos. Sua prescrição é semelhante à do Dr. Coutinho, que dois anos depois defendia que

os banhos geraes são necessarios e devem ser feitos duas vezes por semana, os banhos parciaes todos os dias em agua tepida no inverno, e fresca no verão: a sua duração será de quinze a vinte minutos. No verão convém os banhos de mar, tanques ou rios, offerecendo-se então oportunidade de natação; alem das vantagens seguintes, acalmão o calor geral, diminuem a transpiração pelo exercicio, e dão tonicidade aos orgãos: o banho tepido tomado em casa é um calmante e parece não exercer acção sobre a absorpção e exhalção cutanea. Nas manhãs devem os alumnos usar de agua fresca para o rosto, pescôço e braços, o que é um excellent meio tonico e sedativo do systema nervoso: o elemento principal dos banhos é a sua temperatura, a qual póde ser graduada de 26 a 36 graos centigrados; – no meio d’esta escala numerica a temperatura do banho não tem influencia apreciavel sobre o organismo (1875).

Como se pode perceber, a definição da regularidade e duração dos banhos – quinze a vinte minutos –, bem como das modalidades de se banhar e a temperatura da água, articula-se ao bom funcionamento da transpiração e absorção cutânea, tendo, ainda, efeitos fisiológicos complicados, como adverte Dr. Machado (1875).²² Essas funções estariam asseguradas no caso de dois banhos gerais a cada semana e de banhos parciais pelas manhãs. Além disso, os Drs. Andrada Junior e Machado se detêm na classificação dos banhos quanto à temperatura – frios, mornos e quentes –, bem como na recomendação do uso de cada um desses tipos. Ao se referir especificamente aos internatos do Brasil, Dr. Machado afirma que, pelo fato do inverno não ser rigoroso, os banhos frios de tanque ou rio deveriam ser preferidos aos de mar, qualquer que fosse a estação, desde que atendidos os seguintes preceitos higiênicos:

²² Vigarello (1996) chama a atenção para um outro aspecto dos banhos: o aspecto moral. Para ele, a água que lavava conferia energia, acelerava as trocas orgânicas e as funções e, nesse sentido, reforçava e protegia o corpo: “Para os mais pobres, enfim, ela acrescentaria à limpeza da pele a garantia, aparentemente, tranquilizadora, de uma ordem moral” (p. 220). Ordem moral porque evitaria uma miséria fora do controle, já que os banhos, vistos sob essa ótica, impediriam o enfraquecimento dos indivíduos pobres, prevenindo-os contra um temido “recoo”.

1) Só serão applicados os banhos frios depois de terminado o trabalho de digestão; 2) Os banhos serão rapidos e seguidos immediatamente de exercicio moderado; e 3) Salvo indicação therapeutica, so deverão ser usados no estado de saude perfeita.

Conclui o seu “catecismo do banho” informando que, atendidas essas condições, o banho frio produziria os mais benéficos efeitos. Ao se alinhar na defesa dos banhos frios e rápidos, ele demonstra combater a languidez sugerida pelo banho quente e os contatos que poderiam emergir, com mais facilidade, de banhos prolongados. É, pois, contra a tepidez dos banhos quentes e a lascívia dos banhos freqüentes, gerais e prolongados que Dr. Machado, em nome da higiene, se levanta, procurando disciplinar moralmente esta prática no interior dos colégios.

Com relação aos cosméticos, que, de acordo com Dr. Andrada Junior (1855), eram utilizados nas “diversas preparações que se costuma aplicar ás superficies do nosso corpo, afim de embelleza-las e corrigir-lhes mesmo algumas alterações”, Dr. Coutinho comenta:

As substancias empregadas como correctivos das alterações naturaes do exterior do corpo, ou para embellezal-os – chamão-se cosmeticos: o segredo dos pós para os dentes, pomadas, etc., deve prevenir contra o seu emprego; freqüentemente encerrão principios nocivos; entretanto caso ha em que o uso de uma mistura tonica e aromatica é de utilidade; aos directores cumpre a inspecção semanal em cada alumno e determinar o emprego de um outro cosmetico, tendo comtudo em vista que a agoa, as escovas e os pentes são os cosmeticos por excellencia (1857).

A proibição do uso dessas “decantadas substâncias e dos balsamos regeneradores” no interior dos colégios ressoa fortemente no discurso do Dr. Andrada Junior, quando denuncia que todos esses segredos são produtos da “egoística avidez do charlatanismo” e que, além dos perigos que se podia deduzir da absorção de partículas tóxicas contidas em muitos deles, eles exerciam uma ação destruidora: sobre a pele, irritando ou cauterizando-a; sobre os dentes, deslustrando-os e, muitas vezes, cariando-os; e sobre os cabelos, enfraquecendo os bulbos. Conclui proclamando que o uso da maior parte dessas substâncias deveria ser abolido dos colégios, com exceção “de poucas” e de um emprego evidentemente inocente. Recorre, finalmente, ao discurso do higienista M. Levy, que afirmara

que um regime bem dirigido, a sobriedade e a moderação em todas as cousas, são os mais importantes cosmeticos; que, obrando elles de dentro para fóra, fazem com que a vantagem do *habitus*, longe de representarem uma falsa apparencia, traduzão a perfeita elaboração do fluido nutriente e a regularidade das funcções (1855).

A vigilância nos colégios assume, por vezes, aspectos inusitados, revelando, por exemplo, preocupações com a queda dos cabelos e com os hábitos que poderiam provocar tal acontecimento. Daí que, no diálogo estabelecido com o higienista francês, é possível perceber a ênfase na boa direção como estratégia para obter seriedade e moderação dos alunos e alunas no uso dos mais importantes cosméticos. Em outras palavras, a vigilância nos internatos e colégios deveria ser minuciosa e preocupada com os detalhes, pois, na perspectiva higienista, era a partir do ordenamento dos detalhes que o ordenamento mais geral estaria garantido.

3.3. *Ingesta* – nutrir e hidratar

Quando abordam o terceiro item do modelo dos higienistas franceses (Becquerel e Michel Levy), os médicos da FMRJ desenvolvem uma reflexão mais geral quanto ao regime alimentar, especializando, em um segundo momento, o debate acerca da alimentação nos colégios. Com isso, adotam um roteiro ao qual recorrem com frequência e que pode ser caracterizado por um tratamento mais amplo da questão para, posteriormente, dedicarem-se a seus aspectos específicos nos colégios. Assim, produzem um breve histórico do problema alimentar na humanidade, com a finalidade de ressaltar a importância do assunto ao qual se destinam. O roteiro dos médicos compreende uma discussão específica sobre rotina alimentar nos colégios, a quantidade, a qualidade e a variedade dos alimentos consumidos, recobrando, do mesmo modo, os condimentos e os lugares de preparo das refeições.

A necessidade de incluir o problema dos alimentos e da alimentação no interior da ordem médica é justificada pelo fato de, sendo variável em virtude de climas, riqueza e civilização dos povos, configurar-se como um aspecto obrigatório na agenda dos higienistas, e para a qual o médico não poderia ficar indiferente, já que se encontrava intrinsecamente vinculado à questão da saúde pública, principalmente no caso do município da

Corte. Para Dr. Coutinho, “a cultura das substancias alimentares é ainda imperfeita entre nós, bem como a criação, propagação e aperfeiçoamento dos productos do reino animal”, o que o leva a afirmar de modo conclusivo que

daqui se conclue a importancia que deve merecer a alimentação dos educandos quando ella preenche novos fins, concorrendo para o desenvolvimento e crescimento do corpo; sem uma boa alimentação sacrifica-se o desenvolvimento physico dos alumnos; e a intelligencia não se presta senão imperfeitamente ao estudo porque é evidente que um corpo enfraquecido não resiste ás lides intellectuaes (1857).

Os colégios, enquanto espaços privilegiados para o desenvolvimento físico, moral e intelectual dos infantes e adolescentes, deveriam, portanto, funcionar como um espaço/tempo de reordenamento da cultura alimentar, à época ainda imperfeita entre nós, segundo os critérios da ciência médica. Cabe, pois, procurar percorrer e entender os caminhos defendidos pela higiene para a necessária reeducação nutricional dos escolares e, nesse sentido, destaquei alguns aspectos do roteiro médico no que diz respeito ao higiênico regime a ser adotado nessas instituições.

Rotina alimentar

Para os médicos, como não existia uma vigilância higiênica para velar, de modo geral, a instrução, deveria haver nos colégios um regime alimentar aconselhado pela “consciência dos diretores”. Na falta da vigilância aludida, Dr. Andrada Junior orientava e produzia a “consciência dos diretores”, segundo a qual deveria ser adotado o princípio das três refeições, repartindo o dia em três partes mais ou menos iguais: o almoço às oito horas da manhã, o jantar às treze horas e, às dezoito ou dezenove horas, a ceia.²³ Desse modo, as refeições seriam feitas três vezes por dia, sendo que a primeira constaria de café, leite e pão, durando o tempo preciso; a segunda constaria de sopa, um prato qualquer de legumes, carne assada e arroz. Havia uma restrição para o uso da carne cozida que,

²³ Dr. Andrada Junior assinala que esta regra (dos horários) pode ser modificada por uma infinidade de circunstâncias, que não julgou conveniente inventariar no texto da sua tese.

segundo ele, não deveria aparecer nos refeitórios dos colégios mais do que duas vezes por semana. A terceira refeição constaria de uma sopa de arroz, marmelos, chá e pão. As laranjas e outras frutas deveriam aparecer na segunda refeição, cuja preferência deveria recair sobre os frutos maduros e não resinosos. Dr. Coutinho (1857) lembra ainda que “depois das refeições devem os alumnos ter quinze minutos de recreio: o exercício moderado facilita a digestão, e a quitação entorpece o corpo e dificulta a digestão”. Dr. Andrada Junior, dois anos antes, apresentava uma prescrição distinta, já que, para ele, o recreio após as refeições deveria durar de sessenta a noventa minutos, tempo em que um exercício moderado pudesse coadjuvar os movimentos peristálticos do estômago. De acordo com seu ponto de vista, durante a repleção dessa víscera não convinhavam, de modo algum, as sérias preocupações do espírito, os movimentos exagerados, o sono e o emprego de banhos. É necessário salientar, sobretudo, que o tempo da alimentação ordenava, igualmente, os turnos do dia – manhã, tarde e noite – e as atividades escolares como, por exemplo, os recreios. Assim sendo, a fisiologia da nutrição e as regras da boa alimentação presidiam a rotina da escola no que se refere à distribuição do tempo e de algumas atividades escolares.

Quantidade

O imperativo da moderação, mais uma vez, comparece aqui como princípio norteador dos hábitos alimentares, como afirma Dr. Andrada Junior (1855): “A alimentação não deve ser muito abundante, nem demasiadamente escassa”. Excesso que, segundo ele, poderia provocar aumento da quantidade da massa sangüínea e da quantidade relativa de seus glóbulos, o que elevaria o ritmo normal e a energia das funções e provocaria funestas conseqüências, tais como congestões, hemorragias cerebrais e as já conhecidas e repetidas indigestões. Escassez que, de sua parte, provocaria magreza e redução das forças do organismo, fazendo com que os alunos contraíssem moléstias e absorvessem todos os princípios miasmáticos e contagiosos. Posteriormente, a escassez alimentar poderia fazer com que desenvolvessem hidropisia (acumulação anormal de líquido seroso, com soro, em tecidos ou cavidades do corpo), escorbuto (doença que se caracteriza pela tendência a hemorragias provocadas pela falta de vitamina C), escrófulas (designação imprecisa de estado constitucional, que se observa

nos jovens, caracterizado por falta de resistência, predisposição à tuberculose, eczema, catarros respiratórios etc.) ou qualquer outra patologia relacionada ao “empobrecimento do sangue”.

A quantidade de alimentos a ser ingerida deveria obedecer a dois critérios: o do sexo e o da faixa etária, sendo, portanto, variável. Segundo Dr. Coutinho (1857), a quantidade dos alimentos variava segundo as idades, maior no sexo masculino que no feminino, devendo sua distribuição ser feita a peso e medida e regular nas seguintes proporções: “de 9 a 12 annos quatro onças;²⁴ de 12 a 15 annos cinco onças, de 15 a 18 annos seis onças de carne; o leite, o pão devem regular na mesma proporção. O peixe deve ser usado uma vez na semana sendo fresco e de boa qualidade”. De sua parte, o aspecto quantitativo não se encontra dissociado do qualitativo, fazendo com que Dr. Machado (1875) recorra a um estudo encomendado pelo ministro da Instrução Pública da França²⁵ para explorar essa relação. Com esse estudo, chegou-se à conclusão de que uma boa alimentação a ser praticada nos internatos deveria conter as substâncias que constam no quadro 12.

Quadro 12 – Regime alimentar: quantidade e substâncias recomendadas.

Para os meninos		Para as meninas	
<i>Substância</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Substância</i>	<i>Quantidade</i>
Carbono	173 gramas	Carbono	160 gramas
Substância azotada	80 gramas	Substância azotada	70 gramas

Assim, baseado nesse estudo desenvolvido por médicos franceses, chegava-se à recomendação de um regime alimentar bastante definido, remetendo, inclusive, à composição química dos mesmos, bem como a uma grande precisão do ponto de vista quantitativo. Percebe-se, também, a presença da “química dos alimentos” subsidiando e orientando as prescrições que os médicos formulam para o regime alimentar dos colégios. Destaca-se aí a defesa de uma alimentação mista, contendo substâncias azotadas (com nitrogênio) e hidrocarbonetos, em proporções que respeitassem a

²⁴ Cada onça equivale a 28,691 gramas.

²⁵ O ministro francês encarregara, em 1853, diversos médicos para estudarem e estabelecerem o regime alimentar a ser adotado nos internatos franceses.

faixa etária e o sexo. O descumprimento dessa regra poderia levar ao adocimento dos alunos, já que uma alimentação excessivamente azotada predisponha ou determinava, segundo Dr. Machado, a pletora (congestão generalizada, aumento dos vasos sanguíneos), causa freqüente de congestões, apoplexias e moléstias inflamatórias. Já a predominância de alimentos hidrocarbonetados acarretaria, de acordo com ele, o temperamento linfático, predispondo o indivíduo à escrofulose, à tísica e à obesidade, por exemplo. Portanto, a moderação – na quantidade e na proporcionalidade – é o que prescrevem os médicos para o regime alimentar nas escolas.

Qualidade e variedade

Esse aspecto é tratado de modo a obedecer o critério da substancialidade, da digestibilidade e da variedade. O atendimento à primeira condição é justificado pela necessidade dos meninos em ter uma nutrição na razão da maior atividade de seus atos vitais e, por conseguinte, de seus desperdícios, bem como uma alimentação que suprisse as exigências do crescimento progressivo dos órgãos. O atendimento à segunda condição baseava-se na necessidade de conservação da integridade das vias digestivas. O atendimento à terceira condição, assegura Dr. Andrada Junior, fundava-se na analogia de que, da mesma forma que a variedade de idéias deleitava e corroborava o espírito, a de alimentos, guardadas certas restrições, agradava ao estômago, habilitando-o a desempenhar com mais regularidade as funções de que estava encarregado. Ainda sobre esse ponto, Dr. Coutinho acrescenta que

a qualidade e preparação dos alimentos merece especial cuidado, as substancias de má qualidade, falsificado, de máo aspecto e sabor são contrárias á saude, e desagradaveis ao estomago. A carne, alimento quotidiano e indispensavel á nutrição por ter maior quantidade de azoto do que outros alimentos, não deve apparecer diariamente como prato infallivel – sendo cozida –, porque perde pela decocção grande parte de suas qualidades sapidas e nutrientes, o que acontece tambem com a carne assada em um vaso cheio de água em vapor; a carne assada de grelha é a melhor, porque conserva as suas qualidades. O vinho póde ter vantagens como tonico e estimulante, comtudo pensamos que o seu uso deve ser ordenado pelo medico quando o julgar conveniente aos educandos.

A alimentação deve também ser variada, o melhor prato muitas vezes repetido repugna; assim na qualidade, quantidade e variedade das substancias se resumem grandes vantagens para o corpo: uma alimentação mista – vegetal e animal – é a mais saudavel, fornecendo albumina, a fibrina e a caseina que representam um papel importante na economia ou como agentes de reparação, ou como agentes de respiração (1857).

Os diretores dos estabelecimentos escolares encontrariam, então, nesses discursos, um roteiro seguro que deveriam seguir de modo a oferecer a seus alunos uma alimentação substancial, de fácil digestão e variada, como forma de equacionar e superar a imperfeita cultura alimentar reinante, tanto na sociedade de modo mais geral, como nos colégios. Os discursos promovidos em nome do saber médico-higiênico procuravam formar, pois, a própria “consciência dos diretores”.

Condimentos e bebidas

Uma série de informações químicas, bioquímicas e fisiológicas pautam o debate acerca dos temperos e dos líquidos a serem utilizados na dieta alimentar dos colégios. Com relação aos condimentos, é instigante acompanhar a posição do Dr. Coutinho:

Os condimentos são as substancias que por suas propriedades excitantes augmentão o sabor dos alimentos, e estimulão as funcções digestivas: dividem-se em salinos, acidos, aromaticos, acres e amargos; – o abuso destes condimentos produz dannos á economia; – analysemos os principaes. O assucar pôde ser considerado um alimento e um condimento: – fornecendo o carbono á respiração é um alimento; facilitando a ingestão de bebidas amargas é um condimento; o abuso do assucar pôde produzir inflammções gastro-intestinaes pelo trabalho anormal, a que obriga o estomago; o sal commum é um agente indispensavel ao homem, facilita a digestão, dá força e vigor, convindo ás pessoas fracas em proporções convenientes; segundo alguns physiologistas, este sal fornece o acido chlorydrico ao succo gastrico, e soda á bile. O vinagre e o limão ou em outros termos acido acetico e citrico irritão a mucosa gastrica, causam emmagrecimento rapido quando em fortes doses, quando porém misturados em pequenas quantidades aos alimentos facilitão

a sua dissolução no succo gastrico e convém nos alimentos mucilaginosos, cuja digestão facilitão: no Brasil, onde a putrefacção de materias organicas é prompta, são excellentes anti-septicos, prevenindo e corrigindo qualquer principio de alteração. Os aromaticos tem uma acção pouco estimulante, e são usados sem inconvenientes, a canella porém tem uma combinação sobre a pharynge, e produz sêde. Os condimentos oleosos como a manteiga, os azeites, amollecem e penetrão as substancias alimentares, cuja digestibilidade augmentão em dóse moderada; as pimentas estimulão fortemente a superficie gastrica, sua acção sobre a mucosa é caustica e irritante; o seu uso deve ser banido dos collegios (1857).

Como pode ser percebido, a presença de açúcar, sal, vinagre, limão, canela, manteiga, azeite e pimentas no cardápio indica um diálogo entre medicina e química, a partir do qual as prescrições médicas incorporaram a cientificidade da química, em favor da construção de um argumento irrefutável. Com o auxílio da química e da bioquímica, os médicos defendem exclusões e moderações no uso dos ditos condimentos a serem utilizados no preparo da dieta dos escolares.

A questão das bebidas permite o reconhecimento de um ambiente onde se discutia o melhor tipo a ser adotado pelos colégios. Nesse sentido, produziu-se um debate acerca da qualidade da água, dos vinhos, da cerveja, do café, do chá e do chocolate. Para Andrada Junior, a água pura era a bebida por excelência, por ser a que melhor preenchia as necessidades do homem colocado nas condições normais. Para sustentar essa posição, enumera alguns homens ilustres que foram “grandes bebedores de água” como, por exemplo, Haller, Locke, Milton e Demosthenes. Com isso, afirma que era “sem fundamento que se tem attribuido ao uso exclusivo da agua, como bebida, a propriedade de enfraquecer o nosso physico e moral”. Em seguida, discorre sobre as qualidades do café, indicando o consumo da infusão, “bem preparada”, para todos os países e todas as estações. Para ele, a boa infusão concorreria, em muito, para facilitar o trabalho da digestão e, por isso, depois do jantar só deveria ser negada, nos colégios, aos alunos eminentemente nervosos, aos que padecessem de afecções crônicas das vias digestivas e aos dispépticos. Destaca, do mesmo modo, o efeito positivo do café sobre o dinamismo cerebral, sendo esta mais uma razão para que o mesmo fosse freqüentemente oferecido aos estudantes. Para finalizar a defesa da “boa infusão”, ele cita o higienista M. Levy, em francês:

les esprits les plus lourds puisent dans le café une certaine facilité pour les oeuvres de l'intelligence; il ne fait pas éclore la pensée dans la cervelle de l'idiot, mais il ranime les facultés engourdies de l'homme sain, il épanouit l'imagination du poète, il ravive la mémoire du professeur, il fait couler les idées de la plume et les paroles des lèvres.²⁶

O médico brasileiro engrossa o coro do higienista e professor francês, ao declarar que a observação de todos os dias não fazia mais que corroborar as palavras daquele distinto professor, ou seja, considerando-se as benéficas ações provocadas pela ingestão da “boa infusão”, os médicos defendem vigorosamente o seu uso por parte dos colegiais. De acordo com o Dr. Machado (1875), nos colégios, principalmente nos do Rio de Janeiro, deveria-se admitir o hábito de fornecer café aos pensionistas de manhã, ao se levantarem, e depois do jantar, o que, segundo ele, já era um hábito adotado nas províncias, sem contudo, especificar quais.

Quanto ao consumo de bebidas alcoólicas nos colégios, defende-se sua restrição e, até mesmo, a dispensa desta prática muito generalizada nos países frios, visto que, nos países quentes, não se verificava a necessidade da adoção de um excitante difusivo energético, ativador da circulação periférica e que continha fortes proporções de elementos da combustão orgânica, fonte do calor animal, conforme declara Dr. Machado. Além disso, o médico alerta para o fenômeno da falsificação dos vinhos importados – que ironicamente denominava de “novo milagre da multiplicação dos vinhos” –, o que fazia com que todas as propriedades tônicas e reconstituintes dessa bebida desaparecessem, tornando-a prejudicial à saúde. Lembra, contudo, que exceções poderiam solicitar que se recomendasse o uso de bebidas alcoólicas na dieta dos escolares. Nesses casos, o uso de um “vinho generoso” deveria ser prescrito como um meio higiênico individual ou ainda como indicação terapêutica.

A recomendação do uso do chá é feita, pois, segundo a avaliação dos médicos, é uma bebida de fácil digestão e, por isso mesmo, de acordo com Dr. Andrada Junior, tornava-se preciosa para os colégios. Em certos casos deveria ser preferida ao café, já que possuía propriedades semelhan-

²⁶ *Traité d'Hygiene*, t. II. “Os espíritos mais pesados retiram do café uma certa facilidade para o trabalho intelectual. O café não faz desabrochar o pensamento no cérebro do idiota, mas reanima as faculdades entorpecidas do homem são, dilata a imaginação do poeta, aviva a memória do professor, faz escorrer as idéias da pluma e as palavras dos lábios” (tradução livre).

tes, sendo, entretanto, de mais fácil digestão. Na refeição noturna, Dr. Machado recomendava que a infusão de mate fosse preferida à do chá, na medida em que esse vegetal, por não possuir propriedades excitantes tão enérgicas, não produziria insônia nos alunos mais suscetíveis. O chocolate, por sua vez, segundo prescrição do Dr. Andrada Junior, era considerado a mais nutriente de todas as substâncias analisadas pelos médicos, porém a de mais difícil digestão, devendo ser empregada em nossos colégios somente em casos excepcionais, como analéptico, por exemplo, e mesmo assim para os indivíduos cujas forças digestivas não se achassem debilitadas. Como é possível perceber, os argumentos em favor do consumo de água, café, vinho, chá e chocolate se encontram amparados em argumentos de ordem bioquímica, que, por vezes, entrecruzam-se com os fisiológicos e temperamentais. De qualquer modo, o que fica manifestada é a disposição de controlar práticas sediadas em uma posição lateral, ordinária e minúscula, como as de ingestão das bebidas.

As cozinhas

O lugar de preparo dos alimentos figura como outro objeto da atenção dos médicos, pois para eles não era suficiente que os diretores dos colégios participassem do exame dos “gêneros de consumo” dessas instituições, a fim de detectar as substâncias corruptas ou falsificadas. Para Dr. Machado, por exemplo, os diretores deveriam se esforçar para que as comidas fossem bem feitas, já que a arte culinária era entendida como uma poderosa auxiliar da higiene. Infelizmente, afirma, isso não ocorria nos colégios e os meninos não sentiam prazer na hora das refeições: “Comem é verdade com voracidade, mas quantas vezes até com repugnância? É um facto vulgarmente conhecido a má digestibilidade das iguarias mal preparadas e que por isso são ingeridas com desgosto”. Dr. Coutinho, de sua parte, ao chamar a atenção para os lugares de “preparação das iguarias”, procura definir alguns critérios que deveriam ser seguidos:

As cozinhas devem ser collocadas em um edificio separado, as materias organicas que nem sempre podem ser promptamente removidas vicião o ar, o calor se propaga da cozinha ao resto do edificio; o consumo de combustiveis produzindo resinas e outros principios, podem ter acção nociva sobre a saude dos alumnos.

As vasilhas das cozinhas podem ser de ferro, só em grande quantidade pôde este causar damno; o mesmo não acontece com as vasilhas de cobre, que não devem ser toleradas: mais de uma vez tem o seu emprego sido fatal e ninguém desconhece hoje os seus perigos (1857).

Apesar das orientações de 1857 do Dr. Coutinho, a denúncia da má qualidade dos alimentos oferecidos aos alunos reaparece no discurso do Dr. Machado, dezoito anos depois, sugerindo uma continuidade no descaso com cozinhas e com os procedimentos adotados nos/pelos colégios no que se refere a esse aspecto. Também permanece a intenção de higienizar os colégios, inclusive no que diz respeito ao espaço e ao modo de preparo dos alimentos a serem consumidos pelos estudantes. Tradição no descaso, tradição na insistência da reforma do funcionamento das organizações escolares e das práticas nelas desenvolvidas.

Produzir a “boa saúde” e corrigir as imperfeições do regime alimentar constituem grandes metas perseguidas pelos médicos. Para tanto, a produção de um colégio higienicamente organizado aparece como um imperativo na ordem médica, pois o mesmo, entendido como lugar de formação, é, também, lugar de intervenção no mundo que lhe é exterior. Nesses termos, esse projeto de intervenção na ordem escolar representa parte de um amplo projeto de reordenamento social, o qual, com múltiplas ramificações, desdobra-se e inscreve-se de forma meticulosa no regime alimentar dos colégios. Dentre outros, a adesão e defesa desse procedimento funciona como uma estratégia para fixar, circular e legitimar o código criado e partilhado pela higiene.

3.4. Gesta – exercitar e robustecer o corpo

Nesse quarto item, os médicos se dedicam a refletir sobre o valor do exercício muscular ou do exercício do corpo em geral, de modo a comprovar sua relevância para o desenvolvimento humano. Nessa argumentação, recorrem a exemplos retirados tanto da história clássica quanto da sua própria época, e em seguida realizam um minucioso detalhamento dos efeitos positivos da adoção de práticas de exercitação corporal. Finalmente, apresentam um rol de exercícios que requerem movimentos combinados que, de acordo com Dr. Machado (1875), constituíam-se “exercícios especiais”, voltados, sobretudo, para a educação física da mocidade.

Por se remeter diretamente à questão da educação física e sua presença no espaço dos colégios, desloquei as reflexões acerca deste tema para a seção “O corpo educado”, do capítulo 4.

3.5. *Excreta* – eliminar os resíduos corporais

A preocupação dos médicos com o bom funcionamento do organismo, de modo semelhante ao tratamento dispensado aos aspectos anteriormente referidos, fica igualmente evidenciada quando os mesmos discorrem sobre as excreções corporais. Inicialmente, apresentam a concepção que têm da excreta. Para Dr. Coutinho (1857), a vida tem por condição o movimento, em virtude de que os seres organizados não repousam do nascimento até a morte; eles se modificam e se transformam, apoderando-se de princípios da natureza externa. A existência humana, pela troca contínua que se faz entre a economia do homem e os princípios que existem fora dele, é marcada por atos regulares que se sucedem no correr da vida; o equilíbrio entre a nutrição e a decomposição intersticial, bem como sua proporção com os alimentos saudáveis, resultam nas excreções. Estas representam a depuração do sangue, expelindo as matérias heterogêneas e mantendo a pureza da nutrição. As trocas são realizadas por intermédio da pele e das mucosas, que recebem e expelem as substâncias e detritos da vida, sendo a conservação da saúde dependente da regularidade destas funções. Dr. Machado (1875) define as excreções como “verdadeiros emunctorios” encarregados de purificar o sangue, desembaraçando-o de princípios inúteis e prejudiciais. Munidos com esta definição, os médicos passam, então, ao exame das diferentes modalidades de excreção: cutânea, pulmonar, corneal, bucal, urinária, defecativa, seminal e catamenial, as quais analisarei separadamente.

Cutânea

A preocupação dos médicos é, neste caso, com a transpiração, indicando que, nesse ponto, partilham da representação de um corpo não-poroso,²⁷ o qual, ao contrário do paradigma²⁸ oposto, eliminava substân-

²⁷ Para Vigarello (1996), o paradigma de corpo como uma unidade porosa vigorou até o século XVII, sendo, a partir de então, paulatinamente substituído pelo paradigma das

cias pela pele, o que justificava, ainda mais, o interesse em torno dessa função. Manter o organismo em bom funcionamento pressupunha reconhecer as características dessa função, de modo a indicar práticas que deveriam ser adotadas no interior dos colégios. Para Dr. Machado (1875), a transpiração se configurava como a mais importante das funções da pele, na medida em que eliminava água, ácido acético e amoníaco, dentre outros. Nesse sentido, distinguia-se das glândulas sudoríparas, cujo produto continha o cloreto de sódio, uréia e outros elementos. Para ele, a transpiração se configurava como um poderoso auxiliar nas ações dos rins, do fígado e dos pulmões, no importante trabalho de purificar o sangue dos resíduos da combustão nutritiva, sendo a sua supressão ou diminuição a responsável pelo aparecimento de várias moléstias. Assim, a higiene aconselhava que a pele fosse conservada sempre

em estado de funcionar regularmente, o que se consegue pelas abluções repetidas, que despojam-na dos resíduos da transpiração, destruindo uma especie de verniz adherente que se fôrma em sua superficie e que mechanicamente difficulta a exhalção cutanea.

Ao sublinhar a importância da transpiração na manutenção do bom funcionamento do organismo, Dr. Machado partilha de uma inflexão acerca da sensibilidade quanto à limpeza da pele, que, para Vigarello (1996), constitui-se uma das mais importantes transformações do ponto de vista da época, por engendrar novas categorias de pensamento: trabalho sobre o corpo, manifestação e vigor. Desse modo, a limpeza passou a pertencer – a

funcionalidades, no qual a pele passa a ser vista como uma parte do organismo que filtra, que limpa e que transpira. Ao se referir à luta contra a peste a partir do século XVI, este autor marca com clareza o paradigma de corpo vigente à época: “As primeiras lutas concertadas contra a peste, sobretudo a partir do século XVI, fazem surgir também uma imagem temível: o corpo se compõe de invólucros permeáveis. Suas superfícies deixam-se penetrar pela água e pelo ar, fronteiras que se tornaram mais indefinidas ainda diante de um mal cujos suportes materiais são invisíveis. Os poros talvez até possuam uma fraqueza própria, parcialmente independente dos aquecimentos. É preciso protegê-los permanentemente contra qualquer dano. Isso torna determinantes, por exemplo, a forma e a qualidade das roupas em tempo de peste: panos lisos, de tramas compactas, bem ajustadas ao corpo” (p. 10).

²⁸ O conceito de paradigma com o qual estou trabalhando é o formulado por Khun (1996), que, sinteticamente, poderia ser definido como aquilo que é partilhado pelos membros de uma determinada comunidade. O conceito é explorado ao longo de toda esta obra e o debate instaurado em torno do mesmo é discutido pelo próprio autor no posfácio desta edição (pp. 217-57).

partir de 1760, na França e Europa – bem mais ao manual do médico que ao manual de civilidade:

É menos uma conotação do adorno do que uma conotação da saúde. Ela tem a ver com o regime dos humores, com a disponibilidade dos membros, como estado diretamente físico do corpo. Um trabalho já com o “interior”, mais do que unicamente com a superfície (p. 156).

A pele passa, portanto, a ser entendida como lugar de trocas necessárias para um adequado funcionamento do organismo, e não mais como “lugar de enfeite”. Para que ela pudesse cumprir satisfatoriamente suas funções, deveria estar limpa e livre. Essa nova compreensão sobre sua importância e sobre cuidados que ela requeria, ao que tudo indica, tem suas raízes na Europa, conforme se pode perceber no trabalho de Vigarello, que assim registrou o movimento lá ocorrido ao longo do século XVII:

A crassidão seria perigosa por bloquear as saídas superficiais. Estranhos tumores poderiam se produzir. Seriam intumescências alimentadas pelos humores, ou possíveis abscessos; é o corpo inchando sob pressões internas. Ser limpo é, ao contrário, “liberar” a pele. [...]. Uma limpeza que, no século XVII, traduzia antes de tudo estética e civilidade volta-se agora mais nitidamente para as funcionalidades (1996, p. 157).

Tal inflexão no conceito de limpeza, responsável pelo deslocamento da estética e da civilidade para as funcionalidades, significou, a meu ver, o modelo que orientou os médicos do Rio de Janeiro na escrita de suas teses, demonstrável no destaque que dão à função da transpiração e à limpeza da pele. Limpeza esta que seria atingida pelos banhos diários, que eram, por conseqüência, segundo a prescrição do Dr. Machado, de incontestável utilidade, e “era coisa muito conveniente que nos collegios não se descuidassem tanto do asseio da pelle”. Conveniência que não se esgotava no uso dessa medida, cabendo ainda advertir, como o faz Vigarello (1996) para o caso europeu, que a necessidade de liberar as superfícies do corpo para melhor evacua-lo não implicou uma revolução imediata das práticas de ablução. Particularmente, com relação aos colégios no espaço da Corte, no Rio de Janeiro oitocentista, de acordo com os médicos esse processo também ocorreu de forma descontínua.

Quanto aos exercícios e seu efeito na transpiração, Dr. Coutinho (1857) adverte que os exercícios exagerados, causa de suores abundantes, predispunham à atonia do organismo, mas que com uma boa alimentação, asseio do corpo e a prática dos banhos, não provocavam inconvenientes. Entretanto, para ele, depois de um exercício violento, convinha que os educandos não se expusessem à ação do ar sem, previamente, mudar de vestuário, acrescentando que a ação brusca do ar sobre o corpo depois de um exercício qualquer e depois do sono, sobretudo nos meses de calor, era um inconveniente à saúde. Assim, ao manifestar suas preocupações com as forças físicas e com a saúde, indica outras regras que deveriam ser adotadas nos colégios.

Dr. Andrada Junior (1855) é quem vai expressar, de forma mais contundente, algumas relações entre transpiração e as práticas escolares. Após frisar a relevância dos banhos, do asseio, do vestuário, dos alimentos consumidos, da ventilação ambiente e dos exercícios moderados para uma boa transpiração, chama a atenção para aspectos que vincula diretamente à organização escolar, como, por exemplo, o sono:

A impressão desabrida e rápida de um ar frio e humido quando o corpo transpira abundantemente, sobretudo durante o somno, no correr da digestão ou de uma preocupação de espirito profunda, póde suspender bruscamente esta importante função, dando lugar a acidentes mais ou menos graves. Os intendentos dos collegios farão conhecer todas essas circumstancias aos alumnos, e cuidarão dos meios de remover um perigo que a inexperiencia dos poucos annos pudera desconhecer; por exemplo, as janellas dos dormitorios permanecerão fechadas durante a noite, e o ar ahi so penetrará por meio de pequenas aberturas collocadas da maneira que melhores vantagens offerecer (1855).

Evitar o choque térmico é o postulado que Dr. Andrada Junior invoca para impor práticas de dormir e regras de vigilância no interior dos dormitórios, recobrando a função dos intendentos colegiais da responsabilidade em zelar pela boa saúde. Investidos dessa nova tarefa, eles deveriam evitar acidentes que pudessem prejudicar ou, até mesmo, suspender a função “transpiratória” em virtude de insuficiência das exalações cutâneas. Dr. Andrada Junior, no entanto, também dispõe sobre a predominância excessiva dessa função, já que, nesse caso, terminaria por privar o sangue de

uma grande parte dos princípios que entravam em sua composição, podendo, então, debilitar o organismo a ponto de constituir uma verdadeira “imminencia morbida”. Para reduzir, ou até mesmo eliminar esse risco, defende que

nos mezes de maior calor a alimentação nos collegios será menos pesada, os vestidos mais permeaveis ao ar, os exercicios, tanto do corpo como da intelligencia, mais comedidos. A duração dos feriados,²⁹ que por este tempo se dão, não está geralmente em harmonia, nas escolas de educação primaria, com o que requerem as necessidades do organismo, e apenas se estende de 13 a 20 dias, quando devêra compreender o ultimo meiado de dezembro e todo o mes de Janeiro, pelo menos aqui na Côrte, onde o calor torna-se ás vezes insupportavel; que não se nos objecte com o atraso que para os alumnos poderia seguir-se de uma interrupção de estudos prolongada; ha meios de fazer-se com que este tempo não seja inteiramente perdido para elles, sem que se vejam obrigados a permanecer amarrados a um banco seis ou mais horas por dia, respirando um ar confinado aquecido pelos rigores da estação (1855).

Impedir a iminência mórbida constitui um imperativo médico que justificava, então, a adoção de um cardápio, um guarda-roupa e um calendário escolar adaptados ao clima e à geografia. Considero que dois destaques devem ser feitos nesse aspecto. O primeiro se refere ao amplo projeto de medicalização da educação³⁰ que se encontra nesse tipo de discurso, abrangendo distintos aspectos do cotidiano dos colégios da Corte.

²⁹ Correspondem às atuais férias escolares de fim de ano ou de verão do Brasil, que, de acordo com as prescrições apresentadas pela corporação médica no século XIX, deveriam ser definidas pelo clima, seja o período de gozo das mesmas, seja sua duração.

³⁰ Apesar da instigante problematização desenvolvida por Antunes (1999) acerca do emprego do conceito de “medicalização da sociedade” que, para ele, vem se tornando naturalizado, gostaria de insistir na propriedade de seu uso neste trabalho, por entender que esse movimento protagonizado pela medicina procurou medicalizar um amplo espectro de objetos, sendo iniciado, inclusive, por aqueles diretamente ligados ao corpo e às doenças, justificando, dessa forma, o combate aos que eram considerados, pela medicina, como “profanos” ou “charlatães” no exercício desse ofício. Entretanto, o movimento médico, no período analisado, não se circunscreveu às patologias, etiologias e cirurgias, voltando-se, também, para os objetos da ordem social, definindo-os como problemas da ordem médica. Com esse movimento, incluiu-se na agenda médica o objeto educacional, procurando-se, a partir de então, desdobrá-lo em múltiplos aspectos que, dessa forma, passavam a ser tratados sob o “norte”, o crivo do saber médico. Nesse sentido, considero pertinente reempregar

Um segundo aspecto para o qual desejo chamar a atenção diz respeito à própria institucionalização de um projeto nacional, ou ao menos regional, de escolarização, o que contraria a tese generalizada de que a produção de idéias no Brasil nada teria de genuíno, consistindo simplesmente no transplante de modelos de outras culturas a serem aqui implementados.³¹ Ao que tudo indica, os imperativos geográfico, climático e o das funções orgânicas fizeram com que os médicos, membros da elite patrimonial, política e cultural, se sentissem obrigados a modular seus projetos de modo a possibilitar que a conformação escolar por eles proposta tivesse condições efetivas de aceitação e, conseqüentemente, de implementação. Se a gramática da dominação pressupunha a cópia de modelos estrangeiros, parece-me que, no cotidiano, o repertório da dominação teve de incorporar outros termos ao seu vocabulário. Nesse sentido, modular, ajustar, adequar, e até mesmo inventar, passaram a compor o léxico da dominação que, no caso em tela, viu-se constrangido, pelos imperativos já arrolados, a engendrar prescrições que não acompanhavam nem o cardápio, nem o guarda-roupa, nem tampouco o calendário escolar dos europeus. Essa estratégia de “aclimatação discursiva” representou – é necessário que se diga – menos um respeito à população a ser escolarizada do que uma estratégia de legitimação da própria ordem médica e dos seus mais caros princípios.

Pulmonar, corneal, bucal e fisiológicas

A eliminação do gás carbônico é considerada uma das formas de excreção – no caso, realizada pelos pulmões –, sendo um tema tratado pelos médicos, tanto nesse momento, como na ocasião em que discutem a

a categoria “medicalização da sociedade”, reconhecendo no interior desse amplo movimento a existência daquilo que pode ser designado de um subprojeto: o de “medicalização da educação escolar”.

³¹ Uma reflexão sobre essa questão pode ser encontrada em Carvalho (1989), que se recusa a fazer uso da doutrina do transplante cultural, “freqüentemente acionada na historiografia sobre educação no Brasil”. Ainda segundo ela, “por sua capacidade de tudo explicar e, portanto, *nada* explicar, o livro [*A escola e a República*] deixa como sugestão a novas investigações em história da educação brasileira uma perspectiva de análise que descarte a tentação, sempre recorrente, de entender a importação de idéias estrangeiras como mimetismos inconseqüentes que atestariam a fragilidade das classes dominantes ou de fração delas na formulação e imposição de projetos políticos de seu interesse” (p. 8). Chauí (1985) também discute esse tema, considerando a particularidade do problema de impor

questão da arquitetura dos prédios escolares e a prática dos exercícios físicos. O efeito desta última na “excreção pulmonar” se encontra tematizado no capítulo 4.

Ao se referirem à excreção córnea e bucal, incluem as questões do asseio das unhas, dos cabelos e dos dentes. Em 1855, Dr. Andrada Junior apresenta em sua tese um conjunto de orientações para essas questões que, “por mais insignificantes e pueris que pudessem parecer”, mereciam ser tratadas em seu estudo, lembrando que, em geral, elas eram “simples e conhecidas”. Para as unhas, recomendava a lavagem e escovação diárias, sobretudo da parte inferior da sua extremidade livre, segundo ele, “sede de uma ligeira secreção de fluido sebaceo”. Do mesmo modo, acrescentava orientações sobre o corte das mesmas, devendo as das mãos serem cortadas em semicírculo quando estivessem crescidas. Já para as unhas dos pés, especialmente a do primeiro dedo, deveria haver precaução de não cortá-las muito perto de sua porção aderente, bem como não lhes dar forma arredondada, pois o esquecimento desses preceitos era, segundo ele, uma das causas mais freqüentes de “onyxis”, ou encravamento das unhas dos pés.

Os cuidados com os cabelos tinham por finalidade, de acordo com o médico, desembaraçá-los dos “restos furfuráceos de algumas secreções anormaes, e entreter na medida conveniente a transpiração e a secreção sebacea que se fazem na pelle da cabeça”. Recomenda, ainda, o emprego do pente, da escova e das loções de água morna, considerados como auxiliares indispensáveis no asseio capilar. Prega também o uso de uma substância oleosa “innocente” para os cabelos secos e ásperos, concluindo as prescrições com a apresentação de medidas para eliminação da caspa: “Para fazer desaparecer a caspa, se esta fôr abundante, lave-se a cabeça com agua e sabão, ou com uma mistura de aguardente de canna e gema de ovo”.³² Do mesmo modo, indica prescrições para o controle dos piolhos:

tação de idéias por parte do pensamento autoritário brasileiro que, na percepção dessa autora, possui algumas peculiaridades. Para ela, contudo, não se tratava apenas de um movimento de transplantação (pp. 35-8). Na literatura do final do século XIX, essa questão se encontra tematizada no trabalho de Ventura (1991).

³² Receita extraída pelo Dr. Andrada Junior, ao que tudo indica, do manual de Chernoviz. Sobre a utilização desse manual em Minas Gerais, no século XIX, conferir Figueiredo (1998 e 1999).

A presença de animalculos parasitas sobre a cabeça, tão freqüente nos meninos pouco asseados, reclama o emprego immediato de medidas repressivas; a mais simples consiste em fazer limpar todos os dias a cabeça com um pente fino, ou em ultimo caso cobri-la com papel untado de unguento napolitano (1855).

Ao finalizar suas recomendações, retoma a defesa de que “todas essas minuciosidades” faziam parte do “todo” a que se propôs estudar, ou seja, prescrição em nível celular integrava o esboço de uma higiene dos colégios a ser aplicada em nossos estabelecimentos de ensino.

A higiene da boca se encontra determinada pela adoção de um regime alimentar “doce e regular”, meio seguro, segundo M. Begin,³³ para conservar o asseio da boca e a firmeza das gengivas, bem como a solidez e integridade dos dentes. A dieta nutricional, por si só, não seria suficiente para assegurar uma saúde bucal, devendo, portanto, ser acompanhada de outras medidas:

A isto deve juntar-se a precaução de lavar a boca depois de cada refeição. Pela manhã far-se-ão ligeiras fricções sobre os dentes, em todos os sentidos, com uma escova macia e humedecida em agua tepida ou fria; se as fricções simples fôrem insufficientes, poderão ser coadjuvadas com a addição de pós porphyrisados de carvão, de coral, de pão tostado ou de uma outra substancia qualquer inoffensiva, evitando-se o emprego da mór parte dos dentrificios, que não mais fazem que desgastar os dentes e deslustra-los, obrando sobre elles pela sua acção chimica corrosiva. Quando houver fetidez de halito convem addicionar dous ou tres grãos de chlorureto de oxydo de sodio a cada oitava de pó que tiver de ser empregada (1855).

Acrescenta, contudo, a necessidade de realização de um exame periódico dos dentes, para que se pudesse acompanhar o estado deles. Tal exame deveria ser feito por um “cirurgião-dentista”, que se encarregaria de eliminar os dentes inválidos, para que não contaminassem os demais e, ao mesmo tempo, chumbar os que só estivessem parcialmente cariados.

³³ Referido pelo Dr. Andrada Junior, sem que o mesmo localize a obra, os editores, o local e a data de sua publicação.

Prosseguindo com suas recomendações, Dr. Andrada Junior declara que a higiene dos colégios deveria se ocupar especialmente da segunda dentição, recorrendo a M. Duval para fortalecer e sustentar sua posição. O autor por ele invocado definia uma espécie de rotina de exame a ser seguida, de modo a proporcionar uma boa higiene da boca, das gengivas e dos dentes, propondo então que

convem de quando em quando examinar a boca dos meninos de 6 a 14 annos, para ver se algum dente toma uma direção viciosa, se algum d'entre elles cruzão entre si, se voltão-se de maneira a apresentar um dos seus bordos, etc., tornar-se-ha ás vezes necessario sacrificar um ou mais dentes de substituição.³⁴

Completando, ele afirma que, em outras ocasiões, poderia haver necessidade de extração de um dente de leite que “não se abala”, para que pudesse dar lugar a um outro de “nova formação”, sem o que poderia sobrevir o acavalamento dos dentes.

Dois anos depois, preocupações similares saturam o discurso do Dr. Coutinho, que inicialmente defende a organização das escolas pela utilização do critério das idades, a partir do que o trabalho dos inspetores escolares, no que dizia respeito ao asseio, poderia ser melhor conduzido:

Devião os directores nos collegios dividirem os seus alumnos em turmas segundo as suas idades; as dos pequenos composta de meninos de nove a doze annos de idade; as dos medios de alumnos de doze a quinze annos; e as turmas dos grandes composta de meninos de quinze a dezoito annos; a cada uma destas divisões devia presidir um inspector que velasse sobre o asseio de cada alumno em particular e sobre o seu procedimento: as unhas e seu asseio, os cabellos e os dentes em sua evolução devem ser cuidadosamente inspeccionados; as pomadas, os pós, os sabões quando permittido o seu uso nos collegios, conviria que fosse attentiosamente regulado pelos directores; a negligencia dos directores em cousas que parecem pequenas póde occasionar alguns inconvenientes: – uma boca pouco assejada, além de viciar a respiração, póde pela

³⁴ In: *Dentiste de la Jeunesse*.

putrefação das materias organicas, cuja absorpção é rapida na mucosa bucal, levar principios nocivos á circulação; a destruição dos dentes é inevitavel quando uma má alimentação não se reune de cuidados hygienicos; – a evolução dos dentes merece attenção; não é indifferente que sejão protuberantes, superpostos, ou desviados de sua linha normal; a articulação da palavra perde seu timbre ordinario em um individuo cujos dentes se inclinão para fóra; as anomalias da evolução dentaria podem ser corrigidas até a idade de quinze annos; o limo endurecido que cobre os dentes póde ser destruido com uma mistura aromatica contendo carvão e quina em pó finissimo (1857).

Reunir os alunos pelas idades e velar pelo asseio em um sentido amplo – cabelos, dentes, unhas e boca – representava um em outro aspecto do modo médico de intervir na escola e de ordenar o seu funcionamento, com base, mais uma vez, nos critérios formulados pela ordem médica. Em 1875, Dr. Machado reafirma a necessidade de cuidados com a “excreção da boca”, lembrando que, devido às secreções das glândulas salivares e dos folículos mucosos serem naturalmente ácidos, o líquido secretado produzia um efeito prejudicial ao esmalte dos dentes, impossível de ser completamente neutralizado, apesar dos cuidados mais minudentes. Em geral, afirma, essas secreções por si só não podiam atacar diretamente os dentes, mas unidas aos resíduos alimentares prendiam-se a eles, formando depósitos às vezes consideráveis, cujos resultados eram a cárie dentária, inflamações crônicas das gengivas e fetidez do hálito, dentre outros. Ao chamar a atenção para os efeitos de uma má higienização bucal, tinha, em seu horizonte, um quadro bastante negativo dos procedimentos adotados nos colégios, no que dizia respeito a estas práticas. Em seu diagnóstico da higiene oral nos colégios, Dr. Machado afirma, com veemência, que

os cuidados do asseio da boca, apesar de tão simples e necessarios não merecem dos directores dos nossos collegios a menor attenção, e a prova disto é que nada mais commum nos infelizes internos do que a carie dentaria, a infflamação chronica das gengivas que unidas á pallidez terrosa da face, á languidez do olhar, dão-lhe um aspecto triste e repulsivo.

No limite, o que se observa é que os cuidados com “as excreções da boca”, ressaltando-se os efeitos negativos provocados por uma negligência

com relação aos dentes, inscrevem-se em um projeto de reordenamento dos colégios, visando colaborar para a produção de um indivíduo portador de novos hábitos e de uma nova cultura higiênica. A adoção dessas prescrições e a naturalização das práticas delas derivadas implicava, pois, ao mesmo tempo, legitimação do saber médico e higienização do social.

Urinária e defecativa

O médico mineiro de Diamantina, Dr. Machado, em 1875, ao fazer a sustentação de sua tese, dedica uma atenção especial às “excreções” fisiológicas: urina e fezes. Com relação à urina, apresenta, inicialmente, uma espécie de conceito dessa modalidade de excreção orgânica, segundo o qual a secreção urinária é destinada a expelir a água que existe em abundância no sangue e que transporta, ao mesmo tempo, em dissolução, os resíduos das combustões intersticiais – uréia, ácido úrico e hipúrico –, fosfatos terrosos, cloreto de sódio, dentre outros. A necessidade de urinar, continua ele, se faz sentir mais ou menos freqüente conforme os indivíduos e, desde que se manifesta, deve ser satisfeita, sob pena de se arriscar, por desobediência à natureza, a graves moléstias como, por exemplo, a retenção da urina, os cálculos renais e a paralisia do esfíncter urinário. Ressalta ainda que a necessidade de urinar se modificava com as estações, sendo mais freqüente no inverno que no verão, época em que a transpiração seria mais abundante.

Com base nessas observações conceituais, o médico depreende duas regras: 1) deve-se conceder aos meninos liberdade plena de satisfazer a necessidade de urinar, sempre que ela se manifestar; 2) é extremamente cruel e absurdo determinar horas fixas para a realização desse ato.

Ao concluir, afirma que, para a necessidade de “defecação”, *mutatis mutandis*, aplicam-se os mesmos preceitos higiênicos. As regras por ele propostas eram endossadas pela própria experiência que tivera na condição de aluno do Colégio Santo Antonio, localizado em Diamantina, dirigido pelo Reverendo Cônego Pereira, descrito como um respeitável ancião, encanecido no magistério. Após admitir que se estudava e se aprendia muito no Colégio do Sr. Cônego Pereira, apelava para a benevolência (e solidariedade) do leitor para afirmar que “sobretudo soffria-se muito”, passando, então, a enumerar os sofrimentos aos quais os alunos eram submetidos. Em nota de rodapé de sua tese, Dr. Machado apresenta um apanhado

geral do regimento daquele estabelecimento escolar, no qual os princípios defendidos na tese se encontravam completamente ausentes, sendo profundamente desrespeitados. Em poucas palavras, descreve as práticas cotidianas que lá ocorriam:

Em resumo: alimentação insuficiente, falta absoluta de exercícios, castigos excessivos, estudos por demais prolongados e sobretudo a cruel e barbara privação da liberdade de satisfazer as necessidades corporaes, eis o conjunto dos defeitos de regimen do extinto collegio de Santo Antonio (1875).

Ao recordar seu tempo de menino na escola, o médico objetivava reparar uma injustiça que afirmava não ter sido cometida com ele, mas contra a própria natureza humana. O próprio reverendo “reconhecerá hoje a verdade do que afirmo”, antecipava. Cabe observar que os defeitos apontados ultrapassavam aqueles diretamente vinculados à questão da “satisfação das necessidades corporaes”, remetendo para os aspectos alimentares, exercitação, práticas disciplinares e procedimentos metodológicos. O primeiro já foi discutido na seção *Ingesta*. Os demais constituem objeto de análise do capítulo 3, confirmando que a preocupação reformadora dos médicos não se localizava em apenas um ou outro aspecto do fenômeno da escolarização. Tratava-se, como pode ser percebido, de um programa global de reordenamento escolar, cuja inspiração maior foi buscada no corpo doutrinário da higiene.

Seminal e catamenial

Ao abordarem estas duas modalidades de excreção – sêmen e menstruação –, os médicos registram as preocupações com os adolescentes, já que consideram essa idade “cheia de perigos”, cujos riscos nem a melhor vigilância pode de “todo impedir”, como acentua Dr. Coutinho:

É nos collegios que os individuos dos dous sexos toçao a puberdade, época cheia de perigos, que a melhor vigilancia não pode de todo impedir; o estímulo moral, fonte de soffrimentos e de felicidade intimas, exerce um poder absoluto sobre o organismo. A poesia reveste a idade critica, os phenomenos moraes continuamente succedem uns aos ou-

tros, e circumscrevem os individuos em um drama intimo, onde o amor, a saudade, o enthusiasmo, e a dôr tem cores diversas e expressões differentes; – um desejo concentrado, indefinido e novo se ostenta ora em uma melancolia profunda, ora em um fervido enthusiasmo (1857).

Caberia, pois, na agenda médica, cercar a “idade crítica” de todos os cuidados, a fim de que se pudesse evitar que “o desejo concentrado, indefinido e novo”, típico dessa idade, conduzisse os jovens a desvios morais. Os argumentos médicos funcionavam, neste caso, como suporte científico da moral cristã, que procurava proteger a juventude de fenômenos julgados perniciosos. Os médicos se apresentam, sobretudo, como guardiães da “boa moral”, o que ficará mais evidenciado com o exame dos cuidados que propugnavam para proteger os jovens dos vícios para os quais a idade, segundo eles, apontava, provocava e convidava a conhecer.

As preocupações com os dois sexos, se tinha no horizonte a preservação da boa moral, nas práticas prescritas, apresentam suaves distinções que merecem ser identificadas. Analisaremos, inicialmente, como os médicos apresentam suas normas para o sexo feminino e, posteriormente, para o sexo masculino. Com relação às mulheres, os médicos circumscrevem suas recomendações aos cuidados que deveriam cercar as jovens no período de sua menstruação, indício, ao mesmo tempo, de amadurecimento orgânico, presença de “tentações” morais e término da escolarização, como fica bem evidenciado no discurso do Dr. Coutinho:

Estas manifestações moraes coincidem com o desenvolvimento physico dos orgãos genitae: na mulher estabelece-se então o fluxo mensal que caracteriza uma nova função, que no Brasil geralmente tem lugar dos treze aos quinze annos de idade; a menstruação, que separa distinctamente o sexo feminino do masculino, corresponde á madureza e á queda do ovulo da vesicula de Graaf. Á época regular do sexo feminnino corresponde um maior desenvolvimento das facultades intellectuaes; e nesse tempo a maior parte das educandas tem completado a sua educação collegial; e então o aperfeiçoamento dos ramos de ensino é conveniente que se receba na casa paterna; – o collegio não convém certamente entre nós a uma idade, em que as aspirações são novas e os desejos diversos. – As causas physicas actuão sobre a menstruação, entretanto sua acção é menos sensivel do que a influencia das

causas moraes; assim convém lembrar que alguma condescendencia é de necessidade; atropellar as jovens educandas nessa época, exigir dellas a norma habitual da vida collegial é transtornar gravemente o exercicio da nova funcção; – cumpre cercal-as de cuidados, e evitar que a acção da humidade e excessos de qualquer genero possão ter sobre ellas alguma influencia prejudicial (1857).

Com base nesse discurso, percebe-se que o aspecto biológico justificava a adoção de medidas morais e escolares. No primeiro caso, a jovem, após a menstruação, deveria ser cercada de cuidados e protegida dos excessos, pois o surgimento dessa nova manifestação biológica era entendido como um marco suficiente para inscrevê-la em uma outra função: a de reprodução. O deslocamento provocado por essa nova condição do organismo também justificava a saída das meninas das escolas, devendo a continuidade dos estudos ficar sob a responsabilidade das famílias, desenvolvendo-se na “casa paterna”, lugar seguro e conveniente para lidar com as aspirações e diversos desejos característicos dessa idade; lugar no qual a vigilância sobre os “perigos” decorrentes da puberdade poderia se processar de modo mais intensivo e direto, coisa que nem toda a vigilância empregada nos colégios poderia assegurar, conforme indica Dr. Coutinho. Note-se que a representação do feminino que se quer impor é a de um “corpo reprodutivo” casto, puro e virgem, de acordo com os cânones eclesiásticos; o sinal inicial da capacidade reprodutiva deveria implicar a retirada das jovens do espaço público para o interior do espaço privado, do lar e da família, local onde, finalmente, a jovem seria preparada para exercer a função para a qual a menstruação representava o sinal de aptidão: ser esposa e mãe.

Foi Dr. Andrada Junior (1855) quem especificou com detalhes os cuidados que deveriam cercar a jovem menstruada. Para ele, durante todo o tempo que durasse a “excitação” que acompanha o trabalho da ovulação espontânea se deveria ter para com as jovens púberes toda a espécie de contemplações: não contrariá-las sem necessidade nem repreendê-las asperamente, privá-las de tudo o que lhes pudesse causar uma alegria extrema ou uma profunda tristeza. Subtraí-las, enfim, de todas as emoções morais vivas. Para sustentar sua posição, o médico recorre ao estudo de M. Brierre de Boismont, que percebeu “a malefica influencia do terror, da colera e de todas as paixões violentas sobre a menstruação”, apresentando dados que o

médico brasileiro reproduz em seu trabalho. O estudo de M. Brierré indicava que, em 190 casos de amenorréia, 92 tinham sido produzidos por causas morais, 68 por causas físicas e 32 por causas desconhecidas. Detalhava ainda que, entre as causas físicas, encontravam-se a vida sedentária, a ação da umidade e do frio, uma alimentação insuficiente e, em geral, tudo o que poderia, atuando mecânica ou fisicamente, debilitar o organismo. Tem-se, por intermédio desse discurso, a produção de um código de conduta para as jovens púberes, de modo a não afetar o desenvolvimento das mesmas e assegurar uma boa constituição da mulher para que ela pudesse cumprir adequadamente o destino e missão da maternidade. Um físico bem constituído seria, nessa perspectiva, um elemento decisivo para a gestação de uma prole igualmente bem constituída, tema ao qual retorno na análise do projeto de educação física e moral defendido pelos médicos (capítulo 4).

Quanto aos meninos e rapazes, foi Dr. Andrada Junior quem explicitou de modo mais contundente suas preocupações com os jovens nessa idade “crítica e cheia de perigos” que, do ponto de vista médico-higiênico, seria a puberdade ou, ainda, a idade dos colégios.³⁵

Em 1858, Dr. Guimarães, no capítulo quarto de sua tese, refere-se também ao período da adolescência, remetendo-se à dificuldade de estabelecer um reconhecimento de “caracteres fixos” indicadores da passagem da infância para a puberdade, visto que isso dependia das latitudes, dos climas, dos temperamentos e do gênero de vida. Ilustra tal afirmação com as características e hábitos de casamento de moças no Egito, na Espanha, Itália, França e Suécia, destacando que

a mulher tem raramente antes dos dezoito annos forças necessarias para a gestação e aleitamento e que o homem só aos vinte e cinco annos possui o vigor que deve transmitir a sua descendencia, podemos concluir que deve ser um dos fins da educação physica retardar a crise da puberdade.

Com base neste argumento, coloca para si a obrigação de apontar algumas regras distintas para os dois sexos, em virtude das diferenças orgânicas existentes entre eles.

³⁵ A posição deste médico se encontra analisada na seção “Ginástica das vontades”, no item referente ao onanismo.

Com relação às moças, observa que “diferenças muitos sensíveis se manifestão na moça com a aproximação da puberdade”, tais como: o desenvolvimento do órgão da maternidade, evolução de diversos aparelhos e das partes necessárias à gestação e ao parto. Afirma que esse processo precisava ser favorecido, devendo-se, por isso, “affastar quaesquer causas que impeção ou pervertão este desenvolvimento”, dentre as quais aponta os trabalhos rudes e prolongados que exigissem posição incômoda, assim como a própria moda. Contra esta, posiciona-se vivamente:

Algumas vestimentas defeituosas, e entre ellas o espartilho, exercem funesta influencia. As alterações das funcções gastro-intestinaes e as que apresentam os órgãos da geração tão comuns ahi estão clamando poderosamente contra tão inconveniente costume.

Finalmente, refere-se ao casamento, pregando que “toda moça deve aspirar ao casamento e seus elementos de felicidade para o futuro se resumem em um marido e nos filhos” e àquilo que seria responsável pelo sucesso do mesmo: beleza, fragilidade, sentimento e idade mínima de dezoito anos.

Com relação aos moços, afirma que uma distinção orgânica reclamava, de sua parte, uma distinção educativa. É partilhando desse princípio que o autor afirma que

assim, pois como a palavra maternidade implica belleza e fraqueza, assim paternidade implica força e protecção, e portanto se das moças a educação deve tratar de fazer sãs, elegantes e graciosas, aos moços deve tornar sãos, forte e ageis.

Para que esse ideal fosse efetivamente atingido, uma série de cuidados deveria estar presente nessa fase da vida do menino: ginástica, pesca, caça, agricultura, trabalhos artísticos, alimentação, vida ao ar livre e castidade, por exemplo. Para concluir este ponto, Dr. Guimarães faz uma referência explícita ao trabalho dos educadores.

Os educadores da mocidade devem persuadir-se primeiro que tudo de que, se lhes é impossivel dar a cada um de seus educandos a altura, as formas, a força e agilidade dos heróes da antiguidade, pódem quando

menos dar-lhe a agilidade que depende da harmonia dos órgãos e a resistencia que depende de seo endurecimento. A resistencia á fadiga é um outro beneficio que se acha ligado á educação, que será utilissimo em muitas circumstancias da vida e que dará á alma uma preponderancia e uma vontade de ferro. E se ha na vida um periodo favoravel ao desenvolvimento da actividade, agilidade, energia e resistencia é evidentemente o que medeia entre 15 e 20 annos (1858).

Constituir uma juventude masculina em cuja alma preponderasse uma “vontade de ferro”, intervindo na “idade perigosa” – período mais favorável para o desenvolvimento da atividade, agilidade, energia e resistência – e, ao mesmo tempo, agindo contra os vícios que poderiam povoar corações, mentes e corpos, é a tarefa que os médicos reservam aos colégios e, por conseguinte, aos professores. As professoras, de sua parte, foram incumbidas da tarefa de formar uma juventude feminina sã, elegante e graciosa, em cujo horizonte se colocavam o casamento e a maternidade. Desse modo, os colégios estariam participando do projeto de constituição da família conjugal, cujos traçados e missão encontravam na intervenção junto à juventude masculina e feminina a garantia do sucesso de um núcleo familiar higiênico e higienizador.

3.6. *Percepta* – moldar os sentidos

Sob essa denominação, os médicos englobam os temas da educação moral e intelectual ou, como especifica Dr. Coutinho (1857), “debaixo desta denominação comprhendemos a educação literaria, moral e religiosa”.³⁶ Nesse sentido, Dr. Andrada Junior, em 1855, inicia as reflexões abordando a questão da educação moral e intelectual, procurando, para tanto, traçar um mapa das funções vinculadas aos sentidos da visão, do tato, do olfato e do paladar. Desse modo, torna-se importante acompanhar o esforço do médico a fim de se perceber a relação que ele constrói entre estas “funcionalidades” e os dois aspectos da educação escolar que aborda em seguida; o moral e o intelectual. Neste momento, contudo, restrinjo a re-

³⁶ Para efeito deste trabalho, estou embutindo a questão religiosa no interior da questão moral, visto que esse é o tratamento que a maior parte dos médicos dispensa a essas duas questões.

flexão àquilo que poderíamos designar de “educação sensorial”, proposta pelo médico catarinense.³⁷

Ao se referir aos órgãos dos sentidos, lembra que eles compreendem toda a superfície “tegumentária” do nosso corpo, inclusive grande parte das membranas mucosas, e que, nesse item, ele procura “passar em resenha as regras mais adaptadas á conservação e ao aperfeiçoamento de cada uma das funções em particular”, principiando pela visão e apresentando os princípios daquilo que designa de “hygiene ocular”. Ao se remeter a essa função e à sua higienização, apregoa um dos exercícios que os alunos deveriam ser obrigados a realizar nas horas de recreio:

O olho acostumando-se a distinguir objectos collocados cada dia a uma distancia mais consideravel e diminuindo progressivamente de volume, acabará por adquirir, se estas praticas fôrem dispensadas na medida conveniente, um grão de penetração a que de certo não atingiria de outra maneira; a pella, a malha o bilhar, etc., têm a grande vantagem de aperfeiçoarem o golpe de vista (1857).

Com base em jogos ou atividades que treinassem os “golpes de vista”, o médico defende a necessidade de exercitar a visão como modo de elevar a capacidade visual. Sua preocupação com esta função faz com que retorne o problema da iluminação, advertindo que os estudos à noite deveriam ser feitos “a uma luz sufficiente e que não seja tremula e vacillante”, pois “a energia que precisa o aparelho da visão para reunir em um só ponto da retina os raios espargidos de uma luz escassa, esgota-o em pouco tempo, e se fôr continuada pode dar origem a amblyopia”. Chama, igualmente, a atenção para os vidros e papel utilizados para a escrita. Com relação aos vidros, defende que os de cor branca deveriam ser substituídos pelos que apresentassem um matiz “ligeiramente verdoengo ou anilado”.³⁸ Quanto ao papel, prioriza os de cor azul, pois estes cansariam menos a vista do que os de coloração branca. Ao concluir, emite um brado em favor

³⁷ Em função disso, remetemos a reflexão sobre as representações médicas acerca da educação moral e intelectual para o capítulo 4, no qual também se encontra incluído o estudo sobre as representações médicas acerca da educação do corpo.

³⁸ Trata-se de vidros utilizados nas janelas, cuja finalidade seria a de deixar passar a luz natural, filtrando-a, de modo que não prejudicasse a visão, nem a escrita, fato este que justificava sua preocupação com o uso dos vidros ligeiramente coloridos nas janelas dos edifícios escolares.

da boa moral, aproximando, desse modo, aquilo que inicial e aparentemente não possuía articulação entre si:

Emfim, para concluirmos o que tínhamos a dizer sobre a visão, acrescentaremos que não é só na má direção dos trabalhos feitos à luz artificial que baqueia o desenvolvimento de tão importante função, mas também no abuso dos prazeres venereos, no onanismo, por exemplo; no uso continuado de alimentos estimulantes e de bebidas espirituosas; assim todas as regras que até agora havemos estabelecido relativamente á conservação da saúde nos collegios, são outros tantos conselhos applicaveis á hygiene ocular: *Ita valet corpus, sicut valente oculi* (1857).

Como pode ser percebido, o tratamento dispensado ao aperfeiçoamento da visão, por si só, não asseguraria a saúde dos escolares. Os cuidados com ela se encontram visceralmente ligados aos cuidados com os procedimentos morais recomendados pela higiene e pela medicina, o que pode explicar o apelo final àquele que é considerado o pai da medicina ocidental (Hipócrates), que assinalava em seu aforismo que, certamente, o que vale para o corpo vale também para a visão, sendo esta a perspectiva adotada pelo médico brasileiro.

Em seu discurso, Dr. Andrada Junior estabelece uma hierarquia para a educação sensorial, entendendo que os diferentes sentidos guardavam “intimidades” distintas no que se referia ao desenvolvimento intelectual. De acordo com a hierarquia proposta por ele, a visão ocupava o primeiro posto, seguida da audição. Ao se referir à função auditiva, defende um conjunto de medidas que deveriam ser seguidas de modo a possibilitar o seu aperfeiçoamento e sua adequada higienização. O primeiro cuidado a ser tomado, segundo o médico, seria remover todos os obstáculos que pudessem se opor ao seu exercício regular como, por exemplo, o acúmulo de cerume ou de poeiras sobre a mucosa timpânica, o que poderia ser resolvido com o emprego de “repetidas loções”. Refere-se, posteriormente, à ação da música sobre a audição, apregoando que, ao mesmo tempo que a música “nos procura nos momentos de êxtase e de verdadeira felicidade”, tinha a vantagem de acostumar nosso ouvido a receber e a transmitir com fidelidade ao cérebro as mais ligeiras combinações de sons, concluindo que a música teria um efetivo valor terapêutico: “ella cura mesmo e attenua muitas das nossas affecções deprimentes, e o seu exercicio constitue uma prenda que nos torna desejados e agradaveis nas sociedades”.

Na hierarquia da educação sensorial, a terceira função a ser trabalhada era a do olfato. Para esse médico, as regras higiênicas relativas ao “odor” consistiam em evitar tudo o que pudesse alterar o estado normal das partes que concorriam para o complemento dessa função, passando, então, a enumerar alguns: “os perfumes muito energicos que esgotão a impressionabilidade do nervo olfactivo; os esternutatorios que hyperemião a membrana pituitaria e pervertem-lhe a sensibilidade”. Ao concluir suas indicações para a “higiene do olfato”, recorda a importância do asseio regular, contra-indicando o uso do rapé, o abuso de cosméticos “em demasia aromáticos”, a inspiração de um ar sobrecarregado de princípios balsâmicos. Conforme seu mapeamento dos colégios, tais circunstâncias “só muito excepcionalmente” ocorriam nos estabelecimentos de ensino.

O paladar é colocado em quarto lugar na hierarquia da educação sensorial. Nesse caso, as normas compreendiam a acomodação do regime alimentar ao temperamento, à constituição dos indivíduos, ao sexo e às disposições de cada um, que, se atendidas, seriam as mais proveitosas para a conservação do paladar, conforme a posição sustentada pelo Dr. Andrada Junior. No entanto, também nesse caso, não se furtou em apresentar suas contra-indicações:

Seja porém qual fôr a diferença individual, tudo o que fôr susceptível de irritar ou alterar por qualquer fôrma o delicado tapete que forra as paredes da cavidade buccal e a lingua, deve ser rejeitado como podendo offender a integridade da função gustativa; estão neste caso as bebidas muito alcoolizadas, os condimentos irritantes, etc. (1855).

Ao se referir à educação do paladar ou da “higiene do gosto”, uma novidade fica por conta do diagnóstico positivo que traça da realidade escolar no que concerne a esse aspecto, afirmando que “ainda bem que neste ponto a economia dos collegios costuma estar de perfeito acordo com os preceitos da hygiene”.

Finalmente, ele trata da quinta função integrante do projeto de educação sensorial: o tato. Ao iniciar o tratamento desse ponto, lembra que a integridade da pele era indispensável para que o tato conservasse a sua “finura de costume” e que “devemos protegê-la contra as influências de fora”. Recorda, então, a questão dos banhos e do uso de um uniforme adequado às condições higrométricas e termométricas das estações, o que

seria um grande passo nos cuidados com a preservação e aperfeiçoamento da função tátil. Adverte, contudo, não estar defendendo que o estudante devesse permanecer continuamente envolvido em “encerados e borrachas” quando o tempo estivesse úmido e frio, ou que deixasse de escrever para não calejar a pele e o cotovelo.

Não, todos os extremos são viciosos [...] se convem evitar o excesso de calor, que queima a pelle, o do frio, que a contrahe, não é menos necessario habitua-la até certo ponto ás vicissitudes do tempo.

Ao concluir, recorre ao imperativo da moderação que, para ele e para a comunidade médica de modo geral, constituía-se princípio orientador das recomendações apresentadas nos mais variados aspectos. Moderar, portanto, representa também o verbo orientador para a “higiene do toque e do tocar”, do “gosto”, do “cheiro”, do “ouvir” e do “ver”, isto é, para uma adequada higiene dos sentidos e do sentir.

Como pôde ser visto, o discurso acerca da educação sensorial foi tecido com base na combinação binária das indicações e contra-indicações, modelo comum e de longa tradição no campo biomédico e, de certo modo, caracterizador das próprias ações médicas. Assim, Dr. Andrada Junior, revelando partilhar o modelo do ofício ao qual pertence, procura construir partilhas em um outro setor da vida social – no caso, o setor educacional, voltando-se para os colégios sediados na Corte, cujo modelo e figurino, em um segundo momento, poderia ser ajustado para os colégios do Brasil como um todo.

Aliás, esse modelo, no limite, organiza o discurso médico, oscilando entre aquilo que é considerado normal ou patológico. Tal modelo pode ser evidenciado nas representações construídas pela ordem médica referentes ao edifício, à vestimenta, à higiene pessoal, aos princípios para um boa alimentação, ao corpo, à fisiologia ou ao desenvolvimento do aparelho sensório do ser humano. Independente do objeto recoberto e inscrito na ordem médico-higiênica, a marca do modelo binário se faz presente, identificando o que era classificado como “patológico” e buscando constituir, por intermédio de inúmeras e detalhadas prescrições, aquilo que deveria ser considerado como “normal”. Se o uso desse modelo pôde ser visto nos aspectos até agora analisados, a eles não se restringe, pois também é aplicado ao projeto de uma educação integral.

*N*ecessárias e eternas, as verdades das sciencias importam a toda a humanidade e a todos os tempos. No futuro mais remoto, como hoje, será de suprema importância para a direção do seu procedimento que os homens possuam a sciencia da vida, *physica*, *intellectual* e *social* e que conheçam todas as outras sciencias, que são como que a chave da sciencia da vida.¹

¹ Herbert Spencer, no primeiro capítulo da obra *Da educação intellectual, moral e physica*, em sua versão portuguesa de dezembro de 1886. Esse capítulo foi inicialmente publicado em julho de 1859, na *Westminster Review*, e depois, juntamente com outros três, deu origem a um livro publicado, na Inglaterra, pela primeira vez, em 1861, e depois, traduzido para o francês, em 1878.

A utopia de uma educação integral

O sonho de educar física, intelectual e moralmente configura a utopia de uma educação integral,² constituindo-se o objetivo maior dos médico-higienistas brasileiros formados na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Esse projeto pode ser evidenciado nas teses que tematizam a higiene dos colégios e nas que têm como tema a própria educação física, moral e intelectual da juventude. A utopia de formar o homem integral não é desenvolvida de forma enfática no conjunto das teses, cuja centralidade é a influência da educação física no desenvolvimento do homem, embora tal perspectiva não esteja completamente ausente das mesmas. Como é o caso da tese de Gomes (1852), que, ao introduzir o tema, assegura que o futuro do homem não dependia exclusivamente dos cuidados proporcionados a partir de seu nascimento, mas, diferentemente desse ponto de vista, encontrava-se profundamente marcado pela conduta moral anterior dos pais e pela conduta das mães durante a época da gravidez, estabelecendo, portanto, um vínculo entre os aspectos físicos e morais. Tal vinculação persiste quando ele aborda as “paixões” da juventude. Dr. Gomes aponta

² A compreensão de educação integral adotada pelos médicos, nos anos oitocentos, remete aos aspectos da inteligência, do corpo e da moral. Distinta, portanto, da compreensão marxista de educação integral, que, nessa outra perspectiva, procurava romper com a divisão instaurada pelo modo de produção capitalista entre trabalho manual e intelectual. Em busca da unidade do homem, fraturada pelo capitalismo, uma proposta fundada nessa compreensão marxista defende uma pedagogia da omnilateralidade, cuja ênfase estaria na refundição dos braços e cérebros, evitando, desse modo, a fragmentação do/no trabalho e do próprio homem. O higienismo opera com outro conceito de educação integral, como se pode perceber.

ainda para a existência de relações entre os aspectos físicos e intelectuais, quando traça um mapa dos colégios.

Mal desponta o menino aos 5 ou 6 annos de idade, que já se trata de encerral-o entre as quatro paredes de um collegio, onde pregado continuamente em um banco, respirando uma atmosphera não renovada e constantemente viciada, é condemnado á immobillidade por dilatadas horas, curvado sobre livros que excedem o alcance de sua comprehensão. A attenção já pouco excitada desaparece, a aversão começa; o organismo gasta-se, e a intelligencia se enfraquece. Se por ventura elle se impacienta com este estado oppressivo é immediatamente castigado. Se nesses curtos recreios não guarda a gravidade do ancião, é logo reprehendido. Em breve é sobrecarregado de estudos que ultrapassam as forças de seu espirito; suas faculdades rudimentarias se anniquilam; aquelle que era estúpido fica completamente idiota, e aquelle que prometia uma intelligencia de Newton torna-se o mais estúpido dos homens. É de summa necessidade que o menino comece os seus estudos só na idade de 7 annos, e nunca antes (1852).

Com base nesse diagnóstico do funcionamento dos colégios que “aprimonam”, “imobilizam”, “deformam”, “desestimulam” e “enfraquecem” a inteligência, o médico apresenta sugestões para alterá-lo, prevendo, dentre outras medidas, a inclusão dos exercícios ginásticos, cuja adoção poderia fazer com que os jovens se livrassem dos “vícios hediondos”, por intermédio do estímulo ao movimento, à respiração ao ar livre, à própria atenção e ao fortalecimento da inteligência.

Caminho semelhante foi adotado pelo Dr. Portugal, em 1853, cuja tese explora algumas relações entre o físico, o moral e o intelectual; sobretudo, entre os dois primeiros aspectos. Na introdução, já indicava o tom com que abordaria os vínculos entre o moral e o físico:

Quando o baixel da vida vaga no mar encarpelado das paixões, e a bussola da razão desnordeada não pôde leva-lo ao porto desejado, o da salvação, é isto uma das condições para que se realice o dito de que – o viver é soffrer. [...]. Esta vida será melhorada, mas não de todo sanada, pois que o homem tendo-se achado com a razão desvairada pela embriaguez das

paixões lançou-se aos prazeres sensuaes sem reserva e o seu organismo pelo muito prestar-se a estes desejos irresistiveis, a estas tendencias inabalaveis por demais desregradas, ficou de alguma sorte deteriorado e carregando sobre si o peso da dôr e dos soffrimentos, que muitas vezes servem de legado á infeliz prole (1853).

É, pois, fazendo uma pregação moral contra a “embriaguez das paixões” que ele introduz o tema da influência da educação física, sugerindo que o aperfeiçoamento moral precede – ou deveria preceder – o aperfeiçoamento físico. O último médico a fazer um recorte mais específico do problema da educação física é o suíço Dr. Naegeli (1863), formado pela Universidade de Zurique, que apresentou uma tese à FMRJ visando à revalidação do diploma para exercício legal da medicina no Brasil. Nesse trabalho, preocupa-se em desmontar o argumento de que os exercícios ginásticos seriam apropriados para países de clima frio e temperado, sendo inadequados em países tropicais. Ao abordar a relação entre ginástica e clima, Dr. Naegeli é contundente, fazendo, de início, uma reflexão acerca das influências da ginástica no organismo e, depois, das influências prejudiciais do clima tropical sobre o mesmo, concluindo que “depois de examinarmos assim o nosso problema, declaramos que os exercicios gymnasticos nos paizes tropicais, não sómente não são prejudiciaes, mas ao contrario bem uteis”. Conclui seu trabalho afirmando que, com tratamento razoável, os exercícios ginásticos eram o melhor modo de corrigir aquelas “influencias debilitantes” do clima dos trópicos, principalmente para aquela parte da população cuja ocupação intelectual reduzia, em muito, os movimentos do corpo. Nesse caso, os exercícios corporais tornavam-se uma necessidade. Para esse grupo de pessoas e, sobretudo, para a juventude, os exercícios ginásticos representam um benefício que se manifestava “não só em saúde e força, como tambem em energia e vigor no espirito”, finaliza.

Em 1891, Dr. Brito apresenta uma tese em que um dos pontos é a educação física. Em uma espécie de prefácio, intitulado “Ao leitor”, o médico explica as razões que o levaram tanto à escolha do ponto, como ao modo de desenvolvê-lo. Nesse “protocolo de leitura”, procura chamar a atenção para as articulações existentes entre as distintas dimensões do homem, ressaltando que, embora o emprego de cada exercício pudesse visar

a um fim determinado, nem por isso, depois de posto em prática, deixava de apresentar múltiplas vantagens:

Não só para o corpo dos jovens que se exercitam ha uma superioridade das funcções organicas como resulta tambem um melhoramento das facultades praticas do espirito e um levantamento do poder da energia e do exito da vontade.

O aspecto teórico que Dr. Brito procura desenvolver com seu discurso é o de patentear a dupla influência sobre a saúde e sobre o caráter. Ao iniciar a abordagem do tema propriamente dito, ele o faz partindo de uma definição do próprio objeto, realizando, depois, seu desdobramento na análise das forças da inteligência, do caráter e dos costumes com base em um histórico da educação física, ao término do qual registra a máxima atribuída a Fonssagrives³: “A Educação Physica influe sobre a intelligencia, carater, costumes e saúde”. A preocupação com a formação do homem inteiro também se encontra presente nas primeiras teses da FMRJ, cujo núcleo sugere um tratamento exclusivo da educação do corpo. Nas teses de Manoel Pereira da Silva Ubatuba (1845) e Joaquim Pedro de Mello (1846), a sugestão do título é abandonada no desenvolvimento do discurso. Na tese do Dr. Ubatuba, estruturada em torno de uma introdução e quatro capítulos, as considerações tecidas acerca da educação física demonstram que ele percorre o roteiro da higiene, seja quando assume um tratamento associando a questão do físico à moral e à religião, seja ao definir que o início da educação física ocorre na gravidez. Assim sendo, a preocupação com o meio ambiente, clima, banho, alimentos, sono, hábitos, vícios, aleitamento, formação moral e também com a estrutura e funcionamento do sistema de ensino atravessa o seu objeto. Dessa forma, a

³ Jean-Baptiste Fonssagrives, professor de higiene da Faculdade de Medicina de Montpellier – França, que dentre outras obras escreveu: 1 – *Traité d'hygiène navale ou de l'influence des conditions physiques et morales dans lesquelles l'homme de mer est apellé à vivre et des moyens de conserver sa santé*, 1856; 2 – *Hygiène alimentaire des malades, des convalescents et des valétudinaires, ou du régime envisagé comme moyens thérapeutique*, 1861; 3 – *Titres présentés à l'appui de sa candidature à la chaire d'hygiène, vacante à la Faculté de Médecine de Montpellier*, 1864; 4 – *Entretiens familiers sur l'hygiène*, 1867; 5 – *Le Rôle des mères dans les maladies des enfants, ou ce qu'elles doivent savoir pour seconfer le médecin*, 1868; 6 – *L'Éducation physique des jeunes filles ou avis aux mères sur l'art de diriger leur santé et leur développement*, 1869; 7 – *Livret maternel pour prendre des notes sur la santé des enfants (Sexe masculin et sexe féminin)*, 1869; 8 – *L'Éducation physique des garçons ou avis aux familles et aux instituteurs sur l'art de diriger leur santé et leur développement*, 1870.

atividade física só seria bem-sucedida caso fosse observado um conjunto de outros aspectos. Uma perspectiva semelhante pode ser evidenciada na segunda tese que privilegia a educação física. Nela, Dr. Mello também demonstra ter em seu horizonte a preocupação com os arredores, vestimentas, cuidados com a limpeza corporal, alimentos, dentre outros que integram o modelo de Becquerel e Michel Levy, já abordado no capítulo 3. Além disso, considera que as faculdades morais e intelectuais participam diretamente do desenvolvimento físico:

Infundindo-se nos seos animos paixões doces, e agradaveis influir-se-há sobre sua constituição physica; por quanto estes sentimentos, augmentando ligeiramente sua intensidade, favorecem todas as funcções, e desenvolvendo o corpo, e activando convenientemente a imaginação, contribuem muito para o entretenimento da saude. [...].

É pois, prudente, que se acompanhe o desenvolvimento das faculdades intellectuaes, fixando primeiramente a attenção sobre os objectos que cahem debaixo de nossos sentidos, cultivando a memoria, fazendo comparar as coisas entre si; depois, n'uma idade mais avançada, dirigir-se cautelosamente a imaginação; e o juizo, o raciocinio, executando-se gradativamente, amanhão o terreno, onde viçosamente desabrocharão os grãos, regados por uma prudente educação moral.

Taes são os meios, que nos parecem adequados para constituirem a base d'uma educação publica, consentanea ao bem da humanidade, e aos progressos scientificos do seculo; por que entendemos, que por meio d'elles teremos corpos robustos, espiritos esclarecidos, e almas virtuosas, e dotaremos o nosso Brasil com filhos, dignos de sustentarem a sua honra, e as instituições, que felizmente nos regem (1846).

Desse modo, o médico resume o tratamento ao qual deveria ser submetido o objeto da educação física. Este deveria ser trabalhado de modo associado aos “espíritos”, que se queriam esclarecidos, e às “almas”, que se queriam virtuosas. Uma boa educação pública seria, então, aquela que pudesse enfrentar tais dimensões humanas de modo solidário, sem urdir a preponderância de uma sobre as outras.

Como pôde ser percebido nessas seis teses, a reflexão desenvolvida pelos médicos aponta para uma articulação entre os aspectos físico, moral e intelectual. No entanto, esses vínculos se encontram mais intensamente

trabalhados nas teses que integram os grupos II e III,⁴ referidos no quadro 11. Ao defender a estreita ligação entre as três dimensões do homem, esses médicos definem aquilo que deveria constituir o fundamento do programa escolar, isto é, intervir na formação da nova geração como estratégia para sua higienização, devendo funcionar, igualmente, como higienizadora das futuras gerações.

4.1. Higiene: ciência integral, ciência da infância, ciência da escola

As dez teses integrantes dos grupos II e III foram apresentadas e sustentadas junto à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro entre 1854 e 1888. Embora apresentem marcas distintivas, elas incidem no tema da higienização, sendo que as do grupo II (*Esboço de uma hygiene dos collegios applicavel aos nossos; regras tendentes á conservação e ao desenvolvimento das forças physicas e intellectuaes, segundo as quaes se devem regular os nossos collegios*) sugerem uma ênfase nos colégios e nas do grupo III, a ênfase recai na formação da mocidade (*Da educação physica, intellectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro e sua influênciã sobre a saúde*). No entanto, ao se fazer o deslocamento da ênfase na *organização* para uma ênfase nos *escolares*, acionam-se postulados originários de uma matriz médico-higiênica. Nesse sentido, o alcance de uma educação plena ou integral se encontrava previamente condicionado ao cumprimento do roteiro formulado e defendido pelos higienistas.

Para efeito de sistematização, percorrerei as oito teses cujo foco recai nos “colégios”, para, em seguida, analisar aquelas duas em que os médicos focalizam, a princípio, a formação da “mocidade do Rio de Janeiro”. No primeiro grupo (grupo II), verifica-se que sete dos trabalhos foram apresentados na década de 50 (um em 1854, dois em 1855, três em 1857 e um em 1858) e apenas um foi apresentado no final da década de 80, em 1888. Desses oito trabalhos, seis se encontram desenvolvidos no formato dissertativo e dois no formato propositivo, sendo que sete foram apresentados para efeito de conclusão do curso de medicina (os da década de 50) e apenas um para o ingresso na carreira docente da FMRJ (o da década

⁴ A tese do Dr. Brito (1891) desenvolve uma reflexão extensa sobre a “trindade pedagógica”. Já nas teses em formato de proposição, a presença dessa articulação é apenas indicada, não sendo aprofundada em virtude mesmo da modalidade da escrita adotada.

da de 80). No segundo grupo (grupo III), as duas teses foram sustentadas na década de 70 e escritas no formato dissertativo. Do ponto de vista metodológico, centrei meu esforço nos trabalhos dissertativos, como forma de tentar apreender o padrão discursivo adotado e a compreensão de educação integral presente, ao longo desses 34 anos, nessa série documental.⁵

O modo de narrar

Em 1854, Dr. Balbino Candido da Cunha desenvolve reflexões acerca do problema educacional, fazendo-as em formato dissertativo.⁶ Introduce-se no debate afirmando que o modo mais apropriado para alcançar a higienização dos colégios consistia na observação da experiência do passado, como forma de recolher, do que já fora experimentado, os princípios, regras e métodos para atingir o aperfeiçoamento – o que, alerta, demandaria um trabalho que não poderia ser realizado “com os limites de uma tese e o espaço, que se dá para sua confecção”. Em função disso é que declara: “Nós, portanto, conscios de nossa insuficiência, vamos já abordar a questão, que a sorte nos deparou, envidando para desenvolvê-la todas as nossas bem que fraquíssimas forças”; para, em seguida, desculpar-se de

⁵ Isso não implica dizer que a perspectiva de educação integral não esteja presente nos pontos desenvolvidos no formato propositivo, como pode ser evidenciado no anexo 5, em que se encontram, na íntegra, os dois pontos apresentados nesse formato. A título de exemplo, Dr. Paula Souza, natural da cidade de Itu (província de São Paulo), “sustentou” em 1857 seu trabalho de final de curso, constituído de quatro pontos. No que se refere à educação, apresentou um conjunto de dezessete proposições em que trata da higiene dos colégios, precedido por duas epígrafes. Na primeira, de Virgílio, aponta para a importância da tarefa educativa de modo geral (*Miseris Succurere Disco* – Aprenda a socorrer os miseráveis) e, na segunda, por intermédio de Rousseau, chama a atenção para o aspecto corporal (*Un corps faible afaiblit l'ame* – Um corpo falho enfraquece a alma), o que habilita o leitor a compreender o discurso que, posteriormente, apresenta em suas proposições, isto é, educar sem esquecer o corpo. De fato, como se pode depreender da leitura das proposições desse médico, é em torno das relações entre o físico e o intelectual que ele formula a maior parte das suas proposições, cabendo destacar a ênfase com que se refere ao papel dos diretores dos estabelecimentos de ensino, ao afirmar que “para que haja desenvolvimento das forças físicas e intelectuais da nossa mocidade, de maneira a torná-la digna da mais bela terra do universo, é necessário em primeiro lugar um bom director”. Na XI proposição, a necessidade de uma educação que incorporasse a dimensão física se encontra mais explicitada, constando que “devia ser obrigatório nos collegios o exercicio do corpo, como o é o do espirito, pois que o homem de grande talento, mas fraco, não destro, é um ser muito incompleto”.

⁶ Trata-se do ponto de sua tese intitulado “Esboço de uma hygiene dos Collegios applicavel ao nossos; regras principaes tendentes á conservação da saude, e do desenvolvimento das forças physicas e intellectuaes segundo as quaes se devem regular os nossos collegios”.

antemão: “E, se não correspondermos ás vistas de nossos sábios preceptores, cujas doutrinas nos foram expendidas, restar-nos-ha para consolo a consciencia do esforço e da boa vontade”. O reconhecimento dos limites do trabalho, da própria capacidade e formação, acompanhado de uma espécie de pedido de complacência e tolerância para eventuais falhas, não impede que o texto seja carregado de afirmações, orientações e prescrições, ou seja, o saber e o poder da ciência médica ficam evidenciados ao longo do opulento discurso produzido com o aval e sob o controle da ciência médica.⁷ Esse recurso é utilizado de modo recorrente pelos médicos nas teses dissertativas, indicando a existência de um modelo/uma “fórmula”, isto é, um padrão discursivo incorporado pelos candidatos ao “distintivo” de doutor.

Ao conceituar o que considerava como objeto da educação, Dr. Cunha explicita a sua compreensão da rede existente entre diferentes aspectos desse objeto, sendo necessário acompanhá-lo nesse movimento descritivo:

O objecto da educação é o desenvolvimento das faculdades do homem para o maior bem individual e social. As faculdades a desenvolver segundo a sua natureza se dividem em *physicas, intellectuales, morales e sociaes*. As primeiras consistem nas funções de nossos órgãos para conservar o corpo e executar as ordens da vontade; as segundas formão o domínio

⁷ No trabalho do Dr. Mafra (1855) também evidenciamos o emprego do padrão do pedido de “perdão antecipado”, pois no primeiro parágrafo o autor se desculpa por não ser capaz de desenvolver a questão de forma satisfatória, reduzindo, então, seu objetivo ao de desejar mostrar a importância da matéria que, segundo ele, “hoje vai atrahindo a atenção de nossos legisladores”. Com isso, seu discurso demonstra ter endereço certo: do remetente e do destinatário. Nesse caso, um médico defende a causa educacional, a partir de uma ótica médica, visando atingir os legisladores da matéria, isto é, aqueles que instituíam como sendo os responsáveis, em última instância, pela formulação de leis e definição das normas sociais. Esse padrão também é evidenciável no trabalho do Dr. Cruz Junior, de 1857, no ponto da tese em que aborda a higiene dos colégios, e que foi apresentada e sustentada em 20 de novembro de 1857 perante a “augusta presença de Sua Majestade, o Imperador”. Ele apresenta, na capa, uma epígrafe de sua autoria, em que reconhece humildemente as imperfeições de seu estudo: “O meu trabalho é cheio de imperfeições, qual o primeiro quadro do artista principiante. Falta-lhe tudo quanto ha de bello e sublime, e por isso, despido de orgulho, accitarei, humilde, a necessaria correção para os meus erros”. Cabe destacar que, ao tratar do ponto em que se dedica à análise da higiene dos colégios, este é desenvolvido compondo um total de dezessete proposições, que se constituem em dezessete prescrições claramente definidas, apesar das anunciadas “imperfeições” do trabalho. Esse modo de auto-representação dos autores e da própria tese se encontra analisado no capítulo 2.

do espirito e tornão-se a fonte de nossos conhecimentos; as terceiras pertencem ao coração e produzem nossas afecções e nossas paixões; as ultimas emfim não são mais que applicações das facultades intellectuaes e moraes á arte de viver com os homens e de os fazer concorrer para nosso bem, concorrendo nós ao seu. São os meios de desenvolver as duas primeiras sortes de facultades, que vão fazer o objecto de nosso estudo (1854, grifos meus).

Ao expor o entendimento que possuía das “facultades do homem”, indicando os seus domínios, Dr. Cunha aponta para uma seleção que, no entanto, não é realizada. Seu discurso desliza para além das facultades físicas e intelectuais, recobrando temas relativos aos costumes e a um sistema de punições a ser adotado nos colégios, como estratégias para assegurar a “felicidade futura” dos jovens. O regulamento relativo aos costumes, a ser seguido pelos colégios, bem como o sistema de punições, parecem adentrar o recorte estabelecido pelo médico, que, inicialmente, os excluía; reforçando, portanto, a hipótese de que os temas aos quais faz referência se encontram amalgamados sob o modelo da higiene, da doutrina e da liturgia⁸ que lhe é característica. Daí se pode pensar em uma espécie de indissociabilidade entre as dimensões física, intelectual e moral presente na escrita desses homens, visto que a matriz científica que lhes dá suporte não admitia que as mesmas fossem tratadas isoladamente.

Um segundo aspecto das teses sugere a existência de um outro traço presente na estrutura discursiva: o recolhimento, no passado, dos ensinamentos a serem seguidos no presente, mesmo quando alguns médicos, como é o caso do Dr. Cunha, tivessem advertido para a impossibilidade do emprego desses modelos “recolhidos”. A presença desse traço, que se ancora, via de regra, nos ensinamentos dispostos em uma longa história da humanidade, marca o discurso dos médicos brasileiros com uma finalidade desdobrável, tanto na demonstração de erudição, como no argumento de autoridade. Este segundo desdobramento supõe linhas de continuidade, na medida em que o uso dos bons exemplos do passado teria a função pedagógica de dispor e ensinar os caminhos a serem seguidos, de modo que se repetisse o sucesso dos empreendimentos levados a cabo pe-

⁸ Nesse momento, aproprio-me do termo “liturgia” aplicado aos procedimentos dos higienistas, cunhado por Pereira & Pita (1993).

los “bons homens”, os quais se encontravam recuperados no interior do discurso da higiene. Esse traço, indicador de uma estrutura discursiva, de uma retórica médica, de uma retórica da ciência, também está presente no ponto “Esboço de uma hygiene dos collegios applicavel ao nossos. Regras principaes tendentes á conservação da saude, e ao desenvolvimento das forças physicas e intellectuaes segundo as quaes se devem regular os nossos collegios”, que Dr. Andrada Junior sustenta em seu trabalho de final de curso, em 12 de dezembro de 1855. Tal ponto é por ele dividido em duas partes: a primeira é designada “Considerações preliminares”; e a segunda, “Da hygiene dos collegios propriamente dita”. Nessa segunda parte, como já apontei anteriormente, o médico faz uso da classificação de Becquerel e M. Levy, e na primeira ele desenvolve uma introdução, seguida de defesa da necessidade de uma boa higiene nos colégios, do estabelecimento de condições para a matrícula dos alunos e os procedimentos que deveriam guiar a ação dos diretores. Ao introduzir o tema, Dr. Andrada Junior faz um histórico acerca da necessidade de conservação da espécie humana, produzindo aquilo que poderia ser considerado como uma filogênese do homem. O desenvolvimento filogenético teria ocorrido, segundo ele, sob a busca da conservação do indivíduo e da própria espécie. Esse “instinto” de conservação, pela lógica do médico, teria sido o responsável pela constituição da higiene:

Foi assim que, pelas impressões recebidas de cada objecto, seu espirito foi-se pouco a pouco desenvolvendo, e, por sua propria experiencia, forjando as armas com que teria de bater os insultos da dôr, e firmar o imperio do bem-estar; o amor de si mesmo foi o primeiro movel dos cuidados e precauções, que mais tarde terião de constituir as regras da Hygiene [...]. E foi assim que nasceu a Hygiene Publica (1855).

Na narrativa que desenvolve, procura revelar os progressos pelos quais a ciência da higiene passou ao longo do tempo: “fraca nos primeiros dias da sua existência”, fez com que suas primeiras ordenações, ainda que incompletas, tivessem sido ouvidas nas cidades dos faraós, nos desertos da Arábia e na Grécia antiga. Em seguida, inventaria um variado conjunto de iniciativas e de animadores (defensores) da ciência da higiene, chegando inclusive ao reconhecimento dos seus contemporâneos como forma de provar o avanço dessa ciência e os benefícios advindos do mesmo. Prosse-

gue, com o intuito de demonstrar que, por mais que se tivesse progredido, ainda havia muito por se fazer em matéria de higiene, tanto nos atos de vestir, alimentar, respirar, morar, prender, hospitalizar, quanto no de instruir. Nesse sentido, reclama por atenção das autoridades, especialmente para os colégios, visto que aí existiria o “germen da geração que amanhã nos tem de substituir no drama social”. A higiene dos colégios deveria, na ótica dele, a par do aperfeiçoamento da inteligência, fazer marchar a educação do corpo para que a matéria não definhasse com as depredações do espírito. Um exemplo cabal para justificar sua obediência às prescrições da higiene pode ser percebido, na primeira parte, no item designado “Necessidade de uma boa hygiene nos collegios”. Ao desenvolver este item, o médico, após sublinhar a significativa mudança de ambiente afetivo, físico e na rotina, que ocorria com a entrada do menino no colégio, termina por se fixar na puberdade dos alunos, tempo em que a adesão e obediência aos preceitos da higiene eram colocadas como obrigatórias:

N’uma idade, pois, tão desgraçadamente rodeada de tantos precipícios, em que pode a cada passo o inexperiente viajor esbarrar com a causa da ruína de toda a sua vida, na agua que bebe, no ar que respira, no alimento em que procura a mesma vida, nos livros em que prescruta os arcanos da sciencia; nessa idade de cêra em que todas as sensações, boas ou más, ficão tão profundamente gravadas, em que o pequeno homem é como a sensitiva que se resente do mais ligeiro tocar de profanos, a applicação de uma hygiene judiciousa e bem dirigida não póde ser dispensada. Além de que, este menino que um dia terá de preencher uma missão mais ou menos importante, segundo os seus talentos e a sua posição social, tem jus a que se lhe ministre os meios indispensaveis á conservação e ao desenvolvimento das suas faculdades physicas, moraes e intellectuaes, e qualquer tropeço á marcha gradual e progressiva deste desenvolvimento póde torna-lo um desgosto para a familia, um fardo para a sociedade, e um martyrio para si mesmo (1855).

Outra vez, por intermédio do discurso do Dr. Andrada Junior, é possível perceber o braço da higiene envolvendo a educação em sua tríplice ramificação, cujos ramos conservados e desenvolvidos constituiriam uma garantia, no sentido de evitar qualquer tropeço na marcha gradual e pro-

gressiva do desenvolvimento dos jovens, de cujo sucesso dependia a constituição da família conjugal e de uma sociedade regenerada, dentre outros.

A defesa da relevância do ponto desenvolvido se configura como o terceiro aspecto presente na estrutura das teses redigidas no formato dissertativo. Nesse caso, o médico procura realçar a urgência em enfrentar os problemas existentes em torno do ponto trabalhado e a necessidade de se equacionar os impasses descritos, conforme as contribuições derivadas da higiene. Esse aspecto fica evidenciado, por exemplo, no ponto da tese do Dr. Mafra intitulado “Esboço de uma hygiene de collegios, applicavel aos nossos: regras principaes, tendentes á conservação da saúde, e ao desenvolvimento das forças phisicas e intellectuaes, segundo as quaes se devem reger os nossos collegios”, trabalho que foi defendido em 03 de dezembro de 1855.⁹

No início da tese, Dr. Mafra recorre a uma epígrafe designada de “Esboço”, cuja autoria é atribuída a Helvetius,¹⁰ por intermédio da qual justifica antecipadamente a relevância do tema abordado e o modo como o mesmo foi tratado:

Se eu demonstrasse que o homem é o producto de sua educação, teria por sem duvida revelado uma grande verdade ás nações: ellas saberião que em suas mãos está o instrumento da sua grandeza e felicidade; que para serem felizes não precisam mais do que aperfeiçoar a sciencia da educação.

Como pode ser percebido nessa epígrafe, a educação é representada como prática submetida a uma espécie de subtração da vida social. Tal representação indica que a educação passaria a exercer uma função quase

⁹ Trata-se de um médico descendente de família de médicos de Itabira do Campo – MG, filho do Major Joaquim José de Oliveira Mafra, também formado pela FMRJ.

¹⁰ O autor não esclarece a origem do texto, assim como não apresenta elementos que caracterizem o referido autor. Para Hilsdorf (1998), Helvetius representa uma das “radicalidades iluministas” cujas preocupações giravam em torno da tese da “onipotência da educação”: “Assim o (a natureza do) homem não é nada natural, é *todo* educação. Não há diferenças de nascimento: todos têm naturalmente as mesmas possibilidades físicas e intelectuais [...]; é a sociedade, a cultura, que realiza as diferenças, mediante a manipulação das paixões e dos interesses despertados nas pessoas. Para Helvetius, no homem tudo depende onipotentemente da educação, do que é experienciado no ambiente sociocultural em que vive” (pp. 75-6, grifo da autora). Esta epígrafe também foi utilizada pelo Dr. Ubatuba (1845), no início do capítulo IV de sua tese, o que indica que a obra de Helvetius já circulava, desde a primeira metade do século XIX, no seletto circuito de leitura/formação da FMRJ.

mágica e religiosa sobre o homem e sobre a sociedade. A fé na pedagogia da higiene encontra, nesse “esboço”, uma feliz exemplificação. A educação é aí referida como se fosse o mais poderoso instrumento de intervenção para os males das nações, ou também como o “bom remédio”, para não dizer o único, a partir do qual atingiriam a grandeza e felicidade. Onipotentemente representada, tudo estava subordinado à intervenção da educação, sendo ela, portanto, revestida de um poder redentor.

Dr. Mafra, no início de seu discurso, afirma que prescindia de abordar a educação moral e intelectual, pois estes aspectos pareciam estar se “regenerando e surgindo do abandono em que jaziam”. Dessa forma, justifica ao leitor e aos seus “opositores” a suposta centralidade que daria ao tratamento da educação física. Digo suposta porque esse aspecto, à época, envolvia preocupações cujo início remetia aos casamentos, à gravidez e à gestação, passando pelo aleitamento e pelas atividades físicas recomendadas à infância e à puberdade, sendo, portanto, quase obrigatório, ao tratar da educação física, remeter-se às dimensões morais e intelectuais, além de outros aspectos, como fica evidenciado no discurso sobre a localização dos edifícios escolares, respiração dos alunos, iluminação e arquitetura das escolas, roupas, banhos, alimentação, sono, cotidiano escolar e castigos. Finalmente, ele parece se render à impossibilidade de especializar seu discurso, centrando-se em apenas um aspecto da formação do homem, quando afirma, ao término de seu trabalho, que

sendo a educação physica e moral intimamente ligadas e mutuamente dependentes uma da outra; não podemos deixar de dizer, para terminarmos nosso trabalho, duas palavras a respeito da influencia que exercem sobre a constituição certos vicios.

Assim, demonstra que, apesar de sua disposição inicial para abandonar o debate acerca do desenvolvimento intelectual e moral, por entender que se encontravam em progressiva expansão, termina por operar com essas inter-relações. No desenvolvimento de seu discurso sobre a educação física, os vínculos entre o físico, o intelectual e o moral compõem de forma irrefutável, demonstrando aí também, onde se pretendia um discurso mais especializado, a forte presença da trindade pedagógica, isto é, o sonho e desafio de intervir na formação do homem com vistas a constituí-lo integral e higienicamente. Escreve, portanto, sobre uma educação

higienizada/higienizadora, da qual o homem deveria ser produto e, nessa ótica, também produtor de uma nova ordem. A presença dessa perspectiva e da defesa da importância e valor do tema estudado também ficam fortemente evidenciadas na tese do Dr. Guimarães (1858).

Nas “Considerações gerais” do ponto da tese em que se volta para a questão educacional, Dr. Guimarães justifica sua “escolha”, assinalando que não foi a “fatuidade de nos suppôr capaz de corresponder á este importante assumpto [...], mas um pendor natural e entusiasmo pela educação e a possibilidade de prestar algum serviço”. Prossegue, destacando a necessidade de se pôr em pauta o tema da educação:

Era quasi geral o grito pela reforma radical de nosso systema de educação; seo fundo, sua fórma, a parte das familias, e da instituição publica erão, e continuão com razão a ser ainda atacadas. Palpitava a necessidade de uma renovação geral nos principios, nos methodos e nos agentes, que devem formar o bom homem social. Felizmente vae já este assumpto despertando algum interesse em todos aquelles que nutrem algum sentimento pelo bem da humanidade (1858).

A reforma radical apregoada pelo Dr. Guimarães se ancorava em um diagnóstico de maus tratos, abandono e desinteresse que havia em relação às questões educacionais. Seu trabalho é integrante de um certo despertar para as questões educacionais, justificando, inclusive, que tais questões freqüentassem, inquietassem e provocassem o próprio ambiente de formação da intelectualidade médica na Corte, o que fica evidenciado no momento em que a faculdade elegia pontos relacionados aos temas educacionais, como aqueles acerca dos quais a FMRJ deveria exigir conhecimento, competência, escrita e certa publicidade do modo como os diagnosticava e prescrevia, isto é, como os médicos e, em certa medida, a própria faculdade se posicionavam diante do problema de formação dos indivíduos. Nesse sentido, a reforma radical defendida pelo Dr. Guimarães representa uma partilha, sendo ela mesma parte desse movimento de constituição de uma doutrina relacionada ao fenômeno educacional, fundada e articulada no ambiente médico, com base em seus princípios, métodos e procedimentos, e que previa a renovação dos princípios, métodos e agentes responsáveis pela formação do “bom homem social”. Renovação tão ampla que recobria a educação ocorrida no ambiente extra-escolar; nas

famílias. Esse é o serviço que a medicina parece querer prestar, sendo Dr. Guimarães um de seus auxiliares, um de seus “voluntários”.

Em seguida, insistindo na denúncia de um descaso de longa duração com as questões de formação, ele faz uso da metáfora da árvore e dos frutos para sensibilizar a todos quanto à relevância do problema educacional, afirmando: “convem muito considerar, e a razão o ensina e a experiencia o mostra, que educação é arvore, que deve ser mui bem tratada para que seos fructos sejam homens sãos, fortes, intelligentes e honestos”. Mas como se encontrava a “árvore educacional” na Corte (e no Brasil)? Ao especular sobre o “pouco” que havia sido feito, até 1858, no sentido de cuidar da “árvore” brasileira, o médico inventaria um conjunto de argumentos já utilizados, mas que para ele não respondiam satisfatoriamente essa questão:

Accusem embora uns a perversidade do coração humano, a decadencia dos povos, as miserias que pezam sobre o commercio, o luxo, o espirito do seculo, a philosophia, o desenvolvimento de interesses materiaes, etc., e teremos sempre para nós que a causa principal, ou, por assim dizer, unica, é a pouca attenção que se ha prestado á educação (1858).

Insistindo na posição que responsabiliza a “falta de atenção” para os problemas educacionais pelo estado em que a educação se encontrava, Dr. Guimarães estabelece uma relação causal direta que, segundo sua ótica, explica a “má formação” do homem no Brasil. Resolvido o problema da “pouca atenção” destinada à educação, os outros seriam igualmente equacionados. O médico também alerta para a interligação entre as diferentes funções, capacidades e habilidades do homem e o papel da educação no trabalho de integração dessas diferenças,¹¹ proferindo um brado em favor

¹¹ Dr. Guimarães aprofunda a defesa da articulação entre as dimensões física, intelectual e moral com os seguintes argumentos: “Os governos e moralistas tem encarado sempre sob uma vista simples um objecto assaz complexo; os antigos, devotados á guerra, attendião ao desenvolvimento das forças phisicas; as seitas religiosas obravão sobre a moral quasi que exclusivamente; e actualmente é a tendencia geral para a formação de sabios e encyclopedicos muitas vezes no verdor dos annos e a despeito do detrimento das forças phisicas e qualidades moraes. D’ahi provem estes systemas exagerados ou incompletos; d’ahi nasce para os caractéres esta falta de harmonia entre personalidades differentes e os impulsos de um mesmo individuo; d’ahi dimana esta creença de luta incessante, inherente a nossa especie, e que nós, bemdizendo a Providencia, crêmos que se extinguirá á medida que se fôr compreheendendo as santas leis do cultivo de todas as nossas facultades. Está fóra de duvida que a educação deve ter por fim o aperfeçoamento de todas as partes de

da higiene. Antes, porém, posiciona-se contrariamente à adoção de práticas de eugenia como procedimento de formação do “bom homem social”. Nesse sentido, dialoga com críticos da medicina que acusam-na de ser perniciososa,¹² bem como com aqueles que defendem a eliminação dos mais fracos como norma para que se estabelecesse um melhoramento racial:

Demais este proceder de melhorar a raça pelo exterminio dos fracos, é um procedimento barbaro e brutal, um proceder, que vai de encontro aos nossos costumes e civilização. Que mãe brasileira, qual outra Spartana, mergulharia nas frias aguas do Eurotas ou exporia á voracidade das fêras um seo filho por ter nascido mais fraco que outro.

Felizmente está a sciencia de accordo com o amôr materno; tem ambos a missão de conservar os meninos debeis, e de os igualar, se possível, aos fortes (1858).

Ao se posicionar contra a eugenia e a favor da conservação dos “débeis”, Dr. Guimarães defende a necessidade do patrocínio de uma intervenção educacional de modo a poder igualar, se possível, os fracos aos fortes. Igualdade a ser obtida com base no tirocínio da educação, evidentemente de uma educação fundamentada nos sólidos pilares da higiene. Radicaliza, desse modo, a defesa da necessidade de educar, pois é aí que reside a possibilidade de se construir um mundo de iguais. Radicaliza, portanto, a crença de que a educação tudo pode e que a educação é tudo.

nosso ser, physico, moral e intellectual, mas de um modo conveniente, á partes intimamente ligadas e que concorrem todas para o mesmo fim – a sua vida total. Seria máo o systema que não abraçasse o homem inteiro, e seria um erro considerar estas partes como isoladas ou attribuir á uma d’ellas uma influencia capaz de aniquilar a outra” (Grifo meu).

¹² Rousseau, uma outra radicalidade iluminista, de acordo com Hilsdorf (1998), ao escrever seu tratado educacional – *Emilio* – integra um movimento caracterizado por uma espécie de desconfiança e descrença na medicina, ressaltando, porém, que o único ramo positivo desse campo disciplinar seria a higiene: “A única parte útil da medicina é a higiene, e mesmo assim a higiene é menos uma ciência do que uma virtude. A temperança e o trabalho são os dois verdadeiros médicos do homem: o trabalho aguça seu apetite e a temperança impede que abuse dele. Para saber qual é o regime mais útil à vida e á saúde, basta saber que regime observam os povos de melhor saúde, que são mais robustos e vivem por mais tempo. Se pelas observações gerais não se vê que o uso da medicina dê aos homens uma saúde mais firme ou uma vida mais longa, justamente por ser uma arte útil, ela é nociva, já que faz uso do tempo, dos homens e das coisas sem nenhum proveito. [...] Um homem que vive dez anos sem médicos vive mais para si mesmo e para os outros do que aquele que vive trinta anos como vítima deles” (Rousseau, 1995, p. 35).

O molde higiênico da educação é o que orienta a formulação do conjunto de proposições apresentadas pelo Dr. Cruz Junior, em 1857. Molde que amalgama os aspectos físicos, morais e intelectuais, como estratégia de formar um sujeito integralmente sadio, como fica evidente em sua segunda proposição: “A educação physica, a moral e intellectual, quando bem dirigidas, são os unicos meios que podem dotar um paiz de cidadãos vigorosos e robustos, honestos e inteligentes”. Assim, encontra-se plenamente justificado que os médicos, independentemente do formato de seu discurso acerca dos colégios, prescrevessem medidas referentes aos critérios de matrícula, localização dos edifícios, arquitetura, rotinas dos escolares, exercícios a serem praticados, alimentação, vestimentas, leitões, banhos, idade própria para a educação intelectual, natureza dos trabalhos físicos e intelectuais, respeito ao desenvolvimento biológico, acompanhadas de uma pregação moral. Tais prescrições funcionam como um roteiro, mostrando os perigos do erro e do vício e falando, sempre, a linguagem “severa da verdade”, acompanhada da prática de bons exemplos, como a base em que se deveria fundar a educação moral. Em sua última prescrição, denuncia a ineficiência das reformas educacionais que estavam sendo desenvolvidas. Em forma de “diagnóstico-denúncia”, ela funciona, a meu ver, como uma estratégia por meio da qual o médico reclamava atenção e obediência aos imperativos da higiene que estavam sendo desprezados nas reformas educacionais. Estratégia que, no limite, busca subordinar o educacional aos princípios da higiene, ou melhor, inscrever a educação sob os seus domínios.

A higiene como ciência matriz

Um quarto aspecto presente no discurso médico, quando se referem à necessidade de uma educação integral, aponta para uma hierarquia a ser seguida. Hierarquização que supõe a higiene como matriz, o que fica exaustivamente evidenciado no discurso do Dr. Coutinho (1857). Ao introduzir o ponto em que trata da questão escolar, enaltece a higiene, criada, segundo ele, pela humanidade em sua luta contínua contra a destruição. Desde tempos remotos até os nossos dias, a conservação e o aperfeiçoamento da espécie humana são considerados uma necessidade indispensável, seja nos “esplendores da civilização actual, nos desertos da Arabia, no centro da Grecia bellicosa, seja no tempo das grandezas da Roma antiga”. Embora uma se revestisse do espírito religioso, outra se ostentasse no pa-

triotismo espartano e outra tomasse a forma de princípio humanitário, era sempre “a hygiene dictando os preceitos para a conservação e o aperfeiçoamento das forças humanas”, independentemente do espaço, do tempo e do princípio fundante das culturas.¹³ Ao se referir ao seu tempo, o médico faz questão de reafirmar o valor dessa ciência:

O seculo XIX deve dar a hygiene o lugar que ella occupa entre as sciencias, os progressos da chimica, da physica, da physiologia, as observações meteorologicas prestão-lhe o contingente de suas leis, que se convertem em principios hygienicos evitando e attenuando a acção dos agentes externos, e corrigindo a sua influencia sobre as funcções do organismo. Os Srs. Londe, Rostan, Tardieu, Levy e outros são os representantes da hygiene actual, a qual se ainda não chegou ao seu maior gráo de perfeição, marca comtudo uma pagina brilhante na sciencia que ensina a conservar o organismo em seu perfeito estado funcional. A hygiene com seus progressos tem sido de influencia incontestavelmente benefica, a humanidade tem ganho por toda a parte, em que sua acção se faz sentir, como se prova com o augmento da vida media, e o desaparecimento de enfermidades endemicas em certas localidades, mas talvez que não seja possivel á sciencia humana obstar o apparecimento de epidemias que caminhando do Oriente se propagação ás populações do Occidente, zombando das melhores condições de localidade, de clima, de estação e de asseio, como vimos no cholera-morbus, cuja marcha destruidora se estendia nos valles, galgava as collinas, e não respeitava nem condição social, nem sexo, nem idade (1857).

Ao reconhecer e divulgar as contribuições da hygiene, no sentido de aperfeiçoar e fazer progredir a humanidade, o médico vai construindo um argumento que procura produzir a legitimação do discurso higiênico,

¹³ Aqui se encontra presente o aspecto do uso “pedagógico” do passado para justificar o papel de saber-mestre que deveria ser atribuído à hygiene. Desse modo, parece haver uma compreensão de história tal qual enunciada por Spencer (1886), isto é, só tem valor fazer e conhecer a história se ela tiver um uso prático, se puder funcionar como um guia para ação: “O que nos importa conhecer é a história natural da sociedade. Precisamos saber toda a ordem de factos que nos podem ajudar a comprehender como se engrandeceu e se organisou uma nação” (p. 53). Com isso, menos vale a distinção das sociedades trazidas como exemplo do que a incorporação por parte das mesmas de práticas higiênicas, causa do vigor dos homens e das sociedades.

em cujo interior a questão educacional deveria ser abrigada. Coerente com esse raciocínio, invoca exemplos e modelos de boas práticas higiênicas. Segundo seu ponto de vista, a Europa, especialmente a França e a Alemanha, “não podiam ser indiferentes á hygiene das primeiras idades”. Nesses países, “é a infancia cercada de cuidados e só a desampara quando adulta se confunde na massa commum da população”. Lembra, ainda, os auspícios recebidos pelas mães pobres mais próximas de dar à luz o produto da concepção; a existência de creches que recebiam os meninos durante o período em que seus parentes se ocupavam nos trabalhos diurnos; as casas de expostos; as leis severas contra o infanticídio; as diferentes instituições caridosas voltadas para a infância, para os surdos-mudos e para os cegos, que recebiam apoio e proteção dos homens de coração (sem o que, tantas vidas se consumiriam inúteis a si e à sociedade); e, do mesmo modo, a preocupação com a formação dos professores que cursavam aulas especiais. De acordo com Dr. Coutinho, tudo isso se observava e se praticava na Europa.¹⁴ Ao se referir ao critério que indicava a qualidade dos estabelecimentos escolares, afirma que o crédito obtido pelos colégios, na França, dependia do número de alunos premiados nos exames gerais, os quais eram realizados em comum e isentos do charlatanismo, tão freqüente em nossos colégios, finaliza em tom de denúncia.

Após a apresentação dos modelos de uma educação higiênica, trata de apresentar uma proposta para os colégios da Corte, que demonstra tão bem conhecer, partindo do princípio de que não era somente a educação científica que mereceria cuidado, já que a educação física era convenientemente dirigida, na França e no restante da Europa, e a ginástica e as belas artes faziam parte importante da educação, desenvolvendo o corpo e corrigindo as naturezas ásperas. Com isso, o sentimento do belo, do justo e do honesto era inoculado na mocidade por intermédio dos diferentes ramos de ensino. Aqui, ao contrário, “não podemos deixar de mencionar o facto repugnante, e que se reproduz quasi quotidianamente no Rio de

¹⁴ A pequena amostra de teses médicas sustentadas em Paris e Montpellier (conferir listagem de fontes), permite problematizar uma representação muito recorrente no Brasil oitocentista, de que os problemas de hygiene no chamado mundo civilizado já teriam sido solucionados no século XIX. Nesta pequena lista de teses, é possível perceber que o tema da hygiene, de forma mais ampla, e o da hygiene escolar, mais particularmente, ainda se constituíam em objeto de estudo dos médicos franceses, indicando, assim, que pelo menos a intelectualidade médica francesa não dava como resolvidos os problemas de hygiene com os quais se deparava.

Janciro; – fallamos do apparecimento de noticias que dão as folhas publicas de recém-nascidos espostos nas praças e praias da cidade”, lamentando ainda

a completa indiferença que existe a esse respeito que, segundo a expressão de um muito illustrado Lente da Escola, parece que o infanticídio é um crime tão fóra da indole de nosso povo que as autoridades policiaes se persuadem que estas exposições tem sempre por causa a miseria dos parentes, que impossibilitados de enterrar os filhos, os lançam á caridade publica, e nunca se houve um crime afim de levarem os criminosos aos tribunaes competentes (1857).¹⁵

¹⁵ O tema do infanticídio é tratado em um significativo número de teses apresentadas à FMRJ ao longo do século XIX como pode ser verificado no anexo 1. Este tema preocupava, sobretudo, pelo elevado índice de mortalidade infantil provocado por um conjunto de práticas, dentre as quais a *Revista do IHGB* (tomo 89, nº 143) destaca a ação das parteiras e do comércio de leite: “Cruz preta no portal de uma casa, indicava, nos tempos antigos, a residência de parteira. Disseminadas aqui e alli, pelos beccos e villas do Rio de Janciro, não tinham mãos a medir. Sem leis coercitivas exerciam com plena liberdade os difficeis encargos da profissão. Depositarias de varios segredos, conhecedoras de muitas vergonhas e escandalos, gosavam de grande respeito e dispunham de grandes amidades. Dividiam-se em duas classes: a primeira, a mais numerosa, comprehendia as simples curiosas, aparadeiras, vulgarmente conhecidas pelo nome de comadres. Da segunda faziam parte as que tinham carta de aprovação. O exame era prestado perante os commissarios do proto-medicato, e em tempos posteriores na presença do cirurgião-mór ou de seus delegados. No numero destas ultimas havia também escravas. É bem de ver que os proventos da profissão iam encher as algibeiras do feliz senhor, que tinha a felicidade de contar entre seus captivos uma mulata ou negra ladina, entendida em parto. Nos archivos de nossa Municipalidade devem existir ainda os registros dessas curiosas cartas de aprovação. Ainda depois da Independencia custavam ellas: de feitiços tres mil e duzentos, de assignatura mil e duzentos, e de impressão seis mil e quatrocentos réis. As curiosas por serem mais baratas, eram em geral encarregadas de levar á roda os recém-nascidos escravos, cujos senhores não queriam ter os incomodos da criação. Prestados os socorros á parturiente, voltava á noite a aparadeira e, mediante modica retribuição, recebia o fardo arrancado ás caricias da pobre mãe e o ia depositar na portinhola da Casa dos Expostos. Envolvidas na clássica mantilha, não eram poucos os sustos que soffriam: evitar as vistas dos transeuntes e as indagações dos quadrilheiros da policia do Vidigal famoso. Passados os dias de resguardo, constituia-se a parturiente captiva, lucrativa fonte de renda. O escravocrata logo a annunciava como perfeita ama de leite, sadia, muito carinhosa, que não era dada as bebidas, nem fujona. E a ganancia chegava a tal ponto que com o leite de um só parto houve escravas que faziam a criação successivamente de duas e tres crianças” (1924, pp. 413-4). A transformação desse tema em objeto de estudo dos médicos confirma a denúncia presente no discurso do Dr. Coutinho, em 1857. É possível pensar que a defesa do aleitamento materno defendido pelos médicos seria também uma estratégia para combater o comércio mercenário do leite e a exploração gananciosa que os senhores faziam de suas escravas, seja na qualidade de parteira, seja na de ama e, com isso, também constituíam a moda e o luxo feminino em práticas a serem erradicadas. Pode-se, ainda, associar ao tema do infanticídio as teses que tratam do aborto, gravidez, parto e do funcionamento das Casas dos Expostos. Um exemplo de tese que trata deste último ponto é a de Gonçalves (1855).

Dois anos antes, a tese do Dr. Gonçalves (1855) explorava o tema dos enjeitados e, a par das duas doutrinas opostas sobre esse tema, não oscilava em se associar àquela que conjuga o espírito cristão como o espírito da ciência médica. Nesse sentido, o médico rejeita a posição que, segundo ele, era sustentada pelo Sr. Duchatel e por Lord Brougham, a qual não previa qualquer assistência aos enjeitados já que, nessa linha de raciocínio, essa medida faria a população crescer sem limite e, como consequência, a própria miséria. Em posição diametralmente oposta, apóia-se em Isaías e São Matheus para afirmar que os verdadeiros católicos, tendo por norma os dois preceitos da religião, de amar a Deus e ao próximo, não poderiam admitir o abandono dos “enjeitados”, sustentando que

Para nós a criança, quer seja filha de união legítima, quer de uniões que a lei proíbe, tem igual direito ao interesse da sociedade; já nossas leis sabiamente dispostas, reconhecem este principio outr’ora desprezado, em tempos de ignorancia e barbarismo; sua benéfica acção não pode ainda infelizmente modificar a opinião publica que quase inflexivel leva sua intolerancia; é pois bem triste que essa que não pôde resistir á linguagem dos sentidos, e da seducção, seja a única victima da censura, e do desprezo da opinião publica, ao passo que seu próprio seductor passa impune por seus crimes, zombando muitas vezes da miseria a que levou a infeliz (1855).

Ao representar a mulher como vítima dos “sedutores”, ajuda a construí-la como objeto e não como responsável pela gravidez, caracterização que, dessa forma, justificaria o “perdão” e a proteção da mulher e da criança sob o manto da religião e da medicina, insatisfeita com os índices de mortalidade infantil, sobretudo junto à população pobre. É com base nessas posições que ele sustenta a necessidade de criação dos “hospícios dos enjeitados”, alegando que seria mais vantajoso socorrer os meninos pobres reunidos em uma casa comum, onde seria garantida a moralidade das crianças e das mães, bem como a proteção destas. Em seguida, Dr. Gonçalves acrescenta que, ao se admitirem os hospícios, estariam sendo salvas as vidas de “muitos infelizes” que, caso contrário, poderiam ser objeto de aborto, de infanticídio ou de uma exposição inevitável. No entanto, a Casa dos Expostos deveria ser organizada segundo os preceitos da higiene, sob pena de se ver mantido o alarmante índice de mortalidade, o qual, de

acordo com a estatística do médico, atingia 82% na Casa dos Expostos do Rio de Janeiro. Uma excepcionalidade, comparado com o que ocorria em casas assemelhadas em outras cidades do Brasil e do exterior, como ele apresenta no mapa reproduzido no quadro 13.

Quadro 13 – Mapa da morte nas Casas dos Expostos.

	Anos	Existiam	Entraram	Total	Faleceram	Mortalidade
Rio de Janeiro	1852-53	70	560	630	515	82%
	1853-54	53	552	605	462	76%
	1854-55	76	528	604	275	45%
Campos	1853-54	224	65	289	33	12%
Porto Alegre	1853-54	186	72	258	45	14%
Bahia	1853-54	74	75	149	40	27%
Pernambuco	1853-54	274	119	393	79	21%
Portugal	1851-52	33.010	14.957	47.967	9.468	19%
	1852-53	33.832	15.358	49.190	9.899	20%
Lisboa	1853-54	-	-	1.843	347	19%
Porto	1854	1.868	1.730	3.598	956	26%
Coimbra	1853	833	470	1.303	152	11%
	1854	962	600	1.562	181	12%
Madeira	1853	978	212	1.190	125	10%
França	1845	96.788	25.239	122.027	12.592	11%
Paris	1852	14.039	3.303	17.342	2.006	11,5%
Madri	1854	4.957	1.860	6.817	1.596	23,5%

Ao apresentar essa tabela, Dr. Gonçalves destaca o elevado índice de mortalidade do Rio de Janeiro, após o que procura apontar as causas que, segundo ele, mais poderosamente concorriam para a grande “destruição de infelizes abandonados por seus pais, que, procurando no hospício a protecção, e amparo de sua vida”, só encontravam “um caminho mais curto para a sepultura”. Isso ocorria em virtude do estado da Casa dos Expostos do Rio de Janeiro: a salubridade, poucas acomodações para o número de crianças recebidas, falta de vigilância necessária, surtos epidêmicos de oftalmias, desintérias, tubérculos mesentéricos, sarampões e be-xigas, contato entre os doentes, aleitamento coletivo, desprezo às regras de asseio e falta de equipamentos necessários à realização de algumas atividades clínicas.

Adiciona, como causa, a própria idade – por ser a criança mais frágil, mais facilmente sucumbia às doenças e morria –, além do estado com que as crianças eram lançadas na “roda” – vindas de muito longe, sofrendo privações de toda a sorte, abalos consideráveis, expostas ao frio da noite ou ao calor do dia, por vezes depois de demoradas horas nas portas das igrejas ou nas escadas dos edifícios, ou então já quase a morrer – e, finalmente, a qualidade das amas. Tudo isso, combinado, explicava o elevado índice de mortalidade infantil. Ao traçar o mapa das causas, torna-se possível perceber as prescrições extraídas do guia da higiene no que diz respeito à manutenção da infância pobre e abandonada. Guia da higiene que, como o próprio Dr. Gonçalves afirma, encontrava-se em profunda sintonia com os preceitos da fé cristã. Guia, portanto, da razão e da fé, que pouco discute as causas da pobreza, mas sim os procedimentos a serem adotados para cuidar dos deserdados, dos infelizes, dos enjeitados. Nesse sentido, trata-se de uma representação em torno da pobreza que estranha aquilo que identifica como práticas da barbárie (o abandono dos enjeitados), naturalizando, contudo, a própria pobreza.¹⁶

No que se refere aos colégios, destino de uma infância mais afortunada, Dr. Coutinho (1857), para alterar o quadro de insensibilidade e impunidade que percebia, exorta as autoridades para que se procedesse à adoção dos preceitos higiênicos, pois os cuidados que se deviam prestar à infância eram “quasi desconhecidos entre nós; no que é relativo á educação, a hygiene ainda não prestou o seu apoio, e seus preceitos ou são ignorados, ou desprezados em nossos collegios”. O tom, marcadamente de denúncia, é acentuado quando se dirige a uma suposta retórica da época que apregoava cuidados higiênicos, não criando condições para que os mesmos fossem efetivados: “Em nosso paiz, em que o charlatanismo e a especulação tem tomado proporções gigantescas”. Com relação ao charlatanismo, afirma: “a educação não foi esquecida pelos flibusteiros que abundão no paiz; engendrou-se o programa collegial com todo o cortejo de promessas nunca realizadas”. Com relação à especulação, denuncia: “atrahe-se a concurrencia de alumnos com pomposos annuncios, as sciencias, a litteratura, e as bellas-artes são garantidas á mocidade: promettem tudo e nada cumprem”. Aqui, também, é possível perceber,

¹⁶ Um detalhamento do problema dos expostos à espera da racionalidade médico-higiênica pode ser conferido em Gondra (2004).

no reconhecimento daquilo que não se realizava, a presença do debate acerca da higiene nos colégios, embora, segundo Dr. Coutinho, o que se verificava era uma discrepância entre as propostas higiênicas e os atos efetivos.

Do ponto de vista dos atos, ao finalizar sua pregação em favor da higiene, ciência agregadora dos aspectos físicos, intelectuais e morais da educação escolar, insiste no tom de denúncia ao se referir à perplexidade dos pais no momento de enviar seus filhos aos colégios, fosse pelo caráter especulativo e perigoso das “casas de educação”, fosse pela qualidade dos diretores dos estabelecimentos escolares, bem como a de seus professores:

Aquelles que não ignorão o estado de nossos collegios ficão perplexos quando tem de enviarem seus filhos á instrucção secundaria; e com razão, porque exceptuando poucos dignos collegios que conhecemos, os outros não são mais do que casas de especulação immoral e perigosa. Os exames publicos a que forão obrigados os directores e professores mostrarão a sua ignorancia, e não é para admirar que muitos candidatos não conseguem com os exames actuaes se matricularem nas academias do Imperio; isto em relação á instrucção litteraria. A educação moral e religiosa é desgraçadamente nulla; a incredulidade vai se generalizando em nossa mocidade com todas as suas consequencias fataes; o desanimo penetra nos corações jovens, cria raizes perniciosas, e é o caminho seguro para o scepticismo que mata a crença, quebra os laços que unem os individuos entre si, desvirtua as forças da intelligencia e aniquila as tendencias humanitarias (1857).

De posse dos modelos bem-sucedidos no emprego dos preceitos higiênicos, Dr. Coutinho classifica o que via no Rio de Janeiro como algo a ser superado pela obediência à doutrina do higienismo, isto é, ao saber médico, cujo raio de ação procurava atingir o ser humano nas suas dimensões física, moral e intelectual, constituidor de uma trindade pedagógica, fundada, amparada e legitimada pela ordem médica. Assim, guiada por esta ordem, se estaria procedendo a uma operação com um duplo efeito: higienizar as “casas de educação” e dar à higiene o lugar de proeminência entre as demais ciências que floresciam – química, física, fisiologia e meteorologia.

Dr. Guimarães,¹⁷ em 1858, retoma a defesa da higiene, alavancando-a à condição de “Ciência da infância”. Ao discutir as competências na educação dos filhos, afirma haver três grandes agentes que deveriam participar desta tarefa: as mães, os pais e a “Ciência da infância” – a higiene. O extenso discurso sobre a tal “ciência” é bastante expressivo do modo como os médicos representavam a educação escolar, impondo a esta os princípios, métodos e procedimentos oriundos daquela. Sobre os agentes, defenderá uma educação pública que subtraísse a criança da influência única e exclusiva do ambiente familiar, já que o Estado queria formar seu filhos, educando-os. O Império queria constituir seus súditos, não mais cabendo, portanto, uma educação exclusivamente doméstica, em que as mães cuidavam da formação moral e os pais, da formação intelectual. Defende, contra esse formato, uma educação em que a família se constituísse em torno da criança, não existindo, portanto, a separação de competências entre o pai e a mãe; o que alteraria o próprio conceito de família e o lugar da educação no seu interior.¹⁸ Defende, do mesmo modo, que a educação não se esgotasse nesse novo modelo de funcionamento familiar, sustentando a necessidade de uma educação pública a ser desenvolvida sob os auspícios da higiene:

¹⁷ Esse médico, natural de São João d’El-Rey – Minas Gerais –, informa na capa de seu trabalho que é professor de Língua Inglesa e filho legítimo de João Ribeiro Guimarães. Esta tese se encontra estruturada como as outras: capa, dados institucionais, dedicatórias, desenvolvimento dos pontos, aforismos de Hipócrates e, por fim, nota de avaliação afirmando que “Esta these está conforme os estatutos. Rio de Janeiro, 4 de Outubro de 1858”, sendo assinada pelos Dr. João Joaquim Gouvêa, Dr. Catta Pretta e Dr. Silva. O ponto em que trata da questão educacional se encontra desenvolvido no formato dissertativo, tendo a seguinte estrutura: Considerações gerais, Condições da educação física, Capítulo primeiro (Temperamentos, Raças, Hereditariedade, Casamentos, Dos ares, Águas, Das localidades, Aplicações gerais, Da infância), Capítulo segundo (Aparelho digestivo, Funções respiratórias, Funções da pele, Funções dos órgãos motores, Funções dos sentidos, Da audição, Da vista, sono e vigilância, Segunda infância), Capítulo terceiro (Cuidados que exige a segunda dentição, Alimentação, Gymnastica, Dos sentidos, Da voz e da palavra, Aparelho sexual, Adolescência), Capítulo quarto (Das moças, Moços, Educação moral e intelectual), Conclusão e Internato.

¹⁸ Sobre a confluência entre o modelo familiar nuclear e o modelo escolar moderno, o estudo de Ariès (1981) se constituiu em referência obrigatória. No discurso do Dr. Guimarães é possível entrever a articulação, presente em sua defesa, entre uma “educação pública” e o reconhecimento das famílias, redefinindo e alterando, assim, as competências de pais, mães e as do próprio Estado. Para o caso brasileiro, o estudo de Costa (1989) indica, com um bom nível de precisão, como o processo de constituição da família conjugal foi representado pela ordem médica que, desse modo, procurou constituí-la.

Não admitimos como quer Mr. A. Martin, que sejam as mãis as unicas encarregadas da direcção moral de seos filhos, ficando reservado aos pais o cuidado da instrucção puramente. Com effeito pela propria lei da natureza a mãe deverá ter uma grande parte na educação dos primeiros annos tanto moral como de outra especie, mas pretender negar ao pai uma parte n'esta doce e sublime tarefa seria cruel, prejudicial e até mesmo impossivel. A harmonia, que deve subsistir entre o pái e o filho se romperia ficando aquelle extranho á formação do coração d'este; um desacordo contínuo reinaria entre o esposo e a esposa intervindo aquelle muitas veses de uma maneira contrária á esta nas relações sentimentaes de seos filhos.

Aos pais portanto, como temos visto, pertence uma parte d'esta dupla taréfa e à hygiene, como veremos é reservada outra. A hygiene, o mais importante dos ramos da Medicina, como diz o nosso distincto medico o Sr. Dr. Thomaz Gomes dos Santos, virá fornecer os meios de prolongar estas existencias vacillantes e de combater victoriosamente sua fraqueza nativa.

Esta *sciencia da infancia* virá mostrar ás familias e aos directores dos estabelecimentos publicos e particulares a importancia que devem ligar á constituição, temperamento, fraqueza e disposições morbidas da infancia, e ensinar-lhes a obviar estes inconvenientes oppondo-lhes uma alimentação variada e escolhida, ar, agua, logar, clima adequado, uma gymnastica proporcionada e até mesmo agentes medicamentosos (1858, grifo meu).

Como se pode verificar, o brado de Dr. Guimarães em favor da hygiene, elevando-a à condição de grande ciência da infância, produz uma representação que a transforma em molde dos modos familiares, particulares e estatais de educar e formar o bom homem social. Ciência esta que, para atingir seus fins regenerativos – cuidar e elevar os débeis –, poderia, inclusive, fazer uso da arte de formular, isto é, dos aspectos medicamentosos, o que sugere uma ampla representação desse ramo da medicina, que nesse discurso se encontra elevado ao lugar “mais nobre e importante”.

Higiene – ciência integral

Nas duas teses que sugerem uma centralidade na questão da “formação da mocidade carioca/fluminense” (quadro 11, grupo III) podemos

perceber a presença dos quatro aspectos evidenciados nas anteriores: modéstia do autor, valorização do tema, crença no passado como fonte de ensinamentos e hierarquia de saberes com a conseqüente eleição da higiene como o ramo mais nobre da ciência médica. No final desta seção, comenta a tese do médico-professor Dr. Vasconcellos (quadro 11, grupo II), na medida em que a mesma sintetiza de modo indiscutível que a oscilação entre uma centralidade dos “colégios” e a “formação da mocidade” sugerida nos títulos das teses, não se confirma no desenvolvimento da narrativa dos trabalhos.

Dr. Machado¹⁹ (1875), ao iniciar o desenvolvimento do ponto associado à cadeira de hygiene, recorre a uma epígrafe de Hippeau²⁰ extraída do relatório em que examina a instrução pública nos Estados Unidos. Cabe registrar que essa referência é um indicativo de que o relatório de Celéstin Hippeau circulava no Brasil e que foi lido sob a chancela da ordem médico-higiênica, seja em francês, seja na versão traduzida e publicada no diá-

¹⁹ Natural de Diamantina, província de Minas Gerais, filho legítimo de João da Matta Machado e D. Amelia Senhorinha Caldeira da Matta, apresentou sua tese à FMRJ em 30 de setembro de 1875, tendo sido “sustentada” em 15 de dezembro desse mesmo ano na presença, como se encontra assinalado na capa, de S. M. o Imperador, obtendo a nota de “aprovada com distinção”. Encontra-se organizada em quatro pontos, sendo o primeiro deles escrito em formato dissertativo e os três últimos em formato propositivo, assim designados: Ponto 1 – *Secção Medica* – “Da educação physica, intellectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro e da sua influencia sobre a saúde” (Cadeira de Hygiene); Ponto 2 – *Secção Accessoria* – “Das quinas brazileiras” (Botanica); Ponto 3 – *Secção Cirurgica* – “Operações necessarias para a obliteração das arterias no aneurysma” (Medicina Operatoria); Ponto 4 – *Secção Medica* – “Dysenteria” (Pathologia Interna). Do ponto de vista da estrutura física-formal, a tese acompanha o modelo da FMRJ, apresentando capa, contracapa, dados institucionais, agradecimentos e desenvolvimento dos pontos, sendo finalizada com um conjunto de seis aforismos de Hipócrates e a nota de avaliação, datada de 4 de outubro de 1874. Nessa nota, assinada pelos Drs. Pedro Affonso Franco, Pedro Martins Teixeira e João José da Silva, consta apenas que “Esta these está conforme os estatutos”, o que me faz considerar que o exame da tese ocorria em duas etapas. Na primeira era analisada a adequação da mesma aos estatutos da FMRJ e, posteriormente, no ritual de “sustentação”, ocorria uma apresentação pública da mesma, o que fica evidente se acompanharmos as três datas do documento: Apresentação (30 de setembro de 1874), Avaliação (4 de outubro de 1874) e Sustentação (15 de outubro de 1874). Percorridas essas etapas, a tese era finalmente publicada (1875).

²⁰ “C’est en raison de l’éducation qu’il reçoit ou qu’il se donne qu’un peuple est capable de maîtriser sa destinée, de se gouverner et de se montrer ainsi digne d’être libre, ou qu’il est condamné à manquer d’initiative et à n’avoir d’autre souci que le choix des maîtres qui se disputent l’honneur de penser et d’agir pour lui” (Hippeau – *Instruction Publique aux États-Unis*). Trata-se de Celéstin Hippeau, professor honorário da Faculdade de Paris e secretário do Comitê de Trabalhos Históricos e das Sociedades Científicas. Defende o modelo americano, o liberalismo americano e, conseqüentemente, o modelo escolar em vigor nos EUA.

rio oficial do Império, em 1871, evidência que nos leva a refletir sobre seu conteúdo, que funciona como abertura para o trabalho do Dr. Machado. Para tanto, vou me deter na versão traduzida e publicada no veículo oficial do Império, fato que indica tanto uma disposição de torná-lo público e de

Quadro 14 – O relatório de Hippeau na imprensa oficial (1871).

Primeira Parte	
Data	Conteúdo
17/02	Apresentação, Introdução e Capítulo I – Escolas públicas.
18/02	Capítulo II – Administração das escolas; Capítulo III – Classificação das escolas; Capítulo IV – Ensino primário.
19/02	Capítulo V – Lições de coisas; Capítulo VI – Escolas de gramática, escolas superiores e academias.
21/02	Capítulo VII – Ensino superior do sexo feminino.
23/02	Capítulo VIII – Co-educação dos sexos.
24/02	Capítulo IX – Escolas para meninos de cor; Capítulo X – A instrução obrigatória; Capítulo XI – Posição social de professores e professoras.
25/02	Capítulo XII – Aprovação geral da educação pública nos Estados Unidos.
Segunda Parte	
Data	Conteúdo
26/02	Colégios, Universidades e Escolas Especiais.
03/03	Capítulo I – Colégios e Universidades de Harvard e Yale.
04/03	Capítulo II – Colégio de Nova Iorque e da Cidade de Columbia, Universidade de Direito e Medicina, Escola de Minas, Universidade da Cidade de Nova Iorque.
08/03	Capítulo III – Colégio Darmouth, Universidade de La Fayette, Universidade de Michigan; Capítulo IV – Colégio Cornell, Universidade de Ithaca.
09/03	Capítulo V – Escolas de Agricultura e de Indústria. Instituto tecnológico de Boston. Colégio agrícola de Hamhrest. Escola científica de Sheffield. Escola agrícola da Pensylvania. Colégio agrícola de Michigan.
10/03	Conclusão.
12/03	Apêndice – Relação dos vencimentos dos superintendentes, professores e professoras nas principais cidades dos Estados Unidos.
14/03	Apêndice – Programa das escolas públicas de Boston, New-Bedford, das escolas de Chicago e da escola normal de Saint Louis.
15/03	Apêndice – Colégios, Universidades e Escolas Especiais – Programa do Colégio Harvard e Universidade de Cambridge.
17/03	Apêndice – Quadro sumário dos estabelecimentos de instrução pública nos 37 estados e 11 territórios dos Estados Unidos e distritos de Columbia.

possibilitar sua leitura por um público mais amplo como de oficializá-lo, na medida em que é publicado nas páginas do jornal do Estado imperial.²¹

O *Diário Oficial do Império do Brasil* se encontra estruturado, no ano de 1871, em duas partes distintas: parte oficial e parte não-oficial. Nesta segunda parte, há uma seção intitulada “Variedades e Exterior”, na qual o Relatório de Celéstin Hippeau foi publicado entre 17 de fevereiro e 17 de março. É nesta parte que também se localiza uma seção onde são publicados anúncios, dentre eles os de colégio e aulas particulares. No conjunto, o jornal apresenta quatro páginas. Quanto ao relatório, ele foi publicado ao longo de dezessete números do diário oficial, conforme o quadro 14.

Um leitura deste quadro permite concluir que o relatório foi publicado na íntegra, inclusive com os apêndices, ao longo de um mês, mas que não constitui uma seção diária do jornal, tendo em vista haver números em que partes do relatório não foram publicadas. De qualquer forma, ao lado dessa modalidade de distribuição, é necessário destacar o modo como o mesmo foi publicado, isto é, traduzido. Ambos representam mecanismos para tornar possível a publicação em um jornal oficial e, conseqüentemente, permitir o acesso de um público mais amplo a esse texto. Isto posto, caberia interrogar: Qual o sentido da presença desse discurso no interior do jornal do Estado?

Para responder a essa indagação podemos considerar alguns elementos que estão presentes na narrativa do professor francês. Celéstin Hippeau, ao fazer a apresentação de seu relatório, dirigida ao ministro da Instrução Pública da França, Sr. Bourbeau, destaca aqueles que o antecederam na tarefa de examinar o que estava ocorrendo nos Estados Unidos em termos educacionais, os procedimentos que adotou na realização de seu trabalho, a decisão de apresentá-lo no formato de livro, a estrutura do mesmo, o modo como examinou o que viu e os usos que previa e que desejava para o referido relatório-livro.

²¹ O *Diário Oficial do Império do Brasil*, subscrito para a Corte e para a cidade de Niterói, era impresso na Tipografia Nacional. A subscrição para as províncias deveria ser feita nas Tesourarias da Fazenda, a três mil réis por trimestre, pagos adiantadamente. As assinaturas poderiam ser recebidas no início de qualquer mês, terminando sempre no fim de março, julho, setembro ou dezembro e, nunca, por menos de três meses. Cada número avulso custava 200 réis. Obs.: Preço e condições referentes ao ano de 1871. Em alguns números era publicada uma nota com o seguinte teor: “Aos nossos assignantes que não estão em dia com o pagamento de suas assignaturas, rogamos que se sirvam de as mandar renovar, a fim de lhes não ser suspensa a remessa da folha”. Conferir número 03, de 07 de janeiro de 1871; números 07, 09, 11 e 12.

Quanto aos estudos anteriores ao seu, afirma que, ao ser encarregado, havia um ano, pelo Sr. Duruy, antecessor do Sr. Bourbeau, de fazer nos Estados Unidos um estudo aprofundado do ensino primário, secundário e superior, desempenhou essa importante e delicada missão com o zelo de que era capaz, lembrando que fora precedido na América por um enviado da Suécia, o Sr. Siljestrom, e por um comissário do governo da Inglaterra, o reverendo James Frazer, que haviam publicado, um em 1854, outro em 1867, os resultados de suas missões.

Quanto às condições de trabalho, ressalta que, do mesmo modo como seus antecedentes, recebera nos numerosos estabelecimentos visitados o mais solícito e lisonjeiro “agasalho”: superintendentes, diretores, inspetores, comissários, todos se puseram à disposição para acompanhá-lo por toda a parte e dar-lhe, com a melhor vontade, as mais minuciosas explicações. Extensa lista faria, disse, se tivesse de nomear todas as pessoas que forneceram meios de estudar o que cumpria saber, ou que fizeram chegar-lhe às mãos os numerosos documentos impressos em que podia achar algum esclarecimento útil. No decurso da obra essas pessoas encontrariam os testemunhos de sua gratidão e provas de uma memória reconhecida, sentimento que faz questão de demonstrar já na introdução:

Tive o gosto de encontrar, primeiro em Hartford, depois em Washington, um dos homens que, depois do celebrado Horacio Mann, mais meritorios serviços prestarão às escolas publicas dos Estados Unidos, o Sr. Henry Barnard, recentemente elevado ao cargo de comissionario geral da educação.

É, portanto, pelo olhar e pelas informações do Sr. Barnard, isto é, pelas representações produzidas e selecionadas no âmbito da oficialidade, que Hippeau tem acesso à “realidade” educacional do Mundo Novo. A importância dessa contribuição é reforçada, em primeiro lugar, pelo fato do Sr. Barnard ocupar o posto de primeiro a ser lembrado, já na apresentação do relatório; em segundo lugar, pela comparação do mesmo ao estatuto do “celebrado Horacio Mann”; e, por último, pela insistência no agradecimento: “As muitas informações que devo a obsequiosidade do Sr. Henry Barnard não podião vir mais a proposito. Guiarão-me nas remotas viagens que ia emprender apontando-me o que eu devia achar mais digno de nota”. Há aqui indícios significativos de que o extenso roteiro percorrido pelo francês

foi regulado pelo norte-americano. Roteiro que, pelo exposto, não ficou restrito apenas à indicação do que ver, mas também ao modo de ver.

Hippeau assinala que o relatório sumário que, depois da sua volta, dirigiu ao Ministério de Instrução Pública acerca da missão desempenhada deveria ser seguido de um trabalho mais extenso e completo, e lhe pareceu que cumpria dar àquele a forma de livro, o que lhe proporcionou imprimir “mais ordem e methodo na exposição de factos que observei e nas reflexões que me suggerião”. Além disso, admite que a decisão de transformar o relatório inicial em livro fez com que conseguisse torná-lo uma obra mais pessoal, cuja responsabilidade deveria recair toda sobre ele.

No que se refere à estrutura, procura situar o leitor, localizando-o nas duas partes do relatório. Na primeira, que, segundo Hippeau, é a mais considerável, ele coligira tudo o que dizia respeito às escolas públicas, isto é, ao ensino primário, elementar e superior; a segunda parte era dedicada aos colégios, universidades e escolas especiais, deixando para um apêndice “assaz extenso” os documentos oficiais que lhe pareceram mais interessantes, “ajuntando algumas estampas” que podiam dar idéia das construções, muitas vezes monumentais, destinadas às escolas de todos os graus.

Ao falar dos sentimentos que marcaram sua escrita, assume e explicita não haver dissimulado que o espetáculo apresentado por uma grande nação, que considerava a educação pública como o primeiro e mais indispensável dever e que a si mesma impunha os mais pesados sacrifícios para conseguir uma organização sem igual no mundo, lhe inspirou admiração. Antecipa, desse modo, o tratamento que imprimiu à narrativa, isto é, um discurso laudatório e otimista no que se refere ao liberalismo praticado no Mundo Novo, adjetivo que faz coincidir a cronologia e a ordem liberal implementada nos Estados Unidos, ambas novas.

Ao finalizar sua apresentação, Hippeau tece mais alguns destaques, procurando controlar o arbítrio dos intérpretes. Nesse sentido, adverte que tinha esperança de que ninguém considerasse os elogios feitos “àquella nação” como crítica indireta à França: “graças a Deus, o nosso bello paiz pode sustentar comparação com as nações mais florescentes”, na medida em que compensava brilhantemente, com os dotes que tinha, aqueles que não possuía, motivo suficiente para que se pudesse elogiar as instituições alheias sem parecer que criticava ou rebaixava as de sua terra natal. Para ele, nenhuma vergonha havia em uma nação admitir que poderia achar em outras bons exemplos e tirar deles proveito, reconhecendo ainda que o

espírito de iniciativa – que na ocasião em que escrevera as “linhas” parecia despertar entre os franceses – poderia achar animação no quadro das grandes coisas que estavam se realizando na América. Ao concluir sua apresentação, afirma que seria “essa a mais doce recompensa” que poderia obter da viagem e do livro em que expunha os resultados da mesma.²²

Nessa apresentação, encontram-se registrados vários elementos que indicam o sentido da tradução e publicação desse relatório por parte do Estado imperial. A busca pelo modelo civilizado do ponto de vista cultural, político e econômico, muito provavelmente fez perceber, no relatório com as credenciais de um estudo francês, aspectos que mereceriam ser expostos e tornados públicos de modo a conquistar adesões para o mesmo. Embora o regime político fosse diverso, aproximações no que se refere à idade da nação norte-americana, à crença na razão como condição para fazer emergir um Estado forte e de um liberalismo que justifica a ausência do poder estatal, especialmente nas questões de ordem social, podem ter feito com que se reconhecesse no livro do Sr. Hippeau um guia para, finalmente, alavancar o Brasil ao nível do seu tempo e de incluí-lo no concerto das nações modernas e civilizadas. É, no entanto, na introdução e ao longo do livro que os argumentos pró-América serão fortemente desenvolvidos.²³

Na introdução, Hippeau procura tratar do objeto, natureza e importância da educação pública nos Estados Unidos e suas relações com a constituição política. Para ele, o que dava à organização das escolas públicas norte-americanas um caráter especial era a necessidade francamente reconhecida e proclamada do princípio de afiançar a um povo que ele deve reger seus próprios destinos, o que seria facultado por intermédio da mais ampla e liberal instrução. Nesse ponto, para Hippeau, nunca houve dúvida e jamais se cogitou seriamente a questão de ser ou não ser bom e conveniente elevar o nível intelectual das classes que “o acaso” colocara nos degraus ínfimos da sociedade. Sustenta tal posição afirmando que nunca publicistas tímidos ou pretensos defensores da fé religiosa se lembraram de examinar em que proporções deveria ser distribuído “o pão da sciencia”, considerado, por alguns, como alimento perigoso e só podendo

²² Ao fim, despede-se, assina e data o seu livro: “Tenho a honra de ser, com profundo respeito, Sr. Ministro, muito humilde e obediente servo de V. Ex. C. Hippeau. Paris, 5 de novembro de 1869”.

²³ No que se refere ao livro como um todo, o quadro 14 ajuda a perceber como o mesmo foi estruturado. Aqui, limitarei-me a trabalhar com os aspectos dispostos na introdução.

ser aplicado em pequenas doses. Nos Estados Unidos, a religião e a política, concordes com o bom senso, inscreveram no alto de todas as constituições americanas o direito universal à educação e votaram em todos os orçamentos verbas especiais para a criação e manutenção de escolas públicas, assegura o francês. Acrescenta, ainda, que eram os próprios habitantes que se apressavam em ministrar as quantias precisas para a construção das escolas, compra de alfaias e honorários dos mestres, que imposto algum jamais havia encontrado unânime assentimento e, mesmo com sua elevação, de ano para ano, de acordo com as necessidades, os contribuintes nunca se opunham ou protestavam contra os aumentos sucessivos. Para confirmar o nível de consenso atingido nos EUA em torno da importância da educação, Hippeau lembra que durante os cinco desastrosos anos da “última guerra”,²⁴ o imposto da instrução fora triplicado. Indica, com isso, que a principal e mais legítima guerra a ser financiada era a guerra contra a ignorância e em favor da escolarização, já que a máxima geralmente adotada afirmava que, devendo todo cidadão pôr a serviço do país todos os seus talentos, deveria o país, de sua parte, dar aos filhos os meios de obter a maior soma de talentos e aptidões, a fim de que pudessem cumprir o dever de servir mais eficaz e eficientemente aos interesses do Estado.

Nesses termos, procurava consolidar-se a representação de uma ligação específica entre o Estado e a iniciativa privada, ligação esta marcada pela confluência do interesse de ambos. No que se refere à causa da educação, Hippeau também chama a atenção para as características desse vínculo nos EUA, afirmando que bastaria a iniciativa privada para dar ao ensino popular uma “larga e pujante” organização; mas a Constituição norte-americana, vendo na educação pública um grande interesse nacional, teve o cuidado de afiançar ao governo central um direito de proteção e vigilância sobre as escolas, por intermédio de um fundo permanente destinado à conservação das mesmas, pois a idéia que lá prevalecia era a de que a instrução pública deveria estar em conformidade com os “princípios democráticos”, tendo por finalidade “fazer cidadãos”. Nessa linha, para ele, o mínimo da educação não poderia estar abaixo da instrução que todo homem deveria possuir para desempenhar os seus deveres para com a sociedade e o Estado, isto é, para, na qualidade de jurado, testemunha ou eleitor, poder oferecer um “concur-

²⁴ Refere-se à Guerra de Secessão norte-americana (1861-1865).

so inteligente a tudo o que interessa os negocios municipaes ou nacionaes, emfim, para cumprir convenientemente obrigações impostas áquelle que possui uma porção da soberania nacional”.

Do ponto de vista do funcionamento do Estado, o princípio da descentralização era elevado à condição de princípio estruturante e, nessa direção, Hippeau afirma que o *self government* era o princípio de todas as instituições democráticas dos Estados Unidos. Sendo assim, o município, o condado e o Estado seriam os três focos de ação pública e, nesses diferentes níveis, fariam movê-la, lembrando que, em geral, os municípios só se sujeitavam ao Estado quando havia um interesse social e, nos outros aspectos que só a eles pertenciam, conservavam-se corpos independentes, não reconhecendo ao Estado o direito de intervir nos interesses puramente municipais.

Após registrar o princípio estruturante do Estado americano, Hippeau destaca os princípios aplicados à estruturação do sistema educacional que, segundo ele, encontrava-se organizado, em todos os estados da União, conforme os princípios gerais de igualdade para ambos os sexos e gratuidade como sua base fundamental, sendo condição essencial a independência absoluta em que se achavam os estados, já entre si, já para com o governo central.²⁵

Ao se referir ao princípio da gratuidade, afirma que as escolas eram abertas, gratuitamente, a todas as crianças, de ambos os sexos, de cinco a dezoito anos, sendo que as escolas públicas norte-americanas (*commom schools, free schools*) abrangiam aquilo que correspondia ao ensino primário francês, em todos os seus graus, ao ensino das escolas reais da Alemanha, ao ensino secundário especial recém-organizado na França e a uma

²⁵ Para demonstrar a tradição norte-americana nesse aspecto, recorre à história: “Cumpre remontar até 1642, vinte annos depois que os peregrinos, Pilgrims Fathers, desembarcaram do May-Flower, na bahia de Massachussetts, para achar a idéa da fundação das escolas publicas gratuitas. A legislatura do Estado, cinco annos depois, em 1647 (a população do Estado de Massachussetts, que era naquelle tempo de 21.000 almas, contava em 1860, 1.231.006), estabeleceu uma lei ordenando que cada município ou township, contendo cincoenta familias, seria obrigado a manter um mestre, encarregado a ensinar a ler, escrever a todos os meninos da localidade; que cada township que tivesse cem familias; tivesse uma escola de grammatica, cujos alumnos serão preparados, por mestres capazes, para seguirem os estudos universitarios. Impuzerão-se multas aos infractores desta lei, sujeitos a formalidades, que augmentarão com o progresso da população. Todos os Estados seguirão o mesmo exemplo; o circulo dos estudos foi crescendo pouco a pouco até chegar ás vastas proporções que hoje apresenta a organização da educação publica nas diversas partes da união” (In: *Diario Official do Imperio do Brasil*, 1871).

grande parte do ensino dos colégios e liceus. O aluno passava sucessivamente por todos os graus do ensino elementar, o qual compreendia o estudo da leitura, escrita, ortografia, princípios de gramática, cálculo, desenho e música. A escola de gramática (*grammar school*) e a escola superior (*high school*) acrescentavam a esses conhecimentos o das línguas antigas, literatura, história, geometria, álgebra, química, física e história natural. Os alunos que percorressem o circuito inteiro desses estudos estariam, assim, de posse de uma sólida e completa educação profissional e, ao mesmo tempo, preparados caso aspirassem às profissões liberais e científicas, isto é, caso pretendessem dar continuidade ao ensino oferecido nos colégios superiores e nas universidades.

O relatório também reconhece que, nos EUA, o sistema educacional trilhava os caminhos da igualdade social, pois, de acordo com Hippéau, não se conhecia na América “essa iniqua e impolitica divisão do saber, que durante muito tempo foi considerada em França, como uma especie de necessidade social”, a qual consistia em dar aos pobres e aos camponeses a instrução primária, geralmente mais restrita, reservando-se para “os privilegiados da fortuna” o ensino secundário e o superior. Acrescenta que o sistema americano afiançava o benefício da instrução secundária tanto às escolas rurais como às urbanas, e ninguém receava que houvesse crueldade, como diziam, em “despertar nas almas desejos que lhes não é dado satisfazer”. Ainda nessa mesma linha, ele afirma não ignorar nenhuma das razões em que se fundavam “aqueles prudentes espiritos” que receavam suscitar ambições perigosas ao elevar-se o nível dos estudos para “as classes chamadas inferiores da sociedade”. Mas todos esses argumentos, continua, eram inaplicáveis aos Estados verdadeiramente democráticos, em que todos deveriam aspirar a tudo, em que havia lugar para todos, em que o fim das instituições políticas era precisamente o de combater, desvanecer e apagar, de tudo quanto lhes fosse possível, as desigualdades que os governos autocráticos e monárquicos teriam o interesse em conservar. Nesse sentido, defende o modelo de um ensino dado livremente a todos, de forma que nenhuma porta fosse previamente fechada. Abrindo-se caminho a todas as necessidades e aspirações, ninguém ficaria de antemão condenado, pela especialidade de sua primeira educação, a encerrar-se “n’um circulo mais ou menos estreito, de que só podera sahir graças a esforços sobrehumanos, ou em consequencia de circunstancias excepcionaes”.

Para o relator, esse era o imenso inconveniente que os estabelecimentos de ensino apresentavam na França: com o nome de escolas profissionais, cursos especiais, ensino secundário especial, recebiam os alunos que não deveriam seguir os cursos dos liceus, pois eram preparados para as profissões comerciais, industriais e agrícolas, ou para certas funções administrativas que não exigiam o bacharelado. Assim, concluídos os “estudos especiais”, os estudantes ficavam impossibilitados de entrar, em caso de necessidade, no estudo clássico, único que possibilitava o ingresso nas carreiras liberais. Nesse sentido, critica uma profissionalização precoce que não habilitasse os alunos a dar continuidade aos seus estudos, atribuindo a esse fato

a pouca solicitude até hoje manifestada pelos pais de família em fazer com que os filhos se aproveitem desse ensino secundário especial, uma das mais felizes criações do Sr. Duruy, e para o qual a interessante escola de Cluny deve formar mestres.

Os pais, segundo Hippeau, compreendiam, sem dúvida, que o ensino dos colégios – tal qual se encontrava organizado, em que tudo se subordinava ao estudo do latim e do grego, e não dava todos os seus frutos senão quando era levado a cabo – não poderia convir a todos os rapazes, mormente aos que não aspiravam ser advogados, nem magistrados, nem médicos, nem professores. Mas os pais também sabiam que ao desistir dos benefícios da educação clássica para seus filhos, “collocão-n’os n’um estado real de inferioridade em relação ao *allumnos* dos *collegios* e *lyceus*”, finaliza. Tal modelo encontrava sua antítese na idolatrada América.

Na América representada pelo professor francês, o quadro era outro, pois “lá os *allumnos* que saem das *grammar schools* e das *high schools*” podiam entrar naturalmente nos colégios que, abertos só para os rapazes de dezesseis a dezessete anos, correspondiam às classes separadas de “*rethorica* e de *philosophia*” existentes na França. Desse modo, os jovens ingressavam nas melhores disposições para fazer rápido progresso e não eram como os alunos dos liceus franceses, “estafados e descorçoados com seis ou sete annos consagrados ao estudo das *grammaticas* latina e grega, à composição dos *themas* e versos latinos”. Nos Estados Unidos, os estudantes, em nível secundário, eram exercitados no trabalho de tradução dos principais escritores das duas línguas, de forma a terem maior provei-

to nos estudos literários, filosóficos e científicos, visto que os escolhiam livremente, com um fim determinado e com a intenção de os acabar nas faculdades que se seguiam ao ensino dos colégios, como estes seguiam às escolas públicas. O liberalismo americano, portanto, segundo as representações construídas e disseminadas pelo relatório, não comportava um sistema de ensino dual. As escolas e o próprio sistema assegurariam igualdade de condições para afortunados e desafortunados, de modo que no interior dessa organização os talentos individuais pudessem se manifestar e ser reconhecidos. Qualquer diferença, nesse caso, não poderia ser creditada à existência de um sistema iníquo e dual, mas fundamentalmente às capacidades e aptidões do sujeito. É esse, portanto, o tipo de escola que o relatório quer instituir fora do território americano, ao erigi-lo como modelo que recorta o desempenho dos indivíduos pela escola, hiperdimensionando assim seu lugar, revestindo-a de uma dimensão quase mágica, na qual o pertencimento histórico dos sujeitos seria dissolvido ao extraí-los de sua cultura. Com isso, fabricava-se o mito da proclamada igualdade escolar na sociedade dos afortunados e desafortunados.

A crítica ao modelo francês não se esgota, contudo, no aspecto do funcionamento e da estrutura, para o que Hippeau oferece o modelo americano como alternativa e solução, como se pode ver. Para ele, não bastaria adotar uma melhor divisão dos estudos para que a França promovesse uma reforma significativa no sistema de ensino. Cumpria, também, trabalhar fortemente para melhorar os cômodos, a saúde e a moralidade dos meninos, suprimindo os internatos, “essa triste mistura de claustro e quartel, que infelizmente são em França o regimen ordinario, em quanto que nos Estados Unidos só existem por excepção”. Ao lado da reforma na estrutura e funcionamento do sistema de ensino, ele coloca o problema da arquitetura, da saúde e da moralidade dos estudantes, elementos muito caros à razão médica, como já foi aqui apontado, o que pode também funcionar como um indicador do porquê da seleção desse texto como material de leitura nos cursos médicos no Brasil e sua tradução e publicação pelo Estado imperial, apesar das críticas dirigidas ao regime monárquico.

A defesa do modelo americano ainda destaca, na introdução ao relatório, o vigor do princípio da liberdade de ensino, do financiamento público – “os americanos applicão à fundação e conservação dellas quantias consideraveis, e é certo que nenhuma nação do mundo possui um systema de estudos mais solidamente constituido e mais largamente

retribuído” – e da estrutura do ensino superior – “com os cursos de theologia, sciencias, letras, direito, medicina, escolas especiaes para o ensino de agricultura, artes mecanicas, bellas artes, engenharia civil e militar, assim como a escola naval de Annapolis e a escola militar de Westpoint voltadas para a formação de oficiais da marinha e do exército”.

Além disso, sublinha um aspecto da história da organização do sistema educacional americano. Segundo Hippeau, os americanos aplicaram seus primeiros cuidados à organização das escolas onde se deveria dar útil ensino a todos. Após ter cumprido esse primeiro dever, de um modo “verdadeiramente grandioso e magistral”, eles estavam empregando o mesmo ardor para criar ou aperfeiçoar estabelecimentos dedicados ao ensino superior, de que só se aproveitavam aqueles que tivessem de ocupar, na sociedade ou no Estado, as “posições elevadas a que todos poderiam aspirar”. No que se refere à organização do ensino superior, ele ressalta que tais iniciativas estavam sendo desenvolvidas sob o patrocínio da iniciativa privada:

Se esses collegios, universidades, academias, fundados e sustentados por associações particulares ou corporações religiosas, esplendidamente dotados pela munificencia de missionarios beneficentes ainda não se podem comparar, no tocante à força dos estudos, com as grandes universidades da França, Inglaterra e Allemanha; os recursos imensos que possuem, os poderosos instrumentos de trabalho postos á sua disposição, os esforços que fazem nascer o louvavel desejo de não ser sobrepujados neste ponto pelas outras nações, não podem deixar de produzir, em proximo futuro, os melhores resultados (1871).

O sucesso da empresa educacional americana, no que se refere ao ensino superior, também é anunciado no relatório do francês, o que se daria pelo esforço e interesse da iniciativa privada (particulares e religiosas). Ao concluir sua apresentação, remete o leitor à estrutura do restante do relatório, assinalando que a “summária exposição de todo o ensino publico” o levara naturalmente a dividir em duas partes o seu relatório, sendo que na primeira trataria das escolas públicas e na segunda, dos colégios, do ensino superior e das escolas especiais, reunindo em um apêndice os documentos oficiais, os regulamentos de estudo e os pormenores estatísticos, para serem cotejados com a exposição e as apreciações que fazia.

No desenvolvimento do relatório, ele detalha os elementos que antecipou na introdução e na conclusão.²⁶ Neste último item, resgata o que procurou mostrar ao longo da obra, destacando a questão do financiamento público e privado na instalação e manutenção do sistema de educação pública, as origens das universidades norte-americanas, os EUA como nação modelo, os feitos educacionais, os indicadores de civilidade²⁷ (leitura de jornais e outras práticas de leitura e obras lidas: leituras públicas e *meetings*, leitura de obras políticas, livros de história, viagens e tratados científicos), de participação política (o voto universal), a questão metodológica, o poder da iniciativa particular e a descentralização do poder.

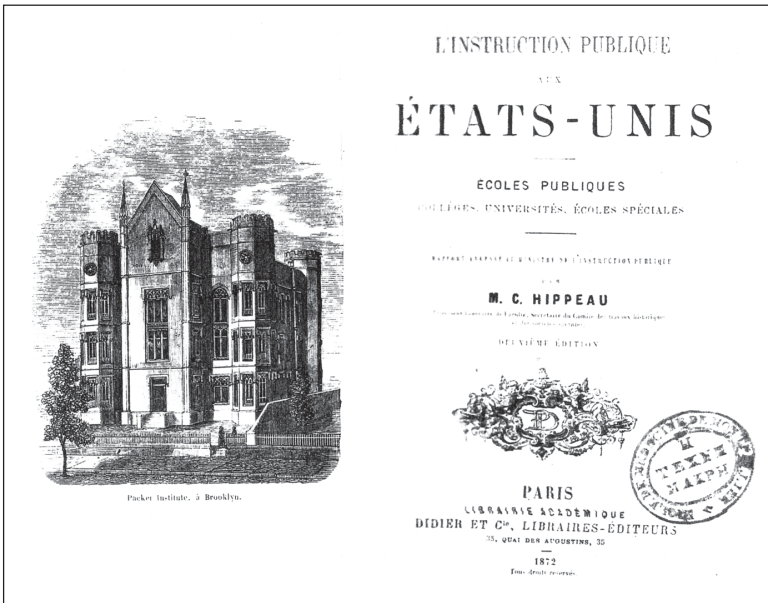


Figura 13 – Capa do relatório de Hippeau (1872).²⁸

²⁶ A íntegra da conclusão, publicada no diário oficial do Império em 10 de março de 1871, pode ser consultada no anexo 8.

²⁷ Em nota de rodapé, ele conta o que presenciou um dia, andando pelas ruas de Nova Iorque: ele se aproximou de uma pobre velha que lia um livro, ao mesmo tempo que vendia objetos de pequeno valor. Chegando mais perto, ele reconheceu que o livro que ela tinha em mãos era uma “coleção de Longfellow”, fato que sustentava a tese da disseminação indiferenciada dos hábitos de leitura na jovem nação americana.

²⁸ Note-se que esta capa se refere à segunda edição francesa (1872), cujo prefácio é datado de 1º de outubro de 1871, ano em que saiu no *Diário Oficial do Império do Brasil* e também ganhou forma de livro, publicado pela Typographia Nacional. O acesso ao livro traduzido se deve à generosidade do professor Luciano Mendes de Faria Filho.

Cabe agora desenvolver uma reflexão sobre a apropriação desse relatório pelo médico-higienista brasileiro, Dr. Machado (1875), de modo a refletir sobre a presença da epígrafe de Hippeau em sua tese. O uso de epígrafe busca cumprir uma efetiva função de iniciação discursiva e, no caso, por intermédio de um fragmento do discurso do encarregado do ministro da Instrução Pública francesa, Dr. Machado dispõe elementos que compõem a tese desenvolvida e defendida ao longo de sua dissertação, visto que no princípio de seu discurso (na epígrafe) se encontra acentuada a relação de causalidade entre educação e o destino de um povo, sendo que este último aspecto se encontra subordinado ao primeiro; qual seja, na perspectiva do francês, era o tipo de educação que determinaria a capacidade de um povo se governar e de ser capaz de dominar ou não seu destino. Reaparece nesses termos a representação iluminista acerca do poder da educação, no caso, a educação escolar, na variante de que ela “tudo pode”. Caberia, então, acompanhar o modo como este médico construiu as representações quanto ao fenômeno educativo,²⁹ de modo a desenvolver a tese que a epígrafe antecipa, anuncia e propõe.

Inicialmente, Dr. Machado recorre ao passado para dele recolher os ensinamentos que julga pertinentes, adequados e aos quais adere. Para tanto, em sua escrita traça um amplo panorama sobre o desenvolvimento da humanidade, retendo-se no exame da Revolução Francesa, um marco que, para ele, funciona como uma espécie de divisor de águas na história da humanidade. Marco que estabelece, como “passado”, a teocracia, o feudalismo e a monarquia despótica e, como presente, a “voz poderosa da democracia”, definindo, com isso, o próprio “espírito do século”. Ao registrar essa marcha progressiva trilhada pela humanidade, Dr. Machado ressalta que, até 1789, o sacerdócio, a monarquia e a nobreza “ora em fraternal amplexo dividem o poder, ora em guerra franca disputam entre si a preponderância”; deixando à margem o povo. É pois, com a Revolução Francesa que esse último agente emergirá da letargia em que se encontrava, especialmente ao longo do “throno democratico de Napoleão I”. Nessa ocasião, continua o médico, “certas palavras, até então desconhecidas, ainda não balbuciadas” começaram a integrar o repertório social, começan-

²⁹ Neste momento, restrinjo minha reflexão acerca das relações que esse médico estabelece entre os aspectos morais, físicos e intelectuais, para, nas demais seções deste capítulo, explorar cada um desses aspectos de modo pormenorizado.

do efetivamente a circular: “começaram a repercutir pelas altas serranias, pelos valles profundos, pelas nobres choupanas e pelos palacios dourados: – elevação das classes operarias... suffragio universal... governo do povo pelo povo... diffusão da instrucção”.³⁰

No entanto, apesar e por causa dessas novidades, o referido movimento não ocorrera sem disputas, sem tensões e sem sangue, o que não impedia o médico de encará-lo de forma positiva e otimista, afirmando que “o problema social se resolverá” e que o “monumento da civilização erguer-se-ha sobranceiro, desde que a sua base – a educação popular – se constituir solida e inabalavel”. Reafirma, portanto, o conteúdo embutido no princípio de seu discurso, repetindo, nesse momento, o valor e relevância do tema por ele estudado, bem como a dimensão onipotente da educação. Note-se que estamos nos anos 70 do século XIX, período em que se assinala, no Brasil, o crescimento de um movimento identificado com postulados republicanos, um suposto declínio do monarca e das instituições legitimadas pela monarquia.³¹

Período que, segundo os termos de Vianna (1925), corresponde ao “ocaso do Império”, o qual teria sido principiado em 1868, com a ascensão do gabinete conservador (Itaboraí), e cujo término se deu com a destituição do gabinete liberal (Ouro Preto), seguida da queda do segundo reinado (1889). Período que recobre um conjunto de questões que colaboraram para acentuar o processo de fragilização da monarquia como, por exemplo, a questão do trabalho escravo, do movimento republicano, do federalismo, do militarismo, a chamada questão religiosa e a divulgação e receptividade do pensamento positivista, para indicar aqueles que a expressiva historiografia³² considera como os mais relevantes. Motivações interligadas que terminaram por produzir condições para a emergência de um clima favorável à propaganda antimonárquica, bem como à sua receptividade,³³ apesar das freqüentes oscilações dos gabinetes ministeriais

³⁰ Aqui também é possível estabelecer algumas relações com o discurso de Celéstín Hippeau.

³¹ Para Schwarcz (1998), no entanto, este é o período em que tem início a fase de maior popularidade do monarca tropical.

³² Cf. Carvalho (1996), Fausto (1996), Holanda (1977), Iglésias (1995), Mattos (1994) e Vianna (1925).

³³ Para Holanda (1977), a rotação dos gabinetes se constituía em uma estratégia do imperador, visando a assegurar a estabilidade do regime, fazendo-o “animar ora esta, ora aquela opinião, ao sabor das circunstâncias, sem se deixar envolver por nenhuma”. Este procedimento faz emergir algumas contradições que, segundo este autor, o imperador “não quer

ou “rotação caprichosa dos governos”, para utilizar a expressão de Holanda (1977, p. 9), e da direção que cada novo gabinete procurava imprimir ao governo do Estado visando à sua estabilização.

Do ponto de vista educacional, a “pouco lisonjeira situação da instrução pública”³⁴ no período imperial transformou esse tema em uma das questões que, associadas às demais, contribuiu para intensificar a crise da monarquia. A chaga da ignorância, fruto de um sistema de educação nacional representado como insuficiente, inadequado e ineficaz, também passou a ser considerada como um dos produtos do trono.

No que se refere às teses médicas, o ambiente propício à crítica ao regime imperial se encontra expresso com nitidez no discurso do Dr. Machado (1875), que não dissocia o diagnóstico negativo da educação das características do regime político. Assim, na defesa da educação popular que ele promove, encontra-se inscrita uma aguda crítica à educação posta em prática até então. Na contraface de suas propostas, encontra-se exibido um sistema educacional pouco desenvolvido e restrito às camadas mais favorecidas da sociedade. Para o médico, a aristocracia do regime era traduzida na aristocratização da educação erigida e administrada sob as direções do governo central. No entanto, a expansão da cobertura e do conteúdo educacional defendida por Dr. Machado (1875) teria de esperar ou, como diria Haidar (1971), confiar à nova ordem republicana³⁵ a tarefa de constituir a educação nacional.

Enfim, vale registrar que a campanha antimonarquista orquestrada a partir de ângulos diferenciados fez com que posições liberais e republicanas, em alguns momentos, encontrassem eco no interior do próprio governo,³⁶ sendo a publicação do relatório de Hippeau, em 1871, na páginas oficiais do jornal do Estado um provável indicador de que, na busca de estabilidade do regime, essa pode ter sido uma das operações realizadas ou, ao menos, autorizadas pelo “jardineiro” do poder e seus auxiliares, objetivando,

ver, sobretudo não gosta que outros o vejam”. Assim sendo, D. Pedro II insiste na sua difícil jardinagem, aparando galhos que sobressaem demais, podando frondosidades incômodas, ou impedindo que se alastrem ervas daninhas, metaforiza (1977, p. 16). O exercício do poder como uma jardinagem é que explicaria a rotação caprichosa dos governos, aspecto que auxiliaria no enfraquecimento do regime, mais do que na sua estabilização.

³⁴ Cf. Haidar (1971, p. 81).

³⁵ Regime que se instauraria catorze anos após a publicação da tese do médico adepto das posições liberais.

³⁶ Cf. Holanda (1977).

na questão educacional, apropriar-se de teses tidas como mais populares e, desse modo, tornar possível a longevidade do próprio Império.

Nesse sentido, é possível perceber que a incidência da valorização da questão educacional no discurso do Dr. Machado vem revestida de um outro caráter, isto é, a defesa de uma educação popular tal qual praticada nas nações modernas e republicanas. Não é gratuito, então, que o discurso da epígrafe seja o de um autor francês, cujo objeto é a educação norte-americana. Aquele por representar uma nação considerada como “madrinha da modernidade”, esta por representar o exemplo mais recente, mais próximo e mais bem-sucedido da empreitada modernizadora. Talvez, de outra parte, o regime monárquico não fosse considerado como um modelo incompatível com a popularização dos serviços educacionais, não sendo demais lembrar as preocupações com as artes, com as ciências e com a educação manifestadas pelo imperador e materializadas, inclusive, em algumas de suas iniciativas e práticas, dentre as quais se poderia destacar o acompanhamento da formação da elite intelectual brasileira, pela presença do mesmo nas solenidades de sustentação de teses, o financiamento de viagens de estudo ao exterior e o convite feito a estudiosos estrangeiros para visitar, conhecer e decifrar o país com o auxílio da ciência.³⁷

Seja pela inspiração nas repúblicas modernas, seja pela crença na sensibilidade pedagógica de nosso monarca, o fato é que permanece presente o discurso que ressalta o poder da educação. Nesse caso, na defesa da educação popular. Com isso, ouvem-se ecos de um projeto educacional marcadamente republicano, que sugere outros desdobramentos. No encerramento, em uma espécie de expansão da epígrafe de Hippeau, Dr. Machado realiza uma verdadeira exortação, na qual aponta para a inevitabilidade da educação popular:

Com efeito: está na consciencia de todos que é impossivel fazer parar a onda popular; o estandarte da civilização moderna traz inscripto o sublimé apophthegma – liberdade, egualdade e fraternidade, – e o povo é de facto o soberano [...]. Se é assim, convêm que o povo se habilite a assumir a direcção de seus sagrados interesses e aprenda a dirigi-los convenientemente. É urgente que o povo se eduque, já que hoje, proclamada a sua maioridade, pela força das circunstancias, não póde mais se entregar

³⁷ Cf. Schwarcz (1998).

em mãos alheias, dormindo o somno da indiferença. A educação popular é pois uma necessidade palpitante [...] (1875).

Mais especificamente, esse médico registra, na introdução de seu texto, a representação da qual se aproxima naquilo que se refere ao modo como deveria ocorrer a educação popular por ele reclamada. Para ele, a educação da mocidade era uma questão política e social, interessando, igualmente, ao Estado, à família e aos indivíduos, sendo necessário, portanto, traçar “limites á acção de cada uma destas entidades moraes”, tendo, contudo, como interesse principal definir os direitos e deveres do Estado, delimitando as fronteiras com os interesses familiares e religiosos. Para estabelecer sua posição em relação a essa questão, o médico recorre à experiência do “velho” mundo (Alemanha e Inglaterra) e à dos Estados Unidos, privilegiando, nessa busca, referências vinculadas à questão religiosa, de modo a sustentar a tese de que a “educação de um povo livre, regido pelos principios da democracia moderna, deve ser forçosamente *leiga*”.³⁸ Ao desenvolver uma luta contra o monopólio da fé na condução da educação popular, define nitidamente um alvo a ser atingido: os jesuítas. Nesse sentido, considerando-se a história da instrução no Brasil e reconhecendo-se os lazaristas (ordem de São Francisco de Paulo) como os sucessores do empreendimento jesuíta, a tese da escola leiga passa a representar a defesa de uma reconfiguração da relação Estado-Igreja. É, pois, contra os herdeiros da ordem de Inácio de Loyola que Dr. Machado articula seu discurso, definidor dos direitos e deveres do Estado e das relações que deveria manter com a esfera privada, seja da família, seja do indivíduo. Para tanto, tece um quadro negativo das práticas educacionais dos lazaristas:

Nos collegios regidos pelos padres lazaristas um systema complicado de leituras e exercicios espirituaes, jejuns e confissões obrigatorios, practicas, sermões, bençams, novenas, vias-sacras, etc. constitue toda a educação moral. O mêdo das penas eternas e o terror de offender a um Deus, mais tyranno do que pae, ou então a ambição de gozar as delicias do ceu, são os meios de que servem-se para calar nos animos juvenis a necessidade das practicas religiosas (1875).

³⁸ Grifo do próprio autor. Trata-se, no caso, de um discurso excepcional, pois essa posição não aparece em outras teses consultadas.

Ao continuar, marca como negativos os procedimentos dos lazaristas no que se refere à educação física, visto que a mesma era completamente descurada nos estabelecimentos daquela ordem; e também o empobrecimento da educação intelectual para os que não se destinavam ao sacerdócio, concluindo, então, que práticas mais funestas integravam os procedimentos da educação clerical, tais como o estímulo à espionagem mútua, o total desprezo pela influência familiar na educação dos meninos, a proibição de leitura de jornais e livros que não tratassem de matéria religiosa, dentre outras particularidades que o autor julga “não menos importantes” mas que, em seu trabalho de final do curso de medicina, seria fastidioso enumerar. Após desenvolver essa descrição negativa da educação clerical, Dr. Machado formula duas indagações com vistas a problematizar o modelo de educação fundado e ancorado na fé:

1^a – Um jovem educado sob tais princípios poderá retirar-se do colégio apto para se alistar entre os cidadãos ativos, laboriosos, inteligentes e patriotas, que são a esperança do país?

2^a – Poderá a pátria terrestre contar com esse filho, que sai de uma casa de educação desprezando-a e ambicionando a conquista da pátria celeste?

Ele mesmo trata de insinuar respostas, trabalhando, inclusive, com contra-argumentos que poderiam ser levantados:

Dir-se-ha que o contacto do mundo e as lições da experiencia modificam as idéas e habitos adquiridos por esse jovem no collegio lazarista, e que de toda esta exaltação religiosa restará apenas o suficiente para que seja um bom christão.

Argumento que o médico rebate com convicção: “Infelizmente, porém, isto raras vezes succede. Já é um axioma banal a influencia da educação sobre o character do individuo, a sua importancia sobre os habitos, inclinações, vícios ou virtudes do homem”.

Até o momento, fica claro que o médico defende uma articulação entre as dimensões morais, físicas e intelectuais na educação a ser oferecida ao povo. Mas, em virtude do privilégio com que aborda a questão religiosa e pelo modo negativo como se refere às práticas realizadas nos esta-

belecimentos clericais, o leitor poderia ser levado a entender que Dr. Machado é contra a religião ou, mais precisamente, contra a Igreja Católica. É importante frisar e recordar que ele está preocupado com a repartição de atribuições e quer chamar para o Estado a responsabilidade na tarefa educativa, posicionando-se, portanto, contra um suposto monopólio exercido pelo elemento religioso. Nesse sentido é que se opõe à religião, o que fica explicitado quando ele mesmo se interroga acerca de suas posições, de modo a melhor defini-las:

Do que temos dito poder-se-ha inferir que toda a instrução religiosa é prejudicial? Que se deve educar a mocidade sem se lhe ensinar a conhecer o Criador? Certo que não: um plano de educação que não considerasse o ensino religioso seria inteiramente falso e prejudicial. Educação moral pela família, instrução pelos mestres no collegios, ensino religioso pelo cura na cathedral: eis o ideal de um *systema* completo de educação (1875).

Reconhece, contudo, que, “nas questões essencialmente práticas, não se deve visar o ideal, porem sim o possível”, concluindo que a Igreja tinha “incontestavelmente o direito de intervir na grande obra da educação”.³⁹ Porém, essa intervenção, segundo ele, deveria ser de tal modo pausada que não ofendesse “os direitos igualmente sagrados da família e do Estado”. Como se vê, a relevância do tema educacional também se encontra presente nesse discurso com marcas republicanas, comparecendo aí revestido de outras questões, dentre as quais se pode destacar o vigor com que Dr. Machado defende a partilha das responsabilidades e competências no processo de formação da mocidade: educar, instruir e ensinar; ações a serem distribuídas, respectivamente, entre a Família (a educação moral), o Estado (a instrução) e a Igreja (o ensino religioso). Com isso, procura construir a legitimidade da intervenção do poder público na educação, discriminando quem é quem nesse processo de formação das novas gerações.⁴⁰

³⁹ Aqui recorre e se apóia em Captier: “Conférences sur l'éducation”.

⁴⁰ Cabe ressaltar que o vigor com que Dr. Machado (1875) defende a redistribuição de competências entre as três instituições mencionadas constitui uma excepcionalidade, visto que nas outras teses as posições em defesa da escolarização e da higienização se encontram marcadas, fundamentalmente, pelos argumentos apoiados em aspectos mais técnicos.

Dedica-se, em seguida, a tratar da participação da família, conceituando-a como a reunião de indivíduos ligados pelos laços do sangue e do amor,⁴¹ descrevendo-a como uma instituição necessária, eterna e imutável, baseada na identidade do sangue e cimentada pelo amor, sendo, para ele, o ponto de partida da sociedade política, assim como o átomo indivisível é o ponto de partida da existência dos corpos, metaforiza. Esse reconhecimento da família, nesses termos, tem como objetivo central sustentar a tese de que caberia às famílias a decisão sobre a educação de seus filhos, devendo, para tanto, haver liberdade na escolha e, do mesmo modo, no oferecimento do ensino. Assim, reafirma sua posição contra qualquer tipo de monopólio no oferecimento do ensino, defendendo que, nesse caso, o Estado deveria zelar pelos interesses comuns da sociedade, mas que a instrução poderia ser também oferecida por parte da iniciativa privada, fosse ela de caráter confessional ou não, cabendo às famílias o juízo final sobre o tipo de educação a ser proporcionada aos seus descendentes. Incorpora aqui a tese da liberdade de ensino na dupla face da oferta e da escolha, tese cara ao liberalismo em sua luta contra qualquer monopólio, sobretudo o estatal.

Ressalta, contudo, que o problema da completa generalização da instrução se prendia à questão do ensino obrigatório, advertindo que caberia ao Estado tornar obrigatória a instrução primária que, para ele, não era o que comumente se conhecia como “primeiras letras”.⁴² A educação

⁴¹ Recorre e se apóia em Alves de Sousa: *Philosophia Elementar*.

⁴² A obrigatoriedade do ensino se constituiu em uma questão polêmica, pondo, de um lado, aqueles que defendiam o indivíduo contra uma intromissão indevida do Estado na esfera das decisões privadas; de outro, encontravam-se aqueles que viam no ato de obrigatoriedade a possibilidade de instruir e civilizar. Tal polêmica também foi registrada pelo ministro dos Negócios do Império, Carlos Leôncio de Carvalho, ao discutir o problema da instrução primária nestes termos: “Entre os meios que podem concorrer para melhorar o nosso ensino publico primario e propagar a instruccão entre o povo, algumas medidas ha que estamos em condições de realizar e de cuja adopção grandes vantagens auferirá o paiz. Apontarei em primeiro logar a instruccão obrigatória. Em face da incuria que se observa nas classes inferiores de nossa sociedade no tocante á educação da infancia, não é licito ao Estado cruzar os braços e ver impassivel crescerem na ignorancia, sem o mais elementar aprendizado, privados da mais ligeira noção de seus direitos e deveres, milhares de crianças a quem mais tarde está reservado um papel na vida social e política do paiz. A necessidade da intervenção dos poderes publicos para obviar os inconvenientes dessa culposa indiferença tem sido universalmente reconhecida e o meio considerado mais efficaz é o ensino obrigatório, consagrado na legislação de todas as nações européas, com exceção unicamente da França, Russia, Belgica e Hollanda, nas das republicas do Chile e Argentina e de grande numero dos Estados da União Americana. Nesse paiz conforme diz Hippeau, entende-se que os pais podem escolher para seus filhos entre a educação dada em casa e a que lhes

primária, na ótica do Dr. Machado, compreenderia “todos os conhecimentos necessários ao cidadão de um Estado livre, qualquer que seja para o futuro a sua profissão ou posição social”. Incluía nessa defesa também a educação feminina, discutindo alguns preconceitos que encontravam-se estabilizados à época, tais como a inferioridade intelectual da mulher, a inaptidão para os exercícios físicos e a inutilidade da instrução da mulher. Em síntese, o que deseja Dr. Machado em relação à educação da mulher? Ele mesmo responde a essa interrogação:

Porém o que desejamos é que se lhe proporcione meios de optar livremente para esta ou aquella missão, e que se não a obrigue a ser forçosamente mãe de familia si não quizer gastar a sua vida inutil e ingloriamente; e que sobretudo não se limite arbitrariamente a actividade physica, moral e intellectual da mulher (1875).

offerecem as escolas particulares e publicas, mas não tem o direito de escolher entre a educação e a ignorancia. Entende-se que as leis que impõem a educação das crianças são o complemento necessario das que estabelecem a gratuidade das escolas, pois aquelle que paga uma taxa para a educação publica, ainda não tendo filhos a educar, pode dizer que, se contribue para um fim de que não tira utilidade immediata, tem o direito de exigir que, no interesse da sociedade, o Estado force as crianças em favor de quem é estabelecido o imposto a se utilizarem em seu beneficio. Com effeito, não basta promulgar leis reprimindo o vicio e o crime, cumpre prevenir o mal na sua raiz, destruindo-a. A educação não é só um direito de toda criança, que á sociedade incumbe resguardar contra a indifferença ou negligencia de seus protectores naturaes; não é só uma questão de humanidade; em presença de grande numero de meninos abandonados á ignorancia, criados em contacto com todos os vicios e expostos á influencia dos mais perniciosos exemplos, quando não desperte interesse, diz um dos relatores da commissão escolar de Connecticut, esta pergunta: o que faremos delles? com certeza excitará algum esta outra: o que farão elles de nós? A educação é, pois, ainda para o Estado, na phrase do mesmo escriptor, uma questão de defesa pessoal. Se é verdade, segundo o testemunho de Léon Donnat, na sua recente monographia sobre a California, que a instrucção obrigatoria repugna em principio ao espirito americano e que naquelle Estado a lei promulgada a respeito ficou letra morta, porque a espontaneidade com que a população mandava seus filhos á escola tornou desnecessaria a sua applicação, não é menos certo que o ensino obrigatorio tem produzido os melhores resultados nos Estados, entre outros, de Massachussets, Maryland, New Hampshire, New York e Connecticut e que a estatística demonstra que , ao passo que nesse ultimo a proporção das crianças que não frequentam as escolas é de 9%, na California é de 25%. A decretação do ensino obrigatorio acarretará como consequencia a necessidade de um maior numero de escolas, porque as existentes não comportarão o augmento de pessoal que ha de afluir as suas aulas; porem toda a despeza feita com a instrucção do povo importa na realidade uma economia, porque esta provado por escrupulosos trabalhos estatísticos que, a educação diminuindo consideravelmente o numero dos indigentes, dos enfermos e dos criminosos; aquilo que o Estado despende com escolas poupa em maior escala com asyls, hospitaes e cadêas. Por outro lado a instrucção, moralizando o povo, inspirando-lhe o habito e amor do trabalho, que é tanto mais fecundo quanto intelligente e instruido é aquelle que o executa, desenvolve todos os ramos da industria, augmenta a producção e com esta a riqueza publica e as rendas do Estado”. In: BRASIL. *Relatório do ministro dos Negócios do Império*. 1879.

Aqui, ao remeter-se diretamente ao problema da educação feminina, é possível perceber que o médico invoca, de modo incontestado, a tríplice aliança ou a trindade pedagógica como um roteiro que deveria ordenar a educação popular, fosse a dos homens, fosse a das mulheres. Para o final de sua introdução, reserva o apelo para que fosse considerada a humilde contribuição que seu trabalho procurava dar. Ao justificar a preferência pelo ponto sobre o qual dissertou, ele afirma que

O ponto que tivemos a ousadia de preferir demanda para seu completo desinvolvimento, estudos aprofundados a par de outros attributos essenciaes a todo escriptor; os quaes infelizmente estamos longe de possuir. Entretanto, forçado pela determinação positiva da lei a apresentar á illustrada Congregação da Faculdade um trabalho escripto sobre qualquer dos pontos por ella offercidos, resolvemos escolher este de hygiene publica, que, sem contestação, é considerado da mais alta importancia debaixo de qualquer ponto de vista que se o encare (1875).

Sobre o impacto que seu trabalho iria provocar, tece as seguintes considerações, repetindo o emprego do padrão da modéstia:

Longe de nós a pretensão de acreditar que o insignificante trabalho que fizemos com o fim unico de servir de ultima prova academica, possa derrocar o actual systema de educação nacional, ou, ao menos, concorrer para que se realize a grande idéa da generalisação do ensino e da educação popular (1875).

Concluindo, afirma que se daria por satisfeito se um único pai de família, ao ler seu trabalho, encontrasse algum incentivo para proceder a uma educação mais cuidadosa de seus filhos. Esse cuidado parecia ser razoavelmente medido, pois Dr. Machado demonstra ter clareza das questões políticas e sociais com as quais se defrontou ao defender suas posições contra a exclusividade do ensino clerical, contra a dominação da mulher, contra determinados procedimentos de ensino e contra um determinado modelo de união familiar. Ou seja, o médico parece ter em seu horizonte a dimensão dos enfrentamentos que as posições por ele defendidas provocariam, originando-se talvez daí esse posicionamento humilde e desprezioso com relação aos efeitos de sua tese. No entanto, não se deve despre-

zar a presença do traço de modéstia/humildade como algo que integraria uma espécie de “retórica da tese”: um modelo discursivo, social e institucionalmente consolidado, padronizado, legitimado; enfim, controlado pela instituição que lhe dá suporte, bem como pela própria corporação médica.

Nesse sentido, não é de se estranhar que esse traço também esteja presente na outra tese do grupo II (quadro 11), sustentada pelo Dr. Armonde em 1874. No prefácio, logo no primeiro parágrafo, sumaria a apresentação pessoal e seu interesse pelo “ponto” escolhido:

Eis-nos, jovem tímido, intelligencia pobre de illustração, espirito pouco affeito ás lidas que occupão os animos superiores e consummados pensadores, encetando um escripto publico sobre o assumpto do mais palpitante interesse, a synthese de todos os problemas sociaes – a educação.

O médico, ao se envolver no desafio de produzir um escrito público em que passa ao papel “apoucadas reflexões” e a “observação de algumas cousas relativas á educação na Côte”, toma para si um objeto que, segundo ele, era a síntese de todos os problemas sociais. Essa escolha, como já assinalamos anteriormente, não é estritamente individual, mas profundamente controlada pelos discursos que a corporação médica elege como prioritários, já que os mesmos participam da construção da ciência médica, via busca da legitimação social desse tipo de conhecimento. Nesse sentido, o interesse da medicina pela educação integra o projeto de constituição, autonomização e legitimação social da primeira. Aqui, explicita o aspecto de valorização do tema trabalhado para, em seguida, ressaltar a “Ciência da Infância”. No ponto escolhido e desenvolvido por Dr. Armonde, ele mesmo procura, nessa perspectiva, valorizar a área de higiene no interior do campo médico, pois, de acordo com seu ponto de vista,

a Higiene é a primeira das sciencias. Realiza o ultimo desideratum de Hypocrates, é a aspiração principal do homem, dando-lhe a felicidade possivel na vida; a hygiene é o succo doce de todos os fructos colhidos pelos cultivadores dos diversos e numerosos ramos da grande arvore das Sciencias Medicas.

Como uma mãe extremosa para a humanidade, ella afasta de nós, e minuciosamente, todos os obstáculos que possão impedir ou perturbar a

nossa vida. Mais piedosa que a propria Therapeutica, evita as molestias, que a esta só é dado curar (1874).

A dissertação de Dr. Armonde é produzida com base na crença do poder da higiene, visto que esta “mãe extremosa” era a responsável por provocar um deslocamento no funcionamento da medicina, cujas preocupações, conforme os princípios da higiene, deveriam migrar da “cura” para a “prevenção”. É, pois, com o entendimento de que as intervenções educacionais se encontravam marcadas por um caráter preventivo, que o autor desenvolve sua dissertação, do que também decorria seu interesse (e o da medicina) pela educação. Ainda no prefácio, Dr. Armonde sinaliza para o tratamento que daria aos diferentes aspectos contidos em seu ponto. Assim, enuncia seu protocolo de leitura:

Á medida que discorrermos, fallaremos das relações existentes entre esse estado e a saúde dos habitantes, procurando mostrar que molestias ha entre nós, cujo desenvolvimento é devido á imperfeita educação; concluindo que, com o aperfeiçoamento desta, muito ganharão o nosso estado sanitario e a nossa civilização, a nossa futura grandeza, seja material ou moral.

A educação, todos o sabem, comprehende tres ramos: educação physica, moral e intellectual. Tão íntimas são as relações que entre si guarda esta triplice ramificação, que muitas questões não podem ser completamente classificadas em um ramo, por se ligarem igualmente aos outros. Tratando de uma questão de educação physica, por exemplo, nada mais natural do que passar-se insensivelmente para uma questão de educação moral ou intellectual. Uma das difficuldades do nosso ponto está, pois, precisamente nessa intima correlação, nessa quase inseparabilidade das questões (1874).

Dr. Armonde deixa explicitado, em seu protocolo, o interesse pela “imperfeita educação” na sua “tríplice ramificação” (física, intelectual e moral), a perspectiva de que carecia de aperfeiçoamento e que, se efetivada sob os auspícios da medicina, interferiria positivamente na produção de “nossa futura grandeza”. Isto é, o triunfo do Império se encontrava subordinado a uma cadeia de relações causais, que teria em sua ponta inicial a higiene, a qual determinaria uma boa educação que, por sua vez,

seria decisiva na construção de um bom estado sanitário, de uma boa civilização e, conseqüentemente, pela grandeza material e moral do país, estabelecendo, desse modo, uma hierarquia de saberes e de poderes. Nesse sentido, pode-se perceber que apesar de posições diferenciadas acerca de questões específicas, tais como o papel da Igreja, da educação feminina e da obrigatoriedade do ensino, a ênfase anunciada na formação da mocidade é desenvolvida segundo um modelo discursivo marcado pelos elementos da modéstia, da autoridade (pela erudição e conhecimento do passado) e da relevância do tema estudado, bem como pela defesa de uma rede hierárquica de poder, em cuja origem e ponto superior se localizava a “Ciência da infância”. O deslocamento temático sugerido, “dos colégios” para “a formação da mocidade”, não se concretiza nas teses até aqui examinadas.

No entanto, na última tese a ser analisada nesta seção fica demonstrado que a oscilação entre uma ênfase nos “colégios” e na “formação da mocidade” se encontra profundamente fundida no discurso médico, indicando que, ao longo dos 34 anos recobertos pelo material pesquisado, o discurso higiênico deslizou de um ponto a outro de modo nem sempre nítido. A nitidez se torna um pouco mais visível no tratamento dispensado ao tema, mas não na estrutura discursiva adotada nas teses, em cuja trama a temática educacional vai sendo constituída. Seja nas que supostamente enfatizariam uma reflexão sobre os colégios, seja naquelas cuja ênfase recairia na reflexão sobre a formação da mocidade, o padrão discursivo acionado não se altera, encontrando-se presentes, em ambas, traços e aspectos de uma estrutura narrativa semelhante, como já evidenciamos. Para finalizar a discussão sobre a manutenção da estrutura de narração e a verificação, ou não, de certas inflexões na abordagem do projeto de higienização da educação escolar, realizo alguns destaques no trabalho do médico/professor da FMRJ, Dr. Vasconcellos,⁴³ apresentado em 1888.

⁴³ Delegado da Inspeção Geral de Higiene, adjunto de Clínica Médica de Adultos da FMRJ, membro titular da Academia Imperial de Medicina, são créditos inscritos na capa da “*these* de concurso” desse médico para o cargo de “lente” da FMRJ. Este concurso foi realizado já sob os novos estatutos definidos pela reforma de 25 de outubro de 1884, tendo ocorrido em cinco etapas (Defesa de tese e dissertação; prova escrita; prova oral estudada; prova prática; e prova oral de improviso), sendo a dissertação requisito parcial da primeira. A prova escrita, por sua vez, desdobrava-se em leitura pública da mesma, configurando, desse modo, mais uma etapa do concurso. No entanto, para assegurar o direito de concorrer à vaga, o candidato deveria atender a um conjunto de exigências, como por exemplo, ser

Essa tese se distingue das demais pelo fato de pretender abordar um único ponto, a higiene escolar, e se encontrar materialmente estruturada de modo distinto, já que possui capa e dados institucionais imediatamente seguidos, pelo texto propriamente dito. Não encontramos, portanto, nem a seção de agradecimentos, nem a nota avaliativa, tampouco os aforismos de Hipócrates. Registro uma outra distinção, que se refere à presença de imagens gráficas no corpo do trabalho, dispostas ao final do mesmo, em que o leitor tem acesso aos desenhos de diferentes tipos de mobiliário escolar referidos pelo autor em seu discurso, quando se dedica a abordar essa problemática, procurando comparar os modelos existentes no mundo, suas características e vantagens.⁴⁴ É mantida, contudo, a nota de que “A faculdade não aprova nem reprova as opiniões emitidas nas theses que lhes são apresentadas”.⁴⁵

O discurso do Dr. Vasconcellos em torno da questão da higiene foi organizado em cinco blocos: Introdução, Internatos e Externatos, A esco-

brasileiro ou estrangeiro com carta de naturalização que falasse correntemente o português ou francês, ser graduado em medicina, apresentar “folha corrida” do lugar de seu domicílio e cumprir formalidades detalhadamente indicadas nos novos estatutos, dentre elas, o horário de encerramento das inscrições às “duas horas da tarde” do último dia de inscrição.

⁴⁴ Essas gravuras referentes ao mobiliário escolar podem ser verificadas no anexo 7.

⁴⁵ Apesar dessa observação inscrita em todos os trabalhos consultados, em 1926 a Banca Examinadora composta pelos Drs. Henrique Roxo, Faustino Esposel e Maurício de Medeiros reprovou a tese de Bráilio Marcondes Machado, intitulada *Contribuição ao Estudo da Psychiatria (Espiritismo e Metapsychismo)*, apresentada à FMRJ em 29 de agosto de 1922 e defendida em 26 de dezembro de 1922. A nota de que foi reprovada se encontra inscrita na capa da edição que o autor providenciou junto a uma editora paulista que, segundo ele, na errata, foi motivo de algumas incorreções assinaladas na última página do trabalho. Esse autor também inclui uma nota explicativa no início da tese, em que comenta a avaliação que fora feita de seu trabalho, nos seguintes termos: “Ao apresentar minha these para defesa junto a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, não cometti a ingenuidade de esperar fosse aprovada, não obstante dispôr o art. 95 do Regimento Interno vigente que: *A Faculdade não aprova nem reprova as opiniões exaradas nellas pelos seus autores*. Temia fosse regeitada sob allegação do que dispõe o art 94: ‘– *Os alumnos que concluirẽ o curso medico poderão defender these sobre assumpto á sua escolha dentre as materias ensinadas no referido curso*’. Aconteceu, porém, que essa alteração não poderia ser feita porque já havia sido defendida e aprovada uma these contra o espirituismo. Assim, fui chamado à defesa do meu trabalho a 26 de dezembro, ás 13 ½ horas. Foi reprovado. Deste resultado julguem os que me lere[m], pois não quero ser juiz em causa propria. Graças a Deus as fogueiras estão extinctas e os Torquemadas fóra de moda. *Le monde marche...* Vou esperar ‘um dia depois do outro’ para voltar á defesa desta mesma causa que, então, será a de todos nós, na sciencia ou fóra della” (grifos do próprio autor). Assinalo que essa nota indica ter havido mudança nos procedimentos de escolha dos pontos, sendo, em 1922, de escolha do aluno um assunto sobre o qual deveria escrever a tese. A estrutura do trabalho final, porém, encontra-se mantida: capa, dados institucionais, agradecimentos e desenvolvimento do tema.

la, O aluno e Moléstias escolares. Na introdução, o autor procura ressaltar a relevância do tema a que se dedica, bem como a abordagem desenvolvida. Para ele, a higiene escolar constituía um assunto que preocupava o espírito dos higienistas, fazendo com que os múltiplos e variados elementos de análise encontrados nos estabelecimentos escolares estivessem despertando a atividade de um grupo de trabalhadores que “clama todos os dias pelas urgentes reformas de que necessita esse ramo da hygiene”. Reforma esta que, na ótica desse médico, deveria conjugar diferentes dimensões do homem, rompendo com uma tradição da antiguidade em que os povos se esmeravam na educação física dos adolescentes, mas desprezavam o lado intelectual. Em sua época, registra que ocorria um movimento oposto, isto é, em vez de ginásios onde se formavam grandes atletas, “vemos predios e pardieiros onde as crianças vão iniciar-se no culto dessas deusas attrahentes, difficeis de se mostrarem – A Sciencia ou a Arte –, mas á custa do desenvolvimento physico, á custa da saude”. Ao concluir o diagnóstico

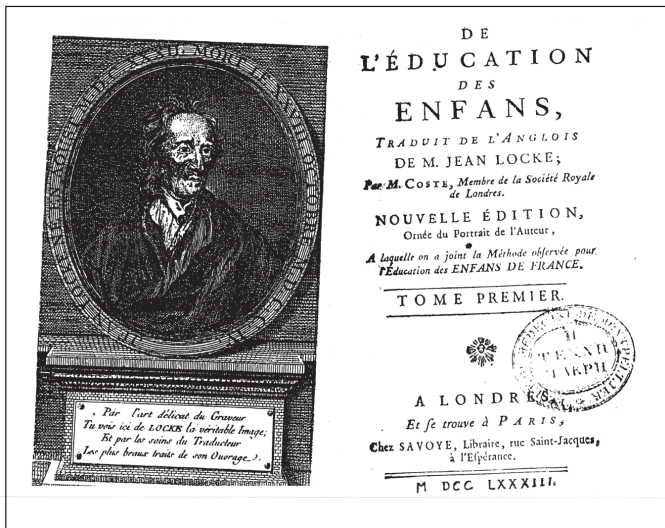


Figura 14 – Capa do trabalho de John Locke (1783).⁴⁶

⁴⁶ Publicado pela primeira vez, em inglês, em 1693, e inspiração freqüente para os higienistas. Esta capa se refere à tradução de M. Coste da obra de Locke para o francês. Em 1889, a obra foi retraduzida para o francês por Georges Compayré, objetivando “corrigir” problemas das traduções anteriores desse tratado, já realizadas por Coste, Fochier e Thurot. De acordo com Jean Chateau, organizador e responsável pela reedição, trata-se de uma excelente tradução a que foi feita por Compayré justificando, desse modo, a republicação da mesma em 1966, então intitulada *Quelques pensées sur l'éducation*.

da educação de seu tempo, afirma que os adolescentes são vítimas “immoladas em honra da educação pela tuberculose, escrophulose, rachitismo, etc., ou deixando impressos os caracteres dos vícios de conformação adquiridos nesse meio ainda tão descuidado entre nós”. Para sustentar sua posição, recorre a um higienista italiano⁴⁷ que confirmava a necessidade imperiosa de se dedicar atenção à escola e de reformá-la a partir dos postulados higienistas: “La scuola é il sacro Paladio ove é riposto l’avenire della nazione”. Descrita como sagrado palácio, a escola deveria ser ordenada pelos princípios, métodos e prescrições da higiene, de modo a poder formar sujeitos fortes, saudáveis, inteligentes e moralizados que, com essas características, alicerçariam a nação, constituindo-se base segura para um futuro idealizado como grandioso.

Países,⁴⁸ personagens,⁴⁹ levantamentos,⁵⁰ procedimentos⁵¹ e estratégias⁵² integram a trama discursiva desse médico, cujo objetivo é convencer a todos de que o investimento em educação configura um esforço que poderia ser largamente recompensado quando se restituísse à “sociedade as crianças que foram entregues aos estabelecimentos de educação, educadas, fortes, robustas e aptas para pagarem com usura o emprestimo que contrahiram com ella indiretamente”. Ao encerrar sua introdução,

⁴⁷ Fazio, *Tratado de Igiene*, de 1886.

⁴⁸ França, Alemanha, Inglaterra, Bélgica, Suíça, Áustria, Itália e, até mesmo, segundo ele, a “tyrannizada” Rússia; nesta seqüência.

⁴⁹ Rousseau (*Émile*), Montaigne (*Essais*, livro I), Locke (*Éducation des Enfants*, 1821) e Brouzet (*Essai sur l’éducation medicinale des enfants et sur leurs maladies*, 1754).

⁵⁰ Apresenta dados de um recenseamento da Corte, de 1872, para provar que o número de crianças freqüentadoras de escolas já era bastante significativo. De acordo com esse censo, na Corte havia 67.064 crianças e, desse total, 15.923 se encontravam matriculadas em uma rede de 192 escolas gratuitas (públicas e subvencionadas) e pagas. Desse quantitativo de escolas, 94 eram gratuitas, sendo 46 voltadas para o ensino masculino e 48 para o público feminino. Neste censo, discrimina-se ainda o público das escolas públicas e particulares quanto ao gênero, sendo encontrados 4.734 alunos e 4.588 alunas na rede pública e 3.470 meninos e 3.131 meninas nas escolas da rede privada.

⁵¹ Segundo ele, as conferências e exposições escolares que aconteciam eram interessantes, mas pouco práticas do ponto de vista da higiene escolar, sobretudo porque ainda tratavam as crianças de modo repartido, abandonando o trabalho corporal/físico.

⁵² Reconhece que já se despendia uma grande soma com o ramo escolar, apesar do atraso em que o mesmo ainda se encontrava, o que poderia nos levar à conclusão de que o problema era, então, de gerenciamento dos recursos. Este problema até poderia existir, mas este médico aponta, também, para a necessidade de elevação dos recursos a serem gastos com educação, propondo um imposto pequeno por habitante, a exemplo do que, segundo ele, já era praticado na maior parte dos países estrangeiros. A inclusão de um “imposto escolar” também esteve presente no horizonte do poder executivo central a ponto de, no relatório ministerial de 1879, o ministro Carlos Leôncio de Carvalho defendê-lo como alternativa para o problema do financiamento da educação.

busca reconhecer que seu trabalho não era completo, assinalando que os problemas que abordava requereriam estudos especiais, o que era incompatível com as características de uma tese. Todavia, afirma que em sua tese estavam indicados “os verdadeiros princípios em que se devem basear higienistas e constructores” e que se sentiria suficientemente recompensado se tivesse a fortuna de ver “atendidas as nossas reclamações”.

Nesse conjunto de observações, fica ressaltada a presença de traços de um padrão discursivo já identificado nas teses anteriores: humildade, erudição, autoridade, valorização do objeto estudado e hierarquização de saberes tendo, como base, a ciência da higiene. No que se refere às representações desse último médico sobre o objeto educacional propriamente dito, verifica-se que ele propõe a realização de uma ampla cruzada moralizadora, combatendo veementemente o modelo escolar dos internatos, sendo esse ponto merecedor de destaques, pois é possível, com isto, perceber uma disputa entre a forma escolar mais identificada com o modelo religioso – dos seminários/mosteiros, de uma vida reclusa – e aquelas defendidas pela higiene. Nesse sentido, cabe acompanhar seu posicionamento sobre este aspecto da cruzada moralizadora que pretendia ver deflagrada.

A principal reclamação do Dr. Vasconcellos diz respeito ao desprezo pelas regras de higiene escolar, o que terminava por orientar as demais reclamações que apresenta em seu discurso. No item intitulado “Internatos e Externatos”, exprime uma recusa veemente com relação aos internatos que, para ele, constituíam uma das fontes de enfraquecimento orgânico e de decadência da espécie, pois tal modelo de escola não possuía “interesse único na educação generosa da mocidade e no cumprimento da missão sagrada de entregar à pátria cidadãos robustos e aptos para todos os misteres”. Ao contrário, o interesse único dos internatos residiria, segundo ele, no maior ou menor lucro que lhes poderia advir do ensino. Além desse aspecto, enumera outros que também condena como, por exemplo, o regime disciplinar que aprisionava as crianças, a alimentação quase sempre mal preparada, mal escolhida, mal distribuída e “não raras vezes pouco assejada”, a ausência de vigilância nos dormitórios, o número excessivo de alunos e o longo tempo de estudo.

Ao concluir sua exortação contra os internatos, Dr. Vasconcellos recorre a Arnould,⁵³ que afirmava que “o internato é deplorável a todos os

⁵³ *Traitée de Hygiène Publique et Privée*, p. 1122.

respeitos”, sendo “nullo para a educação e torna-se odioso para os pensio-nistas”.⁵⁴ O médico brasileiro reconhece, contudo, a utilidade dos internatos para os meninos que não possuíssem família próxima da localidade em que o colégio estivesse localizado, ou quando o menino precisasse de “su-jeição”. Nestes casos, considerados como exceção, mais do que em qual-quer outro, deveriam ser organizados sob a égide da higiene, de modo a evitar desregramentos, desencaminhamentos, entrega à vida agitada das paixões e abandono completo dos deveres de aluno.

Contra o modelo dos internatos, defende a adoção dos externatos como padrão que, na perspectiva adotada, deveriam ser localizados, construídos, organizados e mantidos sob todas as regras que a higiene e a pedagogia prescreviam, de modo a preencherem “completamente a missão” a que se destinavam. Com isso, passa a enumerar as vantagens desse modelo:

Com effeito, terminada a tarefa escolar, o alumno regressa para a sua casa, onde, além dos cuidados da família, encontra a liberdade do exercicio, sem sujeitar-se a determinadas convenções disciplinares.

O exercicio que elle faz quando se dirige para a escola, ou quando d’ahi sae, produz a mais benefica influencia sobre o organismo; o alumno deixa atmospherá sobrecarregada de exhalações das salas dos collegios e aspira, pelo menos durante um certo tempo (duas a quatro vezes por dia), um ar mais puro e mais livre (1888).

O externato permitiria às crianças uma espécie de liberdade, ao mes-mo tempo que as obrigava a um exercício físico diário, em virtude do desloca-mento que teriam de realizar entre a casa e a escola. Esse é, portanto, o mode-lo de escola apregoado pelo Dr. Vasconcellos, especialmente porque

desgraçadamente, raro não é o collegio entre nós que possui, já não dizemos boas, regulares condições de hygiene. Em geral as salas acanha-das, mal ventiladas, mal iluminadas, sem a conveniente orientação, sem espaço sufficiente para recreios, latrinas, etc.; além disso, um numero de alumnos ahi accumulados, excedendo do dobro, do triplo e além da lotação maxima (1888).

⁵⁴ Partilha da crítica formulada por Hippeau em seu relatório, aproximando-se, desse modo, do modelo que, segundo o relator, encontrava-se em voga nos Estados Unidos.

A defesa dos externatos se encontra, portanto, ancorada no argumento de que era positiva a saída da criança do prédio escolar com arquitetura contra-indicada, já que não atendia aos coeficientes higiênico-sanitários⁵⁵ recomendados pelos médicos. Sair dos espaços escolares significava um procedimento que funcionaria como linha de fuga, possibilitando ao aluno uma vida mais saudável do ponto de vista físico e moral. Na tentativa de ampliar a sustentação de seus argumentos, recorre a um levantamento produzido pelo delegado de instrução da Freguesia de São Cristóvão, Sr. Silva Santos. Apoiado nesse levantamento, Dr. Vasconcellos conclui esse item:

Agora, se considerarmos de um lado os grandes inconvenientes da aglomeração e de outro os que resultam da impropriedade dos predios, sobretudo de particulares, que são utilizados para tão exigente objectivo, baldos das principaes condições que a hygiene contemporanea prescreve e capazes de serios riscos pela falta de regular distribuição da luz natural e da renovação methodica e completa do ar respiravel que os alumnos devem consumir durante muitas horas no decurso de 300 dias do anno, a imaginação certamente não attinge de presente a enorme somma de prejuizos physicos e moraes que em taes estabelecimentos se preparam ou se consummam em nome da caridade e do progresso (1888).

É, pois, preocupado com a formação intelectual, moral e física da juventude masculina e feminina que o médico apresenta um conjunto de medidas orientadoras da reforma profunda a que pretendia submeter os internatos (apenas os que fossem comprovadamente necessários) e os externatos, estes voltados para toda a população. Tais medidas possuíam como ponto de origem comum a doutrina da hygiene,⁵⁶ mãe extremosa que deve-

⁵⁵ O autor apresenta dados de um levantamento realizado em quinze colégios no qual atesta que os coeficientes de iluminação, ventilação e ar permanente comportariam apenas 1.145 alunos distribuídos em 618 para as escolas de meninas e 597 para os cursos de rapazes, de um total de 1.633 matriculados. Os dados funcionam para provar que o excesso de alunos é algo que deveria ser combatido em favor da boa hygiene escolar.

⁵⁶ Sobre o amplo arco de competências a ser recoberto pela hygiene, Dr. Vasconcellos afirma: “Não ha desconhecer-se que a hygiene escolar joga com todos os elementos da materia da hygiene, quer individualmente, quer em coletividade; não se póde, pois, exigir os preceitos de edificação, exposição, disposição, etc., estejam na dependencia dos preceptores; não, pertence aos higienistas estipular-os, aos governos a sua determinação e aos engenheiros a sua execução”. Este discurso, além de assinalar a amplitude do arco higienista,

ria guiar o modo de conceber, estruturar, edificar e de funcionar dos colégios, intervindo, dessa maneira, na formação da juventude e, por conseguinte, na própria construção do futuro da Corte imperial e da pátria brasileira. Posicionando-se contra a clausura dos internatos/seminários, Dr. Vasconcellos se posiciona, igualmente, contra a escola unidimensional, isto é, aquela preocupada fundamental e exclusivamente com a formação intelectual. Assim, combatendo uma forma escolar, combatia também um modelo pedagógico.

Ao percorrer a questão do conceito de educação partilhado pelos médicos por intermédio de uma série documental constituída por teses defendidas, na FMRJ, entre 1854 e 1888, foi possível acompanhar a manutenção do padrão discursivo e a existência de algumas tensões nesse período. Do que foi possível perceber, para efeito de conclusão da análise do esforço dos médicos em produzir consenso em torno do corpo doutrinário da higiene, destacaria uma insistência e uma repetição presentes, seja nas teses que apresentam um recorte mais específico pelo tema da educação física, seja nas demais. Seja nas que procuram tematizar de modo mais enfático os “collegios”, seja naquelas cujas preocupações giravam em torno da “formação da mocidade” carioca/fluminense. Insistência no poder da higiene. Repetição na compreensão da necessidade de se fazer uma intervenção higiênica que articulasse, cimentasse e desenvolvesse, simultaneamente, as três dimensões do homem, reconhecidas e referidas pelo discurso da “mãe extrema”: a moral, a física e a intelectual. Insistindo e circulando em torno desses princípios, os médicos procuraram instituir uma tripla representação dos colégios, que se manifesta em forma de combate. Combate à escola exclusivamente do físico, à escola exclusivamente do intelecto e à escola exclusivamente voltada para a formação moral. Recusa, pois, à manutenção da escola-ginásio, da escola-cárcere⁵⁷ e da escola-igreja.⁵⁸

também hierarquiza e ordena posições. No princípio e no fim, a higiene, na medida em que são os higienistas os formuladores e seriam, eles também, os fiscalizadores. Produtores e gerentes da ordem escolar, portanto.

⁵⁷ Valho-me dessa associação porque os médicos, ao criticarem a escola do imobilismo e dos longos tempos dedicados ao estudo, freqüentemente associavam essa modalidade de ensino àquela preocupada exclusivamente com o desenvolvimento intelectual dos alunos e, dessa forma, para eles, constituíam verdadeiras prisões para os jovens. Esse aspecto se encontra melhor detalhado nas próximas seções deste capítulo.

⁵⁸ Hippeau (1871) trabalha com associações semelhantes ao combater os internatos que, segundo ele, eram uma “triste mistura de claustro e quartel”.

Na nova ordem pedagógica imaginada pela higiene, não mais caberia cultivar uma dimensão do homem de modo exclusivo e excludente. Nesse sentido, os higienistas rechaçavam a crença de um programa de formação inspirado no absolutismo de qualquer uma das dimensões humanas, construindo, então, a crença na trindade pedagógica, fundida sob o calor dos saberes da higiene. Na ordem médico-higiênica, era tempo de integrar as dimensões humanas que, tradicionalmente, até o século XIX, na Corte imperial e no Brasil, vinham sendo concebidas e tratadas isoladamente. Era tempo de uma nova religiosidade, ancorada no saber-poder da ciência. Era tempo de instituir uma nova representação dos colégios, das políticas públicas voltadas para a educação e, também, de novas práticas escolares. Era, enfim, chegado o tempo da trindade pedagógica e da utopia de intervir na formação de um homem novo. Novo, porque bem constituído física, moral e intelectualmente. Novo, porque inscrito em uma percepção do homem e da sociedade que buscava se legitimar como nova, em um tempo no qual se dirigiam ações rumo à modernização da sociedade, do trabalho, da economia e da escola. Era tempo de urbanização e de aburguesamento. Portanto, também era tempo de higienização.

Higienização escolar que, recobrando os aspectos já apontados no capítulo 3 (*circumfusa, ingesta e applicata*, dentre outros), desdobra-se também na partilha de conceitos referentes à produção de um corpo educado, de faculdades intelectuais higienizadas e do patrocínio e estímulo àquilo que os próprios médicos designam de “ginástica da vontade”, isto é, a definição da própria moral do homem, sendo estes os três aspectos que são abordados em seguida.

4.2. O corpo educado

Se as próprias árvores não fossem agitadas pelos ventos, pouca seria nellas a circulação da seiva, pouco consequentemente o seu crescimento; e as nossas matas virgens não possuirião essas, que pela sua proceridade parece que servem de columna á abobada celeste!

Dr. Andrada Jr., 1855.

No Brasil, a presença de uma tradição médica na formulação de propostas corporais para a educação física escolar – nas quais se encontram vincados aspectos da medicina, higiene e educação – vem sendo assi-

nalada por vários pesquisadores em diferentes trabalhos, a partir de indagações e abordagens distintas. Enumero aqueles produzidos por professores/pesquisadores com formação inicial em educação física, como os estudos de Castellani Filho (1994), Ghiraldelli Jr. (1991), Mello (1996), Soares (1994 e 1998), Sousa & Vago (1997 e 1999) e Vago (1999 e 2002).⁵⁹ De modo geral, na área de história da educação também é possível encontrar trabalhos que apontam distintamente para relações existentes entre medicina, higiene e educação, entre os quais podem ser nomeados os de Carvalho (1997 e 1998a), Faria Filho (1996), Nunes (1996b), Rocha (1995, 1996, 1997, 1998 e 2003) e Stephanou (1996, 1997 e 1999). Além desses trabalhos, aqueles produzidos pelos historiadores da medicina e por outros pesquisadores que trabalham com a temática da higienização e medicalização da sociedade registram, ainda que de maneira inespecífica, que a medicina teria tomado a escola e o corpo dos escolares como dois de seus objetos.⁶⁰

Com esse breve mapeamento, estou sugerindo que a preocupação em torno dos vínculos entre o campo médico e a área educacional vem sendo apontada por diferentes estudos e perspectivas. Neste momento, procuro centrar a reflexão em torno das representações médicas acerca do corpo e da necessidade de exercitá-lo, contidas nas teses da FMRJ sustentadas ao longo do século XIX. Com isso, pretendo responder à pergunta: como os médicos representaram a “educação física” a ser desenvolvida no interior dos estabelecimentos escolares? Para tanto, caberia inicialmente recorrer às representações que, na história da educação física, têm sido apresentadas como resposta a essa indagação. Para Sousa & Vago (1997), é possível reconhecer a existência de cinco grandes representações ao longo da história da educação física, as quais, segundo eles, caracterizam e têm pautado os questionamentos da área.

A primeira representação seria a de uma educação física “domadora de corpos”, ancorada nas idéias e práticas de higienização e disciplinarização, objetivando tanto o estabelecimento de uma ordem na escola como a preparação física de mão-de-obra infantil para o mundo do trabalho. A segunda seria a de uma educação física “produtora de uma

⁵⁹ Recentemente, esse tema foi retomado em uma publicação do Centro de Estudos Educação e Sociedade, intitulada *Corpo e Educação* (Caderno CEDES, 1999).

⁶⁰ Esses trabalhos já foram aqui referidos, especialmente nos capítulos 2 e 3.

raça forte e enérgica”, a qual encontrava seus fundamentos em teorias raciais que propugnavam o melhoramento racial. A terceira é aquela em que a mesma seria tida como “celeiro de atletas” e, nesse caso, as práticas desenvolvidas em seu nome estariam subordinadas aos princípios do esporte de rendimento. A quarta representação associa educação física a uma espécie de “terapia escolar”, na medida em que as atividades corporais escoariam questões e demandas de ordem psicológica e, nesse sentido, seriam confundidas com o tratamento de possíveis distúrbios psi. A quinta a que Sousa & Vago se referem procura constituir a educação física como promotora de saúde biológica e individual, reduzindo o corpo humano à idéia de que o mesmo seria um feixe de músculos integrantes de uma máquina.

Observando essas cinco macrorrepresentações que acompanham (e acompanham) as concepções de educação do corpo, gostaria de assinalar duas percepções preliminares em torno das mesmas. A primeira: é possível perceber em todas elas a insinuação das marcas do saber médico, pois higienizar, disciplinar, regenerar, fortalecer, medicalizar, psicologizar, biologizar e individualizar são ações que atravessam e organizam tais representações e, por sua vez, integram o código da medicina. A segunda: essas representações não devem ser encaradas como constituidoras de ciclos rígidos da própria história da educação física, não sendo possível, portanto, estabelecer demarcações temporais e espaciais muito fixas entre uma e outra. Conforme o caso, talvez se pudesse indicar a ênfase na circulação e legitimação de uma ou de outra representação, em um determinado momento, lugar e/ou instituição específica.

Neste estudo, acompanhando essas duas hipóteses, pretendi promover o exame das representações que os médicos da FMRJ, nos anos oitocentos, instituem em torno do corpo, sobretudo do corpo dos escolares. Objetivo com isso checar, no discurso enunciado e legitimado pela comunidade médica, a presença das cinco representações de educação física assinaladas anteriormente.

Ao caminhar nessa direção, uma primeira ressalva se torna necessária, pois na medicina estudada na FMRJ nos anos oitocentos o corpo não é visto de forma isolada das dimensões intelectual e moral e, nesse sentido, não seria um objeto isolável e não poderia ser reduzido a ele mesmo. Sobre o corpo incidem preocupações e saberes que, articulados, buscam a melhor forma de nele intervir. Essa ressalva não implica afirmar a inexistência de um discurso especializado em torno do corpo. Ao contrá-

rio, a integração do corpo em uma totalidade humana mais complexa obrigou os médicos a desenvolverem um vocabulário que desse conta de um duplo aspecto: o específico do corpo e o que se encontrava situado em uma região de fronteira com outros saberes e preocupações, nomeadamente as vinculadas à moral e à inteligência humana.

Essa ressalva deve funcionar como uma advertência, no sentido de evitar um uso muito esquemático e aplicativo das cinco representações indicadas por Sousa & Vago. Trata-se, portanto, da possibilidade de flagrar cruzamentos entre as representações médicas em uma situação determinada e específica – como é a escrita da tese – com aquelas outras representações que caracterizam uma história da educação do corpo, de modo a confirmá-las, repará-las ou apontar para novas direções. É, pois, com esse intento, que nesta seção me voltei para o estudo das representações corporais fabricadas em nome e em favor da racionalidade médica no espaço da Corte oitocentista.

Na leitura das dezesseis teses médicas sobre educação apresentadas à FMRJ entre 1845 e 1891, torna-se necessário fazer três destaques preliminares no que se refere às representações médicas acerca do corpo: a) a necessidade de se intervir no corpo, isto é, de formar e de educar o corpo; b) a perspectiva de se desenvolver uma intervenção integrada, articulada e associada com as preocupações intelectuais e morais; e c) a extensão da intervenção no corpo. Em um segundo momento, após desenvolver essas observações, trato da educação física nos colégios.

O corpo como lugar de intervenção

De um lado, uma vida sedentária; de outro, uma vida “livre”. Essa polaridade se configura a chave que permitirá aos médicos desenvolver um combate às duas formas, como fica bem anunciado na tese do Dr. Dias, de 1844. Para ele, havia na sociedade duas ordens de pessoas diversamente constituídas pelo exercício de suas funções. Uma compreendia os que eram mais ou menos independentes na realização dos exercícios; a outra era formada por pessoas que obedeciam a um regime uniforme e a regras desigualmente severas, o que ocorria de forma “perpétua” nas congregações religiosas e, de modo temporário, nos recolhimentos e prisões. As condições de mobilidade da primeira ordem de pessoas e de disciplina da segunda caracterizavam dois gêneros de vida que ele designava com os

qualificativos de “livre” e “sedentária”. No entanto, nenhum desses gêneros deveria se adotado pelos homens, de acordo com as prescrições da higiene.

A vida sedentária, típica dos claustros, ao deixar os órgãos inativos, ameaçava o seu próprio sustento, e as forças decaíam com a “frieza de uma vida toda passiva”, favorecendo, ainda, a obesidade, que era anúncio de males bem graves e de predisposição para congestões mortíferas.⁶¹ A vida livre ou secular, por sua vez, caía no extremo oposto, pois, de acordo com o médico, o homem isento de todos os estorvos misturava as ocupações com os prazeres e, na maior parte das vezes, deixava aqueles por estes, precipitando-se assim na desordem e na dissolução. Contra esses dois gêneros de vida, Dr. Dias prescreve um gênero alternativo:

Com effeito a experiencia quer que a vida reflectida e mental levada a excesso torna-se uma causa de males; mas acaso é sem perigos e sem revezes o viver alegre e ruidoso sem moderação? A successão de festas e dos prazeres, coadjuvados pelos desastrosos excessos, derribão as mais robustas compleições e uma velhice prematura é sua consequencia. Segui pois um meio entre estes dois extremos; adoptar uma existencia nem muito estreta e exclusiva, nem muito franca e quasi geral, observar as regras de sobriedade, fugindo da abstinencia e da gula, misturar os trabalhos de intelligencia e os corporeos, equilibrando-os; dar-se apoz os affazeres aos divertimentos honestos e cheios de prazeres innocentes; enfim escolher o bom de ambos os generos de vida, aproveitar esses bens e sabiamente applica-los, eis os meios de formular um existir feliz, um existir que de certo modo será o mais conveniente, como esse que apeteçemos, com isso que todos desejamos, com a regularidade de nossas funcções, com a felicidade para que nos destinamos (1844).

A defesa das atividades físicas vem acompanhada de alguns princípios que deveriam orientá-la: integração, equilíbrio e moderação. Com base nessas prescrições, contra a vida livre ou a sedentária, se produziria um novo gênero de vida para as pessoas: a vida higiênica. Nesse novo gênero, o corpo deveria ser objeto da intervenção médica de modo a

⁶¹ Nos termos do Dr. Dias, “endemacia ou hipertrofia, verdadeira molestia”.

instituir uma rotina que não incorresse na falta nem nos excessos de atividades físicas.

Em 1846, Dr. João Pedro de Mello, médico mineiro de Paracatu, promove na introdução de sua tese uma defesa exemplar da necessidade de intervir na formação corporal dos indivíduos, isto é, de educação do corpo. Inicialmente, discute a própria raiz etimológica da palavra “educação”, que, segundo ele, é derivada dos verbos latinos *ducere* (conduzir) e *edocere* (ensinar). Aplicada ao homem, significava, em sua acepção mais genérica, a formação de hábitos intelectuais, morais e físicos, ficando sob a alçada dos médicos tratar deste último aspecto, porque o mesmo dependia e “joga muito especialmente com habilitações que entram no vasto domínio das sciencias que cultivão”. Com isso, justificava a escolha do ponto e o recorte que ia imprimir em seu desenvolvimento, de modo a indicar como conduzir, ensinar e formar hábitos “físicos” nos indivíduos.

Indicando a existência de uma tradição, Dr. Mello produz uma reflexão sobre o debate em torno da designação mais adequada para tratar da educação do corpo. Conforme observa, os autores que publicaram obras acerca desse tema divergiam todos em relação à denominação que mais adequadamente competia aplicar ao mesmo. Para Mr. Dessartz, deveria ser apelidada de “educação corporea”; para Mr. Raulin, deveria chamar-se “arte de conservação dos meninos”; Brouzet dava-lhe o nome de “educação medicinal”; já Rousseau (“o erudito e célebre autor d’*Emilio*”) a intitulava de “educação natural”; e Mr. Balexserd preferia a designação de “educação physica”. Embora sugira que essa é uma questão da qual poderia declinar, o Dr. Mello não se furta de “ponderar algumas razões” sobre a mesma. Nesse sentido, afirma que o termo educação “corporea”, ao parecer “antípoda” do termo “moral”, somente conviria se fosse lícito fazer uma abstração completa no momento em que prescreviam alguns “dictames” relativos a uma boa educação. Também recusava o “epitheto medicinal”, porque o mesmo envolvia uma idéia de patologia e terapêutica sem abranger todas as bases daquelas ciências. Acreditava igualmente que o emprego do termo “arte de conservação dos meninos” não abrangia a transcendência de uma educação física bem dirigida, posto que o alvo nobre e grandioso não era simplesmente voltado à conservação dos meninos, mas, conjuntamente, a fazê-los robustos, vigorosos e morigerados, tornando-os dignos de preencherem as altas funções que a sociedade e a pátria lhes atribuiriam para se tornarem “membros úteis e cidadãos prestantes”. Finalmente,

crítica, com um pouco mais de precaução, o emprego do termo “educação natural”, na medida em que o mesmo vinha escudado na autoridade e valiosa contribuição de J.-J. Rousseau.

Para ele, os que defendiam o uso desse termo escreviam para uma sociedade civilizada e não levavam em conta que a autoridade em que se estribavam havia concebido seu plano de educação de maneira muito especial e, querendo formar um homem a seu contento, entendia que só o conseguiria imitando passo a passo a natureza, como o próprio Rousseau exprimira. Nesse sentido, Dr. Mello afirmava a inadequação do termo “educação natural” pelo fato de sua aplicação ser, em uma sociedade organizada, sem dúvida inexeqüível em muitos pontos. Para ele, era claro que no século das luzes não era possível servir-se desse vocábulo na acepção que o mesmo supunha. Desse modo, aproxima-se da designação de Mr. Ballexserd, de Gênova, que em dissertação apresentada em 1761 à Academia de Harlem, designou as atividades corporais como “educação física”.

As ponderações de Dr. Mello cumprem, a meu ver, dois objetivos complementares. O primeiro é o de esclarecer a sua opção pela seleção e emprego de uma dada terminologia para se referir à intervenção sistemática no corpo. Outro é o de apontar que a necessidade de intervir deveria ser inquestionável, na medida em que enumerava os autores que tratavam desse tema, indicando que, se havia dúvidas na designação a ser adotada, o mesmo não se dava no que se referia à necessidade de intervenção e de inscrição do corpo sob os domínios da medicina.

Em seguida, afirmava bastar uma reflexão sobre a transcendência do objeto de que a educação física se ocupava e sobre a influência benigna ou perniciosa que tal atividade poderia exercer junto à população de um país, conforme fosse bem ou mal conduzida, para provar a magnitude e importância da educação física. Em verdade, afirmava, a conservação de uma infinidade de vítimas que os “prejuízos inveterados, e a ignorante rotina, que principalmente a este respeito ainda dominão a maxima parte dos habitantes do Brasil, immolão sobre a tetrica ara da necedade”, deveria irrecusavelmente importar um interesse vital e momentoso para um estado tão novo como o Brasil, que tanta necessidade tinha de filhos que, por seus “talentos, industria e força”, o fizessem chegar ao invejável apogeu de grandeza a que estava destinado. Dessa forma, não via por que continuar defendendo a escolha do seu tema e a relevância do mesmo, na medida em que, segundo ele, era um ponto fora de contestação. Assim,

dava-se por satisfeito com o apoio encontrado junto a um “eloquente trecho do grande Helvetius”, que sobre o tema expressara: “A educação não é outra coisa mais do que a arte de formar corpos mais robustos, espíritos rectos e almas virtuosas”.

Nessa mesma linha, Dr. Mello acrescenta que a educação era semelhante ao “raio de Prometeu”, já que esclarecia, vivificava, dirigia e guiava os homens, sendo os vícios da educação que ocasionavam o abastardamento e a depravação da espécie humana e, por conseguinte, da educação dependia a prosperidade ou o aniquilamento de um povo. Desse modo, o médico mineiro reafirmava a crença na perspectiva de uma educação integral e, ao mesmo tempo, redentora. Esse é, portanto, o quadro de referência com que Dr. Mello trabalha e no qual vai tematizar a educação física, de modo a indicar as medidas a serem adotadas para produzir os filhos de que o jovem país tanto necessitava.

Além de se apoiar nos autores que davam sustentação ao tema e à perspectiva com a qual iria abordá-lo, recorre à experiência da humanidade, confirmando os aspectos inicialmente apontados.

Além disto, se compulsamos as tradições, registradas nos arquivos da historia, vemos, que todos os povos, desde a mais remota antiguidade, logo que se constituíam em uma sociedade, mais, ou menos civilizada, curavam immediatamente, com escrupulosa solicitude, de arraigar por todos os meios possíveis no espirito de seus concidadãos os preceitos, e dictames, que julgavam mais apropriados, a fim de que a pureza dos costumes, e vigor do corpo, e a cultura do espirito os tornassem membros dignos de sustentarem a honra, e a dignidade de sua nação; e neste sentido os seus legisladores promulgavam leis, que ao passo que infligiam penas severas, e até tyrannicas, aos que se entregavam aos vícios, e à pratica de qualquer acção, que podesse nullificar o seu desideratum, decerniam premios, e honras aos sabios, e aos virtuosos (1846).

Ao recorrer aos arquivos da história, encontra elementos que confirmam a posição à qual se filiou, unificando a história de todos os povos e de todos os tempos em favor de uma intervenção que ao mesmo tempo purificasse os costumes, tornasse os corpos vigorosos e cultuasse o espírito. Nas tradições compulsadas dos egípcios, dos gregos, dos romanos, dos persas e também dos povos mais modernos da Europa (sobretudo, a partir da

Idade Média), Dr. Mello destaca o reconhecimento dado à “transcendencia da educação physica” e o papel grandioso que a mesma representava quando os destinos de um povo estavam em jogo. Nesse sentido, jogava luz sobre as reformas educacionais que estavam sendo promovidas nas “potências europeias”, cujo objetivo era o combate ao “decréscimo e amesquinamento” da população. Reformas essas que contavam com ações dos governos e dos particulares e a partir das quais estavam sendo erguidos estabelecimentos educacionais “convenientes”, como, por exemplo, ginásios, liceus e jardins. No Brasil, entretanto, o diagnóstico traçado não era nada otimista.

Para Dr. Mello, no Brasil, onde a natureza era auxiliada pela fecundidade do sol e pela amenidade do clima – que, de modo geral, era em demasia saudável e derramava “á mãos largas as torrentes de sua graça” –, no que se referia à educação física dos meninos reinava uma quase completa indiferença, embora reconhecesse o esforço “de uma distinta corporação medica” que, por vezes, já tinha procurado despertar os “patricios” da letargia fatal em que jaziam. Afirma que por diversas vezes a AIM, “abrasada pelo acrisolado zelo” com que sempre se ostentava no desempenho de sua honrosa tarefa, vinha aventando graves questões que interessavam à sorte de todos os brasileiros, sendo que muitos de seus “illustres membros” já haviam proferido discursos e apresentado projetos que encerravam idéias que poderiam servir de base para um método mais racional de educação. No entanto, tais iniciativas e esforços não tinham sido suficientes para alterar a indiferença reinante, conforme reconhece:

Entretanto, apesar de tão louváveis esforços, nós observamos, que um grande numero de meninos, que, se recebessem uma educação prudentemente regulada, poderião ser talvez o orgulho de sua patria, é sacrificado pelo cego espirito rotineiro, que geralmente se segue, pelos perniciosos prejuizos, que se poem em pratica, e pela imbecil, fatua, e vergonhosa imitação d’usos importados para o Brasil, que as mais das vezes não se podem casar com as suas condições topograficas, e climatericas, e menos com a indole, habitos, e costumes de seus habitantes (1846).

O diagnóstico do Dr. Mello não se encerra no reconhecimento da existência de uma educação mal regulada, em virtude da tentativa de se-

guir os padrões importados. Após reconhecer esse aspecto, acrescenta outros elementos:

Ora, quando consideramos, que no Brasil a maioria dos pais de familias, carecendo talvez de todos os preceitos mais essenciaes á obtenção do mais almejado voto de seos corações, que é certamente á saude, e o aperfeiçoamento de todos os órgãos de seos filhos, involuntariamente cooperão a cada momento para a sua ruina: quando consideramos, que na côrte do Rio de Janeiro incontestavelmente o foco da civilização do Imperio, não existe um só estabelecimento publico, ou privado, em que se proporcione a mocidade um educação physica, dirigida segundo as bases, que hoje são reconhecidas na sciencia, como eminentemente uteis ao perfeito desenvolvimento dos órgãos, ao bom desempenho de suas funções, e consequentemente a saude, sentimos immediatamente, que a humanidade, que o interesse, e mesmo a honra deste paiz, que novo, e d'uma extensão immensa precisa mais, que nenhum, de filhos, que o engrandecção, e o tornem respeitado, nos indicão, que já é tempo de acompanharmos as outras nações mais cultas, que não cessam de proclamar o subido alcance d'um objecto, que evidentemente affecta suas mais caras, e palpitantes esperanças (1846).

Centrando um pouco mais seu olhar no Rio de Janeiro, foco da civilização do Império, o diagnóstico do desinteresse e descaso para com a educação física não é menos sombrio:

Ninguém pode negar a amarga, e dolorosa verdade, cujas provas á cada instante encontramos, de que vicios, e vicios condemnaveis, existem ainda profundamente arraigados no espirito dos Brasileiros no que concerne a educação physica, e aos quaes, de comcumitancia com outras causas, sem temeridade se póde attribuir a grande mortalidade das crianças recém-nascidas, que se effectua de certo tempo para cá no Rio de Janeiro, e o triste espetaculo, que por toda a parte nos offerece uma espantosa quantidade de infelizes, que, verdadeiros espectros ambulantes, arrastão uma existencia pesada, e contristão o coração d'aquelles, que sinceramente aspirão a prosperidade de seo paiz (1846).

Dos registros do Dr. Mello emerge uma representação acerca da educação como mal regulada e insuficiente. No que se refere à educação

física, tal representação ganha contornos de descaso e inexistência. Com esse quadro, o médico faz ver a necessidade de intervenção na educação de modo geral e na educação física de modo mais específico. Na reforma da educação física por ele reivindicada, evidencia-se uma recusa à adoção de padrões importados e uma defesa da submissão ao discurso da razão. Com essa estratégia, procura fortalecer os representantes da ciência médica nos trópicos, que seriam os homens autorizados à emissão de pareceres e também os formuladores da reforma que deveria orientar cientificamente as intervenções a serem realizadas nos corpos dos indivíduos. Essa seria a condição necessária para fazer emergir uma nação forte, que desse modo tornava-se possível porque estaria dotada de corpos robustecidos.

A defesa da necessidade de intervir nos corpos se encontra presente em outras teses. No discurso do Dr. Mafra (1855), os “arquivos da história” foram, outra vez, consultados para sustentar a referida necessidade: “Ninguém ha que tenha alguns conhecimentos históricos, que não saiba quanto o exercicio influio sobre a saude e robustez dos povos antigos, que a consideraram uma necessidade indeclinavel, e imaginaram os meios de fazel-a prestar-se em proveito de seu organismo”. Compulsar as tradições, como se vê, é uma tópica no discurso dos médicos e, nesse caso, também funciona como argumento de autoridade ao fazer um uso da história como “mestra da vida”, da qual poderiam ser extraídas lições. Com essa operação, o discurso presente retoma o passado como fonte de lições, unificando-o, anacronizando-o e moralizando-o, extraíndo do mesmo os ensinamentos com a marca da validade universal. É, pois, com essa perspectiva que a história dos povos antigos é revisitada, e nela sublinha-se apenas a existência dos corpos robustecidos, razão a que se atribuía o sucesso das grandes civilizações.

Na décima segunda proposição de sua tese, Dr. Souza (1857) reforça o diagnóstico traçado pelo Dr. Mello onze anos antes. Segundo ele, a educação das “forças phisicas resta inda a fazer ou antes procurão mesmo desfazer entre nós; e dos collegios sahe a mocidade enfraquecida, sem destreza, doente mesmo e ainda no verdor dos annos, velha já para a acção”. Isto é, o robustecimento dos corpos tão proclamado pelos médicos ainda era uma ficção, lembrando também que havia aqueles que procuravam desfazer desse aspecto, que ocupava um lugar privilegiado na razão médica.

Em 1857, ao visitar os arquivos da história, Dr. Coutinho buscou não apenas recolher os ensinamentos do passado quanto à necessidade

dos exercícios físicos, como também a própria perspectiva com que eles deveriam ser trabalhados e, por intermédio dessa busca, legitimar as posições por ele defendidas. Nesse sentido, principia seu discurso com uma comparação entre a sociedade “antiga” e a “moderna”:

A sociedade antiga se não excedeu na educação physica, ao menos igualou-a á educação intellectual: a sociedade moderna mais civilisada faz da educação corporea um auxiliar da educação da intelligencia, e a esta liga a mais legitima preponderancia; a evolução do corpo é mantida em seus justos limites, e a intelligencia lança-se sem horisonte nos campos do infinito; entretanto não é ao abandono que se deve deixar o desenvolvimento e crescimento dos meninos, – os exercicios corporeos são uteis e indispensaveis á intelligencia; – uma constituição debil se vigora pelo exercicio moderado e conveniente, os musculos se desenvolvem, as funcções se regularisão (1857).

No que diz respeito ao modo como se entende a relação entre o físico e o intelectual, esse discurso insiste na representação de uma educação integral, vincando os aspectos físico e intelectual, instituindo que ambos eram igualmente responsáveis pela boa constituição dos “meninos”. Mas como os exercícios físicos, auxiliares da inteligência, deveriam ser desenvolvidos? Dr. Coutinho coloca essa interrogação em seu horizonte e, ao respondê-la, persiste no imperativo da moderação e do equilíbrio, alicerce da trindade pedagógica. Assim, o exercício físico para ser “salutar” não deveria ser contínuo nem exagerado. Do contrário, a circulação se aceleraria, a temperatura aumentaria e o aluno ficaria extenuado por uma considerável perda de força nervosa. Acentua ainda que o exercício imoderado produzia funestos males ao organismo, o mesmo acontecendo com o exercício insuficiente. Nesse caso, as fibras musculares se atrofiavam e os músculos e tendões perdiam sua elasticidade, sobretudo se a nutrição não estivesse associada com o exercício praticado.

Ao apresentar os princípios que deveriam reger as práticas corporais dos escolares, Dr. Coutinho marca sua crença contra a imoderação e contra a insuficiência dos exercícios físicos, alertando para os males provocados por um e outro procedimentos. Recoloca, portanto, o princípio do equilíbrio como regulador da educação física. É possível associar essa argumentação aos “gêneros de pessoas” apontados pelo Dr. Mello em 1846.

Combate ao “sedentário” e ao “livre” e uma cerrada propaganda em favor do “higiênico”, gênero que preveniria um conjunto de males já assinalados.

Além de uma perspectiva preventiva, presente nos argumentos favoráveis à inclusão da educação física nos colégios, aponta para uma outra, dessa vez curativa, pois, em sua ótica, “a razoável combinação do regime e da gymnastica póde mudar as fórmãs da constituição individual”. Tal perspectiva se encontra amparada no recurso ao exemplo de Demóstenes, que, “fraco e doente na infancia, exerceu continuamente seu corpo e sua voz, que educou de maneira a poder brilhantemente resistir às lutas dos partidos, e a domina-los pelo poderio de suas eloquentissimas palavras”. Após prescrever os tipos de exercícios a serem adotados nos colégios e de assinalar que os mesmos não apenas previnem mas também possuem efeito corretivo, Dr. Coutinho acrescentava um novo argumento em favor da intervenção racionalizada sobre os corpos.

Em 1863, a defesa dos exercícios físicos permanece ativada no interior da FMRJ. Nesse ano, a tese do suíço Dr. Naegeli, *A utilidade dos exercicios gymnasticos nos paizes tropicaes*, apresentada à FMRJ para obter revalidação do diploma de médico, procura fazer uma defesa enfática da necessidade e dos benefícios decorrentes da realização sistemática dos exercícios ginásticos. O autor inicia seu trabalho informando que “depois de pelejar quasi meio seculo contra as preocupações e indiferença, ganhou a gymnastica a posição merecida tanto em relação á pedagogia, como á hygiene”. Entretanto, o progresso da ginástica ainda encontrava obstáculos e objeções e o médico remete àquela que seria o objeto de seu estudo:

Todos os homens inteligentes, facilmente se convencem da utilidade dos exercicios do corpo em geral, mas a maior parte acham-nos praticaveis sómente nos paizes frios e temperados e poem em duvida não só as suas vantagens para os habitantes das regiões tropicaes, como mesmo pretendem provar a sua nocividade absoluta nessas regiões.

Esta objeção feita muitas vezes á mim no Brasiu, por Européos, que na terra natal foram excellentes gymnasticos, decidio-me á sujeitar esta questão importante a um exame mais circunstanciado sob o ponto de vista physiologico (1863).

E foi isso o que efetivamente procurou fazer, trabalhando inicialmente com as influências da ginástica no organismo, e depois com as influências prejudiciais do clima tropical sobre o organismo, concluindo que

depois de examinarmos assim o nosso problema, declaramos os exercicios gymnasticos nos paizes dos tropicos, não sómente não são prejudiciaes, mas ao contrario bem uteis. Com tratamento razoavel, elles são o melhor modo de corrigir aquellas influencias debilitantes do clima dos tropicos, e principalmente para aquella parte da população, cuja occupação intellectual reduz muito os movimentos do corpo, elles tornam-se uma necessidade. Para esta parte da população, e principalmente para a juventude, os exercicios gymansticos são um beneficio que se manifesta não só em saúde e força, como tambem em energia e vigor no espirito.

Nenhum clima dá o privilegio da indolencia á seus habitantes, embora um clima temperado favoreça mais a actividade e o desenvolvimento das qualidades varonis (1863).

Posicionando-se contrariamente ao determinismo climático, Dr. Naegeli defendia a generalização das práticas corporais, que, segundo ele, traziam benefícios sobretudo junto à juventude, por produzirem saúde e desenvolvimento das forças físicas, tanto quanto energia e vigor espiritual. Enfim, as práticas corporais constituem uma estratégia para desenvolvimento simultâneo do corpo e do espírito, núcleo das representações educacionais dos higienistas.

A dimensão racional dos exercícios físicos é retomada pelo Dr. Machado em 1875. Se era necessário intervir no corpo, também era necessário prescrever a modalidade dessa intervenção, não podendo ser desordenada, sem amparo na razão médica. Essa intervenção racional se daria por intermédio da ginástica. Com relação à conceituação de ginástica,⁶² Dr. Machado trabalhou com a definição formulada por Bailly, para quem a ginástica era “a arte de regular os movimentos do corpo de um modo conveniente ao desinvolvimento das forças, da agilidade, da destreza, á conservação e restabelecimento da saúde e ao desinvolvimento das faculdades phisicas e intellectuais”. Entretanto, faz questão de inserir uma advertência acerca da definição de Bailly, pontuando que a mesma abrangia exclusivamente a ginástica racional, higiênica ou terapêutica, baseada

⁶² Ele não apresenta, ao longo de sua tese, “os diversos processos gymnásticos adotados”, pois, segundo ele, sua descrição técnica seria longa e fastidiosa, remetendo o leitor à consulta das obras de Motard, Amorós e Cliais.

em dados fisiológicos, e não a ginástica de “saltimbanco, perigosa e immoral”, que consistia em saltos mortais, equilíbrios contra a natureza, capazes de deteriorar em pouco tempo a mais robusta constituição e de interromper o desenvolvimento das crianças mais bem dispostas, tantas vezes vítimas da “sordida cubiça que as sacrifica impiedosamente arruinando-lhes a saúde, assassinando-lhes lentamente para se servirem dellas como seguro meio de explorar a barbara, porém, eterna puerilidade humana”.⁶³ Ao se posicionar contra a ginástica das ruas e a favor da ginástica racional, Dr. Machado acentua a concepção com a qual trabalha:

A gymnastica hygienica se compõe de uma série de movimentos, combinados entre si de modo a fazer entrar em acção successivamente os mais importantes grupos musculares do tronco e dos membros; destes movimentos originam-se equilíbrios e posições diversas cuja execução demanda força, agilidade e destreza.

Assim compreendida, a gymnastica, é o mais poderoso meio de que póde lançar mão o hygienista para conseguir todas as vantagens do exercicio: sob sua influencia os musculos se desenvolvem rapidamente, as forças duplicam, os movimentos tornam-se faceis, rapidos e elegantes, e em breve toda a economia participa de tão salutar influencia, pois que rapidamente se manifestam os beneficos resultados do exercicio muscular (1875).

A defesa do movimento e do exercício fica, pois, ancorada em uma ordem, em uma série, em ações sucessivas que desenvolveriam os músculos, duplicariam as forças e educariam os movimentos corporais segundo o modelo de “gymnastica” estabelecido pelos higienistas, que inscreviam o corpo e as atividades corporais em sua órbita de ação.

O emprego do termo ginástica é mantido em outras duas teses: a do Dr. Vasconcellos, de 1888, e a do Dr. Brito, de 1891, continuidade que sugere a legitimidade de uma intervenção racional sobre o corpo, no interior da ordem médica, contra as atividades e corpos livres, especialmente em se tratando do espaço escolar. O médico-professor Dr. Vasconcellos,

⁶³ Outros estudos já assinalaram a disputa existente entre a ginástica científica (racional, higiênica ou terapêutica) e a ginástica das ruas e dos circos. Ver especialmente Duarte (1995) e Soares (1998).

para consolidar seus argumentos em prol da ginástica, vale-se de exemplos das nações ditas civilizadas e do apoio de autores credenciados, afirmando que “todas as nações” compreendiam a vantagem da inclusão dos exercícios ginásticos na rotina escolar, discriminando e definindo essa matéria nos regulamentos escolares. Ao mesmo tempo, elegia alguns interlocutores com quem dialogava acerca dessa questão, como Giaxa,⁶⁴ Rousseau,⁶⁵ Delacoux,⁶⁶ Londe,⁶⁷ Foissac,⁶⁸ Berard,⁶⁹ Locke,⁷⁰ Beuret⁷¹ e Mothard.⁷² Itália, Inglaterra e, sobretudo, França são os países de origem desses interlocutores e provavelmente já adotavam a ginástica em seus currículos – que funcionam como referência para a tese.

Dr. Vasconcellos recorre a Giaxa para reforçar a idéia de que a ginástica deveria ser considerada um ramo necessário da instrução pública. Rousseau comparece nesse discurso para legitimar a posição de que o corpo deveria ser exercitado continuamente, de modo a torná-lo robusto e são, base para a sabedoria e o vigor. A entrada em Delacoux e Londe tem por função alertar para a moderação dos exercícios ginásticos e contra o excesso dos mesmos; já a de Foissac cumpre a função de fortalecer o argumento de que a ginástica racional⁷³ fortificava o sistema nervoso e aperfeiçoava todos os sentidos, tornando mais fácil e mais profícuo o trabalho intelectual. Sobre esse ponto, cabe acompanhar a síntese desenvolvida por Dr. Vasconcellos:

Mas, na aplicação desse poderoso modificador hygienico deve-se ter muito em vista regular os exercicios; quanto mais simples elles forem

⁶⁴ *Igiene della Scuola*, de 1880.

⁶⁵ *Émile*, tomo II.

⁶⁶ *Éducation des enfants*, de 1829.

⁶⁷ *Traité d'hygiène publique et privée*, 1838. Assim o Dr. Vasconcellos se refere a esse autor: “Londe vai mais longe ainda, porquanto não duvidando da influencia favoravel que os exercicios activos exercem sobre a nutrição dos musculos postos em movimento, dos ossos, dos vasos, nervos e medulla, acredita entretanto que elles amortecem a actividade do pensamento e esgotam o influxo nervoso cerebral; quando os exercicios são demasiadamente prolongados, produzindo a fadiga e copioso suor”.

⁶⁸ *De la gymnastique des anciens comparée avec des modernes sous le rapport de l'Hygiène*. Tese de concurso realizado em 1838.

⁶⁹ *Annaes de hygiène publica e medicina legal*, tomo I, 2ª série, de 1854.

⁷⁰ *Éducation des enfants*. Trad. de Coste, Édition Thurot, de 1821.

⁷¹ *Essai sur l'influence des mouvements et de l'exercice*, de 1827.

⁷² *Hygiène générale*, tomo II.

⁷³ O uso desse termo implica a produção de uma desqualificação da ginástica das ruas, classificada como irracional, já que não obedecia aos imperativos da higiene nem era orientada pelos sujeitos autorizados pela mesma.

tanto mais aproveitarão. Não ha duvida que a gymnastica é a vida da criança e que sem ella esta se estiolará, tornar-se-á fanada e abastardada; mas tambem não é menos verdade que o exercicio physico exagerado e complicado só fará desenvolver os órgãos da vida de relação ou locomoção, com prejuizo das faculdades intellectuaes, e exporá as crianças a constantes perigos, principalmente aos da produção de hernias (1888).

A partilha de conceitos e posições no interior da comunidade médica tem uma boa exemplificação nesse discurso, que insiste na adoção do princípio da moderação como aquele que deveria reger as atividades nos colégios, dentre elas as físicas, e também no caráter preventivo da ginástica racional e nas relações que o físico guardava com outras dimensões do homem – no caso, as intelectuais.

No último trabalho abordado nesta seção, Dr. Brito indica que a necessidade de intervir no corpo ainda era uma preocupação da comunidade médica em 1891. Na tese intitulada *Educação physica*, procurou tematizar com exclusividade o problema da educação física, embora fizesse questão de assinalar que esse tratamento não segregava o corpo dos outros dois aspectos – o moral e o intelectual. A tese se encontra estruturada em dois capítulos: “Educação physica” e “Physiologia dos exercicios physicos”. O primeiro capítulo é subdividido em seis partes (1. O homem – definição; 2. As forças; 3. Educação physica – histórico; 4. Inteligência; 5. Caráter; e 6. Costumes), estrutura que permite perceber o modo como Dr. Brito organizou seu pensamento e seus argumentos, pois começa com conceitos mais gerais acerca do homem e de suas forças, desdobrado em um amplo histórico da educação física. A continuidade do discurso, ainda no primeiro capítulo, procura explorar as relações entre os aspectos físicos, intelectuais, morais e sociais. Já no segundo capítulo, dedica-se a uma reflexão mais especializada acerca dos aspectos fisiológicos inerentes ao movimento corporal.

Ao se dirigir ao leitor de seu trabalho, informa que o intuito que o levou a escrever sobre a educação física

não foi sómente o de desobrigar-me de um trabalho imposto pelas instituições da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Tive um ponto de vista mais elevado; quiz concorrer com um pequeno trabalho para a questão da actualidade na educação [...] a educação physica no Brasil (1891).

Assim, tratou dessa questão pelo lado teórico, pensando dar uma forma doutrinária à mesma, de acordo com os educadores modernos e os higienistas de “todos os tempos”.

Ao definir o conceito de homem, estabelecia aquilo que considerava educação: “Educar é desenvolver e disciplinar as forças, systematisando-as”, vinculando o conceito de educação à própria idéia de educação das forças físicas, que, segundo ele, encontravam-se subordinadas à vontade e eram responsáveis pelas forças vitais, concluindo com a afirmação: “E nós veremos que a energia nos phenomenos vitaes, o desenvolvimento das forças activas e o preparo para a vida civica e social se faz pela educação physica”. A educação física é alçada, portanto, à condição de base sobre a qual se erigiria a vida cívica e social.

Para escrever o amplo histórico contido em sua tese, Dr. Brito recorre aos “arquivos da história”, assinalando que desde Esculápio, que ensinava aos Thessalianos a caçar, montar a cavalo e fazer exercícios militares como meio de conservar a saúde, até os protótipos higiênicos em voga no século XIX, todos concorreram para o conhecimento das vantagens dos movimentos do corpo para completar a organização do homem. Explicita que extraíra dos discípulos de Comte o ponto de vista por ele seguido e a sua “sistematização sintética e generalisadora”. Do mesmo modo, também fora inspirado pelos trabalhos analíticos do “grande observador” Spencer, e por “muitos outros illustres escriptores” que defendiam a elevada causa da mocidade e que lhe haviam servido de “guia”.

Mesmo tendo considerado os “guias” para formular seu discurso, admite que seu trabalho não é completo e, para que o fosse, seria preciso: a) abordar a questão pelo ponto de vista doutrinário, tratando-a pelo lado teórico (foi o que pretendeu fazer); b) combater os supostos irrefutáveis argumentos das dificuldades cósmicas e sociais da educação física no Brasil; c) criticar e combater preconceitos com os olhos da ciência, mostrando os erros que por “disídia ou menosprezo” se praticavam nos colégios e escolas, uma vez que em todas as casas de educação, assim como nos asilos da infância, nos hospitais, nos ateliês dos jovens artistas, nas grandes fábricas onde crianças trabalhavam como empregados⁷⁴ se constatava a ausên-

⁷⁴ Sobre o trabalho infantil nas fábricas, demonstra ser essa uma preocupação da ordem médica ao lembrar que o Dr. Rocha Faria, quando diretor da Inspectoria Geral de Hygiene, tentara organizar uma estatística sobre a infância que trabalhava nas fábricas, mas “infelizmente” essa não foi confeccionada devido à sua prematura retirada desse cargo.

cia dos exercícios físicos, em detrimento da natureza orgânica; d) adaptar os exercícios às diferentes zonas do Brasil, observando sua aplicação prática nos colégios, sua apropriação nos arrabaldes, beira-mar, parques e em todos os lugares convenientes. Ainda mais: fazer, muitas vezes, de certos jogos próprios, os substitutos genuínos de alguns divertimentos entre a mocidade dos dois sexos; e) apontar cada um dos exercícios, descrevendo o modo de executá-los, as ocasiões apropriadas para deles se aproveitarem, fazendo ver ao mesmo tempo a sua ação mais saliente na esfera do útil e do agradável; e f) mostrar a influência dos exercícios no desenvolvimento de certas faculdades, começando pelos mais naturais e moderados, na infância, que desenvolviam aptidões e estabeleciam disposições diferentes; os jogos ao ar livre, que motivavam as expansões francas de alegria; a dança, que, auxiliada pela música, animava e predispunha as qualidades sociais; a flexibilidade do corpo e os movimentos graciosos adquiridos pela ginástica sem aparelhos, cujas graça e garbo seriam comunicadas ao corpo pelos movimentos educados; os jogos atléticos, que acrescentavam e formavam os atributos do caráter, as manobras militares e os exercícios de combate, que levantavam a chama do ardor patriótico. Finalmente, os conhecidos movimentos moderados, tidos como higiênicos e que conservavam a saúde e a ginástica terapêutica, ou “kinésoterapia”, como meio de curar moléstias.

Dr. Brito considera ainda que o emprego de cada exercício, embora pudesse visar a um fim determinado, apresentava vantagens múltiplas não só para o corpo dos jovens – que ao ser exercitado promoveria uma superioridade das funções orgânicas –, mas também para “um melhoramento das faculdades práticas do espírito e um levantamento do poder da energia e do êxito da vontade”. Ao concluir seu “protocolo de leitura”, lembra que foi isso que tentou realizar com sua tese, conclamando o país a incorporar os princípios emanados da higiene como reguladores da educação física nas escolas:

Foi n’este terreno theorico que nos achamos, esforçamo-nos por mostrar o resultado sobre a saúde e o character, tivemos em vista patentear essa dupla influencia, porque ellas são as duas condições que pódem garantir um valor pessoal ao homem na sociedade.

Por toda parte é reconhecida a sua importancia como base da educação moderna e tem merecido no governo dos povos civilizados um desvello crescente em sua applicação, para cultivar o corpo e o espirito da moci-

dade; sua importancia tem se collocado ao lado das questões capitaes. E pela faces por que se nos apresenta, é uma questão vital melhorar as condições organicas do individuo e da saúde; é social modificar os costumes, é civica communicar virilidade e energia ao character; e ainda para a intelligencia é o desenvolvimento e do senso pratico (1891).

No que se refere ao Brasil, mantém-se na defesa da necessidade de o país se alinhar às nações civilizadas:

O Brazil fundado na ordem, pretende acompanhar o movimento geral do progresso que as outras nações tem feito. E neste ramo da civilização não deve protelar por mais tempo o inicio de uma propaganda que um futuro não remoto se incumbiria de tornar effectiva na pratica.

É tempo de começar a derramar as idéas puras e uteis da hygiene e fazer que os conhecimentos da – educação physica – sejam divulgados nas classes principaes do paiz; é preciso que batalhadores habilitados e provecos educadores se levantem para combater prejuizos, advogar principios e estabelecer preceitos; é preciso enfim que ella fique na ordem das questões da actualidade.

Para reconhecer o quanto a – educação physica – é grandemente ignorada e desprezada n'este paiz, basta conhece-la e olhar para os factos, para a estatística mortuaria da infancia; e ainda não sómente é confirmada pelos clinicos como pelos relatorios dos illustrados medicos que têm estado a testa da Inspectoria Geral de Higiene (1891).

Nesse sentido, para assegurar que o Brasil acompanhasse o movimento geral do progresso, a educação deveria ser regida pela higiene, ou ao menos incorporar sua ordem, o que ocorreria com a divulgação dos princípios higiênicos junto às principais classes do país e, ao mesmo tempo, a determinação dos agentes responsáveis pela implementação dessas práticas na sociedade e nas escolas, de modo que a mesma fosse colocada na ordem do dia, sendo essa uma estratégia de combate ao estado em que se encontrava a infância, sobretudo pelos altos índices de mortalidade verificados na estatística oficial.⁷⁵

⁷⁵ Isso talvez explique a incidência de um número expressivo de teses apresentadas à FMRJ cujo tema é o infanticídio.

O amplo panorama que compõe o histórico da educação física escrito pelo Dr. Brito cumpre, de modo específico, um duplo objetivo. Ao mesmo tempo combate a educação da exclusividade, opondo-se àquelas que trabalham exclusivamente o corpo e o intelecto, emergindo daí o princípio da moderação que deveria reger as práticas de formação dos indivíduos. Tal princípio reclamava uma articulação com o preceito da integração, isto é, as práticas de educação deveriam ser implementadas de modo a assegurar o desenvolvimento do homem integral, lidando simultaneamente com as dimensões física, intelectual e moral. Esse imperativo teria origem na doutrina da higiene, como já foi assinalado outras vezes ao longo deste trabalho e, a meu ver, estrutura o histórico da educação física escrito pelo Dr. Brito.

Nesse sentido, a narrativa que desenvolve, os exemplos que utiliza e as prescrições que estabelece sugerem que tal histórico comparece no discurso do médico como uma estratégia para indicar a longa duração das preocupações humanas com a sua conservação e aperfeiçoamento, cuja continuidade, à época, seria assegurada pela adoção dos postulados e preceitos da higiene racional, que exigia, no caso da educação física, em um primeiro nível, o emprego do princípio da moderação. Demandava, todavia, uma conjugação, em um segundo nível, com as dimensões intelectuais e morais, posto que o humano e a boa humanidade apenas seriam atingidos com o respeito e a obediência a essa tripla aliança propugnada pela higiene.

A defesa da necessidade de intervir no corpo se encontra revestida, portanto, de duas representações complementares. Educar o físico por intermédio de uma ação racional, planejada e controlada almejava prevenir o aparecimento de defeitos, sendo nesse caso uma educação física preventiva e instauradora de corpos modelares. Uma segunda representação da educação física se articula com a representação da população como doente, viciada, ignorante e fraca. Ao reconhecer e produzir a população nesses termos, os médicos buscavam abrir espaço para uma aceitação irrestrita do discurso da razão que portavam e defendiam, recobrando a educação física com a marca da cura, definindo-a como corretiva e curativa. Prevenir, corrigir e curar compuseram a base dos argumentos que buscavam criar e impor uma disciplina para a intervenção no corpo e, ao mesmo tempo, reforçar que tal disciplina deveria ser aquela rubricada pela ordem médica.

Saberes associados

A intervenção no corpo e a necessidade de promovê-la representa um consenso nas teses examinadas, havendo uma pequena variação referente ao modo como essa deveria ocorrer em relação às demais dimensões: as intelectuais e morais. Para uns, o início de toda formação humana dava-se na/pela educação do corpo. Para outros, a hierarquia não se encontrava posta nesses termos, tratando-se ademais de uma intervenção global na formação do homem e, dessa forma, deveria ocorrer de forma consorciada. Entretanto, mesmo os que defendiam uma hierarquização nas intervenções também estavam convencidos de que, em determinado momento, tais dimensões se encontravam associadas. Trata-se, portanto, de uma partilha baseada na crença de que a boa formação seria aquela que não descuidasse de nenhuma das dimensões humanas, conforme vislumbradas pelos médicos nos anos oitocentos, no interior da FMRJ.

Como esse aspecto já vem sendo apontado, registro apenas a presença dessa preocupação na primeira e na última teses que abordam o tema da educação. Em 1845, o Dr. Ubatuba, após afirmar em sua introdução que trataria o ponto da educação física separadamente dos aspectos intelectuais e morais, dedica o capítulo III de seu trabalho ao estudo das relações entre o físico e o moral, capítulo iniciado com epígrafe de Cabanis, afirmando que a grande influência daquilo “que tem o nome de Moral, sobre o que tem o nome de physico, é um facto geral, e irrecusavel”. Nesse mesmo capítulo, desenvolve uma reflexão sobre a “educação intelectual”, opondo-se ao entusiasmo com que vinha sendo tratada. Para ele, todas as vantagens da educação física vinham sendo esquecidas em meio ao entusiasmo que percebia em torno da educação intelectual, prevendo, contudo, que todas as esperanças prometidas por esta última certamente naufragariam na abstração que os “seus encantos têm forçado, pois que é tão grande a sua avidez, que não se quer sinão ella saber como vem, e como se obtem”. Contra essa onda de otimismo em favor da chamada educação intelectual, embora reconheça que esse não era o objetivo de seu trabalho, Dr. Ubatuba não deixa de apontar o erro dos pais em mandar os meninos para a escola antes que tivessem “recebido o necessario desenvolvimento, ou mesmo forçal-os ao estudo”.⁷⁶ Em plena herança do século das luzes,

⁷⁶ Sobre esse aspecto, apóia-se no Dr. Magalhães, o “nosso sabio poeta” que “nos seos apreciados versos” se referia a essa questão: “Um espirito forte em corpo debil/ Em vez de ser

em pleno templo da ciência, o médico denunciava a compreensão de desenvolvimento humano recortada exclusivamente por uma de suas dimensões, mesmo que fosse a intelectual.

Ao tentar definir o homem no capítulo I de sua tese, Dr. Brito recorre à filogênese da espécie humana e aos “arquivos da história” para reconhecer duas grandes fases no que se refere ao modo como o homem lidou com o seu corpo. Primeiramente ocorreu um predomínio do desenvolvimento corporal em detrimento do aspecto intelectual, do caráter, dos costumes e da própria saúde. Tal fase compreendia sobretudo os povos antigos e teria sido responsável por sua grandeza e decadência. A segunda fase, oposta à anterior, seria caracterizada por um predomínio do desenvolvimento intelectual, iniciada, segundo ele, no começo da Idade Média e presente até o momento da escrita da tese.

Fundamentando-se nesse conhecimento, aponta os limites das sociedades organizadas com base no tratamento exclusivo de apenas uma das dimensões do homem, defendendo o início e a produção de uma terceira fase no que se referia à educação. Nesse sentido, afirma:

No alto desta graduação está o homem eminente que com sua vontade superior e espirito elevado domina a todas as forças intellectuales e moraes, o seu movel é o sentido do dever, a energia o sustentaculo da sua dignidade. No vigor de suas forças, a vontade superior é capaz de dominar as exigencias do corpo, libertal-o das influencias exteriores que o violentam e subjulgal-o ao seu poder! É este o estado de maior independencia do homem. Para chegar a esse desideratum é preciso dar o maior desenvolvimento possivel ás forças, physica, moral e intellectual. Assim considerando definimos: Educar é desenvolver e disciplinar as forças, systematisando-as (1891).

Contudo, educar, para ele, não seria só isso. Para que houvesse uma boa educação, deveria ser levada em conta a formação intelectual e moral:

Augmentar cada um destes factores da faculdade intellectual (atenção, memória, comparação e associação) gradativamente e com certa ordem

senhor torna-se escravo./ Um para bem mandar deve ser forte,/ O outro ser robusto para servir-o/ Não é incompativel com a sciencia/ A rigidez do corpo...”.

e disciplinal-os é fazer a – educação intellectual – é preparar o espirito para o julgamento das questões e vir a vontade dar a solução traduzindo-a em actos no exterior. Estas soluções são dadas com predomino de um dos dois instinctos. Tentar reprimir os sentimentos egoisticos, subjulgal-os á razão e á vontade dentro dos limites de certa disciplina é fazer a educação moral, é dar ao homem um destino social. Porém para garantir a repressão de uns e levantar os outros, o homem precisa dispor de forças vitaes e voluntarias. Porque como se observa nos fracos em geral, nos velhos e nos doentes, a proporção que diminuem essas forças, a vontade e seu poder diminuem e augmentam as exigencias egoisticas. E nós veremos que a energia nos phenomenos vitaes, o desenvolvimento das forças activas e o preparo para a vida civica e social se faz pela educação physica (1891).

No que se refere às duas fases às quais nos referimos, afirma:

Depois deste periodo a educação physica se mostra no começo da idade media com prejuizo crescente da intelligencia, até que nos tempos feudaes não faz mais do que mudar de forma, os exercicios sob a forma de jogos, alguns da nobreza, são cultivados pelos cavalheiros que desprezavam inteiramente a cultura intellectual.

E os conhecimentos humanos assim desprezados pela nobreza foram refugiar-se nos claustros dos conventos com os jesuitas e ali conservaram-se durante todo esse periodo evolucionista que durou alguns seculos e em que o catholicismo e a metaphysica luctavam com a ignorancia e a barbaria.

Sé depois d'essa penosa época de transição, o espirito começa a ser encaminhado para uma vida mais activa; deixara a phase empirica e dirige-se para a phase racional.

E começam a apparecer a luz da historia não mais os gladiadores ou aguerridos conquistadores, representantes da força muscular; porem os representtantes de alguns ramos dos conhecimentos desenvolvidos pela intelligencia. E bastaram poucos seculos para chegar ao extremo contrario. O desenvolvimento do espirito occupa a attenção das sociedades. Por toda a parte accentuou-se o cultivo intellectual na formação da personalidade humana.

Todos os ramos de conhecimentos foram dilatados, os impulsos que em todos os tempos o progresso tem tomado transformaram finalmente as

forças vivas da natureza, puzeram o movimento ao dispôr de toda a sorte de machinas que vieram substituir o trabalho muscular.

Mas não parou ahi a actividade da intelligencia, continuou o seu trabalho investigador em excesso, cançou-se, esgotou-se pelo *surmenage* intellectual, mas produziu o – seculo das luzes –!!!

Basta!... (1891).

Dessa forma, recoloca a necessidade de se promoverem intervenções associadas na formação humana, registrando que tal perspectiva já vinha sendo adotada nas nações civilizadas:

Parece ser a voz unissona que na culta Europa se levanta contra o demasiado trabalho mental e exclusivismo da actividade para o espirito. Os paizes adiantados têm reconhecido os sérios inconvenientes que d’ahi provém e procuram prevenir as desvantagens, dando uma direcção mais racional ao actual systema de educação.

Deixaram o excesso intellectual de formar pretendidos sabios com prejuizos organicos; abandonaram o exclusivo desenvolvimento das forças physicas com que se fazem os atletas. Pretendem cultival-o com harmonia em seus justos limites, estabelecer o equilibrio entre as forças do espirito e as do corpo, porque assim se prepara o verdadeiro homem do futuro (1891).

Nesse sentido, traz exemplos da Alemanha, Áustria, Bélgica, França,⁷⁷ Hungria, Inglaterra – à qual, segundo ele, caberia incontestavelmente o primeiro lugar na questão de que tratava, pois desde longo tempo, desde Guilherme, o Conquistador,⁷⁸ cuidava dos jogos esportivos –, Países Baixos, Prússia, Rússia, Suécia e Suíça. Ao finalizar, assinala: “E hoje que os exercicios physicos tomaram um caracter de instituição nacional, e que os divertimentos gymnasticos fazem parte integrante de sua educação, nenhu-

⁷⁷ De acordo com Dr. Brito, a França estava sempre pronta a traduzir as doutrinas liberais e a dar expansão às idéias patrióticas e não se conservava estacionária diante do movimento que, entre as outras nações, ia se operando em favor dos exercícos físicos.

⁷⁸ De acordo com os registros do Dr. Brito, foi Guilherme, o Conquistador, que “reformou uma raça que ali se encontrára estiolada, mal nutrida, aviltada, um povo emfim escrofuloso e indolente. Porém que com os rosbef e o exercicio dos sports se transformou em pouco tempo”.

ma nação lhes excede em qualidades que se adquirem e se conservam por esse systema de educação”, concluindo que a “educação physica influe sobre a intelligencia, character, costumes e *sauíde*”.⁷⁹

A educação do homem novo, ou do homem do futuro, como querem Dr. Brito e os médicos oitocentistas da FMRJ, deveria portanto renunciar ao culto exclusivo do corpo ou do intelecto, promovendo a representação da escola (instituição criada como lugar privilegiado para formar o ser humano) como uma instituição híbrida, que deveria conjugar os princípios de cultura ao corpo e ao “espírito”. Assim, os colégios estavam sendo revestidos de uma nova representação, que implicava a adoção de um conjunto de medidas de modo a cumprir adequada e eficientemente o destino que a higiene lhes reservava. Portanto, o colégio higiênico recusava ser claustro ou quartel.

Um intervalo de mais de meio século separa as duas teses aqui trabalhadas, mantendo-se, contudo, a evidência de uma permanência: a medicina se recusava a propor uma ação por partes, ou melhor, concentrada em apenas uma das dimensões do homem. Para os médicos, a boa formação se pautaria por uma visão de homem integral, isto é, a boa educação seria a educação do homem inteiro.

Extensão da intervenção

Definida a disposição e necessidade de intervir na constituição física e o modo como a mesma deveria ser conduzida, considero ser necessário compreender um terceiro elemento que integra o conceito de educação física partilhado pelos higienistas na FMRJ. Trata-se de examinar a quem pertence o corpo a que os médicos se referem e, desse modo, dimensionar a extensão da ação a que estavam se propondo em nome da formação do homem do futuro. No conjunto das teses analisadas, é possível perceber a existência de oito aspectos distintos e articulados, relacionados à intervenção sobre o corpo formulada pela medicina. Ressalto que nem todas as teses fazem referência explícita aos aspectos assinalados e nem todas lhes dão o mesmo destaque, havendo distinção tanto na presença como no tratamento dispensado aos mesmos.⁸⁰ Em seguida, indico os

⁷⁹ Assim pensa Fonssagrives, ele registra, em apoio à posição que defende.

⁸⁰ Vale lembrar que o próprio formato da tese (dissertativo ou propositivo) já impõe um tratamento diferenciado.

aspectos e aponto as teses que os abordam, procurando sintetizar a perspectiva dos médicos sobre os referidos temas, como pode ser visto no quadro 15.⁸¹

O quadro 15 indica a amplitude da concepção de educação que, de modo geral, era partilhada no interior da comunidade médica, no século XIX. O físico deveria ser pensado antes mesmo da concepção, antes mesmo dos casamentos, pois o comportamento dos pais, a vida mais ou menos regrada, a experiência dentro ou fora dos moldes prescritos pela higiene determinaria a força e a saúde dos filhos. Nesse sentido, a conduta anterior dos pais era inscrita como uma das preocupações da educação física. Além disso, o casamento higiênico, o parto realizado sob os cuidados de parteiras habilitadas pela ordem médica, os procedimentos a serem adotados junto aos recém-nascidos, seguido de um programa para cada uma das fases da criança, respeitando-se o gênero, também eram objeto da educação física. Essa não se encerrava na idade dos colégios, havendo prescrições para a permanência das atividades na vida adulta e na velhice, de

Quadro 15 – A extensão da intervenção sobre o corpo.

Médicos	Dr. Ubatuba (1845)	Dr. Mello (1846)	Dr. Gomes (1852)	Dr. Portugal (1853)	Dr. Mafra (1855)	Dr. Andrada Jr. (1855)	Dr. Cruz Jr. (1857)	Dr. Coutinho (1857)	Dr. Guimarães (1858)	Dr. Armonde (1874)	Dr. Machado (1875)	Dr. Vasconcellos (1886)	Dr. Brito (1891)
Extensão da intervenção													
Vida anterior dos pais		x	x	x	x				x		x		
Casamentos			x	x					x	x	x	x	
Gravidez	x	x	x	x	x		x			x	x		
Parto	x	x	x	x	x				x	x	x		
Recém-nascido	x	x	x	x	x				x	x	x		
Infância	x	x	x	x	x	x		x	x	x	x	x	x
Corpos masculino e feminino		x		x		x		x	x	x	x	x	x
Adultos e idosos		x	x	x					x	x	x		x

⁸¹ Algumas teses, embora não tenham uma centralidade na questão da educação, tematizam alguns desses aspectos, como, por exemplo, os trabalhos dos médicos Leitão (1840), Dias (1844), Vircíani (1845), Cunha (1845), Teixeira (1845), Barros (1845), Torres (1848), Carrão (1848), Silva (1869), Macedo Jr. (1869), Reis (1869), Teixeira (1872), Machado (1885), Camillo (1886) e Veiga Sobrinho (1886).

modo a assegurar uma população mais forte e mais saudável. Com isso se fechava o ciclo, pois, com os adultos submetidos a uma vida regrada pela higiene, o casamento estaria em conformidade com a pauta daquela ciência, e assim por diante. Educação física pressupunha, portanto, uma longa, continuada e programada intervenção durante todo o ciclo de vida do ser humano, com vistas a gestar uma humanidade nunca conhecida: o homem do futuro.

A educação física nos colégios

No que se refere aos colégios, os médicos procuraram definir uma pauta para a educação física nas escolas, na qual é possível identificar sete temas ou núcleos em torno dos quais o discurso se articula: o diagnóstico das práticas corporais, os objetivos da educação do corpo, o lugar de educar, os agentes da educação física (ginastas, professores/diretores e alunos), o modo de educar, as atividades e os princípios que deveriam regê-las. Cabe, portanto, prosseguir no exame das representações produzidas em nome da educação física recortadas pelo que podemos chamar de educação física escolar, com base em destaques extraídos das teses em que os núcleos identificados se encontram mais e melhor desenvolvidos.

O diagnóstico

Ao se voltar para a instituição escolar, os médicos iniciam seus discursos com um mapeamento do quadro educacional. Inexistência e desca-so ancoram as representações acerca da educação escolar na Corte imperial, indicando com isso uma maior gravidade no panorama nacional. Tratava-se, pois, segundo a ótica da higiene, de um país defasado, atrasado e inculto, que precisava urgentemente ser reformado, inclusive e sobretudo do ponto de vista da formação e instrução do povo. Reforma que deveria trabalhar com a representação de uma educação integral, devendo, para tanto, contar com a iniciativa governamental e com a iniciativa dos particulares. De forma solidária, essas forças poderiam promover a elevação do Brasil e inscrevê-lo na ordem civilizada, por intermédio da invenção e imposição da escolarização à população local.

Ao traçar um diagnóstico dos colégios, Dr. Mafra opera com o extenso conceito de educação física, exprimindo suas preocupações com a escolarização da infância:

Chegado á puerícia, o menino, ainda acanhado e debil pela idade, e não raras vezes adoentado pela sua defeituosa educação physica, é remetido a um estabelecimento de educação. Aqui aos males anteriores novos males se ajuntam.

É systema em nossos collegios, desarrazoado sem duvida, sugentarem-se ás mesmas regras hygienicas e disciplinares alumnos de todas as idades, de maneira que uma criança, que muitas vezes não tem mais que cinco, seis annos, acha-se nas mesmas condições em que o adulto. Esta communidade é evidentemente nociva ao desenvolvimento desses tenros e delicados seres. Submitter as crianças diariamente e por tempo immenso, como sôe dar-se em nossos collegios, á severidade e rigor, e, muitas vezes, aos caprichos e á impaciência de mestres e inspectores de estudos que os condemnam, estes ao silencio e immobilidade, aquelles a um esforço sobre natural de seu fraco espirito debaixo da impressão constante do medo: não é obstar poderosamente ao seu desenvolvimento physico e espirital? Não é definhar-lhes o corpo, matar-lhes a intelligencia, e formar para a sociedade cidadãos pouco duradouros, e inuteis quando não perniciosos? (1857).

Os colégios, da forma como estavam organizados, eram focos de males, algo nocivo a ser combatido. E o discurso do Dr. Maфра funciona como uma peça de combate ao modelo anti-higiênico de comunidade escolar. Contra esse modelo, propunha um colégio fundamentado nas classes de idade, como forma de evitar contatos perigosos e nocivos entre os alunos de faixa etária distinta, e também uma menor permanência das crianças no espaço dos colégios, como forma de “não obstar poderosamente ao desenvolvimento physico e espirital” das mesmas, bem como maior paciência por parte dos mestres, que freqüentemente condenavam os alunos ao silêncio e à imobilidade. Defendia também mais tolerância por parte dos inspetores, cujo hábito era manter um ambiente ameaçador, que submetia o “espirito” dos jovens a um esforço “sobre natural”.

Depreende-se desse discurso um projeto de reordenamento dos colégios, a partir do qual os alunos fossem agrupados por classes de idade e as práticas de professores e inspetores fossem redefinidas: aqueles, “pacientes”; estes, “tolerantes”. Assim, o colégio estaria participando da formação de um sujeito não-pernicioso, útil e duradouro. Caso contrário, não teria sentido existir esse tipo de organização social, produtora de uma “communidade nociva ao desenvolvimento” dos “tenros e delicados seres”.

Esse é um rico exemplo de como os médicos, ao tomarem a matéria da educação como objeto de suas preocupações, vão delineando um projeto de colégio e uma pedagogia que tem na doutrina da higiene a sua matriz inspiradora e na normatização do social, via escola, sua meta, construindo uma pedagogia de base médica. Perspectiva semelhante pode ser percebida no discurso do Dr. Guimarães (1858), que defendia a expansão da rede escolar em obediência ao critério da densidade populacional e de ajustamento aos “temperamentos dos alunos”. Nessa linha, argumentava que o governo deveria fundar colégios dignos de confiança nas diferentes províncias, para “dest’árte attender-se ás condições hygienicas” convenientes aos diversos temperamentos: “para ao sanguineo ministrar-se um ar secco e doce; ao lymphatico, o ar vivo e frio das montanhas que estimularia seo appetite, daria energia a seos musculos e fal-o-hia procurar exercicio”. Em seu discurso, Dr. Guimarães demonstrava confiança na sensibilidade governamental no atendimento a tal recomendação, o que, segundo ele, traria grandes benefícios: “confiamos que o governo concorrerá para que em algumas provincias se estabelecão estas casas de educação que salvarão das garras da morte e elevarão a um vantajoso desenvolvimento physico, os rebentões de grande numero de familias ja decahidas”.

A defesa da expansão do atendimento escolar encontra no discurso do Dr. Machado (1875) uma outra tonalidade. Ao defender a expansão, denuncia um atendimento insatisfatório por parte do poder público, no que se refere à necessidade de escolarização, sobretudo da educação popular, atribuindo tal fato à excessiva centralização praticada pelo governo imperial. Nesse sentido, os argumentos baseados no “temperamento” e no aspecto “populacional” sofrem uma inflexão em seu discurso, no qual a defesa da educação passava a ser orientada pela posição e condição dos sujeitos menos favorecidos na ordem social. Dessa forma, a expansão do atendimento escolar passaria pela inclusão de uma educação popular.

Ao iniciar a terceira seção de sua tese, Dr. Machado sublinhava que, para satisfazer às exigências do ponto escolhido, faltava analisar o estado da educação popular no Rio de Janeiro (“isto é, no Brasil” – complementa) e sua influência sobre a saúde. Seu discurso principia com a elevação do volume da crítica ao governo imperial, especialmente no que se referia à centralização administrativa, que, segundo ele, paralisava as forças vivas da nação, demorando, ou antes, impossibilitando a sua marcha. Para destacar o efeito negativo daquele modelo administrativo no que

se referia à matéria educacional, foi enfático: “Si em todos os ramos do serviço publico a centralisação é a causa primordial de mil inconvenientes, applicada á educação impossibilita mechanicamente a sua generalisação, nulificando a benefica influencia que póde exercer sobre o destino das nações”. Essa característica do governo brasileiro seria, em sua ótica, a responsável pela limitação à Corte de todo o “movimento educador”, deixando as províncias entregues à própria sorte:

Com effeito, na capital se acham quasi todos os estabelecimentos de instrucção superior, as escholas normaes, o bacharelado, os collegios de instrucção secundaria; edificam-se cada dia palácios para a instrucção primaria, fazem-se conferencias publicas, enquanto que as provincias, abandonadas á seus mesquinhos recursos, vegetam na ignorancia completa e absoluta (1875).

Embora centralizasse todo o movimento educador brasileiro, a própria Corte, para Dr. Machado, não oferecia um lisongeiro espetáculo, visto que a última estatística organizada “patenteou o elevado algarismo dos analfabetos da capital”, evidência que esse médico procurou, ironicamente, explicar com o emprego de uma metáfora extraída da fisiologia: a centralização congestionava a cabeça, mas não a nutre suficientemente.

Inicia seu discurso elevando o tom da crítica em relação ao regime monárquico, em seguida o redireciona, retornando ao ponto da sua tese e ao “lugar de médico”, a quem não competiria discutir os inconvenientes de um sistema fundado na centralização.

Retomando o tema mais especificamente, discorre sobre as condições topográficas, climáticas e urbanísticas do Rio de Janeiro, cidade que reunia, em sua percepção, um conjunto de condições consideradas anti-higiênicas, responsáveis pelas freqüentes epidemias de febre amarela, pelas endemias de natureza palustre, pela espantosa difusão da tísica pulmonar, que, segundo ele, por si sós deveriam ser um motivo poderoso para que não se estabelecesse, nessa cidade, um grande centro de educação. O que ocorria, contudo, era exatamente o oposto, pois muitos “filhos da provincia” eram obrigados a residir na Corte durante os longos anos em que se dedicavam à educação intelectual, aí ficavam sujeitos à deletéria ação de um clima inteiramente diferente daquele da localidade em que nasceram e foram criados, e rapidamente passavam a apresentar alteração

profunda em sua constituição. Dessa forma, cabe acompanhar a descrição que Dr. Machado constrói acerca desse fenômeno:

Todos os annos a capital recebe uma brilhante pleiade de jovens provincianos sanguineos e robustos, cuja constituição, endurecida pela actividade da vida do campo, parece apta a resistir a todas as cousas de destruição; em pouco tempo, porém, e pela simples influencia climaterica, quasi todos soffrem completa methamorphose: as cores vivas da saúde são substituidas pela *poetica pallidez* dos fluminenses; o temperamento sanguineo cede o passo a predominancia lymphatica; a agilidade, a força e a viveza se trocam pela indolencia e pela fraqueza; e quando, volvendo-se os annos, os poucos que resistem ás epidemias de febre amarella, febres perniciosas e typhoides, se retiram para o paiz natal, ou levam germens de graves molestias, que apressam-lhes o termo da vida, ou quando menos, tem a sua constituição tão profundamente deteriorada e a saúde tão precaria que sem exaggeração podem ser considerados verdadeiros invalidos (1875, grifos do autor).

Ao tecer essa representação dos escolares obrigados a se deslocarem de suas localidades para a Corte em virtude da não-existência de alternativa de formação escolar em nível local, especialmente o curso superior, dialogava com os que poderiam pensar que estava hiperbolizando suas críticas. Assim, para sustentar seu diagnóstico, recorreu à experiência pessoal, informando que apenas de sua cidade natal, Diamantina, conhecia seis jovens “robustos e inteligentes” que haviam sido vítimas da última epidemia de febre amarela e, considerando-se toda a província de Minas, o número de vítimas se elevava a 53. Isso sem considerar outros males, o que o fazia insistir na afirmação de que o número daqueles que contraíam moléstias graves na Corte era crescendo; “quasi todos, porém, soffrem atualmente, mais ou menos, as consequencias do depauperamento de sua constituição, outr’ora robusta”. Reconhece, contudo, que esses males não poderiam ser exclusivamente atribuídos ao clima da Corte, assinalando que a “pessima organização dos internatos de instrução secundaria concorre poderosamente para auxiliar a influencia das más condições hygienicas da localidade”. Ao indicar esse outro agente causal dos males que assolavam a juventude da Corte, lamentava não poder fazer um estudo circunstanciado dos estabelecimentos escolares do Rio de Janeiro, justificando, com isso, o

modo como abordara o problema da educação na Corte, tratando em um primeiro momento da educação física e em um segundo da educação moral e intelectual.⁸²

Ao trabalhar com o problema da educação física, Dr. Machado percorre o roteiro imposto pela higiene, isto é, reflete sobre a localização dos edifícios escolares, arquitetura escolar, regime alimentar, exercícios musculares, passeios e regime interno ou rotina escolar que, de modo sintético, expressa nesses termos:

Nos collegios do Rio de Janeiro, quer de um quer de outro sexo, a alimentação é insufficiente, o trabalho exagerado, os exercícios desprezados, os diversos modificadores hygienicos, capazes de conservar e melhorar a saúde, completamente esquecidos; enfim, a educação física não existe, e poderosas causas de depauperamento se combinam para em pouco tempo arruinar a saúde dos infelizes meninos sacrificados, pela incuria do governo e pela ignorancia dos paes aos improbos interesses dos directores dos internatos (1875).

Assim, atribui a produção de um quadro negativo da educação e da educação física na Corte e nas províncias, em grande parte, ao descaso com que o governo central tratava o problema da educação popular. Ao finalizar seu discurso, acentua ainda mais as críticas à administração imperial, assinalando que o governo que desassombradamente intervinha na vida particular dos cidadãos desse império americano, que traçava limites à atividade individual, que regularizava a indústria, o comércio e a instrução, poderia também estabelecer um regime para os internatos, formulado segundo os princípios da ciência, e vigiar para que o mesmo fosse executado em toda a sua plenitude. No entanto, o governo ainda não havia realizado esse movimento, o que criava condições para que fosse responsabilizado pelos males sofridos pela juventude escolar: “Já que pelos nossos hábitos e pela nossa indole tudo esperamos de cima, o paternal governo deve ser responsabilizado, perante a sociedade, pela saúde e pela vida de tantos milhares de jovens brasileiros”.

⁸² Neste momento, restrinjo-me a acompanhar suas reflexões acerca da educação física na Corte, deixando os dois outros aspectos para as partes que se seguem.

Insistindo nesse ponto, Dr. Machado, no último parágrafo em que tematiza a educação física, reafirma suas convicções de que o problema educacional se encontrava diretamente vinculado ao problema governamental, isto é, às mazelas que identificava no quadro da educação escolar e particularmente nas práticas da educação física que integravam um modelo de educação escolar que deseja ver superado: condicionado a um modelo político e de administração que, no limite, também deveria ser modificado.

Annular todos os inconvenientes dos internatos é tentativa superior ás forças humanas, entretanto seria facil modifica-los profundamente submettendo-os á um regimen racional e á severa vigilancia; ora, isto está na alçada do governo, entretanto seria facil obter-se, si verdadeiramente os interesses da educação nacional preocupassem os *espiritos superiores* (1875, grifos do autor).

É importante ressaltar que o destaque à crítica desse médico ao regime imperial e sua administração deve-se, sobretudo, a dois aspectos. O primeiro deles é a própria recorrência da sua crítica: repetidas vezes ele estabelece uma relação causal entre o modelo político e seu funcionamento e o modelo e funcionamento dos colégios. Se este último encontrava-se mergulhado em uma situação de abandono, o responsável por isso era aquele. De acordo com essa lógica, a educação escolar só seria alterada se o governo imperial alterasse o tratamento que vinha dispensando ao problema educacional.

O segundo se refere ao modo como a mesma se apresentava. Note-se, inicialmente, que esse aspecto do discurso se reveste de uma certa especialidade, considerando-se o lugar em que o mesmo era formulado e legitimado – a FMRJ – e a audiência que freqüentava as sessões de sustentação das teses, inclusive o próprio imperador e representantes da Coroa. Nesse caso, não se tratava apenas de um discurso propositivo e modelador da educação escolar sob a égide da higiene, característica de outras teses, pois Dr. Machado, ao mesmo tempo que reafirmava a necessidade do reordenamento escolar a partir dos princípios produzidos e partilhados pelos higienistas, reconhecia que tal reforma exigia também um reordenamento do Estado imperial, fazendo com que sejamos levados a considerar a existência de divergências estratégicas entre os médicos-higie-

nistas. Todos convergiam no diagnóstico e nas prescrições acerca do funcionamento escolar. No entanto, Dr. Machado explicita a insuficiência de se fazer apenas uma pregação doutrinária com base e em favor da higiene, como estratégia para modificar o quadro escolar na Corte e nas províncias, já que, para ele, essa pregação deveria estar associada à pregação contra a ordem imperial, ou ao menos contra o modelo de administração centralizadora do Estado imperial, que condenava ao descaso a educação da juventude.

A estratégia pensada era outra, pois a rede escolar e o corpo dos escolares só seriam suficientemente nutridos se houvesse um efetivo “descongestionamento da cabeça” governamental. Estratégia que, a seu modo, redefinia o problema da educação escolar e da educação física, colocando-o também como problema de ordem política, e não apenas inscrito e circunscrito à ordem médico-higiênico-pedagógica.

Finalizo este item com o diagnóstico traçado pelo Dr. Vasconcellos em 1888, na tese com que concorreu ao lugar de lente substituto da FMRJ. Inicialmente, faz um balanço das reformas educacionais promovidas no Brasil, comparando-as com as que se realizavam no Velho Mundo. Lá e cá, um grande contraste. Lá, afirmava, iniciado o movimento de reformas, não mais havia sido interrompido: “cada anno, cada dia novos melhoramentos são exigidos e logo executados; as vantagens que a pratica de um dia reconhece são logo decretadas no dia seguinte”. Assim, o médico-professor registrava a existência de uma época em que se pensou que a questão da educação, cuja difusão era pregada por toda a parte, fosse adquirir um grande desenvolvimento, mas constatava que a desilusão veio cedo demonstrar que as reformas, executadas sem amadurecido exame e profunda reflexão, eram estéreis, mesmo reconhecendo que “alguns palacetes” haviam sido construídos sob a influência da propaganda, e que eram os melhores estabelecimentos.

No entanto, a grande maioria das escolas se encontrava instalada em prédios impróprios, permitindo no seu regulamento a admissão de até duzentos alunos, exclamava, o que fazia com que fossem encontrados estabelecimentos com 1,6 metro cúbico de ar para cada criança, incluído o espaço ocupado pelos móveis e utensílios, sendo que, de acordo com as recomendações da higiene, o adequado era de 4 a 7 metros cúbicos por aluno. Mesmo diante dessas condições adversas, Dr. Vasconcellos ressaltava que não era pequeno o número de crianças que freqüentavam as

casas de educação. Para sustentar essa posição, recorreu ao recenseamento de 1872.

Pelo censo de 1872, havia na Corte 67.064 crianças. Segundo ele, admitindo-se que a população tivesse aumentado em 1/3, o número de crianças, guardada essa proporção, seria de 102.947, isto é, uma criança para cada 3,39 habitantes. No que se refere às crianças freqüentando escolas, tomando-se a mesma proporção apontada, haveria 15.923 matriculadas, isto é, 6,5% da população infantil distribuída nas 192 escolas, conforme se verifica no quadro 16.⁸³

Com base no censo de 1872 e nas aproximações que realiza, Dr. Vasconcellos destaca o número médio de alunos por escola; em torno de 80, sendo que nas escolas públicas a concentração média atingia 99 alunos.⁸⁴

Quadro 16 – Escolas da Corte (1888).

	Públicas ou subvencionadas		Total
	Masculinas	Femininas	
Número de escolas	46	48	94
Número de alunos	4.734	4.588	9.322

	Particulares		Total
	Masculinas	Femininas	
Número de escolas	-	-	98
Número de alunos	3.470	3.131	6.601

Essa alta concentração de alunos ocorria inclusive no ensino noturno, conforme pode ser visto no mapa do curso noturno da Escola Municipal de São Sebastião, datado de 1º de outubro de 1876, no qual se encontra relacionado o número de alunos que freqüentam o curso, suas idades, nacionalidades, grau de instrução e profissões (quadro 17).⁸⁵ Esse tipo de

⁸³ Ele registrou que os dados referentes às escolas particulares se encontravam incompletos.

⁸⁴ Vale o registro de que não se tratava de escolas com ensino simultâneo, com várias classes ao mesmo tempo. O modelo escolar dominante ainda era o de “casa de educação”, sob a responsabilidade de um único professor, o que pode ser confirmado nos códices da série de instrução pública do AGCRJ, nos quais podem ser encontradas fichas de freqüência remetidas pelos professores ao Inspetor Geral de Instrução Primária e Secundária e processos de transferência de lugar e de aluguel de casas para instalação de escolas. A título de exemplo, podem ser consultados os códices 10.4.2, 10.4.3, 10.4.4, 10.4.6 e 10.4.8.

⁸⁵ AGCRJ, página 51 do Códice 11.4.10, arquivado no Setor de Documentação Escrita.

mapa representa uma forma de controle, pois se o curso tivesse um número inferior a dez alunos não obteria aprovação da Delegacia da Instrução Primária e Secundária da Corte para continuidade de seu funcionamento.

Quadro 17 – Mapa do curso noturno da Escola Municipal de São Sebastião.

Ano 1876	Idade			Naturalidade			Grau de instrução			Profissão	
	Menores de 21 anos	Maiores de 21 anos	Σ	Brasileiros	Estrangeiros	Σ	Com princípios	Analfabetos	Σ		
Jan.	19	4	23	15	8	23	15	8	23	Carpinteiros	1
Fev.	2	1	3	3	0	3	1	2	3	Marceneiros	6
Mar.	4	0	4	4	0	4	2	2	4	Pedreiros	9
Abr.	2	4	6	3	3	6	4	2	6	Ferreiros	4
Mai.	16	0	16	13	3	16	12	4	16	Tipógrafos	6
Jun.	6	6	12	5	7	12	6	6	12	Modeladores	6
Jul.	13	7	20	14	6	20	8	12	20	Outras artes	21
Ago.	7	3	10	8	2	10	10	0	10	Estudantes	17
Set.	8	6	14	7	7	14	8	6	14	Jomaleiros	18
Σ	77	31	108	72	36	108	76	32	108	Σ	108

De acordo com o quadro 17, o ano letivo da Escola Municipal de São Sebastião iniciava-se em janeiro, indo até setembro, sem outros indicadores que expliquem a adoção desse calendário no curso noturno. Analisando o mapa, percebemos que um pouco mais de 71,3% dos alunos matriculados eram menores de 21 anos, enquanto cerca de 28,7% dos alunos possuíam idade superior a 21 anos. Também se pode evidenciar maior incidência de brasileiros, embora seja digna de registro a presença de 33,3% de estrangeiros.⁸⁶ Observando o grau de conhecimento dos alunos registrados nesse mapa, percebemos que 76 dos 108 alunos tinham algum grau de conhecimento de leitura e escrita, o que leva a pensar nos critérios utilizados para se considerar um aluno “com princípios” ou analfabetos, indicando pistas para futuras investigações, tanto sobre o conceito de analfabetismo como sobre os primórdios da organização escolar voltada para a população de adultos.

As profissões destacadas no mapa demonstram que nessa escola existia um número significativo de alunos que trabalhavam em diferentes tipos de profissões, sendo que apenas dezessete deles foram descritos como estudantes, indicando que o ensino noturno se direcionava aos operários, já que estes representavam a grande maioria nessa escola. A soma

⁸⁶ O mapa também não fornece os critérios para classificação dos alunos quanto à naturalidade.

de 108 alunos permite afirmar que o curso noturno em determinadas escolas era “bem freqüentado”, apresentando um número significativo de alunos matriculados, e que tal fato contrariava os princípios e critérios defendidos pela higiene.

A idéia de que a cada escola correspondia um professor pode ser constatada no relatório do professor José Antonio Fonseca Lessa Jr., responsável pelo curso noturno da Escola Municipal São José, redigido em 1878.

Sr. Comendador Cândido Matteus de Faria Pardal. Muito digno Diretor das Escolas Municipais. Illmo Snr./Satisfazendo a ordem de V. Sr.^a cumpre-me apresentar uma sucinta exposição das ocasiões, que se tem dado no curso noturno na Escola Municipal de São José que se acha a meu cargo. Confrontrando o regimento Municipal brasileiro com o regimento Norte-Americano, atribuímos que não há para estes liberdade servil sem o auxílio grandioso; e importantíssimo dos cursos noturnos onde o operário que de dia batalha para o sustento da família, à noite, habilita-se para felicidade da pátria. Não exigindo do pai de família ou então o filho, forçar a municipalidade escolar inteiramente gratuita funcionando à noite para que não prejudiquem o trabalho diurno, de modo que o cidadão receba a instrução à par do ofício. Está provado que nas famílias pobres, durante o dia carece o pão de seus filhos, o operário e seus oficiais, porque não tem o jornaleiro então seus braços para ganhar insuficiente salário, o que só o podem fazer de dia, impedindo assim o instruírem-se. Se não houvessem os cursos noturnos. A conveniência desses cursos acaba de ser constada em nosso país pelo Exmo. Snr. Ministro do Império mandando atribuir à noite diversas aulas; parece-me até que seria dever da municipalidade exigir que o operário à noite freqüentasse às aulas porque só assim se poderia auxiliar o seu trabalho, melhorando e multiplicando seus conhecimentos, ganhando assim a sociedade tudo quanto ganha o indivíduo. Diz Jorge Fish que na América do Norte é o orçamento das escolas noturnas o mais copioso de todos porque é o orçamento da riqueza, da civilização e do progresso industrial. Felizmente, graças ao eminente cidadão, à esse benemérito da Pátria, à esse conservador distinto, Ferreira Vianna; à esse empreendedor da obra mais cristã e mais patriota a que pode ser realizada pela sociedade, à esse fundador das escolas municipais devem os cidadãos por virem a instrução que de dia em dia recebem em comunhão com o trabalho

diário: Apreciamos a grande vantagem dos cursos noturnos no número avançado de adultos que diariamente são matriculados. Convém lembrar à V. Sr.^a que o curso noturno não se deveria limitar a adultos porque efetivamente o que se dá com estes sucede com meninos, dos quais à maior parte são também aproveitados durante o dia, por isso a V. Sr.^a, como protetor incansável do curso noturno e do progresso nacional, lembrava o que pudessem ser admitidos à matrícula todo e qualquer cidadão desde os seis até os cinqüenta anos. Abriu-se o curso noturno na Escola de S. José à meu cargo único em fevereiro do corrente ano, matricularam-se logo 29 alunos. Seguindo um método de ensino todo regular dando à meus discípulos ampla liberdade, sem contudo, alterar a ordem, falando-lhes com o coração nas mãos, podendo felizmente obter grandiozíssimos resultados no findo de dois meses (isto é, em princípios de Abril), tanto que a V. Sr.^a quando visitou a Escola, fiz notar que moços afeitos à trabalhos grandes, com as mãos calosas e pesadas haviam melhorado o caráter da letra, e ainda hoje, se pode ver pelas escritas que comigo existem as chivadas que nos meses, que se seguiram até hoje foram matriculando, achando-se atualmente 61 inscritos no livro de matrícula. De certo se não passassem pelas ridículas crises financeiras do governo atual, poderíamos contar com um número superior a 100 alunos.

Muito me honra em ter ouvido de pessoas abalisadas ao se admirarem de atingir a freqüentados os dias à mais da metade, quando o exigido por Lei limita-se ao terço. V. Sr.^a, mesmo estará convencido desta verdade pelos boletins e pelas vezes que tem visitado o curso noturno. Os alunos são distribuídos em turmas conforme o grau de adiantamento. Todos sem exceção dão nos dias de aula as seguintes matérias: leitura, caligrafia, contabilidade, gramática e aritmética, isto em duas horas incompletas de aula, professor para aproveitamento de meus alunos comprei uma tabuada elementar a qual gratuitamente lhes forneço cercado debaixo de princípios religiosos encarando como fonte principal da educação do homem, os sagrados deveres da religião, ensaiei na abertura e encerramentos de aula, resas adaptadas ao cidadão; este ensaio foi-se malogrando porque a maior parte dos alunos se me pareciam esquivar-se à esta obrigação. Com a abertura do Museu de Artes e Ofícios, edifício esse próximo a escola, parece que o número de alunos crescerá em razão de haver naquele estabelecimento aulas de desenhos; por isso para glória da municipalidade lembrava à abertura da aula de desenho

num dia determinado da semana; em nada prejudicaria ao ensino porque o desenho como V. Sr.^a bem o sabe faz parte na Europa da educação do cidadão, para esse interesse próprio ofereço-me para lecionar porque me acho legalmente habilitado e também gratuitamente ofereço os seus serviços ao meu distinto colega, o 1º assistente de Engenharia Civil e professor do Museu de Artes e Ofícios o Sr. Joaquim Aderbal da Costa. Espero portanto que o interesse que tem pelo curso noturno, por mim criado com amor e abnegação, seja considerado e V. Sr.^a, assim como as medidas a que proponho para seu engrandecimento sejam tratadas na consideração devida, hoje, graças à meu trabalho e esforço unido, lutando com inúmeras dificuldades, posso vangloriar-me de que moças quase analfabetas, que para essa escola entraram em fevereiro, acham-se lendo regularmente, escrevendo e fazendo algumas operações como V. Sr.^a na visita, que fez a dias o verificou, e afiançou que em cada um dos meus alunos tenho um amigo, porque soube angariar estima simultaneamente com o respeito.

Está terminando o meu relatório e espero que V. Sr.^a o tomará na devida consideração.

Rio de Janeiro, 23 de Outubro de 1878.

Curso noturno da Escola Municipal de São José. O professor José Antônio Fonseca Lessa Jr. (AGCRJ).

Inspirado no modelo norte-americano, o relator destacava a importância desse curso para o operário, que durante o dia trabalhava e à noite ia para a escola habilitar-se para a “felicidade da Pátria”. No relatório, pode-se perceber que a criação do curso noturno esteve ligado à questão de melhoria da qualidade no trabalho e que a instrução era tida como requisito para o sucesso da nação. No que se refere ao orçamento do ensino noturno, o relator o considerava como o mais importante, pois, segundo ele, era o orçamento da riqueza, da civilização e do progresso industrial.

O professor menciona que no ensino noturno poderia admitir-se indivíduos de todas as idades, desde os seis até os cinquenta anos, sugerindo a existência de uma escola de faixa etária bem distinta para atender às peculiaridades de, possivelmente, adultos e crianças trabalhadoras. O ensino destinado aos adultos seguia o método do ensino regular e o critério para organização das turmas obedecia ao grau de adiantamento dos alunos, sendo que todos tinham aulas de leitura, caligrafia, contabilidade,

gramática e aritmética, em duas horas incompletas. Tais elementos sugerem que, provavelmente, nem todos tivessem aulas todos os dias. O professor relata que ministrou algumas aulas de princípios religiosos no início e no encerramento dos cursos, porém tais aulas se foram findando pelo desinteresse demonstrado pela turma. Esse fato nos faz pensar em possíveis reações por parte da população, e talvez do próprio professor, que desse modo teriam contrariado os preceitos religiosos da época, subtraindo do cotidiano escolar aspectos de uma cultura tida como dominante, ou melhor, erudita ou civilizada.

Apesar de o Dr. Vasconcellos trabalhar com indicador de média – que não permite perceber claramente a distribuição das crianças pelas escolas e, por isso, é um indicador impreciso –, observa-se no mapa (quadro 16) e no relatório anteriormente comentado que a média por ele utilizada possui certo nível de aproximação com os números dessas duas escolas noturnas e com outras diurnas, conforme atestam alguns mapas encontrados nos códices da série de Instrução Pública do AGCRJ. Também trabalha com a mesma idéia de média para comentar o que ocorria em outros países em termos de densidade da população escolar (Rússia, Áustria, Itália, Espanha, Inglaterra, Alemanha e França), com o intuito de provar que, no município neutro, além das más condições dos prédios, registrava-se o acúmulo de crianças nos estabelecimentos escolares, na medida em que seu número era muito superior aos números encontrados nos países do Velho Mundo. Ao focalizar suas observações nesse ponto, despreza a porcentagem de alunos em idade escolar atendidos pela rede, reafirmando que o que se via na Corte era uma “avultada população escolar”. Com essa posição, pergunta-se acerca das iniciativas que estavam sendo promovidas com relação à educação na Corte, respondendo nos seguintes termos:

Conferencias, exposições escolares, interessantes, não há duvida, mas pouco praticas debaixo do ponto de vista da hygiene escolar. [...].

Estudando a hygiene das escolas em relação á cidade do Rio de Janeiro, tivemos em vista descortinar a que ponto de atrazo ainda estamos, apezar das grandes sommas despendidas com esse ramo de administração publica (1888).⁸⁷

⁸⁷ Para uma rápida comparação, no orçamento de 1884 do Ministério do Estado dos Negócios do Império, a soma destinada à Inspetoria da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte era de 576:090\$000, enquanto para os cultos públicos era destinada a quantia de

Em seguida, Dr. Vasconcellos analisa pormenorizadamente alguns aspectos relacionados à higiene. Com relação aos edifícios, afirma que teria a oportunidade de demonstrar, ao longo de sua tese, que não era enclausurando as crianças em prédios acanhados, encravados entre outras construções, sem condições de boa iluminação e arejamento, que se poderiam preencher as indicações dos “modernos” preceitos da pedagogia, que se socorria “naturalmente” da higiene e da qual “não poderia prescindir”, pois de um corpo enfraquecido, depauperado, cansado, o pedagogo não poderia exigir nem conseguir os produtos de seus esforços, sendo essa mais uma das causas de resistência ao cultivo intelectual. E, se o conseguisse, “perderia a patria que, em troca da atividade mental que o individuo pudesse dar quando restituído á sociedade, receberia um produto fanado e que daria uma prole abastardada”.

O diagnóstico da higiene das escolas também remete à mobília⁸⁸ e à rotina escolar, assim descritas pelo médico-professor:

Quanto á mobilia escolar que em cada paiz é a questão que mais tem despertado os cuidados dos hygienistas, entre nós não tem merecido verdadeiro interesse, pois na própria Secretaria de Instrucção não conhecem a origem do Systema adoptado, fornecendo-no ella a declaração de que não há typo official.

O systema de ensino estabelecido, além de pouco proficuo com o numero elevado de alumnos em cada escola, dá poucos resultados vantajosos por isso que, demasiado prolongados, sobrecarregando o alumno de trabalhos intellectuaes, excessivos para a sua tenra idade, os estudos disciplinares são feitos atropelladamente por espaço de 5 a 6 horas consecutivas, havendo apenas um pequeno intervallo ao meio dia (1888).

O diagnóstico, contudo, não se encerra nesses aspectos, espalhando-se pela análise das dependências escolares em que, segundo Dr.

798:000\$000; para o pessoal de ensino das Faculdades de Medicina, a quantia era de 409:000\$000 e, para as secretarias, bibliotecas e laboratórios, a quantia era de 416:800\$000 (Lei n. 3.229 de 03/09/1884). No orçamento de 1888, o valor da Inspeção de Instrução da Corte é reduzido para 554:180\$000 (Lei n. 3.396 de 24/11/1888). Esses valores, a meu ver, põem em xeque a afirmação do Dr. Vasconcellos, que, por sua vez, é contraditória com a defesa que ele faz do “imposto escolar”.

⁸⁸ Conferir, no anexo 7, as imagens de mobília escolar que Dr. Vasconcellos apresenta em sua tese.

Vasconcellos, nenhum dos requisitos exigidos para um estabelecimento de instrução era atendido: recreios, ginásios, latrinas, dentre outros. Reafirmando o ponto de sua tese, conclui seu diagnóstico reforçando a necessidade de os imperativos da higiene serem acompanhados na modelação da educação escolar:

Não há de se desconhecer que a hygiene escolar joga com todos os elementos da materia da hygiene, quer individualmente, quer em collectividade; não se póde, pois, exigir que os preceitos de edificação, exposição, disposição, etc.; estejam na dependencia dos preceptores; não, pertence aos hygienistas estipular-os, aos governos a sua determinação e aos engenheiros a sua execução.

Com alguma boa vontade da parte dos poderes publicos, com um imposto pequeno por habitante (como se pratica na maior parte dos paizes estrangeiros) que não seria regateado, poder-se hia conseguir muito, os sacrificios que uns e outros fizessem seriam largamente compensados, vendo restituídas á sociedade as crianças que foram entregues aos estabelecimentos de educação, educadas, fortes, robustas e aptas a pagarem com usura o emprestimo que contrahiram com ella indirectamente (1888).⁸⁹

⁸⁹ O imposto escolar já vinha sendo defendido, pelo menos desde 1879, pelo então ministro dos Negócios do Império, Carlos Leoncio de Carvalho. De acordo com a posição defendida pelo ministro, “o desenvolvimento da instrução popular, dependendo de escolas, professores e muitas outras condições, exige grandes despesas. Basta considerar quanto gastam com este ramo da administração os Estados-Unidos, a Alemanha, a Suíça e outro paizes para comprehender a exiguidade das somma applicadas entre nós ao ensino publico. Segundo o recenseamento de 1870, com uma população de quase 38 milhões de habitantes, os EUA não despendiam anualmente com a instrução de todos os grãos menos de 95600,000 dólares ou 191200,00 contos. Hoje com o acrescimo da população essa despeza deve exceder 230 mil. Ao passo que entre nós a média de despeza annual com o ensino é de 732 réis por habitante livre, na generalidade dos EUA, ‘so com a instrução primaria, é 4\$360, e essa proporção, no da California, sobe a 6\$140. No Imperio da Alemanha o custo do ensino primario por habitante não vai alem de 1\$500, mas na Suíça é de 1\$900 e na Dinamarca chega a 2\$100. Em face destes dados estatisticos, explica-se bem a causa do atrazo da instrução no nosso paiz e reconhece-se toda a evidencia que sem dotar liberalmente o ensino não podemos sahir do estado que todos deploram. Para isso não bastando as rendas actuaes do Estado e das Provincias, o unico recurso consiste em crear uma fonte de receita especial com applicação exclusiva á instrução, estabelecendo-se um imposto á semelhança do que existe nos Est. Unidos para o mesmo fim, sob a denominação de taxa escolar. A idéa não é nova. Lembrada pelo fallecido Dr. Tavares Bastos, de saudosa memoria, na sua obra – A provincia – foi consignada em um projecto offerecido ao parlamento por um de meus illustrados antecessores. A decretação de um tributo novo nem sempre é medida sympathica; acredito, porém que, tratando-se de uma imposição que interessa a um

Distribuindo competências, estabelecendo hierarquia e papéis, Dr. Vasconcellos não se abstém de apontar uma alternativa para que o problema fosse solucionado. A primeira seria a própria hierarquização das atividades voltadas para a educação escolar: os que formulam, os que governam e os que executam, isolando desse processo os agentes escolares propriamente ditos, aos quais caberia apenas pôr em uso aquilo que fora cientificamente formulado e oficialmente recomendado. A segunda formulação seria a defesa de um orçamento específico para a educação, o que, segundo ele, seria alcançado pelo estabelecimento de um imposto voltado para esse fim. Dessa forma, previa a vinculação à causa educacional de uma receita que, de acordo com os seus argumentos, não seria um gasto inútil, posto que a recompensa advinda do seu bom emprego seria largamente recompensadora. Mais que ônus adicional, o referido imposto era representado como efetivo investimento para a boa ordem social.⁹⁰

Os objetivos da educação do corpo

A educação física, associada ao trabalho moral e intelectual, deveria cumprir vários objetivos simultaneamente: fortalecer, disciplinar, ordenar o trabalho nas escolas, moldar os temperamentos, estruturar o tempo escolar e regenerar. Esses objetivos são claramente expostos na tese do Dr.

fim tão justo e de tão transcendentos resultados como a diffusão e melhoramento do ensino, o paiz se associará de bom grado ao pensamento do governo e lhe prestará uma patriótica e sincera adhesão. Em regra, diz o Dr. Tavares Bastos na sua citada obra, não é preferível um imposto com applicação especial; mas em certos caso mormente para serviços locais, é esse o meio de corrigir a tendencia para o abuso das imposições e de conciliar-lhes o favor popular. As grandes medidas para a salubridade e ornamento das cidades executam-se mais facilmente mediante taxas cujo emprego especial é avaliado e logo apreciado pelo munícipe contribuinte, do que por consignações de um orçamento englobado, que não se altêa sem a mais viva resistência. O mesmo dizemos da instrucção, o mais poderoso dos assumptos commettidos ao governo local. O producto do imposto de que trato deverá, nas provincias, ser applicado repartidamente ás escolas dos respectivos municipios. Em algumas parochias, especialmente as suburbanas e ruraes, convirá, em vez de crear escolas, conceder subvenções ás particulares existentes que inspirem a necessaria confiança e se obriguem ao ensino gratuito dado nas escolas publicas, sujeitas em tudo aos regulamentos destas. A economia que por esta forma conseguir-se reverterá em proveito geral, permitindo multiplicar os estabelecimentos de instrucção nas localidades onde a população se acha mais disseminada e dividida em pequenos nucleos distantes uns dos outros". In: BRASIL. Relatório do ministro dos Negócios do Império. 1879.

⁹⁰ Vale lembrar que o modelo norte-americano, tal qual descrito por Hippeau (In: *Diário Oficial do Império*, 1871), pode estar funcionando como inspiração para esse tipo de proposta. A esse respeito, conferir também Barbosa (1983) e Oliveira (2003).

Mafra, de 1855.⁹¹ Ao se referir ao cotidiano escolar, Dr. Mafra sugere uma rotina para os colégios:

Exercendo os trabalhos intellectuaes, quando exagerados, influencia funesta sobre o espirito e indirectamente sobre o physico, cumpre que a seu respeito sejam observadas as regras seguintes.

Das cinco ás seis horas da manhã, conforme as estações, devem levantar-se os alumnos. Depois de uma ligeira refeição terão duas horas de estudo a tres; no fim deste tempo se lhes dará almoço nutriente (carne e legumes); seguir-se-ha um recreio de meia hora pelo menos, depois do qual se applicarão ás suas tarefas até o meio-dia, o maximo de tempo (tres horas), que se deve consagrar seguidamente a trabalhos serios. Uma nova recreação de meia hora deve preceder o trabalho que se seguir até ás duas horas. Então cessado este haverá algum repouso, ao qual succederá o jantar, seguido igualmente de meia hora pelo menos de recreação.

Recomeçarão então os trabalhos que durarão até cinco horas. Das cinco ás seis recreação, em que serão os exercicios mais livres e desenvolvidos. Das seis ás oito o estudo, ao qual seguir-se-ha a cêa, que deverá ser ligeira: um curto e moderado recreio depois do qual se deitarão os educandos (1855).

De acordo com o próprio médico, “conforme as estações”, o tempo de atividades nos colégios poderia variar de quinze a dezesseis horas diárias, distribuídas entre as refeições, os estudos, os recreios e um repouso. Procurava, assim, regradar e ordenar a vida no interior dos colégios, de modo que os meninos pudessem incorporar um tempo exterior, um tempo prescrito a partir da ordem médica – que, por sua vez, buscava apoio

⁹¹ Outros médicos desenvolvem movimento semelhante no sentido de ordenar o tempo do escolar. É interessante registrar que essa preocupação também aparece na obra de Spencer (1886), cujos textos, em forma de livro, foram publicados pela primeira vez em 1861, na Inglaterra. A primeira edição dessa publicação em francês data de 1878 e a primeira em Portugal data de 1886. Nessa obra, Spencer recorre com ênfase à fisiologia e ao resultado de experimentos ingleses para sustentar as suas posições, que, no caso da educação física, consistem em uma redistribuição do tempo escolar como mecanismo para estabelecer uma formação sem excessos, isto é, uma formação sem ênfase no aspecto intelectual; enfim, uma educação equilibrada no que se refere aos aspectos intelectuais, físicos e morais. No conjunto de teses examinadas, Spencer é explicitamente referido pelo Dr. Vasconcellos, em 1888, e pelo Dr. Brito, em seu trabalho de 1891.

na fisiologia –, no qual deveria ser reservado um período para a realização dos exercícios físicos nos “intervalos” entre os trabalhos “sérios”. Note-se que nessa distribuição do tempo escolar não há espaço para o tempo “vago”, sem destinação previamente estabelecida. Tratava-se, desse modo, de fazer com que a escola fosse toda ela regrada pela idéia do tempo útil, do tempo produtivo. Um tempo disciplinado e disciplinador, enfim.

Nessa mesma linha, Dr. Armonde afirmava:

Nas escolas primarias publicas os alumnos de ambos os sexos demorão-se nas aulas tres horas consecutivas pela manhã e outras tantas pela tarde. A attenção das crianças não póde nem deve ser largamente applicada. Tornão-se inquietas, distrahem-se muito naturalmente, e o resultado disso é soffrerem castigos que em nada lhes aproveitão. Depois do jantar, nada mais contrario a hygiene do que obrigar as crianças a trabalhos de intelligencia. Alem de não trazer proveito, pois a desattenção a essa hora é facto que se observa sempre, a digestão é mal feita, já pelo repouso em que os alumnos se conservão, já pela excitação nervosa em que o estado de desgosto, de constrangimento, os colloca. [...]. A hygiene aconselha que as aulas sejam, quanto possivel, feitas até ás duas ou tres horas; aconselha ainda entremeial-as de exercicios physicos; convindo tambem que as lições que demandem grande esforço intellectual alternem com as bellas-letras, bellas-artes, etc. Todos os effeitos desse methodo são vantajosos: mais attenção ás lições, que são ouvidas com mais prazer pelo alumno; d’ahi maior aproveitamento. A par disso, maior estima aos mestres, maior harmonia entre educador e educando, menos castigos, e, o que mais é, melhor saúde (1874).

Observa-se, desse modo, que a hygiene chama para si a responsabilidade e o dever de formular um programa, não apenas para a educação física, como, de resto, para o funcionamento integral de toda a organização escolar, prescrevendo tempos, duração, práticas, estabelecendo ordenações e conteúdos. A adoção desse programa higiênico por parte das organizações escolares tem, no limite, um efeito sobre a promoção da saúde individual, institucional e social, finalidades primeiras de uma medicina que tomava o social por objeto.

Dr. Mafra também não deixou de pensar e prescrever regras para aqueles que não cumprissem os princípios da boa disciplina, referindo-se aos castigos:

As penas que á bem da ordem e disciplina é indispensável infligir aos alumnos de uma casa de educação, devem ser mui discretamente applicadas. A privação de recreio não é prudentemente empregada em qualquer occasião e para com qualquer individuo; casos ha em que é um mal hygienicamente considerado, maximo sendo immoderado o seu uso. Os castigos corporaes, cuja abolição desejamos se possa brevemente conseguir, estão no mesmo caso (1855).

É interessante notar que ele se posiciona contrariamente ao uso imoderado da “privação do recreio e dos castigos corporaes”, posto que as duas práticas afetariam a rotina preestabelecida, podendo prejudicar o corpo e o seu desenvolvimento. Não defende, contudo, a supressão de ambos pois, segundo ele, “casos ha em que é um mal hygienicamente considerado”. Desse modo, Dr. Mafra participa de uma defesa do uso também disciplinado dos castigos no interior dos colégios, entendendo que os mesmos poderiam cumprir sua função higiênica, desde que usados com moderação. No caso, castigar o corpo também é entendido como um recurso “máximo” para a educação do indivíduo de modo mais geral. Estimulado, privado ou castigado, o corpo é representado tanto como objeto a ser educado como meio de educação. Objetivos, enfim, de uma educação física higiênica.

O lugar de educar o corpo

A crítica ao espaço escolar também foi aplicada à educação física, emblematicamente visto na denúncia à ausência de espaço adequado para o desenvolvimento das práticas corporais nos colégios. Esse aspecto foi bem explorado pelo Dr. Andrada Jr., em 1855. Ao iniciar o desenvolvimento do tema da educação física, apoiou-se em outro médico, Dr. Japiassu, que em tese de doutoramento afirmara que o exercício, o movimento e a agitação são a “lei geral da natureza”. Porém, para Dr. Andrada Jr., um exercício corporal bem compreendido na sua parte verdadeiramente higiênica era uma das primeiras condições para o desenvolvimento dos órgãos e aperfeiçoamento de todas as faculdades do corpo e do espírito. Já no princípio de seu discurso, afirmava que a questão corporal não deveria ser tratada isoladamente e recorre aos “arquivos da história”, retirando deles alguns exemplos que demonstravam o sucesso de uma

formação integral,⁹² lamentando que “entre nós” ainda não se compreendia que “o problema da educação consiste no equilíbrio das forças físicas e das faculdades intellectivas, que o desenvolvimento exclusivo de um traz constantemente o definhamento das outras”. A crítica é dirigida contra uma educação exclusivamente preocupada com o aspecto intelectual, produtora de adultos que “não terão que offerecer aos seus concidadãos mais do que um talento gasto pelos excessos e a sombra de um corpo humano”. Demonstra, desse modo, partilhar dos princípios ensinados na FMRJ ao longo do século XIX.

Ao mesmo tempo que desenvolve uma pregação contra a mentalidade da educação fragmentadora do homem e de uma educação pelos fragmentos, o discurso do Dr. Andrada Jr. supõe desdobramentos materiais. Nesse sentido, defende que “em todos os collegios haverão áreas ou jardins destinados aos trabalhos gymnasticos dos alumnos, os quaes terão lugar em horas determinadas e nos intervallos das lições”. Requer também desdobramentos programáticos, por intermédio dos quais postula ordenamento do tempo e das práticas corporais. Em relação ao primeiro aspecto, defende que os exercícios não deveriam ser praticados nem antes nem depois das refeições, mas entre os tempos dedicados aos estudos. Com relação ao segundo aspecto, defende que os exercícios deveriam ser repartidos segundo a idade de cada um e a diversidade das constituições.

Trata-se de um discurso que também requer desdobramentos curriculares, lembrando que, antes da puberdade, os movimentos e atividades poderiam ser realizados indistintamente por ambos os sexos. A chegada da puberdade, no caso das meninas, faz alterar as recomendações para as mesmas, indicando que a partir dessa situação a ginástica só deveria ser praticada como recurso terapêutico, reduzindo-se as atividades nos demais casos ao passeio a pé ou de carro, à dança, ao canto e ao piano, por exemplo. Para os meninos, reservava, além desses, o salto, a carreira, a luta, a esgrima, a arte de nadar, a equitação e “muitos outros exercicios, cuja influencia sobre a desenvolução das nossas faculdades físicas tem sido consagrada pela experiencia de tantos seculos”.

Finalmente, discorre sobre aquilo que designa “gymnastica propriamente dita”, que, segundo sua definição, correspondia a uma série de movimentos simples e combinados, dispostos em uma certa ordem, próprios para fazer desenvolver gradualmente as diferentes peças de que se

⁹² Cita os exemplos de César, Marco Aurélio, Catão, Carlos II e Henrique IV.

compõe o organismo humano, atribuindo a Werner a idéia de “sistema de movimentos metódicos e compassados”, que fora modificado com vantagem pelo coronel Amorós,⁹³ sendo esse também o modelo de ginástica recomendado por uma série de franceses listados no trabalho,⁹⁴ que o médico brasileiro assume e defende, apesar de reconhecer a existência de observações contrárias feitas por Delacoux. Em virtude das características e dos limites de uma tese, desculpa-se por não descrever os variados exercícios integrantes da ginástica de Amorós, limitando-se a “unicamente indicar-lhe a proficuidade e aconselhar seu emprego para a educação da mocidade nos collegios”.

Soares (1998), ao examinar detalhadamente a proposta de ginástica do coronel espanhol, de ampla divulgação e impacto na França oitocentista, considera que a mesma visava moldar o corpo a partir dos critérios da limpeza e da utilidade, e que o projeto amorosiano ganhou um espaço de grande visibilidade com a criação dos ginásios, que ele defendia. De acordo com essa autora, desde a inauguração do primeiro, em 1820, os ginásios foram transformados em palco onde ocorriam verdadeiros espetáculos, em que se demonstrava força física e destreza, tornando-se, portanto, “espaço oficial de divulgação de um modelo de treinamento do corpo e da vontade: o lugar onde se aprende a fazer o uso correto das forças físicas e morais”. Soares registra também que, de modo geral, os inúmeros ginásios amorosianos se constituíram “verdadeiros santuários onde se treinava, de modo sistemático, um outro modo de ser. Deles saíam os homens e mulheres fortes, vigorosos e bons” (p. 36), acrescentando, acerca do fundamento utilitário da proposta de Amorós, que ele desenvolveu um tipo de trabalho no qual a cada mês seus alunos praticavam as ações

⁹³ Francisco Amorós y Odeano nasceu em Valença, Espanha, a 19 de fevereiro de 1770, tendo iniciado sua vida militar aos nove anos de idade, quando ingressou no exército espanhol. A base de sua educação na Espanha foi a ginástica, a esgrima, a natação e a equitação. No levante espanhol contra a dominação napoleônica, Amorós se declarou inimigo de Fernando VII e se uniu a José Bonaparte. Foi deportado para a França em 1814 e, já em 1815, tornava-se membro da Sociedade para a Instrução Elementar em Paris. Em 1816, naturalizou-se francês e iniciou sua campanha em favor da criação dos ginásios. A partir de 1820, começou a publicar seus estudos sobre a ginástica. Morreu em Paris, a 8 de agosto de 1848, com 78 anos de idade. Também conhecido como Marquês de Sotelo. (Dados biográficos retirados de Soares, 1998).

⁹⁴ São citados Parriset – que, em carta localizada na obra de M. Froissant, avalia positivamente o método do coronel espanhol – e membros da Sociedade de Medicina de Paris encarregados de avaliar a gymnastica de Amorós: Macquart, Mézert, Roux, Villermay, Esquirol, Gasc e Bailly.

corporais aprendidas nos ginásios “em bosques, rios, cachoeiras e terrenos bem acidentados”. Método que, continua Soares, buscava estabelecer, “de forma muito precisa, a relação dos exercícios praticados com sua utilização na vida cotidiana” (pp. 36-7), sendo essa uma estratégia para negar a representação de ginástica como frivolidade e entretenimento – e, acrescento, tempo livre e ócio. Para Soares, tal estratégia atendia a um postulado caro a Amorós: o de que o grande objetivo de seu trabalho era a educação moral.

A Ginástica era apenas o meio mais adequado para realizá-la. E educar era, sobretudo, criar normas de conduta que fossem individualmente interiorizadas para serem socialmente mais eficazes. A criação de uma segunda natureza a partir da norma deveria ser de tal forma internalizada que tornar-se-ia a própria natureza (1998, p. 37).

O postulado amorosiano parece ter sido bem compreendido pelo Dr. Andrada Jr., que tenta aplicá-lo, recusando-se a trabalhar o corpo descolado de uma perspectiva moral e social. Para tanto, apropria-se não apenas dos princípios fundadores do modelo de Amorós, como também da luta pelas condições materiais para execução desse projeto e da defesa dos exercícios que o mesmo propõe, forjando um programa escolar em que o trabalho com o corpo só teria sentido se contribuísse, simultaneamente, para a produção de um corpo robusto e flexível e de um sujeito sem vícios.

Os agentes da educação física

A inclusão da educação física nas escolas supunha a defesa de uma especialização na condução dessas atividades. Em oposição às atividades dos saltimbancos, circenses e capoeiras, a atividade na escola deveria ser sistemática e metódica. Por isso, requeria um profissional específico para lidar com o corpo dos escolares. Exigia, portanto, uma espécie de profissionalização no trabalho com o corpo, com a defesa dos “ginastas”. Além disso, impunha uma definição de outros agentes da escola, nomeadamente os professores/diretores e os próprios alunos.

Ginastas

Na tese do Dr. Souza (1857), a décima quinta proposição trata especialmente dessa questão: “Era necessaria a creação de uma classe nova

de indivíduos nos collegios, os gymnastas, que dirigissem e regulassem os exercicios”. Apesar do formato distinto desse trabalho, devido ao seu caráter propositivo, é possível perceber a existência de um roteiro que os médicos seguem: educação do equilíbrio, diagnóstico negativo das práticas corporais desenvolvidas nos colégios e prescrições de exercícios. Nesse caso, uma recomendação é pela primeira vez apresentada: criação da classe dos ginastas. A presença desse ponto sugere que as práticas corporais deveriam ter um tratamento distinto e especializado no interior dos colégios, merecendo, portanto, que se instituísse um elemento no quadro de pessoal da escola que se responsabilizasse e fosse responsabilizado pelo desenvolvimento do físico dos escolares. Dessa forma, ao propor uma educação do equilíbrio e da moderação, pressupõe que, para que a mesma fosse atingida, deveria se promover uma discriminação dos agentes responsáveis pelo desenvolvimento das diferentes dimensões do humano, sendo que, no caso do aspecto corporal, haveria a necessidade de um sujeito especializado. É indício, nesse discurso, do surgimento da defesa do profissional especializado nas questões corporais, do professor responsável pelo desenvolvimento físico do escolar, de uma espécie de profissional que tomasse o corpo como objeto específico de sua intervenção, enfim, do professor de educação física. A educação do equilíbrio, ou integral, passava a exigir uma especialização, em cujo desdobramento inicial se distinguiria o professor responsável pela educação intelectual e moral, e um outro, que ficaria responsável pela educação física, o que não significava dizer que este deveria desprezar as demais dimensões do homem, conforme a doutrina médico-higiênica.⁹⁵

Professores/diretores

Como indicado anteriormente, muitas escolas primárias na Corte eram unidocentes, sendo seus professores os responsáveis por toda a direção: matrícula, frequência, aulas e relatórios, por exemplo. Por concentrarem essas funções, eram repetidamente lembrados pelos higienistas na condição de aliados necessários à implementação do projeto defendido pelos médicos. A preocupação com os professores foi explicitada na tese

⁹⁵ Com isso, não se quer afirmar que tenha havido uma formação regular dos “ginastas” no Império. O que se quer ressaltar é a ênfase que se imprime ao corpo, a ponto de gerar a defesa de que as atividades corporais na escola deveriam ficar sob a responsabilidade de um profissional específico, ocorrendo em espaço próprio.

do Dr. Vasconcellos, ocasião em que emitiu um diagnóstico ambíguo acerca dos exercícios ginásticos nas escolas:

Entre nós, felizmente já se vai compreendendo a utilidade desses exercícios; é verdade que os professores ainda não estão, em grande numero, industriados no methodo a estabelecer, tanto que vemos as crianças começarem estes exercicios simultaneamente pelos dous grãos. Além disso, os professores fazem executar esta parte do programma de ensino, nas proprias salas de aulas, muitas vezes tão acanhadas que mal tem espaço para a mobilia escolar. Os resultados a colher-se nestas condições, não podem ser satisfactorios e transforma-se assim esse poderoso modificador em uma inutilidade (1888).

A compreensão da utilidade dos exercícios ginásticos vem acompanhada da denúncia de que a aplicação dos mesmos vinha se dando de forma inadequada por parte dos professores, o que sugeria a necessidade de quadros especializados para a condução das práticas corporais no interior dos colégios. Só desse modo os exercícios ginásticos poderiam cumprir sua função regeneradora e compensatória junto à classe pobre da população e, portanto, produtora de um sujeito formado integralmente; exigência de um modelo de saúde e de representação de homem requeridos pela sociedade moderna, à qual se queria integrar o Estado imperial brasileiro.

Em 1855, a insatisfação do Dr. Andrada Jr. com a educação se manifesta contra três instituições: o Estado, a Família e a Escola. Para ele, o desleixo das autoridades incumbidas de vigiar a limpeza e asseio das cidades; o dos chefes de família que remetiam ao acaso a educação de seus filhos, que os sufocavam desde a mais tenra idade na atmosfera mefítica dos bailes e dos teatros ou que deixavam suas casas serem transformadas em lodaçais de impurezas e imundícies; e, finalmente, o desleixo dos diretores dos colégios, encarregados de velarem pela boa direção de moços inexperientes, reunidos em grande número em uma mesma casa, “é, e será por muito tempo ainda, o fabricante de todas essas machinas ambulantes de pelle e osso que cruzão automaticamente as ruas de nossas cidades, e que só sabem viver da dor que os acabrunha”. Nesse caso, a crítica aos diretores dos colégios vem associada à crítica a outras instituições, muito embora ele reparta precisamente as competências de cada uma delas, apontando o “desleixo” das mesmas nos aspectos que lhes competiam: a cidade,

a casa e a escola. Segundo sua perspectiva, a fabricação das máquinas ambulantes deveria ser então repartida entre as três instituições para as quais apontava e nas quais identificava a necessidade de serem reformadas.

No que se refere aos professores/diretores propriamente ditos, Dr. Andrada Jr. oferece um detalhado roteiro a ser seguido para a sua seleção e conduta, cujo início é voltado para uma análise da “sciencia da educação”. Para ele, não era sem fundamento a afirmação de M. Rollin de que a ciência da educação era de todas a mais difícil, a mais rara e, ao mesmo tempo, a mais importante. Assim sendo, o “espinhoso caminho de instructor da mocidade” só deveria ser trilhado por homens cuja sabedoria, retidão, perspicácia e moralidade estivessem acima de toda e qualquer censura desfavorável, já que o futuro de uma multidão de mancebos cheios de vida e de esperanças, em que repousavam talvez os destinos da geração de amanhã, quebrava-se não poucas vezes de encontro às falsas doutrinas de uma direção “mal assisada”. E continua:

O espirito menos remisso em conceber as mais delicadas noções póde, pelos desvarios de um regulamento vicioso, deixar morrer uma a uma todas as qualidades que o tornavão capaz de preencher um dia os mais importantes encargos da sociedade, do mesmo modo que o coração mais bondadoso contaminar-se e perder-se sob a malefica influencia dos máos exemplos.

A educação nos collegios não será limitada á cultura da intelligencia, e o seu director deverá dispôr de um fundo de erudição sufficiente, não só para poder inculcar com facilidade nos tenros corações dos seus discipulos o amor do bello e do justo, como também para saber conservar-lhe a integridade funccional, sem o que a custo supporta o homem o pesado fardo da vida; a influencia que sobre o moral e a intelligencia exercem as condições physiologicas do nosso corpo, é razão bastante para que assim nos pronunciemos (1855).

Em seguida, apoiando-se no Barão de Gerando e em Adolphe Bossange,⁹⁶ chama a atenção para outros traços que o “bom director” deveria possuir:

⁹⁶ Trata-se do relato do caso de Volney (Boisgirais), que, depois de um tratamento áspero por parte de seus professores, tornara-se melancólico e avesso aos estudos. Um de seus profes-

Uma das precauções mais indispensáveis de um bom director será o de ter em equilibrio a balança da justiça, dispendendo na medida conveniente as reprehensões e os elogios, os castigos e as recompensas, de modo que estas não produzam demasiado orgulho; que aquelles, em vez de servirem de correctivo, não dêem lugar a caprichosas reincidencias ou ao indifferentismo; procurará sempre o melhor meio de casar a severidade com a indulgencia tratando a todos com igual estimação e lembrando-se que a benevolencia (bem comprehendida) dos mestres é uma das primeiras condições de adiantamento dos discipulos. “Não basta que o professor possua (exclama o barão de Gerando no seu *Curso normal*) aquella virtude feroz e aspera que repelle, assusta e contrista, se é que a virtude pôde tomar semelhante aspecto; severo convoscos, sercis indulgentes com os outros; procurareis fazer estimavel a virtude sabendo ennastra-la de flôres, e vossos discipulos folgarão na vossa companhia” (1855).

Para Dr. Andrada Jr., associado a um apurado senso de justiça, os professores deveriam conhecer profundamente o carácter de seus discipulos e conhecer a fundo o coração dos homens no que se refere à maneira de conduzi-los à estrada da “honra e da felicidade”. Por isso, considera a perspicácia um dos atributos indispensáveis à função docente, já que ela permitiria regular convenientemente as palavras e ações pela índole e idade de cada um e não correria o risco, como alguns, de se deixar iludir com falsas aparências, nem de acordar, como muitos, por advertências fora do tempo, os mesmos sentimentos que procurava aniquilar. No que diz respeito à moral dos professores, é breve e incisivo:

Quanto á moralidade, não tocaremos mesmo nesta questão, porquanto não há quem desconheça a que tristes eventualidades se vê sujeito o menino entregue á vigilancia e aos conselhos de habitos depravados; contentar-nos-hemos com asseverar que lhe resultará para o espirito o mesmo desmerecimento que no corpo produz a alimentação com substancias corruptas ou a inalação de um ar impregnado de miasmas (1855).

sores “teve-lhe dó, afagou-o, ministrou-lhe bons conselhos e consolações que por tal arte se houve com os estudos, que galgou logo os primeiros lugares, para nunca mais deixá-lo” (apud Andrada Jr., 1855).

Cultura, justiça, perspicácia e decência são as qualidades que o profissional da “sciencia da educação” deveria possuir, sob pena de impedir o pleno desenvolvimento dos jovens, ou melhor, sob pena de não ser capaz de aplicar correta e eficientemente os postulados da higiene. Assim, tais características deveriam ao mesmo tempo orientar os processos de formação, seleção e fiscalização dos professores, que, pelo diagnóstico traçado, não atendiam a essa quádrupla condição para o bom exercício de sua função.

Em 1853, Dr. Portugal também apresenta uma crítica aos professores selecionados pelo próprio Estado. Ao fazer uma espécie de diagnóstico dos colégios, explicita sua crítica, acompanhada do programa que prescrevia:

Geralmente nos collegios existentes em o nosso paiz, quasi que podemos dizer sem medo de errar, que nem o moral e nem o physico se aperfeiçoam tanto quanto era de esperar, porque não ha verdadeiro methodo seguido pelo professores para isso; o moral, porque a má administração que ha nos collegios dá lugar, ou ao completo abandono dos meninos quando elles mais precisam de quem lhes guie seus tremulos passos na vida, ou por causa do muito rigor que ha em outros estabelecimentos; o physico, como dissemos, não se aperfeiçoará, não só em attenção ao moral, como por causa das condições physicas existentes nestes estabelecimentos: como uma atmospherá viciada pelos grandes ajuntamentos de pessoas, falta de asseio, más alimentações, etc.

O encerramento e prohibição que alguns pais costumão dar a seus filhos, e que muitas vezes é movida pelos directores dos collegios de que os moços não arredem pé destas casas – é má, pois que havendo de preencher os moços em certa quadra da vida funções tão naturaes como a da geração, sentindo o fogo de suas vontades abrasadoras ateiado por tal imposição, entregão-se ao onanismo e todas as castas de immoralidade que principalmente existem nos collegios de mais rigor: assim aconsellamos que o numero dos recreios seja augmentado, e durante elle os exercicios gymnasticos postos em pratica para distrahir a esta gente, que do contrario ficará de physico e moral estragados e a patria illudida por ver as suas esperanças mallogradas; pois é desta brilhante mocidade que ella espera sua salvação e prosperidade futura (1853).

No caso dos rapazes, a prescrição do Dr. Portugal consiste em elevar a quantidade de recreios, de modo a distrair os jovens do “fogo de

suas vontades” com o artifício da ginástica. A adoção das práticas dos exercícios corporais nos recreios escolares funcionaria como um antídoto contra os vícios, pois, juntamente com a distração da juventude, viria a ocupação integral do tempo escolar. Outra vez, nessa representação, a ginástica escolar se encontra a serviço da regulação física, mas, nesse caso, sobretudo moral.

No caso das meninas, o argumento orgânico se encontrava igualmente subordinado às preocupações com a regulação moral. O postulado de que se deveria evitar o desenvolvimento prematuro dos órgãos funciona como um argumento que visava interditar práticas moralmente condenáveis do ponto de vista da boa higiene:

Ao terminarmos nosso ponto de educação, lembramos que a educação moral que se dá ás meninas em o nosso paiz, não é das melhores, pois que muito cedo principião ellas a sorver tragos de prazer nos salões dos bailes e theatros, dando lugar taes excitações a desenvolvimentos prematuros dos orgãos e suas terriveis consequencias, que por tantas vezes acabrunhão o physico dessa juventude.

Será muito proveitoso que as meninas em idade muito tenra não se entreguem á leitura de romances, pois que produzem effeitos muito fortes sobre seu organismo; será de proveito para que não se dê o desenvolvimento prematuro de orgãos, e se este aspecto que muitas vezes tomão as senhoras que principião a receber de muito cedo excitações as quaes muitas vezes são satisfeitas em detrimento de seu organismo (1853).

Proteger e preservar o corpo biológico são princípios que Dr. Portugal invoca para sustentar a contra-indicação de “práticas perigosas”, visto que, no limite, colocavam em risco o próprio organismo. Assim, a conservação da vida, fundamento mais nobre da ciência médica, é que deveria fundamentar, igualmente, os demais aspectos do homem, que a ele deveria ficar subordinado. Tudo aquilo que pusesse em risco o organismo deveria ser banido em seu próprio nome, daí a proibição às jovens de frequentar os salões, teatros e de ter acesso à literatura de romance, práticas que, segundo a higiene, “acabrunhavam” seu desenvolvimento físico.

Uma posição assemelhada, no entanto, já estava presente no interior da comunidade médica, pelo menos desde o ano de 1852. Nesse ano,

Dr. Gomes, após lançar as bases para o programa escolar, advertia os diretores, chamando-lhes a atenção para o grande valor e alcance da palavra educação.

O programa escolar proposto pelo Dr. Gomes se desdobra nas questões metodológicas, de conteúdos e na organização do tempo escolar, como pode ser verificado em seu discurso:

A sua instrução então deve ter por objecto as cousas que cahiam immediatamente debaixo dos sentidos, e que, fixando a attenção, façam nascer ideas, e exercitem a memoria. O estudo das linguas, e das sciencias abstratas deve começar um pouco mais tarde, quando o menino tiver já adquirido vigor, e quando fôr dotado de raciocinio e meditação. A alimentação nesses collegios é invariavel e insufficiente. Ha o mesmo recreio com a mesma duração; o mesmo genero de exercicios para o menino, que para o adolescente; as mesmas horas de somno, etc., como se todos tivessem o mesmo gráo de forças e de perdas; e o mesmo tempo de estudos para todos, como se o espirito do menino fosse susceptivel de uma attenção tão prolongada como a do adulto. Semelhante regime tolhe o desenvolvimento physico e moral do menino. Lançae um golpe de vista para os pensionistas de nossos collegios, e achareis em seu semblante pallido, descarnado, contristado, sem expressão, a prova desta verdade. Do desgosto, que o estudo assim apresentado lhes inspira, nasce a hypocrisia, e para escapar ás punições que os perseguem, os meninos se lançam na mentira, e procuram illudir seus mestres (1852).

Em seguida, advertia os diretores dos colégios para que prestassem atenção ao programa por ele formulado, pois caberia a eles reorganizar o funcionamento das escolas em consonância com a ordem médica:

Os directores dos collegios se devem compenetrar do grande valor, e alcance, da palavra – educação – e de que na infancia o cerebro precisa de repouso, e os musculos de exercicio. A duração das classes deve ser diminuida; a dos recreios augmentada; o genero de exercicios deve ser proporcionado ás idades, e constituição dos alumnos; grande intervallo deve haver entre as refeições e as classes; entre a da noite e o somno deve mediar pelo menos duas horas; e o infante deve deitar-se mais cedo, do que o adulto (1852).

Assim, Dr. Gomes sela a repartição de tarefas entre os médicos e os diretores/professores, sobressaindo nessa última fala o verbo “dever”, verbo aliás muito característico da gramática da ordem médica, como já alertava Laplantine (1991, p. 237). No caso, prescreve as ações a serem seguidas pelo responsável pelo funcionamento da escola, que necessitava se comportar como um agente da higiene,⁹⁷ devendo ser jovial e de pouco rigor, pois, como dizia Monteverde, “rigor, nem para fazer o bem”. Acrescenta, ainda, uma recomendação para os casos em que o “diretor e os professores” fossem obrigados a repreender ou castigar seus discípulos. Nessa situação, deveriam tratar, logo depois de aplicada a repreensão ou castigo, de “reganhar-lhes” a amizade, fazendo-os sentir que eram amigos e que os castigos, em vez de males, trariam imensos benefícios. Desse modo, assegurava, aqueles que se achavam à frente dos estabelecimentos de educação estariam desempenhando seu dever e sua importante missão, satisfazendo assim os desejos ardentes daqueles que lhes haviam confiado seus filhos. Estabelece, dessa forma, a tese do castigo higiênico, que, nessa acepção, não deveria ser completamente banido dos colégios.

Alunos

As posições acerca do trabalho com os alunos têm início com a definição da idade escolar, marcada com base em argumentos oriundos da fisiologia. Na escola, as prescrições de trabalho corporal se encontram associadas à faixa etária e ao gênero. Esses dois critérios deveriam ser adotados na orientação das atividades físicas: início, duração, desenvolvimento e término. No que se refere à idade, há um consenso de que a educação anterior à escola deveria ficar sob a responsabilidade da família. Nesse caso, a “invenção da infância” seria um dos fatores responsáveis pelo isolamento e constituição da família nuclear, visto que, durante sete anos, a criança seria o alvo exclusivo da atenção e cuidados da família.⁹⁸ Vale ob-

⁹⁷ Cabe registrar que as teses de 1852 e 1888 apontam na mesma direção: impor um modelo a ser seguido pelos professores/diretores, fato que chama a atenção, posto que o ingresso dos “professores públicos” já era controlado desde a Lei de 15/10/1827 e a preocupação com a formação dos mesmos já tinha se materializado com a criação de escolas normais na Província (Niterói, 1835) e na Corte (1880). Com relação à primeira, recomendo a leitura de Villela (1992 e 2002). Quanto à segunda, cabe registrar a presença da cadeira de Elementos de Ciências Físicas e Naturais e de Higiene e Fisiologias na grade curricular dos futuros professores (Decreto n. 7.684 de 06/03/1880), o que não foi suficiente para eliminar a crítica formulada pelos médicos à formação dos professores.

⁹⁸ Cf. Ariès (1981) e Costa (1989).

servar que essa preocupação remonta ao ano de 1852, quando Dr. Gomes, ao abordar a problemática dos colégios, formulou um extenso programa de ordenamento dos mesmos, tendo como núcleo inicial o problema da educação física. A primeira prescrição por ele apresentada diz respeito ao critério de matrícula, que, em sua perspectiva, deveria ser o de idade.

Mal desponta o menino aos 5 ou 6 annos de idade, que já se trata de encerral-o entre as quatro paredes de um collegio, onde pregado continuamente em um banco, respirando uma atmospherã não renovada e constantemente viciada, é condemnado á immobildade por dilatadas horas, curvado sobre livros que excedem o alcance de sua comprehensão. A attenção já pouco excitada desaparece, a aversão começa; o organismo gasta-se, e a intelligencia se enfraquece. Se por ventura elle se impacienta com este estado oppressivo é immediatamente castigado. Se nesses curtos recreios não guarda a gravidade do ancião, é logo reprehendido. Em breve é sobrecarregado de estudos que ultrapassam as forças de seu espirito; suas faculdades rudimentarias se anniquilam; aquelle que era estúpido fica completamente idiota, e aquelle que prometia uma intelligencia de Newton torna-se o mais estúpido dos homens. É de summa necessidade que o menino comece os seus estudos só na idade de 7 annos, e nunca antes (1852).

Ao definir a idade mínima para ingresso nos colégios, Dr. Gomes se vale de argumentos baseados no desenvolvimento biológico. No entanto, tal definição tem também efeito nas políticas públicas, já que, com esse corte, o Estado definia claramente em que momento iniciaria sua intervenção junto à população. Dr. Portugal também reserva uma parte de seu discurso para tratar da questão da idade mínima para ingresso nos colégios:

A idade que nos parece mais propria para o menino ir para o collegio é a idade de sete annos. Os professores e directores dos collegios devem principiar por ensinar aos meninos linguas, para ao depois ensinar-lhes sciencias que não necessitem muito dos esforços da intelligencia, e passar do estudo destas ás mais difficeis. Nos primeiros sete annos a memoria é das faculdades da alma uma que mais cedo principia a mostrar-se; por essa razão foi que aconselhámos o estudo das linguas em primeiro lugar. Muitos moços estudão philosophia em o nosso paiz em idade que não a

podem compreender sem grande perversão no seu moral e no seu physico, e quando consigão comprehendê-la a custo de esforços ficarão acabrunhados, e de physico e moral deteriorados (1853).

A natureza é tomada como critério que ordena o início da escolarização, bem como o que e como deve ser estudado, hierarquizando e subordinando, desse modo, a aprendizagem ao desenvolvimento biológico. Construindo, enfim, um método para o ensino ao qual se encontram vinculados conteúdos, procedimentos e tempos. Método que cimenta as preocupações físico-corporais e morais.

O modo de educar

Ao defenderem uma educação integral, os médicos também apontam um método para que a mesma seja bem-sucedida. Um dos aspectos é a hierarquia que estabelecem. Para eles, a educação do corpo deveria preceder a educação intelectual. Em 1846, Dr. Mello defendia a antecedência dos exercícios corpóreos em relação aos estudos, pois, segundo ele, enquanto o espírito não estivesse suficientemente forte e o corpo bem robustecido, os meninos não deveriam se “consagrar, senão aos exercicios corporeos, que fortificação a sua constituição”, já que a natureza não poderia operar ao mesmo tempo o desenvolvimento do corpo e da inteligência. Em suas palavras,

o crescimento do corpo deve ter lugar antes do espirito; e por consequencia, seguir-se-há uma ordem inversa, se esforçar por desenvolver a intelligencia, quando o corpo ainda é fraco, e delicado, e interrompendo-se a marcha livre, de que este precisa para expandir-se, elle se depauperará, e não sahirá victorioso do combate da puberdade, e então será acabrunhado pela morte, depois de ser precedido de molestias crueis. Adoptando-se uma rotina contraria, fazemos com que os meninos comprem e bem caro uma celebridade antecipada, e exigimos um impossivel da natureza. Fleury diz “querer-se que sejam doutores (os meninos) é exigir-se que uma planta nova tenha, d’um dia para outro, um tronco colido e profundas raízes”. A experiencia constantemente nos faz ver, que, procurando-se desenvolver as facultades intellectuaes antes do tempo prescripto pela natureza, e exercendo-as continuadamente por estudos sustentados, chega-se muitas vezes á dar-

se-lhe uma grande energia, mas tão bem cahem no enfraquecimento de maneira que os meninos, que tinham começado por prodígios da sciencia, e erudição acabam por se tornarem imbecis, e estupidos (1846).⁹⁹

Com esses elementos postos em jogo, Dr. Mello prescreve que se deveria prestar muita atenção aos estudos da infância, e que não se seguisse mais o costume de enviar os meninos à escola tão logo aprendiam a andar, lugar em que ficavam quase o dia todo, pois a obrigação de ficarem sentados, a atenção que aplicavam aos livros, a coação em que se achavam, tudo isso os oprimia e os assassinava lentamente, porque tudo isso era “opposto á sua natural vivacidade”.

Ao concluir a tese, referindo-se ao método por ele proposto, afirma que “taes são os meios, que nos parecem adequados para constituirem a base d’uma educação publica, consentanea ao bem da humanidade, e aos progressos scientificos do seculo”. Seguindo o modelo apresentado, se alcançaria a constituição de corpos robustos, espíritos esclarecidos e almas virtuosas e, desse modo, se estaria doando ao “nosso jovem Brasil” filhos dignos de sustentarem a sua honra e as instituições que regiam o país. Outra vez o projeto de formação escolar e seu aspecto metodológico são representados em um cruzamento direto com a própria constituição da nação e das instituições nacionais. No que se refere ao corpo, os médicos traçavam o plano para obter e, com isso, abastecer o Estado daqueles corpos considerados exemplares.

As atividades

Para atingir os objetivos de disciplina, regeneração, força e moralização dos/pelos corpos, os médicos selecionaram um conjunto de exercícios voltados para o alcance dos referidos objetivos, como pode ser verificado no quadro 18.

⁹⁹ Dr. Mello cita dois exemplos. O primeiro é o de Hermógenes, que na idade de dezoito anos era o mais hábil retórico da Grécia, mas que perdeu todos os seus conhecimentos aos 24 anos, tendo vivido até os 48 em completo estado de idiotismo. O segundo é o do imperador Caracalla, que também aos dezoito anos era um “portento de instrução”, mas que perdera depois todos os seus conhecimentos, chegando a ficar reduzido ao “miséravel” estado de desconhecer as letras do alfabeto.

Quadro 18 – Os exercícios higiênicos.

Ano	Autor	Exercícios recomendados
1845	Manoel Pereira da Silva Ubatuba	Canto, amor, conversa, dança, esgrima, jogos infantis e ginástica. ¹⁰⁰
1846	Joaquim Pedro de Mello	Passeio (a pé, a cavalo, de carruagem), dança, jogos infantis, natação, ginástica, marcha, salto, carreira, esgrima, malha, bola, equitação e luta. ¹⁰¹
1852	Antonio Francisco Gomes	Passeios, corridas, saltos, brincadeiras infantis, natação, esgrima, dança, jogo de malha e de pella, ginástica, ¹⁰² canto e música.
1853	Antonio N. de Gouvêa Portugal	Luta, natação, equitação, pulos, jogos de malha, pella, bilhar, espada e outras armas.
1854	Balbino Candido da Cunha	Lançamento e levantamento de pesos, passeios, carreira, salto, lutas, dança, esgrima, natação e equitação. ¹⁰³
1855	José Bonifacio C. de A. Jr.	Ginástica, passeio a pé ou de carro, dança, canto, piano, salto, carreira, luta, esgrima, natação, equitação, conversação e leitura em voz alta. ¹⁰⁴
	Joaquim José de Oliveira Mafra	Passeios, corrida, salto, luta, dança, esgrima, natação e equitação.
1857	Joaquim F. de Paula Souza	Passeio, carreira, salto e natação. ¹⁰⁵
	Candido Teixeira de A. Coutinho	Ginástica, esgrima, natação, passeio, salto, carreira, dança, exercícios da voz (conversação, leitura, canto e declamação) e jogos infantis.
	José de Souza P. da Cruz Jr.	Esgrima, dança e ginástica.
1858	Antenor Augusto R. Guimarães	Ginástica, canto, pesca, caça, agricultura, artes, vida ao ar livre. ¹⁰⁶

¹⁰⁰ Há uma denúncia do descaso da ginástica inclusive no Colégio de Pedro II. Nas palavras do Dr. Ubatuba: “Muito nos admira que o mesmo collegio de Pedro II, que mais directamente está sob as vistas do governo, tenha sido até hoje privado de uma coiza tão necessario como o gymnaseo, o que prova o pouco interesse que se tem pela educação physica”. Registro semelhante pode ser verificado na tese do Dr. Mello.

¹⁰¹ Ao se referir às mulheres grávidas, contra-indica os passeios a cavalo e de carruagem porque poderiam prejudicar o feto. Referindo-se aos colégios, quanto aos demais exercícios, afirma que poderiam variar e a preferência que se deveria dar a um ou outro dependeria de certas circunstâncias especiais das pessoas que teriam de fazê-lo e de outras causas que somente seriam devidamente avaliadas pelo diretor ou indivíduo encarregado deste “mister, como entre os gregos julgavam certos empregados dos seus gymnasios, que se chamavam gymnastas”.

¹⁰² A defesa da ginástica recorre tanto à perspectiva da cura como à da prevenção.

¹⁰³ Para apurar a visão e a audição, propõe também exercícios da ginástica.

¹⁰⁴ Os exercícios deveriam ser sexualizados a partir da puberdade. A ginástica, para as meninas, deveria ter apenas caráter terapêutico. Já luta, esgrima, natação e equitação deveriam ser atividades realizadas pelos meninos.

¹⁰⁵ Defende a proibição da esgrima nos colégios porque a mesma dava um “espírito disputador e desordeiro”.

¹⁰⁶ Os dois primeiros são indicados para meninos e meninas. Os demais, só para os meninos na fase da adolescência.

Ano	Autor	Exercícios recomendados
1863	Wilhelm Naegeli ¹⁰⁷	Ginástica.
1874	Amaro Ferreira das N. Armonde	Barra, carneiro, salto, carreira, ginástica, dança (quadrilhas, contradanças, schotsh, polka e valsa), marcha, canto, declamação, natação, esgrima, bola, peteca, malha, equitação, caça e passeio. ¹⁰⁸
1875	João da Matta Machado	Esgrima, ginástica, dança, marcha, salto, carreira, natação, jogos de bola, corda e peteca e exercícios da voz (falar, declamar, ler em voz alta e canto). ¹⁰⁹
1888	Carlos R. de Vasconcellos	Ginástica (posições, flexões, extensões, passos, marchas, carreiras e saltos etc.).
1891	Severino de Sá Brito	Ginástica, esgrima, passeio, críquete, futebol, luta e tênis, viagens, excursões, caminhadas e piquenique. ¹¹⁰

Essa lista poderia ser considerada a expressão das atividades físicas consideradas higiênicas a serem praticadas pelos discípulos, mas não exclusivamente por eles, pois várias dessas atividades são igualmente recomendadas para o período que antecede o ingresso nos colégios e o que a ele se segue. Por exemplo, os jogos infantis são atividades recomendadas para o primeiro período e a marcha (ou caminhada) é sugerida desde o período escolar até a velhice.

No entanto, juntamente à indicação dos exercícios é possível perceber que os mesmos deveriam ser orientados, isto é, não poderiam ser praticados de qualquer modo. Para que atingissem as finalidades preventivas ou curativas a que se destinavam, recomendava-se que seguissem os princípios formulados pela higiene.

¹⁰⁷ Tese de revalidação do curso. De acordo com a reforma dos estatutos da FMRJ, esse processo supunha o atendimento de uma série de exigências especificadas no capítulo VI do Decreto n. 9.311, de 25/11/1884. A possibilidade de revalidação dos diplomas obtidos no exterior já se encontrava presente nas reformas de 1837 e 1854.

¹⁰⁸ Contra-indicava o jogo de bilhar, que, segundo ele, era muito estimado pelos moços.

¹⁰⁹ Dr. Machado não estudou o bilhar, a caça, a equitação e a vectação por considerar que não guardavam relações imediatas com a higiene dos internatos.

¹¹⁰ Com exceção dos dois primeiros, são extraídos dos costumes dos ingleses, elevados à condição de modelos pelo Dr. Brito ao reconhecer a disciplina, virilidade e senso prático como os distintivos que, em última análise, caracterizavam esse povo, que representa como “livre, vigoroso e disciplinado”. Nessa mesma linha, na América, os Estados Unidos são referidos como modelo.

Os princípios

O primeiro princípio é que os exercícios deveriam ser racionalizados, isto é, inseridos em um sistema classificatório que produzisse certa inteligibilidade. Esse esforço foi mais intensamente desenvolvido nas duas últimas teses, muito provavelmente porque possibilitaram a incorporação dos avanços da física, química, biologia e fisiologia na sistematização e na tipologia produzida por seus autores.

Dr. Vasconcellos (1888) classifica os exercícios em ativos e passivos, ocupando-se, contudo, dos exercícios ginásticos ativos, os quais, segundo ele, eram aqueles que tinham “inteira aplicação n’um estabelecimento escolar”. Ao listá-los, apóia-se no relatório de Berard, relator de uma comissão nomeada pelo ministro de Instrução Pública da França, que dividiu os exercícios físicos em nove séries, conforme pode ser visto no quadro 19.

De acordo com Dr. Vasconcellos, os exercícios ativos deveriam ser praticados diariamente, em lugar apropriado, nos horários reservados pelo colégios, de modo compassado, como forma de ativar a massa muscular que movimenta as diversas alavancas do organismo, obedecendo ao princípio do aumento progressivo do grau de complexidade exigido.

Dr. Vasconcellos alerta que não haveria necessidade de ir além dos exercícios listados no quadro 19, sendo que os demais deveriam ser proscritos, pois, segundo ele, os exercícios “perigosos” seriam sempre motivo de inquietação e angústia para os pais e professores a cuja guarda as crianças eram confiadas. Em seguida, reitera as vantagens provocadas pela prática dos exercícios ginásticos, procurando reforçar a necessidade de sua introdução nos colégios:

Innumeras são as vantagens dos exercicios gymnasticos. As crianças que frequentam os estabelecimentos de educação, mormente os de instrucción gratuita, vivem, em geral, em meios onde as mais comezinhas regras de hygiene são desconhecidas; ora são pobres crianças que residem nos cortiços ou casebres immundos, sem ar, alguns sem luz conveniente, no meio de uma atmospherá sobrecarregada de toda a sorte de impurezas e exhalações, e muitas vezes agglomeradas de tal modo que mal se comprehende como possam respirar; em taes condições a permanencia dessas crianças em um estabelecimento de educação regularmente hygienico, auxiliada pelos exercicios, contrabalança e sobrepuja o esta-

do de atrophia, de decadencia, de miseria organica finalmente em que ellas se acham ou a que as arrastaria a não observância desses preccitos (1888).

A higienização dos colégios funcionaria como uma estratégia de compensação da miséria em que viviam muitas crianças que freqüentavam as escolas gratuitas e, nesse sentido, o papel reservado à ginástica seria o de promover a saúde, robustez e vigor dos miseráveis. No entanto, Dr. Vasconcellos não demonstra preocupação propriamente com a erradicação da miséria, restringindo-se a prescrever medidas de caráter compensatório.

Quadro 19 – Classificação dos exercícios ginásticos ativos.

Exercícios	Atividades correspondentes
I – Exercícios preparatórios	Formação de pelotões, alinhamentos, meia-volta à direita, marcha de frente, marcha de flanco, conversão de pé firme em marcha, mudança de direção, abrir e fechar intervalos.
II – Movimentos parciais e flexibilidade. Indiferença de membros inferiores	Levantar e abaixar os braços sem flexão, movimentos dos braços com flexão, circundação lateral dos braços, movimento horizontal dos antebraços, estender os braços lateralmente, estender os braços verticalmente, levantar alternativamente os punhos para diante. Flexão da perna, flexão simultânea da coxa e da perna, flexão para os membros inferiores, cadência moderada, cadência de carreira, flexão simultânea das pernas, flexão simultânea das coxas e das pernas, flexão da cabeça para diante, movimento de extensão da cabeça, movimento de rotação da cabeça, flexão do corpo para diante, praticar a extensão do corpo.
III – Marchas, carreiras, saltos, exercícios pírricos	Marcha em passo ginástico, marcha sobre a ponta dos pés, marcha sobre os calcanhares, flexão das extremidades inferiores e marchar nessa posição, correr nas cadeias ginásticas, salto sobre uma perna ou sobre ambas, salto de pé firme em altura e em largura, salto com impulso, salto em profundidade, salto à vara, exercícios pírricos.
IV – Equilíbrios	Manter-se sobre uma perna, a outra dobrada para diante ou para trás, inclinar-se para trás, para a direita ou para a esquerda, sobre um pé, ajoelhar-se e levantar-se.
V – Exercícios com halteres e mils	Repetição dos movimentos anteriores com esses instrumentos.
VI – Exercícios com as máquinas	Vigas, pórticos, escadas, cordas, barras e trapézios
VII – Esgrima	Arco e barra
VIII – Natação	_____
IX – Equitação	_____

Dr. Brito (1891), apresentando um discurso com revestimento técnico mais refinado, discute as classificações dos exercícios físicos, lembrando primeiramente uma divisão mais genérica que os dividiria em “naturais e artificiais”; uma segunda, formulada por M. Le Blond, os classificaria em “ativos, passivos e mixtos” e, finalmente, a dele próprio, que organizava os exercícios em “educadores, higiênicos e terapêuticos”, indicando porém que esse modo de trabalhar possuía mais valor teórico do que propriamente prático. No entanto, a própria classificação já insinua os usos e aplicações dos exercícios. Alguns para educar o corpo e discipliná-lo, outros para higienizá-lo e, finalmente, um terceiro grupo, cujo emprego estaria associado ao caráter terapêutico.

Ao sistematizar os exercícios corporais, os médicos ressaltaram sete princípios que deveriam regular essa prática. O primeiro deles se refere ao que acabamos de indicar, o da classificação dos exercícios, isto é, nem todos eram iguais, nem tinham a mesma finalidade. Nesse sentido, era necessário agrupá-los, racionalizando-os. Um segundo princípio, que pode ser verificado nos quadros 18 e 19, é o da variedade. Os exercícios deveriam variar em obediência a alguns critérios, entre os quais podem ser destacados o de gênero, das idades, dos temperamentos e das localidades. O terceiro princípio a ser seguido é o da ordem ou hierarquia, isto é, os exercícios deveriam começar pelos mais simples até chegar aos mais complexos. Na realização dos exercícios também deveriam ser observados o modo de execução – a mecânica ou física do movimento e do referido exercício – e a regularidade. Esses seriam o quarto e o quinto princípios a serem seguidos. O penúltimo princípio também já foi antecipado pelo Dr. Vasconcellos: trata-se do princípio da moderação, isto é, de um combate aos exageros e às ausências das atividades corporais. Nem falta, nem excesso. O último dos princípios é o da integração. Isto é, o trabalho corporal deveria ocorrer integrado às atividades de formação intelectual e moral.

Incluindo os exercícios higiênicos e seguindo os princípios postulados pela razão médica, os exercícios físicos produziram os efeitos desejados pela medicina, isto é, agiram sobre os órgãos ativados pelo trabalho muscular, sobre a circulação e nutrição, a respiração, transpiração, digestão, sistema nervoso, funções cerebrais, sobre os órgãos dos sentidos, sobre os costumes e a moral de um povo.

Ao examinar as representações médicas acerca do corpo enunciatas no interior da FMRJ, não foi possível perceber o desporto¹¹¹ como um traço presente naqueles discursos. Nesse sentido, a escola ainda não era considerada celeiro de atletas, embora a tese do vigor, força e robustez, típica dos princípios do esporte de rendimento, lá estivesse presente. Se essa ausência é detectável, as demais representações acerca da educação física apontadas por Sousa & Vago (1997) formam uma liga no interior do discurso médico. Assim, o corpo domado, forte, saudável e sem vícios é a meta a ser atingida com a adequada aplicação das prescrições médicas. Os modos de atingi-la aparecem entrecruzados em um discurso que, ao tratar do corpo, aplica postulados da racionalidade higiênica, conjugando fundamentalmente os princípios da classificação, variação, hierarquização, execução, regularidade, moderação e integração, conforme sintetizou Dr. Brito em 1891.

Dessa forma, os médicos buscavam produzir, ao final e no conjunto, uma representação polimorfa e abrangente de corpo educado. Aliás, mais que simplesmente educado, os médicos partilhavam e procuraram produzir, legitimar e fixar a idéia de um corpo plástico e moldável, que poderia e deveria ser formado, sustentando a tese, enfim, de que acompanhando as bases daquela racionalidade se estaria atingindo o sonho de, no corpo do indivíduo, inscrever e tornar visíveis as marcas de um povo higienizado e civilizado.

4.3. A inteligência disciplinada

É crença geral que o menino deve, aos 15 ou 16 anos, ter já prestado exame das dez materias que constituem o curso preparatorio, e para conseguir tão lisongeiro resultado se o obriga a prestar exame, no fim do anno, de tres ou quatro preparatorios. Alem do depauperamento physico que acarreta tão grande pressa dos paes e dos educadores, a intelligencia do jovem educando soffre golpes profundos: o cansasso, consequencia immediata do trabalho exagerado, produz o desannimo, ou antes a preguiça intellectual tão funesta ao verdadeiro desinvolvimento das faculdades, e como é humanamente impossivel o

¹¹¹ Considerando-se a concepção de desporto nos termos apresentados por Souza & Vago (1997).

estudo aprofundado das diferentes linguas e sciencias preparatorias, e não exigindo o programma sómente as generalidades, limitam-se os alumnos a decorar os pontos, habituando-se de tenros annos ao superficialismo na sciencia.

Dr. Machado, 1875.

A formação intelectual da juventude se apresenta como outra preocupação dos médicos e, conforme assinalado, comparece no interior desse discurso de modo articulado com as dimensões físicas e morais, contra uma educação da exclusividade, fosse ela física, moral ou intelectual. Aquelas, vinculadas a uma tradição mais remota, e esta última, contemporânea aos médicos dos oitocentos. Qualquer que fosse a perspectiva de formação unidimensional, ela deveria ser suprimida como estratégia para se formar um homem novo, o que ocorreria por intermédio da adesão a uma nova perspectiva educacional, na qual os fragmentos do físico, da inteligência e da moral pudessem compor uma nova totalidade humana, tridimensional, cujo desenvolvimento deveria ser uma atribuição dos colégios. Nesse sentido, cabe indagar: que representações foram produzidas em torno da formação intelectual no interior da nova totalidade formulada pelos médicos? Para analisar essa questão, percorri uma coleção de teses produzidas na FMRJ, compreendendo o período entre 1845 e 1892, pelo menos.

No caso específico da formação intelectual, detive-me na análise das teses que discutem o problema da higiene dos colégios e as que abordam o problema da educação física, intelectual e moral da juventude, na medida em que os próprios títulos dessas teses já indicam que a questão da formação intelectual se encontrava no horizonte dos seus autores. No entanto, as teses integrantes do Grupo I¹¹² também serão aqui referidas, embora pontualmente, pois, como já foi demonstrado, o fato de privilegiarem no título a questão da educação física não implica afirmar que a preocupação com as demais dimensões estivesse ausente do discurso dos médicos que privilegiavam o problema do corpo. Caberia lembrar, inclusive, que o próprio título muito provavelmente fora determinado pelo ponto posto em sorteio ou escolhido pelo doutorando. O tratamen-

¹¹² Ver quadro 11 – Classificação das teses sobre educação.

to dado ao mesmo, como já se viu, encontrava-se efetivamente controlado pelos diversos dispositivos acionados ao longo dos seis anos da formação e na própria escrita da tese, o que explicaria uma dispersão na abordagem, mesmo quando e onde o título sugere um maior fechamento e especialização.

Para examinar as representações dos médicos acerca da inteligência humana e do seu desenvolvimento, um primeiro esforço consistiu em entender como eles definem a dimensão intelectual do homem para, em seguida, analisar o diagnóstico que traçam sobre o estado desse aspecto no Brasil e particularmente no Rio de Janeiro, na Corte. Feito isso, detive-me na análise dos temas que, na perspectiva deles, encontravam-se associados ao desenvolvimento das faculdades, fenômenos ou funções intelectuais e, nesse caso, pude identificar seis aspectos que merecem ser analisados: o modelo escolar, os agentes (professores e alunos), a ação pedagógica, os conhecimentos escolares, os princípios (classificar, ordenar/hierarquizar, regularizar, alternar/integrar, fazer e moderar) e a rotina escolar.

A esfera da inteligência

Em 1854, ao tratar da questão intelectual, Dr. Cunha entende que ela seria uma das faculdades do homem, as quais, segundo ele, totalizariam quatro: física, intelectual, moral e social. Inicialmente, ao designar faculdades intelectuais, afirma que elas “formão o dominio do espirito e tornão-se a fonte de nossos conhecimentos”, acrescentando, em um segundo momento, serem “o poder ou a faculdade que temos de receber sensações ou idéas, examina-las, compenetrarmo-nos dellas, compara-las, formar juizos, tirar consequencias, lembrarmo-nos, imaginar e achar a verdade”. Reconhecia que o domínio, poder ou faculdade do espírito era uma capacidade específica do ser humano, porque equipado de órgãos capazes de receber “inspirações dos objectos exteriores”, que, processadas internamente, originavam as “sensações” ou “idéas”. A presença de duas sensações requeria uma comparação que, por sua vez, daria lugar a uma espécie de “sensação interior”, obra do “espirito”, que estabelecia uma relação entre as “sensações primitivas”. Essa relação produzida pela ação do “espirito” é designada pelo Dr. Cunha como “juizo”. A comparação de dois “juizos” produziria um terceiro, que ele chamava de “consequencia ou idéa composta”; a operação do “espirito”, tirando consequências ou idéias compostas tomava

o nome de “raciocínio”. Das sensações e comparações nasceriam duas outras funções intelectuais: a atenção e a reflexão.¹¹³

Ao concluir o item de sua tese intitulado “Faculdades intellectuales”, afirma que as faculdades intelectuais do homem eram compostas de atenção, reflexão, juízo, raciocínio, memória¹¹⁴ e imaginação¹¹⁵. Em seguida, reforça a posição em favor da educação intelectual ao distinguir o ser humano daqueles outros, cuja vida se encontrava fundada exclusivamente na experiência:

Se o homem não vivesse em sociedade ou se, sujeito a poucas necessidades, sua vida fosse simples e grosseira, a experiencia bastaria para dar às suas faculdades todo o desenvolvimento necessario; mas em uma grande sociedade sujeita a toda sorte de necessidade, exposta ao choque das paixões, entregue a uma guerra intestina de interesses oppostos, que se cruzão, manchada de vícios, que é preciso reprimir, de crimes que é preciso punir, é indispensavel dar um grande desenvolvimento ás faculdades intellectuales daquelles que são destinados a tornar-se um dia o apoio dos costumes, os protectores dos opprimidos e os defensores das leis (1854).

Ao reconhecer a necessidade de formar o homem para participar da vida social, complexa e conflituosa, indicava que o desenvolvimento da faculdade intelectual era uma necessidade imperiosa para aqueles cujo destino era a direção moral, social e jurídica da “grande sociedade”. Nesse sentido, a inteligência era tida como um atributo de poucos, o que supõe desdobramentos na própria oferta de ensino e na estruturação do mesmo, como se pode perceber no discurso dos médicos quando defendem a expansão da educação popular e não demonstram preocupação com a continuidade dos estudos.

¹¹³ Para ele, a reflexão não era mais do que uma atenção continuada.

¹¹⁴ Define-a como a capacidade de “revocar” as idéias simples e compostas na ausência dos objetos. Em suas palavras, “era pois forçoso que o autor de todas as cousas nos fizesse o Dom precioso de uma faculdade pela qual experimentassemos de novo as sensações passadas. [...]. Esta faculdade admiravel e incomprehensivel, sem a qual não teriamos senão o sentimento de nossa existencia actual, chama-se memoria” (1854).

¹¹⁵ Descrita como uma faculdade maravilhosa, fonte de muitos prazeres e que, em seus desvios, poderia fazer a “desgraça do homem e da sociedade”.

O argumento filogenético também é utilizado pelo Dr. Andrada Jr. (1855) para associar a faculdade intelectual à espécie humana. Ao retomar o tema da educação intelectual no desenvolvimento do item “Percepta”, da segunda parte de sua tese, procura aprofundar aspectos antes apenas anunciados. Assim, abordou inicialmente a função da inteligência, assinalando que esta diferenciava os homens dos objetos e demais seres da natureza, fazendo com que tivéssemos desenvolvido a capacidade de fabricar os primeiros e de controlar os últimos. Atribuía também à inteligência humana o fato de o homem ter se tornado “rei da criação” e, não contente em esquadrihar as mais pequenas partículas da massa de nosso globo, podia, invadindo a imensidade do espaço, medir a circunferência dos astros e calcular a marcha e o regulamento de suas revoluções. Atribuía ainda à inteligência humana a possibilidade, aberta pela mesma, de conhecer um “Ser Supremo e Creador”. A crença no conhecimento, na ciência e na inteligência do homem não se encontra desvinculada e, muito menos, oposta à religião. Aliás, diferentemente disso, a razão ou inteligência humana era alçada à condição necessária para conhecer o “Ser Supremo e Creador”, tornando indissociável razão e religião.

Em seguida, marca posição contra a tese de que o desenvolvimento da inteligência se processaria naturalmente, reclamando esforços no sentido da atividade educativa:

A nós compete coadjuvar a natureza no trabalho de suas evoluções, para que esta aptidão preciosa não venha a emmarasmar-se, e quando vingue, sejam seus fructos crescidos e saborosos. Uma educação bem dirigida convem á intelligencia, como o exercicio ao corpo e a cultura ás plantas; a intelligencia deixada a si mesma, sem os recursos da educação, seria como um diamante não lapidado que, apesar do elevado preço, não poderá engastar-se no diadema da nossa civilisação para fazer-lhe realçar o lustre (1855).

Opondo-se, portanto, a uma concepção inatista acerca do desenvolvimento da inteligência, invocava a participação humana nessa empresa, como forma de lapidar aquele “diamante bruto” que o ser humano possuía, aquela potencialidade que poderia ser desenvolvida com os recursos da educação escolar. Mas, em que consistiria a educação bem dirigida a que Dr. Andrada Jr. se refere? Quais os princípios que deveriam orientá-la?

Dando continuidade às reflexões acerca da inteligência, ele apresenta “alguns preceitos tendentes a conservar a lucidez e amplificar o terreno de capacidade dos nossos jovens educandos”, reconhecendo antecipadamente que se tratava, no conjunto, de desenvolver quatro faculdades constitutivas da inteligência humana, a saber: atenção, comparação, raciocínio e memória.¹¹⁶ A partir disso, indica oito conselhos a serem seguidos para se conservar e aperfeiçoar a inteligência: integração, exercício metódico, moderação, respeito ao desenvolvimento biológico, alternância de atividades, variação, prudência na organização do tempo escolar e sono.¹¹⁷ De modo geral, essa categorização se aproxima da tipologia apresentada pelo Dr. Cunha, o que indica que tal conceituação integrava o corpo doutrinário dos médicos da FMRJ nos anos oitocentos.

Em 1874, Dr. Armonde ancora o conceito de inteligência na anatomia e fisiologia humanas. Ao sublinhar a “inseparabilidade” dos aspectos físicos, intelectuais e morais, pontua que ao tratar de um aspecto “nada mais natural do que passar-se insensivelmente” para um outro. Nesse sentido, a separação das três esferas seria apenas uma estratégia para ordenar o discurso, não implicando uma hierarquia entre as mesmas, já que a representação que quer instituir é a de uma educação integral, fundada no equilíbrio entre a educação física, moral e intelectual.

A segunda parte de sua tese é intitulada “Da educação intellectual no Rio de Janeiro”, e o autor inicia a reflexão sobre esse aspecto afirmando que, em virtude dos “brilhantes progressos da physiologia moderna”, é certo “attribuir ao cerebro as faculdades intellectuales e moraes”, sendo o mesmo o “orgão do pensamento e da vontade”. O cérebro, na visão do autor, era um órgão que precisava de exercício para ampliar sua capacidade de “percepção” e, com isso, fazer “nascer n’alma a comparação, o juizo, o raciocinio, a memoria, a analyse, a synthese, a inducção, etc...” , ou seja, exercitar o cérebro produziria um conjunto de habilidades tipicamente humanas que definiriam aquilo que podemos nomear de inteligência humana. Assim sendo, desenvolver a inteligência exercitando o cérebro seria

¹¹⁶ Apóia-se na classificação de M. de Laromiguière, que em sua obra *Lições de philosophia* indica três faculdades intimamente ligadas entre si: atenção, comparação e raciocínio. O médico brasileiro acrescenta uma quarta faculdade a esse conjunto: a da memória.

¹¹⁷ Esses conselhos foram deslocados para o item “Princípios”, no qual se encontram descritos e analisados.

uma das tarefas da instrução, que, para ser bem-sucedida, deveria seguir as orientações da medicina.

Em 1891, na última tese da coleção com que trabalhei, Dr. Brito procura tematizar com exclusividade o problema da educação física, embora, conforme advertimos anteriormente, faça questão de assinalar que tratar o problema da educação física não segregava esse aspecto dos outros dois: o moral e o intelectual. A adesão a essa perspectiva fez com que reservasse, então, uma seção de seu trabalho para tratar da inteligência, explorando a interface desta com aspectos da educação física.

Na seção designada “Intelligencia”, Dr. Brito chama a atenção do leitor para três características que, segundo ele, eram inatas, mas poderiam ser desenvolvidas com o auxílio de estímulos e de exercícios, referindo-se, no caso, à *curiosidade* (“na criança, a curiosidade é este sentimento innato que anima as faculdades quando tem por fim o conhecimento de alguma cousa”), à *imitação* (“porém a esta qualidade innata de curiosidade na infancia, junta-se uma outra também preciosa – o espirito de imitação – Ella faz o que ver fazer. Attendendo ás suggestões que vem do exterior a criança procura imitar os actos tanto dos homens como dos animaes”) e à *vontade espontânea* (“além da curiosidade como movimento da intelligencia para estar attenta e do espirito de imitação como motor affectivo dos actos, consideramos uma vontade expontanea, innata que atua simultaneamente sobre o corpo para agir e o espirito para conhecer”).

O adequado estímulo às três características inatas das crianças faria com que ocorresse o desenvolvimento das faculdades cerebrais, dentre as quais enumera apenas duas: atenção e memória. Ao tratar da atenção enquanto uma função cerebral superior, afirma que ela era constantemente exercitada, pois “se prende e acompanha os movimentos, dirige os actos, e nas occasiões mas dificeis é mais activa. E todos os cuidados necessarios aos exercicios do corpo dispõem o espirito para o habito de estar attento”. Ao se referir à memória, assinala:

A memoria entra largamente com seu contingente e encontra grande material para exercer a sua função. Nem se póde guardar recordações mais perfectas do que aquellas que os exercicios agradaveis proporcionam; as alegrias passadas, os prazeres gozados avivam a memoria e fazem sempre presentes ao espirito os divertimentos mais gratos. Si sobrevem accidentes durante as agitações do corpo são outras tantas recordações

que não ficam desprezadas sem proveito, mas conservam-se profundamente gravados em sua memória, às vezes por toda a vida (1891).

É, pois, com o reconhecimento de que a atividade e os exercícios são decisivos para o desenvolvimento da inteligência que elege o método experimental como aquele que deveria orientar as práticas escolares e, particularmente, as práticas de educação física.

Assumindo a representação da inteligência (e das funções a ela articuladas) como algo a ser construído, como uma dimensão plasmável e moldável, a higiene fornece substrato para a defesa da intervenção sistematizada no desenvolvimento da mesma. Nesse sentido, instruir e escolarizar seriam ações estratégicas para desenvolver e fazer aparecer determinadas habilidades típicas do ser humano, colocado então no topo da escala zoológica. No entanto, o fato de ser considerado o animal mais bem equipado do ponto de vista anatômico e fisiológico não significava deixar tudo a cargo e critério da natureza. A inteligência, embora ancorada nesse equipamento natural do ser humano, precisava ser higienicamente estimulada de modo a se desenvolver plenamente. Estímulo que deveria ser desigualmente repartido, conforme lembrava Dr. Cunha. Repartição desigual que se manifestará, inclusive, na oferta desigual de oportunidades educacionais, bem como na continuidade e permanência desiguais no interior dos colégios, pois, segundo a lógica do Dr. Cunha (1874), embora de posse dos mesmos equipamentos naturais, no processo de humanização ou de socialização era indispensável dar um grande desenvolvimento às faculdades intelectuais daqueles que se encontravam destinados a se tornar, um dia, o apoio dos costumes, os protetores dos oprimidos e os defensores das leis. Dessa forma, legitima-se a construção social das desigualdades – no caso, da desigualdade intelectual.

Ao reconhecerem a necessidade de construir/desenvolver a inteligência humana, os médicos, no entanto, deparam-se com um quadro em que essa necessidade era bastante desprezada, como se pode perceber nos diagnósticos traçados por alguns deles.

O diagnóstico

Em 1874, Dr. Armonde não renunciou ao desafio de emitir prescrições para a educação escolar, deixando registrado em sua tese um programa

ma a ser seguido pelos colégios. Nas prescrições, é possível perceber o diagnóstico que lhe dá suporte. Para ele,

o ensinar o povo a ler, escrever e contar, é muito vantajoso, sem duvida. Mas a instrução primaria deve se limitar a isso, como alguns criminosos ou erroneamente pensão? – De nenhum modo.

A instrução primaria deve consistir em dar ao espirito todas as noções elementares indispensáveis em qualquer estado em que o homem por ventura se ache colocado. [...].

É necessario, pois, ensinar à mocidade de ambos os sexos as noções das cousas, os elementos das sciencias physicas e naturaes, da geographia, da cosmographia, que mostrão ao homem o lugar que occupa no mundo physico; a hygiene e a medicina domestica, que o fazem previnir grande numero de molestias; a moral social, que lhe aponta o seu lugar no mundo moral, os seus deveres para com os seus semelhantes; a constituição e as leis principaes do seu pais, para respeitá-las, e com fundamento pugnar por seus direitos, quando offendidos [...].

Precisamos trabalhar pela reforma da instrução primaria entre nós (1874).

Ao analisar o desenvolvimento intelectual do homem, Dr. Armonde traça um programa que compreende a reorganização física, estrutural e curricular da escola como requisito necessário para transformar uma sociedade e indivíduos “doentes”, “fracos”, “imperfeitos”, “degenerados” em sujeitos sãos, construtores de uma ordem higienizada e sã. Evidentemente, dentro da perspectiva médica, tal transformação/reforma das escolas deveria ser regida pelas prescrições da medicina e da higiene, como forma de superar as práticas escolares exibidas e condenadas em seu discurso, quais sejam, o imobilismo a que as crianças eram submetidas nos colégios e os castigos físicos e morais aplicados quando transgrediam sua condição passiva. Assim ele se refere às rotineiras, humilhantes e violentas práticas escolares:

Mas como a idade pede o movimento, a criança move-se, brinca com o vizinho; e em punição dessa falta é mandado de pé fóra da classe, de joelhos, às vezes fazendo estação de braços abertos, e assim conserva-se longo tempo. Si de novo brinca, chamão-no de vadio, sem brio, doudo, é

depois levado á prisão, onde o ar nem sempre é puro. No meio de tudo isto, o desgosto, o choro, o acabrunhamento do espirito, as irritações constantes do systema nervoso.

Depois, ainda a ferula e as privações de recreio. E isto se repetindo ás vezes quotidianamente, em relação a um mesmo menino (1874).

Diante de tais práticas e preocupado com a construção do futuro, Dr. Armonde se pergunta sobre os efeitos das mesmas na formação das crianças, refletindo:

E esse menino será no futuro um homem vigoroso, são; ou veremos, ainda moço, figurar o seu nome entre os obitos, victima dos tuberculos pulmonares? Occupará lugar distincto entre seus concidadãos, figurará na litteratura, nas sciencias, na magistratura, ou engrossará o numero de loucos?

A ultima hypothese é mais provavel, e os factos a fazem temer (1874).

Para completar seu programa de “educação intelectual”, aponta a necessidade de revisão dos métodos de ensino utilizados com as crianças, defendendo a ampliação da instrução do sexo feminino, a educação popular de adultos através das “conferências populares”, o ensino de belas-artes e belas-letras, o desenvolvimento de pesquisa nos cursos superiores, a liberdade de freqüência no ensino superior, finalizando com uma crítica ao caráter livresco e enciclopédico da instrução de um modo geral. Cada uma dessas propostas é acompanhada de uma justificativa de caráter médico-higienista, de modo a tornar os argumentos irrefutáveis, posto que os mesmos colocavam no horizonte a possibilidade de se viver um grandioso futuro, desde que devidamente controlado pelos discursos e ações da medicina.

Inserir, subtrair e predizer são as operações que Dr. Armonde combina visando à instalação de um novo colégio. Com essas operações, faz reparos aos colégios do ponto de vista dos conhecimentos escolares e das práticas disciplinares. Aqueles deveriam ser expandidos na escola primária, e estas últimas também deveriam ser alteradas em favor de um disciplinamento mais de fundo moral do que de natureza física ou de isolamento. Nesse sentido, defende a reforma da instrução primária, antecipando os resultados da manutenção do descaso com que vinha sendo tratada até então.

O problema da educação intelectual é abordado em 1875 pelo Dr. Machado. Em sua tese, a “secção segunda”, intitulada “Educação moral e intellectual”, é dividida em duas partes, o que lhe possibilita tratar especificamente cada uma dessas dimensões; na “secção terceira”, a educação intelectual é abordada juntamente com a educação moral e a educação física.¹¹⁸ Dr. Machado alerta para um fator negativo comum a essas dimensões. Assim, justificava a necessidade de formação moral e intelectual da juventude, pois, se a educação física se encontrava “completamente descuidada”, a educação moral e intelectual não era “infelizmente menos defeituosa”, afirmando que “a má direcção impressa ás faculdades e aos sentimentos do homem, cada dia arrasta as mais tristes consequencias, quer para a vida das nações, quer para o interior das familias”. O risco iminente de reprodução de um estado de descaso, no que diz respeito à formação da juventude, implicando “tristes consequencias” para a nação e para a família, é o argumento a que recorre para sensibilizar seus leitores e seus ouvintes, evidenciando vivamente a compreensão de que intervir na formação da juventude representaria um modo de intervir no ambiente público e privado, de formar sujeitos para uma nova ordem que se desejava instaurar, fundada no “progresso material e no desinvolvimento da riqueza publica” – que, para espanto do Dr. Machado, apresentava desenvolvimento moral e intelectual inversamente proporcional ao progresso material, reforçando, com isso, a necessidade de se agir sistematicamente sobre o humano. Responsabilidade que, no final, deveria recair sobre os colégios.

Ao iniciar seu discurso voltado especificamente para o problema da educação intelectual, afirma que ao médico higienista compete, em primeiro lugar, “precisar a epocha da vida em que se deve começar a educação intellectual”, já que as outras têm início com o primeiro “vagido da infancia”, regra que não poderia ser estendida para a educação intelectual, posto que a própria natureza indicava que “só mais tarde” era possível o desenvolvimento dessa faculdade, quando o corpo já pudesse proporcionar os meios indispensáveis às manifestações da inteligência, advertindo que o desprezo a essa lei geral da natureza humana acarretaria sérios e múltiplos inconvenientes.

¹¹⁸ Esse ponto está estruturado em cinco partes distintas: apresentação, introdução, seção primeira, seção segunda e seção terceira, totalizando 87 páginas.

Temas associados ao desenvolvimento intelectual

Traçando um diagnóstico negativo do quadro em que se encontrava a educação na Corte, os médicos prescreviam a necessidade de mudanças e ameaçavam, no caso de não-obediência às recomendações, com o surgimento de sérios e múltiplos inconvenientes. Dessa forma, procuravam reforçar os termos dos seus enunciados para que fossem efetivamente levados em consideração, abordando os aspectos a serem submetidos a reforma.

O modelo escolar

O debate em torno do modelo escolar sugere um deslocamento progressivo do modelo dos internatos, seminários, claustros ou quartéis para o modelo dos externatos. Tal movimento fica bem explicitado nas teses do Dr. Machado (1875) e do Dr. Coutinho (1857).

Após estabelecer as disposições acerca dos agentes formadores da juventude, Dr. Coutinho tratou de prescrever regras para a própria juventude, sendo a primeira delas referente à idade. Apoiando-se em Becquerel, o médico carioca afirma que era na idade de quatro para cinco anos que se notava o desenvolvimento das faculdades intelectuais, correspondendo a uma grande atividade orgânica e funcional do cérebro, sendo nessa idade também que as crianças eram separadas das “vistas maternas, lançadas em um mundo novo, e obrigadas a dirigirem as suas vistas para uma nova ordem de cousas, sujeitas a uma regra invariável de vida, recebendo novas impressões”. Tal separação fazia com que o organismo fosse fortemente abalado e, por isso, “não seria conveniente entrarem os meninos para internatos, mas sim para bons externatos até que chegassem aos oito annos de idade”. Entretanto, continua Dr. Coutinho, na idade de oito annos o menino ainda estaria cercado de perigos que a solicitude materna sabia evitar, mas isso se tornaria impossível com uma vigilância descontínua dos diretores e de seus subordinados:

Não é mais o coração materno, não são esses olhos perspicazes que tudo observão, não é o intelligente cuidado de uma mãe que se multiplica, que sente e conhece as dôres do filho, não ha mais esta cadeia mystica que liga estes dous entre si, não é ella que dirige as acções do menino ou menina; agora é o director, ou directora que muitas vezes são guiados

com a mira no lucro. Pois bem, se a má educação tem uma influencia tão fatal no sexo masculino, qual não será a sua influencia no sexo feminino? Os descendentes destes individuos assim educados, que garantias offerecem á sociedade? Não herdarão elles desde a primeira idade os defeitos de seus pais? (1857).

Aqui se torna importante assinalar algumas inflexões presentes no discurso do Dr. Coutinho. A primeira aponta para outro modelo de organização escolar: o externato, recomendado para o início da escolarização e cuja responsabilidade seria partilhada entre Estado e família, uma vez que colaboraria para constituir a ambos. A segunda inflexão se refere à explicitação das imperfeições da educação feminina, o que evidenciaria a necessidade de uma boa educação para evitar essas más influências. Essa preocupação se desdobra em seu discurso:

A educação das meninas não é certamente a mais conveniente entre nós, parece até que nos collegios ellas recebem uma educação toda contraria aos preccitos da Hygiene; a missão da mulher na sociedade não entra na consideração das directoras; em vez de dirigirem a educação com fim de prepararem boas mãis de familia, a instrucção physica e moral não é completada neste sentido: poucas sahem dos collegios, e que em um futuro pouco remoto podem ter o doce prazer de amamentar seus filhos; ás vezes, ou quasi sempre, são obrigadas a procurarem o primeiro alimento para o fructo de suas entranhas em uma mulher mercenaria, incapaz de bem as substituir; entretanto esses collegios finalisão habilmente os seus trabalhos annuaes com um esplendido baile: o luxo dos vestidos depende da riqueza dos parentes os quaes enxergão um prazer na ostentação das pompas da moda em uma menina de onze a doze annos; a vaidade se aninha nestas almas juvenís, – o desejo de brilhar, de sobresahir, e de apparecer as acompanha em todas as phases de suas vidas; sacrificião muitas vezes á vaidade, a saude, o repouso, e a familia! É uma luta interminavel com a hygiene, accusemos uma mulher nestes casos; mas como, e porque? Innocentes victimas de uma educação imperfeita morrem sem ao menos saberem a causa de seus males! (1857).

Nesse ponto, explicita a finalidade primeira que deveria nortear a educação das meninas: formar boas mães de família. Ao se cumprir ade-

quadamente esse objetivo, pela ação higiênica dos colégios, estaria sendo realizada uma intervenção no ambiente familiar e, por extensão, no ambiente do Estado. Para tanto, era necessário regenerar o espaço escolar, foco de males (tese que os médicos aqui analisados sustentavam, amparados, por exemplo, nas denúncias sobre o infanticídio, amamentação inadequada e outras práticas que a higiene apregoava e que, segundo eles, eram desprezadas no espaço privado). Nesse sentido, a educação feminina pode ser entendida com um desdobramento da intervenção do Estado na vida social, no caso, no ambiente privado e familiar, procurando reconfigurá-lo sob os imperativos da ciência médico-higiênica. A preocupação com a educação das meninas se desdobra na definição de um programa escolar que inclui as “bellas-artes” como um poderoso auxiliar na educação “moral e também científica”, prevendo, com esse objetivo, o ensino do desenho e da música.¹¹⁹

Afastando-se do modelo dos internatos e do modelo de educação doméstica, Dr. Coutinho apresenta alguns elementos que em sua ótica fariam surgir os colégios higiênicos e higienizadores, os quais se aproximavam mais do modelo dos externatos. Dr. Machado, em 1875, reforça a necessidade de abandono do modelo escolar do claustro e da casa, recorrendo sobretudo à experiência norte-americana.

Ao finalizar a parte da tese em que defende a necessidade de uma reforma da instrução primária, Dr. Machado destacava uma questão que, em sua perspectiva, deveria orientá-la: a implantação de escolas mistas ou da co-educação: “Ainda aos Estados Unidos pertence a gloria de ter realizado um pensamento, cujo simples enunciação faria corar até á *raiz dos cabellos* o clero inteiro, e toda a raça de moralistas que vive espalhada pelo antigo e novo continente: a co-educação dos sexos!” (grifos do autor). Com essa exclamação, colocava o problema que, como sugeria, poderia ser considerado um “importante problema da educação intellectual”. Ao desenvolvê-lo, acrescentava:

Qualquer argumento a priori formulado contra o *systema* das escolhas mixtas é brilhantemente refutado pela longa experiencia, que sempre tem nos Estados Unidos justificado a sua excellencia.

¹¹⁹ Segundo Dr. Coutinho, o ensino do desenho e da música também deveria integrar o currículo das escolas dos meninos.

Com effeito: é um facto verificado que a união dos dous sexos nas escholas excita uma nobre emulação, modifica as maneiras rudes e grosseiras dos meninos, communicando-lhes aquella delicadeza no trato que caracteriza os homens bem educados e previne “essas disposições doentias, essas melancholias sem objecto, esse vago das paixões”, que se observa commummente nas casas onde uma desconfiança exagerada separa completamente os dous sexos.

Ainda a experiencia tem demonstrado que a união, em vez de favorecer ou provocar ataques á moralidade, é conveniente á boa ordem e á disciplina, e que augmenta o respeito mutuo, fazendo germinar no coração dos moços idéas nobres e cavalheirescas (1875).

Ao concluir sua exposição em favor da co-educação, demonstrava estar cômico de algumas possíveis reações dos adversários dessa posição e dos impactos que a mesma provocaria, o que fica explícito quando afirma: “Parece-nos ouvir a risada sceptica dos adoradores do passado, e sua rouquenha voz, variando a sedição objeção da desigualdade de raças¹²⁰; a estes seja-nos permitido recordar que o bem, que a virtude, não são privilegios de raça, mas o apanagio da humanidade inteira”.

Identificando-se, ele mesmo, como um adorador do futuro, procurava com esse posicionamento definir o futuro da organização escolar, o qual seria instituído com a adoção do “catecismo” de sua reforma, que, absorvendo a defesa da co-educação, procurava instituir um elemento distintivo nessa organização, afastando-a de parte dos modelos de formação existentes até então: o dos quartéis, seminários, conventos e colégios religiosos. Aproximava-se, contudo, do modelo doméstico, em que meninos e meninas já conviviam. No entanto, a escola no interior da ordem médica, ou melhor, da reforma pensada por esse médico se encontra representada como uma organização da sociedade civil; portanto, nem militar, nem religiosa, nem doméstica. A inclusão da co-educação seria mais um elemento distintivo, uma variante a marcar e fundar o modelo escolar como um modelo estatal, científico e civil de intervenção na vida social.

¹²⁰ Nesse contexto, esse termo remete à raça feminina e masculina, sendo empregado como questão de gênero e não como questão étnica/racial, indicando que este último aspecto ainda não se encontrava posto como problema no modelo escolar que deseja instituir com o seu amplo programa de reformas.

Na “secção terceira” de sua tese, Dr. Machado trabalhou com outros elementos que se articulavam com a educação intelectual, destacando a influência da mesma sobre a saúde da mocidade dos colégios, a saber: a questão do tempo escolar, da profissão de “educador”, do modelo de internato e externato e a sobrecarga de trabalho intelectual requerida pelo sistema dos “preparatórios”. Tudo isso o levava a concluir que “a reforma do ensino publico é uma necessidade urgentissima, e mil argumentos diversos se podem formular contra o systema de instrucção actualmente adoptado no Brasil”, sendo alguns deles trabalhados ao longo de sua tese. Conclusão que constituía, ao mesmo tempo, denúncia, reclamação e apelo em favor de uma organização que tivesse identidade própria, que possuísse um modelo peculiar, enfim, uma forma escolar moderna, cuja inspiração era buscada na economia dos externatos norte-americanos.

Os agentes (professores e alunos)

Esse aspecto, enfocado anteriormente, no que se refere à educação intelectual, reforça certa representação do magistério e põe em cena novos elementos. A figura do professor é vista por intermédio de uma combinação que associa traços da religião e da ciência. Dotado desses traços, o professor poderia fazer com que a educação cumprisse a missão de redimir os males que a medicina percebia, e para os quais produzia a escola higiênica como antídoto. A caracterização do professor e, por extensão a dos alunos, foi explicitada nos trabalhos do Dr. Coutinho e do Dr. Guimarães.

Em 1857, o Dr. Candido Teixeira de Azeredo Coutinho se dedica à questão da educação intelectual, chamando a atenção inicialmente para o problema dos professores, denunciando que muitos diretores e professores submetidos a exames públicos “mostrarão a sua ignorancia”, não sendo de se admirar que muitos deles não tivessem conseguido, com os exames da época (1857), matrícula nas academias do Império, isso em se tratando de instrução literária. Quanto à educação moral e religiosa, era, segundo ele, “desgraçadamente nulla”, fazendo com que a incredulidade se generalizasse junto à mocidade com todas as suas conseqüências funestas: “O desanimo penetra nos corações jovens, cria raizes perniciosas, e é o caminho seguro para o scepticismo que mata a crença, quebra os laços que

unem os individuos entre si, desvirtua as forças da intelligencia e aniquilla as tendencias humanitarias”.

Ao lado de uma formação intelectual, moral e religiosa impecável, o professor deveria reunir um outro conjunto de atributos que Dr. Coutinho enumera com base na experiência européia:

O professorado é uma carreira ennobrecida pelos mais bellos talentos do mundo, nella se alistarão nas occasiões difficeis da vida membros de familias corôadas da Europa; não é qualquer instrucção que habilita ao magisterio publico; para o ensino da mocidade se requer uma instrucção especial e um carater elevado no individuo que se destina a ser director ou professor nos collegios, porque é destes que depende o desenvolvimento moral e intellectual da infancia – o exemplo e a palavra – nestes dous termos se reúnem as grandes qualidades de um bom director ou professor: os gestos desordenados, as palavras atroadoras que ferem as almas sensiveis, e perturbão os meninos de uma época da vida, em que o organismo é fraco, a sensibilidade grande, é este modo de impôr prejudicial á saude; o terror é impressão dolorosa não só para quem causa como para quem a sofre. O director que tiver conseguido inspirar temor aos seus alumnos, terá impedido em seus discipulos a livre enunciação das idéas e peado o exercicio das funções intellectuae; e demais o discipulo foge do professor como se foge de um temporal imminente; daqui se conclua de quanta benevolencia deve ser dotado o professor: – um rosto calmo e sereno é um indicio de bella alma, inspira confiança e attrahe respeito e amizade; e quem dirige a infancia deve reunir ao que havemos mencionado – equidade indispensavel –, para saber dirigir uma admoestação, um elogio sem ferir e sem exaltar (1857).

Assim, não bastaria uma formação intelectual sólida para o ingresso na carreira e para o exercício do magistério. Ao lado dessa, outra exigência era colocada para os aspirantes ao magistério: a de uma boa formação do caráter. A dupla competência, intelectual e moral, constituía-se, conforme a representação médica, requisito necessário para o bom exercício do magistério e, por conseguinte, para que se procedesse a uma boa formação moral e intelectual dos alunos.

Em 1858, Dr. Guimarães abordou conjuntamente o problema da educação moral e intelectual, abrindo esse ponto com a seguinte epígrafe:

“De l’institution de la jeunesse dépend le sort des empires”.¹²¹ Tal epígrafe anuncia de antemão o lugar que ele reservava ao problema da formação da juventude, indicando o tratamento que dispensa a esse problema, isto é, intervir na formação da juventude seria estratégia e condição para a construção do próprio Estado imperial. Colocado nesses termos, o problema de formação da juventude seria político, como o era o problema da formação dos professores, entendidos como agentes do Estado junto aos jovens súditos. É assim que o médico inicia o desenvolvimento dessa questão, indicando as qualidades que os educadores deveriam possuir, não sem antes traçar um diagnóstico da situação dos professores:

A profissão de educador tão estimada pelos antigos e que ainda hōje é muito apreciada em alguns paizes cultos da Europa como a Alemanha e Suissa, é entre nós tida como ocupação vil e até mesmo injuriosa. E todavia a nossa admiração se perde no espanto de que contribuissem o nosso governo e legisladores para esta degradação.

Governo, legisladores, pais que cegueira e indiferença se havia apoderado de vós para consentirdes que os elementos da sociedade fossem formados em condições inconvenientes e por homens improprios e muitas vezes indignos de tal missão?

Esta santa missão de dar uma direcção util e moral aos sêres que devem compor a sociedade, de desenvolver n’elles os germens do bem e de firmar em seos corações uma barreira segura contra o mal, reclama do encarregado verdadeira e solida instrucção a par das maiores *virtudes* (1858).

O diagnóstico negativo traçado pelo Dr. Guimarães responsabilizava o governo, os legisladores e os pais pelo descaso com que tratavam os professores e sua formação. Além disso, vem acompanhado de um modelo de bom professor, procurando com isso instituir uma outra representação acerca desse agente e, desse modo, comprometer as autoridades com o estímulo ao desenvolvimento das qualidades que atribuía aos docentes. Para o médico, a primeira qualidade indispensável ao educador era aquela a que, entretanto, se dava pouco apreço: ter uma “verdadeira vocação”, que poderia ser patenteadada pelo amor aos meninos, como define, apoian-

¹²¹ Dr. Guimarães registra a seguinte referência: “Viag. d’Anarcharsis a p. 62”.

do-se em Mr. Degerando.¹²² A segunda qualidade que os professores deveriam possuir se encontrava associada às “disposições do caráter”:

Depois de bem certo de sua vocação, deveria quem se destinasse á educar, proceder a um sério exame de si proprio. Quão grande seria a sua imprudencia se unicamente por mostrar um pouco de affeição pela infancia se acreditasse apto para dirigir sua educação! Certamente a bondade e o amor são qualidades indispensaveis para se exercer um imperio salutar sobre nossos semelhantes; mas só ellas são insufficientes. A ellas deve ajuntar uma discreta firmeza de caracter, unida á paciencia, á calma e finalmente á um sabio e constante dominio de si proprio (1858).

O atendimento a essa dupla qualidade, no entanto, não seria suficiente para assegurar o cumprimento adequado da “sagrada missão” dos educadores, já que, de acordo com o médico mineiro, as melhores qualidades do coração e as melhores disposições de caráter seriam estéreis e quiçá funestas se faltasse o grau de inteligência necessário para dirigi-la na produção de seus “verdadeiros frutos”. Portanto, aquele que fosse se dedicar à instrução de seus semelhantes e à direção de seus corações deveria ser convenientemente instruído e dotado de juízo são. Com isso, Dr. Guimarães completava a representação dos educadores que deseja ver instituída nos colégios brasileiros. O tripé vocação, caráter e conhecimento criava condições para o bom exercício da função docente, um dos requisitos necessários para bem formar a juventude. Para que o Estado realizasse uma intervenção produtiva junto à mocidade, tornava-se inadiável recaracterizar a profissão docente, redefinindo as características desse agente, fazendo com que tal ocupação deixasse de ser “vil e injuriosa”, como consta do diagnóstico formulado pelo médico mineiro, que, ao longo de seu trabalho, insiste nesse ponto, recomendando inclusive uma medida que levaria à seleção e formação de educadores em sintonia com a representação por ele construída:

¹²² Mr. Degerando, em seu curso normal para “instituteurs”, segundo citação de Dr. Guimarães, afirmara: “Je vous demanderai si vous aimez les enfants, si vous plaidez au milieu d’eux. C’est le signe le plus certain de votre vocation, car c’est tout ensemble et la garantie de votre zèle, de votre persévérance dans la tâche difficile que vous entreprenez, et le moyen le plus sûr de prendre sans efforts sur vos élèves l’ascendant qui vous est nécessaire”.

Mas no nosso paiz bem pouco se attende a todas estas condições que apontamos; permite-se que os estabelecimentos de educação já não diremos particulares, mas mesmo os publicos, sejam dirigidos por homens completamente estranhos á semelhante tarefa; entretanto conviremos que é isto dependente de se encontrar já estes homens convenientemente habilitados e formados *ad rem*.

Poder-se-ha me objectar onde encontrar um tão grande numero de homens e com taes perfeições para as necessidades de uma educação, que hõje se trata muito acertadamente de divulgar e generalizar? – Breve será a nossa resposta. Dai aos educadores a importancia de que são dignos, estabelecei escholas normaes onde se formem os que apresentarem taes disposições naturaes, e se não se attingir ao ponto desejado, bem perto ou muito mais perto do que então se chegará d'elle, o que é grande vantagem (1858).

Reclamava, portanto, valorização dos professores e criação de instituições de formação: as escolas normais. Essa dupla reclamação, por um lado, propiciaria que a carreira se tornasse atrativa e, com isso, procurada pelos homens convenientemente formados; de outro, possibilitaria a formação dos quadros requeridos pela generalização da escola. Ao concluir suas reflexões acerca do problema dos professores, põe uma interrogação que ele mesmo responde de modo a sustentar as posições defendidas ao longo do desenvolvimento da questão:

Demais será isto uma razão para não indicarmos o que nos parece de summa importancia? Não será util apresentar áquelles que se dedição a um tão nobre mister um typo que elles possam tomar por modelo? Accredítamos ter cumprido um dever urgente, pugnando por uma classe á que pertencemos e patenteando os seus defeitos e indicando os melhores meios de remedial-os (1858).

Ao responder, reafirmou seu intento reformista e que desejava ver superados os defeitos dos promotores da boa formação – os educadores – e, no limite, os problemas da própria juventude. Para tanto, o modelo do bom docente se colocava como um imperativo.

Ao apontar as qualidades indispensáveis aos educadores (coração, caráter e inteligência), contribuía para a construção de uma representação

da profissão docente em que o domínio de conhecimentos por parte dos professores fosse levado em consideração sem, contudo, ficar limitado a esse aspecto. Os aspectos afetivos e morais também deveriam ser observados na formação, seleção e fiscalização dessa atividade.

A ação pedagógica

A modernização escolar proposta e defendida pelos médicos também apresentava desdobramentos epistemológicos. Contra uma educação fundada nos procedimentos da indução, que supunha uma passividade do sujeito e uma relação com o objeto fundamentalmente amparada nas informações, os médicos propuseram a adesão ao experimentalismo e aos procedimentos dedutivos. Levantar hipóteses, questões e problemas, testá-los e encontrar as regularidades impunha uma reorientação metodológica ao trabalho escolar e uma alteração na condição do sujeito do conhecimento, que, então, deveria ter uma nova atitude diante dos objetos a serem conhecidos. A defesa da reforma epistemológica foi expressa nas teses do Dr. Guimarães e do Dr. Brito.

Dr. Guimarães, em 1858, enfrenta o desafio de estabelecer regras para o desenvolvimento equilibrado das diferentes faculdades da inteligência, em vista de seu papel regulador das demais funções típicas do ser humano, mesmo reconhecendo e lamentando a falta de um “precioso guia” da ciência que o apoiasse nessa iniciativa. Como forma de suprir tal lacuna, propõe a observação sábia e constante das ações dos escolares, muita perseverança e muita sagacidade, as quais, embora não sendo tão eficazes quanto os preceitos da ciência, seriam capazes de satisfazer ao “amigo do progresso e da felicidade da humanidade”.

Ao lado do conhecimento do educando por parte do educador, Dr. Guimarães aponta a educação sensorial como condição preliminar para uma boa educação intelectual. Valendo-se do apoio de Rousseau, extrai da obra *Emílio* o seguinte trecho: “Exercitar os sentidos não é só fazer uso d’elles, é aprender a julgar por elles, é aprender, para assim dizer, á sentir; porque não sabemos nem sentir nem entender, senão do modo porque aprendemos”. Desses dois preceitos básicos, o médico deriva os meios a serem utilizados para assegurar uma boa educação intelectual. Baseando-se na classificação de Rey, divide os meios em duas “classes” distintas: 1) uso correto do órgão que julga e regula as demais funções (o cérebro); 2) uso dos bons métodos de ensino. O atendimento à primeira “classe” seria

obtido pela ativação das faculdades da percepção, memória e vontade, que mobilizariam um conjunto de operações intelectuais a elas articuladas, como a comparação, o ajuizamento e o raciocínio. Alerta, contudo, que a ativação de tais faculdades e a mobilização das referidas operações não ocorreriam sem experimentação por parte dos alunos. Nesse sentido, combate duramente a escola meramente informativa: “É defeito immenso da educação communicar aos meninos idéas e juizos sobre todas as coisas, é tirar-lhes os caracteres da originalidade, de iniciativa e de sagacidade; é impedil-os de formar juizos sobre os objectos assás numerosos que não lhes tenham sido revelados”. Contra esse modelo de ensino, propõe a escola que estimulasse, patrocinasse e fosse fundada na experiência, pois o fruto da experiência produziria mais aproveitamento por parte do homem, e o mesmo raciocínio valeria para os meninos.

Ainda ditando regras metodológicas, defendia que o campo de observação dos escolares não deveria ser estreito, para não “cometter faltas quando transportado á um espaço mais vasto”. Em virtude desse ponto de vista, previa a realização de viagens, observação de países, de povos e de costumes diferentes como um meio para retificar o juízo e formar uma “razão justa e forte”. A comparação não deveria se limitar aos eventos e situações do tempo presente, mas incluir a comparação dos “factos presentes com os do passado de modo a tirar uma norma de conducta”.

O desenvolvimento da capacidade reflexiva é outro aspecto que integra as preocupações metodológicas do Dr. Guimarães, pois reconhece que tal capacidade não se desenvolvia naturalmente, requerendo, portanto, a intervenção dos adultos para que se realizasse. Acentua que a reflexão era um meio de “remontar dos effectos ás causas, de apoderar-se de todos os phenomenos que tocão os sentidos”, funcionando como um efetivo “guia dos juizos” e que, para ser desenvolvida, os escolares deveriam ser fortemente responsabilizados pelos seus atos e pelos dos demais, devendo haver variação nas responsabilidades atribuídas aos meninos e às meninas.

Ao prosseguir em suas recomendações, volta a reclamar do pouco desenvolvimento científico a respeito da inteligência, o que não o impediu, mesmo diante da admissão desse constrangimento, de ditar outras regras metodológicas, reafirmando que se deveria evitar apresentar aos meninos os fatos de maneira abstrata, sem observação ou com observação errônea sobre os “elementos do objecto de um juizo”. Caso contrário, esse procedimento seria como “avenidas por onde se introduzem milhares de erros e a

origem de falsas conclusões”. Com isso, reforçava a importância da questão metodológica no desenvolvimento intelectual dos escolares, insistindo na denúncia de práticas escolares que afastavam os alunos do conhecimento e anunciando procedimentos que, ao contrário, concorreriam para aproximá-los:

É em consequencia de um systema absurdo de apresentar o estudo sob uma fórma arida e secca que nasceo a crença de que a mocidade é naturalmente preguiçosa e que só pôde ser guiada por meio de severos castigos ou fortes estímulos.

O gosto pelo estudo deve resultar sobre tudo do interesse que inspira seo objecto e do sentimento de utilidade que pôde tirar para si e para seos semelhantes e finalmente da maneira racional que preside a elle. Os meios de apresentar aos alumnos os objectos de instrucção são intimamente ligados com os que devem ser empregados para desenvolver o seo desejo natural de conhecer. D’este modo dever-se-ha nas classes seguir o mesmo principio que tem por fim especial fazer nascer o gosto e as aptidões.

As lições deverão ser acompanhadas da representação dos proprios objectos se fôr possível, ou da imagem mais fiel que se poder traçar e não deverão cifrar-se em meras palavras (1858).

Denúncia de estudos fundados em exposições orais, contrapostos a um estudo fundado no contato direto com os objetos ou, no máximo, com suas representações – desde que não fosse exclusivamente intermediado por “meras palavras”, pois, segundo seus argumentos, quando os escolares eram colocados em contato com os objetos ou com assuntos escolhidos em conformidade com seus interesses, passavam a considerar todas as relações ao alcance de sua inteligência. Isso fazia com que indicassem tais relações isoladamente e, ao compará-las entre si, com o auxílio de conhecimentos anteriores, os alunos poderiam ordená-las em classes, segundo suas conveniências e inconveniências, e, finalmente, tirar de tudo conclusões que seriam as verdadeiras regras da arte ou da ciência vinculada ao assunto ou objeto que estudavam.

De modo sintético, Dr. Guimarães enumera mais dois recursos metodológicos que deveriam integrar as intervenções dos mestres, concluindo:

A execução dos factos ou objectos de estudo pelos alumnos é de suma importancia para confirmar os effectos, já não fallando dos bons resultados physicos e moraes, provenientes do trabalho manual.

Debaixo deste principio mais tarde aconselharemos a instituição de varios laboratorios.

Estas poucas linhas que acabamos de escrever se pôdem encarar como um tosco esboço do systema de instrução da Suissa e Allemanha, se consiste em fazer ver aos alumnos os objectos de estudo antes de fallar nas regras abstractas; do systema de analyse, tão gabada por Condillac, se apresenta os objectos inteiros para ao depois decompol-os em seos elementos; e finalmente do systema de autodidaxia se o discipulo faz esta analyse em vez de se lhe impôr a de seo mestre ou de outros authores (1858).

Tais características, que reúnem em um mesmo método os elementos da intuição, da análise e do autodidatismo, compõem o método do belga M. Kinger, denominado Método de Jacotot, do qual o médico brasileiro se apropria, fazendo o mesmo circular no interior da comunidade médica para obter seu reconhecimento e legitimidade. Entretanto, trata de acrescentar ao método inventado por Kinger uma contribuição formulada por Mr. Rey: o aspecto progressivo do ensino.¹²³ Nesse sentido, a boa instrução, além de intuitiva, analítica e autodidata, deveria ser progressiva, acompanhando as forças dos discípulos e marchando do conhecido para o desconhecido, valendo-se, nessa marcha progressiva, de analogias, do uso da memória e das classificações como recursos auxiliares.

Ao encerrar essa parte de sua tese, Dr. Guimarães lamentava deixar de fora a questão dos “modos principaes da distribuição dos alumnos” relativo à ação dos mestres, tendo ficado excluídas de seu discurso as reflexões acerca dos métodos individual, simultâneo e mútuo, firmando, contudo, que o “pouco” que dissera se encontrava sancionado pela experiência e de acordo com as idéias de muitos profissionais.¹²⁴

¹²³ Faz apenas essa referência, sem indicar ano, obra ou editora.

¹²⁴ A discussão acerca dos diferentes métodos de ensino foi uma importante questão no século XIX, o que pode ser comprovado pelas representações dos professores contidas em suas provas de acesso à carreira do magistério público, nas quais a tônica das questões de pedagogia que lhes são propostas obrigava a abordagem desse ponto. Cf. coleção de provas de professores localizadas na Série de Instrução Pública dos acervos do AGCRJ (Código 10.4.37 e 10.4.38, por exemplo) e AN (Código IE5 – 59 – Fundo 93/SDE).

Enfim, nas conclusões de sua tese, além de fazer um discurso síntese em favor dos imperativos higiênicos que deveriam regular os colégios, Dr. Guimarães comenta três elementos que guardavam relação com o desenvolvimento intelectual dos meninos e meninas. O primeiro deles remete ao tempo escolar: o médico reclama da duração prolongada das classes, cujo efeito era a produção de uma extraordinária “fatica na alma e no corpo” da infância, que, desse modo, longe de aproveitar a instrução, essa se lhe tornaria prejudicial. O segundo elemento remete ao problema da dignidade dos mestres. Segundo ele, a classe dos mestres públicos e particulares, por ser “muito mal recompensada”, obrigava os mestres a se distraírem de sua obrigação e a roubar ao ensino uma porção de tempo, empregando-o, muitas vezes, em ocupações que faziam com que perdessem “alguma consideração” para poder manter a família. Esse desdobramento dos mestres em outras atividades que não a do ensino fazia com que sua atenção e dedicação a essa atividade ficasse comprometida, porque diluída com outras que eram obrigados a executar; por isso defendia a necessidade do aumento dos honorários dos encargos de educação da mocidade.¹²⁵ O terceiro e último elemento consiste em uma proposta de reordenamento espacial dos colégios, no qual inclui o espaço de uma biblioteca, entre outros. Para ele, a inclusão de uma biblioteca no espaço escolar seria de muita importância, e nela deveriam ser admitidos, nos dias santos e feriados, sob a inspeção de um mestre, os curiosos e os amantes da instrução. A prescrição de uma nova arquitetura escolar vem acompanhada de seus usos, o que me leva a destacar o aspecto de que a previsão de novos espaços ocorre acoplada a uma definição de uso – um uso vigiado, controlado, inspecionado; isto é, o tempo ocioso no interior dos colégios não existe ou não deveria existir, pois o que a princípio seria ocioso também é objeto de um uso escolarizado, o que quer dizer, controlado por um mestre.

Ao se deter no exame do que considerava necessário ao desenvolvimento intelectual – que, em sua perspectiva, constitui o complemento da boa educação – Dr. Guimarães demonstra não apenas percorrer um roteiro prescrito previamente pela higiene, mas construir um roteiro próprio ao agregar contribuições de autores distintos. Assim, ao discutir as funções

¹²⁵ Note-se que a explicitação da questão salarial integra o discurso de um médico que também exerce a função de professor, no caso, de língua inglesa.

da inteligência, estabeleceu as condições preliminares para o seu desenvolvimento, bem como os meios mais adequados que deveriam reger o ensino, trabalhando com a base biológica e com os elementos da cultura, já que nem todas as funções teriam o seu desenvolvimento patrocinado pela própria natureza. Ao se referir aos elementos culturais que participam do desenvolvimento das funções intelectuais, destaca o aspecto metodológico, em que opõe a escola da imobilidade e da abstração à escola da atividade e da experiência; a escola da síntese à escola da análise; a escola da autodidaxia à escola da heterodaxia; a escola da simultaneidade ou indistinção à escola da progressividade; e, finalmente, a escola que dilui a identidade profissional dos mestres à escola da profissionalização ou da especialização. Ao trabalhar com esse conjunto de oposições, constrói um programa de escolarização a ser seguido pelos governantes e legisladores. Polariza: de um lado, uma instituição e práticas inespecíficas, não-especializadas e destituídas de ciência e razão e, de outro, a especificidade da organização escolar e das práticas que em seu interior deveriam ser desenvolvidas, bem como a especialização dos agentes que aí iriam atuar. Reclama, enfim, por espaço, tempo, conhecimentos e sujeitos escolarizados, estabelecendo, para o sucesso dessa vontade reordenadora dos colégios, um roteiro a ser seguido, construído com base em outros roteiros da higiene.

Em 1891, Dr. Brito reforça a defesa do método de ensino fundamentado na experiência. É, pois, com o reconhecimento de que a atividade e os exercícios constituíam algo decisivo para o desenvolvimento da inteligência que elege o método experimental como aquele que deveria orientar as práticas escolares e, particularmente, as práticas de educação física, destacando o seguinte:

Em quaesquer que sejam as circumstancias, os ensinamentos praticos que elles ahi obtem são de real valor como meio de adquirir o conhecimento da verdade das cousas pela experiencia, e de um valor inestimavel como disciplina do espirito pelo desenvolvimento que traz ao senso pratico.

Tal é a applicação do methodo experimental na infancia.

Depois deste estado passivo do espirito de receber por inducção as ideais que vem do exterior, elle assume uma posição activa jogando com os factos que se offerecem á sua reflexão e analyse.

As faculdades superiores apossando-se dos dados adquiridos pela certe-

za material da observação e experiencia, combina-os, apanha as relações que têm de commum e tira as illações. Com esta disciplina para o espirito, fortifica-se o raciocinio sempre consequente com a evidencia dos factos. E é depois desta elaboração mental que a intelligencia fórma um julgamento criterioso, o do bom senso.

De facto, nada pôde desenvolver melhor o espirito pratico do que este constante contacto com os meios que a natureza nos rodeia e com os elementos que estão ao alcance do homem para delles tirar proveito, applicando ás condições de sua existencia ou para seus divertimentos e gozo (1891).

Em seguida, enumera um conjunto de objetos e práticas que poderiam integrar o método experimental:

Na vida infantil esses trabalhos praticos são representados pelos exercicios, já na sua disposição para organizar brinquedos, gymnastica e jogos, já nas dificuldades que se antepõem á realização de suas intenções e nas variadas formas pelas quaes esses problemas practicos se offerecem ao seu espirito. De toda sorte encontram sempre ensejo de fazer applicações do espirito inventivo e de ampliar o senso pratico (1891).

Registra ainda a existência de uma estreita relação entre os exercícios físicos e o movimento, de modo mais amplo com o sistema nervoso e o cérebro, indicando que o desenvolvimento ou não de um deles tem efeito direto no outro, pois, para ele, dois fatores entram em jogo nos exercícios musculares: os centros nervosos e os músculos. Sendo esses os agentes dos atos mecânicos, as contrações aí produzidas aumentam os fenômenos físico-químicos e dão mais força aos atos vitais. No entanto, a verdadeira sede da educação se localizaria nos centros nervosos, pois neles existiria a faculdade de desenvolver e aperfeiçoar os movimentos: “É nas zonas superiores do cerebro que se passam os phenomenos relativos aos movimentos, ellas regulam, coordenam e commandam as contracções musculares”, afirma Dr. Brito (apoiando-se em Lagrange). Segundo ele, eram os centros nervosos que decidiam ainda a força a empregar, que escolhiam os músculos preferidos para entrar em ação, associando-os e fazendo-os trabalhar de comum acordo para mover as alavancas ósseas dos membros.

É, pois, compartilhando dessa compreensão fisiológica que Dr. Brito defende o método experimental. Com base nos princípios desse método, as atividades seriam organizadas de modo a estimular ao mesmo tempo o cérebro e os músculos, concorrendo, desse modo, para o desenvolvimento de ambos. E, em consequência, para o desenvolvimento da própria inteligência.

Os conhecimentos escolares

Com esses elementos postos, resta saber que objetos deveriam ser estudados na escola primária e secundária. Isto é: que saberes deveriam ser escolarizados? Que saberes estavam sendo considerados prioritários no projeto de reordenamento da escola? Para responder a essas questões, fiz um amplo mapeamento das teses, extraíndo das mesmas o que os médicos sugeriam como saberes que deveriam integrar o projeto de formação intelectual dos discípulos (quando isso se encontrava explicitado pelos médicos). Esse mapeamento pode ser consultado no quadro 20.

Por que os médicos elegeram esses conhecimentos como os que deveriam ser escolarizados e aos quais os indivíduos deveriam ser submetidos? Uma análise desse quadro permite perceber a presença de alguns princípios que concorreram para a sua constituição.

Os princípios: classificar – ordenar/hierarquizar – regularizar – alternar/integrar – fazer – moderar

Esses princípios foram exemplarmente explicitados pelo Dr. Andrada Jr. em 1857. Em sua tese, ele indica oito conselhos que deveriam ser seguidos para que o programa de formação intelectual fosse bem-sucedido, de modo a conservar e aperfeiçoar as faculdades que formariam a inteligência humana. Tais conselhos se articulam com os princípios que podem ser observados, de modo distinto, no conjunto das teses trabalhadas:

- a) Integração: consiste na boa distribuição dos modificadores, na aplicação do princípio *mens sana in corpore sano* ou, como diria Dr. Naegeli ao discutir os efeitos da ginástica racional (de cuja aplicação resultaria não somente o aumento da força produtiva dos músculos e da vontade, como também de todo o organismo): aumento da força de resistência contra “influencias perturbadoras”, sensação de bem-estar, que é a expressão da “saude e o fundamento d’um bom humor”.

Quadro 20 – Conteúdos de formação e disciplinas escolares.¹²⁶

Níveis Autor	Primário		Secundário
	Elementar (1º Grau)	Superior (2º Grau)	
Ubatuba ¹²⁷	Educação física, moral (religião) e intelectual	Educação física, moral (religião) e intelectual	Educação física, moral (religião) e intelectual
Mello ¹²⁸	Ginástica, educação moral e intelectual	Ginástica, educação moral e intelectual	Ginástica, educação moral e intelectual
Gomes ¹²⁹	Educação física, moral e intelectual	Educação física, moral e intelectual	Educação física, moral e intelectual (língua e ciências abstratas)
Portugal	Ginástica, línguas e educação moral	Ginástica, línguas e educação moral	Ginástica, educação moral, línguas, ciências e filosofia
Cunha	Educação física, moral e intelectual	Educação física, moral e intelectual	Educação física, moral e intelectual
Andrada Jr.	Educação física, moral (religião) e intelectual	Educação física, moral (religião) e intelectual	Educação física, moral (religião) e intelectual
Mafrá	Educação física, moral (religião) e intelectual	Educação física, moral (religião) e intelectual	Educação física, moral (religião) e intelectual
Cruz Jr.	Educação física, moral e intelectual	Educação física, moral e intelectual	Educação física, moral e intelectual
Souza	Educação física, moral e intelectual	Educação física, moral e intelectual	Educação física, moral e intelectual
Coutinho	Português, geografia, educação física e religião	Português, geografia, educação física e religião	Belas-artes, música, francês, inglês, alemão, geografia, matemática, física, história, botânica, educação física e religião
Guimarães	Educação física, moral (religião), leitura, escrita, horticultura, música e artes (escultura e artes mecânicas)	Educação física, moral (religião), leitura, escrita, horticultura, música e artes (escultura e artes mecânicas)	Educação física, moral (religião), leitura, escrita, horticultura, música e artes (escultura e artes mecânicas)
Naegeli	Ginástica	Ginástica	Ginástica
Armonde ¹³⁰	Leitura, escrita, cálculo, elementos de ciências físicas e naturais, geografia, cosmografia, higiene e medicina doméstica e história. ¹³¹ belas-artes e belas-letas, educação física e moral. ¹³²	Leitura, escrita, cálculo, elementos de ciências físicas e naturais, geografia, cosmografia, higiene e medicina doméstica e história, belas-artes e belas-letas, educação física e moral	Botânica, zoologia, ciências físicas e naturais, educação física e moral
Machado	Leitura, escrita e cálculo	Princípios elementares de contabilidade, gramática nacional, noções de história e geografia e doutrina cristã	Gramática nacional, matemática elementar e superior, geografia, história, filosofia, literatura, química, física, botânica, zoologia, economia política e direito constitucional, latim, grego e mais duas línguas vivas. ¹³³
Vasconcellos	Educação física, moral (religião) e intelectual	Educação física, moral (religião) e intelectual	Educação física, moral (religião) e intelectual
Brito	Educação física, moral e intelectual	Educação física, moral e intelectual	Educação física, moral e intelectual

¹²⁶ A estrutura da escola primária em dois níveis foi proposta pelo Dr. Machado em 1875. De acordo com o relatório do ministro Carlos Leôncio de Carvalho (Brasil, CLB, 1879), essa estrutura vigorava no ano de 1878 com a designação de escolas de 1º grau e escolas de 2º grau, para os dois níveis do ensino primário. O único médico que fez a distinção entre os dois níveis de forma explícita foi Dr. Machado, embora muitos tenham defendido a gradação dos conhecimentos em virtude das idades, do gênero e dos temperamentos dos alunos. Em função disto, o conteúdo foi repetido nos dois níveis da instrução primária em todos os outros casos.

¹²⁷ Não especifica as disciplinas propriamente ditas, com exceção da religião.

¹²⁸ Defende a inclusão da ginástica nas escolas, lamentando que “uma arte tão proveitosa, e que tantos benefícios pode espargir, esteja tão desprezada entre nós”. Segundo ele, em nenhum estabelecimento público de educação, em nenhum colégio, “nem mesmo no colégio de Pedro II”, conforme sabia, se dava a importância merecida ao exercícios ginásticos. Também não especifica as disciplinas, com exceção da ginástica.

¹²⁹ Não especifica as disciplinas, defendendo apenas que o estudo das línguas e das ciências abstratas começasse mais tarde, quando o menino já tivesse adquirido vigor e já fosse dotado de raciocínio e meditação.

¹³⁰ Não se aprofunda no ensino secundário e faz ligeiros comentários sobre o ensino superior.

¹³¹ Estudo da constituição e das principais leis do país.

¹³² O ensino da moral é associado ao ensino da religião católica.

¹³³ O estudo dessas quatro línguas estrangeiras seria exigido daqueles que fossem prosseguir seus estudos em nível superior.

Enfim, segundo o médico suíço, apropriando-se das palavras dos “antigos”, o efeito da ginástica racional poderia ser resumido no slogan *in corpore sano anima sana*. Desse modo, os médicos defendiam uma integração entre a formação intelectual, moral e física, como temos repetido.

- b) Exercício metódico: consiste em exercitar as faculdades, como forma de desenvolvê-las. Dr. Andrada Jr. exemplifica com o desenvolvimento da atenção e da memória, as quais, pouco a pouco, por intermédio da exercitação metódica e continuada, ganham força e firmeza. Caso contrário, definhariam.
- c) Moderação: os exercícios realizados devem obedecer ao princípio da moderação, sob pena de, ao invés de fortalecer as faculdades da inteligência, paralisá-las em alguns jovens, pervertê-las em outros e debilitá-las em quase todos, diversidade de efeitos explicável pela diversidade na energia vital e na constituição dos sujeitos.¹³⁴
- d) Respeito ao desenvolvimento biológico: reafirma a posição de que os meninos não devem ser submetidos precocemente a um trabalho sério das faculdades intelectuais, apesar de reconhecer que há exemplos, na história da humanidade, de homens que iniciaram de modo prematuro sua atividade intelectual e que, a despeito disso, tiveram uma vida longa.¹³⁵ No entanto, para ele, tais exemplos são exceções que ocorrem poucas vezes, não devendo ser consideradas de modo algum quando se tem de estabelecer uma regra geral, reafirmando que “inda mesmo que fossem esses exemplos em numero sufficiente

¹³⁴ Dr. Andrada Jr. acentua ainda que o excesso de exercício interfere nos fluidos nervosos dos indivíduos, nos seguintes termos: “Esta falta de equilíbrio na distribuição do fluido nervoso não pôde deixar de produzir alterações nas condições anatomicas e physiologicas do nosso organismo, e na intelligencia que nelle se desenrola; é assim que em uns o appetite diminue, a digestão se perturba, as excreções tornão-se mais raras e as palpitações mais frequentes, a redondeza das fórmãs desaparece e o semblante toma um aspecto sombrio e reservado; em outros podem sobrevir congestões cerebraes, meningo-encephalites, hypertrophias e constipações rebeldes; a hypocondria, a melancolia e todas as perversões do espirito podem seguir-se ás exagerações que acabamos de condemnar” (1857).

¹³⁵ Cita os casos de Claudio Samiase, que traduzira perfeitamente as obras de Pindaro aos dez anos de idade, tendo falecido com 65 anos; Grotius, que aos oito anos já era um poeta distinto e aos catorze anos sustentou publicamente várias teses sobre as matemáticas, a filosofia, a jurisprudência, e viveu até os 62 anos; o abade Rancé, que aos quinze anos traduzira e comentara as obras de Anacreonte e faleceu septuagenário; e Lagrange-Chancel, que aos oito anos já compunha versos sobre todos os assuntos, com catorze publicou a tragédia *Jugurtha* e viveu até os 82 anos. Essas informações foram extraídas da obra de Baillet, intitulada *Traité des enfants devenus célèbres par leurs études, etc.*

para merecerem atenção, o que negamos, bastar-nos-ia a observação de todos os dias para fazer-nos clamar contra a emancipação provocada da intelligencia”.

- e) Alternância das atividades intelectuais, físicas e de repouso: defende a alternância de atividades intelectuais, corporais e de repouso, indicando que o repouso deve prevalecer sobre os demais de modo proporcional à idade e à compleição física dos alunos; isto é, quanto mais jovem e fraco o indivíduo, mais repouso e menos atividades de outra ordem e vice-versa.
- f) Variação dos objetos de investigação: “O professor procurará por todos os meios tornar agradável o exercício da intelligencia, já empregando no trato para com os seus discipulos maneiras nobres e affaveis, já sabendo variar convenientemente os objectos que tenham de servir ás suas investigações”, prescreve. Acrescenta que quando o estudo atende o gosto daqueles que a ele se aplicam e que sabem guardar os preceitos aconselhados pela boa hygiene, o trabalho intelectual, em vez de causar moléstias, torna-se uma ocupação aprazível que “em nada estorva a marcha regular das nossas funções”. E cita alguns homens ilustres que foram submetidos a um bom trabalho intelectual, como Simonides, Anacreonte, Galeno, Newton, Voltaire, Sófocles, Maucroix, St. Evremont, Herodico, Fontenelle, Górgias e Hipócrates, tendo este último vivido até os 109 anos, e os demais, noventa anos ou mais.
- g) Prudência na organização do tempo escolar: recomenda intervalos entre a atividade intelectual e as refeições, bem como no momento que precede o sono. O respeito ao primeiro intervalo evitaria o deslocamento da atividade orgânica, que deveria estar concentrada na digestão, para o cérebro, o que poderia ocasionar congestionamento cerebral e embaraços digestivos. O segundo intervalo visava assegurar um bom sono, ao eliminar a excitação cerebral provocada pela atividade intelectual. Dessa forma, o tempo escolar deveria ser distribuído de tal modo que tais intervalos, sem atividade intelectual séria, fossem previstos na rotina escolar.
- h) Sono: é descrito como “o reparador obrigado das faculdades intellectuales, bem como de todas as funções de nossa vida de relação”; essa reparação “urgente” prevê um sono de oito a dez horas de duração para os meninos entre sete e quinze anos. No caso dos adul-

tos, sete horas de sono são “mais que suficientes” para realizar uma boa reparação. Ao reconhecer que poderia haver variações de indivíduo para indivíduo, em virtude dos hábitos, temperamento e constituição, Dr. Andrada Jr. reconhece que seria impossível atender a todas essas “pequenas circunstancias” nos colégios, devendo se adquirir aí os hábitos em conformidade com os preceitos da higiene. Em seguida, enumera algumas outras recomendações que deveriam ser seguidas, como acordar e dormir cedo. Finalmente, de modo sintético, lista quatro procedimentos relacionados ao sono, que deveriam ser cobrados dos estudantes:

1º, que não seja muito longo, nem demasiadamente curto; 2º, que não tenha lugar imediatamente ao sahir da sala de estudos; 3º, que não seja precedido muito de perto pela merenda, nem por um exercício muscular violento e 4º, que o aposento que tiver de servir de dormitório possa encerrar uma quantidade de ar proporcionada ao numero de alumnos que nelle tiver de pernoitar (1857).

Nessa fala de encerramento, é possível perceber que Dr. Andrada Jr. recupera as prescrições formuladas ao longo de seu trabalho, reafirmando-as. Também se nota a presença da fisiologia ditando as regras referentes ao sono dos escolares, desdobrando-se em um discurso contra os excessos, em favor de um ordenamento do tempo escolar, de modo a respeitar predisposições fisiológicas provocadas ora pelos estudos, ora pela alimentação, ora pela respiração. O diálogo com a fisiologia é constitutivo do discurso médico-higiênico, já que os conhecimentos oriundos dos experimentos daquela ciência fornecem suporte necessário para o ordenamento das práticas prescritas no interior da matriz médico-higiênica, isto é, a fisiologia integra e ampara as representações médicas acerca do funcionamento da organização escolar.

A rotina escolar

Desenvolvendo esse ponto em sua tese, Dr. Mafra, ao tratar da “educação intellectual”, sugere um conjunto de regras que, segundo ele, eram necessárias, pois os trabalhos intelectuais, quando efetuados de modo exagerado, produziam uma influência funesta sobre o espírito e, indiretamente, também influenciavam o físico. Tais regras procuram produzir um

ordenamento do tempo escolar, que, nos termos do Dr. Mafra, deveria ter a seguinte configuração:

Das cinco ás seis horas da manhã, conforme as estações, devem-se levantar os alumnos. Depois de uma ligeira refeição terão duas horas de estudo a tres; no fim deste tempo se lhes dará almoço nutriente (carne e legumes); seguir-se-ha um recreio de meia hora pelo menos, depois do qual se applicarão ás suas tarefas até o meio dia, o maximo de tempo (tres horas), que se deve consagrar seguidamente a trabalhos serios. Uma nova recreação de meia hora deve preceder o trabalho que se seguir até ás duas horas. Então cessado este haverá algum repouso, ao qual succederá o jantar, seguido igualmente de meia hora pelo menos de recreação.

Recomeçarão então os trabalhos que durarão até as cinco horas. Das cinco ás seis recreação, em que serão os exercicios mais livres e desenvolvidos. Das seis ás oito o estudo, ao qual seguir-se-ha a cêa, que deverá ser ligeira; um curto e moderado recreio depois do qual se deitarão os educandos (1855).

A partir dessas regras, é possível imaginar, acompanhando-se as prescrições do Dr. Mafra (quadro 21), a grade horária dos internatos regulando o acordar, as atividades durante o estado de vigília e o sono dos escolares. É possível notar, como ocorre com a maior parte das teses estudadas, que o modelo escolar com que Dr. Mafra trabalha é o do internato. A regulagem da rotina a ser adotada nesses colégios possibilita perceber, por exemplo, a partilha do princípio da integração entre atividades físicas e intelectuais, da intermitência entre trabalho e repouso, da duração das atividades, incluindo aí o próprio sono.¹³⁶ O princípio da moderação se encontra presente quando se estipula o tempo mínimo e máximo para cada uma das atividades.

¹³⁶ Isso não implica dizer que todos concordassem com o modelo do internato, como já foi anteriormente assinalado, especialmente nos trabalhos do Dr. Machado (1875) e Dr. Vasconcellos (1888). Esse tema indica que não havia um consenso na corporação médica acerca desse aspecto. Aliás, o que se verifica é um deslocamento do modelo do internato para o modelo do externato. Em um primeiro momento, a imoralidade se encontrava fora dos internatos; em um segundo momento, esse passou a ser visto como um ambiente que favorecia os “desvios” morais. Nesse sentido, a economia dos internatos deixou de ser defendida pelos que, aos poucos, patrocinavam o abandono do modelo escolar assemelhado à formação proporcionada nos claustros e quartéis.

Quadro 21 – Rotina dos colégios.

Horários	Atividades
5:00 – 6:00 h	Acordar
	Refeição ligeira
	2 a 3 horas de estudos
	Almoço
	Recreio
	Tarefas escolares – máximo de três horas
12:00 – 12:30 h	Recreação
12:30 – 14:00 h	Trabalho escolar
	Repouso
	Jantar
	Recreação
	Trabalho escolar
17:00 – 18:00 h	Recreação
18:00 – 20:00 h	Estudos
	Ceia
	Repouso
	Sono

Ao que tudo indica, de modo semelhante ao Dr. Andrada Jr., as prescrições estabelecidas pelo Dr. Mafra estão orientadas pelos conhecimentos e recomendações oriundas da fisiologia, o que pode explicar as partilhas contidas no discurso por ele enunciado. Desse modo, autoriza pensar que a higienização do tempo escolar se encontra determinada pelos princípios da fisiologia, que, no limite, seria a ciência que ordenava parte do cotidiano escolar, incluindo-se aí distribuição do tempo, das práticas e de uma dada seqüência na realização das mesmas.

As representações acerca da inteligência, das funções e temas a ela associados exprimem o estado do conhecimento sobre essa questão à época, indicando que o debate se centrava fundamentalmente em torno das perguntas “como ensinar?” ou “que medidas tomar para promover o desenvolvimento disciplinado e higiênico das faculdades intelectuais?”. Essas interrogações centrais pautam o horizonte e a perspectiva epistemológica da época, isto é, para os médicos o desenvolvimento das funções intelectuais seria obtido por intermédio do adequado manejo de uma série de elementos (espaço, tempo e atividades, por exemplo) que, combinadamente, forçariam o desenvolvimento intelectual dos alunos, representa-

dos de modo geral como “cera mole” ou “pergaminho lustroso”. Ambas as representações reatualizam a tese dos alunos como matéria moldável, a partir da qual se poderia plasmar um homem novo, com base nos cânones que se constituíam em nome e em favor da higiene. Cânones que buscavam redefinir a forma e a estrutura escolar, a formação, a seleção e a fiscalização dos professores, a questão epistemológica, os conhecimentos escolares, o modo de trabalhar, a distribuição das atividades e a própria concepção de inteligência humana.

Com isso, buscava-se reformar profundamente o universo escolar, representado como condição para construir o futuro, no qual o homem novo era tido como peça necessária, sendo que esse só seria formado por intermédio de uma intervenção racionalizada e sistemática, em uma escola igualmente nova, racionalizada e moderna. Enfim, em uma escola que também patrocinasse a higienização da formação intelectual, de modo a produzir uma inteligência disciplinada.

4.4. A ginástica das vontades

Nosso pensamento allumeou quase desgarrado em labirinto de erros, então estudamos, examinamos e sentimos abrolhar em nós a persuasão inconcussa de que a Medicina Moral¹³⁷ é a mais saudavel de todas, que todos os socorros, com que a moral crhistan pode accudir á Higiene são dos mais valiosos, e efficases, de que faz brasão a nossa sciencia.

Dr. Camargo, 1845.

A questão da formação moral na ordem do discurso médico-higiénico requer alguns comentários preliminares, a partir dos quais defino o modo como trabalhei com a representação dos médicos acerca desse tema. Uma primeira indagação desenvolvida se refere ao próprio conceito de moral. O que é moral e como esse tema pode ser entendido? Aproximando-me da posição defendida por Nietzsche, trabalhei com o problema da moral entendendo que o “essencial e inestimável em toda moral é que ela é uma longa coação” (1978, p. 280).¹³⁸ Nesses termos, procu-

¹³⁷ Em 1888, o médico e professor Vasconcellos, ao manter a defesa da necessidade de uma formação moral, desenvolveu esse tema em um item intitulado “Hygiene moral”.

¹³⁸ Na área da filosofia é possível encontrar respostas distintas para esta pergunta, em virtude da escola e filiação dos autores. Não constitui meu objetivo desenvolver essa polêmica. Para uma introdução a esse debate, conferir Chauí, 1994.

rei discutir em que consistiu o projeto de moral defendido pelos médicos da FMRJ no século XIX. Quais as características da “longa coação” por eles formulada? Inicialmente, cabe ressaltar que ao refletir sobre a educação moral os médicos incluem a discussão acerca da questão religiosa e de sua presença no ambiente escolar. Incluem igualmente posicionamentos acerca da intervenção escolar no comportamento e práticas sexuais dos jovens, na formação do seu caráter, bem como as estratégias de disciplinamento que, na ótica médica, deveriam ser acionadas para assegurar a formação de um bom caráter, sendo que essas transitavam das estratégias de premiação às de punição. Todavia, esses três últimos elementos não possuem o mesmo estatuto do primeiro no interior do discurso médico-higiênico, encontrando-se todos subordinados a uma moral de princípios católicos, sendo que o tratamento proporcionado pela medicina também é diferenciado - no caso, mais atenção é dedicada ao controle da sexualidade dos escolares.

Esse quadro me levou a focalizar mais detida e especializadamente cada componente do projeto de educação moral defendido e difundido pela corporação médica, sobretudo na Corte imperial. Assim, abordei cada um desses componentes separadamente, não sendo demais advertir que os mesmos integram o projeto mais amplo de educação moral. Esse, por sua vez, não foi pensado isoladamente, já que, como foi assinalado em outros momentos deste livro, a perspectiva médica é a de uma educação integral, constituindo a educação moral uma das dimensões do homem que participam da utopia médica oitocentista de formar um sujeito desenvolvido física, intelectual e moralmente. Um indivíduo formado a partir dos cânones da razão, nomeadamente os da racionalidade médico-higiênica.

Além desse ordenamento, uma outra opção presidiu a análise da educação moral. Como esse tema comporta as subdivisões que acabei de apontar, na análise das teses privilegiei aquelas em que o subtema aparece explorado de modo mais expressivo, o que de antemão indica que os pontos desenvolvidos de forma mais especializada (os que abordam a educação a partir da educação física) e os que foram desenvolvidos no formato de “proposição” não tratam o problema da educação moral com a mesma ênfase dos trabalhos que, já em seu título, anunciam a tematização da higiene nos colégios e os que explicitamente se referem à educação física, intelectual e moral da juventude. Assim, na análise sobre a educação moral, privilegiei estes últimos trabalhos.

No desenvolvimento do tema da educação moral, os médicos incorrem no uso do modelo do diagnóstico-prescrição-proscrição e seus discursos devem ser entendidos como uma resposta médica ao quadro por eles traçado. No caso da educação moral, a marca de sua falta, insuficiência ou inadequação se encontra mantida nas teses analisadas. Ao diagnosticar o país, seu povo e a educação que lhe é destinada, os homens da racionalidade médico-higiênica não hesitam em representá-los sob o signo do erro, recusando-se a integrar e a reproduzir o referido quadro. Para tanto, ditam regras acerca do que fazer e do que evitar, como estratégias para inventar um novo país, povo e colégios. Aqui, outra vez, prevalece a tese da necessidade de uma boa “formação”, que se daria por intermédio da educação moral, segundo os ilustrados médicos da FMRJ, posição emblematicamente explicitada na tese do Dr. Machado, publicada em 1875.

Iluminista e liberal, Dr. Machado diagnostica o tempo em que vive do ponto de vista da moralidade. Na segunda seção de sua tese, intitulada “Educação moral e intellectual”, reafirma a crença na educação integral, lembrando que, após estudar os meios de favorecer e mesmo de provocar o completo desenvolvimento das faculdades físicas da mocidade, restava conhecer o modo de fazer “germinar no coração dos jovens a semente do bem, da justiça e da verdade, a direção a imprimir aos sentimentos e às paixões nascentes”, isto é, como desvendar “á luz da sciencia e da verdade, os olhos do infante, cerrados pelas trevas da ignorancia”; como, enfim, dirigir a sua educação moral e intellectual. Assinalando o desafio a ser enfrentado, o médico traça o diagnóstico do quadro que percebia. Segundo ele, se a educação física era descuidada, a moral e a intellectual não eram, infelizmente, menos defeituosas, pois a má direção impressa às faculdades intellectuais e aos sentimentos do homem arrastava, a cada dia, às mais tristes conseqüências, fosse para a vida das nações, fosse para o interior das famílias:

O nivel de moralidade dos povos baixa constantemente, e, quem o diria! Na razão direta do progresso material e do desinvolvimento da riqueza publica; as nações que marcham na vanguarda da civilização, que dirigem o movimento progressivo do seculo, são exactamente aquellas em cujas veias ferve em borbotões a corrupção e a immoralidade. Se o mundo marcha, caminha a passo de gigante para o insondavel abysmo em que se sepultou a Roma dos imperadores e a França de Napoleão III.

O amor não é mais o doce laço em que se prendem duas almas iguaes, é o cadinho em que se fundem as esterlinas, a politica é a eschola da depravação dos mais nobres sentimentos, a medicina nauseabundo commercio, o patriotismo loucura, a amizade um mitho, a virtude, enfim, desfarçada de hypocrisia (1875).

Ao registrar que o progresso material não trazia automaticamente o progresso humano, o médico aponta um prognóstico com os olhos voltados para os “archivos da historia”, prevendo a própria dissolução da sociedade materialmente desenvolvida. No entanto, o prognóstico também se encontrava apoiado nas experiências do presente, como afirma e insinua ao longo de todo o seu discurso:

Que se lance um rapido olhar por sobre todos os povos que se dizem cultos, por toda a parte o egoismo, a ambição, a inveja, a impiedade e todas as más paixões do coração humano imperam audaciosas: o proletariado blasphemando, apodrece na miseria; o burguez sonha castellos dourados, envolve-se no manto da inveja e cospe a baba peçonhenta para cima sem temer que venha a cahir sobre os seus; o clerigo, no leito das barragães, dorme o somno da impureza; o rico e o nobre, sepultados no lodaçal do vicio, da luxuria immunda, vão pedir ao jogo as emoções violentas que constituem o unico alimento das almas gastas.

E a mocidade, que dizem ser, e ella se proclama, a esperança do porvir, a mocidade que se diz destinada a regenerar o mundo, a plantar de novo o imperio da justiça e da verdade, cresce eivada de pestifero miasma, absorve rapidamente o veneno do seculo e parece querer realizar o pensamento do velho Horacio: “Mais degenerados do que nosso paes, geramos filhos ainda peiores do que nós” (1875).

Como se vê, proletários, burgueses, religiosos, ricos, nobres e a mocidade partilhavam de princípios moralmente condenados pelo Dr. Machado, que, desse modo, produzia uma espécie de indistinção social, unificando todos na classe dos degenerados. Todavia, antecipando uma provável avaliação cética de seu diagnóstico, contrapõe-se aos “otimistas”, que afirmariam que traçara um quadro por demais lúgubre e de que fora buscar na “palheta as tintas as mais escuras para esboçar um painel de phantasia”. Para os otimistas, sugere:

A estes seja-nos permitido propor um desafio leal e sincero: sondem desprevenidos os arcanos de seus corações e verão que se o bafo da corrupção geral não lhes tem tisonado a flôr dos sentimentos nobres, ao menos o demonio da inveja, da maledicencia e da hypocrisia lhes terá distillado na alma um veneno mais subtil do que o curare: – felizes aos que podem resistir á sua energica acção, felizes mesmo os que ainda tentam lutar contra sua perniciosa influencia.

Ainda duvidaes? Pois bem, lançae os olhos sobre as multidões que se chocam nas ruas populosas das cidades, o que vêdes? Paes de familia que dormem nos lupanares, sem lembrar que talvez nesta hora se lhes profane o leito nupcial; filhos que deshonram as cans dos seus progenitores, irmãos que se dilaceram, amigos que se trahem; meninos que se masturbam, moços que dizem: não há Deos e moças que não acreditam no amor. Desenrolae o mappa das nações e vereis a França, desmembrada em nome do direito da força, nutrir em seu seio o gremem de eternas revoluções; a Italia fanatisada, a Allemanha e a Russia subjugadas pelo direito divino, a Hespanha anarchisada, Portugal triste cadaver apodrecido, o Brazil... (1875).

Ao retocar o quadro de modo a convencer os “otimistas” da legitimidade e verdade de suas posições, lembra a corrupção, a inveja, a maledicência, a hipocrisia, a prostituição, o adultério, a masturbação, o ateísmo e a descrença no amor que, no Brasil, eram tidas como práticas rotineiras. No entanto, o problema da moral não estava circunscrito ao território nacional. No Velho Mundo, ele também encontra referências para sustentar a idéia de crise moral em que a sociedade do “progresso material” teria mergulhado e que, em certo sentido, também a produzia. A crise, para ele, poderia ser também o sinal de advento de uma solução, ao afirmar, baseando-se em analogia com a clínica médica, que no “excesso do mal” muitas vezes se encontrava o remédio, pois as crises salutaes quase sempre se manifestavam após a “exageração” dos sintomas. Adotada a analogia, conclui que as tendências generosas da humanidade, abafadas pela vaga da “depravação geral”, tentavam se erguer à superfície e, de toda a parte, levantava-se um clamor uníssonos, e no seio do “immundo pelago” se preparava salutar revolução. A que revolução Dr. Machado se referia? A salutar revolução seria decorrente de um pedido generalizado em favor da “reforma dos costumes”, apontando que o único meio capaz de efetivar a referida reforma seria a educação moral.

Entretanto, cabe ainda indagar: em que consistiria essa “reforma dos costumes”? Qual deveria ser o seu conteúdo? Qual seria o programa de educação moral formulado pelos médicos? Nas teses examinadas é possível perceber um programa de formação moral a ser realizado nas/pelas escolas, desdobrável em cinco pontos nodais. O primeiro se refere à própria idéia de moral, que, no caso, se encontra associada ao controle das paixões. O segundo ponto é a associação de moral e religião, tornando a primeira dependente da segunda. O terceiro ponto vincula moral e sexualidade, sendo este segundo aspecto desdobrável em quatro outros: onanismo, prostituição, celibato e pederastia/homossexualismo. O quarto ponto remete à análise de algumas práticas escolares sob o ponto de vista da moral. O quinto e último ponto, muito diretamente vinculado ao programa de educação moral, é o do controle disciplinar, encontrando-se o mesmo nuançado em torno de três aspectos: os castigos físicos, os castigos morais e as estratégias de premiação.

Antes de proceder ao exame de cada um desses aspectos, cabe lembrar que essa distribuição cumpre um papel organizativo e que eles devem ser entendidos como um programa articulado, como uma “terapia” em que se conjugam procedimentos de ordens distintas, com o único fim de erradicar ou minimizar o mal que, no caso, é representado pela degeneração ou depravação moral, cujo antídoto seria a promoção de uma longa coação junto à juventude. Com isso, seriam produzidos indivíduo, escola, família e sociedade moralizados. Higienicamente moralizados.

As paixões

Dr. Mello (1846), ao se referir ao controle das paixões, presentifica a idéia de se prevenir o aparecimento dos vícios. Segundo ele, os homens eram não só cercados de perigos durante todo o decurso de sua vida, como destinados a ser presas das paixões da alma, que poderiam torná-los felizes ou desventurados, bons cidadãos ou membros inúteis da sociedade. As paixões brotavam na infância e na juventude, deitando tão profundas raízes que “em balde” se tentaria arrancá-las em uma época mais avançada. Urgia, pois, que as pessoas encarregadas da educação dos meninos e dos moços, em estabelecimentos públicos como em particulares, envidassem todos os esforços para evitar o desabrochamento das paixões que pudes-

sem “desdourar a intelligencia, e offuscar a razão, e para desenvolverem em sua alma os sentimentos, que ennobrecem o coração humano”.

A que paixões Dr. Mello se refere? O que desejava conhecer e controlar por intermédio de um domínio a ser exercido sobre as mesmas? Que paixões deveriam ser objeto de interesse da medicina? Por quê? Nessa empreitada pelo saber, ele aponta seis grandes paixões a serem educadas, a saber:

- a) Glotoneria: de acordo com Dr. Mello, quando o homem se entregava à glotoneria, o estômago não executava facilmente suas funções, resultando daí afecções que, muitas vezes, perturbavam ou arruinavam a sua economia. Muitos autores a consideravam como causa da mortalidade de muitas crianças e, além disso, era terrível pela perniciosa influência que exercia sobre os que se conservavam até a velhice, sendo também fonte da intemperança, tornando os homens incapazes de engenhosas concepções e unicamente sensíveis à perspectiva de um manjar que lisonjeasse o seu apetite, parecendo, como “mui bem disse Brouzet, que a sua alma está toda inteira no estomago”, finaliza.
- b) Zelo e inveja: quando “os meninos” eram assaltados por esses funestos sentimentos, a saúde se ressentia tanto que, em breve, se apresentavam magros e descarnados. Ora, quando não se pudesse atribuir essa mudança, esse marasmo a outra causa, seria de supor que fosse devido a alguma dessas paixões, que eram tanto mais perigosas “quanto a experiencia nos ensina” que aqueles que por elas eram apossados costumavam dissimulá-las. “É portanto conveniente que, logo que se acredite em sua existencia, se busque fazer cessar o motivo que as estimula”, prescrevia Dr. Mello.
- c) Temor e medo: não tinham menos império sobre os meninos o temor e o medo que os podiam infelicitar, mas desgraçadamente poucas pessoas davam importância aos resultados desastrosos que ordinariamente espalhavam e nem lhes atribuíam “a imbecilidade e estupidez que inutilisam absolutamente um individuo, que se reduz á tão deploravel estado por descuido”. Dr. Mello oferece evidências empíricas, assegurando que todos os dias se observava o brutal sistema de se conseguir das crianças certas coisas por intervenção do pavor, contando-se histórias de fantasmas, duendes e encantamen-

tos, as quais se implantavam fortemente na imaginação curiosa dos meninos e os constituíam “pusilânicos e supersticiosos, e suplantam a energia de sua alma”. Dessa forma, conclui que seria muito proveitoso que se proscrevesse da escola essa “vergonhosa partilha da ignorância” que ainda existia entre nós.

- d) Cólera: Dr. Mello a descreve como “funesta e indigna paixão”, que tornava o homem mais degradante que os animais e cujas terríveis conseqüências mais se poderiam reccer na idade adulta e nos demais períodos da vida, sendo sua origem dependente, quase sempre, da pressa com que se satisfaziam todos os caprichos e fantasias dos meninos. A prudência e alguma resistência às desarrazoadas pretensões bastariam, muitas vezes, para sufocar essa paixão, prescrevia. A ira, além da vergonha e do arrependimento que acompanhavam os atos que nesse estado se praticavam, poderia determinar a morte, dando lugar a “hemorragias, á phlegmazias intensas, á apoplexia, e á convulsões”, predizia e ameaçava o médico.

Sobre as paixões e a necessidade de submetê-las ao controle da ordem médica, afirmava de modo sintético:

Todas estas paixões devem ser vigorosamente combatidas, á fim de que não deixem sobre o moral e o physico do homem impressões indestrutíveis. A intemperança murcha as graças da mocidade, e imprime no corpo os signaes de decrepitude. O homem dissoluto é magro, seco e se assemelha mais a um spectro do que a um homem vivo; além disso ella é porta de muitos outros vicios degradantes, à cujos laços não podem escapar os homens degradados. O zelo occasiona um espasmo geral, diminue a actividade de todas as funcções, e dá origem á dissimulação, e á inveja, esta sobria rival do merito, que não procura senão rebair as virtudes d’outrem. O medo determina uma contracção geral das forças do epigastrio, perturba todas as funcções e quasi sempre motiva graves desordens; os cabellos se eriçam, e há impossibilidade até de articular. Não menos perigoso são os acessos de colera, por trazerem sempre os damnos que se seguem ao embaraço da respiração, e á concentração do sangue, e á um abalo geral em toda a economia.

Do que acabamos de expor fica fora de duvida quão assíduos devem ser os disvelos dos educadores, ou pedagogos em arredarem as causas que

fazem germinar nos meninos estas paixões, que para adiante terão de os reduzir á mais miseravel condição; e serão o manancial de inquietações, e de trabalhos, e ruina de sua saude, e sobre tudo a entrada de todos os vícios á cuja furiosa torrente nada poderá oppor diques (1846).

No controle das paixões se encontrava, pois, a chave para o controle dos vícios. Nessa direção, controlar as paixões era uma medida preventiva, ao mesmo tempo que indicava, mais uma vez, que na formação do homem o que deveria ser rigorosamente observado, segundo a ótica médica, era o emprego freqüente e sistemático do princípio da moderação. Nada de excessos, nem de ausências, inclusive no que se refere às paixões enumeradas. Presidida pela moderação, as paixões não eclodiriam de modo desordenado e perigoso. Assim, as paixões moderadas eram alçadas à condição de “dique” contra a furiosa torrente das paixões descontroladas e, nesse sentido, essa medida seria o primeiro passo na direção de uma boa formação moral.

Apresentadas as paixões a serem combatidas, Dr. Mello trata de cuidar dos afetos que abrilhantariam e honrariam a alma humana: sabedoria, justiça, moderação e valentia. Sentimentos nobres e virtuosos a serem cultivados nos corações dos meninos como antídoto às paixões, que, de acordo com o médico, deveriam ser combatidas com todo o afinco.

A preocupação com o controle das paixões indicadas pelo Dr. Mello é partilhada pelo Dr. Gomes, que em 1852 também combaterá as paixões da glotoneria, do zelo, da inveja e da cólera. Para ele, era na infância que as paixões se arraigavam para se conservarem até a velhice, sendo, portanto, conveniente que o educador envidasse seus esforços para “oppor-lhes em tempo colossal barreira”. Sobre os efeitos da ausência de controle sobre essas paixões, Dr. Gomes assinala:

A glotoneria que, como já dicemos, é a partilha da infancia, é também a causa de crueis padecimentos; é a fonte de intemperança e do deboche; embota a sensibilidade e a intelligencia, e o individuo só se desperta á vista de um manjar que lisonjeie o appetite.

O zelo e a inveja alteram muitas vezes a saude dos meninos; os pais e os mestres evitarão as suas terriveis consequencias não mostrando mais predilecção por uns do que por outros.

A colera pôde determinar a morte, dando lugar a hemorragias, phlegmasias intensas, apoplexia e convulsões (1852).

O coro contra o desregramento das paixões é reforçado em 1853 pelo Dr. Portugal, que indica a existência de um corpo doutrinário no interior da comunidade médica no que se refere ao tratamento a ser dispensado a essa questão e, também, sobre a própria necessidade de se intervir de modo “científico” junto às crianças. No combate aos hábitos e práticas cotidianas, a ciência descobre e produz a infância, colocando-a em discurso para forjar uma nova moralidade devidamente higienizada. Ao examinar a “influencia da educação physica do homem”, Dr. Portugal inicia seu texto fazendo uma espécie de pregação moral contra “a embriaguez das paixões”. Segundo ele,

quando o baixel da vida vaga no mar encarpelado das paixões, e a bussola da razão desnordeada não pôde leva-lo ao porto desejado, o da salvação, é isto uma das condições para que se realise o dito de que – o viver é soffrer. [...]. Esta vida será melhorada, mas não de todo sanada, pois que o homem tendo-se achado com a razão desvairada pela embriaguez das paixões lançou-se aos prazeres sensuaes sem reserva e o seu organismo pelo muito prestar-se a estes desejos irresistiveis, a estas tendencias inabalaveis por demais desregradas, ficou de alguma sorte deteriorado e carregando sobre si o peso da dôr e dos soffrimentos, que muitas vezes servem de legado à infeliz prole (1852).

Para sustentar seus argumentos, enumera alguns exemplos de homens ilustres que se deixaram envolver no “mar encarpelado das paixões” (Alexandre Magno, Marco Antonio e Aníbal), estabelecendo um contraponto com outros que deveriam ser tomados como modelos: “Para fazer contraste a estas personagens citadas, temos outras que, trilhando uma vereda mais limpa de vícios e de immoralidades, comprehendêrão melhor a sua missão” (refere-se a Carlos Magno e Tito, “delicias do povo romano”, a Luiz Felipe e Napoleão). Ao concluir, afirma: “Poderíamos ir mais longe com a massa dos factos, mas só queremos que estes apresentados, quando passados em o cadinho de intelligencias amantes da reflexão fiquem tendo algum valor quer relativamente á educação physica, quer relativamente á educação moral do homem”. Nesse sentido, nos “archivos da historia” localiza os exemplos do bem e do mal no que se refere à vivência higienizada das paixões, apresentando os exemplos e contra-exemplos de boa moral e, com eles, o prognóstico do que poderia ocorrer na adoção de um ou de outro como padrão civilizatório.

Mesmo em tese com formato propositivo, Dr. Cruz Jr., em 1857, contempla essa questão na décima sexta proposição, na qual prescreve que se deveria “evitar dos meninos os desvarios de uma rasão ainda não desenvolvida, mostrar-lhes os perigos do erro e do vicio, fallar-lhes, sempre, a linguagem severa da verdade, acompanhada da prática de bons exemplos, eis a base em que se funda a educação moral”.

Mostrar, falar e praticar os princípios da boa moral no que se refere ao controle das paixões seria, portanto, a base do programa de educação moral para evitar os “desvarios da rasão” ou uma adesão às paixões incontroladas.

Na seção 4.6 de seu trabalho, Dr. Andrada Jr. já se refere à questão das paixões. Ao abordar esse tema, afirma:

Não é só no ar que respiramos, no pão de que nos alimentamos e no abuso de nossas faculdades intellectuaes, que encontrar podemos o sorvedouro que engole as nossas melhores esperanças de uma vida tranquila e feliz; por toda a parte vê-se o mancebo inexperiente rodeado de perigos, que parecem conchavados para afundirem o fragil baixel em que navega, e é sobretudo fazendo revolver o tempestuoso oceano das paixões que conseguem leva-lo de encontro aos trechos arrecifes: esta verdade é tanto mais evidente, quanto que é menor no furo dos bellos annos principalmente que se apraz a paixão mal dirigida em desenrolar todo o terrivel cortejo das suas consequencias funestas, impressionando de tal arte a imaginação descuidosa de suas victimas, que os seus vestigios só com muita difficuldade poderão se destruidos nas idades subsequentes (1855).

Ao alertar para os perigos que rondavam os “mancebos inexperientes”, o médico tratava de indicar os meios a serem acionados para controlá-los e protegê-los. Um dos lugares de controle deveria ser o colégio. Nesse sentido, constrói uma representação de colégio investida de múltiplas funções. Em sua perspectiva, o colégio não deveria ser unicamente o “jardim da intelligencia”. Os bons costumes deveriam ser nele cultivados, ao mesmo tempo que as ciências e as artes. As inclinações perversas e as afecções morais contrárias às determinações da lei natural tornavam os homens inimigos do próprio homem, “cuja organização corrompemos, cuja intelligencia desbotamos”, e também inimigos da sociedade,

“de quem calcamos as etiquetas e as convenções”. Transformava-os, inclusive, em inimigos da “Divindade”, fazendo com que renegassem os mandamentos de “nossa religião”, que, segundo o médico, em sua maior parte não eram senão a expressão das nossas verdadeiras necessidades. Insistindo na necessidade do controle sobre as paixões, afirma ainda:

A exacerbação de uma paixão viciosa é quasi sempre o resultado de uma educação moral defeituosa; Rousseau reconheceu-o quando disse que os nossos corações nasciam sensíveis e generosos, e que a sua dureza era a nossa obra. Não queremos com isto avançar que os meninos nos seus primeiros annos não tenham também as suas pequenas paixões; alguns pelo contrario dão já desde o berço indícios de um character maligno; tal é o caso daquelle pequeno invejoso de que nos falla Santo Agostinho, que ainda não sabia articular, e já o semblante pallido e olhinhos irritados arrostava o companheiro que a seu lado mamava; Locke faz-nos também notar a satisfação que experimentão certas crianças em molestarem os pequenos animaes que lhes vêm ás mãos, em destruir em tudo o que tocão. O que nos pretendemos estabelecer é que estas paixões, que se desenvolvem no dous primeiros periodos da vida, infancia e puericia, quando deixadas a si mesmas ou acoçoadas por uma educação mal dirigida, são as que mais profundamente se enraizão, ao passo que combatidas a tempo e com regra abortão quasi sempre com extrema facilidade: “Acontece com estas primeiras impressões como um rio, cujas águas podemos encanar para pontos inteiramente diversos; de modo que pela direcção insensível que recebe a corrente em sua origem, toma por differentes caminhos e chega a lugares mui distantes uns dos outros. Póde-se, creio eu, com a mesma facilidade dirigir o espirito do menino para o lado que se queira” (Locke, *Educação dos meninos*). Assim, pois, a alma nova e impressionavel do menino é um lustroso pergaminho, que temos de aproveitar para escrever o prologo de uma vida toda de virtude e sabedoria (1855).

É nesses termos que os médicos entendem o início do programa de “longa coação” que pretendiam ver instaurado nos colégios. Coagir os excessos e desvarios, coibindo-os e estancando-os; quanto às ausências ou insuficiências, preenchendo-as. Esse seria, pois, o meio eficaz para moderar as paixões e com isso evitar o aparecimento dos vícios. No entanto, a

longa coação pensada pela ordem médica se desdobra em outros aspectos, dentre os quais aparece, em destaque, a associação intensa entre a moral apregoada pela higiene e a moral religiosa, cristã. Nesse caso, supostas polarizações entre “ilustração” e “fé” não se efetivam. Aliás, essas fronteiras são fragorosamente ignoradas ou dissolvidas (no caso de se considerar, já nessa época, a religião e a ciência como campos diferenciados porque mantidos em instituições distintas, com vocabulários próprios e regras de pertencimento e de ordenação distintas, para indicar algumas diferenças), em favor de uma boa formação moral.

Se a dimensão moral não era considerada inata, a bondade natural seria inexistente e, do mesmo modo, a maldade genética. Assim sendo, como desenvolver o programa de formação moral em sintonia com a ótica médica? A partir de que roteiro se atingiria o “bem eterno” e a “felicidade neste mundo”? A solução apontada em 1845 pelo Dr. Ubatuba se configura um consenso no interior da ordem médica, uma efetiva doutrina adotada e partilhada na comunidade: para os homens da ciência, moralidade e religião não poderiam ser tratadas dissociadamente. Com isso, passo a analisar as representações médicas acerca dessa parceria.

Moral e religião

Dr. Ubatuba (1845), valendo-se de uma epígrafe de Cabanis,¹³⁹ posiciona-se em favor da necessidade de se formar o homem do ponto de vista moral, pois para ele não eram só as coisas físicas que influíam na saúde do homem: “Por mais de uma vez temos deixado escapar a dependência, que existe entre a alma e o corpo; e tam intimamente estas unidas estas duas substancias, que têm dado motivos a prolongadas controversias, as quaes so pozeram termo espiritos mais apreciadores, que não se deixaram arrastar pela condiçam do exclusivismo”. Concluía que, por isso, “a Educaçam Moral não só concorrerá para o bem eterno, como para a felicidade neste mundo”.

Mas como promover a educação moral? Em que fundar o roteiro e o programa de intervenção sistematizada sobre a moral humana? Ele en-

¹³⁹ Nessa epígrafe, Cabanis trabalha com a vinculação entre o físico e a moral: “a grande influencia disso, que tem o nome de Moral, sobre o que tem o nome de physico, é um facto geral, e irrecusavel”.

tão prescrevia: “Educai os vossos filhos no seio da Religiam que os fareis por sem duvida mais felizes; não só minorando-lhes o influxo de suas paixões, como dando-lhes de prompto allivio na consoladora lembrança, que Deos existe”.¹⁴⁰ Religião que traria felicidade, controlaria as paixões e aliviaria a existência humana. Em relação ao influxo das paixões, recorre aos “archivos da historia”:

Quantas vezes o mesmo prazer tem sido causa de mortes? Diagoro expirou vendo voltar seus tres filhos vencedores dos jogos Olympicos. Sofocles morreu de prazer recebendo a coroa. Polycrato, Chilon o lacedemonio, Philipede e Dionisio morreram por um excesso de alegria [apóia-se em Tourtelle, *Elementos de hygiena*, tomo II]. E que sempre a culpa é dos Paes, que lhes despertam sentimentos desordenados ou fazendo-lhes sentir uma cega austeridade, com que os conduzem ao temor e quasi sempre ás consequencias funestas, pois que fazem os meninos viverem em desconfianças [...]. Si é necessario que os meninos desde pequenos conheçam a contingencia dos desejos para que não soffram de chofre a verdade, é bom dizer-se, que não é necessario mortifical-os, privando-os de tudo só porque ambicionam, que então cahiremos no mesmo donde pretendiamos sahir.

Jamais é preciso conduzil-os também pelo caminho do temor, que tão prejudicial ao moral, os fará pusilanimos, e sujeitos aos males que occasionam os sustos. Não é sem sobejas razões que o Philosopho instituidor de Emilio considerava a infancia, como a idade mais perigosa, e sem duvida é della, que depende em grande parte a nossa felicidade futura, porque as impressões ahi recebidas se gravam com profundas raizes (1845).

Para intervir na “idade perigosa” e regular as paixões viciosas, o método, a estratégia e a solução seria combinar razão e fé. Parceria que no caso da moralização das paixões era representada como medida eficaz pelo Dr. Ubatuba.

¹⁴⁰ Em nota de rodapé, explicita que se “considerarmos as Religiões debaixo deste ponto, acharemos que ellas sempre têm concorrido para melhorar a condiçã humana; veremos a circuncisam, e certas prohibições serem acertadas leis de Hygiena”. Desse modo, sugere uma nova leitura das interdições ditas em nome da fé.

Para Dr. Andrada Jr., a religião deveria formar a base da educação moral nos colégios, como em toda a parte, porque era dela que se deduzia a tranqüilidade do espírito, era dela que mais diretamente “dimana o conhecimento dos nossos deveres para com Deos e a sociedade”. Dando continuidade à defesa do emprego da religião nos colégios, assegurava:

A *fé*, com que nos galardôa, comsolida-nos na crença de um Deos Omnipotente e justiceiro, obriga-nos a moderar as nossas paixões e a só deixarmos guiar pelos incentivos da honra e da probidade, com a certeza de que uma vigilancia suprema pesa constantemente sobre as nossas acções, para um dia julga-las; na *esperança* bebemos a força moral necessaria para resistirmos ás grandes adversidades a que estamos todos sujeitos; é o antidoto por excellencia dos soffrimentos da alma; a caridade importa o aniquilamento de todas estas paixões ignobeis e despreziveis que podem comprometter a segurança e a felicidade dos nossos concidadãos, taes como o egoismo, a cobiça, a avareza, a inveja e a colera (1855, grifos do autor).

Após apresentar a religião como antídoto, passa a fazer algumas considerações acerca das paixões que o homem deveria controlar. Primeiramente afirma que os exemplos, os conselhos e a habilidade dos “mentores” na maneira de lidar com os seus educandos tinham grande influência na direção das suas paixões. Em seguida trata da inveja, do medo e da cólera, além de uma breve referência a dois vícios: a intemperança e a masturbação.

Ao tratar da inveja, afirmava que algumas vezes ela nascia da conduta imprudente de alguns professores que demonstravam predileção por certos alunos, a ponto de ferirem profundamente a dignidade de outros, advertindo que “se aquelles pela sua applicação e talentos tornão-se credores de especial menção, não é menos certo que a estima deve ser com igualdade repartida com todos, e que os elogios e censuras convem sejam pesados na balança da circumspecção”. A respeito da cólera, afirmava que não era somente a facilidade de atemorisar-nos por qualquer coisa, o que poderia ser adquirido por um rigor demasiado, mas, ordinariamente, ela nascia no seio mesmo das famílias, da “inconsideração” com que comumente se transigia aos “caprichos e extravagâncias dos nhonhês”, fazendo-se-lhes a vontade em tudo. Assim, em situações em que os “caprichos” não eram atendidos, eclodia a raiva, paixão incontrolada e prejudicial.

Quanto à intemperança, o onanismo e outros vícios cuja influência desastrosa sobre as saúde dos meninos já alertara em outra ocasião de seu discurso, Dr. Andrada Jr. recordava que eles traduziam os desvarios de uma moral pouco cultivada; e, caso o diretor não tivesse o expediente dos conselhos e providências em tempo, claro seria, segundo o médico, que os hábitos viciosos mencionados iriam encontrar “largo pasto para o seu desenvolvimento”. Conforme afirmara no início, o molde para regular as paixões e controlar os vícios deveria ser importado da religião, que funcionaria como modelo para a educação moral a ser promovida no interior das organizações escolares.

Em 1855, Dr. Mafra lembrava que para se evitar ou mesmo debelar o “vício da masturbação”, o recurso à religião seria o meio mais enérgico e eficaz. No entanto, era forçoso confessar, admitir e denunciar que o ensino religioso não se achava convenientemente estabelecido nos nossos colégios:

Trata-se, quando muito, da educação intellectual, algum interesse que se toma é quasi exclusivamente consagrado á uma instrucção superficial e improficua; preenchem-se apenas algumas praticas de religião, que estão bem longe de produzir o amor da virtude e o horror do vicio.

Aqui também a religião é representada como medida, método e antídoto: “Infundi nos corações dos meninos idéas religiosas, única base de toda a educação; não semeeis em um terreno recheado de vermes, porque delle só brotarão plantas enfesadas, de raizes carcomidas, e que jamais poderão florescer e fructificar” .

A metáfora botânica/agrícola funciona, portanto, para fortalecer a idéia de que o solo da cultura humana deveria ser preparado com base nas intervenções da religião, solo que reconhecia a infância e a juventude como tempo e lugar de se promover o cultivo da boa moral por intermédio da ação da fé, a qual, por sua vez, de acordo com Dr. Coutinho (1857), deveria ter assegurado um espaço próprio no interior dos colégios. De acordo com as posições desse médico,

a educação moral e religiosa deve attingir nos collegios ao ponto necessario para que a mocidade crente não retire-se do collegio com a fé perdida. O estado de civilisação de uma nação se reflete no povo; a moralidade é o apanagio da civilisação, e é um absurdo dizer-se que a

immoralidade progredir com ella; a educação é o correctivo da natureza humana; e a classe que fornece maior numero de pessoas á prostituição é sem duvida a dos individuos sem educação, e os fatos criminaes dão plenas provas de que é a falta de educação que leva ás prisões maior numero de comndenados. O christianismo é a civilização, e esta ainda é imperfeita em nossos dias, mas é esta a religião que creou a familia, restabelecendo o casamento e profligando a polygamia: as instituições antigas com seus cultos ás Venus Aphrodisiacas dormem nas estantes das bibliothecas e cobrem-se de poeira nos museus da Italia. A religião de Mahomet conserva enclaustradas as mulheres do Oriente; ellas vivem em lupanares domesticos onde a ignorancia está a par das brutalidades; o cristianismo liberta a mulher que brilha no lar domestico pela educação, pela graça e pela virtude. As messalinas modernas, productos da miseria, da indolencia, e do vicio já não tem as deosas protectoras da Grecia, Roma e Babylonia!

A religião e seus representantes são indispensaveis em uma casa de educação; um sacerdote instruido¹⁴¹ deve velar constantemente na edu-

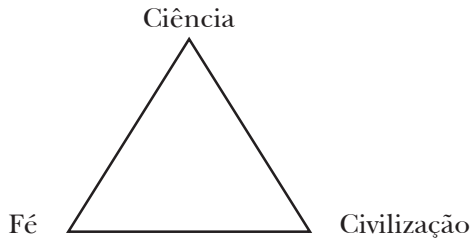
¹⁴¹ Vale destacar o adjetivo empregado pelo Dr. Coutinho ao se referir aos sacerdotes, já que o mesmo remete às limitações da própria formação e moralidade dos “operários da fé” no Brasil. A polêmica entre o regime do padroado (sacerdotes instituídos e mantidos pelo Estado, regime dominante no Brasil até o século XIX) e a subordinação aos cânones da Igreja Católica emanados de Roma (representados pela corrente ultramontana) está analisada no livro organizado por Beozzo (1992). Essa questão teria explodido de modo radicalizado na chamada Questão Religiosa, que resultou na prisão, em 1874, dos bispos Dom Vital e Dom Macedo Costa por desobediência à ordem do Estado, que anulava a determinação dos referidos bispos de expulsar membros da maçonaria dos quadros de várias irmandades e ordens terceiras. As irmandades recorreram da decisão dos bispos alegando que, por serem associações mistas, eram também regidas pelo governo nos atos da vida civil. O recurso é acolhido pelo imperador, por seu ministro dos Negócios do Império e pelo Conselho de Estado com o argumento de que era de exclusiva competência do poder civil a constituição orgânica das ordens terceiras e irmandades do Brasil e que os bispos, com aquele procedimento, tinham “usurpado a jurisdição do poder temporal”. Ao receber o aviso imperial, D. Vital retrucou que o que importava era “obedecer antes a Deus do que aos homens”, concluindo que em matéria religiosa o poder civil não era autoridade mas, ao contrário, deveria ter “estrita obrigação de obedecer” à Igreja. Como afirma Fragoso (in Beozzo, 1992), a questão religiosa tem vários desdobramentos, sendo um deles a defesa por parte dos bispos ultramontanos de revitalizar a ação da Igreja no Brasil, o que supunha uma reforma, inclusive na própria formação dos sacerdotes, e uma independência da Igreja em relação ao poder temporal. Fragoso afirma ainda que, entre 1840 e 1875, o quadro do clero brasileiro oscilava entre uma deficiência herdada de épocas anteriores (má formação, violação ao celibato) e o esforço tocante à reforma sacerdotal. Segundo esse autor, em 1872 o ministro do Império ainda se queixava de que eram poucos os sacerdotes brasileiros “versados nos altos conhecimentos das ciências e letras eclesiásticas”. Isso ajuda a entender a adjetivação empregada pelo médico ao defender a presença de um sacerdote “instruído” no interior dos colégios para cuidar da educação moral.

cação moral e religiosa dos alunos, porque quando os princípios magníficos do Cristo houverem criado raízes na mocidade, o futuro será certo e a civilização caminhará a seu termo. Nada há mais subversivo na ordem moral do que a indiferença religiosa; e infelizmente vai grassando este mal, e suas consequências são inevitáveis; entretanto é a educação moral que preserva a sociedade dos vícios hypocritas (1857).

Em seu discurso, Dr. Coutinho produz uma expansão da relação fé-ciência. Para ele, no que se refere à formação moral, um terceiro componente deveria ser adicionado, configurando uma triangulação com vértices articulados, como se encontra representado na figura 15.

Nesses termos, procura constituir e legitimar as instituições associadas a cada um desses vértices: Igreja, escola e sociedade moderna. Essas combatem aquilo que passa a ocupar o lugar/condução da imoralidade: ausência de Deus, de ciência, de família, de casamento e de fidelidade, por exemplo.

Figura 15 – Moral: fé, ciência e civilização.¹⁴²



¹⁴² Há uma certa tradição em se polarizar religião e ciência como discursos e práticas com características muito próprias. Barros (1985), por exemplo, incide na busca e produção de tais características ao longo de seu livro. O esforço desse autor em construir tipologias específicas para examinar a idéia de universidade no período compreendido entre 1870 e 1889 deve ser acompanhado da problematização que o mesmo sugere, do ponto de vista dos “tipos” construídos abstratamente, ainda que amparado em base empírica, e as flutuações e discrepâncias entre os modelos formais e as práticas ordinárias. Barros afirma que ao deixar o plano individual para captar o “tipo”, perde-se certamente muito do “real”, do humano, mas se conseguiria, “para lembrar uma expressão de Dilthey, ver com maior profundidade na história” (p. 16). No caso, os “tipos” característicos da “ilustração brasileira” no período por ele estudado compreenderiam os “cientificistas”, os “liberais” e os “católicos-conservadores”. O exame das representações médicas – fração da ilustração brasileira – acerca da formação moral sugere entrecruzamentos não admitidos no modelo organizado por Barros, se o considerarmos como uma chave de classificação rígida, não levando em conta as próprias flutuações para as quais alerta e que, no caso, não se trata

A religião e o temor de um Deos é a base de toda a moral. A religião é, na expressão de Mme. Sprey, “o tratado de alliança universal, o laço de amor que une o homem a Deos, a mulher ao marido, os filhos ao pais e os homens entre si”.

Estes sentimentos facil é infundir na estação das emoções ardentes e generosas. Mostrae ao menino Deos como infinitamente bom, e elle mais tarde reconhecerá o poder e a justiça no numero de seos attributos; indicai-lh’o como author d’essa imensa profusão de bens de que elle gosa n’esta época da vida [...] para lhe fazer sentir que as punições de Deos não são infligidas por vingança, mas pela sabedoria divina que tudo dispõe de modo que o bem é sempre seguido do bem e o mal do mal.

Esforcem-se os pais e educadores para ensinar a seos filhos e educandos a amar a Deos e ao proximo; ensinem-lhes com o exemplo a caridade e nossa sociedade bem depressa surgirá do deploravel estado de verdadeira corrupção em que a vêmos jazer. [...].

Os habitos exercem uma poderosa influencia na formação de nossos caracteres. Locke diz: o principio e a base de todas as virtudes é o habito da faculdade de reprimir e domar as paixões.

Cumpre portanto imprimir nos meninos os bons e reprimir os máos, acostumal-os ao amor do trabalho, a ordem á exactidão, a franqueza, a justiça, ao asseio, á decencia e á dignidade em todas as suas acções.

Fazei-os compenetrar-se de um respeito generoso pela velhice, pelas enfermidades e por todas estas falhas filhas da fraqueza e de soffrimentos; acostumai-os em uma palavra á benevolencia para com todos os seos semelhantes (1858).¹⁴³

Nesse caso, trata-se de uma tradução, por parte da higiene, de alguns mandamentos da Igreja que no interior dos colégios e dos lares deveriam ser transformados em práticas a eles associadas.

apenas de flutuações individuais, mas de flutuações entre os “tipos” por ele construídos no interior de uma ordem intelectual e que produzem outra representação da ilustração, pelo menos no que diz respeito à preocupação com a formação moral. Sobre esse aspecto não se verá barreira entre todos eles – liberais, cientificistas e católicos –, pois tais “tipos abstratos”, no que se refere à formação moral, apareciam unificados sob a matriz da moral higiênica de fundo religioso.

¹⁴³ Dr. Armonde também faz observações relativas à qualidade do clero que exercia sua missão no Brasil: “Aqui sobretudo cabe-nos endereçar supplicas a quem competir para lançar piedosamente vistas sobre o nosso clero, de cujas boccas e exemplos devião principalmente emanar estas verdades que comprehendem o alcance de todo o systema moral”.

Dr. Armonde (1874), na terceira e última parte de sua tese, intitulada “Da educação moral do Rio de Janeiro”, limita-se às mais importantes questões relacionadas a esse assunto, procurando fugir às digressões a que ele arrastava. A posição defendida ao longo dessa parte é contrária a duas posições extremadas no que diz respeito ao comportamento moral-religioso: o ateísmo e a superstição/fanatismo. Para evitar os extremos, defende a religião como uma necessidade humana, pois a religião seria a “base de todas as sociedades”, “o laço que docemente liga os homens sobre a terra”. Para reforçar essa posição, recorre a Montesquieu, que teria dito ser “mais facil fundar uma cidade sem casa, sem muros, do que uma ‘sociedade sem religião’”.

No que diz respeito a uma espécie de polarização entre ciência e religião, o autor trata de evitar essa aporia, desenvolvendo um discurso em que uma prática reforçava a outra, em vez de considerá-las opostas ou concorrentes. Nesse sentido, não via contradição entre o ensino de conhecimentos fundamentados na ciência ao lado do ensino de “história sagrada”, que, insisto, é o eixo para a educação moral na perspectiva médica. Assim ele se posiciona:

A vastidão deste assumpto pede que nos limitemos a tratar das suas mais importantes questões. Procuraremos fugir ás digressões a que elle arrastará o espirito. Assim como o ateismo é prejudicial ao homem, trazendolhe resultados funestos, também o é a superstição em que o sentimento pode degenerar. O verdadeiro atheu torna-se moralmente inerte, e assim inutil a si e a seus semelhantes.

O maior numero de crimes de que a humanidade tem sido victima é obra dos atheus, dos descrentes, dos que perderão a graça divina.

A religião é pois, necessária, ao homem. [...].

Aquelle espirito profundo e admiravel enunciou dessas palavras uma verdade eterna.

Condição indispensavel á existencia das sociedades é a observancia reciproca dos deveres e direitos. A religião é a synthese dos deveres do homem, que Jesus-Christo resumiu nestas palavras: “Amai-vos uns aos outros”.

O sentimento do amor ao proximo gerou a caridade, que tão grandemente brilha nas profissões do educador e do medico.

Sem a religião, não existiria a medicina, e as molestias accometerião impunemente o homem.

É preciso dizer mais para provar a benéfica influencia da religião sobre a saúde? Quem deu nascimento aos hospitaes que quotidianamente livrão milhares de homens das garras da morte? Que...

Deixemos essas considerações. A necessidade de religião está na consciencia de todos (1874).

No entanto, se a ausência ou a insuficiência de religião eram condenadas, também o era seu excesso. Aspecto também combatido, pois, segundo Dr. Armonde, observava-se algumas vezes na Corte o excesso nas manifestações exteriores do culto e as vistas dos instituidores deveriam ser mais particularmente dirigidas para o sentimento íntimo. O culto exterior deveria sempre representá-lo. Reprimindo os excessos deste último, estariam sendo diminuídos “a hypocrisia e o tartufismo” que tanto pervertiam as sociedades. Essencial e necessário seria gravar na alma dos educandos o amor e o respeito a Deus, fazendo-lhes ver a sabedoria que a tudo preside na natureza.

Em seguida, como método contra o fanatismo e as manifestações não-autênticas da fé, reafirma a necessidade do estudo e da ciência para um exercício equilibrado da religiosidade. Tal patrimônio seria fundamental para o reconhecimento e desenvolvimento de práticas autenticamente religiosas. Nessa linha, defende que

cedo, bem cedo devião os meninos ter idéa dos phenomenos physicos que produzem o raio, o trovão, os cometas, etc. Consentir na ignorancia em que têm jazido as classes menos instruidas a respeito dos phenomenos tão naturaes é crime nas circumstancias em que se acha a sociedade moderna; é favorecer o fanatismo, é favorecer o apparecimento desses santos formados de gesso da cintura para baixo, e outros taes que no interior de algumas provincias têm zombado de centenas de homens, fazendo-os crêr em absurdos menos ridiculos do que lamentaveis.

É necessario amar a Deus. Mais o amará quem melhor conhecer as suas obras, quem melhor cumprir a sua lei. Os ignorantes só o podem temer. Qualquer facto insignificante da vida é para elle muitas vezes um castigo do céo. Comprehende-se o que a ambição aproveita nesses casos. O homem torna-se então instrumento docil das insinuações dos habeis. A vontade nelle se aniquila, e torna-se verdadeiro automato.

E grande numero de automatatos tem o nosso paiz, como em todos aquelles em que a ignorancia campeia!

Os educadores muito têm a fazer.

Das escolas primarias para a vida social ninguem deve sahir, já o disse-mos, sem conhecer os elementos de sciencias naturaes. E grande é a influencia destas com respeito á religião. Ellas solidificação e robustecem a crença, repellindo a superstição.

Diz Garrett em seu tratado sobre a educação: “Da superstição, mais que nenhum outro perigo, deve temer o educador que se lhe não envolva no manto da religião e usurpe o lugar della no coração de seu pupillo.

Si chegar a occupal-o, difficilmente o farão sahir, ou quando saia, lh’o deixará ella em estado que a religião o possa tornar a habitar? Nunca. A superstição é cancro pertinaz e de profundissimas raizes, que só arranca a mão desalmada e cura da impiedade. A miudo se vai de supersticioso a incredulo; a verdadeiro religioso jamais” (1874).

Da mesma forma que o charlatanismo é objeto de combate na ordem médica, é possível evidenciar que a cruzada dos homens da ciência contra os charlatães também recobria as práticas típicas da ordem religiosa, repondo, nesses termos, a preocupação com a qualificação do clero tropical. Atendidos, pois, os critérios de uma religião oficial, Dr. Armonde reafirma e reforça a sua necessidade:¹⁴⁴

O século quer homens livres, não homens-machinas. Na organização moderna das sociedades é necessario que cada um saiba que papel representa na communhão. A religião, como crença, mostra ao homem a sua missão, o seu norte, como a nuvem que guiava os israelitas á terra da promissão.

Tudo concorra para a diminuição dos incredulos e dos fantasticos. O bem de todos, – eis o norte de cada um, e o Homem-Deus o pregou.

Mas ah! Si o bem de todos é o norte de uma parte da humanidade, quanto lhe são oppostos aquelles a quem a ambição dominou, escravizou, petrificou!

Peleja-se fortemente: de um lado, os amigos da liberdade e da dignidade humanas pugnano pela luz; de outro lado, os adoradores do ouro, os

¹⁴⁴ Sobre a discussão acerca do exercício da medicina, conferir a relação de teses que abordam o tema do exercício e formação profissional dos médicos no anexo 1. Sobre o movimento de Reforma da Igreja e da formação dos clérigos ao longo do século XIX, conferir Beozzo (1992).

egoistas, os monstros que prégão a humildade incensando a soberba, querem as trevas, e si procurão a luz, é para melhor occultal-a aos outros homens.

Quem vencerá? Será eterna essa luta? Prometheu estará sempre atado ao Caucaso, o abutre lhe roerá eternamente as entranhas? – Por Deus que não!

A luz espantarà por fim as trevas... o bem vencerá ao mal...

Mas para isso, eduquemos, illuminemos o caminho que a humanidade tem a percorrer, mostremos-lhes o termo desse caminho, – a perfeição (1874).

Ato contínuo, determina os termos do caminho a ser percorrido nos lares e nas escolas:

No estudo da Historia Sagrada, a reflexão deve ser despertada pelo educador no espirito do educando. Isso não se faz sempre entre nós. Os meninos e meninas repetem quasi materialmente as bellas passagens da escriptura, sem que muitas vezes se utilisem dos edificantes preceitos e moralidade que ellas encerrão. Não tendo sido despertada pelo mestre, no collegio, a reflexão sobre ella, raro apparece mais tarde, pois muitos abandonão inteiramente a leitura do Livro Grande e Santo.

A actividade dos sentimentos pios que a leitura do Rei dos Livros despertaria, razão bem poderosa para determinar muitas familias á sua leitura aos domingos. Na Semana-Santa as familias de boa educação não a esquecem.

Nos dias santificados a leitura da Biblia em familia seria para o moralista um espetaculo edificante, bem differente da falsa devoção que muitos vão ostentar as missas e festas das Igreja. Estas não podem ser comprehendidas por todos. O latim não é a lingua mais fallada pelo povo. E as praticas depois da missa, as explicações de trechos da escriptura quasi não se fazem ouvir nas igrejas (1874).

No caminho a ser percorrido, o trabalho de evangelização supunha inclusive a adoção da língua dos homens, e não a da língua escolhida para se “falar com Deus”, da qual o sacerdote era o proprietário e, consequentemente, o intermediário do diálogo e conversas entre os homens comuns e Deus. O trabalho de evangelização proposto pelo Dr. Armonde

faria com que esse modo fosse superado, isto é, a missa deveria passar a ser rezada na língua falada pelo povo, como estratégia de tornar mais eficazes a palavra do padre e o verbo divino. Entretanto, o programa de reformas para a Igreja e para as demais práticas religiosas não deveria ficar restrito ao ritual da missa. Recorrendo aos princípios da higiene e da medicina, Dr. Armonde propõe modificações na rotina das festas religiosas, no hábito de pagamento de promessas, romarias e de dedicação exagerada à igreja. Sobre esses aspectos, avalia, diagnostica e ordena:

O ar, que nas igrejas ás vezes é insufficiente para o grande numero de individuos que nellas se accumulão, e se vicia, já pela respiração simultanea de muitos, já pelo acido carbonico, oxydo de carbono, etc. que as velas acesas e os perfumes lhe ajuntão, é, em certas festas, cruelmente confinado. Com effeito fechão-se quasi todas as portas em solemnidades da Semana-Santa. Accresce que isso se dá na estação do rigoroso calor; além de suar muito, também essa pratica favorece o abuso em recintos dignos de mais respeito. Aos architectos e aos padres compete melhorar estas cousas, no physico e no moral. Quanto aos medicos, curarão, si puderem, as mollestias que ellas tantas vezes produzem. A superstição faz commeter excessos, cuja influencia é muito notavel em saude.

É assim que alguns, felizmente poucos, têm subido de joelhos ou descalços toda a escada de pedra que conduz á igreja da Penha, na freguezia de Irajá.

Não sabemos si a arthrite os poupou. O que qualquer um póde, entretanto, asseverar, é que, a não serem bons acrobatas, de certo a contusão e a inflamação os atormentarão.

Outros, ás vezes doentes, se arrastrão a romarias mais ou menos longinquoas, de que fizerão promessa, e são, algumas vezes, victimas dellas. Alguns pretendem sustentar-se de missas, e em certo dia não almoção, por terem ouvido tres ou mais missas.

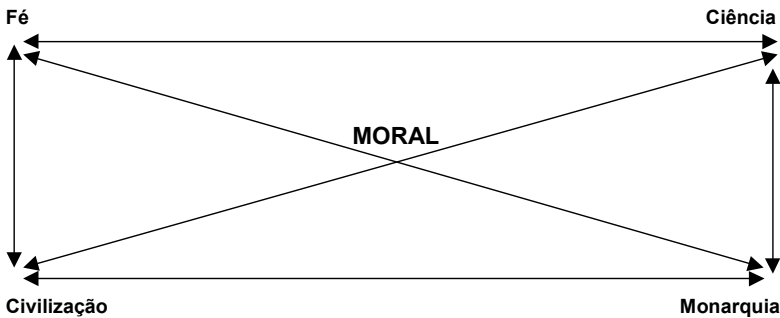
Felizmente não é no centro da Corte que abundão esses factos, e sim no interior (1874).

Até o presente momento, a triangulação entre fé, ciência e civilização se encontra profundamente vinculada ao próprio regime político. Esse amálgama poderia ocorrer sob o manto e o patrocínio do Estado imperi-

al. Assim, uma representação das intervenções no plano da moral em figuração quadrangular poderia ser produzida, posto que em nenhum momento o regime monárquico é submetido a qualquer espécie de questionamento. Nesse caso, a representação da formação moral poderia ser feita de acordo com a figura 16.

Essa figuração, no entanto, foi submetida ao questionamento de um dos seus vértices. Dr. Machado (1875), em claro discurso antimonarquista, problematiza o regime que, em sua ótica, era centralizador e opressor, sem, contudo, defender uma reconfiguração e novo funcionamento da representação quadrangular. Para ele, bastava substituir o vértice da monarquia, mantendo-se inalteradas as posições e relações entre os demais. No republicanismo subjacente e no liberalismo explícito de seu discurso, a religião é mantida como fundamento e alimento para a boa formação moral.

Figura 16 – Moral: fé, ciência, civilização e monarquia.



A oposição ao regime imperial movida pelo Dr. Machado não impedia que o mesmo se aproximasse da religião oficial. Nesse caso, trata-se de um dupla aproximação que merece ser ressaltada. A primeira, já evidenciada em outras teses, é a do homem da ciência com o homem da fé. A segunda remete à ligação do antimonarquista com a religião oficial do Estado monárquico, sendo que o combate ao rei não implicava, necessariamente, promover o combate a Deus. Nesse caso, a trindade antimonarquia, ilustração e religiosidade constitui um amálgama que mantém a defesa da religião como pilar mestre da educação moral e elemento necessário para se criar um mundo civilizado. Para Dr. Machado, “o amor de Deus e do

proximo é a base de toda a moral” e deveria ser cultivado, primordialmente, no interior das famílias.

O problema da formação moral, ao lado das preocupações com o controle das paixões e da defesa da adoção do componente religioso como seu fundamento, é articulado à questão da sexualidade das crianças e dos jovens. Desse modo, o sexo foi transformado em tema médico. A inscrição do sexo dos escolares no discurso médico faz emergir uma outra face das representações médicas acerca dos colégios, que por conta disso também são objeto de análise no presente estudo.

Moral e sexualidade

Antes de prosseguir no exame das representações médicas acerca da sexualidade dos escolares, cabe retomar algumas observações desenvolvidas por Foucault a partir de seus estudos sobre a história da sexualidade.¹⁴⁵ A tese da existência de um suposto silêncio em torno da sexualidade, que teria se instaurado a partir do século XVII, é rebatida por Foucault, que reconhece, a partir daí, uma efetiva colocação do “sexo em discurso”. A repressão, que teria imposto o silêncio sobre o sexo, teria sido iniciada com as sociedades chamadas burguesas, que teriam criado mecanismos diversos para interditar, reduzir, proibir, silenciar e censurar as referências à sexualidade. No entanto, para Foucault, um olhar sobre os séculos XVIII, XIX e XX, nas contínuas transformações evidenciadas nesses trezentos anos, demonstra algo bem diferente. Para ele, em torno e a propósito do sexo, o que ocorreu foi uma verdadeira “explosão discursiva”, lembrando que talvez tenha havido uma depuração, e bastante rigorosa, do vocabulário autorizado para referir e descrever esse objeto. Pode ser, continua, que se tenha codificado toda uma retórica da alusão e da metáfora e que as novas regras de decência tenham filtrado as palavras, funcionando como uma polícia dos enunciados. Para ele, o controle também foi manifestado sobre as enunciações, definindo-se de uma maneira mais estrita onde e quando não era possível falar de sexo, em que situações, entre quais locutores e em que relações sociais. Estabeleceram-se, assim, regiões, se não de silêncio absoluto, pelo menos de tato e discrição entre, por

¹⁴⁵ Conferir especialmente Foucault: 1988, 1995, 1997b e 1998.

exemplo, pais e filhos, educadores e alunos, patrões e serviçais, afirmando ser quase certo ter havido aí toda uma economia restritiva. Entretanto, em relação aos discursos e seus domínios, o fenômeno observado por Foucault era quase o inverso:

Sobre o sexo, os discursos – discursos específicos, diferentes tanto pela forma como pelo objeto – não cessaram de proliferar: uma fermentação discursiva que se acelerou a partir do século XVIII. [...]. Mas o essencial é a multiplicação dos discursos sobre o sexo no próprio campo do exercício de poder: incitação institucional a falar do sexo e a falar dele cada vez mais; obstinação das instâncias do poder a ouvir falar e a fazê-lo falar ele próprio sob a forma de articulação explícita e do detalhe infinitamente acumulado (1997b, p. 22).

Dando continuidade à negação da tese da repressão pura e simples, ele se pergunta se teria havido uma censura sobre o sexo a partir do advento da Idade Moderna, assegurando que o que ocorreu foi precisamente o contrário, pois, a partir de então, constituiu-se uma aparelhagem para produzir discursos sobre o sexo, cada vez mais discursos, suscetíveis de funcionar e de serem efeito de sua própria economia. E como isso se processaria? Como essa economia dos discursos acerca do sexo deveria ser colocada em funcionamento? Segundo Foucault, deveria se falar do sexo, e falar publicamente; cumpria falar de sexo como de uma coisa que não se deveria simplesmente condenar ou tolerar, mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo: “O sexo não se julga apenas, administra-se. Sobreleva-se ao poder público; exige procedimentos de gestão; deve ser assumido por discursos analíticos” (1997b, p. 27).

A colocação do “sexo em discurso” implicou a sexualização da família, das crianças, dos colégios e dos espaços urbanos, entre outros. Nos colégios do século XVIII, Foucault afirma que se pode ter a impressão de que praticamente não se falava sobre sexo. Entretanto, bastava atentar para os dispositivos arquitetônicos, para os regulamentos de disciplina e para toda a organização interior para perceber que se tratava continuamente de sexo:

Os construtores pensaram nisso, e explicitamente. Os organizadores levaram-no em conta de modo permanente. Todos os detentores de

uma parcela de autoridade se colocam num estado de alerta perpétuo: reafirmado sem trégua pelas disposições, pelas precauções tomadas e pelo jogo de punições e responsabilidades. O espaço da sala, a forma das mesas, o arranjo dos pátios de recreio, a distribuição dos dormitórios (com ou sem separações, com ou sem cortina), os regulamentos elaborados para a vigilância do recolhimento e do sono, tudo fala da maneira mais prolixa da sexualidade das crianças.¹⁴⁶ O que se poderia chamar de discurso interno da instituição – o que ela profere para si mesma e circula entre os que a fazem funcionar – articula-se, em grande parte, sobre a constatação de que essa sexualidade existe: precoce, ativa, permanente (1997b, p. 30).

Mas para Foucault isso ainda não seria tudo. Para ele, o sexo do colegial no século XVIII, e mais particularmente o dos adolescentes, era um problema público. Os médicos se dirigem aos diretores dos estabelecimentos e aos professores e também dão conselhos às famílias; os pedagogos fazem projetos e os submetem às autoridades; os professores se voltam para os alunos, fazem-lhes recomendações e para eles redigem livros de exortação, cheios de conselhos médicos e de exemplos edificantes. Toda uma literatura de preceitos, pareceres, observações, advertências médicas, casos clínicos, esquemas de reforma e planos de instituições ideais proliferam em torno do colegial e de seu sexo. Nesse sentido, para Foucault seria inexato dizer que a instituição pedagógica teria imposto um silêncio geral ao sexo das crianças e dos adolescentes. Insiste que ocorreu precisamente o contrário, pois desde o século XVIII a instituição pedagógica teria concentrado as formas do discurso nesse tema, estabelecendo pontos de implantação diferentes, codificando os conteúdos e qualificando os locutores:

Falar do sexo das crianças, fazer com que falem dele os educadores, os médicos, os administradores e os pais. Ou então, falar de sexo com as

¹⁴⁶ Aqui ele reproduz quatro artigos do “Règlement de police pour les lycées”, de 1809. O artigo 67 dispõe que “haverá sempre, durante as horas de aula e de estudo, um mestre de estudo vigiando o exterior para impedir que os alunos, que saiam para as suas necessidades, se detenham e se reúnam”. O artigo 68 determina: “Após a oração da noite, os alunos serão reconduzidos ao dormitório onde os mestres os farão deitar”. Os dois últimos dispõem, respectivamente: “Os mestres só poderão deitar-se após estarem certificados de que cada aluno está em seu leito”, “os leitos serão separados por anteparos de dois metros de altura. Os dormitórios serão iluminados durante a noite”.

crianças, fazer falarem elas mesmas, encerrá-las numa teia de discurso que ora se dirigem a elas, ora falam delas, impondo-lhes conhecimentos canônicos ou formando, a partir delas, um saber que lhes escapa – tudo isso permite vincular a intensificação dos poderes à multiplicação do discurso. A partir do século XVIII, o sexo das crianças e dos adolescentes passou a ser um importante foco em torno do qual se dispuseram inúmeros dispositivos institucionais e estratégias discursivas. É possível que se tenha escamoteado, aos próprios adultos e crianças, uma certa maneira de falar de sexo, desqualificada como sendo direta, crua, grosseira. Mas isso não passou da contrapartida e, talvez, da condição para funcionarem outros discursos, múltiplos, entrecruzados, sutilmente hierarquizados e todos estreitamente articulados em torno de um feixe de relações de poder (1997b, p. 32).

Inscrever a infância no interior do interesse e dos discursos do poder teve, para Foucault, um efeito no conhecimento que se desejou estabelecer e na verdade que se procurou produzir acerca da infância, reconhecendo, inicialmente, que era um tempo em que havia manifestações sexuais e que as mesmas deveriam ser orientadas. Isto é, a colocação do sexo em discurso no que diz respeito à infância implica partilhar a afirmação de que a sexualidade também deveria ser objeto de formação e, nesse sentido, deveriam ser desenvolvidas estratégias diversificadas para controlar os desvios e os vícios, ou seja, uma má formação do ponto de vista sexual.

Em entrevista concedida a Bernard Henri-Lévy, Foucault é instigado a comentar alguns aspectos do primeiro volume de seus estudos sobre a história da sexualidade.¹⁴⁷ Perguntado sobre seu esforço de “explicar positivamente” a “miséria sexual” à qual a humanidade vinha sendo submetida, comenta que não se tratava de negar a existência da “miséria sexual”, mas também não se tratava de explicá-la negativamente por uma repressão. O problema estava em apreender quais os mecanismos positivos que, produzindo uma sexualidade de uma ou de outra maneira, acarretavam efeitos de miséria. Por intermédio de um aspecto do controle sexual a que as crianças vinham sendo submetidas, exemplifica:

¹⁴⁷ Publicada em Foucault (1988) sob o título “Não ao sexo rei”, pp. 229-42.

Um exemplo de que tratarei em próximo volume: no começo do século XVIII, de repente se dá uma importância enorme à masturbação infantil, perseguida por toda a parte como uma epidemia repentina, terrível, capaz de comprometer toda a espécie humana.

Será necessário admitir que a masturbação das crianças se tornou inaceitável para uma sociedade capitalista em vias de desenvolvimento? Esta hipótese de alguns “reichianos” recentes não me parece satisfatória. Ao contrário, na época, o importante era a reorganização das relações entre crianças e adultos, pais, educadores, era a intensificação das relações intrafamiliares, era a criança transformada em problema comum para os pais, as instituições educativas, as instâncias de higiene pública, era a criança como semente das populações futuras. Na encruzilhada do corpo e da alma, da saúde e da moral, da educação e do adestramento, o sexo das crianças tornou-se ao mesmo tempo alvo e instrumento do poder. Foi constituída uma “sexualidade das crianças” específica, precária, perigosa, a ser constantemente vigiada.

Daí uma miséria sexual da infância e da adolescência de que nossas gerações ainda não se livraram; mas o objetivo procurado não era esta miséria, não era proibir. O fim era constituir, através da sexualidade infantil, tornada subitamente importante e misteriosa, uma rede de poder sobre a infância (1988, p. 232).

Considerando a perspectiva contida no trabalho de Foucault, e buscando pensar a construção da sexualidade a partir de estratégias e dispositivos diferenciados, bem como no interior de discursos específicos, caberia perguntar: como esse tema aparece no interior da ordem médica no Brasil dos anos oitocentos? Que tratamento os médicos dão ao mesmo? Que discurso de verdade enunciam a respeito da sexualidade das crianças e dos jovens? Como este tema, nesse corpo discursivo, é articulado com a formação moral, física e intelectual, e que tratamento lhe é dispensado nas teses da FMRJ?

Os médicos da FMRJ, ao colocarem o sexo em discurso, imaginaram formas para atingir aquilo que Foucault designa de “formas raras ou quase imperceptíveis do desejo”, de modo a poder controlar o prazer cotidiano. Entre essas formas é possível perceber os efeitos de recusa, bloqueio, desqualificação, mas também os de incitação e de intensificação. Nas teses da FMRJ, a questão da sexualidade torna-se uma tópica quando

os médicos se referem aos escolares; e, nesse sentido, a própria faculdade pode ser considerada integrante da “aparelhagem produtora de discurso sobre o sexo”. Aparelhagem específica, porque analisa, prescreve, certifica, proíbe, promete e ameaça. No movimento de explosão de discursos sobre o sexo, a tese pode ser caracterizada ao mesmo tempo como discurso de formação e discurso formador, que, ao se tornar público, publiciza o sexo como objeto da medicina e o modo médico de tratá-lo. Aqui, por intermédio desse tipo de fonte, confirma-se a inadequação do emprego da tese da repressão sexual em relação aos discursos; encontrava-se aí precisamente o seu oposto, aproximando-se, portanto, da tese foucaultiana da proliferação dos discursos sobre o sexo a partir do século XVIII. Isso posto, como essa proliferação se apresenta no discurso dos médicos tropicais?

Ao lado do ingresso do sexo na ordem do discurso médico, observa-se que aí ele é distribuído e retrabalhado, considerando-se o seu excesso, desvio ou falta. Nesse sentido, a prostituição, a masturbação, a pederastia/homossexualismo e o celibato remetem a uma sexualidade desdobrável em modelos a serem evitados ora porque não atendem ao princípio da moderação, ora porque não respeitam o princípio do sexo natural como sexo destinado à reprodução e, na maioria das vezes, porque não respeitam a ambos. Contra esses modelos, o exemplo do casamento e da família conjugal é apresentado como alternativa saudável e autorizada pela ordem médica, antecipando que a lógica a presidir o discurso sobre o sexo é aquela em que o mesmo atende e reforça pelo menos dois cânones do cristianismo mutuamente dependentes: o sacramental – o casamento - e aquele que se refere ao sexo como elemento exclusivo de crescimento e multiplicação.

Ao colocarem o sexo em discurso, os médicos tropicais repartem suas preocupações em torno de quatro práticas a serem reguladas, medicalizadas, higienizadas, enfim, cristianizadas.¹⁴⁸ Cabe, portanto, exa-

¹⁴⁸ É importante alertar que a colocação do sexo em discurso e os dispositivos de controle acerca do mesmo não nasceram com o cristianismo, como adverte Foucault em seus trabalhos acerca da história da sexualidade. O cristianismo apropria-se de uma moral forjada anteriormente, reinstitucionalizando-a, reafirmando-a, dando-lhe nova significação e impondo novas estratégias a partir de lugares, sujeitos, rituais, vocabulário e práticas promovidas em nome da chamada “moral cristã”. Um exemplo: para o cristianismo, o valor do ato sexual é associado ao mal, ao pecado, à queda e à morte, ao passo que a Antiguidade o teria dotado de significações positivas. Outro exemplo é a delimitação do parceiro legítimo. O cristianismo, diferentemente do que se passava nas sociedades gregas ou romanas, só o

minar os desvios sexuais identificados pela ordem médica, especialmente quando tratam da sexualidade na “idade dos colégios” ou na “idade dos perigos”.

Onanismo

O que é o onanismo? Com essa indagação Dr. Camillo, em 1886, após caracterizar a anatomia do aparelho sexual feminino, dá continuidade ao seu estudo sobre o onanismo feminino e sua influência sobre o físico e a moral da mulher. Após percorrer um conjunto de definições e de explorar a propriedade ou não do uso de cada uma delas, afirma que todos os autores são unânimes em atribuir à história de Onan a origem da palavra onanismo. De acordo com Dr. Camillo, todos os autores citam o *Gênesis* na parte que se refere ao crime de Onan, filho de Judá e neto de Jacob. Onan, sabendo que os filhos que tivesse com Thamar, viúva de Her, seu irmão, não teriam seu nome, expelia o sêmen sobre o solo, procedimento que provocou o castigo de Deus. Em seguida, fornece outros detalhes acerca desta história:

Diz o Dr. P. Garnier [*Onanisme seul et à deux, etc.* 2ª edição, 1885] que a ordem de Judá á seo filho era fundada na lei dos israelitas e dos seus visinhos Phenicios, que era concebida nos termos seguintes: Logo que fallecer o marido, sem filhos, a mulher entrará para a companhia do cunhado mais velho e o filho que surgir d’esta união tomará o nome do primeiro marido de sua mãe, afim de que o nome d’este não desapareça de Israel.

Si, porém, o cunhado, sabendo d’esta disposição, não quizer estabelecer a união, a cunhada irá aos anciãos declarar a recusa do cunhado que será chamado perante elles, onde, persistindo em sua resolução, a pretendente, tirando o sapato do pé o lançará na face d’elle, dizendo que assim se deverá fazer á todo o homem que não quizer manter a familia de seo irmão.

teria accito no casamento monogâmico e, no interior dessa conjugalidade, lhe teria imposto o princípio de uma finalidade exclusivamente procriadora. Como terceiro e último exemplo, tem-se a desqualificação das relações entre indivíduos do mesmo sexo. O cristianismo as teria excluído rigorosamente, ao passo que a Grécia as teria exaltado e Roma, accitado, pelo menos entre os homens (Foucault, 1998, p. 17).

Onan, podendo, segundo a lei, escolher outras mulheres, obedeceu á ordem paterna mas evitou, pelo modo supradito, dar successor á seo fallecido irmão (1886).

A religiosidade da origem – unânime nos diversos autores citados, segundo Dr. Camillo – atravessa e tem continuidade no tratamento que a medicina dispensará a esse tipo de prática sexual, expressa inclusive na sua designação, que remete à história sagrada.¹⁴⁹ O termo onanismo, afirma Dr. Camillo, foi introduzido na França por Tissot ao traduzir para o latim uma obra inglesa (*Onania*), cuja autoria era atribuída a Boerner. O emprego desse termo era considerado por alguns autores inadequado para indicar o “vício” de que se ocupava pois, para eles (Pouillet, Lallemand etc.) a cópula era normal, com a diferença de que o licor espermático era negado aos órgãos genitais da mulher, pelo que Onan não poderia ser considerado onanista. Dr. Camillo, no entanto, opõe-se a essa interpretação:

Á este respeito, eu penso de modo inverso, isto é, attendendo á definição de Schwartz,¹⁵⁰ em sua these inaugural, que o onanismo é um habito funesto seguido de uma evacuação, contra a natureza, do licôr espermático, definição que considero excellente quando se trata só do homem, não posso deixar de considerar Onan como onanista, pela evacuação do licôr contra a natureza e portanto a expressão onanismo como própria.

De mais, n’este acto, a vulva exercia o mesmo papel que a axila, virilhas, mamas, etc., como já ficou dito, isto é, como ponto de fricção (1886).

Para Dr. Camillo, por ferir a ordem natural, esse tipo de prática é considerado desvio e vício a ser combatido. Combate sem tréguas, na medida em que os registros de tal prática eram conhecidos desde “tempos

¹⁴⁹ Dr. Camillo, ao indicar sua preferência pela designação de ancoragem religiosa, e até para reforçá-la, enumera outros termos para o “abominável vício”: masturbação, masturpação, manusturbação, manusturpação, manuelisação, poluição manual, vício manual, paixão contra a natureza, crime de Onan, libertinagem solitária, paixão solitária, vício genital e mancha solitária.

¹⁵⁰ “Segundo Schwartz, de Strasbourg, o onanismo é um hábito funesto seguido de uma evacuação, contra a natureza, do licôr espermático, provocada por contactos ou por effeitos de uma imaginação ardente” (apud Camillo, 1886).

remotos”, já que médicos e filósofos antigos faziam menção ao mesmo. Refere-se portanto a um vício de longa duração, fazendo com que o combate proposto ganhasse contornos não apenas de repressão, mas também de prevenção. Duplo contorno presente nas teses médicas da FMRJ que põem o sexo dos escolares em discurso.

Em 1845, Dr. Ubatuba classifica o onanismo como um hábito, pois constituía uma repetição de atos. Para ele, o hábito “domina o homem da maneira a mais poderosa”, pelo que deveríamos sempre rejeitar aqueles que não servissem ao nosso proveito. Ao tratar do onanismo, afirmava que, de todos os hábitos, era o mais perigoso:

Este infame vicio desnaturando o menino lhe aproxima sem numero de males, que o tornam miseravel. Muitas vezes elle guiado pela natureza, por um movimento, que lhe desperta uma sensaçam, ou por palavras indiscretas, que tem ouvido pronunciar, é conduzido á este vicio; e ignorando os males, que podem vir não pecca só contrariando a natureza como também abusando de suas forças.

Esta calamidade desgraçadamente se torna cada vez mais temivel e poderosa causa de mortalidade, e de deterioramento do corpo, e espirito. A sagacidade dos meninos algumas vezes ilude os olhos mais cautelosos, porêm não se deve duvidar, que elles o possuam quando sem motivo os virmos definhar, e os órgãos genitales tomarem grande desenvolvimento e a puberdade apparecer rapidamente.

A intelligencia como o corpo também o accusam, assim a memoria se enfraquece, a razam se perverte, e de proposito o humor tristonho, e desconfiado parece permancecer em seu rosto para denuncial-o. É nestes casos difficultosos de corrigir, ou mesmo de prevenir que o pedagogo mostra a sua influencia, e os serviços que pode prestar (1845).

Ao identificar os males produzidos pelo “infame vicio”, acopla a sua avaliação às medidas que, na perspectiva da medicina, deveriam ser adotadas como forma de combater o mal. Segundo ele,

este vilão produz males incriveis, para que se tivesse escondido á atençaem daquelles que avaliam o verdadeiro interesse, que apresenta a mocidade. Alguns meios mecanicos se tem inventado para abortal-o, mas que estam bem longe de contentarem, e que muitas vezes em logar de

deminuir os males, os vão aumentar; por que esses miseraveis instados então pelo habito com mais ou menos esforços chegam a saptisfazerem-se. A mais activa vigilancia, os meios hygienicos, e a descriçam de seus horrores, são os mais appropriados meios para abortal-o, não se dando nunca a perceber que já se conhece que os meninos o têm; e fallando-lhes segundo a idade ao coraçam ou á razam, se obterá facilmente o que se deseja. Não é só aqui como sempre que convem ter-se em muita circumstancia, e não se deve pensar como muitos paes, que pelo maldito costume repetem – os filhos aos olhos dos paes sempre têm a mesma idade – o que é assim em quanto aos respeitois, e deveres, que elles tem de cumprir, mas não em quanto as suas necessidades que, variam com a idade, e si essas mudanças não se appresentam de uma maneira sensivel deve se estar muito acautelado para não deixal-as passar desaperebidamente (1845).

Atravessando a prescrição, os efeitos e a prevenção, encontra-se presente a tese de que o onanismo era um hábito decorrente da formação recebida. Dessa forma, uma formação fundamentada em práticas de combate e controle debelariam o “infame vicio” antes que pudesse se alastrar e comprometer definitivamente os indivíduos e a sociedade formada pelos mesmos.

No ano seguinte, com base na defesa em favor do controle das paixões (gula, zelo, inveja, temor, medo e cólera), Dr. Mello afirmava que se conseguiria escudar os corações dos moços contra os eivados farpões de um dos mais horríveis e abomináveis vícios que poderia corromper a candidez do seu peito e sobre o qual se deveria vigiar com “olhos d’argos”, porque, segundo ele, infelizmente, o “sopro contagioso raras vezes deixa de empeçonhar a alma dos meninos, logo que vão tocando a certa idade”. Em seguida, passa a indicar os sintomas apresentados pelos atingidos pelo “sopro contagioso” do “abominavel vicio”. Para ele, a misantropia e o isolamento, e mesmo um certo estado de desconfiança que inspiravam nos jovens as paixões já referidas, soavam como incentivos muito apropriados para despertar esse “vicio hediondo, infame e fatalissimo, a masturbação”. Entretanto, continua, a amizade e a confiança que se ganhava pelo comportamento oposto faziam com que fosse possível insinuar no seu ânimo sentimentos nobres e elevados, os quais serviriam de barreira ao nascimento do “horriavel habito”. No que se refere aos efeitos do vicio hediondo, Dr. Mello afirmava:

Os perniciosos effectos da masturbação são assaz conhecidos, e tem sido brillantemente proclamados por immensos escriptores: assim bastar-nos-há dizer que alem da profunda perturbação, que imprime em toda a economia, e cuja consequencia é a morte mais miseranda, se por ventura não se tracta immediactamente de o reprimir, a masturbação destroe todas as esperanças d'um porvir ditoso para aquelle que tem a desgraça de thuriferar este immundo idolo; porque reduz-se á mais completa estupidez, e ao idiotismo, e incapacidade de se dedicar com exito a qualquer profissão que exija a mais superficial meditação; por quanto estanca-se, e embota-se todo o vigor das faculdades intellectuaes. Os individuos, que tem a infelicidade de se lançarem a tão torpe vicio, vem em pouco tempo á apresentar-se entre os seus semelhantes, como o opprobio de sua especie, visto que, tanto que se multiplica por algum tempo a penetração de tão grave attentado contra sua própria vida, trazem em seo semblante, em todo o seo corpo, e tão bem em sua intelligencia estampado o ignominioso ferrete, que á todos denuncia a sua lastimavel paixão. Assim a magreza, o marasmo, a pallidez, o encovamento dos olhos, a timidez, a melancolia, o gosto excessivo de viver isolado, a imbecilidade, a inaptidão para qualquer acto que reclame alguma concentração de espirito, e, depois a perda completa de appetite, e muitos outros incommodos, que lhe vão paulatinamente minando a existencia, formão o funebre cortejo, que acompanha sempre tão deploravel estado (1846).

O inventário dos efeitos do “abominavel vicio” funciona, por si só, como um forte elemento de interdição da prática que deseja ver condenada, posto que antecipa o futuro dos adeptos de tal prática, ameaçando-os com as doenças, inclusive com a morte. Nesse sentido, na luta pela vida e pela redução ou eliminação dos sofrimentos do homem, a medicina abrigava o problema da masturbação, tratando-o como doença a ser objeto de combate, tanto em uma perspectiva preventiva, como curativa. Assim, Dr. Mello recomendava e procurava modelar as condutas dos que conviviam mais de perto com a “idade dos perigos”, ressaltando a necessidade em que se achavam colocados todos os pais de família e pedagogos de atenderem muito circunspectamente os meninos logo que suspeitassem que se lançavam aos “prazeres solitarios”, evitando por todos os meios possíveis que o mal tomasse incremento. Para ele, os exercícios ativos que pusessem

em atividade todos os músculos do corpo – como luta, natação, esgrima, enfim, todos os exercícios ginásticos – eram outros tantos expedientes que se poderia, com vantagem, adotar para se evitar o “mal” ou seu incremento e contágio. Além dessas prescrições, acrescentava:

Não se deve jamais consentir que fiquem isolados, e que ocupem o espirito com ideas voluptuosas, que lhes sirvão de incentivo, que durmão a sós em leito separado, ou em lugar retirado. A sua nutrição deve ser de alimentos temperantes, e pouco nutritivos, evitando-se os excitantes e os substancias. Se, porem, depois de ter recorrido a todos os expedientes, observarmos que se não há obtido o que se pretende, então será o caso de, como aconselha Rousseau dirigir-se ao menino, e, exprobandose a fealdade de seo delito, e pintando-se com verdadeiras cores o negro quadro de suas loucuras, fallar-se-lhe ao seo coração, e por meio da persuasão fazer-se-lhe sentir os perigos que o ameação, e, quando malogrem todas estas tentativas, dever-se-há por ultimo recorrer-se ao rigor. Accredítamos que por estas formas se conseguirá subtrahir a victima das garras do seo desapiedado algoz; e por isso não pensamos como alguns, que suppoem este mal irreparavel, e somente depositam confiança no casamento. Se assim fosse muito mais desgraçada seria a condição destes infelizes, por que muitas vezes o vicio apparecendo em uma idade mui tenra, ou em individuos de constituição mui debil, resultaria que, quando chegassem ao tempo opportuno para o enlace, já elle teria feito os seos estragos; accresce ainda que nem todos estão em circumstancias de tomarem este estado, e que mesmo não se consorcia com os principios de justiça o querer-se curar um mal com outro maior, qual o que se causaria ente desditoso, que se ligasse á outro incapaz de satisfazer os deveres conjugaes; porque se chegaria a este extremo alvedrio, depois de burlados os outros meios, quando apenas o individuo conserva de homem a fôrma, e essa mesma extremamente desfigurada (1846).

Nesse roteiro apresentado pelo Dr. Mello, é possível perceber um adensamento das medidas de controle sobre os suspeitos e, diga-se de passagem, todos eram potencialmente suspeitos. Exercitar o corpo, controlar os passos durante o dia (não permitir o isolamento, a imaginação, a nutrição excitante) e à noite (sono, quartos, leitos), abordar o menino, dissuadindo-o do mal até o limite do rigor. Essa seqüência implica uma hierar-

quia dos dispositivos de controle sobre a criança e sobre os jovens, de modo que na sua aplicação fossem obtidos inicialmente a prevenção do hábito e secundariamente o restabelecimento dos praticantes. Hierarquia do controle que supõe prevenção e cura ao traçar uma espécie de cordão sanitário em torno da infância e da juventude, de modo a isolá-las do funesto, horrível, hediondo, infame, perigoso, temível, poderoso, calamitoso, vilão, hediondo e fatalíssimo vício. Uma sucessão de adjetivos que convergem para o único fim: abater o inimigo, como em uma guerra militar ou biológica. Dominá-lo, submetê-lo às ordens do vencedor, que, para tanto, produz estratégias de controle sutilmente hierarquizadas.

O tema do onanismo foi retomado pelo Dr. Gomes em 1852. Ele praticamente repetiu o que Dr. Mello apontara em 1846 ao escrever que os males resultantes das paixões se encontravam longe de entrar em paralelo com os que o “terrível e abominável vício da masturbação arrasta sobre a cabeça da mocidade!”. Segundo Dr. Gomes, o desgraçado que se entregava ao vício hediondo aniquilava o físico, pervertia sua moral e reduzia sua inteligência à mais completa nulidade. Também trazia estampado em seu semblante o vergonhoso e indelével ferrete de sua ignominiosa paixão, além de apresentar empalidecimento, magreza, encovamento dos olhos, moleza, melancolia, prazer de viver isolado, perda de apetite e mil outros incômodos que lhe minavam a existência até que a demência e, muitas vezes, a morte “venha terminar tão funebre cortejo”. As tão funestas consequências apontadas deveriam obrigar o educador a vigiar por toda a parte o seu educando, procurando tirá-lo do isolamento, afastá-lo da tristeza, entregá-lo a diferentes exercícios, como a natação, a esgrima, a dança e a luta. Além dessas medidas, não deveria ser-lhe permitido dormir a sós em cama separada e em lugar retirado, sendo necessário nutri-lo de alimentos temperantes, pouco nutrientes e excitantes. No degrau final das medidas, o médico também coloca a palavra de dissuasão: “E se por tais meios não tiver conseguido d'elle o abandono de tal vício, tratará então de fallar-lhe ao coração, pintando com as mais negras côres os males que seguir-se devem a tão vergonhosa paixão”. E conclui afirmando que com auxílio de tais meios se chegaria, se não sempre, ao menos no maior número de casos, a obter o resultado desejado. Como é possível perceber, diagnose, sintomas, efeitos e receituário reforçam a representação do onanismo como uma patologia que deveria ser medicalizada, isto é, submetida às estratégias de prevenção e de cura.

Ao lado da percepção de uma hierarquização das estratégias de controle comum aos médicos, pode-se perceber a manutenção da mesma, indicador portanto de que a ordem médica constituía uma efetiva doutrina higiênica de controle da infância, que no caso se manifesta em torno da questão da masturbação, isto é, de uma sexualidade a ser combatida por pelo menos duas razões muito caras à higiene: a precocidade e a finalidade. A sexualidade antes do tempo e fora do casamento eram práticas contrárias aos princípios constituidores de uma moral higiênica. Primeiro porque antecipava a idade, ofendia a fisiologia; segundo, por ser um prazer solitário, contrariava a finalidade reprodutiva e, nesses termos, ofendia tanto a fisiologia natural como a moralidade cristã. Na confluência desses dois argumentos e na adesão aos mesmos, pode-se explicar a semelhança das teses que põem o onanismo em discurso.

Ao desenvolver a seção “Excreta” em sua tese, Dr. Andrada Jr., em 1855, abre um item com o título “Das excreções genitales”, no qual trata de aspectos vinculados à sexualidade. Ao iniciar esse item, adverte que as questões de que se ocuparia versariam sobre assuntos da “mais subida importância”, não só pela gravidade das moléstias que deles derivavam o seu ponto de partida, como porque se referiam, com mais particularidade, aos primeiros períodos da vida, “á idade dos collegios”, na qual “taes são o desabrochamento dos prazeres venereos e o estabelecimento dos catameneos”. Ele também percorre o roteiro da medicina, apresentando inicialmente o diagnóstico, os sintomas e efeitos decorrentes da adesão aos “prazeres solitarios”, reconhecendo a existência de práticas condenáveis nos colégios:

Nos conselhos clandestinos da nossa mocidade dos collegios ha um culto que renega todas as religiões, um pacto vergonhoso combinado pela mór parte de seus membros para se destruirem reciprocamente; este culto que termina quasi sempre com o sacrificio da saude e do pundonor, é a expressão pervertida de uma aptidão que está prestes a estabelecer-se e que os máos exemplos ou uma exaltação prematura do instinto da reprodução parecem provocar (1855).

Essa forma ambígua e de certo modo escorregadia refere-se a quê? Insinua que práticas? A que pacto o médico está se referindo? O que considera “máos exemplos” e “exaltação prematura do instinto da reprodução”?

As insinuações ganham certa materialidade quando o médico descreve os jovens que, segundo ele, aderiam ao “pacto vergonhoso”:

Vês tu este pequeno esqueleto ambulante, que lá vai, olhos baços e membros desfallidos, esconder na solidão as angustias da melancolia, que traz estampada no deslinho do rosto? Não lê a vergonha e a desconfiança esculpidas naquella fronte inclinada, naquelles modos tímidos e reservados, a fraqueza naquelles olhos rodeados de um circulo livido e como que sepultados na profundidade das orbitas? É uma das victimas deste odioso procedimento; a extrema debilidade de seu systema muscular, o emmagrecimento e a pallidez de morte, que se nota em todas as partes de seu corpo, são a traducção manifesta da falta de equilibrio entre as excreções e o trabalho de assimilação; mais para adiante, se progredir na carreira encetada, verá extintas as mais bellas qualidades de sua alma na hypocondria, no idiotismo ou na mania, quebradas as mais fortes alavancas da sua organização no marasmo, na paralyisia, em uma congestão cerebral, na tuberculisação dos pulmões, e em tantas outras molestias que poderão produzir a morte ou uma inteira degradação do physico, como do moral (1855).

Com esse tipo de alerta, apontando para os efeitos dos adeptos do “culto” proibido, o médico se institui autoridade da ciência e da moral, posto que essas duas dimensões, em sua ótica, encontravam-se imbricadas, constituindo uma unidade que queria tornar indissolúvel. Para tanto, a ciência médica participa e empreende também uma cruzada em favor da moralização dos colégios e da juventude que os frequenta. No que diz respeito aos rapazes, as suas práticas secretas e comuns deveriam ser banidas sob pena de que essas organizações pudessem ser postas a serviço da degradação física e moral da juventude, não sendo essa a missão que os médicos reservavam para os colégios. Ao contrário, pela ordem médica, os colégios deveriam ser instituições efetivamente regeneradoras dos jovens, sendo esse o caráter que Dr. Andrada Jr. reclamava desses estabelecimentos:

Mas deve por ventura aquelle que tem a seu cargo a educação da mocidade deixar á natureza a tarefa de punir o imprudente que corre assim ás cegas ao precipicio que a inexperiencia lhe occulta? Não, por sem duvida; e se houvesse quem tal praticasse, a sociedade teria o direito de

tornal-o responsável pelos males que pudessem resultar de tão bárbaro como estúpido proceder. Todos os meios de investigação deverão ser postos em prática a fim de surpreender-se o segredo, em geral difícil de ser occultado aos olhos do observador perspicaz, e, descoberto este, restará empregar os meios que a razão nos dicta e que a ciência nos aconselha para desenraizarmos o mal, se possível fôr, ou pelo menos attenuarmos a acrimonia das suas consequências (1855).

Recomenda, contudo, os cuidados a serem tomados na condução desse tipo de investigação no interior das organizações escolares:

Nestas investigações, porém, deve reinar a maior circumspecção, para que se não vá despertar em uma alma candida e pura a idéia de um desvario a que até então tenha sido inteiramente estranha. Não só o estado da constituição dos alumnos será observado e seguido em suas diversas modificações, mas perscrutar-se-há também as suas disposições moraes por meio de questões astuciosamente redigidas e os seus leitões e vestes serão todos os dias examinados, quando houverem suspeitas sobretudo; da fiel execução destes e outros preceitos de igual simplicidade depende muitas vezes o futuro de uma vida inteira (1855).

Como se pode perceber, a preocupação com a formação moral dos indivíduos é contundente. Logo, os colégios são compreendidos também como um reformatório da juventude, o que justifica a adoção de práticas de controle e vigilância de modo a surpreender o “desviante”, enquadrá-lo e, no limite das ações regeneradoras dos colégios, expulsá-lo. Esta última e extrema medida funcionaria, então, como estratégia para evitar o contágio das “almas candidas”. A determinação por parte dos médicos em atribuir aos colégios a função de polícia moral se tornava ainda mais clara quando Dr. Andrada Jr. estabelece as regras a serem adotadas nessas organizações. Trata-se de uma efetiva codificação das práticas autorizadas pela ordem médica. Segundo ele, as regras “tendentes” a prevenir os estragos e a disseminação do “mal” entre os frequentadores de um colégio (pensão) deveriam ser mais ou menos as seguintes:

1. Não admitir no seio da comunidade mancebos de costumes e hábitos suspeitos.

2. Proibir aos alunos a conservação e a leitura de livros eróticos, as palestras levianas e tudo que pudesse excitar para o mal a sua imaginação ardente.
3. Repartir convenientemente os dormitórios, de modo que houvesse completa separação de idades.
4. Proibir uma comunicação muito livre entre os pensionistas e os alunos externos, quando houvesse os de uma e outra classe.
5. Prevenir o despertar precoce da sensualidade por meio de exercícios bem dirigidos, pela abolição de alimentos excitantes etc.
6. Punir o culpado, reprimendo-o asperamente ou, segundo a gravidade do crime, expelindo-o do colégio.
7. Medicá-lo se carecesse dos socorros da arte.

Recusar, proibir, repartir, prevenir, punir e medicar são ações que Dr. Andrada Jr. prescreve para o combate do “mal” no interior dos colégios. Esse conjunto de regras indica um modo médico de combater os “desviantes escolares”; codificando as condutas e os procedimentos no interior das escolas, estabelecendo os passos a serem seguidos de modo que os colégios fossem, conforme os imperativos eclesiásticos, produtores de um jovem casto, puro e apartado das excitações, prazeres e sensualidades que, naquela ótica, não poderiam ser experimentadas precocemente. Indicam práticas de interdição do corpo e da sexualidade, portanto. Nessa empresa reformadora dos colégios, os médicos prevêm, inclusive, uma participação mais direta nos casos em que os “socorros da arte” se fizessem necessários. A extensão do saber médico no ordenamento escolar não exclui, sequer, a própria medicação dos jovens púberes como mais uma estratégia para assegurar o sucesso da empreitada regeneradora desenvolvida pela medicina.

Na espécie de catecismo da prevenção, controle e cura proposto pelo Dr. Andrada Jr., percebe-se que ele não hesitou em explicitar o “rigor” a que Dr. Gomes fizera referência vaga e imprecisa. Subtrair definitivamente do convívio, isolar e medicar transformam definitivamente as práticas masturbatórias em doença. Nesse sentido, a perspectiva do contágio se encontra presente ao longo do discurso, mas também nas medidas anunciadas, em que a extração do convívio atestava, ao mesmo tempo, o reconhecimento da dificuldade de erradicação do “mal” e o seu traço de contágio.

O recurso aos “socorros da arte” indica, de sua parte, a retirada do onanismo de um plano simplesmente moral, devolvendo-o ao plano do biológico e fisiológico, posto que a medicação restauraria possíveis distúrbios localizados no plano do funcionamento do organismo. Ao representar o problema do onanismo menos como moralidade e mais como organicidade, fazia com que, no limite, a solução para o “mal” fosse buscada na seara da medicina e, dessa forma, a ordem médica inscrevia esse “desvio da sexualidade” no rol de suas competências, hipótese confirmada pelo próprio autor, ao assinalar:

As medidas a tomar para combater as consequências destes abusos são mais da competência da terapêutica do que mesmo da higiene, e por isso nos dispensaremos de reproduzi-las; demais, achão-se inscritas nas obras de Tissot, de Deslandes e nas mais modernas de Lallemand, bem como em todos os tratados gerais de higiene (1855).

Em sua escrita, Dr. Andrada Jr. revela que não estava isolado em suas posições, indicando que dialogava com outros higienistas, como Tissot, Deslandes e Lallemand, informando ainda que as medidas por ele recomendadas se encontravam inscritas em todos os tratados gerais de higiene. Ao revelar os outros homens com os quais partilhava suas prescrições para o combate ao “mal” da puberdade, não se furtou de fazer uma reflexão que julgava única:

É que o emprego destas medidas tem, a maior parte das vezes, lugar quando já o organismo sofreu alterações capazes de serem traduzidas por um hábito externo dos mais sinistros, e que não devemos guardar para esta época os recursos de que a ciência dispõe, as raízes do mal têm mais energia do que as do bem; uma vez deixadas a si mesmo, entranhão-se profundamente pelo interior do terreno, que estragam e corrompem, e quando as depois tentarmos arrancá-la, far-se-hão precisas largas e profundas escavações (1855).

Ao fazer essa pregação, acaba por reforçar a tese de que é melhor prevenir do que remediar, sobretudo nesse tipo de situação em que a “natureza” do “mal” seria superior à do “bem”; daí a necessidade do uso dos recursos da ciência médica desde cedo, desde a idade dos colégi-

os, antes mesmo da “idade perigosa”. O emprego antecipado dos postulados da medicina incidindo sobre os jovens mancebos dos colégios impediria que, junto a esses, ocorresse o precoce enraizamento do “mal”, residindo nesse argumento mais um modo de tornar a escola um espaço irrigado pela ordem médica. Tratava-se, portanto, de inventar e controlar o aparecimento e a emergência daquilo que reconheciam como uma virtualidade perigosa.

Com esse discurso, deixa claro que as prescrições por ele apresentadas encontravam sustentação em uma rede de legitimidade buscada junto às autoridades do mundo civilizado. O objeto e o tratamento que dispensara ao mesmo não deveriam ser vistos como uma preocupação pontual e deslocada. Ambos configuravam uma doutrina da qual o médico tropical seria um dos porta-vozes. Sustentando e legitimando a sua enunciação, encontravam-se a ciência e a racionalidade originárias do Velho Mundo. Portanto, ao colocar o onanismo em discurso, o faz com base em um discurso que pretende ter efeito de verdade. Não de qualquer verdade, mas de uma verdade ancorada na racionalidade médico-higiênica, possuidora do poder de detectar, certificar, ordenar, controlar, impedir ou eliminar o “mal”.

Dr. Coutinho, ao manter o sexo em discurso, faz incidir sobre a sua etiologia o argumento da ignorância. Para ele, uma das causas da “doença” era a sua inclusão em uma zona de falta de conhecimento:

A nefanda masturbação, horror dos vícios e chãos que por milhões de vezes tem levado aos tumulos as mais bellas constituições da mocidade, é infelizmente abraçada e idolatrada nos nossos collegios pelos jovens inexperientes e completamente nescios de suas funestissimas consequencias! (1857).

Inserir um elemento novo quanto aos efeitos do onanismo quando se refere às pessoas de ambos os sexos, afirmando que aquilo que mais o espantava era ver que várias pessoas, de ambos os sexos, sabendo o que a masturbação poderia causar e causava (tísica, raquitismo e muitos outros males), fugiam “à luz, às vezes da razão, e aos exemplos fataes que sabem e presencião”. Com esse procedimento, essas pessoas terminavam por prestar-lhe “um obstinado culto, que só deixa de ser exercido quando já, no profundo marasmo da morte, tem-se perdido toda a sensibilidade, movi-

mento e consciencia, assistindo a taes desgraças – o cadaver, teatro asqueroso das scenas de tão hediondo vicio!”.

Atribuía competência aos “zelosos directores, dignos d’este titulo”, de “arrancar os alumnos do centro do supradito vicio”, valendo-se da esgrima, ginástica, natação e música, por exemplo. Com essas medidas ou “distracções”, como prefere Dr. Coutinho, se estaria contribuindo para poupar “tantas victimas” que um dia poderiam fazer o “brilho da nossa nação”. Além disso, retoma a questão metodológica, lembrando o princípio da moderação e da integração no ordenamento do cotidiano dos colégios, prescrevendo que “cumpre tambem não accumular sciencias sobre letras nos cerebros juvenis, exigindo trabalhos precoces, immolando-se o corpo e esquecendo-se que sem uma constituição vigorosa a intelligencia não progride”; fato que diagnosticava ao registrar que a marcha dos estudos colegiais à época era defeituosa, pois não se procurava harmonizar a educação física e intelectual: “é o sacrificio constante do corpo; não se contempla a somma de influencias necessarias á regularidade do desenvolvimento e á plenitude de vida, para a qual o organismo tende, como a alma, para o ideal”.

Ele reafirma a crença nos princípios referidos, reiterando que a excitação conveniente do encéfalo, o movimento razoável do corpo e a vigilante direção religiosa eram de utilidade para desterrar o grave vício do onanismo, em função do que ditava os procedimentos a serem adotados quando se verificasse emagrecimento, palidez e indolência dos alunos. Nesses casos, deveriam ser vigiados e, quando convictos do onanismo, os diretores deveriam mandar fazer, pelo sacerdote, a leitura da obra de Tissot sobre os perigos do onanismo, e também obrigar à realização de exercícios corporais, vedando a sua estada em lugares solitários, empregando-os em ocupações e distrações e, “quando fôr mister, a expulsão do collegios aos refractarios; é de summa vantagem que a benevolencia não intervenha indebitamente em objecto tão delicado”. Conclui retomando a defesa do rigor no combate ao mal, que poderia recorrer inclusive à expulsão dos refratários, sob o argumento de que uma suposta benevolência com a permissão do convívio com os demais resultasse em uma espécie de contágio. Mal maior que seria evitado com a expulsão do incorrigível.

No ano seguinte, 1858, o tema da sexualidade reaparece no discurso do Dr. Guimarães, que ao se referir ao “apparêlho sexual” indicava as bases para o programa de educação e de disciplina moral a ser adotado

nos colégios. O programa apresentado por ele é precedido por um conjunto de considerações acerca do aparelho sexual, o qual, antes da puberdade, reclamava os mais sérios cuidados, pois se funcionasse prematuramente produziria perturbação e fraqueza do corpo inteiro. Portanto, era muito importante, especialmente nos climas quentes e temperados, retardar a época da puberdade para ambos os sexos e defender o aparelho sexual de quaisquer excitações precoces ou indevidas. Essas, conforme a classificação apresentada, poderiam ser físicas e diretas ou provir dos sentidos e de uma reação dos fatos intelectuais sobre os órgãos.

Com relação às primeiras, ele aponta que um prurido determinado por dartros, a falta de asseio, um corrimento mucoso, pequenos vermes no grosso intestino ou pregas do ânus poderiam provocar uma “sensação voluptuosa no aparelho genital em consequência das coçaduras”, que, muitas vezes repetidas, degenerariam em hábito. Ou ainda, atribuía às amas que, por preguiça e para acalantar os meninos, empregavam os procederes que “Rabelais attribue ás criadas de Gargantua”, lisongeando-se de estabelecer uma “calma”, filha da prostração, a qual era, muitas vezes, seguida de uma “forte irritação”. Dessa sorte, continua, os meninos contraiam o hábito do onanismo, cuja tendência era a de aumento ao longo dos anos, repugnando-lhe narrar os horrores de uma tal corruptela e enumerar as práticas singulares inventadas para satisfazer a esse abominável vício. Sobre o traço contagioso da masturbação e as medidas para se evitar seu aparecimento e continuidade, bem como contribuir para a sua eliminação, assinala:

E cousa notavel e terrivel o onanismo é contagioso, uma só ovêlha leprosa basta para contaminar um rebanho inteiro. Diz Mr. Lallemand. [*Des parties séminales involontaires*, tomo I].

A julgar pela minha propria experiencia em dez masturbadores em que a saúde se alterou immediata ou consecutivamente pôde-se contar nove que se perderam no collegio ou em um internato.

É justamente na segunda infancia que a mais leve circumstancia basta para despertar estes *perigosos ardores*.

Não nos faremos cargo de apontar os males produzidos pelo onanismo: são elles quasi que geralmente conhecidos por experiencia propria, veremos antes, o que será difficil senão impossivel como se poderá preservar a infancia.

Uma vigilancia continua, muita prudencia e reserva nas palavras e relações com a infancia são essencialmente necessarias para o sucesso desta ardua empreza.

A moralidade dos seus depositarios, a pouca intimidade com criados de ambos os sexos, a escolha de companheiros, a repressão de desgreamentos, as occupações constantes e deleitosas e o afastamento de qualquer destas causas que podem excitar os orgãos genitales, intellectuales e physicos serão os melhores preservativos.

Em ultimo lugar mencionaremos o meio em que mais confiamos e que se funda no brio e na vergonha. Será a voz de um pai, de uma mãe, de um mestre ou muitas vezes de um medico discreto, manifestando horror e desprezo por um vicio que enerva o corpo e a alma, que só poderá salvar a infancia deste execravel habito (1858, grifo do autor).

O tema é tratado de modo distinto na tese do Dr. Machado, em 1875. Coerente com o discurso liberal que enuncia, opõe-se a um aspecto do rigor proposto pelo Dr. Andrada Jr. e pelo Dr. Coutinho, e insinuado pelo Dr. Guimarães quando recorre a Lallemand e prega a retirada da “ovêlha leprosa” em favor da saúde do “rebanho inteiro”. Para Dr. Machado, a expulsão do “viciado” seria o mesmo que abandoná-lo a sua “funesta inclinação”, devendo ser uma medida recusada pela higiene. No entanto, nos demais aspectos, aproxima-se dos demais médicos. Decorridos quase vinte anos, o onanismo permanecia no discurso médico em observações como as que se seguem:

Não queremos demorar-nos analysando as tristes consequencias das infames manobras de Omnan. Todos sabem que, deteriorando rapidamente a mais robusta constituição, o omnanismo atrophia a intelligencia e perverte o senso moral: o livro de Tissot deve ser conhecido de todos os educadores da mocidade.

Os meios geraes que se deve oppôr á propagação do mal nos collegios são vigilancia minuciosa e constante, e a completa separação dos que já estiverem viciados. As tristes victimas exigem dos educadores os mais sollicitos cuidados, expelli-los do estabelecimento seria abandona-los á sua má sorte; e os educadores, que devem amar seus alumnos, não podem praticar tão barbara acção. É justo que se os segregue da comunidade, porque é licito evitar o contagio da lepra; mas não se os

abandone á sua funesta inclinação, nem tam pouco se os despreze ou aborreça; sua grande infelicidade deveria até despertar as sympathias do mestre e incita-lo a tentar a cura radical da molestia.

De que meios se deve lançar mão em taes circumstancias?

Desde que um menino apresenta os signaes que denunciam o vicio, a attenção deve-se fixar especialmente sobre elle; procurar-se-há meios de attrahi-lo, de despertar-lhe a confiança; se lhes manifestará carinhosa solitudine; depois, com toda a delicadeza e circumspecção, se lhe desenhará o quadro do onanista com as côres as mais carregadas, porém affirmando sempre que, si em tempo se corrigir, em breve todas as suas consequencias desaparecerão; é bom que não o desanime: o desespero muitas vezes impede a correção; se lhe fallará ao coração, lembrando-lhe que sua mãe, suas irmãs, si por acaso desconfiarem de sua infelicidade, terão muitas vezes de corar; se lhes fará notar que, sobretudo, Deus, pae amoroso, não quer que suas creaturas se destruam por suas próprias mãos.

Si por estes meios não se conseguir nenhum resultado, provocar-se-há a confissão do delicto; ou si houver dados positivos se o accusará franca e peremptoriamente. É difficil de arrancar do onanista a confissão do crime; si porém todos os meios suazorios fôrem inefficazes, dever-se-há procurar sorprendê-lo em flagrante delicto, e expô-lo á irrisão dos seus condiscipulos? É este um recurso extremo de que não trepidariamos lançar mão (1875).

Dr. Machado recorre, inclusive, à experiência pessoal para sustentar a medida limite por ele proposta. Em suas lembranças do tempo de estudante no Seminário de Diamantina, recupera um episódio relacionado ao problema do onanismo. Assim, busca a sabedoria da experiência vivida, procurando transformá-la em regra, medida, prescrição higiênica. Segundo ele, o regente do “salão dos grandes” era um distinto e inteligente moço que fazia o curso de teologia, sendo bastante escrupuloso no cumprimento de seus deveres de auxiliar os padres na direção do estabelecimento, dirigindo a turma confiada aos seus cuidados com a solitudine e dedicação de um perfeito educador.

A sua constante attenção sobre os regidos lhe fez notar que um destes, dos mais avançados em idade, apresentava signaes de se entregar a manobras secretas; varias vezes lhe fez de longe sentir as consequencias do

vício; porem, notando que os symptomas cada vez se accentuavam mais, resolveu sorprendê-lo em flagrante delicto; para isso collocou a sua cama em posição que lhe facilitasse, durante a noite, a observação de todos os movimentos e attitudes do suspeito. Á noite desse mesmo dia, depois que todos se deitaram, procurou também o leito e fingio que dormia; algum tempo depois os movimentos do suspeito, a sua respiração frequente e suspirosa, que lhe fez comprehender a verdade de suas previsões; ergue-se sem fazer ruido e nem ser presentido pelo delinquente, que estava voltado para o lado oppôsto, approximou-se do leito e pôde sorprendê-lo em meio da manobra; então em voz alta manifesta-lhe o horror de que se achava possuido, e a admiração que lhe causava ver um moço adiantado em idade entregar-se a tão imundas praticas; quasi todos os pensionistas acordando sobresaltados, sentam-se nos leitos e ouvem a longa pratica do regente sobre os perigos do onamnismo. Confuso e envergonhado, o delinquente agradece os bons conselhos e faz um publico protesto de emendar-se; o regente, porem, inexoravel chama dous conterraneos do onamnista e exhorta-os a auxilia-lo na difficil tarefa de regenerar aquella alma, e de salvar aquella vida tão seriamente compromettida. Não satisfeito com a scena que tinha provocado, durante longos mezes o regente submetteu-o á mais severa vigilancia; acompanhava-o por toda a parte; era a sua sombra: se ia ás latrinas, o regente logo apoz ia bater á porta e exhorta-lo a que não se trucidasse; si no recreio retirava-se um pouco dos diversos grupos, ia sentar-se ao seu lado e convidava-o a tomar parte nos folguedos de seus companheiros.

O delinquente de então, hoje agradece, nós o sabemos, a dedicação do regente, confessa que a elle deve a sua regeneração e dedica-lhe sincera amizade (1875).

A memória do médico registra o combate exemplar, no qual a representação do aluno como delinqüente se combina com a representação do seminarista como policial e com a constituição da polícia higiênica como regra para detectar e estabelecer vigilância sobre os “anormais”. Tais procedimentos lembram a descrição dada por Foucault (1999) ao onanista e ao onanismo, com a diferença de que aqui, no caso de um seminário para meninos, um internato no interior de Minas Gerais em pleno século XIX, a figura responsável pelo controle e combate à “anomalia” é o próprio

seminarista, revestido de procedimentos de polícia.¹⁵¹ O espaço do internato era, portanto, um dos lugares ou microcélulas constituídas para higienizar as crianças e jovens subtraídos do convívio familiar. Desse modo, faz com que se organize uma verdadeira pedagogização do sexo higiênico, expressa na hierarquização dos procedimentos de controle. O limite desses procedimentos, embora posto sob flutuação com o discurso do Dr. Machado, difere apenas pontualmente. Adotando-se um ou outro, a finalidade é a mesma: controlar as vontades. Aliás, sobre esse ponto, Dr. Machado é bastante enfático. Para ele,

a educação da vontade, consiste na aplicação de meios que favoreçam ao desinvolvimento do livre arbitrio; isto é, a vontade bem educada deve ser soberanamente livre; ensinar o educando a querer e a se determinar livre e racionalmente, libertar a sua vontade de toda a influencia estranha, habitua-lo a realizar com energia e decisão as suas deliberações, tal é a mais difficil tarefa do educador, o mais nobre e o mais util ensino que pôde fornecer aos seus alumnos.

Disto se infere que a formação de uma vontade não consiste em habitua-la a submeter-se a vontades estranhas; porém sim em dirigi-la e fortifica-la de tal modo que possa reagir contra as paixões, os habitos e as inclinações que, tantas vezes, captivam o livre arbitrio em detrimento da moralidade individual e publica.

[...]. Inutil e fastidioso fôra descrever as funestas consequencias do systema tão salutar e util será a energia da vontade, a firmeza do character, o self-government, quão prejudicial o anniquilamento do livre arbitrio.

Dir-se-hia que fazemos a apologia da insubordinação, que consideramos

¹⁵¹ A criança masturbadora é uma das anomalias construídas a partir do final do século XVIII, juntamente com o “monstro humano” e o “indivíduo a corrigir”. Ao tratar da criança masturbadora, Foucault afirma que se tratava de uma figura totalmente nova no século XIX, cujo campo de aparição era a família. Seria mesmo algo ainda mais restrito do que a família, pois o seu quadro de referência não seria mais a natureza e a sociedade, como no caso do “monstro humano”. Não é mais a família e seu entorno, como no caso do “indivíduo a corrigir”. O espaço de aparecimento da criança masturbadora é muito mais restrito: é o quarto, a cama, o corpo. Nesse sentido, os vigias imediatos são os pais, os irmãos, as irmãs e o médico. Produz-se toda uma espécie de microcélulas ao redor do indivíduo e de seu corpo. Sobre a masturbação, Foucault afirma que entre os fins do século XVIII e ao longo do XIX se produzirá uma representação da masturbação como uma prática universal mas, ao mesmo tempo, uma prática ignorada ou desconhecida da qual ninguém fala, que ninguém admite e cujo segredo não se permuta: “A masturbação é o segredo universal, o segredo partilhado por todo mundo mas que ninguém comunica a qualquer outro” (1999, pp. 54-5).

a docilidade um crime? Não; o que desejamos é que os directores de internatos se compenetrassem da necessidade de submeter a vontade dos seus educandos a uma gymnastica capaz de a desinvolver e fortificar, que os habituassem desde os seus primeiros annos a manejar convenientemente essa nobre, mas perigosa arma (1875).

A ginástica das vontades seria, nesse sentido, a medida preventiva mais eficaz para se educar moralmente os indivíduos, posto que, por seu intermédio, as interioridades seriam construídas e amoldadas de forma “livre”. Seguindo o modelo que recupera do seu tempo de estudante do Seminário de Diamantina, no que se refere ao onanismo, dispõe as bases da ginástica: vigiar, detectar, perseguir, flagrar, denunciar, exortar e expor, fechando-se o ciclo com a “severa vigilância”. Uma efetiva gramática do poder, do controle, da autoridade e da submissão. Assim, o médico exemplifica uma vontade que fora submetida a um exercício bem-sucedido, porque ao fim do mesmo o indivíduo demonstra gratidão por ter sido submetido a uma ortopedia das práticas e dos discursos, os quais tinham educado a sua vontade e constituído aquilo que Dr. Machado designa de “livre arbitrio”. No afã de controlar o vício, o médico representa todo um projeto de construção de interioridade como um projeto de construção do “livre arbitrio”. Utópica e estranha liberdade!

Para moralizar o sexo, não bastava, contudo, controlar os prazeres solitários. O prazer a dois, fora do casamento monogâmico e heterossexual, deveria ser combatido porque feria a concepção de família nuclear, lugar para onde se arrastava o sexo adulto autorizado, isso sob a chancela da Igreja e da higiene. Nesse sentido, a prostituição era tida como um problema para o qual os olhos dos médicos não poderiam ficar inertes.

Prostituição

Ao se referir à prostituição, Costa lembra que a prostituta e a mulher mundana foram, para a mãe higiênica, o que celibatários, libertinos e homossexuais foram para o homem-pai, já que resistiam ao cumprimento das tarefas familiares que lhes eram impostas para se entregarem, sem escrúpulos, aos prazeres do mundo, à vaidade do corpo e ao gozo do sexo (1989, p. 265). Ao se opor ao modelo apregoado pela ciência e pela religião, a mulher pública passava a ser representada sob o signo do risco e do perigo que ameaçavam. Nesse sentido, as prostitutas

precisavam ser controladas, o que foi adequadamente enunciado no trabalho de Rago, quando pergunta:

Mulheres de má vida, meretrizes insubmissas, impuras, insignificantes, o que fazer com essas loucas que recusam o aconchego do casamento, que negam a importância do lar e preferem circular enfeitadas pelas ruas, desnudando partes íntimas do corpo, exalando perfumes fortes e extravagantes, provocando tumultos e escândalos, subversivas que rejeitam o mundo edificante do trabalho, surdas aos discursos masculinos moralizadores e que perseguem a todo custo a satisfação do prazer? (1997, p. 85).

Representadas nesses termos, só restava a essas mulheres serem submetidas à racionalidade conjugável da ciência médica, da religião e da polícia, pois, descrita como vício ou moléstia, a prostituição poderia corromper todo o tecido social se não fosse submetida ao rigoroso tribunal das racionalidades associadas, o qual decretava e redistribuía competências ao lar, à Igreja, à polícia e aos colégios. Assim, no interior desses espaços deveriam ser desenvolvidos e implementados dispositivos que afastassem as meninas de qualquer hábito que pudesse ser associado àqueles adotados pelas “mulheres públicas”.

Isso auxilia na compreensão do controle a ser exercido, por exemplo, sobre o uso das roupas e dos cosméticos nos espaços escolares. Além disso, era necessário evitar o contato com o universo das ruas, tido como perigoso. Dentro e fora dos colégios, a prostituição era tomada como risco iminente. Para combatê-lo, o disciplinamento interno e o enclausuramento eram as medidas consideradas necessárias. Tal necessidade se encontra explicitada em algumas teses examinadas.¹⁵²

Ao tratar da prostituição, Dr. Mello defendia que a mocidade deveria estar prevenida a fim de que, incauta, não caísse nas “babaujentas e lethaes fauces d’um monstro” que por todas as partes se lhes apresentaria, ocultando, debaixo de um exterior que seduzia por artifícios e dissimulação, um foco insondável de males a trazer infelicidade para todos os seus dias. A que se referia? Ele explicita:

¹⁵² No anexo 1 podem ser encontradas teses cujos pontos estão associados ao problema da prostituição. Em outras, esse constitui o objeto central, como, por exemplo, na tese do Dr. Cunha.

Queremos fallar dessas mulheres abjetas, verdadeiros flagelos da humanidade, que se chamão meretrizes, as quaes escoltadas pelo sequito pestilento de vicios e depravações, espalhão pelos inexpertos as venenosas sementes de males sem conta, que prodigiosamente augmentão a colheita da morte (1846).

Após identificar o foco dos males, Dr. Mello remetia a um consenso existente no que se refere ao modo de encarar o problema da prostituição. Para ele, todo mundo reconhecia a gravidade dessa horrível “espada do extermínio”, todo mundo concebia o acréscimo que sobreviria à nossa população se porventura algumas providências fossem adotadas. Para tanto, busca apoio em uma autoridade no assunto, Balxeserd, que assim se exprimia:

Pretende-se que é de prudencia em uma grande cidade o tolerarem-se as mulheres publicas; por que por este meio as senhoras honestas estão em maior segurança, do que se a policia fosse mais austera. Eu deixo aos politicos, e aos moralistas a resolução deste problema pela parte que lhes toca. Quanto á mim, que não procuro senão o bem physico geral, e particular, direi somente, e com muita confiança em minha opinião, que se se podesse fazer o parallelo, e supporem-se dous estados do mesmo clima e governo, etc. etc. differindo simplesmente, em que um tivesse mui poucas prostitutas, mas que soffresse uma peste de 5 em 5 annos, que ceifasse de cada vez a vigesima parte dos habitantes, comparando-se este com o outro, em que não se desse a peste, e sim um grande numero de lupanares, como se vêem nas cidades populosas, como Londres, Paris, etc. Creio sem duvida, que no final d’um século achar-se-hia o primeiro estado ainda mais povoado, e seos habitantes de constituição e temperamento incomparavelmente mais vigorosos. Estou que se tira muito proveito da severidade das leis da Allemanha a este respeito (apud Mello, 1846).

Ao analisar o “juízo” que formava Balxeserd acerca de “semelhantes entes”, Dr. Mello reforçava a posição desse autor, considerando-a “juízo muito exacto, e diariamente confirmado por dolorosas experiencias, que salientemente provão a necessidade de se adoptarem entre nós algumas medidas, que ao menos minorassem os immensos damnos, que tem trazi-

do a negligência, em que vivemos até aqui”. Na construção do consenso em torno da questão, lembrava também que todos os governos dos países mais civilizados da Europa reconheciam essa verdade e se sabia, à época, que em suas grandes cidades a polícia velava com toda a sua atenção sobre a boa execução de muitas medidas de que se havia lançado mão para se acabar com aquele “mal”. Em Portugal mesmo, registra, “há dous annos, se não nos falha a memoria”, havia sido promulgada uma lei que dispunha sobre isso.

Finalmente, problematizava a tese da tolerância no que se refere à manutenção da prostituição, afirmando que, se havia um entendimento de que as mulheres públicas deveriam ser toleradas por motivos que não lhe cumpria discutir, se deveria, ao menos, tratar de impedir que elas iludissem “a inocência, e que a arrastem ao turbilhão do vicio”. Para isso, talvez fosse suficiente a designação de um quarteirão retirado, de onde as meretrizes não pudessem sair sem certas precauções e, do mesmo modo, onde se pudesse submetê-las a inspeções freqüentes, “sequestrando-se aquellas, cuja saúde fosse duvidosa”. Desse modo, conforme Dr. Mello, provavelmente se evitaria parte dos males horrorosos produzidos pela “libertinagem e crapula”.

Ao trabalhar com a hipótese da intolerância, mais uma vez o modelo do estrangeiro é lembrado. Nesse modelo, caberia o recurso à lei com dispositivo que colocaria a prostituição na esfera do jurídico, deslocando-a para a condição de infração e delito. Assim, evidentemente, os infratores deveriam ser alvos de punição, cuja pena mais severa seria a completa interdição dos atos, de modo a eliminá-los completamente. Aqui, as medidas estariam sob a responsabilidade do poder policial, que deportaria, baniria, excluiria e exilaria os infratores do convívio social. Polícia e cárcere seriam, portanto, a combinatória gerada a partir da adesão a essa hipótese.

Ao trabalhar com a hipótese da tolerância, a medida de controle proposta implicaria uma espécie de reclusão, de delimitação da zona do perigo e de instalação de um cordão de isolamento associado ao controle médico. Nesse caso, polícia e medicina atuariam solidariamente de modo a constituir, respectivamente, a geografia do perigo e o controle desse espaço geográfico, o que, além da inspeção, poderia significar o seqüestro das prostitutas que estivessem ameaçando a saúde local. O isolamento higiênico-sanitário deveria ser adotado no caso de se admitir a necessidade das

prostitutas, argumento esse ancorado na defesa da moral das “boas senhoras” - que, desse modo, ficariam livres dos galanteios e dos sedutores e não teriam possibilidade de incorrer nas graças proibidas pela ciência médica e pela religião. A proteção das “boas senhoras” seria assegurada pela existência de uma prostituição controlada pelo poder público, funcionando como continente para onde escoariam os excessos do desejo masculino. Um estuário dos sedutores e galanteadores, que dessa forma não incomodariam as mulheres da boa sociedade.¹⁵³

O tema da prostituição permanece presente no discurso do Dr. Armonde. Ao examinar a questão da educação moral na cidade do Rio de Janeiro, em determinado momento ele se pergunta: e a prostituição? Quando chegará o tempo em que um bairro à parte seja para ela destinado na Corte? Quando poderão as famílias transitar livremente por essas ruas em que, postas à janela, algumas vezes seminuas, as messalinas ousadamente atiram pesados ditos aos que passam? Quando serão visitadas por comissões oficiais de médicos e impedidas em seu vergonhoso exercício quando vítimas perigosas da sífilis? Quando deixarão de ser suas vítimas precoces centenas de jovens inexperientes? O mal é grave, e muito merecia a atenção dos poderes competentes, antecipava o médico. Desse modo, já indicava quem seria o responsável pela promoção das medidas que, estranhava, ainda não haviam sido adotadas.

Como se pode ver, as medidas assinaladas por ele apontam na direção da hipótese da tolerância. Por mais paradoxal que possa parecer, a gestão pública da prostituição, nos grandes centros, seria garantidora do núcleo familiar monogâmico e cristianizado. Definida e controlada uma geografia do prazer, para lá verteriam os desejos ilícitos, protegendo, desse modo, a cidade e seus habitantes de apelos e seduções indevidas. Sobre esse ponto, Dr. Armonde exclamava e interrogava:

Si fosse possível abolir a prostituição!... Mas, nas condições dos grandes centros, ella é até necessaria...

¹⁵³ Ao que sugere o trabalho de Roussiaud (Ariès & Bejin, 1987, pp. 93-114), o represamento das prostitutas já havia sido adotado na França, no século XV, com a construção de espaços protegidos onde, oficialmente, “se exercia a fornicação”. Quanto à inspeção médica e à possibilidade de seqüestro das meretrizes que ameaçavam a saúde, a defesa desses procedimentos decorria do reconhecimento de que as mulheres públicas configuravam focos de irradiação de doenças venéreas. A questão da relação entre a prostituição e a propagação da sífilis, apontada pelo Dr. Armonde, já foi objeto de estudo de Carrara (1996, pp. 240-5).

Fatal necessidade!...

Seria possível diminuir o grau dessa necessidade? Sim, até certo ponto. Seria a melhor obra dos espíritos pensadores.

Melhorando o romance, impedindo-o de poetisar os adulterios.... Bem difícil seria isso. Despendendo a maior somma de cuidados na educação moral das meninas...

Nesta última parte muito poderíamos melhorar.

As meninas pobres, que vão á escola pública, pois infelizmente ainda não temos o ensino primário obrigatório, aprendem a ler, a escrever e a contar.

No que respeita á educação moral e religiosa, ensina-se-lhes o cathecismo e a doutrina cristã e está tudo feito.

A convicção da fraqueza própria, que tanto se inspira á mulher, sóbe de ponto naquella que não recebeu uma educação moral fortificadora. Em breve um seductor se lhe aproxima.. Eil-a deshonrada, prostituida...

Algumas vezes o seductor quereria reparar a offensa pelo casamento. Mas... a victima é pobre, é de baixa condição, e a familia do seductor se julga em desdouro... Estranha susceptibilidade! Moral bem singular! (1874).

Pode-se perceber, portanto, que há dois níveis de intervenção propostos pelos médicos. O primeiro seria o da repressão, desdobrável em duas espécies de medidas. Uma primeira, mais rigorosa, supunha uma segregação definitiva das infratoras dos códigos da boa moral, erigida em lei. Uma outra supunha a necessidade da prostituição, sendo que sua existência deveria ser controlada por intermédio de um isolamento submetido aos controles médico-higiênicos. Necessidade justificada ao se representar a prostituição como uma alternativa à moralização dos grandes espaços urbanos, como fica evidenciado nos discursos analisados anteriormente.

Um segundo nível de intervenção se daria no âmbito da formação, também desdobrável em dois planos. No primeiro, pelo controle da escrita e das leituras dos romances que poetizavam o adultério, como bem descreveu Dr. Armonde, que, ao mesmo tempo, reconhecia ser essa uma medida de difícil execução. O segundo plano seria o da educação moral das meninas no espaço escolar. Nesse sentido, lamentava que ainda não tivesse sido adotado o princípio da obrigatoriedade escolar, assim como o próprio formato do currículo das escolas primárias, que pouca atenção

destinavam à educação moral com vista a produzir uma “moral fortificadora”, a qual faria com que as meninas fossem dotadas de capacidade para resistir às aproximações dos sedutores. O médico lembrava que esse tipo de formação seria especialmente necessário junto às meninas pobres. Quanto às ricas, seja por terem acesso a uma educação diferenciada, seja pela alternativa do casamento, seja porque eram mais protegidas do que as demais do ponto de vista moral, Dr. Armonde não as coloca em seu horizonte de preocupações. Necessário, portanto, era controlar a gente pobre, promovendo aquilo que Dr. Vasconcellos (1888) designa de higiene moral, ou “ginástica da vontade”, para empregar a expressão cara ao Dr. Machado (1875). Sobre elas é que deveriam incidir as intervenções preventivas, até porque eram elas que abasteciam o comércio do sexo, sendo representadas como “viciadas, ignorantes, loucas e de má vida”.

Promover a ortopedia das vontades dessas jovens pobres era, portanto, meta a ser atingida por intermédio de uma educação escolar obrigatória que enfatizasse a formação moral vigorosa, indo além da simples aprendizagem do catecismo. Desse modo, se poderia exorcizar o risco de um crescimento descontrolado do vício. Esse só deveria existir na medida da régua utilizada pela ordem médica, nos consórcios que essa estabelecia com a religião, a polícia e a pedagogia para disciplinar o sexo pago em busca do prazer. Prazer carnal a ser sufocado para não deixar o espírito prisioneiro do corpo, impedindo-o de se elevar a Deus, como lembra Flandrin.¹⁵⁴ Dessa forma, a sexualidade passa a ser representada com uma única função: a da procriação. Posteriormente, passou a ser representada também como remédio, o que explica o combate de alguns médicos à renúncia ao casamento e ao sexo reprodutivo, manifestada na opção celibatária. Se o prazer solitário e o prazer comercializado são inimigos da higiene, a renúncia à função natural, reprodutiva, do ser humano também é objeto de suas preocupações.

Celibato¹⁵⁵

A renúncia aos prazeres carnis foi exigência para o exercício do sacerdócio na Igreja Católica, representando, portanto, uma disposição de

¹⁵⁴ In: Ariès & Béjin, 1987, pp. 135-52.

¹⁵⁵ Para um aprofundamento sobre o tema do celibato ou castidade, recomendo o estudo de Foucault inserido na obra organizada por Ariès & Béjin (1987, pp. 26-38).

entrega plena ao culto espiritual.¹⁵⁶ Despedado dos prazeres humanos, o sacerdote celibatário estaria mais próximo de uma pureza que o aproximaria de Deus. Distantes da carne adquiriam uma autoridade para pronunciar um discurso de controle sobre os prazeres carnavais, admitindo-os exclusivamente no interior dos casamentos religiosos. No entanto, na questão do celibato não havia sintonia entre medicina e religião. Nas teses consultadas, dois médicos tratam mais detidamente dessa tensão: Dr. Portugal e Dr. Armonde.

Dr. Portugal, em 1853, após ditar regras para o casamento, dentre as quais destacava a idade e a conduta anterior dos pais, tocava na questão do celibato, apoiando-se em comparações e dados fornecidos por vários higienistas franceses:

O casamento, diz Michel Lévy, consolida a vida em sua carreira e prolonga sua duração média. As estatísticas oferecidas por Hufeland, Deparcieuz, Odier e Casper, provão que o termo da vida é maior para os indivíduos casados do que para os celibatarios; que o numero dos alienados diminue n'aquelles em relação a estes, e assim também o numero de suicidas. Falret assevera que os dous terços dos individuos que se suicidam são celibatarios. Georget nos mostra d'entre o numero de 1726 mulheres alienadas que 980 são celibatarias, 291 viuvus e só 397 casadas. D'entre 764 homens alienados, continúa o mesmo, 492 são celibatarios, 59 viuvos e 201 casados. Á vista destes factos, pergunta Georget, se o celibato predispõe á loucura. Michel Levy responde affirmativamente. Quanto aos crimes commettidos, ainda os casados ficão com menor porção de que os celibatarios. Em o nosso paiz não temos dados estatisticos que nos esclareçam a tal respeito, mas o senso commum mostra que o mesmo deve dar-se (1853).

Os argumentos e números contrários à tese do celibato aparecem na associação dessa condição com os índices de mortalidade, loucura e suicídio, estabelecendo uma relação de causalidade entre ambos. Aqui, ao que tudo indica, o que preside o combate ao celibato é a filiação ao princí-

¹⁵⁶ No Brasil do século XIX, o celibato dos sacerdotes não era prática dominante, conforme atesta o estudo organizado por Beozzo (1992).

pio da moderação. Ao colocar o sexo em discurso, os médicos desejaram impor um saber acerca do mesmo, afirmando que não se tratava, simplesmente, da formulação, defesa e promoção de uma cruzada moralizadora, de defender a abstinência sexual, mas, diferentemente disso, tratava-se de regulamentar o sexo em termos de idade, instância, sentido, instituição e intensidade adequados. Assim, pelo fato de o celibato se opor ao princípio da multiplicação/reprodução, e levando-se em conta a estatística dos efeitos provocados pela renúncia ao sexo, também é transformado em alvo do combate médico, que não admitia qualquer sexo, nem sua completa ausência. O que a medicina desejava era uma sexualidade higienicamente disciplinada.

Dr. Armonde, ampliando a proposta de reforma moral a partir de fundamentos médico-higienistas, destacava o relevante papel que nessa empresa poderia ser desempenhado pela música, o culto ao amor (“sublime sentimento que eleva o homem acima de si mesmo”), a influência negativa do celibato (“pelo lado médico, o celibato é prejudicial”), das práticas de pederastia masculina e da prostituição feminina (embora reconhecesse a necessidade desta última nos grandes centros, “fatal necessidade!...”). Sobre a questão do celibato, a referência é longa, mas capital para se perceberem regiões de tensão entre o projeto da Igreja Católica, alinhada aos cânones de Roma, com aquilo que a racionalidade médica defendia. Para Dr. Armonde,

maldita hora em que o homem, em sua loucura, entendeu dever *emendar* as leis da natureza. Sua ousadia chegou ao ponto de, afastando-se dos doces laços e ternos prazeres com que sua companheira lhe mitigaria as dores e o arduo trabalho, fugindo ao encanto com que o bello sexo, o primor da natureza, busca affagal-o e enleval-o, recolher-se sob as tetricas e sombrias abobadas onde o celibato é a lei... não... que não é lei a ordenação da desobediência á lei eterna e immutavel, por toda parte escripta no grande livro da criação pelo punho do próprio Deus.

Mas... há entretanto o que quer que seja de sublime e de sagrado nesse desapego de tudo o que é material, para só contemplar a Deus, e em extasis perenne, praticar constantemente a caridade, e exercer o santo, mas pesado ministerio do confessor.

Deixemos pois os teologos a dissertar sobre o melindroso assumpto do celibato, no ponto de vista religioso (1874, grifo do autor).

Mesmo reconhecendo a possibilidade de alguma grandeza no opção pelo celibato, para o médico isso feria um preceito cuja ordem de grandeza era muito superior: a reprodução. Nessa linha, posiciona-se contra o celibato:

Pelo lado médico, o celibato é prejudicial. Já em outro lugar dissemos que a natureza, sabia como é, determinou que todas as funcções do organismo fossem regularmente exercidas; pois nenhum órgão nos deu ella sem lhe destinar um fim. E que funcção sera mais nobre, a admittir aristocracia em nosso organismo, do que a reproducção? Os adornos sensitivos de que a natureza a revestiu, solicitando o homem aos gosos que ella lhe fornece, a ligação intima que Deus estabeleceu entre ella e o moral do homem, ligação que traz o amor, *sublime amore*, cuja influencia transparece em cada acto da vida, adoçando-a com seu divino e delicioso nectar, constituirão razões de sobra para demonstrar a nobreza da funcção geradora, si esquecemos que não estaríamos a escrever estas e outras mal alinhavadas phrases, si a funcção de que tratamos nos não houvesse roubado ao nada (1874).

À defesa do respeito às funcções determinadas pela natureza, articula os efeitos que o seu referido desrespeito poderia gerar:

Si os apologistas e endeusadores do celibato e inimigos (?) do amor se lembrassem de que sem este sentimento nunca existirião, e muito menos estarião ahi a clamar contra elle, e a condemnal-o, de certo cessarião de mostrar-se assim ingratos e revoltosos contra as leis da boa mãe commum, da natureza.

E quão ridiculo se nos figura neste momento a pobre creatura humana, como um grão de arêa no fundo do oceano, a querer arcar, por meio de esforços inauditos, contra essa lei inabalavel como o granito, que digo eu, como o seu Autor Ominpontente!...

Ah! Mas o nosso espirito já se volta para o lado lamentavel a que vemos reduzidos tantos desses fracos e inglorios combatentes... Com effeito, divisa-se no semblante como no todo celibatario, ainda mesmo quando o seu estado anomalo não o leve á perigosa pratica da masturbação, um *quid* que denuncia a resistencia heroica, talvez, mas frustrada, da creatura contra o Creador. O celibatario é, por assim dizer, rude no sentir. Sua

sensibilidade é pouco e pouco embotada pela continua renúncia á sua necessaria satisfação. Compreende-se como esse embotamento da sensibilidade reage sobre o moral, como as paixões e affectos ternos são substituidos a principio pela simples indiferença, e mais tarde por sentimentos até cruéis. N'uma alma que não ama, a caridade não se aninhará, de certo, com grande facilidade. O celibato é de natureza a favorecer o egoismo (1874).

Na tensão entre Igreja e religião manifestada nessas posições contra o celibato, é possível perceber uma disputa em torno das práticas que estariam mais sintonizadas com o “verdadeiro” espírito religioso. Para os membros da Igreja que queriam o afastamento da religião da esfera do controle do Estado, de modo que o poder temporal pudesse ser subordinado ao poder da Igreja, a abertura para o contato carnal onde o mesmo era admitido, isto é, no casamento, promoveria uma partilha dos problemas dos homens comuns por parte dos homens da fé. Esse tipo de partilha era tido como uma espécie de “promiscuidade” indesejável, pois limitaria ou impediria uma dedicação exclusiva do espírito à obra de evangelização desejada por essa fração da Igreja. Do outro lado, os médicos argumentavam em favor da obediência à natureza humana. Para eles, a supressão de qualquer das funções naturais funcionaria como uma espécie de amputação, impedindo o pleno desenvolvimento do homem. No caso do celibato, a renúncia ao sexo poderia, do ponto de vista médico, afetar inclusive o desenvolvimento de algumas das características que os sacerdotes deveriam possuir.

Considerando-se que esse debate se encontra inscrito no plano da educação moral, nota-se que a medicina defende uma sexualidade disciplinada e higienizada. No caso, a ortopedia das vontades, a ser promovida pela formação moral deveria orientar as crianças e jovens no sentido de reconhecer a idade, o lugar, o sentido, a instituição e a intensidade do sexo, mas não a sua exclusão. Por isso a medicina se opõe ao celibato, por entendê-lo como um desvio das funções naturais. Esse, contudo, não era o único desvio a ser evitado.

Pederastia/homossexualismo

No plano dos desvios, o contato sexual entre “iguais” era condenado pela moral médica, pois impedia a efetivação de uma das funções da

natureza humana: a reprodução. Assim, a prática de pederastia/homossexualismo foi representada, como o celibato, como um desvio a ser evitado, posto que ambos incidiam em uma esterilidade predefinida, obstruindo, com isso, a efetivação do princípio da multiplicação/reprodução. Segundo os estudos de Foucault (1985), Ariès & Béjin (1987) e Costa (1995), tal representação foi produzida a partir do final do século XVIII. Para Ariès, não há dúvida de que o aparecimento de uma moral sexual rigorosa favoreceu uma definição mais restrita dessa prática, colocando-a no plano de um desvio, e que isso ocorreu na passagem do século XVIII para o XIX. Nessa passagem (diferentemente da Antigüidade Clássica, que não apresentava uma homossexualidade oposta a uma heterossexualidade, mas uma bissexualidade cujas manifestações pareciam comandadas pelo acaso dos encontros e não por determinismos biológicos), o pederasta/homossexual é transformado em monstro, em anormal. Sobre essa nova condição, Ariès assinala:

O homossexual do início do século XIX herdou essa espécie de maldição. Era a um só tempo um anormal e um perverso. A Igreja estava pronta a reconhecer a anomalia física que fazia do homossexual um homem-mulher, um homem anormal, e sempre efeminado. [...]. A vítima dessa anomalia sem dúvida não era responsável, mas nem por isso deixava de ser suspeita, exposta ao pecado mais do que os outros pela sua natureza, mais capaz de seduzir o seu próximo e arrastá-lo para o mesmo caminho. Por conseguinte, ela [a vítima] devia ser trancafiada como mulher, ou vigiada como uma criança, e exposta à desconfiança da sociedade. Esse anormal era suspeito, justamente por causa de sua anormalidade, de poder se tornar um perverso, um delinqüente.

A medicina, desde o final do século XVIII, tomou emprestada a concepção clerical de homossexualidade. Esta se tornou uma doença, ou melhor, uma enfermidade que um exame clínico podia diagnosticar (Ariès & Béjin, 1987, p. 81).

No século XIX, os médicos da FMRJ demonstram estar atualizados e afinados com a redescritção da homossexualidade em termos de vício e enfermidade, como podemos perceber de forma clara nas teses do Dr. Guimarães e do Dr. Armonde.

Em 1858, Dr. Guimarães afirmava que nos colégios ainda predominava um outro vício prejudicial à saúde e à moralidade: a pederastia. Vício

que resistia a ser colocado em discurso. Tratava-se de uma maldição sobre a qual deveria reinar saber e silêncio: “Creio que infelizmente nos expressamos mal circumscrevendo-o nestes recintos, mas embora assim seja não nos animamos a foliar paginas de tão inqualificavel desmoralisação”. Assim sendo, Dr. Guimarães opta por assemelhá-lo ao onanismo e, dessa forma, apenas indica a existência do mal. Para ele, “a este vicio se obstará mais facilmente com os mesmos meios applicaveis ao onanismo e com uma rigorosa punição dos suspeitosos e dos sorprendidos em flagrante delicto”.

A brevidade no tratamento da questão é repetida na tese do Dr. Armonde, em 1874.¹⁵⁷ Para ele, a pederastia, quer ativa, quer passiva, tinha alguns apologistas. No entanto, para a medicina, tal prática deveria ser combatida, tanto com o auxílio da polícia, como dos colégios:

O que a policia e o Dr. Miguel Tavares, quando seu delegado, não conseguirão, conseguirão os bons educadores, não poupando meios para evital-a. É necessário que, ao menos, os seus sectarios não possam jactar-se (os activos) de o ser. É preciso que a policia lhes applique a punição que merecem.

São criminosos de lesa-moralidade, attentão contra os costumes.

No Paraguay, na administração do ultimo Francia, punia-se com a morte. Suas victimas vão até aos hospitaes, onde fornecem aos estudantes muitos exemplos de molestias syphiliticas.

O illustrado Sr. Professor Dr. Torres Homem referiu na clinica da Faculdade o facto de um menino de tenra idade, affectado de manifestações syphiliticas por S. S. a violencias pederasticas; facto este agravado pela circumstancia de ser a victima indevida e fartamente premiada no collegio em que estudava.

Não desceremos a fazer sobre isto comentario algum (1874).

¹⁵⁷ A rápida referência ao problema da pederastia também é marca do discurso do Dr. Machado (1875). Para ele, o estudo que fizera da educação no Rio de Janeiro sob o ponto de vista de sua influência sobre a saúde lhe forçava a dizer “algumas palavras sobre a espantosa propagação do onamnismo e da pederastia nos nossos estabelecimentos de educação”. As palavras que diz, contudo, remetem exclusivamente ao “prazer solitário”, a partir do que desenvolve um discurso bastante agressivo contra os internatos e em favor de uma reforma educacional patrocinada pelo Estado, mesmo admitindo que tal defesa era digna de censura da parte dos espíritos liberais. A gravidade do quadro por ele descrito era o que o levava, “infelizmente”, a reconhecer que “no estado actual da educação nacional, esse seria o único meio de resolver o problema”. Sobre a pederastia, silêncio.

Redescrita como atentado à biologia e à moral, a homossexualidade deveria ser absolutamente controlada no interior dos colégios e fora dele. No exterior, sob o signo da repressão, posto que os praticantes eram representados na condição de delinqüentes. No interior, sob o signo da prevenção, o que se daria por intermédio de uma vigilância cuidadosa e continuada, de modo a bem formar moralmente os indivíduos, ajustando-os à natureza biológica. Essa, sim, deveria orientar os atos e, nesse sentido, a boa moral seria a moral biologizada. Ao erigir a biologia como fundamento das prescrições médicas, os médicos tratam diferenciadamente as meninas dos rapazes, entendendo que uma anatomia distinta implicava sexualidades diferenciadas.

Sexualidade feminina

Para Costa, a sexualidade feminina também tem uma longa história, na qual vêm sendo produzidas representações distintas da mesma. Em meados do século XIX, afirma, os manequins científicos do homem e da mulher estavam prontos. De “homem invertido”, a mulher passava a ser representada como “inverso do homem”, e a causa dessa mudança se encontrava localizada em seu sexo.

Primeiro veio a produção das desigualdades sociais e políticas entre homens e mulheres, justificada pela norma natural do sexo. Em seguida, o que era efeito tornou-se causa. A diferença dos sexos passou a fundar a diferença de gêneros masculino e feminino que, de fato, historicamente a antecederia. O sexo autonomizou-se e ganhou o estatuto de fato originário. Revolucionários, burgueses, filósofos, moralistas, socialistas, sufragistas, feministas, todos estavam de acordo em especificar as qualidades morais, intelectuais e sociais dos humanos, partindo da diferença sexual entre homens e mulheres.

Neste processo, uma mudança fundamental ocorreu. No *one-sex model* a mulher era um homem invertido e inferior. Mas sua qualidade metafísica era conforme a natureza. O sexo da mulher, com sua especificidade calórica, era um requisito necessário à reprodução da vida e da espécie humana. A inversão designava apenas “inversão anatômica dos órgãos” e não torção ou distorção da natureza sexual feminina. No *two-sex model* a mulher passa a inverso complementar do homem e isto ainda será considerado natural. [...]. Diante da bissexualidade político-científica a

mulher persistia sendo inferior, mas sempre dentro da norma natural (1995, p. 128).

Como se pode perceber nesta nota, a invenção do sexo feminino ocorreu a partir de um manequim masculino, erigido então como modelo e padrão. Por intermédio das diferenças anatômicas, o modelo feminino passou a ser representado como inverso e menor, a partir do que inúmeras diferenças políticas, sociais e culturais encontravam explicação. É, pois, sobre a norma da natureza que as representações da sexualidade feminina estarão assentadas também em nosso país.

Para falar da sexualidade feminina, Dr Andrada Jr. trata nada mais nada menos do que do fenômeno da menstruação. Segundo ele, o clima, o temperamento, a constituição, o regime, a educação física e moral, assim como os hábitos, aceleravam ou retardavam o aparecimento da menstruação. No Brasil, de acordo com os estudos desse médico, “o termo medio, abstracção feita de todas as differenças occasionaes, oscila entre os 13 e os 14 annos”, motivo para que lembrasse que a higiene dessa função deveria fazer parte dos conselhos tendentes à conservação da saúde nos colégios. No que diz respeito a tais procedimentos, ressalta que

o estabelecimento da exalação catamenial, que coincide com a ruptura da primeira vesícula de Graaf, segundo as experiencias de Coste e Racinborski, determina effeitos geraes, que não nos compete agora analysar, e que nos mostram as conexões intimas desta funcção com o organismo inteiro; não há um só orgão importante que não possa ser por ella influenciado, e sua suppressão póde dar lugar a phenomenos morbidos mais ou menos desagradaveis e perigosos; devem por conseguinte ser removidas todas as circumstancias que possam perturba-la, sobretudo na sua primeira aparição.

Em todo o tempo que durar a excitação, que acompanha o trabalho da ovulação espontanea, deve-se ter para com as jovens puberes toda a especie de contemplações, não contraria-las sem necessidade, nem reprehende-las asperamente, priva-las de tudo o que lhes possa causar uma alegria extrema ou uma profunda tristeza, subtrahi-las emfim a todas as emoções moraes vivas. A malefica influencia do terror, da colera, e de todas as paixões violentas sobre a menstruação, não é hoje uma simples hypotese, é um facto que não admite contestação: em 190 casos de

amenorrhéa observados por M. Brierre de Boismont, 92 tinham sido produzidos por causas moraes, 68 por physicas e 32 por causas desconhecidas. Quanto ás physicas, ellas se referem á vida sedentaria, á acção da humidade e do frio, á alimentação insufficiente, e em geral a tudo o que pôde, actuando mecanica ou physicamente, debilitar o organismo; o enunciado das causas physicas da supressão do menstruo importa evidentemente a obrigação de evita-las sempre que puder ser.

O aparecimento dos primeiros phenomenos da menstruação é ás vezes retardado pela existencia de certos estados pathologicos; a leucorrhéa é um delles (MM Despine e Brierre de Boismont), porém o que produz mais vezes este resultado é a tuberculização pulmonar (Grisolle): é á pathologia que compete a averiguação destes factos (1855).

Dr. Guimarães, em 1858, também se detém no período da adolescência para fazer referência à sexualidade das moças e dos rapazes.¹⁵⁸ Observa que “diferenças muito sensiveis se manifestão na moça com a aproximação da puberdade”, como: o desenvolvimento do órgão da maternidade, evolução de diversos aparelhos e o desenvolvimento das partes necessárias à gestação e ao parto. Afirma que se deveria favorecer esses desenvolvimentos e “affastar quaesquer causas que impeção ou pervertão este desenvolvimento”, dentre as quais aponta: os trabalhos rudes e prolongados, e que exigem posição incômoda, e a moda. Contra esta última, posicionava-se vivamente: “Algumas vestimentas defeituosas, e entre ellas o espartilho, exercem funesta influencia. As alterações das funcções gastro-intestinaes e as que apresentam os órgãos da geração tão comuns ahi estão clamando poderosamente contra tão inconveniente costume”. Finalmente, refere-se ao casamento (“Toda moça deve aspirar ao casamento e seus elementos de felicidade para o futuro se resumem em um marido e nos fi-

¹⁵⁸ Remete à dificuldade de se estabelecer um reconhecimento de “caracteres fixos” indicadores da passagem da infância para a adolescência, posto que isso depende das latitudes, dos climas, dos temperamentos e do gênero de vida. Ilustra tal afirmação com as características e hábitos de casamento das moças no Egito, Espanha, Itália, França e Suécia. Destaca que “a mulher tem raramente antes dos dezoito annos forças necessarias para a gestação e o aleitamento e que o homem só aos vinte e cinco annos possui o vigor que deve transmitir á sua descendencia, podemos concluir que deve ser um dos fins da educação physica retardar a crise da Puberdade”. Coloca então para si a obrigação de apontar algumas prescrições para os dois sexos, diferenciadamente, em virtude das diferenças orgânicas existentes entre os mesmos.

lhos”) e àquilo que seria responsável pelo sucesso do mesmo: beleza, fragilidade, sentimento e idade mínima de dezoito anos.

A caracterização da puberdade feminina fica mais nítida em oposição à representação feita da masculina. Para Dr. Guimarães, uma distinção orgânica reclamava uma distinção educativa. É partilhando desse princípio que afirma: “Assim, pois como a palavra maternidade implica beleza e fraqueza, assim paternidade implica força e protecção, e portanto se das moças a educação deve tratar de fazer sãs, elegantes e graciosas, aos moços deve tornar sãos, fortes e ageis”. Para que esse ideal fosse atingido, uma série de cuidados deveriam estar presentes nessa fase da vida do menino: ginástica, pesca, caça, agricultura, trabalhos artísticos, alimentação, vida ao ar livre, castidade, por exemplo. Para concluir esse ponto, faz uma referência explícita ao trabalho dos educadores:

Os educadores da mocidade devem persuadir-se primeiro que tudo de que, se lhes é impossível dar a cada um de seus educandos a altura, as formas, a força e agilidade dos heróis da antiguidade, podem quando menos dar-lhe a agilidade que depende da harmonia dos órgãos e a resistência que depende de seu endurecimento. A resistência á fadiga é um outro benefício que se acha ligado á educação, que será utilissimo em muitas circunstancias da vida e que dará á alma uma preponderancia e uma vontade de ferro. E se ha na vida um periodo favoravel ao desenvolvimento da actividade, agilidade, energia e resistencia é evidentemente o que medeia entre 15 e 20 annos (1858).

Ao descrever o manequim masculino à semelhança dos heróis da Antiguidade, Dr. Guimarães reforça o seu inverso. Enquanto os jovens entre quinze e vinte anos deveriam ser estimulados a atingir o modelo em altura, forma, força e agilidade, as jovens tinham como modelo a perseguição da beleza, fragilidade e sentimento, de modo a atingir o fim que a natureza lhes reservara: casamento e maternidade. Foi, pois, nesses termos que se pensou a sexualidade feminina – e os colégios deveriam encaminhar suas atividades nessa direção, conforme os princípios da higiene.

Moral e práticas escolares

O projeto de longa coação formulado pela razão médica, além de se desdobrar nos aspectos mencionados, voltou-se para as práticas escola-

res, como já indicado na questão da educação do corpo e da inteligência, por exemplo. A promoção da ortopedia das vontades requeria uma materialidade no ordinário das atividades escolares, incorporando temas já aludidos, mas não só. Nesse sentido, retomo alguns aspectos já referidos, procurando indicar outros ainda não mencionados.

No discurso do Dr. Portugal, é possível perceber esse múltiplo desdobramento do projeto da medicina no que se refere às práticas escolares. Para ele, nos colégios existentes em nosso país, geralmente se poderia dizer, sem medo de errar, que nem a moral e nem o físico se aperfeiçoavam tanto quanto era de se esperar, porque não havia um verdadeiro método a ser seguido pelos professores. O ponto de vista da moral era inexistente em virtude da má administração dos colégios, o que fazia com que os meninos fossem relegados ao completo abandono quando mais precisavam de quem lhes guiasse seus “trêmulos passos na vida”. Moral descuidada ora pelo excesso de rigor, ora por seu completo abandono. No que se referia ao aspecto físico, como ele mesmo já dissera, não se aperfeiçoava, não só em virtude do tratamento dispensado à questão moral, como também por causa das condições físicas existentes nos estabelecimentos escolares, como uma atmosfera viciada pelos grandes ajuntamentos de pessoas, falta de asseio e má alimentação.

Contra o excesso de rigor e de controle sobre os meninos, propõe espaços e tempos de distensão que, embora quebrando com o rigor, não impedia a continuidade do controle. Esse se daria por intermédio de outras estratégias.

O encerramento e proibição que alguns pais costumão dar a seus filhos, e que muitas vezes é movida pelos directores dos collegios de que os moços não arredem pé destas casas – é má, pois que havendo de preencher os moços em certa quadra da vida funções tão naturaes como a da geração, sentindo o fogo de suas vontades abrasadoras ateiado por tal imposição, entregão-se ao onanismo e todas as castas de immoralidade que principalmente existem nos collegios de mais rigor: assim aconselhamos que o numero dos recreios seja augmentado, e durante elle os exercicios gymnasticos postos em pratica para distrahir a esta gente, que do contrario ficará de physico e moral estragados e a patria illudida por ver as suas esperanças mallogradas; pois é desta brilhante mocidade que ella espera sua salvação e prosperidade futura (1853).

A redistribuição do tempo e das atividades escolares significava menos a ausência de controle do que a sua prática em outros termos. O horizonte da reforma das práticas escolares não se encerrava em si mesmo. Tal movimento só fazia sentido porque articulado a um projeto de higienização social muito mais amplo, condição para a construção de uma pátria grandiosa e próspera. As novas práticas, no entanto, não eram apresentadas de modo generalizado. A questão de gênero, por exemplo, constituiu um elemento que diferenciava as propostas de reforma enunciadas.

Dr. Portugal declarava, ao terminar o ponto sobre a educação, que a educação moral que se dava às meninas em “nosso paiz” não era das melhores, pois muito cedo elas principiavam a sorver tragos de prazer nos salões dos bailes e teatros, dando lugar a desenvolvimentos prematuros dos órgãos e suas terríveis conseqüências, que por tantas vezes “acabrunhavam o físico desta juventude”. Ao traçar esse quadro, afirmava que seria muito proveitoso que as meninas em idade muito tenra não se entregassem à leitura de romances, já que esses produziam efeitos muito fortes sobre seu organismo, acrescentando que essa medida seria de proveito para que não ocorresse a precocidade biológica e o aspecto que, segundo ele, muitas vezes adquiriam “as senhoras que principiãõ a receber de muito cedo excitações as quaes muitas vezes são satisfeitas em detrimento de seu organismo”.

No que se refere ao modelo escolar, Dr. Cunha, após defender o modelo do internato com o argumento de uma imoralidade externa aos mesmos, e considerando o isolamento e a clausura como estratégias de prevenção e de correção, desdobrava sua defesa discorrendo sobre os riscos do contato dos meninos com o mundo exterior ao colégio. Com isso, acabava reforçando o modelo de colégio como claustro, o qual, exclusivamente em sua interioridade, formaria a interioridade dos meninos. Para ele,

as sahdas ou communicações dos alumnos com o exterior; as obras immoraes e entretenimentos secretos são causas que poderosamente contribuem para a perda dos costumes. Nada com effeito é tão nocivo aos costumes dos educandos como suas frequentes sahdas e communicações com toda sorte de pessoas do exterior. Eles, com isto, perdem muitas vezes o gosto de trabalhar, adquirem o da dissipação e dos prazeres, ornão sua imaginação de seductoras imagens realmente perigosas, ouvem maximas, que o pudor e a honra e a delicadeza

repellem, e são testemunhas de muitas acções contrarias aos principios de uma boa educação. [...]. Julgai portanto dos resultados, que devem ter as frequentes sahidas dos alumnos do lugar destinado e adaptado a sua educação: é querer perder em um instante o fructo de muitos esforços e muitas precauções; é introduzir continuamente os vicios e as maximas perniciosas do exterior em um lugar em que só se deve respirar trabalho, decencia, honra, delicadeza, emfim o amor do bello, do bom e do honesto. [...].

Um dos inevitaveis e funestos effectos das sahidas dos meninos é o conhecimento de obras immoraes, que delleitão o espirito inficcionando a imaginação, e que lhes fazem perder o gosto dos estudos serios e uteis para lançal-os a um mundo phantastico e corrompido, que falsêa o juizo e perverte muitas vezes todos os sentimentos honestos, que se lhes tem inspirado: felizes quando a ignorancia e a frivolidade não são acompanhadas da ruina do temperamento e inteira degradação da alma!

Deve-se pois tomar as maiores precauções e exercer a mais activa vigilancia para a introdução em um estabelecimento de educação de romances, e em geral de qualquer obra contraria ás maximas da moral universal (1854).

O internato é representado, portanto, como modelo escolar ideal para a efetivação do projeto de moralização gestado e legitimado pela ordem médica. Representado como fortaleza, o colégio atuaria como uma verdadeira barreira contra os vícios, desde que se evitasse o contato dos alunos com o mundo exterior às fronteiras do internato, controlando as saídas, comunicações e leituras, sobretudo as leituras malditas, as quais, incendiando a imaginação, poderiam destruir todo o investimento na moralização das jovens.

Outra medida por ele recomendada de modo a higienizar as práticas escolares era a invenção, no Brasil, das classes de idade. Nesse sentido, acompanhando a regra da idade, critério utilizado para se obter uma suposta “uniformização” das classes, os alunos viam-se impedidos de, internamente, ter contatos com os diferentes. Não bastava, portanto, o isolamento do exterior. O isolamento interno também era erigido em meta a ser atingida pelos colégios para alcançarem o padrão de higienização desejada.¹⁵⁹

¹⁵⁹ Sobre o processo de constituição das classes de idade na Europa, conferir especialmente o capítulo II do trabalho de Ariès (1981).

Esse isolamento interno supõe observar uma dupla construção: a de classe escolar e a de classe de idade.

Para Ariès, a classe escolar surgira inicialmente pela adoção do critério da capacidade dos alunos. Segundo ele, desde o início do século XV começou-se a dividir a população escolar em grupos da mesma capacidade, colocados sob a direção de um mesmo mestre, num único local. Ainda de acordo com esse autor, a distinção das classes indicava a conscientização da particularidade da infância ou da juventude, e o sentimento de que, no interior dessas, existiriam várias categorias. Também lembrava que a instituição do colégio hierarquizado, já no século XIV, havia retirado a infância escolar da “barafunda” das idades evidenciadas no mundo exterior. Com a criação das classes escolares no século XVI, estabeleciam-se divisões no interior dessa população escolar, hierarquizando-a ainda mais. No entanto, o critério da capacidade vai ceder lugar ao critério da idade. Essa seria a medida para eliminar a promiscuidade das idades muito diferentes entre si, traço que prevaleceu até o século XVIII. Para Ariès, a regularização do ciclo anual das promoções, o hábito de impor aos alunos a série completa das classes, em lugar de apenas algumas, e a necessidade de uma pedagogia nova, adaptada a classes menos numerosas e mais homogêneas, resultaram, no início do século XIX, na fixação de uma correspondência cada vez mais rigorosa entre idade e classe. Os mestres, segundo ele, habituaram-se então a compor suas classes em função da idade dos alunos.

No caso brasileiro, é possível perceber que o emprego do argumento moral foi decisivo para a constituição das classes de idade como prática ordenadora dos colégios/internatos. Sobre essa questão, Dr. Portugal, em 1853, afirmava que, para se evitar um inconveniente “assaz grave e origem de mil males”, era preciso que os alunos fossem inteiramente separados segundo o “gráo de sua idade” e que não se encontrassem nem nas refeições, nem nas recreações, nem nas salas dos estudos, e muito menos ainda nos dormitórios. Era preciso que as classes estivessem separadas umas das outras, que saíssem em tempos diferentes e, sobretudo, que se achassem absolutamente isoladas dos discípulos externos, os quais eram ordinariamente seus “comissionistas”. Tais precauções, segundo ele, impediriam os entretenimentos secretos dos alunos entre si, “entretenimentos tão perigosos, por isso que tendem á comunicação mutua de seus defeitos, seus vícios ou máos habitos”.

Os internatos deveriam abandonar a indiferenciação da juventude/infância em favor de um projeto de moralização, cujo alcance, como já foi apontado, visava à constituição de uma sociedade moralizada. Nessa direção fazia sentido, para Dr. Portugal, promover uma rigorosa classificação e separação no interior dos colégios, empregando, para isso, o critério das idades. No entanto a medida seria incompleta caso se limitasse à invenção da classe de idade. Simultaneamente, a rotina dos colégios deveria ser estabelecida de modo a assegurar o completo isolamento entre as classes constituídas. Nesse sentido, defendia, ao mesmo tempo, isolamento e interdição dos contatos. Essa dupla operação colaboraria decisivamente na higienização dos colégios e dos escolares, condição para a higienização mais ampla da própria sociedade.

Dr. Coutinho pautou sua proposta de reforma das práticas escolares na idéia de vigilância contínua e dispersa. Para ele, os colégios deveriam adotar a rotina de promover um exame semanal na roupa, nas estantes e nas gavetas dos alunos, pois algumas vezes livros licenciosos eram introduzidos nos colégios e despertavam a sensibilidade genital. Nesse sentido, defendia uma interdição:

Os livros que não forem de educação não devem ser tolerados; os romances são os primeiros: o melhor romance desperta o sentimento e faz engendrar um mundo novo povoado de chimeras e de idealidades romanescas; desviam os sentimentos da senda normal e os impellem em uma má direção (1857).

Segundo ele, a educação, segundo um sistema mais racional, não poderia deixar de combater esses e outros muitos perigos que cercavam a mocidade das escolas. Em seguida, predizia: “Quando o emprego de preceitos hygienicos fôr amplamente observado, a educação desmentirá a estatística actual que dá para as classes estudiosas maior numero de obitos, e para as outras classes, um numero comparativamente menor”.

Na curiosa estatística da morte e na associação apontada, é possível perceber o argumento definitivo do médico em favor da reforma higiênica a que os colégios deveriam ser submetidos. A reforma das práticas escolares era representada como medida necessária contra a morte; em favor da vida.

No combate ao perigo representado pelo mundo exterior, Dr. Armonde privilegiou, a título de exemplo, a influência exercida pelos “ca-

poeias”. Em sua ótica, se os exemplos de “boa moral” deveriam ser irradiados, os de “moral perniciosa” deveriam ser combatidos e erradicados, como é o caso do “capoeira”, um dos “entes que mais comprometem a civilização do Brasil”. Nesse caso, os professores e a polícia deveriam atuar conjuntamente de modo a extinguir esta “raça nociva” que vinha influenciando os meninos, atraindo-os para “os fataes exercicios de capoeiragem”.

Afastando-se do modelo dos internatos conforme configuração dominante, isto é, masculinos e femininos, Dr. Armonde propunha um novo modelo: juntamente com a música e o culto ao amor, o principal antídoto para os problemas da educação moral localizava-se na formação e instrução da mulher – que, desse modo, era a primeira a ser responsabilizada pela “desordem moral” a que o médico fazia referência em sua tese. O posicionamento da mulher no discurso moral do médico explicava a importância que o mesmo atribuía à escolarização feminina, defendendo, inclusive, a co-educação. Em sua opinião, na escola a “promiscuidade é vantajosa”.

Recoloca-se, portanto, a questão da formação feminina, que nesse discurso se encontra revestida e justificada pela preocupação com as futuras mães e educadoras, que, se devidamente formadas (isto é, moral e higienicamente instruídas), evitariam um conjunto de problemas, males e doenças muito comuns no espaço da Corte. Nas palavras do Dr. Armonde: “Si é licita a preferencia a um dos sexos, no que diz respeito ao quantum que deve receber de educação moral, cabe ella, sem duvida, á mulher. É esta que faz o homem”. Nessa mesma linha, acrescenta:

“Os homens serão sempre o que as mulheres quizerem que eles sejam” disse um espirito pensador. E com effeito, a mãe é o espelho em que o filho se revê desde que nasce.

E tão poderosa é a influencia que este recebe daquella, que em toda a vida do filho ella se faz sentir, boa ou má, segundo o character da mãe de familia.

A influencia paterna póde muito, é verdade; mas nada em relação á materna. Esta se insinua no meio dos affagos, da ternura, do amor. Aquella, ao contrario, se faz sentir, as mais das vezes, de um modo, por assim dizer, negativo.

Sim, a ausencia mais frequente da ternura, da parte dos pais, o maior zelo que elles têm da sua autoridade, fazem sentir bem que a natureza

decretou que o filho seja mais influenciado pela mãe do que pelo pai. Acrescente-se o que nisto pôde a gestação e o aleitamento, obra exclusiva da mãe.

A educação moral das futuras mãis de família está a pedir entre nós mais interesse e maior cuidado da parte dos pais e dos educadores (1874).

Ao ressaltar a condição feminina e as tarefas que as mulheres deveriam exercer quando se encontrassem na qualidade “natural” de esposas, mães e donas de casa, Dr. Armonde radicaliza o projeto de reforma dos colégios, propondo sua efetiva modernização e abandono do modelo do “claustro”:

Os nossos regulamentos proíbem expressamente a união de meninos e meninas na escola. Não vemos inconvenientes nessa união.

Arriscando-nos grandemente a passar por utopista, diremos apezar disso que, tratando-se de um *verdadeiro* estabelecimento de educação, a promiscuidade é vantajosa.

Em vez de ser contrária á moralidade, é uma garantia della. Desenvolve cedo o habito das relações respeitosas entre os dous sexos, mata a hipocrisia e esse acanhamento dos rapazes em relação ás moças, o qual os leva muitas vezes a fugir dellas, por não terem o habito da sua companhia. Muitos desses conhecemos.

Por maior que seja a dificuldade que existe na mantença de estabelecimentos mixtos, os Estados-Unidos a têm vencido (1874, grifo do autor).

Aqui vale lembrar, mais uma vez, o trabalho de Foucault (1985), cujas conclusões reafirmavam a centralidade que a condição feminina ocupou no debate acerca da sexualidade, constituição da família nuclear e monogâmica, disciplinamento dos afetos e formação da infância. Em uma história de longa duração, no curso de uma evolução muito lenta é que se torna possível perceber que o núcleo das reflexões se deslocava “dos rapazes” para se concentrar em torno da mulher. Segundo ele, “a mulher e a relação com a mulher” marcaram os “tempos fortes” da reflexão moral sobre os prazeres sexuais, seja sob a forma da virgindade, da conduta no matrimônio, das relações entre os cônjuges e também no interesse manifestado, a partir dos séculos XVII e XVIII, pela sexualidade da criança e, de uma maneira geral, pelas relações entre o comportamento sexual, a nor-

malidade e a saúde. Com esse deslocamento, as mulheres passavam a ocupar uma posição central na construção de uma nova estética. Para tanto, deveriam ser qualificadas, pois já não bastava, para o discurso ilustrado, os atributos da natureza, que inclusive muitas vezes eram desprezados pelas próprias mulheres por desconhecimento e ignorância. Habilitadas pela razão, estariam aptas para intervir junto às crianças e jovens no espaço da casa, mas não exclusivamente nele.

Ao colocar a mulher no centro da cena do projeto de formação das novas gerações, Dr. Armonde defendia, e com isso também reforçava, o fim do monopólio do modelo escolar em que as mulheres educavam as meninas e os homens educavam os rapazes. Tal diferenciação, segundo ele, não tinha mais sentido, sendo necessária uma permeabilidade nessas fronteiras que estavam adquirindo uma estabilidade indesejada. Apoiando e legitimando a experiência norte-americana, e valendo-se do pragmatismo higiênico, propunha uma expansão do universo do trabalho docente para as mulheres.

A dilatação do universo de trabalho passara por pelo menos dois momentos distintos. O primeiro deles está associado à idéia de que a educação feminina não deveria ficar circunscrita aos lares, abrindo com isso a possibilidade para o exercício do trabalho feminino. O segundo momento é quando a rígida diferenciação de gênero, no que se refere à formação escolar, passa a ser questionada, fazendo surgir o modelo de colégio misto, associado à competência atribuída às mulheres para formar os meninos. Nesse sentido, buscava-se operar uma efetiva revolução na concepção de educação escolar, com o advento das escolas mistas e uma autorização para se feminilizar o magistério em todos os aspectos e modalidades de ensino. Para justificar a adesão ao novo paradigma de colégio e de profissão docente, Dr. Armonde trazia exemplos e argumentos:¹⁶⁰

¹⁶⁰ O recurso às autoridades estrangeiras também funciona como argumento na defesa das posições enunciadas. Nesse caso, Dr. Armonde recorre ao francês Louis Agassiz, que, após estada no Brasil, escreveu a obra *Impressões sobre o Brasil*. Segundo ele, o sábio professor Agassiz diz o seguinte: “Não posso concluir o que tenho a dizer da instrução no Brasil, sem acrescentar que, n’um paiz onde sómente a metade da população é educada, não pôde haver completo progresso intellectual. Onde a diferença de educação torna quasi impossivel sympathia de espirito entre homens e mulheres, de sorte que suas relações se limitão necessariamente ás de affeições domesticas, nunca subindo, salvo casos muito exceptionaes, ás de companheiros de educação polida, o desenvolvimento do povo tem de permanecer imperfeito e parcial. Acredito todavia que, particularmente neste ponto, pôde-se esperar rapida reforma. Ouvi tantos brasileiros intelligentes lamentar a falta de instrução própria

As aulas de meninos, regidas por senhoras, também repugnão a muitos nesta Corte. Entretanto, um dos melhores collegios de meninos que visitamos, é dirigido por uma illustrada senhora.

É raro encontrar entre os nossos pais de familias algum que não entenda dever negar a suas filhas uma instrucção solida. A opinião dominante é que a muita instrucção é prejudicial á mulher. Arrastando-a á perdição. Nós estamos de accôrdo, no caso só de não ser a instrucção acompanhada da educação moral, da educação do sentimento.

Querem que a mulher continue a servir só de enfeite ás companhias, a ser um ornato physico? Esquecem a sua influencia moral? Querem que exerça beneficemente, sem a instrucção? É querer o erro. É ignorar o que valem na moral os nomes de Miss Stowe, de Mme. de Stäel, de Mme. Necker de Saussure e tantos outros.

A mulher não deve continuar a ser escrava, instrumento do homem. A natureza a destinou para sua companheira.

Em uma de suas conferencias sobre a mulher, o illustrado Sr. Dr. Miguel Ferreira disse:

“Reflecti, minhas senhoras; não é no physico que reside a vossa força, não é no material; é no immaterial, é no verbo. Vós mulheres, sois mais fortes que os homens. Vós fallais mais, costumão dizer. – Vós tendes a voz mais branda, mais eloquente, mais persuasiva; vós fallais á infancia. Vós sois mais fortes que o homem, vos digo eu.

Habilitai a vossa palavra, e vos tornarei senhoras do mundo! A vossa palavra tem sido o maior motor das sociedades, sem que vós o tenhais conhecido, sem que os proprios homens tivessem disso consciencia; o mundo tem ido mal porque não tendes convenientemente sido educadas; a vossa palavra tem sida má...” (1874).

Para finalizar, adiciona novos elementos que, segundo ele, justificavam a necessidade de uma qualificação das mulheres para poderem

das mulheres nas suas escolas, que penso será efficazmente melhorado o padrão de educação das meninas. Lembrando os antecedentes dos Brasileiros, as noções que herdarão ácerca do que é conveniente ao retiro e sujeição da vida da mulher, não podemos com justiça, por mais falsas que nos pareçam essas idéas, considerar a geração presente responsavel por ellas; acchão-se também muito profundamente arraigadas para poderem ser mudadas n'um dia”. Ao avaliar as posições do francês, o médico tropical afirmava: “Grande verdade encerrão estas palavras, que com pezar acabamos de transcrever. Oxalá mude muito breve esse estado em que se acha a educação da mulher brasileira”.

desempenhar adequadamente as funções de esposa, mulher, mãe e educadora. Para tanto, combate veementemente a submissão aos imperativos da beleza e da moda, os quais seriam responsáveis por inúmeras práticas condenáveis do ponto de vista da moral higiênica:

É necessario que o galanteio não continue a ser favorecido por uma educação viciosa. A vida é cousa bastante séria, para não se dever passar uma grande parte della em frente ao espelho, applicando ás faces o carmim e o pó de arroz. A belleza, alem de ephemera, é um Dom do acaso, cuja conservação depende mais do bem estar intimo do que da applicação dos cosmeticos, que muitas vezes a afugentão, e prejudicam a saúde. É tão fatal esse cuidado exagerado do physico, que ás vezes faz da mãe um monstro, capaz de praticar o infanticidio e provocar o aborto. Não raro também elle a leva a não amamentar o innocente fructo de suas entranhas, entregando-se ao aleitamento mercenario, entre nós causas de tantas molestias.

Mas... gosta-se tanto de imitar Pariz... e os romances de certa escola franceza endeusão tão brilhantemente a luxuria!...

Assim como alguns pais muito facilitão a suas filhas a frequencia aos bailes, em que a honra e a moralidade correm perigo e a saúde se perde muitas vezes, em que a prostituição mysteriosa encontra bom alimento, outros há que seguem o caminho diametralmente opposto. Estes ultimos, excluindo suas filhas de toda a sociedade, em seu espirito plantão a semente do desgosto, colhendo de seu procedimento fructos como o onanismo, a hysteria, a tísica pulmonar, a nymphomania, a loucura, etc. No numero dos ultimos alguns há que estendem esse tratamento aos filhos. As conseqüências são, neste caso, analogas, tendo em consideração a differença dos sexos. Uma vigilância excessiva e imprudente do pai diminue no filho a consciencia dos próprios actos, e extingue-se a liberdade individual. Esta, na mocidade, precisa ser regulada por conselhos; mas extingui-a, é crime.

Demais, há necessidade de augmentar o numero de *verdadeiros* homens, dos meninos-homens, diminuindo os dos homens-meninos. Outros pais, entretanto, não põem limites á liberdade de seus filhos adolescentes, abandonando-os ás muitas causas de perdição moral que as grandes cidades offerecem. Não pensam nos muitos e sabios conselhos que a

inexperiencia há mister. Entre os males que assim acarretão sobre seus filhos, figura não pequeno numero de molestias (1874).

A mudança de paradigma no modelo escolar e na profissão docente se encontrava ancorada na necessidade de reformar os costumes. Nesse sentido, as mulheres teriam mais condições naturais para promover as reformas pretendidas. No entanto, as qualidades naturais não eram por si sós suficientes para uma intervenção eficaz por parte das mulheres; elas deveriam ser formadas, daí a defesa da educação feminina. Mas a formação não deveria ocorrer nos moldes da educação religiosa, dos seminários e conventos. O projeto de modernização passava a requerer uma nova economia dos colégios. Essa, de sua parte, seria gerada, de acordo com as posições apresentadas pelo Dr. Armonde, pela adesão a novas práticas associadas a um novo modelo de colégio e a um novo modelo de trabalho docente. Assim, com esses deslocamentos, novas práticas orientariam a formação das novas gerações e essas seriam mais e melhor constituídas do ponto de vista da moral que a razão médica desejava instalar.¹⁶¹ A tese do Dr. Brito se concentra, por exemplo, na discussão de novas práticas corporais que deveriam ser adotadas nos colégios de modo a formar o “character” dos alunos. Assim ele se posicionava:

Não se illuda, senhor moralista, não se moldam com palavras as boas qualidades de um character. A energia nelle implantada nunca é o producto da boa rhetorica. Nem se adquirem por demonstrações philosophicas as nobres qualidades que o salientam. Não creiam que a coragem, a prudencia, a firmeza, attributos do character, transmitam-se por predicas. A palavra serve para a occasião, mas ella não traça uma norma no procedimento da criança. Só a pratica das acções imprime uma direcção na sua formação. Os actos repetidos lhe accentuam uma certa fôrma de proceder que torna-se extensiva a outras espheras de acção. E um cunho deffinitivo do character está dependente da insistencia dos actos. Os defeitos ou as virtudes que o acompanham, se fazem conhecidos no terreno da pratica e só nella se corrigem ou se levantam. Si

¹⁶¹ Cabe apenas sublinhar que esses aspectos não eram consensuais no interior da ordem médica. Eles exprimem tensões e uma luta de representações presentes nessa comunidade, que, em alguns pontos, ora se aproximava do modelo religioso, ora dele se afastava.

na escola que tem por fim preparal-o, as acções forem de fraqueza e molleza, certamente que seu característico será frouxidão e desanimo. Porém si o meio fôr aquelle em que se communica a robustez ao organismo pelo exercicio das forças musculares e provoca-se o estímulo para a actividade bem succedida nas pequenas victorias alcançadas nas luctas, nos jogos e exercita-se a energia, a resolução, a firmeza, então prepara-se um verdadeiro homem. Não se illudam, senhores pedagogos, o espirito esclarecido, a intelligencia cultivada somente elucida as questões, mas não avigora o sentimento, ainda menos levanta as forças do organismo para a acção; ao contrario o dispendio de vitalidade organica e força nervosa gastas na aquisição de conhecimentos enfraquese-o, aniquila sua iniciativa. Si como dizeis a educação tem por fim fazer um bom cidadão cumpridor dos seus deveres, é preciso não esquecer que o passivo cumpridor de sua missão tanto melhor pôde cumpril-a quanto mais resistencia tiver seu organismo. Porém si tem por fim preparar um homem activo para a lucta, hombrear firme e vencer resolutos as difficuldades que se antepõem ao recto caminho da vida, deveis vos lembrar que o bom exito e as victorias se obtem mais pela somma das forças activas manifestadas na energia. Ainda mais, se quereis um character para actos de nobreza, precisa todo o preparo physico e mais a correcção no proceder e altivez nas resoluções. Nada de illusões, as ideias nobres não vingam em terreno depauperado. Si o organismo está enfraquecido, os órgãos produtores de forças activas ficam languidos e o cerebro como uma parte tambem o está, e as suas funções, sentimentos, intelligencia e character ressentem-se da debilidade do órgão. Só onde existe esta harmonia e solidariedade do espirito e do corpo pode haver saude e resistencia, e unicamente onde ha o desenvolvimento de suas forças existem actos de nobreza. Negar isto é negar a conformidade que existe entre o estado de um aparelho organico e seus actos. Nunca esta relação deixará de existir, as faltas, as perturbações do organismo hão de transparecer em seus actos. Obrigar as crianças a procederem de modo differente é obrigar-as a subterfugios, a manhas e a mentiras. Todo systema de educação que não assentar seus alicerces nesta resistencia material do organismo é metaphysico, falsea pela base; é vicioso, peca nas applicações praticas. A formação do character precisa portanto de um campo mais vasto de acção onde os exercicios physicos, olhados como uma instituição recreativa, sejam ao mesmo tempo beneficos á saude

moral, uteis ao desenvolvimento das forças e ao aperfeiçoamento da individualidade cívica. Se realizem de modo extensivo na infância, intensivo na juventude. Procurando torná-lo tão variados quanto possível (1891).

Moral e disciplina

Na edição de sábado, dia 8 de janeiro de 2000, a primeira página do jornal de maior circulação no Brasil na atualidade, a *Folha de S. Paulo*, destacava uma matéria relacionada ao problema da disciplina escolar. A chamada da matéria, intitulada “51% dos pais britânicos apóiam bater em alunos”, em três curtos parágrafos traçava um resumo da questão para os leitores, incitando-os a ler a íntegra, localizada na página dez do primeiro caderno, na seção “Folha Mundo”. De acordo com a chamada, a volta da aplicação de castigos físicos em crianças que se comportavam mal na escola era defendida por 51% dos pais, segundo uma pesquisa realizada pelo jornal britânico *The Times*. Em seguida, o leitor é brindado com uma curiosa informação: a prática de bater em alunos só foi eliminada das escolas do Reino Unido há catorze anos, sendo que nas escolas particulares isso ocorreu apenas em 1999. No último parágrafo o leitor é informado de que, de acordo com as conclusões dessa pesquisa, 90% dos pais acreditavam que o problema disciplinar nas escolas não se devia aos professores ou a falhas no sistema educacional, mas aos próprios alunos.

No texto da reportagem, o leitor fica sabendo que na hierarquia das preocupações dos pais o mau comportamento aparece em primeiro lugar e, para um quarto dos entrevistados, o maior problema das escolas é o da indisciplina, item colocado à frente de deficiências como “má formação de professores, classes ‘inchadas’ e fraco conteúdo pedagógico”. O jornal traz também elementos que permitem concluir que essa questão se encontra localizada em uma zona de tensão na Inglaterra do presente, ao registrar depoimentos contrários ao uso dos castigos, como o de Jerry Tissier, membro da organização não-governamental Sociedade Nacional de Prevenção à Crueldade contra Crianças: “Bater em criança pequena é cruel e ineficaz, porque muitos podem não entender por que estão apanhando. E em estudantes mais velhos o castigo pode gerar ressentimento e mais violência”. E também favoráveis, a exemplo do depoimento de Mary Walker, moradora de Londres: “bater é uma atitude extrema, mas necessária para impor limites. É a única maneira de evitar que uma criança mal-educada

se torne um adulto problemático”. Nos dois, a vontade de encontrar o modo ideal para conduzir a formação das novas gerações. No entanto, a questão da disciplina escolar via castigos físicos não é apenas um tema do “hoje” e circunscrito ao universo inglês. Ela tem transversalizado tempo e lugares, sendo possível perceber deslocamentos e tensões ao longo da história.

Como esse tema vem se configurando? O que tem motivado os estudos e reflexões sobre a disciplina escolar? Como os médicos brasileiros do século XIX enfrentaram esse debate? Que alternativas formularam para o controle de crianças e jovens? Como isso se articula com o projeto de formação ou governo moral? À época, que outros desdobramentos essa questão poderia promover e provocar? Para desenvolver essas indagações, detive-me na análise do deslocamento que reaparece na recente pesquisa do jornal inglês, isto é, o período de existência legal dos castigos escolares, sua supressão e a recentíssima pressão por seu retorno.

O século XVIII, para Foucault, pode ser caracterizado como tempo do fim dos suplícios físicos, mas também como tempo de recomposição das formas de controle disciplinar:

No entanto, um fato é certo. Em algumas dezenas de anos, desapareceu o corpo supliciado, esquartejado, amputado, marcado simbolicamente no rosto ou no ombro, exposto vivo ou morto, dado como espetáculo. Desapareceu o corpo como alvo principal da repressão penal (1991, p. 14).

Foi, portanto, o tempo em que se produziram novos dispositivos disciplinares com arranjos múltiplos. A disciplina, desse modo, foi sendo paulatinamente dissociada da idéia de suplício e de outras técnicas de punição consideradas cruéis porque castigavam o corpo. Um desses dispositivos foi a criação da figura do infrator, associada à idéia de pena e punição.

Para Foucault, a nova idéia de disciplina se encontra vinculada à produção dos corpos dóceis, à definição dos recursos para o bom adestramento e ao panoptismo. No que se refere à produção dos corpos dóceis, “as disciplinas” seriam os métodos que permitissem um controle minucioso das operações do corpo, que realizassem a sujeição constante de suas forças e lhe impusessem uma relação de docilidade-utilidade, obtida por intermédio de quatro intervenções distintas e intercambiáveis:

- a) A arte das distribuições: demonstração da preocupação em estabelecer regras e critérios para distribuir os indivíduos nos espaços sociais, dentre os quais destaca o princípio da clausura, do quadriculamento, das localizações funcionais (“cada indivíduo em seu lugar, e em cada lugar um indivíduo”) e da instabilidade nos lugares.
- b) O controle das atividades: aqui, a construção dos horários, a elaboração temporal dos atos, o estabelecimento da correlação entre gestos e corpos e a utilização exaustiva do tempo permitiriam uma efetiva disciplina no uso do tempo.
- c) A organização das gêneses: no caso, a divisão do tempo, a organização das tarefas, da mais simples à mais complexa, o estabelecimento de marcos conclusivos e das séries permitiriam um controle maior sobre as atividades, seu início, desenvolvimento e finalização.
- d) A composição das forças: essa exigência seria repartida de três maneiras: o corpo que se pode colocar, prover e articular; o corpo como peça de uma máquina complexa e multissegmentar e a construção de um sistema preciso de comando.

Em resumo, para Foucault a disciplina produz, a partir dos corpos que controla, quatro tipos de individualidade, ou antes, uma individualidade dotada de quatro características:

É celular (pelo jogo da repartição espacial), é orgânica (pela codificação das atividades), é genética (pela acumulação do tempo), é combinatória (pela composição das forças). E, para tanto, utiliza quatro grandes técnicas: constrói quadros; prescreve manobras; impõe exercícios, enfim, para realizar a combinação das forças, organiza “táticas” (1991, p. 150).

O domínio sobre os corpos é apenas uma das táticas da nova disciplina e, no caso dos médicos brasileiros oitocentistas, a intervenção sobre o corpo constituiu uma das grandes preocupações, como já vimos. Dos outros dois aspectos apontados por Foucault, destaco aquilo que ele designou “recurso para o bom adestramento” e, no interior desse, aquilo que nomeou “sanção normalizadora”.¹⁶² Para o autor, os mecanismos de san-

¹⁶² Apesar da relevância dos outros dois aspectos ligados ao adestramento (a vigilância hierárquica e o exame), não trabalhei com eles por não se articularem diretamente com a questão dos castigos, objeto de interesse neste momento.

ção supõem pelo menos cinco aspectos. O primeiro é que na origem de todos os sistemas disciplinares funciona um pequeno mecanismo penal: na oficina, na escola ou no exército atua como repressora uma micropenalidade do tempo, da atividade, da maneira de ser, dos discursos, do corpo e da sexualidade. Para Foucault, toda uma série de processos sutis – que vão do castigo físico leve a privações ligeiras e a pequenas humilhações – é utilizada a título de punição:

Trata-se ao mesmo tempo de tornar penalizáveis as frações mais tênues da conduta e de dar uma função punitiva aos elementos aparentemente indiferentes do aparelho disciplinar: levando ao extremo, que tudo possa servir para punir a mínima coisa; que cada indivíduo se encontre preso numa universalidade punível-punidora (1991, p. 160).

Essa é a hipótese que testei no que se refere ao discurso médico sobre a educação escolar na Corte imperial. Como os médicos construíram o sistema de punições para os colégios? Até que ponto ele se aproxima do modelo disciplinar descrito por Foucault? Para tanto, é necessário continuar a caracterização do mecanismo de sanção normalizadora previsto por Foucault.

O segundo aspecto das sanções se refere aos mecanismos de punição. No caso, era necessário definir previamente o que seria passível de punição: a inobservância à regra, tudo o que dela se afastava e os desvios. O que incidisse nessas variações da regra poderia ser punido. O terceiro aspecto é que o castigo disciplinar deveria ter a função de reduzir os desvios. Deveria ser essencialmente corretivo, e esse efeito passava pela expiação e pelo arrependimento, sendo diretamente obtido pela mecânica de um castigo. Castigar é exercitar. Um quarto traço do castigo é que, para funcionar, ele deveria estar inscrito em um esquema de gratificação-sanção, pois era esse o sistema que se tornava operativo no processo de treinamento e de correção. Para Foucault, esse mecanismo de dois elementos permitia um certo número de operações características da penalidade disciplinar. Em primeiro lugar, “a qualificação dos comportamentos e dos desempenhos a partir de dois valores opostos do bem e do mal; em vez da simples separação do proibido”. Nesse sentido, “todo o comportamento cai no campo das boas e más notas, dos bons e maus pontos”, sendo possível, além disso, “estabelecer uma economia traduzida em números”.

E pelo jogo dessa quantificação, dessa circulação dos adiantamentos e das dívidas, graças ao cálculo permanente das notas a mais ou a menos, os aparelhos disciplinares hierarquizam, numa relação mútua, os “bons” e o “maus” indivíduos. Através dessa microeconomia de uma penalidade perpétua, opera-se uma diferenciação que não é a dos atos, mas dos próprios indivíduos, de sua natureza, de suas virtualidades, de seu nível ou valor. A disciplina, ao sancionar os atos com exatidão, avalia os indivíduos “com verdade”; a penalidade que ela põe em execução se integra no ciclo de conhecimento dos indivíduos (1991, p. 162).

A bipolaridade instituída pelo modelo da premiação-sanção, ao lado da identificação dos “bons” e “maus”, permite legitimar procedimentos de reforço dos primeiros e de intimidação dos outros, naturalizando, assim, uma tecnologia da premiação e da punição. Finalmente, Foucault assinala que esse sistema de classificação/hierarquização não é fixo, pois os das últimas classes poderão se deslocar para as primeiras e vice-versa. Nenhuma das posições adquiridas deve ser considerada fixa, podendo flutuar em virtude do maior ou menor atendimento às normas e exigências estabelecidas. Para Foucault, a penalidade hierarquizante apresentava um duplo efeito: distribuir os alunos segundo as suas aptidões e exercer sobre eles uma pressão constante, para que todos se submetessem ao mesmo modelo, para que fossem obrigados, todos juntos, à subordinação, à docilidade, à atenção nos estudos e nos exercícios e à exata prática dos deveres e de todas as partes da disciplina, “para que todos se pareçam”.

Em suma, a arte de punir, no regime do poder disciplinar, não visa nem à expiação, nem mesmo exatamente à repressão. Põe em funcionamento cinco operações bem distintas: relacionar os atos, os desempenhos, os comportamentos singulares a um conjunto, que é ao mesmo tempo campo de comparação, espaço de diferenciação e princípio de uma regra a seguir. Diferenciar os indivíduos em relação uns aos outros e em função dessa regra de conjunto [...]. Medir em termos quantitativos e hierarquizar em termos de valor as capacidades, o nível, a “natureza” dos indivíduos. Fazer funcionar, através dessa medida “valorizadora”, a coação de uma conformidade a realizar. Enfim, traçar o limite que definirá a fronteira externa do anormal [...]. A penalidade perpétua que atravessa todos os pontos, e contra todos os instantes das instituições disciplina-

res, diferencia, hierarquiza, homogeneiza, exclui. Em uma palavra, ela normaliza (1991, p. 163).

Descrito nesses termos, resta saber como a instituição escolar foi representada pelos médicos sob o ponto de vista de sua face disciplinadora. Se pensaram nesse aspecto, como ele foi concebido?

Dr. Cunha, na última seção da sua tese, intitulada “Punições”, apresentava as regras que deveriam nortear a disciplina nos colégios. Para ele, “a manutenção da ordem e os sucessos da educação exigem que existão punições justas, severas e inevitáveis contra aquelles que infringirem voluntariamente as regras estabelecidas”.

Ajustados à infração cometida, rigorosamente e sempre aplicados, esses procedimentos revestiriam a pena de seu aspecto pedagógico e, por duas vias, manteriam a norma, fosse pela prevenção que buscavam obter, fosse pelo ajustamento dos infratores às regras de “normalidade”. Em seguida, o médico enumerava algumas medidas a serem adotadas:

As reprehensões em particular ou em publico, as más notas, o isolamento dos camaradas durante as refeições, as recreações, estudos e classes, a privação de algumas comidas agradáveis, a prisão e a expulsão são as penas que se devem infligir ás infracções conforme sua gravidade. Os castigos corporeos, bem que custem á humanidade e ao pudor, são todavia meios que infelizmente não dispensão certos espiritos indocéis e refractarios a todas as outras penas. Oxalá melhorada a educação da familia pelos meios, de que o governo lançará mão, deixando os meninos de ser influenciados por causas funestas estranhas ao estabelecimento, a cujo chefe se os tem confiado, achemo-nos em breve no caso de banir, como é mister, os castigos phisicos actualmente indispensaveis para combater com vantagem os vicios, de que se acha impregnada a nossa mocidade, fomentado por perniciosos exemplos, que ella a cada passo depara, o que se evitará, entre outros meios, observando-se o que temos estabelecido sobre as sahidas dos alumnos da casa de educação. Talvez a alguém pareção extemporaneas as observações, que acabamos de fazer e algumas outras feitas no decurso deste trabalho, mas este modo de ver se desvanecerá desde que se attenda á influencia poderosa, que a educação moral exerce sobre a phisica e a intellectual, e

consequentemente sobre a educação social, seu resultado final, ponto de convergencia de todos estes raios (1854).

Apesar de se estar no tempo de recuo e fim dos suplícios, castigar o corpo ainda integrava a gramática da punição prescrita pelo Dr. Cunha. Talvez aqui o suplício ainda imperasse por se tratar de uma terra enegrecida, de gente tratada como mercadoria e do trabalho escravo, onde os castigos corporais eram regra e medida, sobretudo para os integrantes dessa significativa parcela da população. No discurso do Dr. Cunha, apesar da defesa do castigo corporal, sua aplicação é restrita aos espíritos indóceis e refratários às demais penalidades por ele indicadas, como recurso extremo que, no futuro, em sua esperança e vontade anunciadas, pudesse mesmo vir a ser extinto. No entanto, vale reter as marcas da punição proposta pelo Dr. Cunha: ser justa, severa e inevitável.

Medida que, realizada nesses termos, asseguraria a retidão da formação moral, “raio” que, solidário aos da “inteligência” e do “físico”, deveriam convergir para a formação social, finalidade última do projeto de moralização.

Dr. Andrada Jr., no item intitulado “Dos castigos corporaes”, na parte em que desenvolvia o aspecto da *applicatta*,¹⁶³ tratava da questão da punição ao corpo, sendo obrigado a admitir, com pesar, a presença desse tipo de punição no interior dos colégios. Posicionando-se contrário ao emprego do suplício físico, propunha outras modalidades de punição. Assim se colocava:

Peza-nos sobremaneira que tenhamos ainda de colocar entre as *Applicata* as punições com que geralmente nos collegios se procura ainda hoje corrigir os desvios da nossa mocidade. Dizei-me, ó vós que conheceis tão pouco os sentimentos verdadeiros do coração do homem, para que do-tou-nos com o Dom da razão e da consciencia, de que nos serve o amor proprio e o remorso, senão para servir-nos de guias no escabroso caminho de nossas inclinações? Que necessidade pois teremos nós de, para corrigir o espirito, aviltar a materia, servindo-nos para a educação do homem dos mesmos incentivos que costumamos empregar para com os

¹⁶³ Conferir no item “*Applicata* – cobrir, proteger, modelar e limpar o corpo” o desenvolvimento dessa questão.

irrationaes? Não seria mais nobre e philosophico que entregassemos o nosso jovem educando aos seus juizos naturaes, que procuraríamos despertar, ao desgosto do amor proprio offendido, ao temor da publicidade de uma acção má praticada, ao remorso da consciencia? Tenho fé bastante na nobreza do coração humano para firmar que os castigos que fallão diretamente á alma, quando manejados com discernimento, têm mais subida influencia sobre a maneira de obrar, do que aquelles que só fallão á pelle e ás orelhas. Mal dos que fizerem excepção a esta regra! Para estes, todos os esforços empregados para conduzi-los a bom caminho serão malogrados (1855).

Ao sugerir a adoção das punições morais como estratégia para se obter a disciplina dos escolares, ressaltava suas vantagens em relação ao sistema de punições físicas:

O systema das punições moraes tem sobre outro duas vantagens bem manifestas. Consiste a primeira em desenvolver todos os sentimentos nobres dos nossos corações, habituando a consciencia e o amor proprio a estarem continuamente alerta, a ressentirem-se da mais ligeira aberração dos nossos deveres. A segunda deduz-se da necessidade que há de não avezarmos o espirito a mover-se cegamente pelas investigações da materia, de não fazermos depender unicamente dos sentidos a direção de nossos affectos e paixões; estes pequenos seres acostumados desde o principio a só verem no estímulo da dôr, como os animaes irrationaes, o juiz e o correctivo de suas más acções, quando aquella que o habito calleja, fenece toda a esperança de educação, e estas naturezas refractarias a todos os bons conselhos e admoestações pacificas, tomadas por alguns pedagogos como argumentos a favor do systema lictorial, são quasi sempre o triste e necessario resultado desta mesma pratica, exercida por elles ou por pais inexperientes (1855).

Assim, reafirmava o deslocamento do castigo sobre os corpos para o castigo das “almas”. Este último era apresentado como mais vantajoso porque instauraria o sentimento de uma disciplina perpétua, ao mesmo tempo que fazia o “espírito” ouvir e atender o próprio “espírito” das regras e das normas. Nessa audição ou obediência indeterminada e indefinida à norma, localizava-se, portanto, o grande benefício da adoção de um

sistema montado com base nas punições morais. Ainda no esforço de negar a validade dos castigos físicos, enumerava os efeitos negativos que o mesmo produzia:

Os efeitos que sobre a intelligencia costuma produzir o medo ou o terror implantados na apprehensiva imaginação do menino pelo procedimento barbaro e brutal de outros, são de ordinario por elles attribuidos a causas muito differentes; este sistema de querer despertar a intelligencia com os estalidos da palmatoria, com os berros estupidos e atroadores, com o continuo bater das mãos sobre a mesa e dos pés sobre os assoalhos, além de tornar o professor uma ridicula figura de comedia, tem o inconveniente de pasmar completamente as faculdades daquelles que lhe estão sujeitos, legando-lhes quiçá um habito vergonhoso, que nem sempre desaparecerá com a idade (1855).

No benefício do sistema de punição moral e no efeito negativo produzido pelo sistema de punição corporal, encontravam-se sediados os argumentos em favor do abandono do segundo e de adesão ao primeiro, tido, então, como mais eficaz no projeto de moralização das novas gerações porque, desse modo, o castigo deixaria de ser algo exclusivamente externo e suas práticas estariam seguindo um programa formulado pela e ajustado à racionalidade humana. A justiça, a severidade e a certeza do castigo, pela via do sistema de punição moral, fariam com que o sentimento do “dever” e do “cumprimento do dever” fosse efetivamente encarnado pelos indivíduos.

Já Dr. Mafra, em 1855, não deslocava a penalidade máxima para um outro ponto. Para ele, as penas que a bem da ordem e da disciplina eram indispensáveis infligir aos alunos de uma casa de educação deveriam ser muito discretamente aplicadas. A privação do recreio, segundo ele, não deveria ser empregada em qualquer ocasião e com qualquer indivíduo, embora reconhecesse que para determinados casos era um “mal higienicamente considerado”. Quanto aos castigos corporais, afirmava desejar sua abolição, inserindo-os na mesma condição da privação dos recreios: aplicáveis em situações extremas e com discrição.

A partir de 1857, a posição dos médicos se afina em favor da eliminação definitiva dos castigos físicos da economia das punições a serem empregadas nos colégios. Por exemplo, em uma das proposições de sua

tese, em 1857, Dr. Souza endossava a necessidade do fim do emprego da força física no interior dos colégios. Na terceira proposição, afirmava que “a palmatoria, e outros castigos corporaes, os gritos e brutalidades, devião ser todos prohibidos nos collegios”. Tal defesa, a rigor, reforçava a tese da necessidade de uma formação moral e, para tanto, o sistema de punições-premiações deveria integrar os dispositivos de disciplinamento a serem adotados nos colégios, pois dele adviria a boa disciplina e, por conseguinte, um indivíduo bem constituído do ponto de vista da moral.

Discutindo a eficácia dos castigos físicos, Dr. Coutinho, em 1857, ressaltava o efeito passageiro dos castigos corporais e a relevância da produção da idéia do “dever”. Fazer, então, com que cada aluno incorporasse a figura da dívida, do débito, em nome do qual agiria de modo a saldá-lo. Objetivo completamente inatingível, porque a dívida era reaberta, renovada e atualizada diariamente, fazendo com que, ao longo de cada novo dia e de todos os dias, o sentimento de obrigação moral em quitá-la permanecesse. Nesse sentido, propunha a naturalização da idéia do dever:

Os castigos corporaes não são de vantagem, e devem ser banidos dos collegios, o estímulo da dôr physica é tão duradouro como a sensação que produz: a correção moral feita com discernimento desperta a consciencia e a alma, – a idéa do dever é propria á natureza humana; cumpre aos directores estimular os sentimentos nobres da mocidade como exemplos de justiça e benevolencia, e não usem de um meio barbaro, que offende a dignidade do homem (1857).

Dr. Guimarães, ao concluir suas reflexões sobre a questão da formação moral, também abordou o tema das punições. Avaliando o seu tempo, afirmou que

já hõje não vivemos na época em que o principio da organização escholastica consistia em uma authoridade secca e inflexivel a despeito muitas vezes de inclinações contrarias; já hõje entre a maior parte das nações da Europa e da America a acção dos mestres se faz sentir de uma maneira mais dôce (1858).

Com base nesse diagnóstico, prediz o futuro e as medidas a serem adotadas no presente para fazer chegar o futuro imaginado:

Ousamos mesmo esperar para o futuro quando se comprehender os meios de fallar ao espirito e ao coração dos meninos, que não serão necessarios meios coercitivos para impôr-lhes obediencia. E se temos esta esperança para uma outra época temos tambem a convicção adquirida por nossa experiencia de que longe ainda vêm o tempo de sua realização, e portanto não se pôde admittir a suppressão das punições, que vamos propor na direcção da infancia, mas sera de certo conveniente uma redução e uma modificação mais accomodadas á dignidade humana (1858).

No entanto, reivindicava a permanência de um dos elementos do sistema dos suplícios, a palmatória, com a ressalva de que deveria ser utilizada com “a maior discrição”.

Os meios brutaes e os castigos corporaes devem ser banidos, reservando-se apenas o uso da palmatoria com a maior discrição pelos directores dos estabelecimentos. E, de feito, podemos affirmar que desgraçadamente se encontrão certos caracteres, que só attendem a voz do páo, mas facil é conceber os inconvenientes de um tal meio a disposição de professores ou de qualquer outra pessoa que se aproveitasse delle para saciar sua raiva ou cumprir sua vingança (1858).

No que se referia às prisões e privações, como o trabalho nas horas de recreação, ponderava que conviriam perfeitamente se não fossem de encontro ao fim essencial de infundir nos meninos o amor pelos lugares de estudo, e não aversão. Talvez fosse melhor, pelo contrário, privá-los momentaneamente de participar dos trabalhos escolares. Essa medida se encontrava ancorada na tese de que as más punições eram as que produziam uma humilhação grande, acarretavam o desânimo e tiravam o sentimento de auto-estima e de estima aos companheiros. Dessa forma, Dr. Guimarães defendia aquilo que Foucault designa de isomorfismo na aplicação das penas, isto é, que fossem proporcionais às infrações cometidas e às qualidades do infrator: “Para fallarmos em geral devem ser os castigos appropriados ao genero das faltas acometidas e tambem de algum modo ao character dos meninos ser rigorosamente baseados sobre o sentimento da equidade”.

Para finalizar, Dr. Guimarães lembrava que a punição deveria ser aplicada a contragosto, de modo a gerar uma obediência irrestrita, com-

portamentos exemplares e a internalização das regras. Nesse sentido, o ritual de aplicar penas não deveria ser motivo de gozo, nem de indiferença. As punições deveriam ser executadas em ambiente de tensão e de constrangimento: “Finalmente força é persuadir aos meninos que seo mestre, seo melhor amigo, inflige um castigo não por prazer cruel nem com indiferença, mas a isto constrangido com summo pezar ao qual resistirá todavia para interesse d’elles se não se corrigirem”.

Dr. Armonde, em 1874, além do ensino da religião, defendia a adoção, nas escolas, de práticas baseadas no respeito ao bom exemplo, opondo-se ao emprego dos castigos físicos. Propunha ainda que os delitos cometidos pelos alunos fossem julgados pelos próprios colegas nos chamados “jurs”, instância em que seriam aplicadas as disposições do código escolar. Essa prática, em sua opinião, terminaria “desenvolvendo o sentimento da justiça, familiarisa-os com os deveres que mais tarde terão de desempenhar na sociedade; diminuirão o numero das faltas e multas que diariamente se dão no nosso jury civil”.

Para ele,

as crianças, já condemnadas á quietação durante um dia inteiro são ainda frequentemente privadas das poucas horas de recreio em que podem exercer o movimento, respirar o ar livre, tão necessario á vida como o pão com que se nutrem. Esse genero de punição é inconveniente (1874).

Inconveniência vista sob o prisma da medicina, pois tal privação seria prejudicial ao desenvolvimento físico, aspecto a ser protegido e estimulado, e não submetido a restrições e interdições.

Dr. Armonde também registrava a desobediência à lei que protegia o corpo dos escolares, uma vez que, apesar da proibição dos “nossos regulamentos”, havia colégios em que a “ferula” se encontrava em uso, sendo que alguns, de acordo com sua denúncia, “até se excedem brutalmente na sua applicação”. O recurso para homogeneizar, padronizar, isto é, disciplinar os alunos deveria advir de outros procedimentos:

É certo que são de diversa domestica, de diverso temperamento os alumnos de um collegio: é também certo que n’isso baseão alguns a necessidade da ferula para grande numero delles; mas também é certo

que o bom educador, o que comprehende bem a dignidade e a altura de sua posição, previne, muitas vezes com uma palavra, um gesto, um olhar, muitos castigos. A vigilancia constante e sabiamente benevola, a amabilidade respeitosa de que elle se reveste, têm um poder magico na mantença da disciplina escolar. Si não possuir estas qualidades, si abandonar os educandos a si mesmos, tratando só de tomar lições e de distribuir castigos na medida das queixas; si não averiguar estas, temendo perder tempo; si, enfim, descer da altura da sua honrosa missão, usará muito frequentemente a ferula, castigo degradante, como todos os castigos physicos.

O professor deve respeitar no educando, como cousa sagrada, a dignidade de homem. Dando incremento a este sentimento, elle diminuirá os delictos e as infracções na sua escola; creará caracteres nobres, e não servis.

A grandeza das nações revela-se na elevação de seus caracteres. O castigo physico, aviltando-os, arruina a patria, senhores educadores!

Quanto aquella utilidade absurda que alguns emprestarão ao castigo corporal, e que consiste em matar a carne, a sensualidade, somos felizes em dizer que bem poucos restão ainda dessa escola maldita (1874).

A alternativa a ser adotada pelo bom educador deveria tocar e produzir as interioridades. Nesse sentido, vigiar os alunos e amar com respeito eram medidas indicadas para que se obtivesse um boa disciplina. No entanto, na escola ou nos lares, ele se sentia constrangido a admitir a presença dos castigadores. Sobre os métodos adotados por alguns pais, acentuava a crítica:

O pai será visto ainda infligindo o azorrague ao filho atado ao poste? Que se occulte bem longe das vistas dos homens, esse monstro a quem fugirão para sempre os sentimentos de amor e ternura paternaes! Assassino! Para que aniquilas o moral matando o physico daquelle que a natureza te deu para amigo? (1874).

Combatia não só as agressões fora do ambiente público, como também a filosofia de que os homens eram portadores de uma maldade natural. Para ele, era opinião “nascida em muitos espiritos” de que o homem era naturalmente mau e isso constituía outra causa para a prática dos casti-

gos físicos: “Qualquer actosinho um pouco violento praticado por um menino é attribuido á sua má indole: então elle é victima constante, e o brio desaparece algumas vezes das suas faces”.

Como alternativa à arbitrariedade e à exterioridade dos processos de punição, detalha a proposta de “jurs escolares”, metodologia de avaliação da infração e de determinação das penalidades que, de acordo com o código da escola, buscava reeditar os procedimentos do judiciário e favorecer a reflexão sobre a norma e sua conseqüente internalização. Assim, afirmava:

A formação de jurs nos collegios, fazendo que os meninos julguem os delictos dos seus collegas, applicando-lhes as disposições do codigo escolar, tem todas as vantagens e exequibilidade. Desenvolvendo o sentimento da justiça, familiarisa-os com os deveres que mais tarde terão de desempenhar na sociedade: diminuirão o numero de faltas e multas que diariamente se dão no nosso jury civil.

Havendo nesses jurs um accusador e um defensor, será um bom meio para a pratica da declamação (1874).

No seu entendimento, essa alternativa metodológica proporcionaria que os colégios fossem espaços nos quais se manifestassem o desejo e o prazer de aprender:

Quizeramos ver sempre, nos nossos collegios, a serenidade e o contentamento em todos os semblantes.

Em alguns entrámos, onde a satisfação intima dos meninos se irradiava até nós. Estavão tranquilos; suas attitudes erão polidas; não lhes notámos constrangimento. Erão entretanto em não pequeno numero.

Em quantos outros, porém, se observa o contrario! Poucos há em que metade não seja quotidianamente punida!

A vigilancia nos collegios deve consentir uma liberdade razoavel. O excessivo rigor gera a hypocrisia. O estado de terror constante dá nascimento ás nevroses, ás palpitações e a outras affecções (1874).

O controle disciplinar excessivo era, segundo ele, ainda mais prejudicial pela qualificação dos “censores”, descritos como “ignorantes”, possuidores de “baixos sentimentos” e “sempre mal retribuidos”. Tais caracte-

rísticas tornariam o censor escolar alguém completamente inabilitado para disciplinar, corrigir e educar moralmente os alunos:

É deploravel a escolha que alguns collegios fazem dos censores. Não é só a ignorancia, mas também a baixeza de sentimentos que se nota em alguns delles. Ora, a moralidade nada póde lucrar com esta ultima qualidade de taes empregados. Sempre mal retribuidos, o descontentamento em que vivem destróe a unidade de vistas que deve existir entre elles e o director (1874).

Para modificar tal quadro, propunha menos intervenção sobre a “carne” do que sobre o “coração”. Este último deveria, em sua ótica, ser o grande objetivo da formação moral. Segundo ele, para formar o “coração” não se tomavam na “nossa sociedade” sérios cuidados. O essencial era formar médicos, advogados, engenheiros; “educar o coração... Para quê? Há algum mal em ser menos egoista?”, pergunta. E responde: “Alguns pais até o aconselham de o ser. O que tem que procure prejudicar sempre aos outros em beneficio proprio? É muito bom isso... É que elle é esperto, vivo, *tem talento...*” (grifos do autor), conclui reticente, indicando o descuido com que a educação do “interior” era conduzida. E continua:

Não se olha muito para o valor de um coração bem formado; entretanto aquelle que o possuir, quantas victorias alcançará nos transes extremos da vida, vendo a elles succumbir os de máo coração!

Formemos bons corações, e evitaremos centenas de assassinatos e suicidios. O coração bem formado está a coberto da influencia das paixões e das consequencias que ellas produzem. Muitas molestias são seus immediatos effeitos. Conhece-se uma paralyisia geral progressiva ou periencephalite, os diversos grãos da loucura, cujas causas principaes são as paixões, principalmente a ambição excessiva e desregrada.

Os resultados fataes do odio, da colera, da vingança, são ainda obra dos corações mal formados. Lembrem-se disso as mães de familia e os instituidores.

Nada eleva tanto o homem acima das injustiças e ultrajes de que soe ser victima no correr da vida a mais honesta e meritoria como a boa educação do coração. É bem conhecido o modo por que se portava o grande Socrates, quando insultado por sua companheira.

Tão coberto dos desmandos da insolencia tinha elle a dignidade propria, que esta de nenhum modo se ressentia das palavras e gestos com que o pretendia offender uma mulher mal educada. Ella dava o que tinha. E elle, do alto do seu espirito philosophico, acompanhava, uma a uma, as evoluções por que ia passando o espiritosinho de sua esposa, quando irritada, sem se encolerisar.

Entretanto, Socrates fôra do numero desses a que attribuem má indole, perversidade. Pela educação do coração, conseguiu sempre evitar o abominavel e degradante pugilato entre esposos, pugilato que converte homens em fêras, e que tantas vezes se observa entre os individuos pouco bafejados pelo sopro da educação moral (1874).

No exemplo recolhido dos “archivos da historia”, indicava, de modo sucinto, o método a ser seguido. Paciência, compreensão, espírito de filósofo e crença firme de que com o sopro da educação moral seria possível disciplinar aqueles julgados como desviantes e de espírito minúsculo. Sobre esse que deveria combinar punição e premiação, pois, para Dr. Armonde, o sentimento da justiça deveria ser despertado não só no lar doméstico, como na escola. No entanto, segundo ele, muitas vezes se castigava só pela perturbação da comodidade que a criança provocava aos pais ou aos mestres. Em geral, nos nossos colégios existiriam as penas, mas faltariam as recompensas. Nesse sentido, o sistema de disciplinarização e de normalização perdia um dos traços apontados por Foucault e que Dr. Armonde procurava rever e incorporar. Isto é, para ele o sistema de punições deveria trabalhar com a polaridade da sanção-premiação, de modo a reforçar os atos de obediência e inibir os de transgressão.

Em suma, religião, boa disciplina, música, exercícios físicos e intellectuais e amor, entre outros, amalgamados, definem e conformam o modo médico de entender, patrocinar, promover e produzir indivíduos, colégio e sociedade moralmente bem constituídos. Essa me parece ser a mensagem contida nas representações que o discurso médico envia à faculdade, à corporação, às autoridades e, particularmente, às escolas. Esse é, portanto, um programa para gestar um futuro moralmente sadio.

Podemos perceber nessa repetição a presença de um discurso médico-científico que procurava normatizar a escola a partir de uma clínica médica. Desse modo, os doutores brancos, letrados e da elite prescreveram um tratamento cuidadoso e minucioso para a escola, de modo a po-

der formar um indivíduo higienizado, sem vícios. Um indivíduo normalizado e normalizador, equipado com uma nova sensibilidade.

A escola, dessa forma, foi elevada, segundo o que esse discurso parece sugerir, à condição de lugar de produção de um sujeito sadio e, por extensão, de uma sociedade curada/higienizada; em outras palavras, de uma sociedade regenerada por intermédio da organização escolar, assim inventada pelos médicos.

Escola que cria e pedagogiza a infância e a juventude nas suas múltiplas manifestações, as quais, da condição de “naturais” passam a ser tratadas como “sociais”, “históricas” ou “culturais”. Nesse sentido, busca-se humanizar as paixões e algumas manifestações da sexualidade, entre elas a abstinência sexual (o celibato), o excesso (a prostituição) e os desvios (onanismo e pederastia/homossexualismo). Nesse projeto de humanização da “natureza” do homem, formulado, patrocinado e legitimado pela higiene, os colégios deveriam ser submetidos a uma ampla reforma que recobrisse seu funcionamento de modo mais geral, descendo inclusive às práticas celulares. Do ponto de vista da moral, isso pode ser verificado na forma como os médicos representavam os desvios e o emprego dos mecanismos de prevenção, controle e ortopedia das vontades, entre os quais se inscrevem os castigos. Com isso, ao lado da higienização moral das escolas (e com ela), estaria sendo produzida e reforçada a própria idéia de família, infância, escola, cidade e sociedade.

A higiene, de sua parte, era apresentada como uma verdadeira arte, um modo de fazer o homem e a sociedade novos. Era representada como a legítima arte de civilizar, para o que articulava medicina, higiene e educação escolar; combinatória descontínua e complexa capaz de fazer emergir uma cidade e uma população higienizadas. Como visto, o saber médico-higiênico só percebia e, em certa medida, produzia Sebastianópolis enquanto representação de um passado que se queria demolir.

Considerações finais

No interior da ordem médica, gestou-se um determinado modelo de organização escolar. Isso pôde ser percebido nesta pesquisa, baseada na leitura da legislação acerca da formação médica no século XIX, das memórias históricas das instituições e de alguns personagens do campo médico, de incursões tópicas em relatórios de ministros dos Negócios do Império e de professores, relatos de viajantes estrangeiros, jornais, boletins e fontes literárias, bem como do levantamento exaustivo das teses defendidas junto à FMRJ no período referido, tendo sido este último seguido de uma dupla seleção: a primeira recortada pelo critério de uma medicina preocupada com aspectos sociais e a segunda, de uma medicina preocupada com problemas da escola e do processo de escolarização.

O projeto de educação escolar formulado no âmbito da racionalidade médico-higiênica, entretanto, ainda não havia constituído objeto de estudo sistemático por parte de pesquisadores vinculados aos campos médico e educacional, pelo menos do modo como aqui foi formulado e desenvolvido. Do ponto de vista da medicina, isso pode ser explicado por uma crescente especialização dos ramos mais técnicos do campo médico, em detrimento de uma medicina do social. Quanto ao ponto de vista pedagógico, também é possível evidenciar sua crescente especialização, que passa a criar instituições e práticas próprias de legitimação no interior do aparelho do Estado e fora dele, para as quais a atenção se volta de modo prioritário.¹ Do lado da medicina, uma espécie de abandono; do

¹ Valeria lembrar, por exemplo, os mecanismos de formação, seleção, fiscalização e organização da profissão docente, assim como o movimento associativo de caráter acadêmico ou corporativo e também a imprensa pedagógica.

lado da educação, uma espécie de reduzido reconhecimento da presença e tradição dos preceitos médico-higiênicos na modelagem do padrão de escola moderno, o que se tem dado em favor de investimentos e ações associados a outras preocupações e campos disciplinares distintos, aos quais a área educacional tem atribuído maior legitimidade, como o jurídico, o político e o religioso, por exemplo. Tais procedimentos lograram produzir uma geografia do esquecimento nos estudos de história da educação no que se refere às representações educacionais engendradas no interior da ordem médica ao longo dos anos oitocentos.

Além dessas motivações, a emergência de uma historiografia da educação panorâmica, economicista, etapista, sociologizante e centrada sobretudo nas políticas oficiais fez com que as iniciativas produzidas em campos disciplinares laterais² não se tornassem objeto da pesquisa histórica (cf. Lopes, 1989).

Ao eleger as representações médicas acerca da educação como objeto desta investigação, foi possível perceber que não é recomendável, pelo menos em se tratando do século XIX, trabalhar com fronteiras disciplinares muito rígidas, nem com esquemas interpretativos muito esquemáticos, tampouco com um único *corpus* documental, visto que esses procedimentos têm concorrido para afirmar a inexistência ou insuficiência da educação no período examinado. Diagnóstico ancorado na representação do Estado como omissor, ou justificado por uma economia dependente, ou ainda por trazer a legislação invariavelmente descrita mais como falácia do que propriamente como intervenção que objetivava maior equalização dos problemas educativos. Isto sem desprezar os possíveis arranjos a que esses discursos podem ser submetidos.

Ao trabalhar o discurso médico como *objeto e fonte* para pensar as representações que o mesmo procurou instituir acerca da educação escolar, as fronteiras disciplinares se embaralham em nome de uma ciência que se auto-representava como ciência-mãe. Os esquemas interpretativos previamente definidos se tornam insuficientes, porque o jogo que se joga no interior da corporação médica não é precisamente o jogo exclusivo – ou, em última instância, o jogo econômico. O projeto civilizatório ocidental é que define as regras desse jogo. Nele, o discurso da ciência adquire papel capital, assumindo e produzindo formas e estratégias diversas para

² Medicina, engenharia, direito, belas-artes e as diversas religiões, por exemplo.

obter legitimidade, rompendo as fronteiras das organizações médicas, abrigo-se na imprensa, na literatura, na política, na arquitetura, na economia, na urbanização e, inclusive, na esfera da religião.

Nesse jogo, a educação é multifacetada e polimorfa. Cada uma das faces e formas se liga, contudo, ao referido projeto civilizatório, pois para os higienistas era necessário formar o homem, dominando a natureza na qual se encontrava inscrito, domando a própria natureza do homem. Para dominar essa dupla natureza, nada podia escapar ao controle da ciência, de modo que suas predições pudessem ser efetivamente comprovadas. Nesse sentido, o retorno a Hipócrates se mostrava uma estratégia eficiente e feliz, porque permitia recuperar e colocar sob o domínio da medicina não apenas o corpo dos indivíduos, mas também as águas, os ares e os lugares. A razão é, como se pode perceber, ao mesmo tempo expansionista e fragmentadora. Expande-se para colocar tudo sob o domínio da razão, fragmentando tudo aquilo que sob o seu domínio é colocado, de modo a melhor constituir, conhecer e decifrar os enigmas da natureza.

No que se refere à educação escolar, a ciência-mãe, imperialista, fragmenta-a na análise dos arredores, dos interiores, do vestuário, da alimentação, dos movimentos, das excreções, dos órgãos do sentido, do desenvolvimento corporal, da formação da própria inteligência e da formação moral. Considerados todos esses aspectos, em suas múltiplas, complexas e inesperadas combinatórias, acompanhando-se os diagnósticos e as prescrições apresentadas pela ordem médica, se estaria fazendo com que o jovem país efetivamente trilhasse o caminho que o elevaria ao nível de seu tempo, conformando uma verdadeira civilização abaixo do Equador. Uma civilização que pouco ou nada diferisse daquela que, conforme era difundido, caracterizava o Velho Mundo, embora para isso algumas diferenças devessem ser consideradas, como os temperamentos, os alimentos, o clima e a topografia. Diferenças cujo respeito se encontrava justificado pela necessidade de se produzir um homem novo, um homem com interioridade, um homem com religiosidade, um homem higienizado.

Vale advertir, porém, que a complexidade do jogo não se encontra definida apenas nesses termos, pois a racionalidade médico-higiênica não deve ser compreendida nem como lugar de consenso, nem como restrita à formulação de um programa escolar.

As disputas são perceptíveis naquilo que se refere ao modelo escolar, na distribuição do tempo, rotinas, práticas, idades, classes, mecanis-

mos de controle, métodos de ensino, material e mobiliário escolar, para enumerar alguns elementos em torno dos quais o debate é articulado. Os embates observados nessa pesquisa constituem signos de uma razão inquieta, de uma racionalidade que conflita e de posições em disputa. Tensões que, ora ganham expressão em um debate de caráter mais técnico, ora se exprimem no bojo de um ambiente que favorece a discussão acerca do regime político mais adequado ao encaminhamento e resolução das referidas questões, de modo a constituir um eficaz sistema de educação nacional. Politizado com ênfase em um ou outro termo, observa-se a existência de um campo disciplinar em funcionamento – a higiene –, no qual as posições exprimem o estágio e grau de intensidade do debate travado em seu interior em torno das questões educacionais. Portanto, torna-se impróprio referir-se a uma doutrina higiênica que teria representado a educação escolar de modo integralmente uniforme. Assim sendo, a convergência na crença da educação como medida e como remédio, com vista a se instaurar uma ordem civilizada nos trópicos, por si só não deve ser tomada como indicador de homogeneidade da referida doutrina.

Na construção do modelo escolar diferenciado dos claustros e quartéis, a higiene comparece com seus princípios e fundamentos, a partir dos quais formula um conjunto detalhado de prescrições para a escola, que entendia ser necessária. Necessidade que, de sua parte, encontrava-se determinada pelo horizonte de um ambiente, cidade e população representados sob um amplo rol de adjetivos negativos. Nessa chave, a escola é alçada à condição de elemento necessário e, por vezes, suficiente para transformar os adjetivos imputados à Corte do Rio de Janeiro e a seu povo.

No minucioso projeto médico-higiênico, a localização e edificação dos prédios escolares se configuram nas preocupações iniciais, por intermédio das quais se objetiva afastar os escolares do mundo urbano, preservando-os não só das doenças, como da perniciosa ação moral que a cidade poderia exercer sobre os indivíduos em formação. A nova arquitetura, por sua vez, deveria ser revestida de um caráter pedagógico ao ser moldada para distribuir competências, hierarquias, disciplina e moral, objetivos cuja consecução não se esgota com essas medidas, tendo continuidade no acionamento de procedimentos cada vez mais específicos. Nesse sentido, cobrindo, protegendo, modelando, limpando, nutrindo, hidratando, exercitando, robustecendo, regulando a eliminação dos resíduos corporais e apurando os sentidos, a escola aí constituída materializa-

va a crença no poder indeterminado da razão, a partir do qual tudo aquilo que pudesse ser considerado da natureza humana deveria ser transformado em objeto de planejamento e intervenção racionais. No entanto, os limites da razão não se encontram circunscritos a esses aspectos. A higiene também procura submeter as faculdades do homem à sua lógica, constituindo com isso uma efetiva pedagogia das faculdades, em que o desenvolvimento do corpo, da inteligência e da moral deveria se pautar pelas prescrições consolidadas nas instituições pelos representantes da racionalidade médico-higiênica.³

Se a doutrina higiênica não deve ser entendida como um corpo homogêneo e contínuo, tampouco as representações médicas acerca da educação escolar devem ser consideradas apenas como um programa. A arquitetura, os manuais de ensino, os estabelecimentos escolares criados e dirigidos por médicos, a presença destes na direção de órgãos públicos, bem como a disseminação das referidas representações nos cursos normais⁴ e livros escolares⁵ permitem afirmar que o programa escolar codificado no ambiente médico foi irradiado para além das instituições e da comunidade médica, em seu sentido mais estreito, sendo apropriado e tendo sido transformado em práticas pedagógicas, extravasando, inclusive, dos limites espaciotemporais da Corte oitocentista e dos limites conceituais da própria higiene.⁶

Com relação aos limites espaciotemporais, os trabalhos de Carlos Sá (1925), Moncorvo Filho (1926), Miguel Couto (1927) e Afrânio Peixoto (1938), o I Congresso Brasileiro de Proteção à Infância – ocorrido no Rio de Janeiro, de 25 de agosto a 7 de setembro de 1922, por ocasião das comemorações do Centenário da Independência –, a I Conferência Nacional de Educação – ocorrida em Curitiba, em dezembro de 1927 – e os estudos mais recentes desenvolvidos por Carvalho (1997 e 1998a), Rocha

³ A respeito do deslocamento de uma pedagogia das faculdades para uma pedagogia científica, ocorrida entre o final do século XIX e início do século XX, especialmente em São Paulo, ver Carvalho, 2000.

⁴ Cf. o regulamento de criação da primeira escola normal primária da Corte (Decreto n. 7.684, de 06/03/1880).

⁵ A produção editorial de caráter didático dos médicos Abílio Cesar Borges e Joaquim José Menezes Vieira pode ser considerada como exemplar desse tipo de participação dos médicos na área da educação.

⁶ A respeito do ensino de higiene no ambiente das Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, conferir Afrânio Peixoto (1938), especialmente o volume II, pp. 275-94.

(1995) e Stephanou (1997), entre outros, atestam o transbordamento da doutrina higiênica para outros espaços e regiões, já no século XX.

Com relação à expansão conceitual da higiene, os trabalhos de Domingues (1942), Kehl (1927⁷ e 1939) e o estudo de Marques (1994) indicam que a vontade de produzir um homem novo se desdobrou nos estudos da genética humana, base então para a eugenia⁸, ciência que colocava em seu horizonte a conquista de um “tipo humano mais perfeito do que o existente”, definindo como seu objetivo “o aumento do número dos tipos humanos normais e a diminuição e o desaparecimento final dos subnormais, dos geneticamente inferiores” (Domingues, 1942, p. 33). O entendimento de que a eugenia seria um desdobramento possível da higiene é partilhado por Peixoto, ao afirmar que a eugenia é um capítulo novo que “ela começa a escrever”, por intermédio do qual se proveria a espécie humana “nos recursos de escolha dos reprodutores, na sanidade da gestação, na puericultura, na educação física, intelectual e moral, com que o homem adquirirá o esplendor de todas as suas possibilidades biológicas” (1938, p. 281).

As ramificações assinaladas indicam não só a complexidade, a continuidade e os deslocamentos do objeto aqui estudado, mas também os limites do recorte desta pesquisa, permitindo assinalar, no acento sugerido pelo foco do presente estudo, sinais que, menos do que esgotar as reflexões acerca da educação escolar nos anos oitocentos, estão a sugerir a existência de riquezas ainda pouco exploradas nos trabalhos de história da educação.

Finalmente, a combinatória entre escolarizar e civilizar, assim como a disposição da ordem médica de criar mecanismos visando efetivar o programa de higienização da escola, dos alunos, da natureza e da cidade – observadas ao longo desta investigação – me fizeram lembrar um poema de Drummond. Esse poema, intitulado “O homem; as viagens” (2002, pp. 718-9) refere-se ao sonho expansionista, à inquietação e à insatisfação do

⁷ Trata-se da tese n. 75, apresentada na I Conferência Nacional de Educação, intitulada *O problema da educação sexual: importância eugênica, falsa compreensão e preconceitos – como, quando e por quem deve ser ela ministrada*. Nessa mesma conferência, outras teses tangenciam a questão da eugenia, como a de Meira de Angelis Nicolau (*Pela perfeição da raça brasileira*), e outras tratam diretamente da higiene.

⁸ De acordo com Domingues, o termo foi cunhado por “Sir Francis Galton”, em 1883, tendo sido reforçado em 1900, após a “redescoberta” das leis de Mendel aplicadas à raça humana (1942, p. 19).

ser humano, que termina fazendo “um foguete, uma cápsula, um módulo”, tocando para outros lugares: a lua e diversos planetas: Marte, Vênus e Júpiter. Chegando em cada um, o homem “desce, pisa, planta suas bandeirolas, experimenta, coloniza, civiliza e humaniza” a nova terra, o novo mundo.

Com os resultados desta pesquisa, creio ser possível afirmar que nos oitocentos a medicina e a higiene projetaram seus “foguetes, cápsulas e módulos”, sendo que um deles foi chamado de educação escolar, do qual passava a depender a “humanização” de uma velha colônia, de uma nova Corte e de uma parte selecionada de sua gente.

Referências bibliográficas

- ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder – o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- ALENCASTRO, Luis Felipe (org.). *História da vida privada no Brasil-Império: a Corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- ALMEIDA, Manuel Antonio de. *Memórias de um sargento de milícias*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.
- ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *História da instrução pública no Brasil (1500-1889) – história e legislação*. Brasília: Editora INEP/MEC, 1989.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Poesia completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.
- ANTUNES, José L. F. *Medicina, leis e moral – pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.
- ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Tradução: Dora Flaksman. 2ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- ARIÈS, P. & BÉJIN, A. (orgs.). *Sexualidades ocidentais – contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade*. Tradução: Lygia Watanabe & Thereza Christina F. Stummer. 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- AZEVEDO, Luiz Corrêa. “Concorrerá o modo porque são dirigidas entre nós a educação e instrução da mocidade para o benéfico desenvolvimento physico e moral do homem?”. *Boletim da Academia Imperial de Medicina*. Rio de Janeiro, 1872.
- AZEVEDO SODRÉ, A. *A memória histórica do ano de 1901*. Rio de Janeiro: Typographia Bersnard Frères, 1902.
- BAKHTHIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem – problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Tradução: Michel Lahud & Yara Frateschi Vieira. 6ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1992.
- BARBOSA, Rui. *Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1983, 4 v.

- BARROS, Roque S. M. de. *A evolução do pensamento de Pereira Barreto*. São Paulo: Edusp/Grijalbo, 1967.
- _____. *A ilustração brasileira e a idéia de universidade*. São Paulo: Edusp/Convívio, 1985.
- BASTOS, M. H. C. *O discurso médico na constituição do campo educacional brasileiro no século XIX: a educação física, moral e intelectual da mocidade no Rio de Janeiro e sua influência sobre a saúde*. Porto Alegre: UFRGS/FACED, s./d.
- BENJAMIN, Walter. “Paris, capital do século XIX”. In: KOTHE, Flavio R. *Walter Benjamin*. Tradução: Flavio Kothe. 2ª edição. São Paulo: Ática, 1991.
- BEOZZO, José Oscar et al. *História da Igreja no Brasil – a Igreja no Brasil no século XIX*. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.
- BINZER, Ina. *Os meus romanos – alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*. Tradução: Alice Rossi & Luisita G. Cerqueira. 5ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1989.
- _____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. Tradução: Sergio Miceli et al. São Paulo: Edusp, 1996.
- BRASIL. *Diário Oficial do Império*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1871 (de 17 de fevereiro a 17 de março).
- BRASIL. *I Congresso Brasileiro de Protecção á Infancia*. 6º Boletim (1921-1922). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Departamento da Creança no Brasil, 1924.
- BRASIL. *Relatório do ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império (conselheiro Carlos Leôncio de Carvalho)*. Rio de Janeiro: Typografia Oficial, 1878.
- BRASIL. *Relatório do ministro dos Negócios do Império*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1879.
- CANGUILHEN, G. *O normal e o patológico*. Tradução: Maria Thereza Barrocas. 3ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.
- CARRARA, Sergio. *Tributo à Vênus – a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial e Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: EDUFRJ/Relume-Dumará, 1996.
- CARVALHO, Marta M. C. *A escola e a República*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. “Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas”. In: FREITAS, Marcos Cezar. *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez/USF, 1997.
- _____. *Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998a.
- _____. “A configuração da historiografia educacional brasileira”. In: FREITAS, Marcos C. *Historiografia brasileira em perspectiva*. Bragança Paulista/São Paulo: EDUSF/Contexto, 1998b.

- CASTELLANI FILHO, Lino. *Educação física no Brasil – a história que não se conta*. 4ª edição. Campinas: Papirus, 1994.
- CASTRO, João da Costa Lima E. *Memória histórica dos acontecimentos mais notáveis da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1892)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.
- CATANI, D. *Educadores à meia-luz*. Tese de Doutorado. São Paulo: FEUSP, 1989.
- CATANI, D. & BASTOS, Maria H. C. *Educação em revista – a imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras, 1998.
- CENTRO DE ESTUDOS EDUCAÇÃO E SOCIEDADE. *Corpo e educação*. Cadernos CEDES. Campinas, 1999.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- _____. *A invenção do cotidiano – artes de fazer*. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.
- _____. *A cultura no plural*. Tradução: Enid Abreu Dobránsky. Campinas: Papirus, 1995.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril – cortiço e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CHARTIER, Anne-Marie & HÉBRARD, Jean. *Discursos sobre a leitura (1880-1980)*. Tradução: Osvaldo Biato & Sérgio Bath. São Paulo: Ática, 1995.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural – entre práticas e representações*. Tradução: Maria M. Galhardo. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1988.
- _____. “O mundo como representação”. *Revista de Estudos Avançados da USP*, 11 (5). São Paulo: Edusp, 1991.
- _____. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora da UnB, 1994a.
- _____. “Historia y practicas culturales”. Entrevista a Roger Chartier realizada por Noemí Goldman e Leonor Arfuch. *Entrepassados*, ano V, n. 6. Buenos Aires, 1994b, pp. 133-48.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1994.
- CHAUÍ, Marilena & FRANCO, M. S. C. *Ideologia e mobilização popular*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais – medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro (1822-1930)*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- CORADINI, Odaci Luiz. “Grandes famílias e elite ‘profissional’ na medicina no Brasil”. *Manguinhos: História, Ciências, Saúde*, v. III (3). Rio de Janeiro, nov.-1996/fev.-1997, pp. 425-66.
- CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- _____. *A face e o verso – estudos sobre o homoerotismo II*. São Paulo: Escuta, 1995.

- COSTA, Maria José F.; SHENA, Denilson & SCHMIDT, Maria Auxiliadora (orgs.). "I Conferência Nacional de Educação" (Curitiba, 1927). Brasília: MEC/INEP, 1997.
- COUTO, Miguel. *No Brasil só há um problema nacional – a educação do povo*. Rio de Janeiro: Typographia do *Jornal do Commercio*, 1933.
- CRESCO, Jorge. *A história do corpo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- DAFOE, Daniel. *Robinson Crusoe*. Tradução: Paulo Bacellar. 25ª edição. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.
- DOMINGUES, Octavio. *Eugenia – seus propósitos, suas bases, seus meios (em cinco lições)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.
- DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Tradução: M. T. da Costa Albuquerque. 2ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DUARTE, Regina Horta. *Noites circenses. Espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Tradução: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- _____. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. Tradução: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- ESCOLANO, Agustín. "La arquitectura como programa. Espacio-escuela y currículo". *Historia de la educación*, v. XII-XII. Salamanca, 1993-94, pp. 97-120.
- FARIA FILHO, Luciano M. *Dos pardieiros aos palácios: forma e cultura escolar em Belo Horizonte*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP/FEUSP, 1996.
- _____. "A história da educação e os desafios das novas fontes: reflexões sobre uma trajetória de pesquisa". *História da Educação*, (2): 111-125. Pelotas: ASPHE/Fac/UFPel, set., 1997.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp/FDE, 1996.
- FÁVERO, Osmar (org.). *A educação nas constituintes brasileiras (1823-1988)*. São Paulo: Autores Associados, 1996.
- FERREIRA, Luis Otávio. *O nascimento de uma instituição científica – o periódico médico da primeira metade do século XIX*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1996.
- _____. "Os periódicos médicos e a invenção de uma agenda sanitária para o Brasil". *História, Ciências, Saúde*, v. VI (2). Rio de Janeiro, jul.-out., 1999, pp. 331-52.
- FIGUEIREDO, Betânia G. *A arte de curar e seus agentes na Província de MG no século XIX*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1998.
- _____. "Barbeiros e cirurgiões: atuação dos práticos ao longo do século XIX". *História, Ciências, Saúde*, v. VI (2). Rio de Janeiro, jul.-out., 1999, pp. 277-91.
- FONSECA, Antonio Gabriel de Paula. *Memória histórica dos acontecimentos notáveis da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1873)*. Rio de Janeiro: s./e., 1873.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução: Roberto Machado. 7ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

- _____. *Vigiar e punir – nascimento da prisão*. Tradução: Ligia M. P. Vassalo. 9ª edição. Petrópolis: Vozes, 1991.
- _____. *O nascimento da clínica*. Tradução: Roberto Machado. 4ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994.
- _____. *A ordem do discurso*. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 2ª edição. São Paulo: Loyola, 1996a.
- _____. *La vida de los hombres infames*. La Plata: Editorial Altamira, 1996b.
- _____. *O que é um autor?*. Tradução: António F. Cascais e Eduardo Cordeiro. 3ª edição. Lisboa: Veja/Stampa, 1997a.
- _____. *História da sexualidade I – a vontade de saber*. 12ª edição. Tradução: Maria Thereza C. Albuquerque. 12ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1997b.
- _____. *História da sexualidade II – o uso dos prazeres*. 8ª edição. Tradução: Maria Thereza C. Albuquerque. 8ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- _____. *História da sexualidade III – o cuidado de si*. Tradução: Maria Thereza C. Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- _____. *Les anormaux – cours au Collège de France*. 1974-1975. Paris: Seuil/Gallimard, 1999.
- FRAGO, Antonio Vinão. “Del espacio escolar y la escuela como lugar: propostas y cuestiones”. *Historia de la Educación*, v. XII (1993-94), pp. 17-74.
- FRAGOSO, Hugo. “A Igreja na formação do Estado liberal (1840-1875)”. In: BEOZZO, José (org.). *História da Igreja no Brasil*, tomo II, 3ª edição. Petrópolis: Paulinas, 1992.
- FRANÇA, Jean M. C. *Visões do Rio de Janeiro colonial – antologia de textos (1531-1800)*. Rio de Janeiro: EdUERJ/José Olympio, 1999.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos – decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*. 9ª edição. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- _____. *Casa-grande & senzala – formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 34ª edição. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- GHIRALDELLI JR., Paulo. *Educação física progressista: a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a educação física brasileira*. São Paulo: Loyola, 1991.
- GONDRA, José G. “O veículo de circulação da pedagogia oficial da República: a ‘Revista Pedagógica’”. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 78, n. 188/189/190. Brasília, jan.-dez., 1997, pp. 374-35.
- _____. “A configuração do discurso pedagógico – a contribuição da medicina”. In: FARIA FILHO, Luciano M. (org.). *Educação, modernidade e civilização*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.
- _____. “A sementeira do porvir: higiene e infância no século XIX”. *Educação e Pesquisa – Revista da Faculdade de Educação*, v. 26, n. 1. São Paulo, 2000, pp. 99-118.
- _____. “Medicina, higiene e educação escolar”. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira et al. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000a, pp. 519-550.

- _____. “Modificar com brandura e prevenir com cautela – racionalidade médica e higienização da infância”. In: FREITAS, Marcos Cezar & KUHLMANN Jr., Moysés. *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002, pp. 289-318.
- _____. “Homo hygienicus: educação, higiene e a reinvenção do homem”. *Cadernos Cedes*, v. 23, n. 59. Campinas, 2003, pp. 25-38.
- _____. “Filhos da sombra: os enjeitados como problema da ‘Higiene’ no Brasil”. In: FARIA FILHO, Luciano (org.). *A infância e sua educação – materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- GONDRA, José G. & GARCIA, Inára. “A arte de endurecer ‘miolos moles e cérebros brandos’: racionalidade médico-higiénica e a construção social da infância”. *Revista Brasileira de Educação – ANPEd*. Campinas: Autores Associados, 2004.
- GONDRA, José G. & ROCHA, Heloisa H. P. “Estratégias de higienização da organização escolar: a questão do corpo (1852-1902)”. *Revista Perspectivas*. Florianópolis, 2004.
- GOUBERT. *Initiation à une nouvelle histoire de la médecine*. Paris: Elipses, 1998.
- GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Tradução: A. J. L. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1990.
- GUIMARÃES, Pinheiro. *O ensino público*. Rio de Janeiro: Typographia do *Jornal do Commercio*, 1907.
- HAIDAR, Maria de Lourdes M. *O ensino secundário no Império brasileiro*. São Paulo: Edusp/Grijalbo, 1972.
- _____. “A educação brasileira no período imperial”. In: CARVALHO, Laerte Ramos. *Introdução ao estudo da história da educação brasileira*. IEB/USP, 1971.
- HANSEN, João. “Autor”. In: JOBIM, José Luís (org.). *Palavras da crítica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- HERSCHMANN, M. M. *Os poetas do progresso — o discurso médico e a construção do Brasil moderno (1870-1937)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993.
- HERSCHMANN, M. M. & PEREIRA, Carlos A. M. *A invenção do Brasil moderno — medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- HERSCHMANN, M. M.; KROPF, Simone & NUNES, Clarice. *Missionários do progresso — médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro (1870-1937)*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.
- HILSDORF, Maria Lucia S. *Francisco Rangel Pestana: jornalista, político, educador*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1986.
- _____. *Pensando a educação em tempos modernos*. São Paulo: Edusp, 1998.
- HIPPEAU, Celéstin. *A instrução pública nos Estados-Unidos — escolas públicas, collegios, universidades, escolas especiaes*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1871.
- HOLANDA, Sergio Buarque. *O Brasil monárquico — do Império à República*, v. V, tomo II. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.

- HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro – repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Tradução: Francisco de C. Azevedo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1997.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Trajatória política do Brasil (1500-1964)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IHGB. *A Roda* (I, II, III, IV, V e VI). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 143, tomo 89. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1924, pp. 395-422.
- KEHL, Renato. *Pais, médicos e mestres – problemas de educação e hereditariedade*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1939.
- KUHLMANN JR., Moysés. *As grandes festas didáticas: a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922)*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1996.
- KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. Tradução: Beatriz Vianna Bocira & Nelson Bocira. 4ª edição. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- LAPLANTINE, François. *Antropologia da doença*. Tradução: Walter Lelis Siqueira. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- LE GOFF, Jacques (org.). *As doenças têm história*. Tradução: Laurinda Bom. Lisboa: Terramar, 1991.
- LOBO, Francisco Bruno. *Coletânea de documentário histórico: memórias históricas de 1855 e 1856 da FMRJ*. Rio de Janeiro, 1958.
- _____. “O ensino da medicina no Rio de Janeiro”. *Revista do IHGB*. Departamento de Imprensa Nacional, v. 260. Rio de Janeiro, jul-set, 1964, pp. 1-115.
- LOCKE, John. *Quelques pensées sur l'éducation*. Tradução: Georges Compayré. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1966.
- LOPES, Eliane M. Teixeira. *Perspectivas históricas da educação*. São Paulo: Ática, 1989.
- LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Tradução: Milton da Silva Rodrigues. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1975.
- LUZ, Madel T. *Natural, racional, social: razão médica e racionalidade científica moderna*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- _____. *A arte de curar versus a ciência das doenças – história social da homeopatia no Brasil*. São Paulo: Dynamis, 1996.
- MACEDO, Joaquim Manuel. *As mulheres de mantilha – romance histórico*. Rio de Janeiro: Ediouro, s./d.
- _____. *Memórias da rua do Ouvidor*. Rio de Janeiro: Garnier, s./d.
- _____. *Os dois amores*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1966.
- _____. *Teatro completo*. 3v. MEC/SNT, 1979.
- _____. *O moço loiro*. São Paulo: Ática, 1981.
- _____. *As vítimas-algozes – quadros da escravidão*. São Paulo: Scipione/Casa de Rui Barbosa, 1991.
- _____. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garnier, s./d.
- _____. *A moreninha*. 33ª edição. São Paulo: Ática, 1998.
- MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma – medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

- MAGALHÃES, Fernando. *O centenário da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1832-1932)*. Rio de Janeiro: Typographia P. Barthel, 1932.
- MAIA, George Doyle. *Biografia de uma faculdade – história e estória da Faculdade de Medicina da Praia Vermelha*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.
- MANOEL, Ivan A. *Igreja e educação feminina – uma face do conservadorismo (1859-1919)*. São Paulo: UNESP, 1996.
- MARGOTTO, Lilian R. *Igreja Católica e educação feminina nos anos 60*. Vitória: EDUFES, 1997.
- MARQUES, Vera R. Beltrão. *A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.
- MARTINS, Antonio Felix. *Memória histórica dos acontecimentos notáveis da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1857)*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1858.
- . *Memória histórica dos principais acontecimentos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1858)*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1859.
- MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo Saquarema – a formação do Estado imperial*. Rio de Janeiro: Access, 1994.
- MELO, Victor Andrade de. “Escola Nacional de educação física e desportos: um estudo histórico, a ‘história’ de um estudo e o estudo da história”. In: NETO, A. F. (org.). *Pesquisa histórica na educação física brasileira*. Vitória: EDUFES, 1996.
- MONCORVO FILHO, Arthur. *História da proteção à infância no Brasil (1500-1922)*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paulo Pongetti, 1926.
- MOTA, Joaquim C.; LOPES, Eliane M. T. & CÓSER, Silvana M. L. “Julio Afranio Peixoto (1876-1947): ensaio biográfico”. In: HERSCHMANN, M. M. & PEIREIRA, Carlos A. M. *A invenção do Brasil moderno – medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- MURICY, Katia. *A razão cética – Machado de Assis e as questões de seu tempo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- NASCIMENTO, Alfredo. *O centenário da Academia Nacional de Medicina*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929.
- NEVES, Luiz Felipe Baêta. *O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios – colonialismo e repressão cultural*. Rio de Janeiro: Forense, 1978.
- NEVES, Margarida S. “Uma capital em trompe-l’oeil. O Rio de Janeiro, cidade-capital da República Velha”. In: MAGALDI, Alves & GONDRA, José G. *Educação no Brasil: história, cultura e política*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.
- NIETZSCHE, F. “Para além do bem e do mal”. Tradução: Rubens R. T. Filho. In: *Os pensadores – Nietzsche – obras incompletas*. São Paulo: Abril, 1978.
- . “Para a genealogia da moral”. Tradução: Rubens R. T. Filho. In: *Os pensadores – Nietzsche – obras incompletas*. São Paulo: Abril, 1978.

- NUNES, Clarice. “A instrução pública no Brasil e a libertinagem no Rio de Janeiro (uma leitura da primeira história sistematizada da educação brasileira)”. *Cadernos de Pesquisa*, n. 93. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, maio, 1995, pp. 51-9.
- . “Ensino e historiografia da educação: problematização de uma hipótese”. *Revista Brasileira de Educação*, n. 01. ANPEd, jan.-abr., 1996a, pp. 67-79.
- . “Cultura escolar, modernidade pedagógica e política educacional no espaço urbano carioca”. In: HERSCHMANN, M. M.; KROPF, Simone & NUNES, Clarice. *Missionários do progresso – médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro (1870- 1937)*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996b.
- NUNES, Clarice & CARVALHO, Marta M. Chagas. “Historiografia da educação e fontes”. *Cadernos ANPED*. Caxambu, 1992.
- OLIVEIRA, Antônio Almeida. *O ensino público*. Brasília: Senado Federal, 2003.
- PACHECO, Renato. “Assistência médica no município do Rio de Janeiro”. In: SANDERSON, Julio. *Memória da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro num século de vida*, v. I. Rio de Janeiro: RIOARTE/MEC, 1986.
- PARIS, Mary Lou. *A educação no Império: o jornal A Província de São Paulo (1875-1889)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1980.
- PATTO, Maria Helena Souza. “Teoremas e cataplasmas no Brasil monárquico: o caso da medicina social”. *Novos Estudos*, n. 44, março 1996, pp. 180-99. São Paulo: CEBRAP.
- PÉCAULT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil – entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- PEIXOTO, Afrânio. *Higiene*. 6ª edição, v. I e II. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1938.
- PEREIRA, Ana Leonor & PITTA, João Rui. “Liturgia higienista no século XIX – pistas para um estudo”. *Revista de História das Idéias*, v. 15. Portugal, 1993, pp. 437-559.
- PERTENCE, Francisco Praxedes de Andrade. *Memória histórica dos principais acontecimentos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1859)*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1860.
- RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890/1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- . *Do cabaré ao lar – a utopia da cidade disciplinar (Brasil – 1890/1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- REIS, João José. “O cotidiano da Corte no Brasil oitocentista”. In: ALENCASTRO, Luis Felipe (org.). *História da vida privada no Brasil*, v. II. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- RIBEIRO, Lourival. *O barão do Lavradio e a higiene no Rio de Janeiro*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1992.
- ROCHA, Heloisa H. P. *Imagens do analfabetismo: a educação na perspectiva do olhar médico no Brasil dos anos 20*. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 1995.

- _____. “Pedagogia da boa higiene: uma leitura do discurso médico-pedagógico nos anos 20”. *19ª Reunião Anual da ANPEd*. Caxambu, 1996.
- _____. “Um olhar sobre a cidade: a medicina e a construção da cidade saudável”. *Anais do VI Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*. Rio de Janeiro: SBHC, 1997.
- _____. “Noções de hygiene: práticas de leitura e formação docente”. *Atas do II Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*, v. I. São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 1998.
- _____. *A higienização dos costumes – educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Higiene de São Paulo (1918-1925)*. Campinas: Mercado de Letras, 2003.
- ROSEN, George. *Da polícia médica à medicina social – ensaios sobre a história da assistência médica*. Tradução: Angela Loureiro. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- _____. *Uma história da saúde pública*. Tradução: Marcos F. S. Moreira. São Paulo: UNESP/HUCITEC/ABRASCO, 1994.
- ROUSSEAU, J. –J. *Emílio ou da educação*. Tradução: Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- RUGENDAS, João Maurício. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Tradução: Sergio Milliet. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1979
- SÁ, Carlos. *A educação higienica na escola primária*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Saúde Pública, 1925.
- SALLES, Pedro. *História da medicina no Brasil*. Belo Horizonte: G. Holman, 1971.
- SANDERSON, Julio. *Memória da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro num século de vida*, v. I. Rio de Janeiro: RIOARTE/MEC, 1986.
- SANTOS, Thomaz Gomes. *Memórias históricas de 1855 e 1856*. Rio de Janeiro: Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1856.
- SANTOS FILHO, Lycurgo. *História geral da medicina brasileira*, v. I e II. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1991.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças – cientistas, instituições e a questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. *As barbas do imperador – Dom Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SILVA, Geraldo B. *A educação secundária – perspectiva histórica e teoria*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.
- SINGER, P.; CAMPOS, O. & OLIVEIRA, E. M. *Prevenir e curar – o controle social através dos serviços de saúde*. Rio de Janeiro: Forense, 1981.
- SOARES, Carmem. *Educação física – raízes européias e Brasil*. Campinas: Autores Associados, 1994.
- _____. *Imagens da educação no corpo*. Campinas: Autores Associados, 1998.
- SOARES, Luiz Carlos. *Rameiras, ilhoas, polacas... A prostituição no Rio de Janeiro do século XIX*. São Paulo: Ática, 1992.
- SOUBLIN, Jean. *D. Pedro II – o defensor perpétuo do Brasil – memórias imaginárias do último imperador*. Tradução: Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

- SOUSA, Eustáquia & VAGO, Tarcísio M. “A nova LDB: repercussões no ensino de educação física”. *Revista Presença Pedagógica*, v. 3, n. 16. Belo Horizonte, jul./ago., 1997, pp. 19-29.
- _____. “A educação física e as diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental”. *Presença Pedagógica*, v. 5, n. 26. Belo Horizonte, mar./abr., 1999, pp. 47-55.
- SPENCER, Herbert. *Da educação intellectual, moral e physica*. Lisboa: Litteraria Fluminense, 1886.
- STEPHANOU, Maria. “A formação de sujeitos higiênicos: médicos-educadores na escola profissional”. *19ª Reunião Anual da ANPED*. Caxambu, 1996.
- _____. “Práticas educativas da medicina social: os médicos se fazem educadores”. *História da Educação*, v. 1, n. 2. Pelotas: UFPel/ASPHE, set. 1997, pp. 145-68.
- _____. “Governar ensinando a governar-se: discurso médico e educação”. In: FARIA FILHO, Luciano M. (org.). *Pesquisa em História da educação: perspectivas de análise, objetos e fontes*. Belo Horizonte: HG Edições, 1999.
- TAUNAY, Afonso de E. *No Rio de Janeiro de Dom Pedro II*. Rio de Janeiro: Agir, 1947.
- TAVARES, Fausto Antonio Ramalho. *A ordem e a medida: escola e psicologia em São Paulo (1890-1930)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1996.
- UFRJ. *Catálogo de teses*, v. I. Rio de Janeiro: UFRJ, 1986.
- VAGO, Tarcísio M. “Início e fim do século XX: maneiras de fazer a educação física na escola”. *Cadernos CEDES*, n. 48. Campinas, 1999, pp. 30-51.
- _____. *Cultura escolar, cultivo de corpos: Educação Physica e Gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.
- VENTURA, Roberto. *Estilo tropical – história cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Tradução: Alda Baltar & Maria Auxiliadora Kneipp. 3ª edição. Brasília: Editora da UnB, 1995.
- VIANNA, Oliveira. *O ocaso do Império*. São Paulo: Melhoramentos, 1925.
- VIGARELLO, Georges. *O limpo e o sujo – uma história da higiene corporal*. Tradução: Monica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- VILLELA, Heloísa. “A primeira escola normal do Brasil”. In: NUNES, Clarice (org.). *O passado sempre presente*. São Paulo: Cortez, 1992.
- _____. *Da palmatória à lanterna mágica: a escola normal da Província do Rio de Janeiro entre o artesanato e a formação profissional (1868-1876)*. Tese de Doutorado. São Paulo: FEUSP, 2002.

Teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro

- ANDRADA JR., José Bonifacio Caldeira. *Esboço de uma hygiene dos collegios applicavel aos nossos; regras principaes tendentes á conservação da saude e ao desenvolvimento das*

- forças physicas e intellectuaes, segundo as quaes se devem regular os nossos collegios.* Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve, 1855.
- ARMONDE, Amaro Ferreira das Neves. *Da educação physica, intellectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro, e de sua influencia sobre a saude.* Rio de Janeiro: Typographia do Apostolo, 1874.
- BARROS, José Joaquim Ferreira Monteiro. *A mulher e sua differença do homem e sobre o regimen que deve seguir no estado de prenhez.* Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1845.
- BRITO, Severino de Sá. *Educação physica.* Rio de Janeiro: Imprensa Mont'Alverne, 1891.
- CAMARGO, Ernesto F. P. F. *Considerações médico-philosophicas sobre a influencia do estado moral na produção, marcha e tratamento das molestias e como contra-indicação ás operações cirurgicas.* Rio de Janeiro: Typographia do Diario, 1845.
- CAMILLO, Alexandre Augusto d'Almeida. *O onanismo na mulher; sua influencia sobre o physico e o moral.* Rio de Janeiro: Typographia Portella, 1886.
- CARRÃO, José Mariano de Amorim. *Algumas considerações sobre o homem nas suas diferentes idades.* Rio de Janeiro: Typographia do Archivo Medico Brasileiro, 1848.
- CARVALHO, João José. *Dissertação sobre a syphilis.* Rio de Janeiro: Typografia de R. Ogier, 1831.
- COUTINHO, Candido Teixeira de Azeredo. *Esboço de uma hygiene dos collegios applicavel aos nossos. Regras principaes tendentes á conservação da saude e ao desenvolvimento das forças physicas e intellectuaes, segundo as quaes se devem regular os nossos collegios.* Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1857.
- CRUZ JR., José de Souza Pereira. *Esboço de uma hygiene dos collegios applicavel aos nossos; regras principaes tendentes á conservação da saude e ao desenvolvimento das forças physicas e intellectuaes, segundo as quaes se devem regular os nossos collegios.* Rio de Janeiro: Typographia Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1857.
- CUNHA, Balbino Candido. *Esboço de uma hygiene dos collegios applicavel aos nossos; regras principaes tendentes á conservação da saude e ao desenvolvimento das forças physicas e intellectuaes, segundo as quaes se devem regular os nossos collegios.* Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1854.
- CUNHA, Herculano Augusto Lafsance. *A prostituição em particular na cidade do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de Francisco de Paula Brito, 1845.
- DIAS, João Duarte. *Hygiene relativa ás diversas condições sociaes.* Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1844.
- FLORES, Luiz da Silva. *Algumas proposições sobre as influencias hygienicas da temperatura atmospherica.* Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Compania, 1840.
- FONSECA, Antonio Gabriel de Paula. *Considerações medico-legaes para mostrar a importancia do corpo de delicto directo e a necessidade da reforma de nossa jurisprudencia relativamente ao peritos.* Rio de Janeiro: Typografia do Brasil de J. J. da Rocha. 1845.

- GOMES, Antonio Francisco. *Influencia da educação physica do homem*. Rio de Janeiro: Typographia Dous de Dezembro, 1852.
- GONÇALVES, Francisco de Paula Lazaro. *Que regimem será mais conveniente para a criação dos expostos da Santa Casa da Misericórdia, attentas as nossas circumstancias especiaes, a criação em commum dentro do hospicio, ou a privada em casas particulares?*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1855.
- GUIMARÃES, Antenor Augusto Ribeiro. *A hygiene dos collegios applicavel – esboço das regras principaes tendentes á conservação da saude, e ao desenvolvimento das forças physicas e intellectuaes, segundo as quaes se devem reger os nossos collegios*. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de J. M. Nunes Garcia, 1858.
- HOMEM, Joaquim Vicente de Torres. *Da desynteria*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de E. Seignot-Plancher, 1831
- JOBIM, José Martins da Cruz. *These sobre a Hydrophobia*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de E. Seignot-Plancher, 1831 (concurso para lugar de suplente da Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro).
- KUPFER, Otto Rudolpho. *O desenvolvimento do Cholera Morbus no alto mar entre os emigrantes à bordo da barca 'Francisca' durante sua viagem de Hamburgo para o Rio de Janeiro, nos mezes de outubro e dezembro de 1855*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1858.
- LEITÃO, Antonio Gonsalves d'Araujo. *Dissertação sobre a hygiene da infancia*. Rio de Janeiro: Typographia do Diario, de N. L. Vianna, 1840.
- MACEDO JR., João Alvares de Azevedo. *Da prostituição no Rio de Janeiro e da sua influêcia sobre a saude publica*. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1869.
- MACHADO, João da Matta. *Educação physica, moral e intellectual da mocidade no Rio de Janeiro e da sua influencia sobre a saúde*. Rio de Janeiro: Typographia de G. Leuzinger, 1875.
- MACHADO, Pedro Carneiro da Cruz. *Definição do infanticidio; caracteres do recém-nascido*. Rio de Janeiro: Typographia J. D. de Oliverira, 1885.
- MAFRA, Joaquim José de Oliveira. *Esboço de uma hygiene dos collegios applicavel aos nossos; regras principaes tendentes á conservação da saude e ao desenvolvimento das forças physicas e intellectuaes, segundo as quaes se devem reger os nossos collegios*. Rio de Janeiro: Typographia Dous de Dezembro, 1855.
- MASCARENHAS, Francisco José do C. M. C. *Ensaio da Bibliographia Medica do Rio de Janeiro anterior á fundação da Escola de Medicina. Resenha das obras medicas e cirurgicas impressas nesta cidade, ou publicadas fóra della, por medicos ou cirurgiões seus, antes da época mencionada*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1852.
- MEIRELLES, Joaquim Candido Soares. *De que elementos se compõe a estatística médica de uma cidade? Que regras presidem a sua composição? Façam-se à estatística médica do Rio de Janeiro algumas applicações dos principios*. Rio de Janeiro: Typographia Dous de Dezembro, 1855.

- MELLO, Joaquim Pedro. *Generalidades acerca da educação physica dos meninos*. Rio de Janeiro: Typographia de Teixeira e Companhia, 1846.
- NAEGELI, Wilhelm. *A utilidade dos exercicios gymnasticos nos paizes tropicaes*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1863.
- NASCIMENTO, Sebastião Vieira. *Breves considerações sobre os abusos da Sciencia em Geral, em particular sobre os da Medicina*. Rio de Janeiro: Typographia de João José Moreira, 1848.
- PORTUGAL, Antonio Nunes de Gouvêa. *Influencia da educação physica do homem*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1853.
- REIS, João Antonio Machado. *Do emprego da hydroterapia no tratamento das molestias chronicas*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1869.
- SOUZA, Joaquim Francisco Paula E. *Esboço de uma hygiene de collegios applicavel aos nossos; regras principaes tendentes á conservação da saude, e ao desenvolvimento das forças physicas e intellectuaes, segundo as quaes se devem regular os nossos collegios*. Rio de Janeiro: Typographia de Nº 1 Vianna & Filhos, 1857.
- SILVA, Hermogenio Pereira. *Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral, e particularmente do mercenario em relação ás condições da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia do Apostolo, 1869.
- SILVA, Joaquim José. *Da gastroenterites*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de E. Seignot-Plancher, 1831.
- TEIXEIRA, Antonio Pedro. *A puberdade em geral*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1845.
- TEIXEIRA, João Martins. *Das alianças consaguineas e de sua influencia sobre o physico, moral e intellectual do homem*. Rio de Janeiro: Typographia Academica, 1872.
- TORRES, Antonio Gonsalves de Lima. *Breves considerações sobre o physico e o moral da mulher nas diferentes phases de sua vida*. Rio de Janeiro: Typographia Brasiliense de F. M. Ferreira, 1848.
- UBATUBA, Manoel Pereira da Silva. *Algumas considerações sobre a educaçam physica*. Niterói: Typografia Commercial de E. C. dos Santos, 1845.
- VALLE, Manuel Maria de Moraes. *Algumas considerações sobre a mendicidade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia do Ostensor Brasileiro de J. J. Moreira, 1946.
- VASCONCELLOS, Carlos Rodrigues. *Hygiene Escolar – suas applicações á cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1888.
- VEIGA, Francisco Xavier. *Ensaio da Bibliographia Medica do Rio de Janeiro posterior á criação da Escola de Medicina. Resenha das obras de Medicina ou Cirurgia que se tem publicado nesta cidade ou tem sido dadas á luz em outras partes por Medicos ou Cirurgiões seus*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1851.
- VEIGA SOBRINHO, Evaristo Ferreira da. *Das condições que explicão a mortalidade das crianças na cidade do Rio de Janeiro*. Ouro Preto: Typographia da Provincia de Minas, 1886.
- VIRCIANI, Pedro José. *A hygiene da velhice*. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de Francisco de Paula Brito, 1845.

Teses da Faculdade de Medicina de Paris

- BIARD, Jacques-Auguste. *Essai sur l'hygiène des enfans pensionnaires dans les collèges*. Paris: De L'imprimerie de Didot Jeune, 1832.
- DEFERT, G. Paul. *De l'éducation au point de vue hygiénique*. Paris: Rignoux, Imprimeur de la Faculté de Médecine, 1861.
- DROIN A. *De l'éducation physique, intellectuelle et morale des jeunes filles*. Paris: De L'Imprimerie de Didot Jeune, 1836.
- LACARDONNIÈRE, L. Rosier. *Considérations physiologiques sur les dangers de quelques exercices du corps*. Paris: De L'Imprimerie de Didot le Jeune, 1822.
- LAPLACE-CHAUVAC, Joseph-Marie. *Dissertation sur quelques points de l'éducation physique et morale de l'enfant*. Paris: De L'Imprimerie de Didot le Jeune, 1813.
- LERICHE, Jules-Alphonse. *Quelques mots d'hygiène appliquée aux maisons d'éducation*. Paris: A. Parent, Imprimeur de la Faculté de Médecine, 1864.
- LONGUEVILLE, S. N. P. Langlois. *Éducation physique et morale de la jeune fille*. Paris: De L'Imprimerie de Didot le Jeune, 1819.
- PLOUVIER, Édouard-Auguste. *Institution et régleme nt d'un collège sous le point de vue sanitaire*. Paris: Imprimerie et Founderie de Rignoux, 1839.
- SAVAGET, Paul. *Nécessité d'organiser la médecine publique*. Paris: A. Parent, Imprimeur de la Faculté de Médecine, 1883.
- TAVARES, João Fernandes. *Considérations d'hygiène publique et de police médicale applicables a la ville de Rio-Janeiro*. Paris: De L'Imprimerie de Didot le Jeune, 1823.
- VITRAY, Louis Bouché. *Quelques considérations sur l'hygiène dans les maisons d'éducation*. Paris: A. Parent, Imprimeur de la Faculté de Médecine, 1874.
- WINDRIF, Édouard-Adolphe. *Essai sur l'influence des moyens religieux en médecine*. Paris: Imprimerie et Founderie de Rignoux, 1840.

Teses da Faculdade de Medicina de Montpellier

- BALSAN, Émilien. *Sur l'utilité de la gymnastique*. Montpellier: Imprimerie Firmin et Cabirou, 1875.
- BLANC, Alphonse-Louis. *Considérations medico-philosophiques sur quelques points de l'éducation des enfans*. Montpellier: Boehm & Fils, 1869.
- CAILLAT, Jules. *Essai sur l'hygiène des jeunes gens dans les établissements d'instruction publique*. Montpellier: Jean Martel Aîné, 1846.
- CHABERT, Jean-Louis. *Considérations médicales sur la crainte et les effets de cette passion sur l'économie animale*. Montpellier: Chez Jean Martel Aîné, 1809.
- CHAMPEAUX, Palasne. *Les côtes du Brésil et de la Plata – étude de pathologie et de topographie médicales*. Montpellier: Imprimerie Centrale du Midi, 1874.
- EVESQUE. Léon-Paul- Félix. *Quelques mots sur l'hygiène et l'éducation physique du premier age*. Montpellier: Typographie de Pierre Grollier, 1863.

- GACHET, Charles-Louis-Emile. *Ébauche d'un travail sur l'éducation au point de vue médical*. Montpellier: Imprimerie L. Cristin et c^o, 1858.
- GOURDON, Valentin-Charles-Henri. *De l'hygiène publique appliquée à la question de la misère*. Montpellier: Imprimerie de L. Cristin, 1847.
- HAUQUELIN, Alfred. *Considérations hygiéniques sur les écoles primaires*. Montpellier: Imprimerie Centrale du Midi, 1874.
- JOYEUX, Vital-Louis. *Considérations directes et indirectes sur quelques points de l'éducation physique des enfans*. Montpellier: De l'Imprimerie de la Veuve de Jean Martel Ainé, 1798.
- LALLEMAND, Paul-Joseph. *Essai sur l'histoire de l'éducation dans l'ancien oratoire en France*. Montpellier: s./e., 1888.
- LAUTARET, Marc-Antoine. *Quelques considérations générales sur l'éducation physique des enfans*. Montpellier: De l'Imprimerie de J. G. Tournel Neveu, 1802.
- PALOQUE, Aimé. *De l'éducation physique de la jeunesse*. Montpellier: Jean Martel Ané, 1863.
- PEREIRA, Amaro Baptista. *Essay sur l'érysipèle chronique qui regne d'une manière endémique a Rio de Janeiro*. Montpellier: Chez Jean Martel Ainé, 1809.
- RODRIGUES, Pierre-Paul. *Considérations générales sur la phthisie pulmonaire*. Montpellier: Imprimerie de Mme. Vc. Ricard, 1840.
- SAVY, A. Pascal. *Réflexions sur la gymnastique*. Montpellier: Chez Coucourdan, 1808.
- THOMAS, M. G. Hippolyte *Quelques mots sur l'éducation de la femme*. Montpellier: Imprimerie de X. Jullien, 1846.

Legislação

- BRASIL. Carta de Lei de 25 de março de 1824 – constituição política do Imperio do Brasil. In: *Coleção de Leis do Brasil – CLB*. Rio de Janeiro: Typografia Oficial, 1824.
- BRASIL. Decreto de 15 de outubro de 1827. In: *Coleção de Leis do Brasil – CLB*. Rio de Janeiro: Typografia Oficial, 1827.
- BRASIL. Decreto de 15 de Janeiro de 1830. In: *Coleção de Leis do Brasil – CLB*. Rio de Janeiro: Typografia Oficial, 1830.
- BRASIL. Decreto de 03 de outubro de 1832. In: *Coleção de Leis do Brasil – CLB*. Rio de Janeiro: Typografia Oficial, 1832 (reproduzido em Lobo, 1964).
- BRASIL. Decreto n. 127 de 06 de março de 1837. In: *Coleção de Leis do Brasil – CLB*. Rio de Janeiro: Typografia Oficial, 1837.
- BRASIL. Decreto n. 1.387 de 28 de abril de 1854. In: *Coleção de Leis do Brasil – CLB*. Rio de Janeiro: Typografia Oficial, 1854.
- BRASIL. Decreto n. 1.764 de 14 de maio de 1856. In: *Coleção de Leis do Brasil – CLB*. Rio de Janeiro: Typografia Oficial, 1856.
- BRASIL. Decreto n. 7.684 de 06 de março de 1880. In: *Coleção de Leis do Brasil – CLB*. Rio de Janeiro: Typografia Oficial, 1880.

- BRASIL. Decreto n. 9.311 de 25 de outubro de 1884. In: *Coleção de Leis do Brasil – CLB*. Rio de Janeiro: Typografia Oficial, 1884.
- BRASIL. Lei n. 16 de 12 de agosto de 1834 – Faz algumas alterações e adições á Constituição Política do Imperio, nos termos da Lei de 12 de outubro de 1832. In: *Coleção de Leis do Brasil – CLB*. Rio de Janeiro: Typografia Oficial, 1832.
- BRASIL. Lei n. 3.229 de 03 de setembro de 1884. In: *Coleção de Leis do Brasil – CLB*. Rio de Janeiro: Typografia Oficial, 1884.
- BRASIL. Lei n. 3.396 de 24 de novembro de 1888. In: *Coleção de Leis do Brasil – CLB*. Rio de Janeiro: Typografia Oficial, 1884.

Апexos



Anexo 1

Lista das teses médicas de caráter social sustentadas na FMRJ entre 1831 e 1900, com seus respectivos autores.

Ano	Título ¹	Autor
1836	<i>As paixões. E affectos d'alma em geral, e em particular sobre o amor, amizade, gratidão e amor a pátria.</i>	Jaime Manoel Ignacio de Figueiredo
1837	<i>Considerações gerais sobre a alienação mental</i>	Antonio Luiz da Silva Peixoto
	<i>Algumas proposições em medicina</i>	José Maria de Noronha Feital
	<i>Acerca do infanticídio</i>	Antonio José Pereira das Neves
	<i>A influência dos alimentos e bebidas sobre a moral do homem</i>	Alexandre de Rosário
1840	<i>Hygiene da Infancia</i>	Antonio Gonsalves d'Araujo
	<i>A febre em geral e as perniciosas em particular...</i>	Luiz d'Almeida Brandão
	<i>Alguns pontos da nossa legislação criminal...</i>	João Baptista Correia
	<i>Acerca da menstruação, seguida de regras hygienicas relativas as mulheres menstruadas...</i>	João de Oliveira Fausto
	<i>A reprodução...</i>	José Servio Ferreira
	<i>A hysteria...</i>	Rodrigo José Gonsalves
1846	<i>Acerca da educação physica dos meninos...</i>	Joaquim Pedro de Mello
	<i>Os diferentes ramos da medicina...</i>	Frederico João Ormerod
	<i>Sobre a influencia perniciosa das inhumações praticadas intra muros; precedidas de um epitome historico relativo a materia...</i>	José Pereira Passos
	<i>Os signaes pelos quaes se pode differençar a morte real da morte aparente...</i>	Affonso Antonio Portugal
	<i>A medicina em geral...</i>	Ricardo Raymundo de N. Safsetti
	<i>A solidão...</i>	Joze Pinto Ribeiro de Sampaio
	<i>A mendicidade no Rio de Janeiro...</i>	Manoel Maria de Moraes e Valle
1847	<i>As sciencias medicas...</i>	Abilio Cezar Borges
	<i>Algumas generalidades a respeito da alienação mental...</i>	Agostinho José da Costa Figueiredo
	<i>A febre amarella...</i>	Bernardo José de Figueiredo
	<i>Alguns pontos da sciencia medica...</i>	José Antonio de Freitas
	<i>A hygiene dos escravos</i>	David Gomes Jardim
	<i>Breves considerações sobre as vantagens de aleitamento maternal...</i>	Zeferino Justino da Silva Meirelles
	<i>Algumas reflexões sobre a sede das molestias...</i>	Saturnino de Souza e Oliveira Jr.
	<i>Diferentes ramos da sciencia medica...</i>	João Izidoro de Souza
	<i>Mulher e matrimonio medicamentos considerados</i>	Luiz Vianna d'Almeida Valle
1848	<i>A medicina em geral...</i>	Antonio Gomes Guerra de Aguiar
	<i>Algumas considerações sobre o homem nas sua diferentes idades...</i>	José Mariano de Amorim Carrão

¹ A partir deste ponto, serão usadas as siglas SA (sciencias accessorias), SM (sciencias medicas) e SC (sciencias cirurgicas).

	<i>Considerações sobre o amor...</i>	Jose Luiz da Costa
	<i>Amamentação materna é quasi sempre possível...</i>	José Henrique de Medeiros
	<i>Proposições sobre as sciencias medicas...</i>	Roberto Calheiros de Mello
	<i>Algumas considerações hygienicas e medico-legais sobre o casamento e seus casos de nullidade...</i>	Laurindo Marques de Attaide Moncorvo
	<i>Breves considerações sobre os abusos da sciencia em geral e em particular sobre os da medicina...</i>	Sebastião Vieira do Nascimento
	<i>A histeria...</i>	Antonio Martins Pinheiro
	<i>Acerca da origem da vida...</i>	Augusto Thiago Pinto
	<i>Theses medicas...</i>	Manoel Alves Ferreira Prado
	<i>Algumas considerações sobre a energia e tenacidade vitaes dos corpos organisados, e principalmente do homem...</i>	Manoel da Silveira Rodrigues
	<i>Algumas considerações acerca da influencia da geração no apparecimento das molestias</i>	José Correa da Silva Sampaio
	<i>O physico e o moral da mulher nas diferentes phases de sua vida...</i>	Antonio Gonsalves de Lima Torres
1850	<i>SM (Quaes os lugares da cidade do Rio de Janeiro e seus arrabaldes são mais favoraveis à saude? Quaes os mais insalubres? ...)</i>	Fortunato Corrêa de Azevedo
	<i>Sobre os tres pontos de sciencias accessorias, medicas e chirurgicas...</i>	Baptista de Jesus Brasiel
	<i>Tres theses em sciencias accessorias, chirurgicas e medicas...</i>	Antonio Fortunato de Brito
	<i>SA (Análise chimica do leite da mulher comparado com o dos outros animaes, determinar por meio d'essa comparação qual delles melhor convém as crianças recém-nascidas...)</i>	Thomaz Lourenço Carvalho de Campos
	<i>Quaes os trabalhos da antiga sociedade e nova Academia imperial do RJ para o progresso da medicina pratica...</i>	Domiciano Matheus Monteiro de Castro
	<i>SC (Determinar os ferimentos por arma de fogo que reclamão imperiosamente a amputação...)</i>	José Francisco Diogo
	<i>SA (Deve haver leis repressivas ao charlatanismo ou convem que o exercicio da medicina seja inteiramente livre?)</i>	Antonio Marcolino Fragozo
	<i>Alienação mental considerado debaixo do ponto de vista medico-legal</i>	Francisco Galvão da Costa França
	<i>Proposições de alguns ramos das sciencias medicas</i>	Euzebio Benjamim d'Araujo Goes
	<i>Alguns generos de asphyxia debaixo do ponto de vista médico-legal</i>	Geruzio Pinto Candido Lara e Goes
	<i>Qual é a composição chimica da carne de vacca, de carneiro e de porco? Que differença chimica existe entre ellas, e qual é a preferivel para a alimentação?</i>	João Venencio Alves de Macedo
	<i>Das fabricas de charutos e rapé da capital e seus arrabaldes...</i>	José do Nascimento Garcia de Mendonça

	<i>Quaes os trabalhos da antiga sociedade e nova Academia imperial do RJ para o progresso da medicina pratica...</i>	José Francisco Netto
	<i>These tendo por objectivo o desenvolvimento de tres pontos dados pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro</i>	Manoel Esteves Ottoni
	<i>Quaes são as causas de morte subita, e qual deve ser a nossa legislação relativa aos mortos. Sobre o regimem das classes abastadas da cidade do RJ, em seos alimentos e bebidas....</i>	Joze Luciano Pereira Jr.
	<i>SM (Hygiene de pelle no RJ: vestuario e banhos. Estudo especial dos banhos em relação a esta cidade; quaes os habitos e costumes da população? Qual sua influencia sobre a saude publica? Que direção se lhes deve dar?)</i>	José Marques de Sá
	<i>Algumas proposições sobre diversas espécies de asphyxia consideradas debaixo do ponto de vista medico-legal; e sobre algumas questões relativas às feridas por armas de fogo...</i>	Eduardo Ernesto Pereira da Silva
1851	<i>Quaes as condições para que a agua seja potavel?</i>	José Antonio do Valle Caldre e Fião
	<i>Indicar o tratamento da febre amarella em seus diferentes periodos, e os cuidados que se devem dar aos convalescentes...</i>	Pedro Betm Paes Leme
	<i>Quando a medicina expectante será preferida à medicina activa?</i>	Eduardo Jorge de Miranda
	<i>Amputações em geral</i>	Joaquim dos Remedios Monteiro
	<i>Estudo especial dos banhos em relação aos habitantes desta cidade; quaes os habitos e costumes da população? Qual sua influencia sobre a saude publica? Que direção se lhes deve dar?...</i>	Eugenio Carlos de Paiva
	<i>Sciencias accessorias (da alienação mental considerada debaixo do ponto de vista medico)</i>	João Nogueira Penido
	<i>These tendo por objecto o desenvolvimento de tres pontos dados pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro</i>	Luiz Augusto Pinto
	<i>Diversas espécies de asphyxia consideradas debaixo do ponto de vista medico-legal</i>	Francisco Ferreira de Siqueira
	<i>Do regimem das classes pobres, e dos escravos na cidade do RJ em seus alimentos e bebidas. Qual a influencia desse regimem sobre a saude?...</i>	Antonio José de Souza
	<i>Ensaio da bibliografia médica do RJ posterior á criação da Escola de Medicina. Resenha das obras mais importantes de Medicina ou Cirurgia que se tem publicado nessa cidade ou tem sido dadas á luz em outras partes por medicos ou cirugiões seus... A composição do ar atmospherico tem sido a mesma em todas as épocas do mundo?</i>	Francisco Xavier da Veiga

	<i>No caso negativo, que alteração terá sofrido e porque? Indicar a fonte de onde provêm os elementos do ar.</i>	Francisco Antonio Vieira
1852	<i>SM (Da temperatura atmospherica da cidade do Rio de Janeiro, das leis que ahi seguem as variações de temperatura. Das molestias, para que, segundo nol-o mostra a observação local, está predisposta a população desta cidade, em razão de sua temperatura, já isolada...)</i>	Dionizio Ignacio Aleixo
	<i>Das diversas espécies d'asphixia consideradas debaixo do ponto de vista medico-legal</i>	José Rufino Soares de Almeida
	<i>Considerações geraes sobre a topographia phisico-medica da cidade do Rio de Janeiro</i>	Francisco Lopes de Oliveira Araujo ²
	<i>Algumas proposições sobre os envenenamentos produzidos pelas emanações e miasmas ...</i>	Laurian Etienne Bidault
	<i>SM (Dos alimentos)</i>	Domingos de Lima Ferreira de Brito
	<i>Algumas palavras sobre as molestias epidemicas em geral...</i>	A. I H. Chomet
	<i>Como se deve proceder a uma autopsia juridica? ...</i>	Manuel Thomaz Coelho
	<i>SM (De que maneira se poderá distinguir a febre amarella de outra qualquer? ...</i> <i>SC (Do contagio das molestias syphiliticas...)</i>	Roque Antonio Cordeiro
	<i>Das aguas potaveis que abastecem a cidade do RJ, e seus arrabaldes. Quaes suas qualidades à nascenç, quaes as que apreentam no consumo? A que causas são devidas as diferenças?...</i>	José Maria Lopes da Costa
	<i>SA (Da atmospheria: de suas acções mechanicas e physicas, que no estado physiologico, quer pathologico dos seres viventes...)</i>	José Ferreira da Cunha
	<i>Quaes os lugares que na cidade do RJ e seus arrabaldes são mais favoraveis á saude? Quaes os mais insalubres? A que causa é devida essa diferença de salubridade?</i>	Carlos Ferreira de Souza Fernandes
	<i>SM (Ques acções exercem sobre a saude publica da capital suas condições de localidade?)</i>	Garcia Neves de Macedo Forjaz
	<i>Expor o modo porque se procede entre nós o auto de corpo de delicto, quaes os seus defeitos; e quaes as regras que devem presidir a redacção de um relatório.</i>	Joaquim de Oliveira Garcia
	<i>Das fabricas de velas de sebo e das de sabões, do RJ, que influencia tem exercido sobre a saude de seus empregados e visinhos</i>	Joaquim Floriano de Godoy Jr.
<i>Influencia da educação physica do homem</i>	Antonio Francisco Gomes	

² Concurso à cadeira de lente substituto de SM da Escola de Medicina do RJ.

<i>Existe chimicamente fallando differença entre o ar do campo e o da cidade?...</i>	Carlos Thomaz de Magalhães Gomes
<i>SM (Os morros do Castelo e Santo Antonio são uteis ou nocivos á saude publica?..)</i>	Domingos Martins Guerra
<i>Que relações existem entre a chimica e os diferentes ramos que compoem a sciencia medica?</i>	Carlos Antunes Hudson
<i>SA (Qual é a marcha da putrefação n'agua doce, e na salgada, em diversas temperaturas, com estagnação ou renovação do liquido?)</i>	Francisco Corrêa Leal
<i>Idem</i>	Manoel Teixeira de Souza Leite Jr.
<i>Quaes as causas da morte subita, qual é, e qual deve ser nossa legislação relativa aos mortos?</i> Ensaio da bibliografia médica do RJ anterior á fundação da Escola de Medicina. Resenha das obras medicas e cirurgicaa impressas nesta cidade ou publicadas fora della, por medicos ou cirugiões seus, antes da epoca mencionada...	Francisco José do Canto e Mello Castro Mascarenhas
<i>Alienação mental debaixo do ponto de vista medico-legal</i>	Manoel Antonio Dias de C. Monteiro
<i>SM (Que influencia tem tido sobre a saude publica da Capital, os banhos de que usa sua população? Convém por ventura conservar a respeito delles o uso estabelecido, ou modifica-lo?)</i>	Manoel Pinto da Motta
<i>Do infanticidio, expondo-se, do modo mais resumido, todas as questões que lhe são relativas e sua solução.</i>	Luciano Augusto de Oliveira
<i>Alimentação das classes pobres do RJ; molestia que mais comumente entre ellas grassão e relação de causalidade entre os alimentos e as molestias.</i>	Francisco F. Padilha
<i>Deve haver leis repressivas do charlatanismo medico, ou convem que o exercicio da medicina seja inteiramente livre?</i>	João Monteiro Peixoto
<i>SM (Febre amarella)</i>	Jeronimo Pacheco Pereira
<i>Dos corpos de delicto sobre ferimento; Do regimem das classes abastadas do RJ, em seus alimentos e bebidas. Mudanças que nelle se tem operado nos ultimos 40 annos. Effeitos do regimem antigo, influencia do actual...</i>	José Maria Rodrigues Regadas ³
<i>Do infanticidio. Tratamento da febre amarella.</i>	Luiz Pinheiro de Sequeira
<i>SM (Que molestias predominão sobre os que se empregão nas fabricas de tabaco e charutos estabelecidas na cidade do RJ? ...)</i>	Antonio do Nascimento Silva
<i>SA (Dos corpos de delicto sobre ferimentos. Como se deve entender os artigos 194 e 195 do código criminal?..)</i>	José Teixeira de Souza

³ Tese da FMRJ, encadernada no volume 34 das teses da Bahia.

	<i>SA (Expôr o modo porque se procede entre nos o auto de corpo de delicto...)</i>	José Corrêa Vallin
	<i>Idem</i>	Francisco José Vieira
	<i>Água do mar, usos physiologico e therapeuticos...</i>	José Luiz Vieira
1853	<i>SM (Dos alimentos)</i>	José Antonio de Andrade
	<i>SA (Expor o modo porque se procede entre nós o auto de corpo de delicto...)</i>	Marcolino José Avena
	<i>Que molestias predominam sobre os que se empregam nas fabricas de tabaco e charutos estabelecidos no RJ?...)</i>	Antonio Alves do Banho
	<i>Sciencias Accessorias (Do infanticidio)</i>	Manoel Gomes Bitencourt
	<i>SC (Existe, chimicamente fallando, differença entre o ar do campo e o da cidade? Por que razão aquelle é preferivel a este?)</i>	Virgilio Augusto Pinto Coelho da Cunha
	<i>Os morros do Castello e Santo Antonio são uteis ou nocivos à saude publica? Durante o desmoronamento desses morros correria ella algum perigo?</i>	Lôpo de Albuquerque Diniz
	<i>Que acções exercem sobre a saude publica da capital suas condições de localidade?/ Da alienação mental do ponto de vista médico-legal...</i>	Candido José Coutinho da Fonseca
	<i>SM (Que influencia tem tido sobre a saude publica da Capital os banhos, de que usa a sua população? Convém por ventura conservar a respeito d'elles o uso estabelecido, ou modificá-lo?)</i>	Antonio José de Souza Gomes
	<i>Dissertação sobre a febre amarella</i>	Jl. Gornet
	<i>Deve haver leis repressivas do charlatanismo, ou convém que o exercicio da Medicina seja inteiramente livre?</i>	Joaquim Alves Pinto Guedes Jr.
	<i>SM (Das fabricas de velas de sebo, e das de sabões do RJ; que influencia tem exercido na saude de seus empregados e vizinhos? Que regras higienicas se devem nellas seguir?)</i>	Francisco de Assis Barboza Lage
	<i>Dos pantanos existentes no RJ e em seus arrabaldes; qual a influencia que exercem sobre os habitantes de suas immedicações, segundo provão factos de observação local?</i>	Francisco de Paula Pereira Lagoa
	<i>Qual o regimen alimentar das classes pobres do RJ? Que molestias mais commumente grassão entre ellas? Que relações de causalidade se encontrão entre esse regimen e molestias?</i>	Francisco Fernandes Padilha
	<i>Systema de valla n'esta cidade: quaes seus vicios? e como devem ser melhorados?</i>	Francisco Ferreira de Assis Pinto
	<i>SM (De que maneira se poderá distinguir a febre amarella de outra qualquer? Propagar-se-ha por contagio? Quaes as condições para que ella tenha lugar? Caso se responda pela affirmativa...)</i>	Antonio Fernandes Pereira Portugal
<i>Influência da educação physica do homem</i>	Antonio Nunes de Gouvêa Portugal	

	<i>Da temperatura atmospherica da cidade do RJ; das leis que seguem ahi as variações de temperatura: quaes as molestias para que (segundo no-lo mostra a observação local) é predisposta a população desta cidade pela acção de sua temperatura já isolada, já em combinação com a dos outros modificadores que a acompanhão...</i>	José Joaquim da Silva
	<i>Alguma observações sobre a estatística sanitaria dos escravos em fazendas de café...</i>	Reinhold Teuscher ⁴
	<i>SA (Tratamento da febre amarella)</i>	Pedro Jordão da Silva Vargas
1854	<i>SM (Que influencia tem produzido a mudança do matadouro de S. Luzia para S. Cristovão sobre a salubridades d'estes lugares, precedida da exposição da acção que sobre seos empregados exerce tal profissão.)</i>	Antonio Luiz Barbosa da Cunha
	<i>SM (Esboço de uma hygiene dos collegios applicavel aos nossos; regras tendentes á conservação e ao desenvolvimento das forças physicas e intellectuaes, segundo as quaes se devem regular os nossos collegios.)</i>	Balbino Candido da Cunha
	<i>SC (D'atmosfera)</i>	Ignacio José Garcia
	<i>SM (O que convirá mais á saude publica: canalisar ou dessecar os pantanos do Aterrado?)</i>	Pedro Henrique Kleinfelder
	<i>SM (Que regras devem dirigir o uso das bebidas fermentadas e distiladas na cidade do RJ, attentas as circumstancias do clima, da heterogeneidade da população, diversidade das profissões e regimem alimentar das diversas classes.)</i>	Joaquim Ferreira dos Santos Lima
	<i>SM (Dos pantanos do Aterrado; sua influencia sobre a saude dos visinhos provada pela observação dospraticos.)</i>	Geraldo Luiz da Motta
	<i>SA (Existe, chemicamente fallando, diferença entre o ar do campo e o da cidade? Por que razão aquelle é preferivel a este?)</i>	Joaquim Carlos da Roza
	<i>De que elementos se compõe a estatística medica de uma localidade? Que regras presidem á sua composição? Fação-se ã estatística medica do RJ algumas applicações dos principios...</i>	Luiz José da Silva
	<i>SM (Esboço da estatística medica de um dos arbaldes da cidade do RJ.)</i>	Ernesto Augusto de Araujo Viana
1855	<i>Esboço de uma hygiene dos collegios applicavel aos nossos...</i>	José Bonifacio C. de Andrada Jr.

⁴ Tese de verificação de diploma.

	<i>SM (Que regimem será mais conveniente para a criação dos expostos da Santa Casa da Misericórdia, attentas as nossas circumstancias especiaes, a criação em comum dentro do Hospicio, ou a privada em casas particulares? Na primeira hypothese, o que mais conviria: amamenta-las com o leite das amas que se podem alugar hoje, ou com o de cabra, ovelha ou vacca?)</i>	Francisco de Paula Lazaro Gonçalves
	<i>Algumas proposições sobre os diferentes ramos do ensino medico...</i>	João Joaquim Gouvêa ⁵
	<i>Esboço de uma hygiene de collegios, applicavel aos nossos...</i>	Joaquim José de Oliveira Mafra
	<i>De que elementos se compõe a estatistica medica de uma cidade? Que regras presidem a sua composição? Façam-se à estatistica medica do RJ algumas applicações dos principios.</i>	Saturnino Soares Meirelles
	<i>SM (Que regimem será mais conveniente para a criação dos expostos da Snata Casa da Misericórdia, attentas as nossas circumstancias especiaes, a criação em comum dentro do Hospicio, ou a privada em casas particulares?...)</i>	Manoel Velloso Paranhos Pederneira
	<i>Das febres intermitentes...</i>	José Rodrigues de Oliveira Vereza
1856	<i>SA (Das offensas physicas em geral. Interpretação e analyse da nossa legislação criminal relativa aos ferimentos e outras offensas physicas)</i>	José Torres de Albuquerque
	<i>SA (Do ar atmospherico, sua composição, e modo de o analysar)</i>	Estevão C. de Albuquerque Jr.
	<i>SA (Chimica – ar atmospherico, sua composição e modo de o analysar)</i>	Hermenegildo Rodrigues de Alvarenga
	<i>SA (Do ar atmospherico, sua composição, e modo de o analysar)</i>	Antonio d'Alba Corrêa de Carvalho
	<i>SA (Das offensas physicas em geral)</i>	Adolfo B. de Menezes Cavalcanti
	<i>SM (Dos pantanos do Aterrado: sua influencia sobre a saude dos visinhos, provada pela observação dos practicos.)</i>	Francisco Pinheiro Guimarães
	<i>Quaes os signaes distinctivos da morte real?</i>	João Francisco Correa Leal
	<i>Proposições sobre os diversos ramos de sciencias do curso de medicina</i>	José Thomaz de Lima
	<i>Da morte real e aparente. Dos enterramentos precipitados. Analyse das disposições regulamentares policiaes a respeito</i>	Henrique Cesar Muzzio
1857	<i>SA (Do ar atmospherico...)</i>	Thomaz Baptista Pinto d'Almeida
	<i>Algumas proposições sobre as sciencias de que se compõe o ensino médico.</i>	Lucas Antonio de Oliveira Cata-Preta ⁶

⁵ Lente opositor da Secção de Sciencias Accessorias.

⁶ Substituto da Secção de Sciencias Cirurgicas.

	<i>SM – Pathologia interna (Qual é a alteração organica que se dá no hysterismo, e consequentemente qual será o tratamento conveniente?)</i>	Martin Leocadio Cordeiro
	<i>SM (Esboço de uma hygiene dos collegios applicavel aos nossos...)</i> <i>SA (Do ar atmosferico...)</i>	Candido Teixeira de Azeredo Coutinho
	<i>SM (Esboço de uma hygiene dos collegios applicavel aos nossos...)</i>	José de Souza Perreira da Cruz Jr.
	<i>SA (Do ar atmosferico...)</i>	Luiz da Fonseca e Moraes Galvão
	<i>SM (Que regimem será mais conveniente á criação dos espostos da SCM...)</i>	Luiz Delfino dos Santos
	<i>SA (Morte real e morte aparente...)</i> <i>SM (Esboço de uma hygiene de collegios applicavel aos nossos)</i>	Joaquim Francisco de Paula Souza
	<i>SA (Do ar atmosferico...)</i>	Manoel Alves Tojal
	<i>1. Do ar atmosferico...</i> <i>3. O que mais convirá a saude publica, dessecar ou canalisar os pantanos do Aterrado?</i>	José Lobo Vianna
1858	<i>SA (Chimica – Do ar atmosferico...)</i>	Francisco José Coelho d'Almeida
	<i>SG Partos (Das modificações que a prenhez pode occasionar na intelligencia e no moral da mulher.)</i>	Anastacio Luiz do Bomsucesso
	<i>Dissertação sobre a hygiene dos collegios...</i>	Antemor Augusto Ribeiro Guimarães
	<i>SM (Qual o melhor tratamento da febre amarella?)</i>	Francisco de Assis A. Guimarães
	<i>SA (Tratar da morte real ou aparente. Dos enterramentos precipitados)</i>	Manoel da Gama Lobo
	<i>SM (Alterações das faculdades intellectuaes)</i>	Augusto José Pereira das Neves
	<i>Proposições sobre todas as sciencias que compõem o curso de Medicina da Faculdade do RJ...</i>	Antonio Ferreira Pinto ⁷
	<i>SG Partos (Das modificações que a prenhez pode occasionar na intelligencia e no moral da mulher.)</i>	Luiz Miguel Quadros
	<i>SM (Qual o melhor tratamento da febre amarela?)</i>	Augusto Candido F. de Bustamante Sá
	<i>SA (Historia resumida do infanticidio)</i>	Vicente Candido Figueira de Saboia
	<i>SA – Chimica (ar atmosferico)</i>	
	<i>SM – Pathologia geral (Alterações das faculdades intellectuaes)</i>	Francisco Augusto dos Santos
	<i>SA – Do ar atmosferico</i>	Francisco Nicoláo dos Santos
	<i>SA – Tratar da morte real e da morte aparente.</i> <i>SM – Que regimem será mais conveniente para criação dos expostos da Santa Casa de Misericordia...</i>	José Vieira dos Santos
	<i>SA – Cadeira de Medicina Legal (Tratar da morte real e da morte aparente...)</i>	Alfredo Camillo Valdetaro

⁷ Substituto da Secção de Sciencias Medicas.

1859	SA (<i>Ar atmosferico</i>)	Antonio Francisco dos Santos Abreu
	SA (<i>Da morte real e da morte aparente</i>) SM (<i>Febre amarella</i>)	Luiz Gomes Ribeiro Avellar
	SM (<i>Febre amarella</i>)	Manoel Honorato Peixoto Azevedo
	SA (<i>Da morte real e da morte aparente...</i>)	João Ribeiro de Brito
	SM (<i>Febre amarella</i>) SA (<i>Ar atmosferico</i>)	Manoel da Costa Camorim
	SA (<i>Da morte real e da morte aparente...</i>)	Irinêo Brasileiro de Carvalho e Silva
	<i>Algumas proposições sobre as sciencias de que se compõem o curso medico</i>	Antonio Corrêa de Souza Costa ⁸
	<i>Proposições sobre todas as sciencias que compoem o curso medico e algumas palvras sobre a febre amarella e seu contagio...</i>	José Maria de Noronha Feital
	SM (<i>O que mais conviria a saude publica, dessecar ou canalizar os pantanos do Aterrado?</i>)	Pedro Ferreira de Almeida Godinho
	SA (<i>Da morte real e da morte aparente</i>) SM (<i>Febre amarella</i>)	Ignacio Francisco Goulart
	<i>Proposições sobre todas as sciencias que compõem o curso de medicina da faculda-de do Rio de Janeiro</i>	Francisco Pinheiro Guimarães ⁹
	SM – <i>Febre amarella</i>	Luiz de Queiroz de Mattoso Maia
	SM (<i>Que regimeme será mais conveniente para a criação dos expostos da SCM...</i>)	José Alexandre Teixeira de Mello
	SM – <i>Febre amarella</i>	Gustavo Miguel Duque Estrada Meyer
	SA (<i>Do ar atmosferico</i>)	Candido Borges Monteiro Filho
	SA – <i>Da morte real e da morte aparente</i> SA – (<i>idem</i>)	Manoel Antonio Fernandes Pereira Antonio José da Silva Pirassinunga
	<i>Proposições sobre todas as sciencias que compõem o curso de medicina da Faculda-de do Rio de Janeiro</i>	Vicente Candido Figueira de Saboia ¹⁰
SA (<i>Do ar atmosferico</i>)	Frederico José de Vilhena Jr.	
1860	SA – <i>Medicina legal (Da morte real e da morte aparente)</i>	Antonio Dias Pinto Aleixo Jr.
	SM – <i>Clinica medica (Diagnostico, natureza e trataemnto da febre amarella)</i>	José Alexandre de Souza Gurgel do Amaral
	SA (<i>Historia medico-legal do aborto</i>)	Francisco Antonio d'Avila
	SM (<i>Diagnostico, natureza e tratamento da febre amarella</i>)	Candido Dias de Borba
	SA (<i>Da morte real e da morte aparente</i>)	Isidoro Felipe Duarte
	SA (<i>idem</i>)	Firmino José de Souza Lima
	SA (<i>idem</i>)	Pedro Izidoro de Moraes
	SM (<i>Diagnostico, natureza e tratamento da febre amarella</i>)	Alcibiades Agesislão M. Paranapuza
	<i>Alguma proposições sobre as sciencias que compoem o curso medico...</i>	Luiz Pientzenauer ¹¹
	SM (<i>Diagnostico, natureza e tratamento da febre amarella</i>)	Eduardo Rabello
	SM (<i>Symptomas fornecidos pelas funcções intellectuais</i>)	Antonio Freire da Silva Reis
	SM (<i>idem</i>)	Americo da Silva e Oliveira

⁸ Opositor da Secção Medica.

⁹ Opositor da Secção de Sciencias Medicas.

¹⁰ Opositor da Secção de Sciencias Cirurgicas.

¹¹ Opositor da Secção de Sciencias Cirurgicas.

1861	<i>Do alcoolismo</i>	Liberato Adolfo Grüsser ¹²
	<i>SA (Do infanticídio por omissão)</i>	Francisco de Paula Pessoa Filho
	<i>SM (Das altas localidades, dos valles em relação á hygiene)</i> (Influencia da atmosphaera maritima)	Evaristo Nunes Pires
	<i>SA (Atmosphera)</i>	
	<i>SG (Hypnotismo applicado ás operações cirurgicas)</i>	Duarte Paranhos Schutel
1862	<i>Da febre amarella</i>	Antonio Ramos da Costa
	<i>SA (Da morte real e da morte apparente)</i>	João Teixeira Peixoto Guimarães
	<i>SA (Por que dados se costumam resolver de ordinario as questões de identidade de pessoa?...)</i>	Emilio Joaquim da Silva Maia
	<i>Que causas podem modificar o clima de huma localidade?</i>	Jeronimo Sodré Pereira
	<i>SA (ar)</i>	João Damasceno Peçanha da Silva
	<i>SA (ar)</i>	Joaquim Carlos Travassos
1863	<i>SA (Do infanticídio por omissão)</i>	Lourenço Maria de Almeida Baptista
	<i>SA (Historia medico-legal do aborto)</i>	Antonio Justiniano das Chagas
	<i>SA (Atmosphera)</i>	Emilio Augusto Pereira Guedes
	<i>Ensaio sobre a therapeutica moral...</i>	João Pedro Lacour ¹³
	<i>Da morte real e da morte apparente.</i>	José Augusto Pereira Lima
	<i>Dissertação sobre a utilidade dos exercicios gymnasticos nos paizes tropicaes...</i>	Wilhelm Naegeli ¹⁴
	<i>SM (Symptomas fornecidos pelas funções intellectuaes)</i>	Dionizio Carlos de Azevedo Reis
1864	<i>Hygiene da criança, do nascimento à queda do cordão umbilical.</i>	Francisco Basilio Duque
1865	<i>Quala alimentação que usa a classe pobre do RJ e sua influencia sobre essa mesma classe.</i>	Antonio Corrêa de Souza Costa ¹⁵
1866	<i>Da tísica pulmonar tuberculosa... Causas de sua frequencia no Rio de Janeiro</i>	Marcos de Oliveira Arruda
	<i>Dos pantanos (em relação à etiologia)</i>	Joaquim Vicente da Silva Freire
1867	<i>Do diagnostico e tratamento das febres perniciosas mais frequentes no Rio de Janeiro</i>	José Ferrira de Souza Araujo
	<i>Febre amarella</i>	Vicente Ferreira Gomes Sobral
1868	<i>Das casusa que determinão as dyspepsias gastricas no RJ. Qual o tratamento que mais aproveita nestas molestias?</i>	Joaquim Eloy dos Santos Andrade
	<i>Das operações reclamadas pelas feridas por armas de fogo</i>	Justiniano de Castro Rebello
	<i>Dos casamentos consaguineos</i>	José Pereira Rego Filho
	<i>Do diagnostico e tratamento das febres perniciosas mais frequentes no Rio de Janeiro</i>	Francisco José Xavier

¹² Tese para revalidação de curso.

¹³ Tese para revalidação de curso.

¹⁴ Tese para revalidação de curso.

¹⁵ Concurso para a cadeira de Hygiene.

1869	<i>Do uso do tabaco e de sua influencia sobre o organismo</i>	F. Turquim Werneck de Almeida
	<i>Febre amarella</i>	Alfredo Ellis ¹⁶
	<i>Diagnostico differencial para a febre amarella e a febre biliosa dos paizes quentes.</i>	Domingos Alves da Motta Ferraz
	<i>Da prostituição no Rio de Janeiro e da sua influencia sobre a saude publica.</i>	João Alvares de Azevedo Macedo Jr.
	<i>Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral, e particularmente do mercenario em relação às condições da cidade do Rio de Janeiro</i>	Murillo Mendes Vianna
	<i>(idem)</i>	José Ribeiro dos Santos Zamith
1870	<i>Dos pantanos considerados como causa de molestia</i>	Gustavo Xavier da Silva Capanema
	<i>Das amputações nos casos de feridas por armas do fogo</i>	Manoel Gomes Belfort Duarte
	<i>(idem)</i>	Manoel Pinto Ferreira
	<i>Da aclimação nos paizes quentes em geral e especialmente no Brasil debaixo do ponto de vista da colonização</i>	Henrique Hermeto Carneiro Leão
	<i>Diagnostico differencial da febre amarella e febre biliosa dos paizes quentes</i>	Candido José de Carvalho Lima
	<i>(idem)</i>	Alfredo Magno de Almeida Rego
	<i>(idem)</i>	Sem Autor ?
1871	<i>Do mephitismo dos esgotos em relação à cidade do RJ e de sua influencia sobre a saude publica</i>	José Vieira Fazenda
	<i>Diagnostico da febre amarella e se tratamento</i>	José Caetano de Oliveira Guimarães Jr.
	<i>Observações sobre as condições climatericas e hygienicas da Colonia D. Francisca na Provincia de Santa Catarina do Imperio do Brasil</i>	Carlos Frederico Augusto Henstchel ¹⁷
	<i>Diagnostico da febre amarella e seu tratamento</i>	Durval Pereira de Mesquita
1872 ¹⁸	<i>Febre amarella</i>	Paulo Cesar Andrade
	<i>Das heranças</i>	Bernardo Teixeira de Carvalho
	<i>Acclimatamento das raças em geral e em particular sob o ponto de vista de colonização em relação ao Brasil</i>	Antonio José de Castro Jr.
	<i>Dos systemas penitenciarios e de sua influencia sobre o physico e moral do homem. Alguns dos systemas penitenciarios conhecidos é tão superior aos outros debaixo do ponto de vista hygiênico que deva ser preferido?</i>	Pedro Augusto Pereira da Cunha
	<i>Do uso e abuso do tabaco e de sua influencia sobre a saude</i>	João José dos Santos Ferreira
	<i>Febre amarella</i>	Constantino do Valle Guimarães

¹⁶ Tese de revalidação.

¹⁷ Tese de revalidação.

¹⁸ A relação das teses sustentadas em 1872 encontra-se encadernada no final do volume 38 da coleção da Biblioteca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

	<i>Da topografia e da climatologia da cidade do RJ e sua influencia sobre a salubridade publica</i>	Lorenço Ferreira da Silva Leal
	<i>Da prostituição em geral, e em particular em relação à cidade do Rio de Janeiro: prophylaxia da syphilis.</i>	Francisco Ferras de Macedo
	<i>Febre amarella</i>	Norberto de Alvarenga Mafra
	<i>...Diagnostico da febre amarella e seu tratamento... Do uso e abuso do tabaco e de sua influencia sobre a saúde... Atmosphaera – meteoros luminosos...</i>	Affonso Carlos Moreira
	<i>Do uso e abuso do chá e do café, e de sua influencia sobre a saude</i>	Cesario da Silva Coelho Rangel
	<i>Febre amarella</i>	João Gomes dos Reis
	<i>Das alianças consanguíneas e de sua influencia sobre o physico, moral e intellectual do homem</i>	João Martins Teixeira
1873	<i>Da febre amarella</i> Dissertação sobre a febre amarella	Miguel Zacarias de Alvarenga
	<i>Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral e particularmente do mercenário em relação às condições em que se acha no Rio de Janeiro</i>	Luiz Augusto Corrêa d'Azevedo
	<i>Das alianças consanguíneas e de sua influencia sobre o physico, moral e intellectual do homem</i>	Ramiro Fortes de Barcellos
	<i>Febre amarella.</i> SA – Atmosphaera	Henrique da Silva Coutinho
	<i>Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral e particularmente do mercenário em relação às condições em que se acha no Rio de Janeiro</i>	Augusto Alvares da Cunha
	<i>Febre amarella</i>	Joaquim Manoel de Oliveira Figueiredo Jr.
	<i>Das alianças consanguíneas e de sua influencia sobre o physico, moral e intellectual do homem</i>	José de Macedo Cordeiro de Negreiros Lobato
	<i>Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral e particularmente do mercenário em relação às condições em que se acha no Rio de Janeiro</i>	Antonio de Mello Muniz Maia
	<i>(idem)</i>	Cornelio Emilio das Neves Milward
	<i>Cadeira de pathologia interna (febre amarella); cadeira de Medicina legal (Do aborto criminoso)</i>	Luiz da Cunha Moreira
	<i>Febre amarella</i>	(idem)
	<i>Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral e particularmente do mercenário em relação às condições em que se acha no Rio de Janeiro</i>	Juvenal Martiniano da Neves
	<i>Febre amarella</i>	Antonio Gomes de Siqueira Ramos
	<i>Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral e particularmente do mercenário em relação às condições em que se acha no Rio de Janeiro</i>	Francisco Moreira Sampaio

	<i>Dos systemas penitenciarios e de sua influencia sobre o physico e moral do homem. Alguns dos systemas penitenciarios conhecidos é tão superior aos outros de baixo do ponto de vista hygiênico que deva ser preferido?</i>	Francisco Caetano dos Santos
	<i>Febre amarella</i>	Caetano Ignacio da Silva
	<i>Do contagio e da infecção. Qual o regimem sanitario que se deve observar durante as grandes epidemias pestilenciaes?</i>	Antonio Zacarias Alvares da Silva Jr.
	<i>Febre amarella</i>	Francisco Joaquim Bethencourt de Segadas Vianna
1874	<i>Do aborto criminoso</i>	Cypriano Barbosa Bettanio
	<i>Do aleitamento em geral, e em particular...</i>	Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho
	<i>Do aclimatamento das raças sob o ponto de vista da colonisação em relação ao Brasil</i>	Henrique Carlos da Rocha Lima
	<i>Proposições sobre todos os ramos que compõem o curso</i>	João da Matta Machado
	<i>Da educação physica, intellectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influencia sobre a saúde</i>	Antonio Romualdo Monteiro Manso
	<i>Do diagnostico e tratamento das diversas manifestações do hystericismo</i>	Francisco José Coelho de Moura
	<i>Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral, e em particular do mercenario attentas ás condições da cidade do RJ</i>	Lucio da Cunha Pauvolid' e Menezes
	<i>Diagnostico differencial entre a febre amarella e a biliosa dos paizes quentes</i>	Celso Eugenio dos Reis Jr.
	<i>Do aleitamento natural, artificaila e mixto em geral, e em particular do mercenario attentas ás condições da cidade do RJ</i>	José Celestino Soares
	<i>Do diagnostico e tratamento das diveras manifestações do hystericismo e da epilepsia Sintomatologia e diagnostico da hysteria</i>	Henrique Cesar de Souza Vaz
	<i>Da nutrição</i>	Amaro Ferreira das Neves Armonde
1875	<i>Da educação physica, intellectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influencia sobre a saúde</i>	Alfredo Augusto Vieira Barcellos
	<i>Do systema penitenciarario e da sua influencia sobre o homem</i>	Luiz de Oliveira Bueno
	<i>Da topographia e climatologia da cidade do RJ e da sua influencia sobre a salubridade publica. Qual a influencia que o arrazamento das montanhas do Castello e Santo Antonio exercerá sobre as condições hygiencias da mesma cidade</i>	Manoel d'Avilez Carvalho
	<i>Dos casamentos consaguineos em relação á hygiene</i>	Constantino Machado Coelho
	<i>Do uso e abuso do tabaco</i>	Domingos de Almeida Martins Costa
	<i>Do valor das investigações thermometricas no diagnostico, prognostico e tratamento das pyrexias que reinam no RJ</i>	José Borges Ribeiro da Costa
	<i>(idem)</i>	João Pires Farinha Filho
	<i>Do actual systema de esgotos da cidade do RJ e de sua influencia sobre a salubridade publica</i>	

	<i>Do valor das investigações thermometricas no diagnostico, prognostico e tratamento das pyrexias que reinam no Rio de Janeiro</i>	José da Cunha Ferreira Jr.
	<i>Da topographia e climatologia da cidade do RJ e de sua influencia sobre a salubridade publica. Qual a influencia...</i>	Francisco Procopio Lobato
	<i>Dos systemas penitenciarios e de sua influencia sobre o homem</i>	Cornelio Pereira de Magalhães
	<i>(idem)</i>	Domingos Jacy Monteiro Jr.
	<i>Do valor das investigações thermometricas no diagnostico, prognostico e tratamento das pyrexias que reinam no Rio de Janeiro</i>	Joaquim Gonçalves Ramos
	<i>Legislação e jurisprudencia relativas ás afecções mentaes. Da influencia de certos estados physiologicos e pathologicos sobre a liberdade moral</i>	Augusto Ferreira dos Santos ¹⁹
	<i>Dos casamentos consaguineos em relação á hygiene</i>	José Candido da Costa Sena
	<i>Das febres perniciosas</i>	João Damasceno Peçanha da Silva ²⁰
	<i>Das grandes epidemias pestilenciaes e das regras e preceitos hygienicos que se devem observar no intuito de obstar o seu desenvolvimento e propagação</i>	Manoel Luis Vieira
1876	<i>Da febre amarella sob o ponto de vista de sua genese e propagação. Quaes as medidas sanitarias que se devem aconselhar para impedir ou attenuar seu desenvolvimento e propagação</i>	Benedicto Galvão Pereira Baptista
	<i>(idem)</i>	Primo Teixeira de Carvalho
	<i>(idem)</i>	Francisco Simões Corrêa Jr.
	<i>O que se deve enteneder no estado actual da sciencia por temperamentos: quaes as condições anatomo-physiologicas que os determinão? Que influencia exercem elles sobre o physico, o moral e intellecutal do homem.</i>	Arhut Greenhalgh
	<i>Da nutrição</i>	Francisco Antunes Ferreira da Luz
	<i>(idem)</i>	Joaquim Ribeiro de Souza Mendonça
	<i>Hysteria</i>	Manoel Francisco de Oliveira ²¹
	<i>Dos casamentos sob o ponto de vista hygienico</i>	Francisco Luiz da Gama Roza
	<i>Da febre aamrella sob o ponto de vista de sua genese e propagação. Quaes as medidas sanitarias que se devem...</i>	João Aristides Soares Serpa
	<i>Da mortalidade na cidade do RJ</i>	José Maria Teixeira
	<i>Dos casamentos sob o ponto de vista hygienico</i>	Frederico Augusto dos Santos Xavier
1877	<i>Da topographia e climatologia da cidade do Rio de Janeiro; quaes os melhoramentos materiaes que se devem aconselhar para tornar mais salubre a mesma Cidade do Rio de Janeiro</i>	Firmino Rodrigues Silva Jr.

¹⁹ Primeira prova de concurso para opositor da Secção de Sciencias Accessorias da FMRJ.

²⁰ Concurso para a cadeira de Pathologia Interna.

²¹ Tese de revalidação.

	<i>Do diagnostico e tratamento das diversas formas de febre perniciosa que reinão no Rio de Janeiro</i>	Philogenio Lopes Utinguassú
	<i>Quaes as condições hygienicas mais favoraveis ao tratamento da tuberculose pulmonar</i>	Jose Benicio de Abreu
	<i>Quaes as medidas sanitarias que devem ser aconselhadas para impedir o desenvolvimento e propagação da febre amarella na cidade do RJ?</i>	Candido Barata Ribeiro
	<i>Cadeira de Hygiene (Da febre amarella sob o ponto de vista de sua genese e propagação...)</i>	Primo Teixeira de Carvalho
	<i>Da influencia dos climas sobre o desenvolvimento da phtysica pulmonar. Quaes as condições...</i>	Henrique Carlos Feldhagen
	<i>(idem)</i>	Edgard Luiz de Gouvêa
	<i>Febre amarella</i>	José Pereira da Silva Manoel
1878	<i>Do diagnostico e tratamento das diversas formas de febre perniciosa que reinão no Rio de Janeiro</i>	Ernesto Brasilio de Araujo
	<i>Dos casamentos sob o ponto de vista hygienico</i>	José Ferreira de Bastos oelho
	<i>Hysteria</i>	Horacio de Mello Corrêa
	<i>Do diagnostico e tratamento das diversas formas de febre Perniciosa que reinão no Rio de Janeiro</i>	Eduardo Joaquim da Fonseca
	<i>Das causas de molestia</i>	Theodoro da Costa Mattos
	<i>Da influencia dos climas sobre o desenvolvimento da phtysica pulmonar. Quaes as condições...</i>	José Thomaz da Porciuncula
	<i>Do diagnostico e tratamento das diversas formas de febre Perniciosa que reinão no Rio de Janeiro</i>	Eduardo Augusto de Souza Santos
	<i>Hysteria</i>	Miguel Couto dos Santos Jr.
	<i>SM – cadeira de Hygiene – (Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral...)</i>	Caetano Ignacio da Silva
	<i>Da influencia dos climas sobre o desenvolvimento da phtysica pulmonar. Quaes as condições...</i>	Guilherme Alves da Silva
	<i>Febre amarella</i>	Pedro José da Silva
	<i>Hysteria</i>	Tristão Eugenio da Silveira
	<i>Febre em geral</i>	Julio Speranza ²²
	<i>Dos hospitaes e hospicios</i>	Francisco de Paula Valladares
1879	<i>Das epidemias</i>	José Benicio de Abreu ²³
	<i>Considerações sobre a etiologia e a prophylaxia da febre amarella</i>	Antonio Brifsay ²⁴
	<i>Febre amarella</i>	Duarte Alfredo Flôres
	<i>Do diagnostico e tratamento das diversas formas de febre perniciosa que reinão no Rio de Janeiro</i>	Guilherme Ribeiro dos Guimarães Peixoto

²² Tese de revalidação.

²³ Concurso a um lugar vago de lente substituto da Secção de Sciencias Medicas.

²⁴ Tese de revalidação.

	<i>Dos casamentos sob o ponto de vista hygienico</i>	João Diogo Esteves da Silva
1880	<i>Febres perniciosas</i>	Hugolino Ayres de Freitas Albuquerque
	<i>Inanição e alimentação insufficiente</i>	José Ferreira Cabral
	<i>Dos alcoolicos; sua acção physiologica e therapeutica</i>	Tito de Sá Macedo Carvalho
	<i>Agua potaveis</i>	Francisco Luiz do Livramento Coelho
	<i>A hygiene – os prejuizos que causam uma má amamentação</i>	Thomaz Eboli
	<i>Dos systemas penitenciaris em relação à hygiene</i>	José Baptista Amoroso Lima
	<i>Da febre</i>	Alvaro da Matta Machado
	<i>Febre amarella...</i>	José Moreira Pacheco
1881	<i>Febres perniciosas</i>	João Pedro da Veiga
	<i>(Idem)</i>	Edmundo Xavier
1881	<i>Quaes medidas hygienicas que se devem observar para impedir o desenvolvimento crescente da syphilis no RJ?</i>	Josephina Pires Ramos
	<i>Quaes as medidas hygienicas que se devem observar para impedir o desenvolvimento crescente da syphilis no Rio de Janeiro? Quaes as medidas hygienicas que se devem adoptar para fazer desaparecer este flagello?</i>	Eustachio Garção Stockler
1882	<i>Febre amarella... Epilepsia... Urethrotomia... Da morte subita</i>	Paulo Cezar de Andrade
	<i>Febre amarela</i>	Idem
	<i>Acção physiologica e therapeutica da hydroterapia</i>	Eduardo Corrêa de Azevedo
	<i>Vantagens e inconvenientes da cremação dos cadaveres</i>	Homero Moretzsohn Campista
	<i>Vantagens e inconvenientes da cremação dos cadaveres</i>	Bernardino de Almeida Campos
	<i>Hygiene da primeira infancia</i>	Ildefonso Archer de Castilho
	<i>Hygiene da primeira infancia</i>	Nicoláo Barboza da Gama Cerqueira
	<i>Acção physiologica e therapeutica dos alcoolicos</i>	Cesar Augusto Pereira da Cunha
	<i>Vantagens e inconvenientes da cremação dos cadaveres</i>	Carlos Augusto de Oliveira Duarte
	<i>Febres perniciosas</i>	Octaviano Coutinho Espindola
	<i>(idem)</i>	Matheus H. M. Nogueira da Gama
	<i>Do uso e abuso do café</i>	Eduardo Augusto Ribeiro Guimarães
	<i>Vantagens e inconvenientes da cremação dos cadaveres</i>	Henrique Ladislau de Souza Lopes
	<i>Do uso e abuso do café</i>	Carlos Buarque de Macedo
	<i>Hygiene da primeira infancia</i>	José Vieira Martins
	<i>Que melhoramentos materiais devem ser introduzidos na Cidade do Rio de Janeiro para tornal-a mais salubre?</i>	Thomaz Delfino dos Santos
	<i>Hygiene da primeira infancia</i>	Severiano Martins de Oliveira Urçulu
	<i>Hygiene da primeira infancia</i>	José Cypriano Nunes Vieira
<i>Do uso e abuso de bebidas alcoolicas</i>	Mathias Antonio Moinhos de Vilhena	
1883	<i>Do alcoolismo chronico e suas consequencias</i>	Caetano Antonio Azevedo
	<i>Do impaludismo na infancia</i>	Augusto Freire de Mattos Barreto

	<i>Diagnostico e tratamento da loucura em dupla forma</i>	Augusto Luiz de Barros
	<i>Do alcoolismo chronico e suas consequencias</i>	Gregorio Mauricio Bella
	<i>Febres perniciosas no Rio de Janeiro</i>	Oscar Satyro da C. Bittencourt
	<i>Do alcoolismo chronico e suas consequencias</i>	José Simpliciano Monteiro Braga
	<i>Acção physiologica e therapeutica dos alcoolicos</i>	Manoel C. de Barros Carneiro
	<i>Febres perniciosas no Rio de Janeiro</i>	Archias Eurico Cordeiro
	<i>Da anatomia pathologica da febre amarella</i>	Antonio Victor David
	<i>Natureza e tratamento da febre amarella</i>	João de Menezes Dória
	<i>Da alimentação forçada. Casos em que é exigida</i>	Manoel Joaquim F. Eiras Jr.
	<i>Do alcoolismo chronico e suas consequencias</i>	José Cupertino Teixeira Fontes
	<i>Natureza e tratamento da febre amarella</i>	Antonio J. N. Villas-Boas da Gama
	<i>Da cremação de cadaveres</i>	Carlos Adalberto de C. Loudares
	<i>Da acção physiologica e therapeutica da hydrotherapia</i>	Joaquim Q. Netto Machado
	<i>Da acção physiologica e therapeutica da hydrotherapia</i>	Augusto Antonio de T. Mattos
	<i>Da febre</i>	Manoel Telles B. de Menezes
	<i>Febres perniciosas no Rio de Janeiro</i>	Guilherme Caetano do Valle
1884	<i>Da cremação de cadaveres</i>	José Telles de M. Barboza Jr.
	<i>Da alimentação nas primeiras idades</i>	João Baptista C. Camarano ²⁵
	<i>Da alimentação nas primeiras idades - estudo critico sobre os diferentes methodos</i>	Targino Ottoni de Carvalho e Silva
	<i>Da alimentação nas primeiras idades - estudo critico sobre os diferentes methodos de aleitamento</i>	Manuel Ferro e Silva Francisco P. N. Villas-Boas da Gama
	<i>Dos systemas penitenciarios</i>	
	<i>Do alcoolismo chronico e suas consequencias</i>	Emilio José Loureiro Jr.
	<i>Quais os melhoramentos hygienicos que devem ser introduzidos no Rio de Janeiro para tornar esta cidade mais saudável.</i>	Antonio Martins de Azevedo Pimentel
	<i>Do impaludismo na infancia</i>	Josias Leopoldo V. Rodrigues
	<i>Da alimentação nas primeiras idades...</i>	João Baptista Monteiro da Silva
	<i>Da cremação de cadaveres</i>	Manoel Affonso Vianna
1885	<i>Epilepsia</i>	José Luiz Monteiro de Barros
	<i>Influencia das raças na marcha e fórmãs da syphillis</i>	Christiano Henrique Braune
	<i>Da alimentação nas primeiras idades</i>	José Ribas Cadaval
	<i>Epilepsia</i>	Sebastião Catão Callado
	<i>Anatomia pathologica da febre amarella</i>	Francisco Augusto Cezar
	<i>Aborto e suas causas</i>	Bernardino Antunes Corrêa
	<i>Definição do infanticídio: caracteres do recém nascido</i>	Pedro Carneiro da Cruz Machado
	<i>Da alimentação nas primeiras idades - estudo critico sobre os diferentes methodos de aleitamento</i>	Luiz Nicoláo Masson
	<i>Delirio ambicioso, seu valor, diagnostico e prognostico</i>	Henrique Avelino Mendes

²⁵ Tese de doutoramento – Cátedra de Clínica Médica e Cirúrgica de Criança da FMRJ.

	<i>Do impaludismo na infancia</i>	Eugenio do E. Santo de Menezes
	<i>Estudo clinico das affecções cutaneas parasitarias mais frequentes no Brazil</i>	Rodrigo Nazareth de Souza Reis
	<i>Da febre</i>	José dos Santos Ribeiro Sobrinho
	<i>Das allucinações</i>	Theophilo Affonso Rodrigues
	<i>Aborto: suas causas</i>	Miguel Saladino M. Romeiro
1886	<i>O onanismo na mulher; sua influencia sobre o physico e o moral</i>	Alexandre A. d'Almeida Camillo
	<i>Febre amarela. Proposições: três sobre cada uma das cadeiras da faculdade</i>	Joaquim Caminhoá
	<i>Condições pathogenicas e modalidades clinicas da hysteria</i>	Antonio Fernandes Figueira
	<i>Febre amarella</i>	Eduardo Ferreira França
	<i>Febre amarella</i>	Luiz Barbosa Madureira Freire
	<i>Das concepções delirantes</i>	Rodolpho Galvão
	<i>Da hidroterapia</i>	João Cunha Lima Jr.
	<i>Das allucinações; sua importancia no diagnostico da alienação</i>	Henrique Augusto de M. e Senna
	<i>Estudo historico da febre amarella no Brazil</i>	Luiz Miguel Buford Quadros
	<i>Dos hospitaes do Rio de Janeiro</i>	André Jorge Rangel
	<i>Febre amarella</i>	Cincinnati Henriques da Silva
	<i>Estudo clinico das affecções cutaneas e syphiliticas</i>	Olegario Ribeiro da Silva
	<i>Da prophylaxia geral das molestias transmissiveis</i>	Jorge Luiz Gustavo Street
	<i>Exame das causas que têm concorrido para o aumento do numero de lesões cardiacas na Cidade do Rio de Janeiro</i>	Angelo Xavier da Veiga
	<i>Das condições que explicão a mortalidade das crianças na cidade do Rio de Janeiro</i>	Evaristo Ferreira da Veiga Sobrinho
1887	<i>Morte imminente de recém nascidos; tratamento</i>	Francisco Custodio P. de Barros
	<i>Definição e classificação médico-legal dos ferimentos e outras offensas phisicas</i>	José Luiz Sagão L. de Bulhões Carvalho
	<i>Das allucinações</i>	Alberto Baez Conrado
	<i>Epilepsia</i>	Eduardo Christiano C. Durão
	<i>Do parto e suas consequencias na especie negra</i>	Justo Jansen Ferreira
	<i>Da responsabilidade legal dos alienados</i>	José de Oliveira Ferreira Jr.
	<i>Da febre na criança, seu valor, diagnostico e prognostico</i>	Camillo da Silva Leite Fonseca
	<i>Ferimentos por arma de fogo</i>	Casildo Maria da Silva Leal
	<i>Formas clinicas do impaludismo mais frequente na criança</i>	Godolfredo Saturnino T. Mello
	<i>Responsabilidade legal dos alienados</i>	Alexandre Stockler P. Menezes
	<i>Morte imediata de recém nascidos; tratamento</i>	Emilio Marcondes Ribas
	<i>Do infanticidio em geral; caracteristicas do recém nascido e signaes materiaes do crime</i>	João Luiz Teixeira da Silva
1888	<i>Da responsabilidade legal das hystericas</i>	Luiz Carlos de Avellar Andrade
	<i>Estudo hygienico dos esgotos da cidade do Rio de Janeiro</i>	João de Barros Barreto
	<i>Cocaina e seus usos</i>	Eugenio Augusto de O. Borges
	<i>Hypnotismo</i>	Francisco de Paula F. Jr.
	<i>Do envenenamento pelo fumo e pela nicotina</i>	Francisco J. da Gama Fernandes

	<i>Das paranoias</i>	Claro Homem de Mello
	<i>Physiologia pathologica dos phenomenos hypnoticos</i>	Carlos Soares Peixoto de Moura
	<i>Da cocaína e seus usos</i>	José Gabriel Pinheiro
	<i>Do infanticídio em geral</i>	Antonio Leocadio da R. e Silva
	<i>Estudo clinico do impaludismo nas crianças</i>	Alvaro Cesar da Cunha Soares
	<i>Apresentação de nadegas, intervenção</i>	Erasmus Ferreira Soares
	<i>Hygiene escolar</i>	Carlos R. de Vasconcellos
1889	<i>Do infanticídio em geral; elementos constitutivos do crime e sua demonstração médico-legal</i>	José Ignacio da Fonseca
	<i>Do homem americano</i>	Julio Trajano de Moura
1890	<i>Da hystéria no homem</i>	Maurilio Tito Nabuco de Abreu
	<i>Febres perniciosas</i>	Augusto Cezar R. de Alkmin
	<i>Do infanticídio em geral; elementos constitutivos do crime; sua demonstração médico-legal</i>	Bento Antonio de Barros
	<i>Tratamento da febre amarella</i>	Antonio Teixeira N. Bittencourt
	<i>Do valor anesthesico da cocaína na cirurgia em geral</i>	Francisco de Andrade Botelho
	<i>Das emoções</i>	Verissimo Dias de castro
	<i>Febre amarella</i>	João de Souza Gomes Netto
	<i>Do infanticídio em geral; elementos constitutivos do crime; sua demonstração médico-legal</i>	Diogo Salomonio de Albuquerque Maranhão
	<i>Do infanticídio em geral; elementos constitutivos do crime; sua demonstração médico-legal</i>	Candido Pereira Monteclaro
	<i>Do hypnotismo e da suggestão com applicação a toxocologia</i>	Edmundo de Oliveira
	<i>Do envenenamento pelo fumo e pela nicotina</i>	Bento Carvalho de Paço
	<i>Do estupro perante o código criminal brasileiro; crítica e interpretação dos quesitos correlatos</i>	José de Carvalho Ramos
	<i>Das perturbações do movimento nas molestias mentaes</i>	Francisco Franco da Rocha
	<i>Febres perniciosas</i>	Antonio de Souza Viana
1891	<i>Das allianças consaguineas; sua influencia sobre o physico, moral e intellectual do homem</i>	João Pinheiro de Campos
	<i>Da hereditariedade</i>	Edmundo Gastão da Cunha
	<i>Da hydroterapia</i>	Raymundo Mello
	<i>Da degeneração physica</i>	Lucio Joaquim de Oliveira
	<i>Signaes de morte</i>	Antonio Teixeira da Silva
	<i>Da menstruação</i>	Henrique Wenceslau da Silva
	<i>Tratamento da febre amarella</i>	A. A. de Azevedo Sodré ²⁶
1892	<i>Educação physica</i>	Severino de Sá Brito
	<i>Symptomatologia da febre amarella</i>	Caetano de Faria Castro
1895	<i>Hygiene alimentar das crianças</i>	Arthur Pires de Amorim
	<i>Tratamento moral dos alienados</i>	José Joaquim da Costa Jr.
	<i>Da unidade cerebral e da loucura</i>	Javet de Madureira

²⁶ Concurso ao lugar de Professor da 2ª cadeira de Clínica Médica.

	<i>Os factores da evolução</i>	Oscar Frederico de Souza ²⁷
	<i>Do regimem alimentar dos recém nascidos</i>	José Modesto de Souza Jr.
	<i>Do degenerado e de sua capacidade civil</i>	Leonel Gomes Velho
1896	<i>Contribuição para o estudo das quarentenas no Brasil</i>	Sebastião Edmundo M. E Silva
1897	<i>Esgotos</i>	Arthur Francisco de Souza
	<i>O leite como alimento</i>	Alfredo Theophilo Haanwinckel
	<i>Dos nevropatas e degenerados</i>	Claudio Justiniano Souza Jr.
1898	<i>Obsessões</i>	Alberto Vieira Pereira da Cunha
1900	<i>Ensaio de philosophia natural</i>	Ildefonso Augusto L. Leite

²⁷ Concurso.

Anexo 2

Dois projetos em disputa: a Academia do Dr. Navarro de Andrade e a do Dr. Alvares de Azevedo (1813).

O plano do Dr. Navarro de Andrade exigia para a matrícula no primeiro ano de Cirurgia, certidão de aprovação em latim e filosofia racional e moral. A duração do curso seria de cinco anos. As disciplinas teriam a seguinte distribuição:

Primeiro ano: anatomia e fisiologia

Segundo ano: patologia geral, terapêutica, semiótica e higiene

Terceiro ano: explicação dos sistemas de história natural, botânica médica e farmácia

Quarto ano: patologia especial cirúrgica, operação cirúrgica e arte obstétrica

Quinto ano: clínica cirúrgica

O plano do Dr. Alvares de Carvalho tinha a seguinte distribuição das disciplinas:

Primeiro ano: anatomia geral, prelecionada de março a setembro; química farmacêutica e noções de farmácia, nos meses de outubro e novembro, com repetições até o quinto ano por um professor que fosse boticário.

Segundo ano: anatomia (repetição) e fisiologia, pelo professor de anatomia.

Terceiro ano: higiene, etiologia, patologia e terapêutica, por um único professor, médico.

Quarto ano: instruções cirúrgicas e operações, no período da manhã e arte obstétrica, teoria e prática, à tarde.

Quinto ano: medicina, com exercícios práticos pela manhã, nas enfermarias, e arte obstétrica (repetição em conjunto com os alunos do quarto ano).

Anexo 3

Lista de disciplinas cursadas pelos acadêmicos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1872.

Ano	Disciplinas cursadas
Primeiro	Physica em geral e particularmente em suas applicações á medicina
	Chimica e mineralogia
	Anatomia descriptiva
Segundo	Botanica e zoologia
	Chimica organica
	Physiologia
	Anatomia descriptiva
Terceiro	Physiologia
	Anatomia geral e pathologica
	Pathologia geral
	Clinica externa
Quarto	Pathologia externa
	Pathologia interna
	Partos, molestia de mulheres peçadas e apridas e de crianças recém-nascidas
	Clinica externa
Quinto	Pathologia interna
	Anatomia topographica, medicina operatoria e apparatus
	Materia medica e therapeutica
	Clinica interna
Sexto	Hygiene e historia da medicina
	Medicina legal
	Pharmacia
	Clinica interna

Anexo 4

Da defesa das *theses* – Decreto n. 9.311 de 25/10/1884, cap. V, seção I.

SECÇÃO I

Da defesa de theses

Art. 453 – As theses versarão sobre doutrinas importantes das sciencias professadas na Faculdade e sobre pontos d’entre os aprovados com antecedência pela Congregação.

Art. 454 – Apresentará o doutorando uma dissertação, tres proposições sobre cada cadeira do curso, e seis aphorismos medicos.

Art. 455 – As theses, para serem defendidas no fim do anno, devem ser apresentadas em manuscripto até o fim do mez de Agosto, sob pena de não se realizar a defesa senão em Março do anno seguinte e por motivo justificado a juizo da Congregação. Fora dessas épocas realizar-se-há em qualquer tempo, contanto que não prejudique as aulas.

Art. 456 – As theses não serão accitas sem que tenham sido préviamente examinadas por uma comissão de um lente e dous adjuntos, nomeadas pela Congregação para verificar si estão conformes os Estatutos e não contém doutrina, phrase ou palavra inconveniente ou desrespeitosa.

Art. 457 – Si as theses não forem accitas, não será o doutorando admittido a exame sem que apresente outras que mereçam approvação.

Art. 458 – A comissão será nomeada pela Congregação no principio do anno lectivo, e em prazo breve cada um dos lentes em exercicio enviará ao Director dez questões sobre a materia de sua cadeira.

Estas questões, depois de approvadas pela Congregação e lançadas na acta, serão pelo secretario numeradas e escriptas em um livro especial, d’onde se tirará uma cópia para ser impressa e entregue aos doutorandos.

Art. 459 – Estes pontos só servirão para as theses que tiverem de ser defendidas no anno seguinte áquelle em que foram organizados, salvo quando a defesa não se puder realizar, por ter sido ao alumno reprovado em algum dos exames.

Art. 460 – As theses, revistas e accitas, serão impressas a expensas do autor, com o formato em quarto grande, segundo o modelo adoptado, e trarão no principio o nome do Director e o quadro do corpo docente da faculdade, com a declaração de que esta não approva nem repprova as opiniões nellas enunciadas. A dissertação precederá as proposições e estas aos aphorismos medicos, que serão tirados das obras de Hippocrates, ou de algum tratado classico.

Art. 461 – Si as theses depois de impressas não combinarem com o original approvedo, o Director não consentirá que sejam defendidas e mandará intimar o autor para reformal-as reimprimindo-as á sua custa. Si as indicações indicarem má fé, o Director levará o facto ao conhecimento da Congregação, a qual poderá resolver que o doutorando seja reprehendido pelo mesmo Director perante ella, ou adiar a defesa das theses pelo prazo de tres mezes ou um anno, conforme a natureza e gravidade das alterações.

Art. 462 – Admittidos os candidatos á defesa das theses, serão obrigados a enviar 36 exemplares dellas á Faculdade até o dia 30 de Outubro ou 1º de Março.

Art. 463 – Na primeira sessão do anno e no dia 16 de novembro ou no immediato, si aquelle fôr feriado, serão nomeadas pela Congregação as commissões examinadoras.

Art. 464 – Cada comissão se comporá de cinco lentes indicados pelo Director e accitos, em votação symbolica, pela Congregação.

Art. 465 – A arguição começará pelo lente mais moderno da comissão, terminando pelo mais antigo, que será o presidente. Nenhum lente arguirá sobre mais de duas theses por dia.

Art. 466 – O tempo concedido a cada examinador não excederá de 20 minutos, regulado por ampulheta.

Art. 467 – O dia para a defesa das theses será marcado segundo a ordem da apresentação destas depois de impressas, e, em igualdade de circumstancias, segundo a ordem dos requerimentos.

Art. 468 – O secretario publicará por editaes o dia da sustentação das theses de cada doutorando, e enviará a cada um dos lentes um exemplar das mesmas theses, com antecedencia de oito dias pelo menos.

Art. 469 – Terminada a defesa, sahirão da sala os doutorandos e assistentes, e, fechadas as portas, a commissão examinadora procederá ao julgamento, cujo resultado o secretario lançará no livro respectivo, por termo que será assignado pelos examinadores.

Art. 470 – A votação será por escrutínio secreto na forma do art. 421, observando-se o disposto no art. 422¹.

Art. 471 – O doutorando que fôr approvedo deverá antes de receber o grau entregar na secretaria da faculdade 100 exemplares impressos de suas theses.

Art. 472 – O Director remetterá ao Governo quatro exemplares das theses e à outra Faculdade de Medicina um numero sufficiente para serem distribuidas por todos os lentes e ficarem alguns exemplares archivados na bibliotheca.

Art. 473 – A approvação simples não impedirá a collação de grau; fica todavia salva ao doutorando a faculdade de defender novas theses, e si o fizer, prevalecerá a nota do segundo julgamento.

¹ Art. 421 – A votação será por escrutinio secreto e por espheras brancas e pretas. Nenhum examinador deixará de votar.

Art. 422 – Terá a nota de approvedo plenamente o examinando que obtiver todas as espheras brancas, a de approvedo simplesmente o que tiver maioria de brancas, e a de reprovado o que tiver a totalidade ou maioria de espheras pretas. A nota de distincção será conferida ao que, tendo sido approvedo plenamente, obtiver todas as espheras brancas em segundo escrutinio, requerido para esse fim por um dos examinadores.

Anexo 5

Exemplar de tese em formato de proposição.

THESES

APRESENTADAS

À FACULDADE DE MEDICINA DO RIO DE JANEIRO

EM 15 DE SETEMBRO DE 1857

PARA SEREM SUSTENTADAS

POR JOAQUIM FRANCISCO DE PAULA E SOUZA

NATURAL DA CIDADE DE ITU (PROVINCIA DE S. PAULO)

A FIM DE OBTER O GRAO DOUTOR EM MEDICINA

MISERIS SUCCURERE DISCO

VIRGILIO

RIO DE JANEIRO

TYP. dE n. 1. VIANNA & FILHOS. RUAD'AJUDAN. 79

1857

Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro

Director – O Sr. Conselheiro José Martins da Cruz Jobim

Vice-Director – O Sr. José Bento da Rosa

LENTE PROPRIETARIO

Os Srs. Doutores

1º anno

Francisco de Paula Candido ... Physica em geral, e particularmente em suas applicações á Medicina.

Joaquim Vicente Torres Homem ... Chimica e Mineralogia

José Ribeiro de Souza Fontes, Exam. ... Anatomia descriptiva

2º Anno

Francisco Gabriel da Rocha Freire ... Botanica e Zoologia

Francisco Bonifacio d'Abreu ... Chimica organica

Lourenço d'Assis Pereira da Cunha ... Physiologia

José Ribeiro de Souza Fontes ... Anatomia descriptiva

3º Anno

Lourenço d'Assis Pereira da Cunha ... Physiologia

F. Praxedes Pertence ... Anatomia geral e pathologica

Antonio Felix Martins ... Pathologia geral

4º Anno

José Bento da Rosa, Presidente ... Pathologia externa

Antonio Gabriel de Paula Fonseca ... Pathologia interna

Luiz da Cunha Feijó ... Partos, molestia de mulheres pejada e paridas e de meninos recém-nascidos

5º Anno

Antonio Gabriel de Paula Fonseca ... Pathologia interna

Candido Borges Monteiro ... Anatomia topographica, medicina operatoria e apparatus

João José de Carvalho ... Materia medica e therapeutica

6º Anno

Thomaz Gomes dos Santos ... Hygiene e historia da medicina
 Francisco Pereira d'Abreu, Exam. ... Medicina legal
 Manoel Maria de Moraes e Valle ... Pharmacia

M. F. Pereira de Carvalho ... Clinica esterna do 3º e 4º
 Manoel de Valladão Pimentel ... Clinica do 5º e 6º
 Luiz da Cunha Feijó ... Clinica de partos

LENTEs SUBSTITUTOS

Ezequiel Corrêa dos Santos ... Secção de Sciencias Accessorias
 Francisco José do Canto e Melo e Castro Mascarenhas ... Idem
 Francisco de Menezes Dias da Cruz, Exam. ... Secção Medica
 Antonio Ferreira França ... Secção Cirurgica
 José Maria Chaves ... Idem

OPPOSITORES

João Joaquim de Gouvêa ... Secção de Sciencias Accessorias
 José Joaquim da Silva ... Secção Medica
 Antonio Ferreira Pinto ... Secção Medica
 Lucas Antonio de Oliveira Catta-Preta, Exam. ... Secção Cirurgica

SECRETARIO – Dr. José Maria Lopes da Costa

N. B. A Faculdade não approva nem reprova as opiniões emitidas nas Theses que lhe são apresentadas.

Primeiro Ponto

Morte real e morte aparente. Dos enterramentos precipitados. Analyse das disposições regulamentares policiaes a respeito.

Segundo Ponto

Operação do trepano.

Terceiro Ponto

Esboço de uma Hygiene de collegios applicavel aos nossos. Regras principaes tendentes á conservação da saude, e ao desenvolvimento das forças physicas e intellectuaes, segundo as quaes se devem regular os nossos collegios.

Quarto Ponto

Dissertação sobre os Symptomas e Diagnostico da cataracta.

Terceiro Ponto – Sciencias Medicas

PROPOSIÇÕES

Esboço de uma Hygiene de collegios applicavel aos nossos. Regras principaes tendentes á conservação da saude, e ao desenvolvimento das forças physicas e intellectuaes, segundo as quaes se devem regular os nossos collegios.

Un corps faible afaiblit l'âme.

J. J. Rousseau

I.

Para que haja desenvolvimento das forças physicas e intellectuaes da nossa mocidade, de maneira a tornal-a digna da mais bella terra do universo, é necessario em primeiro lugar um bom director.

II.

Bom director não é o grande philosopho, o espirituoso escriptor, ou o eloquente orador: é sim aquelle que, podendo ter estas qualidades, seja reconhecidamente virtuoso, recto e justiceiro, tenha uma alma nobre e sensivel, ame e saiba fazer-se amar pelos discipulos, e que fazendo seguir o justo, o bello, a virtude, saiba de tal sorte distribuir as reprehensões, e elogios, de maneira que estes não produzão orgulho, nem aquellas indifferença.¹

III.

A palmatoria, e outros castigos corporaes, os gritos e brutalidades, devião ser todos prohibidos nos collegios.

IV.

Não devia ter o direito de educar a mocidade senão aquelle que tivesse um estudo especial: todas as artes e sciencia se aprendem, entretanto que uma das mais difficeis, a de educar a mocidade, não tem a mais leve aprendizagem, e é mesmo entre nós o recurso ultimo daquelle que não tem outro.

¹ Não é impossivel encontrar-se esses dotes n'um homem, pois que eu não pinto de imaginação, aponto algumas das qualidades de meu mestre, o Sr. Francisco C. Vaidetaro, que sabia fazer-se verdadeiramente amar pelos discipulos.

V.

Como recompensa aos grandes homens, á esses que tem um vida toda symbolica de abnegação e serviços ao paiz, devia dar-se o encargo, glorioso, só, de visitar e zelar nos collegios.

VI.

O edificio deve ser collocado longe dos grandes centros de população, longe de pantanos ou fócios que alterem o ar, em chacaras com sufficiente espaço para os brincos e exercicios dos collegiaes, com agua corrente, e arvoredos.

VII.

A casa deve ser, vasta, regularmente batida pelos ventos e sões, com salas de estudo arejadas e todas as divisões do edificio em relação com o numero de seus habitantes.

VIII.

Em todas as peças do edificio que tenham de ser por muito tempo occupadas convém que haja uma fresta na altura da lumieira mais ou menos, por onde possa entrar o ar.

IX.

O systema de quartos que contenhão 2 a 4 alumnos é preferivel ao de dormitorios communs.

X.

Os leitos devem ser de ferro, sem cortinados e guarnecidos de colchões frescos e pouco macios.

XI.

Devia ser obrigatorio nos collegios o exercicio do corpo, como o é o do espirito, pois que o homem de grande talento, mas fraco, não destro, é um ser muito incompleto.

XII.

A educação das forças physicas resta ainda a fazer ou antes procurão mesmo desfazer entre nós; e dos collegios sahe a mocidade enfraquecida, sem destreza, doente mesmo e ainda no verdor dos annos, velha já para a acção.

XIII.

O passeio, a carreira, o salto e todos os exercicios gymnasticos, devem ser muito frequentes e bem regulados, sobretudo a natação, que alem das vantagens do exercicio e de dar a soberania de mais um elemento tem

ainda a vantagem de pouco desperdício de forças, de ampliar a cavidade do peito pela necessidade de inspirações profundas e repetidas, e de trazer um grande benefício aos centros nervosos.

XIV.

A esgrima deverá ser proibida, porque dá um espirito disputador e desordeiro.

XV.

Era necessaria a criação de uma classe nova de individuos nos collegios, os gymnastas, que dirigissem e regulassem os exercicios.

XVI.

O director deverá bem gravar no espirito dos discipulos que todos estes exercicios lhe são ensinados com o fim de serem uteis aos seus semelhantes.

XVII.

As obras adoptadas nos collegios são em geral boas: as de Robinson Cruzoé, Robinson de 12 annos, devião ser adoptadas pois que além de recreativas, fazem elevar o pensamento a Deos, apreciar a natureza, reflectir e tirar recursos das proprias forças.

Anexo 6

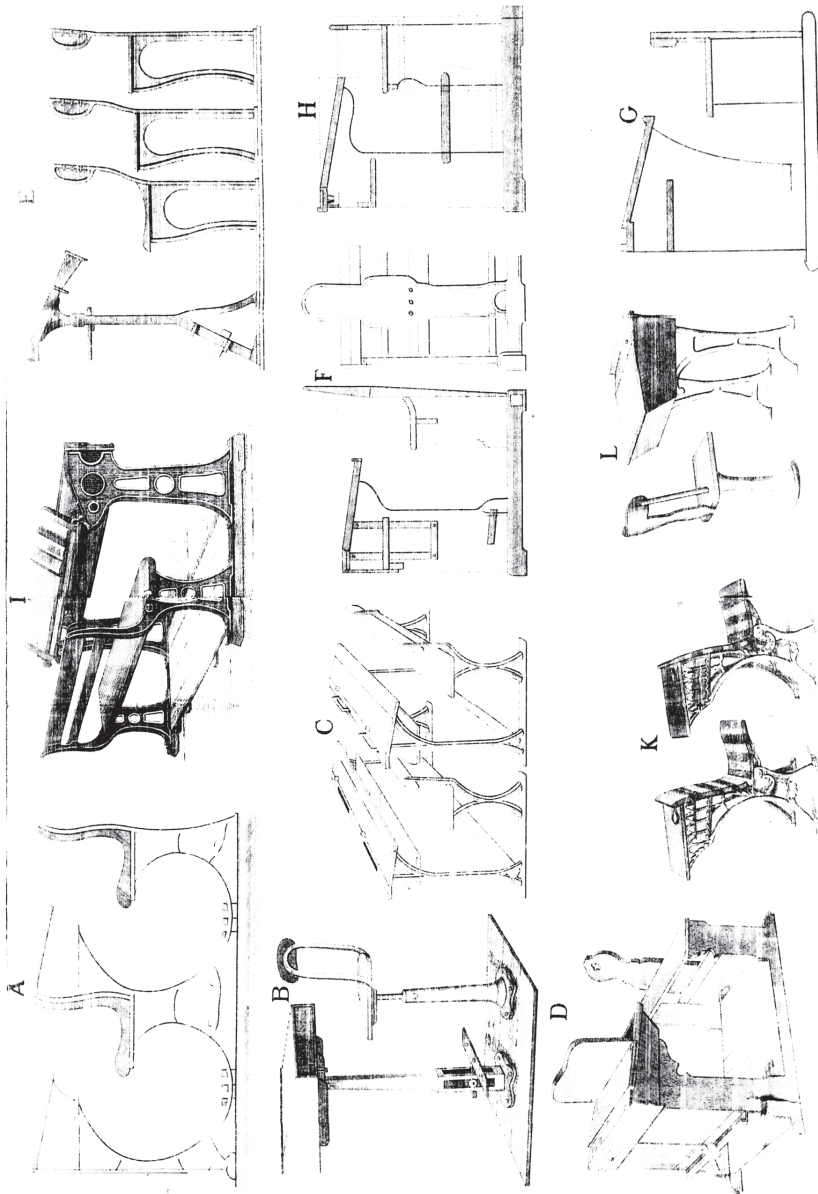
Autores e personagens referenciados/frequência¹

Médicos	Autores e Personagens Referidos															
	A- Dr. Ubatuba (1845)	B- Dr. Mello (1846)	C- Dr. Gomes (1852)	D- Dr. Portugal (1853)	E- Dr. Cunha (1854)	F- Dr. Mafra (1855)	G- Dr. Andrade Jr. (1855)	H- Dr. Cruz Jr. (1857)	I- Dr. Coutinho (1857)	J- Dr. Paula Souza (1857)	L- Dr. Guimarães (1858)	M- Dr. Naegli (1863)	N- Dr. Armonde (1874)	O- Dr. Machado (1875)	P- Dr. Vasconcellos (1888)	Q- Dr. Brito (1891)
A. Martin											1					
A. Millot	1															
Abel (Dr.)																1
Achiles				1												
Adolphe Bossange						1										
Agassiz												3				
Agesilão		1	1													
Al-Donné	1															
Alexandre Magno				1												
Alves de Souza														1		
Amorós (coronel)						3						1	1			
Anacharsis					1						1					
Anacreonte						2										
Anaxagoras		1														
Annibal		1	1	1												
Antenor													2			
Antonio Pereira (Dr.)													1			
Aquino (Dr.)																1
Ariosto						1										
Aristóteles						1								1	1	
Armstrong		1														
Arnould															20	
Babes															1	
Bacon									1				1			
Baginsky															1	
Baillet						1										

¹ O algarismo indica o número de vezes que determinado autor/personagem aparece citado pelo médico da respectiva coluna.

Anexo 7

Gravuras de mobiliário escolar da tese do Dr. Vasconcellos (1888).



Anexo 8

Conclusões de Hippeau (1871)¹

A Instrução Publica nos Estados Unidos: Escolas Publicas, Collegios, Universidades, Escolas Especiaes.

Relatorio dirigido ao Ministerio da Instrucção Publica em França pelo Sr. Celestin Hippeau, professor da faculdade honorario, secretário da comissão imperial dos trabalhos históricos e das sociedades letterarias (secção historia e philologia).

Conclusão

“Mostrei na primeira parte dessa obra, como tem os Estados Unidos organizado um vasto e completo systema de educação publica, naquellas admiraveis escolas onde os meninos de ambos os sexos podem receber, dos 5 aos 18 annos, uma instrucção que lhes abre todas as profissões. Indiquei depois, de uma maneira mais summaria, por que meio têm sido fundados os estabelecimentos de ordem mais elevada, universidades e collegios, destinados aos estudantes que necessitam de completar com o ensino superior os estudos scientificos ou litterarios.

O que primeiro de tudo devia admirar o leitor, é o poder dos recursos postos pelo Estado, e sobretudo pelos proprios particulares, á disposição dos administradores daquelles grandes centros de actividade intellectual. Dissereis que os milhões vem por si mesmos ao encontro dos amigos ou mestres da sciencia. O desejo todo patriotico de ver o seu paiz marchar á par daquellas onde as sciencias, as artes e as letras são mais honradas, inspira aos habitantes uma generosa emulação. Aquelles mesmos que passaram a sua vida no commercio, no meio de operações industriaes ou mercantis sentem que não basta elevar-se uma nação ao plano das mais ricas e poderosas; que há gloria mais alta a que ella deve aspirar, sob pena de decadência. Compreendem que as obras industriaes devem a sua perfeição ás descobertas da sciencia; que a mão que executa precisa ser guiada pella intelligência esclarecida pelo estudo das theorias. Querem que os seus theologos, jurisconsultos, medicos, engenheiros não

¹ Publicado no *Diário Oficial do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, 10 de março de 1871, p. 4.

sejam no saber inferiores aos homens eminentes que enchem a Europa com a sua nomeada. Em fim presumem ter, como os demais povos, seus poetas, músicos, pintores, escultores e architetas, como já tem seus financeiros, constructores, negociantes, publicistas, historiadores e estadistas.

Sob a influencia destes sentimentos é que surgiram com meio século as universidades e collegios, creados por assim dizer com todas as suas peças e reunindo desde os primeiros dias de sua existencia, meios de trabalho superiores, pelo seu numero e importancia, aos quais as mais florescentes universidades da Europa só tem conseguido depois de longos annos. Estudos cuja formação data de vinte annos e cujos nomes são apenas conhecidos no velho mundo, vêem-se todos os dias fundar-se escolas de altos estudos, para as quaes se constroem vastos edificios, e que uma inesgotavel munificencia se dá depressa em prover de bibliothecas, laboratorios, museus, gymnasios, observatorios astronomicos. Ha dez annos um sabio sueco², visitando os estabelecimentos de instrucção publica dos Estados Unidos, se admirava de não encontrar collegios dedicados ao ensino da agricultura, de commercio e de artes mecanicas. Alguns annos depois, um acto de congresso preenchia magnificamente essa lacuna, e hoje florescem trinta escolas especiaes desse genero, ricamente dotadas e organisando-se pelo modo mais amplo e intelligente.

Prestando homenagem ao zelo e boa vontade dos americanos e reconhecendo ao mesmo tempo que nação alguma presta á educação e ao saber maior importância, poder-se-ia crer que os resultados não correspondem á extensão dos sacrificios. Seria um erro. Primeiramente cumpre reconhecer que em tudo quanto respeita ao estudo das sciencias, os progressos são tanto mais certos, quanto mais aperfeiçoados e numerosos são os instrumentos de trabalho. Ora, é isso o que existe nos Estados Unidos, cujos collegios e instituições scientificas são, como bem se vio, tão largamente providos de tudo quanto pode facilitar e fecundar o ensino oral, a historia natural, pelo estudo das mais variadas collecções, a chimica por manifestações reiteradas, a physica por numerosas experiencias, a astronomia por observações precisas. Nem tão pouco consideremos como estranha os sentimentos de que se inspiram as artes e as letras, uma nação cuja energia toda se emprega, dizem, em cavar canaes, traçar linhas de

² M. Siljestrom.

caminho de ferro através do território que rotêa, em explorar minas de ouro e prata, em construir machinas, em montar fabricas, em cambiar os seus productos pelos de todas as partes do mundo.

Em uma sociedade em cujo seio se introduzem todos os annos novos elementos, e para onde afluem os emigrantes da Europa e da Asia, devem necessariamente achar-se familias que não se distinguão precisamente por habitos de elegancia e polidez que são o resultado de uma educação fina. As scenas de violencia de que são theatro muitos Estados que se estão formando, os actos de grosseira brutalidade que se praticam nas cidades mais populosas da União, e de que não estão isentas as maiores cidades da Europa, não poderiam, sem injustiça, ser considerados senão como excepções. Entretanto, é por semelhantes factos que mais de uma vez se quer julgar os habitos, character, costumes e grãos de civilisação dos habitantes dos Estados Unidos. Fiquem todos sabendo que a despeito de polidez, elegancia, elevação de sentimentos, a sociedade americana pôde sem desvantagem ser comparada com a dos Estados mais civilizados da Europa. Acrescento, e é o que mais naturalmente vem a proposito do meu intento, que não encontrei em parte alguma população mais geralmente instruida, e professando mais alta estima pelas sciencias e letras.

E como não seria assim? Ser-me-ha preciso recordar em que espirito é concebido todo o systema de educação popular? Onde ha ahi nação que possa possuir, como esta, escolas onde toda a mocidade pôde gabar-se de estudar gratuitamente, não só a ler, escrever, contar, desenho, um pouco de geographia e de historia como em nossas escolas primarias, mas também tudo quanto constitui o ensino secundario, reservado entre nós para as familias abastadas e considerado ainda por alguns espiritos atrasados, como perigosos para os filhos das classes operarias? Onde se acharia moços e moças mais reflectidos, de espirito mais maduro, demais observação na ordem das sciencias e das letras, havendo colhido mais fructos, conhecendo melhor a historia de seu paiz, suas producções, recursos, instituições politicas, tendo em summa aprendido cedo a amar a sua patria e ensoberbecer-se della? Graças a essa primeira educação, de que cada um pôde tomar a sua parte, e da qual se aproveita a quasi totalidade dos habitantes, não ha paiz onde a necessidade da leitura seja mais geral. Os livros e jornaes que ninguem pôde dispensar, andam por toda á parte de mão em mão, e popularisam a todos os respeitos uma multidão de conhecimentos, que quando não achem applicação pratica esclarecem e desenvolvem

as intelligencias. E ninguem se engane, não são essas obras corruptoras ou frivolas, que se tem tornado em França, como com tanta razão o deploramos, o alimento mais ordinário dessa parte, infelizmente por demais minima do povo que sabe ou quer ler. Não ha duvida que se compõem nos Estados Unidos romances e obras de imaginação cujos objectos são procurados fóra da vida real; mas não são esses que o povo prefere, o qual lê para instruir-se, e não procura na leitura um vão divertimento. É para admirar ver os livros que se acham nas mãos dos mais simples operarios, de homens e mulheres do povo. Depois das obras politicas e jornaes, são os livros de historia e viagens, e tratados scientificos³.

E assim devia ser uma nação onde todos os cidadãos devem ter parte directa dos negocios publicos. A escola os prepara admiravelmente para os deveres que elles têm de desempenhar. O Estado nunca os julgará demaziado, illustrados nem instruidos; ora ninguem negará que homens que têm de preencher um papel em todos os actos da vida politica e civil, achem nessa nova escola poderosos meios de instrucção.

Não são com effeito, verdadeiras escolas de ensino esses meetings em que se agitam todas as questões que interessam não só a politica, mas também tudo o que póde esclarecer os espiritos à cerca de finanças, commercio, industria, economia politica, educação? Não esqueçamos as leituras publicas, as conferencias, que não são sómente entre nós, agradaveis conversações de homens talentosos, mas verdadeiras lições dadas a milhares de ouvintes que correm a instruir-se e não a distrahir-se, com sabios especiaes, que lhes transmittem idéas novas, ou espõem os resultados de suas próprias descobertas.

Os paizes de sufragio universal têm necessidade de cidadãos esclarecidos; nunca são demais. Nas nações onde ainda não penetraram os principios que regem as democracias ha o habito de considerar uma educação superior como própria sómente para os homens que aspiram ás funcções publicas. Foi esse pensamento que deu lugar, ha alguns annos, em França, a tantas declamações contra a extensão dada ao ensino classico. Todo o bacharel que se apresentava com feições de futuro funcionario, era objecto de terror para aquelles que tendo para distribuir um certo

³ Acercando-me um dia, em uma das ruas de New York, de uma pobre velha que lia enquanto ao mesmo tempo vendia objectos de muito pouco valor, reconheci que o livro que tinha na mão era uma colleção de Longfellow.

numero limitado de lugares, viam em cada mamcebo sem emprego um conspirador. Não se habituavam á idéa de encontrar agricultores, simples mercadores ou operarios em instrucção superior áquella que se bebe nas escolas primarias. Parece-me que a adopção de um systema politico com o suffragio universal por base, fez que abrissem os olhos mais cegos, e que vendo os pessimos effeitos da ignorancia e a desordem social cuja maior parte se lhe deve imputar, não lhes pesaria hoje estarem, como a America, na posse de um amplo e vasto systema de educação popular.

Ha outro erro, tão geralmente derramado como aquelle outro, e contra o qual se pôde também invocar o exemplo da America: é que estendendo a todas as classes, os beneficios da instrucção, ha o risco de abaixar-lhe o nivel por essa immensa extensão. Ha sem duvida, dizem, certa quantidade de saber espalhada por toda a superficie dos Estados Unidos, mas as altas partes das sciencias são accometidas sómente por um pequeno numero de intelligencias privilegiadas. A America não tem astrónomos, geólogos, chimicos, historiadores, artista, poetas, philosophos, philologos tão eminentes como esses de que se honram a França, Allemanha, Inglaterra ou Italia. Os estudos nos collegios, universidades, faculdades de direito, de medicina, de letras e de theologia não podem ser tão profundos como os nossos.

Fiz ver, apresentando os seus programmas, que os estabelecimentos de ensino superior, se dispõem a sustentar com valor a concorrência. Limitei-me a fazer conhecer os meios que elles possuem, os methodos empregados por seus professores, as condições em que estão collocados os estudantes que lhes frequentam os cursos.

A questão de saber se os nosso bachareis ou doutores são superiores ou inferiores ao que tomam os mesmos grãos na America, me parece de importancia muito secundaria. Apontarei sómente a principal differença que existe entre o modo de instrucção seguido nas faculdades dos dous paizes: é que enquanto duram os cursos, os alumnos das universidades americanas não são simples ouvintes escutando com mais ou menos attenção as lições dos eloquentes professores; são, até o fim verdadeiros discipulos, trabalhando sob suas vistas, guiados e dirigidos por elles, e encontrando afinal, no que diz respeito aos estudos scientificos, todos os recursos, laboratorios de experiencias, e instrumentos de trabalho, de que só este anno, se pensou em prover os nossos estudantes no estabelecimento fundado com o nome de escola pratica dos estudos superiores. Neste ponto tomou-no a America a dianteira.

Poucas palavras acrescentarei as considerações que precedem.

O que me parece que deve resultar mais claramente deste estudo sobre instrução publica nos Estados Unidos é o admiravel poder que a iniciativa particular tem em um paiz onde os cidadãos, nada pedindo ao seu governo, tomaram cedo o habito de curarem das suas necessidades, de reunirem-se, concertarem-se, examinarem os meios de acção, determinarem a extensão dos sacrificios pecuniarios a que se devem sujeitar, regular-lhes o emprego, escolher enfim os administradores que terão que dar-lhes conta dos recursos postos á sua disposição, e do uso que houverem feito de sua autoridade.

Não é aqui o lugar para insistir nas vantagens produzidas pela pratica do self government, no que concerne ás relações estabelecidas entre os funcionarios publicos procedentes de eleição e os cidadãos que elles so podem considerar como seus mandatarios. Ora administrados, ora administradores, são elles estranhos, uns à subserviencia que se inclina diante de um senhor, outros á insolente arrogancia que tratam por cima do hombro os que lhe parecem que devem ser mandados.

Desta arte realçaram as escolas publicas e universidades de ordem mais elevada. Nunca um maior exemplo foi dado por um povo independente e livre; nunca se deu mais conveniente prova da excellencia das instituições democraticas. Os maravilhosos progressos effectuados no decurso de vinte annos nos Estados Unidos teriam sido impossiveis, se a vida, em vez de manifestar-se em todos os pontos de sua superficie, se houvesse concentrado em uma capital sob a pressão de uma administração fortemente organisada, dispensando os povos, conservados constantemente em tutela de pensarem e obrarem por si mesmos e para si mesmos.

Entrará a França por sua vez nessa senda da descentralisação administrativa que teria o infallivel resultado de dar um impulso desconhecido a todas as suas forças vitaes e aos admiraveis recursos que ella possui? Ver-se-ha, quanto ao que respeita á instrução publica, multiplicarem-se, como na America, aquellas livres associações, aquellas generosas doações que permitiram assentar em mais largos fundamentos o ensino popular e fazer renascer em nossas provincias as antigas universidades, que se tornariam tanto mais florescentes, quanto mais directamente se interessassem os habitantes nos seus progressos? Para conseguir isso, muitas condições deviam ser preenchidas. Seria preciso que os cidadãos se decidissem resolutamente a romper com essa apathia e indifferença que pouco a pouco, tem tornado

a pôr nas mãos do governo todos os negocios que elles mesmos poderiam dirigir. Seria igualmente preciso que os governos, inspirando-se nas necessidades de sua epoca, consentissem de bom grado em se descarregarem de uma parte do fardo que sobre elles pesa, em ajudarem os povos a supportar o regimem austero da liberdade, alargando as attribuições dos conselhos municipaes e dos departamentos, favorecendo as sociedades e reuniões, que deixam de ser turbulentas e perigosas, logo que entram nos habitos nacionaes, abrindo mais livre campo ao exame e discussão dos interesses nacionaes, merecendo, em uma palavra, o elogio feito por um homem de espirito a um grande ministro: ‘Exm trabalhastes dez annos e vos tornardes inutil’”.

Anexo 9

Ícones da vontade de civilizar



Vistos da Baía da Guanabara, de um ângulo externo, alguns prédios que sediaram a formação médica ao longo do século XIX. Tais edifícios podem ser considerados como ícones da vontade de civilizar a Corte tropical. Na imagem, destaques para o Hospital Militar (1), o prédio das Aulas de Anatomia (2), o Hospital da Misericórdia (3) e o Recolhimento das Órfãs (4). In: Magalhães, 1932, p. 39.

Anexo 7

Gravuras de mobiliário escolar da tese do Dr. Vasconcellos (1888).

Anexo 9

Ícones da vontade de civilizar

Artes de Civilizar

Medicina, Higiene e Educação Escolar na Corte Imperial



José Gondra empreende um exame minucioso das representações médicas acerca da educação escolar. Lança luz sobre um amplo programa de regras para o funcionamento dos colégios, proposto pelos médicos brasileiros no século XIX. Relaciona aspectos teóricos, metodológicos e empíricos para mostrar como se forjou esse modelo médico-

higienista, de inspiração francesa, para os problemas educacionais em nosso país.

Ao privilegiar as teses médicas como fontes, o autor se movimenta pela tensão contínua entre a lógica discursiva médica e o distanciamento dela, seja para desconstruí-la, seja para relativizá-la em seu exercício de poder. Um dos pontos altos do trabalho é o jogo de afastamento e aproximação de fronteiras entre a religião e a ciência. Por esses e outros aspectos, interessa aos pesquisadores e professores da história da sociedade e da educação, abrindo-se a todos os interessados no exame das propostas e projetos dos intelectuais brasileiros.

Clarice Nunes